



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 961

Sexta-feira - 30 de Março de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	2
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	4
Caçador	7
Camboriú.....	83
Campo Alegre	84
Canoinhas.....	99
Capinzal	118
Catanduvas.....	120
Chapadão do Lageado	121
Concórdia	136
Cordilheira Alta	138
Corupá	138
Curitibanos	145
Forquilha	146
Fraiburgo.....	149
Garopaba.....	155
Gaspar	158
Governador Celso Ramos	158
Guaramirim.....	159
Herval do Oeste	159
Imbituba	168
Iomerê	169
Irineópolis	171
Itapoá	173
Joaçaba.....	174
Lages	202
Lauro Muller	206
Lebon Regis.....	207
Leoberto Leal.....	207
Lindóia do Sul	210
Luzerna	212
Massaranduba.....	214
Meleiro	215
Navegantes.....	217
Nova Trento	245
Novo Horizonte	245
Paial.....	246
Palhoça	246
Passo de Torres.....	247
Paulo Lopes	257
Pinheiro Preto	258
Porto Belo.....	265
Porto União.....	278
Rio do Sul.....	287
Salto Veloso.....	314
Santa Terezinha do Progresso	338

São Bento do Sul.....	340
São Lourenço do Oeste.....	371
Schroeder.....	372
Siderópolis.....	377
Tunápolis.....	408
Turvo	408
Vargeão.....	409
Videira.....	411
Vitor Meireles.....	420

Associações

AMVALI	423
EGEM	424

Consórcios

AGIR	428
CIM-AMAVI	430
CIMVI.....	431
CINCO.....	431
CITMAR.....	431

Água Doce

PREFEITURA

Edital De Convocação N° 007/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 007/2012

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/00 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para tomada de decisões sobre as prioridades para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2013.

As propostas serão discutidas e votadas pelos representantes de cada entidade.

Data da Audiência: 04/04/2012

Início: 09:00 horas

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato De Contrato Nº 064/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 064/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 037/2012 - Tomada de Preço nº. 005/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Ana Carolina dos Santos; Objeto: contratação de empresa e ou pessoa física com formação em bacharel ou licenciatura plena para trabalhar como instrutor em atividades físicas com os grupos de idosos no Município de Antonio Carlos; Valor Mensal: R\$ 1.000,00 (Um mil reais); Valor Total: R\$ 9.000,00 (Nove mil reais); Prazo: 09 (nove) meses.

Antônio Carlos, 27 de Março de 2012.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Aviso Processo Seletivo Público Nº 002/2012

AVISO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Processo Seletivo: nº. 002/2012; Objeto: Processo seletivo para o preenchimento de cargo com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, admitidos em caráter temporário, regido pela Lei Municipal nº. 558/1992 e suas alterações; Período de inscrição: 30 de março a 16 de abril de 2012. Data da prova: dia 24 de abril de 2012. Cargo: Mecânico. Inscrições: Biblioteca da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Antônio Carlos, 29 de Março de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Nº 1580, De 29/03/2012.

LEI Nº 1580, DE 29/03/2012.

Autoriza Desapropriação Amigável e Recebe em Doação, a Área de Terras que Discrimina, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal em exercício de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições comunica que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desapropriar amigavelmente e receber em doação área de terras de propriedade do senhor Ilbe Nesi, inscrito no CPF nº 134.884.819-72, conforme abaixo:

“Área de 1.043,28m² (um mil e quarenta e três vírgula vinte e oito

metros quadrados) e possui as seguintes confrontações: Norte: em vários alinhamentos com a área “A” com distância de 102,93m; Sul: em vários alinhamentos com a área “B” com distância de 110,64m; Leste: em linha reta com a Rua Felix Antonio Spricigo com distância de 10,70m; e Oeste: em linha reta com a Rua Felix Antonio Spricigo com distância de 10,62m.”

Art. 2º Na área de terras referida no artigo anterior é para regularizar uma situação já consolidada irreversível, onde já existe Rua aberta a mais de 30 anos, com toda a infra-estrutura necessária, denominada Rua Felix Antonio Spricigo, conforme Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 3º O Município será representado nos atos expropriatórios pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 29 de março de 2012.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 29 de março de 2012.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1459, De 28 De Março De 2012.

DECRETO Nº 1459, de 28 de março de 2012.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art.53, § 1º da Lei 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, com fim específico de avaliar o seguinte Bem:

- FIAT/DUCATO MULT JAEDI T, Placa MDY 5288, Ano Fabricação 2005, Ano Modelo 2006, Combustível Diesel, 16P / 127CV, Cor Branca, CHASSI 93W245H3362001502.

Parágrafo único. O bem móvel de que trata o “caput” deste artigo será avaliado pela comissão composta com os seguintes membros:

1. CLAUDIR CREPALDI
2. ALDO GEMELI
3. ALEXANDRE SERIGHELLI
4. JURLENE APPI DE OLIVEIRA
5. SANTO BIAVA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 28 de março de 2012.
CLÁUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1460, De 29 De Março De 2012.

DECRETO Nº 1460, de 29 de março de 2012.

Dispõe Sobre o Cronograma de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano

de Contas Aplicado ao Setor Público, e da outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2014
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2014
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013

7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 29 de março de 2012.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 29 de março de 2012.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso De Revogação Do Processo Licitatório Pp 19/2012-Fmas
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP19/2012-FMAS

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 19/2012-FMAS, que tem por objeto "aquisição de recarga de gás para o CCI, RECREIA, CRAS, CREAS, CASA LAR", devido a falta de empresas interessadas em participar do certame.

Biguaçu, 28 de março de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei Complementar 104/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 104/2012

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 043/2005, que dispõe sobre o Código Tributário do Município.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, etc

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Art. 1º da Lei Complementar 070/2008 de 18.12.2008 o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Lograd.	Seção	Descrição	UFM
55	208 D	Avenida Erica Hansen Joenck	0,3000
55	212 E	Avenida Erica Hansen Joenck	0,3000

Art. 2º Altera a Tabela XI - Tabela de Planta Genérica de Valores, da Lei Complementar nº 043/2005, de 28 de setembro de 2005, que instituiu o Código Tributário do Município de Braço do Trombudo, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Lograd.	Seção	Descrição	UFM.
01	50-D	PRAÇA DA INDEPENDENCIA	0,3600
01	79-E	PRAÇA DA INDEPENDENCIA	0,3600
01	58-E	PRAÇA DA INDEPENDENCIA	0,3600
02	148-D	RUA TIRADENTES	0,3300
02	170-E	RUA TIRADENTES	0,3300
02	564-D	RUA TIRADENTES	0,3000
02	599-E	RUA TIRADENTES	0,3000
02	952-D	RUA TIRADENTES	0,2700
02	977-E	RUA TIRADENTES	0,2700
02	1379-D	RUA TIRADENTES	0,2300
02	1412-E	RUA TIRADENTES	0,2300
02	1727-D	RUA TIRADENTES	0,2000
02	1756-E	RUA TIRADENTES	0,2000
02	1762-D	RUA TIRADENTES	0,2000
02	1795-E	RUA TIRADENTES	0,2000
03	153-D	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,3300
03	168-E	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,3300
03	526-D	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,3000
03	401-E	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,3000
03	1001-D	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,2700
03	929-E	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,2700
03	1463-D	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,2300
03	1449-E	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,2300
03	1870-D	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,2000
03	1687-E	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,2000
03	2074-D	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,1800
03	2068-E	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,1800
03	2508-D	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,1500
03	2508-E	RUA DUQUE DE CAXIAS	0,1500
04	197-D	RUA DOM PEDRO	0,3300
04	192-E	RUA DOM PEDRO	0,3300
04	371-D	RUA DOM PEDRO	0,3000
04	370-E	RUA DOM PEDRO	0,3000
04	646-D	RUA DOM PEDRO	0,2700
04	668-E	RUA DOM PEDRO	0,2700

04	933-D	RUA DOM PEDRO	0,2500
04	934-E	RUA DOM PEDRO	0,2500
04	1275-D	RUA DOM PEDRO	0,2300
04	1285-E	RUA DOM PEDRO	0,2300
04	1798-D	RUA DOM PEDRO	0,2000
04	1808-E	RUA DOM PEDRO	0,2000
04	2223-D	RUA DOM PEDRO	0,1800
04	2236-E	RUA DOM PEDRO	0,1800
04	2573-D	RUA DOM PEDRO	0,1500
04	2592-E	RUA DOM PEDRO	0,1500
04	3998 D	RUA DOM PEDRO	0,1500
04	4036 E	RUA DOM PEDRO	0,1500
05	47-D	RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ	0,2700
05	73-E	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,2700
05	224-D	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,1500
05	269-E	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,1500
05	408-D	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,2300
05	450-E	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,2300
05	556-D	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,2000
05	600-E	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,2000
05	828-D	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,1800
05	799-E	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,1800
05	1098-D	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,1500
05	1052-E	RUA ALMIRANTE TAMANDARE	0,1500
06	213-D	RUA DOS OPERARIOS	0,2700
06	188-E	RUA DOS OPERARIOS	0,2700
07	157-D	RUA BERHARD WETZEL	0,1500
07	146-E	RUA BERHARD WETZEL	0,1500
08	161-D	RUA AMADEU HERCILIO DA SILVA	0,3000
08	158-E	RUA AMADEU HERCILIO DA SILVA	0,3000
08	274-D	RUA AMADEU HERCILIO DA SILVA	0,2700
08	271-E	RUA AMADEU HERCILIO DA SILVA	0,2700
08	374-D	RUA AMADEU HERCILIO DA SILVA	0,1500
08	381-E	RUA AMADEU HERCILIO DA SILVA	0,1500
09	245-D	RUA LEOPOLDO JOENCK	0,3000
09	240-E	RUA LEOPOLDO JOENCK	0,3000
09	400-D	RUA LEOPOLDO JOENCK	0,2700
09	460-E	RUA LEOPOLDO JOENCK	0,2700
09	708 D	RUA LEOPOLDO JOENCK	0,2500
09	706 E	RUA LEOPOLDO JOENCK	0,2500
10	113-D	RUA 26 DE SETEMBRO	0,2700
10	113-E	RUA 26 DE SETEMBRO	0,2700
10	248-D	RUA 26 DE SETEMBRO	0,2300
10	248-E	RUA 26 DE SETEMBRO	0,2300
11	115-D	BECO 25 DE AGOSTO	0,2300
11	115-E	BECO 25 DE AGOSTO	0,2300
12	90-D	BECO 12 DE OUTUBRO	0,2700
12	90-E	BECO 12 DE OUTUBRO	0,2700
13	88-D	BECO EVALDO GAERTNER	0,2300
13	88-E	BECO EVALDO GAERTNER	0,2300
14	82-D	RUA SD 07 (encontro Amadeu 25 Agosto)	0,1500
14	92-E	RUA SD 07 (encontro Amadeu 25 Agosto)	0,1500
15	71-D	RUA EDMUNDO TESKE	0,2700
15	71-E	RUA EDMUNDO TESKE	0,2700
16	217-D	RUA ALFREDO KUFFS	0,2700
16	216-E	RUA ALFREDO KUFFS	0,2700
16	400-D	RUA ALFREDO KUFFS	0,2000
16	400-E	RUA ALFREDO KUFFS	0,2000
16	602-D	RUA ALFREDO KUFFS	0,1800
16	602-E	RUA ALFREDO KUFFS	0,1800
17	49-D	TRAVESSA A COHAB	0,1800
17	49-E	TRAVESSA A COHAB	0,1800
18	95-D	RUA RUDOLFO EDINGER	0,2700
18	96-E	RUA RUDOLFO EDINGER	0,2700

18	165-D	RUA RUDOLFO EDINGER	0,2300
18	160-E	RUA RUDOLFO EDINGER	0,2300
19	116-D	RUA XV DE NOVEMBRO	0,2300
19	127-E	RUA XV DE NOVEMBRO	0,2300
19	288-D	RUA XV DE NOVEMBRO	0,2000
19	346-E	RUA XV DE NOVEMBRO	0,1800
20	238-D	RUA AURORA	0,2300
20	245-E	RUA AURORA	0,2300
21	200-D	RUA DOS ATIRADORES	0,2700
21	202-E	RUA DOS ATIRADORES	0,2700
22	104-D	BECO SD 06 (R.JOAO BOVING)	0,3000
22	116-E	BECO SD 06(R.JOAO BOVING)	0,3000
23	88-D	BECO SD 05 (LADO CRAVIL)	0,2000
23	80-E	BECO SD 05 (LADO CRAVIL)	0,2000
24	106-D	BECO JOSÉ AGOSTINHO FELIPE	0,1500
24	107-E	BECO JOSÉ AGOSTINHO FELIPE	0,1500
25	31-D	RUA DOS PIONEIROS	0,2500
25	31-E	RUA DOS PIONEIROS	0,2500
25	229-D	RUA DOS PIONEIROS	0,2300
25	255-E	RUA DOS PIONEIROS	0,2300
25	388-D	RUA DOS PIONEIROS	0,2000
25	395-E	RUA DOS PIONEIROS	0,2000
25	641-D	RUA DOS PIONEIROS	0,1800
25	649-E	RUA DOS PIONEIROS	0,1800
25	1077-D	RUA DOS PIONEIROS	0,1500
25	1082-E	RUA DOS PIONEIROS	0,1500
26	127-D	RUA OTTO KNAPPMANN	0,2300
26	126-E	RUA OTTO KNAPPMANN	0,2300
27	133-D	BECO WILLI ROEDER	0,2000
27	129-E	BECO WILLI ROEDER	0,2000
28	104-D	BECO PAUL HOELGEBaum	0,2000
28	104-E	BECO PAUL HOELGEBaum	0,2000
29	127-D	BECO JULIEOS KNAPPMANN	0,2000
29	128-E	BECO JULIEOS KNAPPAMNN	0,2000
30	104-D	BECO SD 01 (CASAS INGO KUTH)	0,2000
30	104-E	BECO SD 01 (CASAS INGO KURTH)	0,2000
31	169-D	BECO ROBERTO TESKE	0,2000
31	168-E	BECO ROBERTO TESKE	0,2000
32	105-D	BECO WERNER BAADE	0,2000
32	106-E	BECO WERNER BAADE	0,2000
33	92-D	RUA RICARDO TESKE	0,2000
33	95-E	RUA RICARDO TESKE	0,2000
33	260-D	RUA RICARDO TESKE	0,1800
33	263-E	RUA RICARDO TESKE	0,1800
34	78-D	BECO SÃO MARCOS	0,2000
34	72-E	BECO SÃO MARCOS	0,2000
35	117-D	BECO SÃO PAULO	0,2000
35	113-E	BECO SÃO PAULO	0,2000
36	111-D	RUA CARLOS STUVE	0,2000
36	112-E	RUA CARLOS STUVE	0,2000
37	145-D	BECO 1º DE MAIO	0,2000
37	145-E	BECO 1º DE MAIO	0,2000
38	89-D	RUA ARNOLDO JOENCK	0,2000
38	93-E	RUA ARNOLDO JOENCK	0,2000
39	74-D	BECO BERTOLDO GIESELER	0,2000
39	68-E	BECO BERTOLDO GIESELER	0,2000
40	374-D	RUA BRUNO PLASTER	0,2000
40	401-E	RUA BRUNO PLASTER	0,2000
40	756-D	RUA BRUNO PLASTER	0,1800
40	752-E	RUA BRUNO PLASTER	0,1800
40	1057-D	RUA BRUNO PLASTER	0,1500
40	1070-E	RUA BRUNO PLASTER	0,1500
41	162-D	BECO OSVALDO BAADE	0,1500
41	161-E	BECO OSVALDO BAADE	0,1500

42	292-D	BECO BELA VISTA	0,1500
42	292-E	BECO BELA VISTA	0,1500
43	34-D	BECO SD 03 (HORST KLEGIN)	0,1500
43	22-E	BECO SD 03 (HORST KLEGIN)	0,1500
44	89-D	BECO PRIMAVERA	0,2300
44	87-E	BECO PRIMAVERA	0,2300
44	206-D	BECO PRIMAVERA	0,2000
44	204-E	BECO PRIMAVERA	0,2000
45	61-D	BECO EDELINO WEINGARTNER	0,2300
45	64-E	BECO EDELINO WEINGARTNER	0,2300
46	470-D	RUA LEONCIO RODRIGUES MACHADO	0,0800
46	470-E	RUA LEONCIO RODRIGUES MACHADO	0,0800
47	580-D	RUA FERNANDO GOMES	0,0800
47	580-E	RUA FERNANDO GOMES	0,0800
48	208-D	BECO CARLOS SCHWALB	0,0600
48	196-E	BECO CARLOS SCHWALB	0,0600
49	173-D	RUA VICENTE AUGUSTO WERNER	0,0600
49	173-E	RUA VICENTE AUGUSTO WERNER	0,0600
50	80-D	BECO OSCAR BORNHAUSEN	0,0600
50	79-E	BECO OSCAR BORNHAUSEN	0,0600
51	100-D	RUA SD 08 (SERRIL-RIACHO NOVO)	0,0600
51	100-E	RUA SD 08 (SERRIL-RIACHO NOVO)	0,0600
52	100-D	RUA SD 09 (SERRIL- FURNA)	0,0600
52	100-E	RUA SD 09 (SERRIL- FURNA)	0,0600
53	73-D	BECO SD 10 (AO LADO POSTO RINNERT)	0,2700
53	73-E	BECO SD 10 (AO LADO POSTO RINNERT)	0,2700
54	256-D	RUA MARECHAL DEODORO	0,2000
54	244-E	RUA MARECHAL DEODORO	0,2000
55	208-D	AVENIDA ERICA HANSEN JOENCK	0,3000
55	212-E	AVENIDA ERICA HANSEN JOENCK	0,3000
56	168-D	RUA PREFEITO ERVINO VERMOEHLN	0,3000
56	170-E	RUA PREFEITO ERVINO VERMOEHLN	0,3000
57	108-D	RUA MAX BÖVING	0,1500
57	107-E	RUA MAX BÖVING	0,1500
58	99-D	RUA DEPUTADO ARNOLDO RINNERT	0,3000
58	99-E	RUA DEPUTADO ARNOLDO RINNERT	0,3000
59	55-D	RUA PREFEITO HARRY TESKE	0,3000
59	55-E	RUA PREFEITO HARRY TESKE	0,3000
60	324-D	RUA FRITZ FALLER	0,1000
60	317-E	RUA FRITZ FALLER	0,1000
61	99-D	BECO ARTHUR MULLER	0,1000
61	102-E	BECO ARTHUR MULLER	0,1000
62	472-D	RUA CLARA STUVE	0,2300
62	470-E	RUA CLARA STUVE	0,2300
63	55-D	RUA 7 DE SETEMBRO	0,2300
63	55-E	RUA 7 DE SETEMBRO	0,2300
64	156-D	BECO 7 DE SETEMBRO	0,1200
64	156-E	BECO 7 DE SETEMBRO	0,1200
65	540-D	RUA TRAVESSA KINDEL	0,1200
66	127-D	RUA VITÓRIA	0,1200
66	124-E	RUA VITÓRIA	0,1200
67	1740-D	RUA 25 DE JULHO	0,1200
67	1720-E	RUA 25 DE JULHO	0,1200
68	242-D	RUA DAS ÁGUAS	0,0600
68	246-E	RUA DAS ÁGUAS	0,0600
69	82-D	BECO HENRIQUE HILDEBRANDT	0,2700
69	78-E	BECO HENRIQUE HILDEBRANDT	0,2700
70	167-D	BECO FLORES DA CUNHA	0,0600
70	150-E	BECO FLORES DA CUNHA	0,0600
71	425-D	RUA MORRO BOA VISTA	0,1500
71	420-E	RUA MORRO BOA VISTA	0,1500

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.



Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de março de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Lei Complementar 105/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2012

Dispõe sobre a criação de Função Gratificada da Câmara Municipal de Braço do Trombudo e acrescenta anexos XIII e XIV à Lei Complementar Municipal nº 084/2010 que dispõe sobre a Reestruturação do Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da Câmara Municipal de Braço do Trombudo e dá outras providências.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o quadro de Função Gratificada de responsável pela Folha de Pagamento e Setor de Pessoal da Câmara Municipal, com gratificação de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento do servidor ocupante da função gratificada, criando os Anexos XIII e XIV na Lei Complementar Municipal nº 084/2010 de 21/05/2011, que Dispõe sobre a reestruturação do quadro de pessoal, plano de cargos, vencimentos e desenvolvimento funcional da Câmara Municipal de Braço do Trombudo, que passa a fazer parte integrante da Lei e da Estrutura Organizacional básica do Poder Legislativo de Braço do Trombudo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta das dotações próprias do Orçamento Vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de março de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

ANEXO XIII

QUADRO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

CÓDIGO: FG

QUANTIDADE DE VAGA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	Gratificação sobre o vencimento do servidor
01	Função Gratificada Responsável pela Folha de Pagamento e Setor de Pessoal da Câmara Municipal	FG-1	15%

ANEXO XIV

DESCRIÇÃO DO CARGO - FUNÇÃO GRATIFICADA

GRUPO PROFISSIONAL: Responsável pela Folha de Pagamento e Setor de Pessoal da Câmara Municipal.

GRATIFICAÇÃO: 15% sobre o vencimento do servidor designado para a Função Gratificada.

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: O Cargo de

provimento efetivo que exerce a função gratificada de Responsável pela Folha de Pagamento e Setor de Pessoal da Câmara Municipal, executará todos os serviços de confecção das folhas de pagamento e executará atos de pessoal, operando sistemas e formalizando conferências, sendo responsável pelo fiel cumprimento da Legislação em vigor e pela execução de tais atribuições, a que é inerente aos assuntos de sua competência e fixados na Lei.

Lei Complementar 106/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 106/2012

Acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 043/2005, que dispõe sobre o Código Tributário do Município.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, etc

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Acrescenta dispositivos na Tabela XI - Tabela de Planta Genérica de Valores, da Lei Complementar nº 043/2005, de 28 de setembro de 2005, que instituiu o Código Tributário do Município de Braço do Trombudo, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

72	210-D	BECO IDA ROEDER	0,2300
72	210-E	BECO IDA ROEDER	0,2300

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de março de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Edital Pregão 15/2012 Registro De Preço

PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2012

EDITAL DE LIC. PREGÃO 15/2012 - REGISTRO DE PREÇO.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 15:00 horas do dia 16.04.2012, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de peças para implementos agrícolas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 28 de março de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.178

DECRETO nº 5.178, de 22 de março de 2012.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo aos ocupantes do cargo de Professor de Laboratório de Informática - Edital SEMEC nº 05/2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo aos ocupantes do cargo de Professor de Laboratório de Informática do quadro do Magistério Público Municipal, Edital SEMEC nº 05/2012, conforme anexo que fica fazendo parte integrante do presente decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO- PROFESSOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, CONFORME EDITAL SEMEC Nº 05/2012 DE 09 DE MARÇO DE 2012

	NOME	TÍTULOS	CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL DE PONTOS
1	CECÍLIA BERTOTTO PALOSCHI	50	7,5	368	425,5
2	BERNADETE MARIA RIBEIRO DOS SANTOS	00	3,0	191	194,0
3	DANIELA DA SILVA	50	7,5	111	168,5

Portaria Nº 21.412

PORTARIA Nº 21.412, de 24 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde da Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 02/03/12

Servidora: MARISA APARECIDA GÓES

Médicos Peritos: Pedro Romann Ross, Nelson Dallagnol e Thiago Muniz de Lima.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.433

PORTARIA Nº 21.433, de 1º de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde do Servidor Público Municipal, abaixo relacionado e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 09/03/12

Servidor: AURÉLIO LUIZ ARRABAR FILHO

Médicos Peritos: Pedro Romann Ross, Nelson Dallagnol e Thiago Muniz de Lima.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.459

PORTARIA Nº 21.459, de 12 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 73, III, alínea "b", da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
10540	Franciele Perego	Secretária Escolar	002	08	Avô
11400	Gisele Ludvig	Orientadora Educacional	005	08	Avô

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.488

PORTARIA Nº 21.488, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições

legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - CESSAR os efeitos da Portaria nº 20.722, de 21/06/2011, que colocou a Servidora Pública Municipal JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER a disposição do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - IPASC, e a designou para exercer o Cargo de Confiança de Diretora Administrativa, até 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos básicos, sem ônus para o Município de Caçador, a partir de 19 de março de 2012.

Art. 2º - CONCEDER retorno às suas funções de Procuradora Municipal, junto a Procuradoria do Município, a partir de 22 de março de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSON LUIZ THOMÉ
Secretário Da Administração E Fazenda.

Aviso De Licitação Pr 11-2012 Fundema

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2012
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE E MATERIAIS PARA MACRO MEDIÇÃO PARA CONTROLE DE PERDAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE CAÇADOR.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 16/04/2012.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 16/04/2012.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 28 de Março de 2012.
DENISE CHIARELLO HARTMANN
Presidente da FUNDEMA

Aviso De Licitação Pr 29-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
DITTESC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 29/2012
TIPO: Menor Preço
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX, PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DITTESC.
ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h00min do dia 13/04/2012.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 13/04/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 28 de Março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso De Licitação Pr 30-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2012
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE HORAS DE RETROESCAVADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE, DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 12/04/2012.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 12/04/2012.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 28 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Contrato 30-2012 Saúde

Contrato 30/2012 FMS - Aquisição de móveis sob medida destinados a Farmácia Central e ao Posto de Saúde Bairro Mirassol, referente ao processo licitatório nº 14/2012, CV 01/2012. Contratado: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. Valor: R\$ 20.990,00. Prazo: 12 meses.

Contrato 31-2012 Saúde

Contrato 31/2012 FMS - Aquisição de móveis sob medida destinados a Farmácia Central e ao Posto de Saúde Bairro Mirassol, referente ao processo licitatório nº 14/2012, CV 01/2012. Contratado: INDÚSTRIA DE MÓVEIS NDN LTDA. Valor: R\$ 42.551,00. Prazo: 12 meses.

Contrato 32-2012 Saúde

Contrato 32/2012 FMS - Aquisição de paredes divisórias com portas, piso tipo decorflex e persianas em PVC destinadas a farmácia central, referente ao processo licitatório nº 15/2012, PR 08/2012. Contratado: PERSIANAS REQUINTE LTDA. Valor: R\$ 14.673,20. Prazo: 06 meses.

Editais De Convocação**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Município de Caçador, representado pelo Prefeito Municipal Imar Rocha, e a Secretaria Municipal de Assistência Social, TORNAM PÚBLICA a CONVOCAÇÃO das pessoas abaixo descritas para comparecerem no Cad-único sito a rua Adelmir Pressanto, 216 e na Secretaria da Assistência Social, setor de Habitação sita a Avenida Santa Catarina, 513 - Centro, para fazer parte do levantamento e inscrição para adesão ao PAC 2, que prevê o reassentamento e a revitalização da área que está prevista no contrato no.

0352.357-44 firmado entre o Município de Caçador, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades.

Nome
Nilza Maria Kovalski
Luiz Ferreira dos Santos
Karina Ferreira dos Santos
Claudio Stank

Os cidadãos acima convocados deverão se apresentar nos locais acima indicado, no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da publicação do presente Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso no Programa, e quando da implantação deste o direito de permanecer nas áreas que atualmente ocupam.

Caçador, 22 de março de 2012.

IMAR ROCHA,
Prefeito Municipal

MARINÊS DALAVECHIA COLAÇO,
Secretária Municipal de Assistência Social

Ata 40-2012 Prefeitura

Ata nº 40/2012 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2012 - Registro de Preços para aquisição de CAP 50-70, CM-30, RM-1C, Xisto, estimados para o período de 12 (doze) meses, destinados à pavimentação asfáltica. Fornecedor: ASFALTOS NORDESTE LTDA- CNPJ nº 01.791.741/0002-81- Araucária, PR. Valor: R\$ 558.000,00.

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
04	300	Tonelada	Xisto	R\$ 1.860,00	R\$ 558.000,00

TOTAL R\$ 558.000,00

Ata 41-2012 Prefeitura

Ata nº 41/2012 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2012 - Registro de Preços para aquisição de CAP 50-70, CM-30, RM-1C, Xisto, estimados para o período de 12 (doze) meses, destinados à pavimentação asfáltica. Fornecedor: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA- CNPJ nº 82.381.815/0001-22- Curitiba, PR. Valor: R\$ 392.000,00.

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
03	350	Tonelada	Emulsão RM-1C	R\$ 1.120,00	R\$ 392.000,00

TOTAL R\$ 392.000,00

Ata 42-2012 Prefeitura

Ata nº 42/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2012 – Registro de preços para contratação de empresa para prestações de serviços de instalação e manutenção elétrica para Prefeitura Municipal como órgão gerenciador, e demais fundos, fundações e autarquias municipais. Fornecedor: ELETRO COMERCIAL MW LTDA- CNPJ nº 79.400.065/0001-84– Caçador, SC. Valor: R\$ 959.000,00.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRICAO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
------	-------	------	-----------	-------	----------	-----------

1	1.050	UNID	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20 W, SELO PROCEL/ INMETRO SENDO: 400 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Bem Estar, 100 unidades para Cultura, 100 unidades para Esporte, 200 unidades para Fundema, 100 unidades para Habitação 100 unidades para Ippuc	AVANT	3,3711	3.539,65
2	370	UNID	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 32 W. SELO PROCEL/ INMETRO SENDO: 200 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esportes, 50 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação 50 unidades para Ippuc	AVANT	3,2757	1.212,01
3	1.450	UNID	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/ INMETRO SENDO: 600 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Bem Estar, 100 unidades para Cultura, 100 unidades para Esporte, 300 unidades para Fundema, 100 unidades para Habitacao 200 unidades para Ippuc	AVANT	3,0771	4.461,80
4	250	UNID	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 110 W, SELO PROCEL/ INMETRO SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 100 unidades para Fundema 50 unidades para Ippuc	PHILIPS	8,884	2.221,00

5	450	UNID	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 200 unidades para prefeitura, 200 unidades para fundema 50 unidades para Ippuc	AVANT	8,721	3.924,45
6	120	UNID	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema 50 unidades para Ippuc	AVANT	10,7062	1.284,74
7	320	UNID	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 70 unidades para prefeitura, 200 unidades para Fundema 50 unidades para Ippuc	AVANT	12,337	3.947,84
8	200	UNID	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 70W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 100 unidades para Fundema 50 unidades para Ippuc	AVANT	13,5777	2.715,54
9	150	UNID	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 150 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema 50 unidades para Ippuc	AVANT	13,5777	2.036,66
10	150	UNID	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 50 unidades para Ippuc	AVANT	15,7544	2.363,16

11	400	UNID	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 200 unidades para Fundema, 100 unidades para Ippuc	AVANT	17,7397	7.095,88
12	100	UNID	LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 80 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Ippuc	AVANT	3,2048	320,48
13	100	UNID	LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 250 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Ippuc	AVANT	5,8991	589,91
14	100	UNID	LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 400 W, SELO PROCEL/INMETRO-SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Ippuc	AVANT	8,6784	867,84
15	420	UNID	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 20 W SENDO: 200 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc	AVANT	4,6228	1.941,58
16	400	UNID	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W SENDO: 200 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc	AVANT	5,1404	2.056,16

17	900	UNID	LÂMPADA INCANDESCENTE 40 W COM FILAMENTO REFORÇADO SENDO: 400 unidades para Prefeitura, 300 unidades para Fundema, 200 unidades para Ippuc	OSRAM	1,0919	982,71
18	1.500	UNID	LÂMPADA INCANDESCENTE 60 W COM FILAMENTO REFORÇADO SENDO: 800 unidades para Prefeitura, 500 unidades para Fundema, 200 unidades para Ippuc	OSRAM	3,8216	5.732,40
19	1.000	UNID	LÂMPADA INCANDESCENTE 100 W COM FILAMENTO REFORÇADO SENDO: 400 unidades para Prefeitura, 400 unidades para Fundema, 200 unidades para Ippuc	OSRAM	4,4172	4.417,20
20	1.000	UNID	LÂMPADA INCANDESCENTE 150 W COM FILAMENTO REFORÇADO SENDO: 400 unidades para Prefeitura, 400 unidades para Fundema, 200 unidades para Ippuc	OSRAM	2,7794	2.779,40
21	3	UNID	LÂMPADA HALÓGENA PAR 30, 75 W, 220 V SENDO: 03 unidades para Prefeitura	AVANT	5,4027	16,21
22	40	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 80 W, USO EXTERNO SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Ippuc	HGE	19,1577	766,31
23	40	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 250 W, USO EXTERNO SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Ippuc	HGE	33,3523	1.334,09

24	40	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 400 W, USO EXTERNO SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Ippuc	HGE	38,4147	1.536,59
25	90	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 70 W, USO EXTERNO SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	HGE	23,5608	2.120,47
26	90	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 150 W, USO EXTERNO SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	INTRAL	38,9819	3.508,37
27	90	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 250 W, USO EXTERNO SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	INTRAL	38,7196	3.484,76
28	170	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 400 W, USO EXTERNO SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	INTRAL	43,307	7.362,19
29	220	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70 W, USO EXTERNO SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	HGE	23,5678	5.184,92

30	80	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 150 W, USO EXTERNO SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	HGE	26,9215	2.153,72
31	160	UNID	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W, USO EXTERNO SENDO: 40 unidades para Prefeitura, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	HGE	46,9513	7.512,21
32	460	UNID	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x20 W SENDO: 200 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação 50 unidades para Ippuc	INTRAL	10,8906	5.009,68
33	505	UNID	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x32 W SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 100 unidades para Cultura, 100 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 100 unidades para Habitação 50 unidades para Ippuc	INTRAL	12,2448	6.183,62

34	650	UNID	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W SENDO: 400 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação 50 unidades para Ippuc	INTRAL	12,1384	7.889,96
35	140	UNID	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x110 W SENDO: 40 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 50 unidades para Ippuc	INTRAL	35,7488	5.004,83
36	260	UNID	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X20 W, COM CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE, SOBREPOR, COM REFLETOR EM PLACA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA REFLETÂNCIA, SEM DIFUSOR SENDO: 60 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação 30 unidades para Ippuc	LUMI-BRAS	8,5082	2.212,13

37	100	UNID	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X32 W, COM CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE, SOBREPOR, COM REFLETOR EM PLACA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA REFLETÂNCIA, SEM DIFUSOR SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 50 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação 10 unidades para Ippuc	LUMI-BRAS	12,0533	1.205,33
38	350	UNID	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X40 W, COM CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE, SOBREPOR, COM REFLETOR EM PLACA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA REFLETÂNCIA, SEM DIFUSOR.SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação 50 unidades para Ippuc	LUMI-BRAS	15,5985	5.459,48

39	90	UNID	LUMINÁRIA INDUSTRIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X110 W, COM CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE, SOBREPOR, COM REFLETOR EM PLACA DE CHAPA DE AÇO FOSFATIZADO. SENDO: 20unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	LUME-PETRO	21,2706	1.914,35
40	700	UNID	TOMADA SIMPLES 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136 SENDO: 200 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte, 200 unidades para Fundema, 50 unidades para Habitação 100 unidades para Ippuc	PEZZI	2,4816	1.737,12
41	450	UNID	TOMADA SIMPLES 2P + T, 20 A, 250 V - NBR 14136 SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 50 unidades para Habitação 50 unidades para Ippuc	PEZZI	2,5525	1.148,63

42	440	UNID	PLUGUE MONO-FÁSICO 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136 SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação 100 unidades para Ippuc	PEZZI	2,6943	1.185,49
43	390	UNID	PLUGUE MONO-FÁSICO 2P + T, 20 A, 250 V - NBR 14136 SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação 50 unidades para Ippuc	PEZZI	4,1123	1.603,80
44	2.200	ME-TRO	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO 1" SENDO: 600 metros para Prefeitura, 100 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 600 metros para Fundema, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORTU-BO	1,1344	2.495,68

45	1.400	ME-TRO	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO 1.1/4" SENDO: 400 metros para Prefeitura, 100 metros para Bem Estar, 100 metros para Cultura, 100 metros para Esporte, 400 metros para Fundema, 100 metros para Habitação 200 metros para Ippuc	CORTU-BO	1,8435	2.580,90
46	1.100	ME-TRO	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO 2" SENDO: 300 metros para Prefeitura, 100 metros para Bem Estar, 100 metros para Cultura, 100 metros para Esporte, 300 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORTU-BO	2,5525	2.807,75
47	1.100	ME-TRO	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO 3" SENDO: 300 metros para Prefeitura, 100 metros para Bem Estar, 100 metros para Cultura, 100 metros para Esporte, 300 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORTU-BO	3,7011	4.071,21
48	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL MULTIPOLAR 0,6/1 kV, 3x2,5 mm2 SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,6024	7.371,04

49	2.100	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL MULTIPOLAR 0,6/1 kV, 3x16 mm2 SENDO: 800 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	8,9762	18.850,02
50	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL MULTIPOLAR 0,6/1 kV, 3x25 mm2 SENDO: 800 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 100 metros para Cultura, 100 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	13,8968	26.403,92
51	2.000	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,5034	1.006,80
52	2.000	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,5034	1.006,80
53	2.000	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,5034	1.006,80

54	2.000	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,5034	1.006,80
55	2.000	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,5034	1.006,80
56	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,7941	1.032,33
57	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,7941	1.032,33
58	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,7941	1.032,33
59	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,7941	1.032,33

60	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,7941	1.032,33
61	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	1,0706	1.391,78
62	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	1,0706	1.391,78
63	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	1,0706	1.391,78
64	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	1,0706	1.391,78
65	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	1,0706	1.391,78

66	4.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação 400 metros para Ippuc	CORFIO	1,8931	8.518,95
67	4.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação 400 metros para Ippuc	CORFIO	1,8931	8.518,95
68	4.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 400 metros para Ippuc	CORFIO	1,8931	8.518,95

69	4.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação 400 metros para Ippuc	CORFIO	1,8931	8.518,95
70	4.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAM. VERMELHO SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação 400 metros para Ippuc	CORFIO	1,8931	8.518,95
71	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação 200 metros para Ippuc	CORFIO	4,4456	11.114,00

72	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação 200 metros para Ippuc	CORFIO	4,4456	11.114,00
73	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação 200 metros para Ippuc	CORFIO	4,4456	11.114,00
74	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação 200 metros para Ippuc	CORFIO	4,4456	11.114,00

75	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação 200 metros para Ippuc	CORFIO	4,4456	11.114,00
76	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	5,9983	10.796,94
77	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	5,9983	10.796,94

78	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	5,9983	10.796,94
79	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	5,9983	10.796,94
80	2.300	ME-TRO	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 200 metros para Ippuc	CORFIO	5,9983	13.796,09
81	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,4112	1.028,00

82	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,4112	1.028,00
83	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,4112	1.028,00
84	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,4112	1.028,00
85	2.500	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,4112	1.028,00
86	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.161,36
87	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.161,36

88	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.161,36
89	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.161,36
90	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.161,36
91	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9572	1.722,96
92	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	1,1203	2.016,54
93	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9572	1.722,96

94	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAM. BRANCO OU CINZA SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9572	1.722,96
95	1.800	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9572	1.722,96
96	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,7655	8.121,30
97	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,7655	8.121,30

98	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,7655	8.121,30
99	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,7655	8.121,30
100	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,7655	8.121,30

101	2.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,2476	5.169,48
102	2.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,2476	5.169,48
103	2.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,2476	5.169,48
104	2.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,2476	5.169,48
105	2.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,2476	5.169,48

106	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	4,2541	5.530,33
107	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	4,2541	5.530,33
108	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	4,2541	5.530,33
109	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	4,2541	5.530,33
110	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	4,2541	5.530,33

111	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	5,7998	7.539,74
112	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	5,7998	7.539,74
113	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	5,7998	7.539,74
114	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	5,7998	7.539,74
115	1.300	ME-TRO	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 300 metros para Ippuc	CORFIO	5,7998	7.539,74

116	4.100	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,2482	1.017,62
117	4.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Esporte, 300 metros para Cultura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,2482	1.092,08
118	4.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Esporte, 300 metros para Cultura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,2482	1.092,08

119	4.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Esporte, 300 metros para Cultura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,2482	1.092,08
120	4.100	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,2482	1.017,62
121	6.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Cultura, 300 metros para Esporte, 2.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,3971	2.541,44

122	6.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Cultura, 300 metros para Esporte, 2.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,3971	2.541,44
123	6.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Cultura, 300 metros para Esporte, 2.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,3971	2.541,44
124	6.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Cultura, 300 metros para Esporte, 2.000 metros para Fundema, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,3971	2.541,44

125	6.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 300 metros para Cultura, 300 metros para Esporte, 2.000 metros para Fundação, 500 metros para Habitação, 800 metros para Ippuc	CORFIO	0,3971	2.541,44
126	2.100	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.354,92
127	2.100	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.354,92

128	2.100	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.354,92
129	2.100	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.354,92
130	2.100	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,6452	1.354,92

131	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9501	1.805,19
132	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9501	1.805,19
133	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9501	1.805,19

134	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9501	1.805,19
135	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	0,9501	1.805,19
136	4.400	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundação, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,652	7.268,80

137	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundação, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,652	7.599,20
138	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundação, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,652	7.599,20
139	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundação, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,652	7.599,20

140	4.600	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 2.000 metros para Prefeitura, 200 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 1.000 metros para Fundação, 500 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,652	7.599,20
141	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,6376	5.011,44
142	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundação, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,6376	5.011,44

143	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,6376	5.011,44
144	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,6376	5.011,44
145	1.900	ME-TRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO SENDO: 500 metros para Prefeitura, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação, 300 metros para Ippuc	CORFIO	2,6376	5.011,44

146	2.500	ME-TRO	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, QUADRUPLIX, 3X1X10+10 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 1.000 metros para Prefeitura, 1.000 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,7442	4.360,50
147	1.200	ME-TRO	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, QUADRUPLIX, 3X1X25+25 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	3,7578	4.509,36
148	1.200	ME-TRO	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, QUADRUPLIX, 3X1X35+35 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CON-DUSPAR	5,5162	6.619,44
149	1.500	ME-TRO	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, TRIPLEX, 2X1X10+10 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,255	1.882,50

150	1.200	ME-TRO	CABOS MULTIPLE-XADOS E AUTOSUS-TENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, TRIPLEX, 2X1X25+25 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	2,7439	3.292,68
151	1.200	ME-TRO	CABOS MULTIPLE-XADOS E AUTOSUS-TENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, TRIPLEX, 2X1X35+35 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CON-DUSPAR	4,4881	5.385,72
152	1.500	ME-TRO	CABOS MULTIPLE-XADOS E AUTOSUS-TENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, DUPLEX, 1X1X10+10 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 500 metros para Ippuc	CORFIO	0,7657	1.148,55
153	1.200	ME-TRO	CABOS MULTIPLE-XADOS E AUTOSUS-TENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, DUPLEX, 1X1X25+25 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	1,7371	2.084,52

154	1.200	ME-TRO	CABOS MULTIPLE-XADOS E AUTOSUS-TENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, DUPLEX, 1X1X35+35 MM2, COM TRATAMENTO UV SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CON-DUSPAR	2,5525	3.063,00
155	2.600	ME-TRO	CABO DE COBRE NU 10 MM2, CLASSE 2 SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Bem Estar, 200 metros para Cultura, 200 metros para Esporte, 500 metros para Fundema, 200 metros para Habitação, 500 metros para Ippuc	CORFIO	1,6166	4.203,16
156	1.200	ME-TRO	CABO DE COBRE NU 16 MM2, CLASSE 2 SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	2,6305	3.156,60
157	1.200	ME-TRO	CABO DE COBRE NU 25 MM2, CLASSE 2 SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	3,5593	4.271,16

158	1.200	ME-TRO	CABO DE COBRE NU 35 MM2, CLASSE 2 SENDO: 500 metros para Prefeitura, 500 metros para Fundema, 200 metros para Ippuc	CORFIO	5,3744	6.449,28
159	50	UNID	DISJUNTOR UNIPO-LAR, PADRÃO NEMA, 15 A, 2 KA SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	ELE-TRO-MAR	4,4668	223,34
160	50	UNID	DISJUNTOR UNIPO-LAR, PADRÃO NEMA, 20 A, 2 KA SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	ELE-TRO-MAR	4,4668	223,24

161	50	UNID	DISJUNTOR UNIPO-LAR, PADRÃO NEMA, 25 A, 2 KA SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	ELE-TRO-MAR	4,4668	223,24
162	35	UNID	DISJUNTOR TRIPO-LAR, PADRÃO NEMA, 30 A, 5 KA SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	ELE-TRO-MAR	24,8866	871,03
163	35	UNID	DISJUNTOR TRIPO-LAR, PADRÃO NEMA, 40 A, 5 KA SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	ELE-TRO-MAR	24,8866	871,03

164	35	UNID	DISJUNTOR TRIPO- LAR, PADRÃO NEMA, 50 A, 5 KA SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	ELE- TRO- MAR	25,3475	887,16
165	35	UNID	DISJUNTOR TRIPO- LAR, PADRÃO NEMA, 70 A, 5 KA SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	ELE- TRO- MAR	40,9601	1.433,60
166	70	UNID	DISJUNTOR UNIPO- LAR, PADRÃO DIN, 16 A, 2 KA SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	ABB	3,063	214,41

167	70	UNID	DISJUNTOR UNIPO- LAR, PADRÃO DIN, 20 A, 2 KA SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	ABB	3,063	214,41
168	70	UNID	DISJUNTOR UNIPO- LAR, PADRÃO DIN, 25 A, 2 KA SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	ABB	3,063	214,41
169	70	UNID	DISJUNTOR UNIPO- LAR, PADRÃO DIN, 32 A, 2 KA SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	ABB	3,063	214,41

170	35	UNID	DISJUNTOR TRIPO- LAR, PADRÃO DIN, 10 A, 5 KA SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte,	ABB	22,2562	778,97
			5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc			
171	35	UNID	DISJUNTOR TRIPO- LAR, PADRÃO DIN, 16 A, 5 KA SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte,	ABB	22,2562	778,97
			5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc			
172	35	UNID	DISJUNTOR TRIPO- LAR, PADRÃO DIN, 25 A, 5 KA SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte,	ABB	22,2562	778,97
			5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc			

173	35	UNID	DISJUNTOR TRIPO- LAR, PADRÃO DIN, 32 A, 5 KA SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte,	ABB	22,2562	778,97
			5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc			
174	290	UNID	HASTE DE ATERRA- MENTO 5/8"X2,40 M, CAMADA DE COBRE 254 µM SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte,	INCESA	10,6353	3.084,24
			50 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc			
175	60	UNID	POSTE DE CON- CRETO DT 7/100 DAN SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte,	IN- DAIAL	198,5257	11.911,54
			10 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc			

176	15	UNID	POSTE DE CONCRETO DT 7/150 DAN SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	IN-DAIAL	106,3531	1.595,30
177	15	UNID	POSTE DE CONCRETO DT 7/200 DAN SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	IN-DAIAL	106,3531	1.595,30
178	15	UNID	POSTE DE CONCRETO DT 7/300 DAN SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	IN-DAIAL	106,3531	1.595,30
179	95	UNID	POSTE DE CONCRETO DT 10/100 DAN SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte, 20 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	IN-DAIAL	141,8041	13.471,39
180	15	UNID	POSTE DE CONCRETO DT 10/150 DAN SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	IN-DAIAL	353,0922	5.296,38

181	15	UNID	POSTE DE CONCRETO DT 10/200 DAN SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	IN-DAIAL	141,8041	2.127,06
182	15	UNID	POSTE DE CONCRETO DT 10/300 DAN SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	IN-DAIAL	141,8041	2.127,06
183	215	UNID	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA GALVANIZADO A FOGO 1X1 SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 30 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	7,4447	1.600,61
184	215	UNID	ISOLADOR ROLDANA DE PORCELANA, 72X72 MM SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 30 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	2,4107	518,30

185	210	UNID	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1" - BARRA 3,0 M SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 20 unidades para Ippuc	TIGRE	5,6722	1.191,16
186	110	UNID	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1.1/4" - BARRA 3,0 M SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 20 unidades para Ippuc	TIGRE	11,3443	1.247,87
187	60	UNID	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1.1/2" - BARRA 3,0 M SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	TIGRE	12,0533	723,20
188	30	UNID	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 2" - BARRA 3,0 M SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Ippuc	TIGRE	14,8894	446,68

189	65	UNID	CURVA PVC RÍGIDO 180°, 1" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	TIGRE	2,8361	184,35
190	65	UNID	CURVA PVC RÍGIDO 180°, 1.1/4" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	TIGRE	3,5451	230,43
191	130	UNID	CURVA PVC RÍGIDO 90°, 1" SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 20 unidades para Ippuc	TIGRE	1,2762	165,91

192	110	UNID	CURVA PVC RÍGIDO 90°, 1.1/4" SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Esporte, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 20 unidades para Ippuc	TIGRE	2,0562	226,18
193	60	UNID	CURVA PVC RÍGIDO 90°, 1.1/2" SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	TIGRE	2,6234	157,40
194	290	UNID	LUVA DE PVC RÍGIDO 1" SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte, 50 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc	TIGRE	0,6381	185,05
195	290	UNID	LUVA DE PVC RÍGIDO 1.1/4" SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte, 50 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc	TIGRE	1,3471	390,66

196	150	UNID	LUVA DE PVC RÍGIDO 1.1/2" SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 50 unidades para Ippuc	TIGRE	1,418	212,70
197	150	UNID	LUVA DE PVC RÍGIDO 2" SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Fundema, 50 unidades para Ippuc	TIGRE	2,9779	446,69
198	200	UNID	BUCHA DE ALUMÍNIO 1" SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 30 unidades para Ippuc	TRA-MONTI-NA	1,0635	212,70
199	200	UNID	BUCHA DE ALUMÍNIO 1.1/4" SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 30 unidades para Ippuc	TRA-MONTI-NA	1,0635	212,70

200	120	UNID	BUCHA DE ALUMÍNIO 1.1/2" SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 30 unidades para Ippuc	TRA-MONTI-NA	1,1344	136,13
201	90	UNID	BUCHA DE ALUMÍNIO 2" SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Ippuc	TRA-MONTI-NA	1,7655	158,90
202	200	UNID	ARRUELA DE ALUMÍNIO 1" SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 30 unidades para Ippuc	TRA-MONTI-NA	0,6523	130,46
203	200	UNID	ARRUELA DE ALUMÍNIO 1.1/4" SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 30 unidades para Ippuc	TRA-MONTI-NA	1,1273	225,46

204	90	UNID	ARRUELA DE ALUMÍNIO 1.1/2" SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Ippuc	TRA-MONTI-NA	1,1415	102,74
205	90	UNID	ARRUELA DE ALUMÍNIO 2" SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Ippuc	TRA-MONTI-NA	1,7655	158,90
206	440	ME-TRO	CINTA DE ALUMÍNIO PARA POSTE COM PRESILHA SENDO: 70 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 70 unidades para Cultura, 70 unidades para Esporte, 70 unidades para Fundema, 70 unidades para Habitação, 70 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	1,0635	467,94
207	130	UNID	ABRAÇADEIRA UNIVERSAL PARA CAIXA DE MEDIDOR SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 20 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	4,2541	553,03

208	65	UNID	CAIXA MEDIDOR MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte,	OLIFE	31,1969	2.027,80
			10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc			
209	35	UNID	CAIXA MEDIDOR TRIFÁSICO, PADRÃO CELESC SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte,	OLIFE	74,4472	2.605,65
			5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc			
210	285	UNID	ALÇA PRÉ-FORMADA PARA MENSAGEIRO 7,5 MM SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte,	VAL-VERDE	1,9285	549,62
			50 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc			

211	285	UNID	OLHAL PARA PARAFUSO 5000 DAN SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte,	VAL-VERDE	6,8066	1.939,88
			50 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc			
212	285	UNID	SAPATILHA 5000 DAN PARA CABO DE AÇO ATÉ 9,5 MM SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte,	VAL-VERDE	1,0635	303,10
			50 unidades para Fundema, 30 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc			
213	380	UNID	CARTUCHO PARA CONECTOR CUNHA – VERMELHO SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte,	VAL-VERDE	4,0414	1.535,73
			100 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 100 unidades para Ippuc			

214	380	UNID	CONECTOR UDC ASSIMÉTRICO, TIPO A SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 100 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	2,7652	1.050,78
215	190	UNID	CONECTOR DE PERFURAÇÃO PIERCING, 16X70-1,5X1,0 MM2 SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 50 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	3,5451	673,57
216	190	UNID	CONECTOR DE PERFURAÇÃO PIERCING, 35X70- 6X35 MM2 SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 50 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	6,4521	1.225,90

217	380	UNID	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X125 MM SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 100 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	2,5525	969,95
218	190	UNID	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X300 MM SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 50 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	3,8996	740,92
219	190	UNID	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X350 MM SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 50 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	4,7504	902,58

220	760	UNID	PORCA QUADRADA ROSCA M16 SENDO: 200 unidades para Prefeitura, 40 unidades para Bem Estar, 40 unidades para Cultura, 40 unidades para Esporte, 200 unidades para Fundema, 40 unidades para Habitação, 200 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	0,9926	754,38
221	1.520	UNID	ARRUELA QUADRADA 16 MM SENDO: 400 unidades para Prefeitura, 80 unidades para Bem Estar, 80 unidades para Cultura, 80 unidades para Esporte, 400 unidades para Fundema, 80 unidades para Habitação, 400 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	0,4254	646,61
222	50	UNID	CAPACETE DE ALUMÍNIO 1" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	1,9144	95,72

223	50	UNID	CAPACETE DE ALUMÍNIO 1.1/4" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	2,3398	116,99
224	30	UNID	CAPACETE DE ALUMÍNIO 1.1/2" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	2,3398	70,19
225	30	UNID	CAPACETE DE ALUMÍNIO 2" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	3,616	108,48
226	35	UNID	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO A FOGO 1"X3,0 M - NBR 5598 SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	CON-FERCON	44,6683	1.563,39

227	35	UNID	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO A FOGO 1.1/4"X3,0 M - NBR 5598 SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte,	CON-FERCON	57,4307	2.010,07
228	15	UNID	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO A FOGO 1.1/2"X3,0 M - NBR 5598 SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	CON-FERCON	73,7381	1.106,07
229	15	UNID	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO A FOGO 2"X3,0 M - NBR 5598 SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	CON-FERCON	93,5907	1.406,86
230	70	UNID	LUVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 1" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	CON-FERCON	5,3886	377,20

231	70	UNID	LUVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 11/4" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	CON-FERCON	7,6574	536,02
232	30	UNID	LUVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 1.1/2" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Ippuc	CON-FERCON	9,9263	536,02
233	30	UNID	LUVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 2" SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema, 10 unidades para Ippuc	CON-FERCON	15,2439	457,32
234	35	UNID	CURVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 90° 1" SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	CON-FERCON	19,4981	682,43

235	35	UNID	CURVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 90° 1.1/4" SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	CON-FERCON	30,4879	1.067,08
236	15	UNID	CURVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 90° 1.1/2" SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	CON-FERCON	36,16	542,40
237	15	UNID	CURVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 90° 2" SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc	CON-FERCON	68,775	1.031,63
238	380	UNID	FITA ISOLANTE EM PVC, ANTICHAMA, 19 MM X 10 M SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Bem Estar, 20 unidades para Cultura, 20 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 20 unidades para Habitação, 100 unidades para Ippuc	ELE-TRO-MAR	1,0635	404,13

239	80	UNID	FITA AUTOFUSÃO 19 MM X 10 M SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 20 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 20 unidades para Ippuc	ELE-TRO-MAR	7,4447	595,58
240	240	UNID	PROJETO RETANGULAR PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400 W, BASE E-40, USO EXTERNO SENDO: 80 unidades para Prefeitura, 80 unidades para Fundema, 80 unidades para Ippuc	AL-CANCY	26,9428	6.466,27
241	60	UNID	CRUZETA TUBULAR DE AÇO 90X90X2000 MM, PADRÃO CELESC SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	ELE-TRO-POLL	95,7178	5.743,07
242	60	UNID	MÃO FRANCESA PERFILADA 726 MM SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	17,0165	1.020,99

243	210	UNID	<p>TERMINAL SAPATA 25 MM2 SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 30 unidades para Bem Estar, 30 unidades para Cultura, 30 unidades para Esporte,</p>	INCESA	1,8789	394,57
244	90	UNID	<p>TERMINAL SAPATA 35 MM2 SENDO: 30 unidades para Prefeitura, 30 unidades para Fundema, 30 unidades para Ippuc</p>	INCESA	2,4107	216,96
245	60	UNID	<p>RELÉ FOTOELÉTRICO 220 V, NF COM BASE.SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc</p>	TECNO-WATT	27,2973	1.637,84
246	60	UNID	<p>CHAVE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1X30 A, 220 V SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc</p>	TECNO-WATT	92,1727	5.530,36
247	60	UNID	<p>CHAVE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1X50 A, 220 V SENDO: 20 unidades para Prefeitura, 20 unidades para Fundema, 20 unidades para Ippuc</p>	TECNO-WATT	107,7711	6.466,27

248	15	UNID	<p>CONTATOR TRIPO-LAR, 22 A (REGIME AC-1), BOBINA DE ALIMENTAÇÃO 220 VCA, 60 HZ SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc</p>	ABB	42,5412	638,12
249	15	UNID	<p>CONTATOR TRIPO-LAR, 40 A (REGIME AC-1), BOBINA DE ALIMENTAÇÃO 220 VCA, 60 HZ SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc</p>	ABB	116,9884	1.754,83
250	15	UNID	<p>CONTATOR TRIPO-LAR, 60 A (REGIME AC-1), BOBINA DE ALIMENTAÇÃO 220 VCA, 60 HZ SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema, 5 unidades para Ippuc</p>	ABB	241,067	3.616,01
251	180	UNID	<p>BLOCO AUTÔNOMO DE EMERGÊNCIA COM 2 LÂMPADAS FLUORESCENTES COMPACTAS 8 W, 220 V SENDO: 50 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Cultura, 10 unidades para Esporte, 50 unidades para Fundema, 10 unidades para Habitação, 50 unidades para Ippuc</p>	AVANT	21,2706	3.828,71

252	55	UNID	BLOCO AUTÔNOMO DE EMERGÊNCIA COM 2 LÂMPADAS HALÓGENAS 55 W, 220 V SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 10 unidades para Ippuc	SATELITE	241,067	13.258,69
253	455	UNID	CANALETA PLÁSTICA 20X10X2100 MM , SEM DIVISÓRIA INTERNA SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 50 unidades para Habitação, 100 unidades para Ippuc	IRIEL	2,198	1.000,09
254	500	UNID	CANALETA PLÁSTICA 20X10X2100 MM , COM DIVISÓRIA INTERNA SENDO: 100 unidades para Prefeitura, 50 unidades para Bem Estar, 50 unidades para Cultura, 50 unidades para Esporte, 100 unidades para Fundema, 50 unidades para Habitação, 100 unidades para Ippuc	IRIEL	2,198	1.099,00

255	45	UNID	TAMPA PARA CAIXA DE PASSAGEM EM FERRO FUNDIDO 700X460 MM, RESISTÊNCIA 125 KN - NBR 10160, PADRÃO CELESC SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Bem Estar, 5 unidades para Cultura, 5 unidades para Esporte, 10 unidades para Fundema, 5 unidades para Habitação, 5 unidades para Ippuc	VAL-VERDE	95,7178	4.307,30
256	20	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 0,5 CV, IV PÓLOS SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema,	MW	102,808	2.056,16
257	20	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 1 CV, IV PÓLOS SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema,	MW	115,5703	2.311,41
258	20	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 2 CV, IV PÓLOS SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema,	MW	148,1853	2.963,71
259	20	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 3 CV, IV PÓLOS SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema,	MW	171,583	3.431,66

260	20	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRI-FÁSICO 5 CV, IV PÓLOS SENDO: 10 unidades para Prefeitura, 10 unidades para Fundema,	MW	225,4685	4.509,37
261	10	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 7,5 CV, IV PÓLOS SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema,	MW	309,1329	3.091,33
262	10	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRI-FÁSICO 10 CV, IV PÓLOS SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema,	MW	365,1456	3.651,46
263	10	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRI-FÁSICO 15 CV, IV PÓLOS SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema,	MW	438,1747	4.381,75
264	10	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRI-FÁSICO 20 CV, IV PÓLOS SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema,	MW	604,0855	6.040,86
265	10	UNID	REBOBINAGEM DE MOTOR TRI-FÁSICO 30 CV, IV PÓLOS SENDO: 5 unidades para Prefeitura, 5 unidades para Fundema,	MW	954,3416	9.543,42
266	100	UNID	DISPOSITIVO DR 25 A, 30 MA, 220 VCA, BIPOLAR (FASE E NEUTRO) SENDO: 100 unidades para Prefeitura,	ABB	87,2095	8.720,95

267	100	UNID	DISPOSITIVO DR 25 A, 100 MA, 220 V, BIPOLAR (FASE E NEUTRO) SENDO: 100 unidades para Prefeitura,	ABB	86,5005	8.650,05
268	50	UNID	DISPOSITIVO DR 80 A, 300 MA, 380/220 VCA, TETRAPOLAR (3 FASES E NEUTRO) SENDO: 50 unidades para Prefeitura,	ABB	159,5296	7.976,48
269	80	UNID	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DPS, MONOBLOCO, CORRENTE NOMINAL DE DESCARGA 20 KA, TENSÃO NOMINAL 380/220 VCA.SENDO: 80 unidades para Prefeitura,	PHOE-NIX	60,2667	4.821,34
270	300	UNID	ADAPTADOR PLUGUE 2P+T (PADRÃO NOVO - NBR 14136) SENDO: 300 unidades para Prefeitura,	PEZZI	5,3177	1.595,31
271	100	UNID	TOMADA DUPLA 2P+T, 10 A PARA CAIXA 75X65X35 MM SENDO: 100 unidades para Prefeitura,	IRIEL	7,7992	779,92
272	500	UNID	CAIXA DE SOBREPOR 75X65X35 MM SENDO: 500 unidades para Prefeitura,	IRIEL	1,2762	638,10
273	300	UNID	COTOVELO INTERNO 50X20 MM SENDO: 300 unidades para Prefeitura,	IRIEL	0,3191	95,73
274	200	UNID	TAMPA PARA TOMADA (2P+T) SENDO: 200 unidades para Prefeitura,	IRIEL	0,8508	170,16

275	300	UNID	COTOVELO 90° 50X20 MM SENDO: 300 unidades para Prefeitura,	IRIEL	03191	95,73
276	300	UNID	DERIVAÇÃO EM T 50X20 MM SENDO: 300 unidades para Prefeitura,	IRIEL	0,3191	95,73
277	20	UNID	QUADRO PARA DIS- TRIBUIÇÃO DE ENER- GIA ELÉTRICA PARA ABRIGAR 24 DISJUN- TORES MONOPOLA- RES PADRÃO NEMA, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTOS DE COBRE PARA FASES (AMPACIDADE 150 A), NEUTRO E TERRA SENDO: 20 unidades para Prefeitura,	CEMAR	141,09551	2.821,90
278	20	UNID	QUADRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ABRIGAR 56 DISJUNTORES MO- NOPOLARES PADRÃO DIN, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTOS DE COBRE PARA FASES (AMPACIDADE 150 A), NEUTRO E TERRA.SENDO: 20 unidades para Prefeitura,	CEMAR	255,2474	5.104,95
279	3.540	HORA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INS- TALAÇÃO E MANU- TENÇÃO ELÉTRICA SENDO: 1.500 horas para Prefeitura, 255 horas para Bem Estar, 255 horas para Cultura, 255 horas para Esporte, 765 horas para Fundema, 255 horas para Habitação, 255 horas para Ippuc	MW	17,7255	62.748,27
TOTAL GLOBAL R\$					959.000,00	

Ata 43-2012 Prefeitura

Ata nº 43/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2012 - Registro de preços para aquisição de ar condicionado para a Secretaria de Educação. Fornecedor: PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP- CNPJ nº 00.960.036/0001-17- Concórdia, SC. Valor: R\$ 22.210,00.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	3	UNID	CONDICIONADOR DE AR COM NO MINIMO 30.000 BTUS MONOF 220 V QUENTE E FRIA C/ CONTROLE, INSTALADO E COM GARANTIA DE 12 MESES.	KOMECO/KOS 30QC	2.750,00	8.250,00
2	2	UNID	CONDICIONADOR DE AR COM NO MINIMO 12.000 BTUS MONOF 220 V QUENTE E FRIA C/ CONTROLE INSTALADO E COM GARANTIA DE 12 MESES.	KOMECO/KOS 12QC	1.190,00	2.380,00
3	2	UNID	CONDICIONADOR DE AR COM NO MINIMO 60.000 BTUS. TRIF 380 V QUENTE E FRI C/ CONTROLE INSTALADO E COM GARANTIA DE 12 MESES.	KOMECO/KOP 60QC	4.100,00	8.200,00
4	2	UNID	CONDICIONADOR DE AR COM NO MINIMO 18.000 BTUS MONOF 220 V QUENTE E FRIA C/ CONTROLE INSTALADO E COM GARANTIA DE 12 MESES.	KOMECO/KOS 18QC	1.690,00	3.380,00

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 22.210,00

Ata 44-2012 Prefeitura

Ata nº 44/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012 – Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção das escolas municipais. Fornecedor: CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA EPP- CNPJ nº 05.549.380/0001-31– Caçador, SC. Valor: R\$ 6.878,72.

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	2	UN	MARTELO DE ORELHA 25MM	FAMASTIL	14,95	29,90
4	2	UN	SERROTE DENTE FINO PEQUENO PORTE	VON- DER	18,00	36,00
7	3	UN	LIMA TRIÂNGULO 4"	NICH	8,00	24,00
12	3	UN	ALICATE UNIVERSAL PROFISSIONAL	ROBUST	11,00	33,00
14	3	UN	ALICATE DE BICO LONGO E TORTO	ROBUST	11,30	33,90

15	2	UN	CHAVE DE FENDA 1/8" X 5ª	GEDORE	2,80	5,60
16	2	UN	CHAVE DE FENDA 1/4" 9"	GEDORE	5,95	11,90
17	2	UN	CHAVE DE FENDA 3/16" CABO CURTO	GEDORE	3,36	6,72
18	2	UN	CHAVE DE FENDA 3/8" CABO LONGO	GEDORE	10,50	21,00
20	2	UN	CHAVE PHILIPS 3/16"X 7"	GEDORE	6,00	12,00
26	2	UN	CHAVE DE BOCA 3/8X7/16	ROBUST	5,95	11,90
27	2	UN	CHAVE ESTRELA 3/8X7/16	ROBUST	14,68	29,36
28	2	UN	MANDRIL TIPO BOSCH 1/2"	BOSCH	21,98	43,96
29	70	UN	TARJETAS DE FERRO, TAMANHO ÚNICO	ROCHA	1,05	73,50
32	5	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3,0MM	IRWIN	4,00	20,00
36	3	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 6,0MM	IRWIN	6,40	19,20
37	5	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 7,0MM	IRWIN	7,90	39,50
39	3	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 9,0MM	IRWIN	14,00	42,00
43	5	UN	BROCA P/ CONCRETO 8,0MM	IRWIN	8,00	40,00
44	3	UN	BROCA P/ CONCRETO 10,0MM	IRWIN	11,40	34,20
45	2	UN	BROCA P/ CONCRETO 12,0MM LONGA	IRWIN	29,80	59,60
50	2	UM	SERRA CIRCULAR VÍDEA 185MM X 40 DENTES	VONDER	36,17	72,34
55	50	UN	DISCO DE CORTE 1MM P/ ESMERILHADEIRA	TYROLIT	4,18	209,00
56	30	UN	DISCO DE DESBASTE P/ ESMERILHADEIRA	NORTON	3,22	96,60
61	2	UN	ALICATE DE PRESSÃO	GEDORE	28,00	56,00
63	2	UN	TALHADEIRA FINA	FAMASTIL	10,57	21,14
73	5	KG	ESTOPA TIPO FIO (1 KG)	VONDER	4,56	22,80
79	2	UN	GROSA 10"	NICH	31,96	63,92
81	1	UN	CORTADOR DE VIDROS, TIPO RISCADOR, DIAMANTE. TAMANHO PADRÃO	WORKER	16,21	16,21
102	20	ROLO	FITA ISOLANTE AUTO-FUSÃO	3M	9,28	185,60
106	3	UN	CHAVE DE TESTE 220VOLTS	STANLEY	5,04	15,12
108	1400	UN	REBITE 3.2X12,7MM	POP	0,0691	96,74
109	2	CT	REBITES TIPO POP 3,2X15	POP	8,02	16,04
110	2	CT	REBITES TIPO POP 4X12	POP	11,05	22,10
111	200	CT	REBITES TIPO POP 4X15	POP	11,90	2.380,00
112	300	UN	PARAFUSO ROSCA SOBERBA CABEÇA CHATA C/ FENDA 6.1X90MM	CISER	0,1801	54,03

113	1000	UN	PARAFUSO ROSCA SOBERBA CABEÇA CHATA C/ FENDA 4.5X25MM	CISER	0,0362	36,20
114	1000	UN	PARAFUSO ROSCA SOBERBA CABEÇA CHATA PHILIPS 4.5X35MM	CISER	0,0365	36,50
115	1000	UN	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 4,2X30MM	CISER	0,0377	37,70
116	1000	UN	PARAFUSO CABEÇA REDONDA 3.5X50MM	CISER	0,0457	45,70
117	1000	UN	PARAFUSO CABEÇA PANELA 5,5X50MM	CISER	0,09	90,00
118	1000	UN	PARAFUSO CABEÇA PANELA 3.0X16MM	CISER	0,0244	24,40
119	1000	UN	PARAFUSO CABEÇA PANELA 3.5X40MM	CISER	0,0313	31,30
120	500	UN	PARAFUSO 4,0X12 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0146	7,30
121	500	UN	PARAFUSO 3,5X14 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0126	6,30
122	500	UN	PARAFUSO 2,5X20 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0117	5,85
123	500	UN	PARAFUSO CABEÇA 2,5X16 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0108	5,40
124	500	UN	PARAFUSO 3,5X16 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0133	6,65
125	500	UN	PARAFUSO 4,0X20 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0197	9,85
126	500	UN	PARAFUSO 3,5X25 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0179	8,95
127	1000	UM	PARAFUSO 4,0X25 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0226	22,60
128	500	UN	PARAFUSO 3,5X30 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0197	9,85
129	500	UN	PARAFUSO 4,0X30 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0262	13,10
130	500	UN	PARAFUSOS 3,5X35 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0228	11,40
131	500	UN	PARAFUSO 4,0X40 CABEÇA CHATA PHILIPS	CISER	0,0316	15,80
135	1000	UN	PRESILHAS DE NYLON	VONDER	0,121	121,00
136	1000	UN	BUCHAS DE PLÁSTICO P/ CONCRETO 8MM	VONDER	0,0253	25,30
175	1000	UN	PREGOS DE AÇO NIQUELADO 10X10	VONDER	0,035	35,00
198	1000	UN	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 7.1X110MM C/ ARRUELA DE VEDAÇÃO, PARA TELHADO.	CISER	0,44	440,00
218	20	UN	FITA VEDA ROSCA ROLO C/ 20 MTS	FIRLON	2,97	59,40

222	2	ROLO	FIO DE NYLON P/ CORTE DE GRAMA ROLO COM 100 METROS	WORKER	15,50	31,00
227	10	KG	PREGO 12X15 EM AÇO, COM CABEÇA	BELGO	8,52	85,20
228	10	KG	PREGO 15X18 EM AÇO, COM CABEÇA	BELGO	7,17	71,70
229	16	KG	PREGO 15X21 EM AÇO, COM CABEÇA	BELGO	7,17	114,72
230	15	KG	PREGO 16X24 COM CABEÇA	BELGO	6,65	99,75
231	55	KG	PREGO 17X27 EM AÇO, COM CABEÇA	BELGO	6,39	351,45
232	53	KG	PREGO 18X30 EM AÇO, COM CABEÇA	BELGO	6,09	322,77
233	30	KG	PREGO 18X36 EM AÇO, COM CABEÇA	BELGO	6,10	183,00
234	30	KG	PREGO 19X39 C/ CABEÇA	BELGO	6,25	187,50
235	5	KG	PREGO 6X7 C/ CABEÇA	BELGO	6,99	34,95
236	5	KG	PREGO 8X10 COM CABEÇA	BELGO	7,26	36,30
237	5	KG	PREGO 13X18 C/ CABEÇA	BELGO	7,90	39,50
238	5	KG	PREGO 14X18 C/ CABEÇA	BELGO	7,58	37,90
239	5	KG	PREGO 8X10 SEM CABEÇA	BELGO	15,99	79,95
240	5	KG	PREGO 12X15 SEM CABEÇA	BELGO	8,92	44,60
243	100	UN	DOBRADIÇA 3" P/ PORTA	ROCHA	0,98	98,00
TOTAL GERAL R\$						6.878,72

Ata 45-2012 Prefeitura

Ata nº 45/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012 – Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção das escolas municipais. Fornecedor: CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- CNPJ nº 02.698.562/0001-86– Caçador, SC. Valor: R\$ 106.523,66.

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	2	UN	FITA MÉTRICA C/ 5 METROS	FARMAS-TIL	4,31	8,62
5	3	UN	LIMA TRIÂNGULO 7"	NICHOLSON	10,26	30,78
6	3	UN	LIMA TRIÂNGULO COM 5"	NICHOLSON	9,07	27,21
8	3	UN	LIMA CHATA COM 10"	NICHOLSON	14,93	44,79
9	3	UN	LIMA CHATA 8"	NICHOLSON	6,17	18,51
10	3	UN	ALICATE TURQUESA COM 10"	PARABONI	17,88	53,64
11	3	UN	ALICATE TURQUESA 12"	PARABONI	19,05	57,15
13	3	UN	ALICATE DE BICO RETO LONGO	FAMASTIL	7,60	22,80
19	2	UN	CHAVE PHILIPS 1/8"X 5"	FAMASTIL	3,46	6,92

23	2	UN	CHAVE DE BOCA 16/17	FAMASTIL	5,54	11,08
24	2	UN	CHAVE DE BOCA 18/19	FAMASTIL	6,53	13,06
25	2	UN	CHAVE DE BOCA 20/21	FAMASTIL	6,68	13,36
30	3	UN	ARCO DE SERRA PARA CORTAR FERRO	PARABONI	10,70	32,10
31	30	UN	SERRINHA DE AÇO PARA CORTAR FERRO	NICHOLSON	2,39	71,70
33	5	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3,5MM	BOSCH	2,94	14,70
34	3	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 4,0MM	FAMASTIL	3,10	9,30
35	5	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 5,0MM	FAMASTIL	3,91	19,55
38	5	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 8,0MM	FAMASTIL	8,41	42,05
40	3	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 10,0MM	FAMASTIL	14,50	43,50
41	5	UN	BROCA P/ CONCRETO 5,0MM	FAMASTIL	3,46	17,30
42	5	UN	BROCA P/ CONCRETO 6,0MM	FAMASTIL	4,12	20,60
46	1	CONJ	CONJUNTO COMPLETO DE SERRA COPOS	FECH	14,35	14,35
47	2	UN	REBOLO RETO P/ ESMERIL A-36	REPUXO	17,32	34,64
48	2	UN	REBOLO RETO P/ ESMERIL A-60	REPUXO	17,32	34,64
49	2	CONJ	CONJUNTO DE FORMÕES: 1/4", 1/2", 3/4", 1"	PARABONI	39,93	79,86
51	1	UN	MÁQUINA PLAINADEIRA ELÉTRICA MANUAL, TAMANHO GRANDE	SKILL	273,42	273,42
52	1	UN	MÁQUINA RISCADERA P/ CORTE DE CERÂMICA, TAMANHO GRANDE	CORTAG	219,00	219,00
53	1	UN	MÁQUINA ESMERILHADEIRA 4"/LIXADEIRA ELÉTRICA	SKILL	201,79	201,79
54	1	UN	MOTOR ELÉTRICO 1,5CV BAIXA ROTAÇÃO P/ BETONEIRA	VENCEDORA	900,00	900,00
57	1	UN	ESCADA DE ALUMÍNIO ARTICULADA 12 EM 1	WORKER	1.600,00	1.600,00
58	1	UN	ESCADA ESTICÁVEL EM ALUMÍNIO 7,20MTS	WORKER	600,00	600,00
59	5	UN	CHAVE CONJUGADA BOCA/ ESTRELA 11MM	FAMASTIL	5,16	25,80
60	2	UN	CHAVE CONJUGADA BOCA/ESTRELA 19MM	FAMASTIL	8,01	16,02
64	30	UN	MANGUEIRA CRISTAL SILICONADA 5/16"	CRISTAL	0,95	28,50

65	5	UN	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA MÉDIA	BRABONI	6,38	31,90
67	2	UN	ESPÁTULA DE AÇO 3/4"	FAMASTIL	3,77	7,54
69	1	UN	MARRETA DE BORRACHA C/ CABO	BRABONI	8,92	8,92
70	5	UN	BROCHA P/ PEDREIRO 6"X 2"	BRABONI	2,72	13,60
71	5	UN	FILTRO COM CEPA DE MADEIRA	BRABONI	9,94	49,70
77	5	UN	DESEMPENADEIRA COM ESPUMA	BRABONI	10,70	53,50
78	2	UN	PÉ DE CABRA COM UNHA E ORELHA	BRABONI	21,71	43,42
80	2	UN	MACHADINHO DE FALQUEJO C/ CABO	BRABONI	25,21	50,42
84	50	UN	REATOR 1X40WTS	ECP	14,55	727,50
85	200	UN	REATOR 2X40WTS	ECP	20,82	4.164,00
86	50	UN	REATOR 2X20WTS	ECP	18,23	911,50
88	30	UN	TOMADA DE EM-BUTIR 2P+T	MECATROVIC	4,76	142,80
89	30	UN	TOMADA DE SOBREPOR 2P+T	MECATROVIC	4,35	130,50
90	50	UN	TOMADA DE PLUG MACHO 2P P/ EXTENSÃO	MECATROVIC	1,85	92,50
91	50	UN	TOMADA PLUG FÊMEA 2P P/ EXTENSÃO	MECATROVIC	2,50	125,00
92	30	UN	TOMADA PLUG MACHO 2P+T P/ EXTENSÃO	MECATROVIC	4,05	121,50
93	30	UN	TOMADA PLUG FÊMEA 2P+T P/ EXTENSÃO	MECATROVIC	2,94	88,20
94	30	UN	TOMADA PLUG MACHO 2P+T 'Y' P/ EXTENSÃO	MECATROVIC	9,50	285,00
95	20	UN	INTERRUPTOR 1 TECLA DE SOBREPOR	MECATROVIC	3,32	66,40
96	100	UN	CANAleta 10X20X2000 PVC C/ DIVISÓRIA	MANTAC	2,21	221,00
97	100	UN	CANAleta 20X10X2100 C/ DIVISÓRIA	MANTAC	2,72	272,00
98	100	UN	CANAleta 10X20X2000 PVC S/ DIVISÓRIA	MANTAC	2,20	220,00
99	50	UN	CANAleta 20X40X2000 PVC C/ DIVISÓRIA	MANTAC	8,92	446,00
100	50	UN	CANAleta 20X50X2000 PVC C/ DIVISÓRIA	MANTAC	14,25	712,50
101	50	UN	FITA ISOLANTE PRETA COM 20MTS	TIGRE	2,78	139,00
103	100	ME-TRO	CONDUTOR FLEXÍVEL 1X2,5MM2 AMARELO	CORFIO	0,92	92,00
104	10	UM	RELÉ FOTOELÉTRICO NF	EXATRON	14,38	143,80

107	30	ME-TRO	FITA- GUIA	PASSAFIO	1,99	59,70
134	1000	UN	GRAMPOS FIXADOR DE FIO	RIBEIRO	0,13	130,00
137	100	UN	ADAPTADOR PARA TOMADAS DO ANTIGO SISTEMA PARA O NOVO SISTEMA	MECATRONIC	3,16	316,00
139	100	UN	CONECTOR DE LOUÇA 30 AMPERES	ENERBLU	1,92	192,00
142	50	BARRA	ELETRODUTO PVC ANTI-CHAMA 3/4"	ELETROBRAS	4,64	232,00
144	100	UN	CURVA 180° PVC ANTI-CHAMA 3/4"	ELETROBRAS	0,64	64,00
145	100	UN	CURVA 90° PVC ANTI-CHAMA 3/4"	ELETROBRAS	0,48	48,00
146	30	UN	CURVA 180° PVC ANTI CHAMA 1"	ELETROBRAS	1,28	38,40
147	30	UN	CURVA 90° PVC ANTI-CHAMA 1"	ELETROBRAS	0,71	21,30
148	200	UN	LUVA PVC ANTI-CHAMA C/ ROSCA 3/4"	ELETROBRAS	0,26	52,00
149	500	UN	ROLDANA INTERNA PVC TAMANHO MÉDIO	BENORTE	0,18	90,00
150	50	UN	ROLDANA EXTERNA DE PORCELANA	LORENZETTI	3,11	155,50
159	20	UN	DISJUNTOR TRI-POLAR 70 AMPERES	SOPRANO	98,00	1.960,00
160	20	UN	CAIXA PVC P/ 1 DISJUNTOR	CESMAR	4,40	88,00
161	20	UN	CAIXA PVC P/ 3 DISJUNTORES	CESMAR	14,25	285,00
162	20	UN	CAIXA DE PVC P/ 6 DISJUNTORES	CESMAR	13,87	277,40
166	50	UN	PLACA CEGA PVC 2X2"	MECATRONIC	1,17	58,50
167	50	UN	PLACA CEGA PVC 2X4"	MECATRONIC	1,17	58,50
168	50	UN	CALHA COMERCIAL P/ LÂMPADA FLUORESCENTE 2X40WTS	MEGAFORT	11,70	585,00
169	50	UN	PLACA CEGA 4X4	MECATRONIC	2,34	117,00
171	100	ME-TRO	CANAleta PVC P/ PISO	PIAL	39,65	3.965,00
172	40	UN	CONECTORES DE COBRE P/ ASTE/ ATERRAMENTO	ELETROBRAS	1,23	49,20
173	200	ME-TRO	FIO PARA TELEFONE	SILL	0,45	90,00
174	30	UN	TOMADAS PARA TELEFONE RJ11	MECATRONIC	4,05	121,50
176	100	UN	LÂMPADA INCANDESCENTE 100WTS	OSRAM	1,74	174,00
177	100	M3	AREIA FINA	BEMGUI	76,00	7.600,00
178	100	M3	BRITA Nº 1	MINEROCHA	53,49	5.349,00
179	200	SACO	CIMENTO SACO DE 50KG	SUPREMO	22,49	4.498,00

180	10000	UN	TIJOLOS 6 FUROS 9X14X24CM	CEACA	0,49	4.900,00
181	100	SACO	CAL HIDRATADA SACOS DE 20KG	FRICAL	6,77	677,00
182	50	SACO	ARGAMASSA CIMENTOCOLA ACII SACO C/ 20KG	INKOR	6,00	300,00
183	50	SACO	ARGAMASSA ACII 18KG	INKOR	6,00	300,00
184	50	SACO	ARGAMASSA ACII 20KG	INKOR	16,90	845,00
185	50	SACO	ARGAMASSA CI- MENTOCOLA ACIII SACO COM 20 KG	INKOR	29,40	1.470,00
186	100	M3	PÓ DE PEDRA	MINERO- CHA	52,24	5.224,00
187	20	LITRO	ADITIVO PLAS- TIFICANTE P/ ARGAMASSA	ADITEX	26,70	534,00
188	200	BARRA	FERRO P/ ESTRIBO 4.6MMX12MTS	BELGO	5,48	1.096,00
189	50	BARRA	FERRO NERVURA- DO 6MMX 12MTS	BELGO	13,08	654,00
190	50	BARRA	FERRO NERVURA- DO 8MMX 12MTS	BELGO	20,15	1.007,50
191	50	BARRA	FERRO NERVURA- DO 10MMX12MTS	BELGO	28,76	1.438,00
192	30	BARRA	FERRO NERVURA- DO 12MMX12MTS	BELGO	42,88	1.286,40
193	50	KG	ARAME RECOZIDO	BELGO	6,99	349,50
194	40	UN	TELHA AMIANTO 1.10X1.53MX6MM	IMBRALIT	21,70	868,00
195	100	UN	TELHA AMIANTO 1.10X1,83X6MM	IMBRALIT	24,57	2.457,00
196	100	UN	TELHA AMIANTO 1.10X2,44X 6MM	IMBRALIT	32,65	3.265,00
197	100	UN	CUMEIRA AMIAN- TO 6MM	IMBRALIT	22,60	2.260,00
199	30	UN	TUBO PVC/ ÁGUA 25MM X6 MTS	PLASTILIT	7,58	227,40
200	15	UN	TUBO PVC /ESGO- TO 100MMX6MTS	PLASTILIT	33,40	501,00
201	50	UN	JOELHO 90° PVC/ ÁGUA 20MM	PLASTILITO	0,12	6,00
202	50	UN	JOELHO 90° PVC/ ÁGUA 25MM	PLASTILITO	0,30	15,00
203	15	UN	JOELHO 90° PVC/ ESGOTO100MM	PLASTILIT	1,87	28,05
204	15	UN	JOELHO 45° PVC/ ESGOTO 100MM	PLASTILIT	2,75	41,25
205	15	UN	TUBO PVC/ESGO- TO 50MMX6MTS	PLASTILIT	22,78	341,70
206	100	UN	PLUG ROSCÁVEL 1/2" PVC	PLASTILITO	0,28	28,00
207	50	UN	TORNEIRA DE JARDIM 1/2"	HERC	1,76	88,00
208	50	UN	TORNEIRA DE LAVATÓRIO 1/2"	HERC	6,16	308,00
209	50	UN	SIFÃO AJUSTÁVEL MULTIUSO	BLUKIT	2,97	148,50
210	50	UN	ENGATE FLEXÍVEL 1/2"X40CM	PLASTILIT	2,32	11,60
211	20	UN	REGISTRO DE PVC 25MM	PLASTILIT	5,28	105,60

212	30	UN	EMENDA PARA MANGUEIRA PRE- TA 1/2"	TENNIS	0,32	9,60
213	50	UN	EMENDA PARA MANGUEIRA PRE- TA 3/4"	TENNIS	0,35	17,50
214	50	UN	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO ADULTO	ARCON	9,43	471,50
215	10	CONJ	CONJUNTO DE LOUÇAS PARA BANHEIRO: VASO+ LAVATÓRIO COM COLUNA	DECA	153,00	1.530,00
216	20	UN	ADESIVO PLÁS- TICO PARA PVC RECIPIENTE DE 175GR	TIGRE	8,12	162,40
217	30	UN	CAIXA DE DES- CARGA, MODELO SOBREPOR	ARCON	12,82	384,60
219	50	UN	LUVA SOLDÁVEL PVC/ ÁGUA 20MM	PLASTILITO	0,20	10,00
220	50	UN	LUVA SOLDÁVEL PVC/ÁGUA 25MM	PLASTILITO	0,25	12,50
221	30	SACO	CALFINO SACO DE 20KG	FRICAL	8,50	255,00
223	500	M2	FORRO DE PVC	FENIX	12,07	603,50
224	60	ME- TRO	EMENDA "H" P/ FORRO DE PVC	VITESSE	3,97	238,20
225	200	M2	FORRO DE MADEI- RA DE 1ª	CASA- GRANDE	33,00	660,00
226	200	ME- TRO	CANTONEIRA (MEIA CANA) DE MADEIRA 1ª	CASA- GRANDE	0,80	160,00
241	200	UN	FECHADURA EX- TERNA TAMANHO MÉDIO	SOPRANO	27,42	5.484,00
242	50	UN	FECHADURA EX- TERNA ESTREITA P/ FERRO	SOPRANO	34,00	1.700,00
244	20	CONJ	CONJUNTO DE BATENTES PARA PORTA COM GUARNIÇÕES EM MADEIRA DE LEI	SOPRANO	77,00	1.540,00
245	20	UN	PORTA EXTERNA 0,80X2,10M	MADETEL	157,30	3.146,00
246	100	M2	CERÂMICA PISO E PAREDE, PRIMEIRA QUALIDADE, 40 X 40, COR BRANCA	MADETEL	11,57	1.157,00
247	50	KG	REJUNTE FLEXÍVEL ANTI -MOFO	MAJOPAR	2,10	105,00
248	5000	ME- TRO	MANGUEIRA PRE- TA P/ ÁGUA FRIA 3/4"	INKOR	0,56	2.800,00
249	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA DE 1000 LITROS	TENNIS	291,00	2.910,00
250	10	ME- TRO	REMENDO PARA TELHA 30CM	BAKOF	21,00	210,00
251	10	KG	MASSA DE CALA- FETAR	VEDAAT	7,25	72,50
253	2	UN	APLICADOR DE SILICONE	NASSVED	6,76	13,52

254	20	M3	TÁBUAS DE PINUS P/CAIXARIA	CASA-GRANDE	570,00	11.400,00
255	15	UN	ADAPTADOR ELÉTRICO TIPO T	MECA-TRONIC	3,16	47,40
			TOTAL GERAL R\$			106.523,66

Ata 46-2012 Prefeitura

Ata nº 46/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012 – Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção das escolas municipais. Fornecedor: NEY TINTAS LTDA EPP- CNPJ nº 09.257.552/0001-54– Caçador, SC. Valor: R\$ 12.886,70.

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	30	UN	LÁPIS DE CARPINTEIRO	FAMASTIL	1,00	30,00
21	2	UN	CHAVE PHILIPS 3/16" CABO CURTO	FAMASTIL	4,20	8,40
22	2	UN	CHAVE PHILIPS 5/16" CABO LONGO	FAMASTIL	8,15	16,30
62	2	UN	TALHADEIRA GROSSA	FAMASTIL	14,00	28,00
66	3	UN	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA	ATLAS	7,50	22,50
68	3	UN	ESPÁTULA DE AÇO 2"	ATLAS	4,20	12,60
72	12	GA-LÃO	TINTA LACA NC BRANCA BRILHANTE GALÃO DE 3,6 LITROS	FARBEN	61,20	734,40
74	5	KG	COLA BRANCA TIPO CASCOREZ 1 KG, PARA COLAR MADEIRA	BRASCO-LA	13,40	67,00
75	5	GA-LÃO	COLA DE CONTA-TO TIPO CASCOLA 2800KG, PARA COLAR FÓRMICAS	KILLING	41,10	205,50
76	5	GA-LÃO	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PRETO CADILAC BRILHANTE, GALÃO DE 3,6 LITROS	FARBEN	57,20	286,00
82	500	UN	LÂMPADA FLUORESCENTE 40WTS	LB	2,50	1.250,00
83	150	UN	LÂMPADA FLUORESCENTE 20WTS	LB	2,50	375,00
87	50	UN	LÂMPADA COMPACTA 25WTS	G-LIGHT	8,25	412,50
132	50	UN	ABRAÇADEIRA PVC 3/4"	ALUMBRA	0,30	15,00
133	50	UN	ABRAÇADEIRA FERRO GALVANIZADO 3/4"	GASPAR	0,50	25,00
138	1000	UN	CONECTOR PVC P/ CONDUTOR DE 2,5MM2	VALPER	4,65	4.650,00
140	10	UN	SENSOR DE PRESENÇA	DECOR-LUX	31,70	317,00
141	200	UN	CABO PP 2X2,5MM2	CORFIO	2,20	440,00
143	20	BAR-RA	ELETRODUTO PVC ANTI-CHAMA 1"	VALPER	5,00	100,00
151	40	UN	DISJUNTOR MONO POLAR 20 AMPERES	ALUMBRA	5,00	200,00
152	50	UN	DISJUNTOR MONO POLAR 25 AMPERES	ALUMBRA	5,00	250,00

153	50	UN	DISJUNTOR MONO POLAR 30 AMPERES	ALUMBRA	5,00	250,00
154	50	UN	DISJUNTOR MONO POLAR 40 AMPERES	ALUMBRA	6,50	325,00
155	20	UN	DISJUNTOR BI-PO-LAR 40 AMPERES	ALUMBRA	19,90	398,00
156	20	UN	DISJUNTOR BI-PO-LAR 30 AMPERES	ALUMBRA	19,90	398,00
157	20	UN	DISJUNTOR TRI-PO-LAR 30 AMPERES	ALUMBRA	27,40	548,00
158	20	UN	DISJUNTOR TRI-PO-LAR 40 AMPERES	ALUMBRA	27,40	548,00
163	50	UN	CAIXA DE PASSAGEM PVC 2X2"	PLASFAN	0,40	20,00
164	50	UN	CAIXA DE PASSAGEM PVC 4X4	PLASFAN	0,80	40,00
165	50	UN	CAIXA DE PASSAGEM PVC 2X4"	PLASFAN	0,35	17,50
170	1000	UN	RECEPTÁCULOS P/ LÂMPADA FLUORESCENTES	GASPAR	0,85	850,00
252	5	UN	TUBO DE SILICONE 280ML	SILVA	9,40	47,00
			TOTAL GERAL R\$			12.886,70

Ata Srp 20-2012 Saúde

Ata SRP 20/2012 FMS - Prorrogação de prazo a ata de registro de preços n 76/2011 para aquisição de lanches, frutas e verduras destinadas ao FMS referente ao processo licitatório nº 30/2011, PR 22/2011. Contratado: FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA. Prazo: 08/09/2012.

Ata Srp 21-2012 Saúde

Ata SRP 21/2012 FMS - Prorrogação de prazo a ata de registro de preços n 78/2011 para aquisição de lanches, frutas e verduras destinadas ao FMS referente ao processo licitatório nº 30/2011, PR 22/2011. Contratado: PANIFICADORA E CONFEITARIA SAN-TELMO LTDA. Prazo: 08/09/2012.

Ata Srp 22-2012 Saúde

Ata SRP 22/2012 FMS - registro de preços para aquisição de medicamentos - 11º colocado, referente ao processo licitatório nº 07/2011, PE 01/2011. Contratado: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA. Valor: R\$ 37.700,00. Prazo: 16/05/2012, sendo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID
25	290.000	Cprs/ cápsula	Amitriptilina 25 mg cp	0,13

Ata Srp 23-2012 Saúde

Ata SRP 23/2012 FMS - Prorrogação de prazo a ata de registro de preços n 80/2011 para contratação de serviços de transporte de passageiros em tratamento fora do domicílio - TFD, referente ao processo licitatório nº 32/2011, PR 24/2011. Contratado: C. SCHUMACHER & CIA LTDA. Prazo: 16/09/2012.

Ata Srp 24-2012 Saúde

Ata SRP 24/2012 FMS - registro de preços para aquisição de gasolina e óleo diesel direto da bomba em posto 24 horas referente ao processo licitatório nº 11/2012, PR 06/2012. Contratada: AUTO

POSTO ARAUCÁRIA LTDA. Prazo: 16/03/2013, sendo:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
01	100.000	Litro	Gasolina comum, fornecimento em Posto com atendimento 24 horas inclusive sábados, domingos e feriados.	2,78
02	40.000	Litro	Óleo Diesel ou Biodiesel, fornecimento em Posto com atendimento 24 horas inclusive sábados, domingos e feriados	1,97

VALOR TOTAL R\$ 356.800,00

Ata Srp 25-2012 Saúde

Ata SRP 25/2012 FMS - registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, máquinas fotográficas, antena parabólica e receptor, gps, móveis e equipamentos de escritório, ar condicionados, aparelhos telefônicos, lixeiras, relógios, referente ao processo licitatório nº 12/2012, PR 07/2012. Contratada: CASA CONFORTO LTDA. Prazo: 16/03/2013, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
46	05	Unid.	cortina de ar superior 1500mm com controle 220 V 12 meses de garantia- INSTALADA	768,00

VALOR TOTAL R\$ 3.840,00

Ata Srp 26-2012 Saúde

Ata SRP 26/2012 FMS – registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, máquinas fotográficas, antena parabólica e receptor, gps, móveis e equipamentos de escritório, ar condicionados, aparelhos telefônicos, lixeiras, relógios, referente ao processo licitatório nº 12/2012, PR 07/2012. Contratada: DIS-MACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. Prazo: 16/03/2013, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
14	50	Unid.	Cadeira fixa 4 pés espuma injetada em couro sintético preto	53,00
17	05	Unid.	Balcão com 3 portas suspenso MDF 15 mm branco Largura: 120cm Altura: 66cm Profundidade: 31.6cm	197,00
18	05	Unid.	Balcão com pia inox 02 portas com 4 gavetas em MDF 15 mm branco Largura: 120cm Altura: 81cm Profundidade: 50.8cm	549,00

20	10	Unid.	Arquivo de aço 4 gavetas com chave - Hastes para pastas suspensas - Deslizamento das gavetas por patins de nylon - Fechadura cilíndrica tipo Yale com 2 chaves - Fechamento simultâneo das gavetas - Puxador horizontal em PVC - Pintura eletrostática a pó na cor cinza cristal - 30 a 40 pastas suspensas por gaveta - Capacidade por gaveta 25kg Dimensões..... alt.....larg.....prof Externas.....1335 mm.....470mm.....570mm	258,00
27	05	Unid.	Mesa redonda branca em MDF diâmetro 1,00 com 25mm	210,00
29	30	Unid.	Cadeira giratória em couro sintético preto regulagem de altura gás, espuma injetada	85,00
30	15	Unid.	Cadeira caixa espuma injetada , tecido azul com sapata niveladora	115,00
34	03	Unid.	Armário tipo prateleiras MDF 15 mm 180x220 branco	690,00
44	06	Unid.	Longarina cum 4 lugares em polipropileno colorida	315,00
45	06	Unid.	Longarina com 2 lugares em polipropileno colorida	158,00
VALOR TOTAL R\$				19.193,00

Ata Srp 27-2012 Saúde

Ata SRP 27/2012 FMS – registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, máquinas fotográficas, antena parabólica e receptor, gps, móveis e equipamentos de escritório, ar condicionados, aparelhos telefônicos, lixeiras, relógios, referente ao processo licitatório nº 12/2012, PR 07/2012. Contratada: FC DÁRIO & CIA LTDA. Prazo: 16/03/2013, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
------	--------	-------	-----------	-----------

11	10	Unid.	Fogão 4 Bocas 220 V Tipo de fogão: piso. Material: fogão em aço, mesa em inox, botões e queimadores com capas esmaltadas, vidro duplo temperado. Acendimento: automático. Queimadores: 4. Mesa: em aço inox, e sobreposta ao painel. Puxador: em metal. Tampa: de vidro temperado. Botões: removíveis. Grades na mesa: duplas. Quantidade de prateleiras no forno: 1. Forno autolimpante Vidro na porta do forno: duplo. Válvula de segurança: corta a saída do gás caso a chama do forno se apague acidentalmente. Proteção térmica traseira Classificação na mesa: Classe A. Classificação no forno: Classe A. Capacidade do forno: 56 litros. Tipo de gás: GLP. Prazo de garantia: 01 ano	355,00
12	05	Unid.	Frigobar 120 L 220 V Capacidade de armazenagem total (L)120 Classificação de consumo (Selo Procel) A Cor Branco Tensão/Voltagem220V Garantia12 meses	598,00
15	05	Unid.	Fogão 6 Bocas 220 V Tipo de fogão: piso. Material: fogão em aço, mesa em inox, botões e queimadores com capas esmaltadas, vidro duplo temperado. Acendimento: automático. Queimadores: 6. Mesa: em aço inox, e sobreposta ao painel. Puxador: em metal. Tampa: de vidro temperado. Botões: removíveis. Grades na mesa: duplas. Quantidade de prateleiras no forno: 1. Forno autolimpante Vidro na porta do forno: duplo. Válvula de segurança: corta a saída do gás caso a chama do forno se apague acidentalmente. Proteção térmica traseira Classificação na mesa: Classe A. Classificação no forno: Classe A. Capacidade do forno: 94 litros. Tipo de gás: GLP. Prazo de garantia: 01 ano	578,55

16	10	Unid.	TV LCD 32 Polegadas Características Gerais Vídeo ° Polegadas: 32 ° Resolução mínima: 1366 x 768 Audio Out (Mini Jack): 1Component In (Y/Pb/Pr): 1Composite In (AV):1 (Uso comum para Componente Y)HDMI: 1Portas USB: 1 Itens Inclusos ° Controle Remoto ° Manual ° Cabo de Força Garantia 12 Meses	984,90
24	03	Unid.	TV LCD 40 Tamanho da tela (polegadas): 40 Formato da Tela: 16:9 Resolução mínima: 1920 x 1080 (Full HD) Conexões: Entrada HDMI: 2; Entrada Componente Vídeo; Entrada para Tv a Cabo; USB; Entrada de áudio analógica; Entrada de vídeo composto; Saída de Áudio Digital Possui conversor digital integrado TV LCD, Controle remoto com pilhas AAA, Cabo de alimentação AC, Suporte para mesa com parafusos e manual do usuário. Voltagem: Bivolt Garantia: 1 Ano	1.561,35
VALOR TOTAL R\$				23.965,80

Ata Srp 28-2012 Saúde

Ata SRP 28/2012 FMS – registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, máquinas fotográficas, antena parabólica e receptor, gps, móveis e equipamentos de escritório, ar condicionados, aparelhos telefônicos, lixeiras, relógios, referente ao processo licitatório nº 12/2012, PR 07/2012. Contratada: LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA. Prazo: 16/03/2013, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
03	60	Unid.	Aparelho telefônico com fio Agenda Discagem, agenda para 14 registros, Campanha 3 melodias com 3 volumes de ajuste, Modos de Discagem Discagem por tom e pulso, Montagem na Parede, Mute, Rediscagem / Redial	39,90
13	05	Unid.	Fragmentadora de papel 10 fls Características Técnicas: - Número máximo de folhas 70g/m2): 10 folhas - Tipo de fragmentação: Tiras de 06 mm - Acionamento: Botão/Sensor de papel mecânico - Tensão: 220V - Potência: 143W - Tempo de funcionamento: 02min lig/04min desligado - Volume da lixeira mínimo: 16 litros - Cor: Preto	265,00

25	10	Unid.	DVD Player Karaokê com entrada USB Formato de Leitura: DVD / DVD-R / DVD-RW (modo vídeo) / DVD+R / DVD+RW / CD / CD-R / CD-RW / VCD / SVCD / MPEG4 / DVIX / JPEG / MP3 / WMA Canais de Áudio: Dolby Digital Interno Portátil com Karaokê Entradas: 1 USB / 1 Microfone Saídas: Saída Video Controle Remoto Pilhas: 2 AA Tensão: Bivolt Garantia (Meses): 12	127,00
33	05	Unid.	Bebedouro elétrico Para uso em Mesa Água normal ou gelada Capacidade de refrigeração 2,8 L/h Capacidade do reservatório 550 ml Cor branco Tensão/Voltagem 220V Garantia 12 meses	258,00
35	02	Unid.	Aspirador de Pó e Líquido 1.400 W - Enrolador de cabo automático. - Bocais – para todos os tipos de piso, para cantos e frestas e para estofados. - Tubos prolongadores. - Rodas macias e rodízio giratório. Aspira Pó e Líquidos Acessórios - Tubos prolongadores - Bocal para todos os tipos de pisos - Bocal para cantos e frestas - Bocal para estofados - Filtro permanente e filtro do motor Potência (W) 1.400 Tensão/Voltagem 220V Garantia 12 meses	354,00
37	03	Unid.	Câmera fotográfica 14 MP Resolução: 14.1 megapixels Zoom Óptico: 4x. Zoom Digital: 8x. Foto Panorâmica Macro Estabilizador de Imagem Face Detection LCD: 2.7" Bateria: Lithium Ion Dimensões aproximadas: 92,9 × 51,9 × 17,3 mm (LxAxP).	472,00

38	01	Unid.	CALCULADORA COM BOBINA Com 12 dígitos; Calendário e relógio; Acompanha adaptador bivolt com chaveamento manual; Dupla fonte de energia: 4 pilhas AA e luz Visor de cristal líquido com números gigantes; Constante e porcentagem; Contador de itens; Inversão de sinais; Cálculos de taxas; Papel de impressão: bobina 57 mm.	171,00
39	05	Unid.	Antena parabólica com antena 1,50m - Em alumínio especial - Monoponto (destinado para 1 ponto de TV) - Dispensa o uso de alimentador, do monoponto, do Servo Motor e do cabo Tripolar Receptor Analógico - Design Slim - Entrada para antena local (VHF/UHF) - Controle remoto total - Instala fácil: reconhece o sistema existente e indica a ausência de sinal - Função Sleep: Timer para desligar a TV - Tomada auxiliar - Até 32 canais sem pagar assinatura - Volume ajustável também no painel - Saída RCA dupla de áudio e saída de vídeo - Sintonia automática de novos canais - Opera nas frequências 950~2150 Mhz - Fonte automática multi voltagem - Função mudo - Tensão/Voltagem - bivolt Conteúdo da embalagem - 1 antena parabólica 1,50m - 1 Monoponto - 1 receptor analógico - 1 controle remoto - 2 pilhas AAA - Kit de cabo e conectores Garantia 12 meses	384,00
40	01	Unid.	Navegador GPS veicular com Tela 4,3" Touch Screen e Orientação por Voz - Preto	270,00

41	02	Unid.	<p>Encadernadora Elétrica 25 Vias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de perfuração: 25 folhas de 75 g - Posição das furações: 03 regulagens e 60 furos - Capacidade da lixeira: 0,5 litros - Partes cortantes em aço especial temperado - Estruturas por chapas de aço carbono com pintura eletrostática - Diâmetro das punções: 04 mm - Espaço entre as punções: 02 mm - Passo: 06 mm <p>Características de Acionamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizado por motor universal de 1/5 de HP - mancalizado com rolamento e transmitido por redutor planetário de três estágios - Acionamento eletrônico micro-controlado e sistema de retorno para eventual travamento <p>Características Elétricas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Chave: chave liga/desliga - Motor: monofásico de 150W (1/5HP) 	2.300,00
VALOR TOTAL R\$				15.364,00

Ata Srp 29-2012 Saúde

Ata SRP 29/2012 FMS – registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, máquinas fotográficas, antena parabólica e receptor, gps, móveis e equipamentos de escritório, ar condicionados, aparelhos telefônicos, lixeiras, relógios, referente ao processo licitatório nº 12/2012, PR 07/2012. Contratada: MASTERMIX COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA. Prazo: 16/03/2013, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
02	06	Unid.	<p>Refrigerador</p> <p>Capacidade de armazenagem total (L)240 litros</p> <p>Capacidade de armazenagem do refrigerador (L)214 litros</p> <p>Capacidade de armazenagem do congelador (L)26 litros</p> <p>Classificação de consumo (Selo Procel)A</p> <p>Cor Branco</p> <p>Tensão/Voltagem220V</p> <p>Garantia12 meses</p>	718,00
04	10	Unid.	<p>Telefone sem Fio</p> <p>Antena Interna</p> <p>Discagem Tom e pulso</p> <p>Frequência 6.0 DIGITAL</p> <p>Modos de Discagem Tom e pulso</p> <p>Voltagem Bivolt</p> <p>Som</p> <p>Memória para Registro de Chamadas 10 números , em agenda de discagem rápida</p> <p>Rediscagem / Redial</p> <p>Último número discado</p>	70,00

08	80	Unid.	<p>Aquecedor elétrico</p> <p>Controle de temperatura</p> <p>Potência (W) 2.000 W p/ 220V</p> <p>Consumo de energia (kW/h) 2,0 Kw/h</p> <p>Tensão/Voltagem 220V</p> <p>Com 3 Velocidades</p> <p>Garantia 12 meses</p>	84,00
09	20	Unid.	<p>Ferro elétrico a vapor 220 V</p> <p>Características Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Funciona a vapor e a seco - Limpeza automática - Ajuste automático de vapor - Cabo anatômico - Suporte para enrolar o cabo elétrico - Reservatório de água visível 	74,00
10	65	Unid.	<p>Ventilador oscilante de parede 40cm 220 V</p> <p>Especificações</p> <p>Hélice: 3 pás;</p> <p>Cor: preto;</p> <p>Controle de velocidade rotativo;</p> <p>RPM: 1.350;</p> <p>Vazão: 75m³/min;</p>	83,00
19	10	Unid.	<p>Micro-ondas 45 litros</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acabamento em aço inox - display digital - Luz interna - Descongelamento - Trava de segurança - Prato Giratório - Alimentação 220v 	625,00
21	05	Unid.	<p>Lavadora de Roupas 8 kg 220 V</p> <p>Painel de controle: mínimo 3 opções de nível de água, mínimo 4 programas de lavagem</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alças laterais: alças plásticas instaladas nas laterais da lavadora facilitam a movimentação - Pés anti-derrapantes - Tampa de vidro temperado - Função Turbo Performance - Avançar Etapas - Agitador multifuncional com 4 pás retas e 4 pás onduladas - Filtro embutido - Compartimento de amaciante e sabão - TipoAutomática - Capacidade (kg de roupas)8 - Níveis de água Baixo, Médio, Alto - Enxágües 2 -Centrifugação 	1.000,00

22	05	Unid.	Liquidificador - 600 W Características Gerais - várias velocidades + pulsar/autolimpeza - Copo com facas integrado - Tampa que permite servir sem retirá-la - Tampinha dosadora graduada (centro da tampa) - Capacidade total do copo (litros) 1,5 - Potência (W) 600 - Tensão/Voltagem 220V - Garantia 12 meses	77,00
23	05	Unid.	CD Player Portátil Número de caixas acústicas 2 alto-falantes internos - Rádio AM/FM estéreo - Display Digital - CD player Potência mínima RMS 3,4 W Mídias compatíveis CD, CD-R/RW Formatos compatíveis MP3 Alimentação Pilha, Eletricidade Tensão/Voltagem bivolt Garantia 12 meses	118,00
31	02	Unid.	Maquina de lavar roupas 15kg 220 V Lavadora Turbo Capacidade 15kg Lava Edredom king size Tecla Turbo Filtro Pega Fiapos Tecla Turbo Mínimo 12 programas de lavagem mínimo 05 níveis de água Tecla Avança Etapas Gabinete de aço galvanizado Cesto em polipropileno especial RPM na centrifugação: 750 Eficiência energética: A Garantia: 12 Meses	1.307,00
32	02	Unid.	Secadora de roupas 15 kg 220 V para piso Capacidade: Seca 15Kg, inclusive edredom. várias temperaturas Vários programas de secagem Cesto Inox Tampa de vidro temperado Trava de segurança Gabinete em aço galvanizado Garantia: 12 Meses	1.700,00
36	05	Unid.	Cafeteira Elétrica - Placa de aquecimento - Jarra de vidro refratário - Reservatório com capacidade de 1800ml - Capacidade: 45 xícaras de 50ml - Sistema corta-pingo - Acompanha colher dosadora - Porta-filtro - Filtro permanente Cor Preto Potência (W) 900 Tensão/Voltagem 220V Garantia 12 meses	85,00
VALOR TOTAL R\$				37.267,00

Ata Srp 30-2012 Saúde

Ata SRP 30/2012 FMS – registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, máquinas fotográficas, antena parabólica e receptor, gps, móveis e equipamentos de escritório, ar condicionados, aparelhos telefônicos, lixeiras, relógios, referente ao processo licitatório nº 12/2012, PR 07/2012. Contratada: PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Prazo: 16/03/2013, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
05	20	Unid.	Ar Condicionado Split 12.000 Btus Quente e Frio - INSTALADO Especificações -Capacidade: 12.000 BTUs -Timer: Sim -Controle remoto -Ciclo: Quente e Frio -Selo Procel - Classe A Tensão: 220v Garantia (Meses): 12	1.330,00
06	20	Unid.	Ar Condicionado Split 9.000 Btus Quente e Frio - INSTALADO Especificações -Capacidade: 9.000 BTUs -Timer: Sim -Controle remoto -Ciclo: Quente e Frio -Selo Procel - Classe A Tensão: 220v Garantia (Meses): 12	1.210,00
07	04	Unid.	Ar Condicionado Split 16.000 Btus Quente e Frio - INSTALADO Especificações -Capacidade: 16.000 BTUs -Timer: Sim -Controle remoto -Ciclo: Quente e Frio -Selo Procel - Classe A Tensão: 220v Garantia (Meses): 12	1.900,00
VALOR TOTAL R\$				58.400,00

Ata Srp 31-2012 Saúde

Ata SRP 31/2012 FMS – registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, máquinas fotográficas, antena parabólica e receptor, gps, móveis e equipamentos de escritório, ar condicionados, aparelhos telefônicos, lixeiras, relógios, referente ao processo licitatório nº 12/2012, PR 07/2012. Contratada: PROJETO CULTURAL LTDA. Prazo: 16/03/2013, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
01	13	Unid.	Lixeira 100 Litros com pedal e tampa Fabricada em Polipropileno Cor: Branca	140,00
26	05	Unid.	Suporte para TV LCD até 40 e DVD	270,00
28	05	Unid.	Relógio de parede	19,00

43	02	Unid.	Lavadora de Alta Pressão - 1.740 Libras Vazão 380 Tensão/Voltagem 220V Conteúdo da Embalagem - Mangueira - Lança Regulável - Pistola - Difusor de Espuma - Conexão de entrada de água - Agulha para desentupimento de bico Garantia 12 meses Peso máximo 09 Quilos	470,00
VALOR TOTAL R\$				4.205,00

Relatórios Resumidos Da Execução Orçamentária 1º Bimestre

- DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES;
- DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL;
- DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE;
- DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
- DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL;
- DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES;
- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO;
- DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO;
- DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO;
- DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL;
- DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE;
- DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;
- DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA;
- DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA;
- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO.

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	130.772.243,70	130.772.243,70	21.019.639,21	16,07	21.019.639,21	16,07	109.752.604,49
RECEITAS CORRENTES	119.405.143,70	119.405.143,70	20.833.070,20	17,45	20.833.070,20	17,45	98.572.073,50
RECEITA TRIBUTARIA	15.748.409,94	15.748.409,94	4.261.787,01	27,06	4.261.787,01	27,06	11.486.622,93
IMPOSTOS	12.446.544,57	12.446.544,57	3.393.031,12	27,26	3.393.031,12	27,26	9.053.513,45
TAXAS	2.863.485,87	2.863.485,87	866.707,28	30,27	866.707,28	30,27	1.996.778,59
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	438.379,50	438.379,50	2.048,61	0,47	2.048,61	0,47	436.330,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.538.471,77	4.538.471,77	1.069.962,68	23,58	1.069.962,68	23,58	3.468.509,09
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.649.571,77	2.649.571,77	625.884,79	23,62	625.884,79	23,62	2.023.686,98
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.888.900,00	1.888.900,00	444.077,89	23,51	444.077,89	23,51	1.444.822,11
RECEITA PATRIMONIAL	2.111.275,09	2.111.275,09	1.129.279,44	53,49	1.129.279,44	53,49	981.995,65
RECEITAS IMOBILIARIAS	51.311,60	51.311,60	10.004,33	19,50	10.004,33	19,50	41.307,27
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.059.963,49	2.059.963,49	1.119.275,11	54,33	1.119.275,11	54,33	940.688,38
RECEITA AGROPECUARIA	11.154,69	11.154,69	0,00	0,00	0,00	0,00	11.154,69
Rec. da Produção Vegetal	11.154,69	11.154,69	0,00	0,00	0,00	0,00	11.154,69
RECEITA DE SERVIÇOS	10.010.664,22	10.010.664,22	0,00	0,00	0,00	0,00	10.010.664,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.670.772,05	83.670.772,05	13.700.775,83	16,37	13.700.775,83	16,37	69.969.996,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.488.772,05	82.488.772,05	13.142.924,62	15,93	13.142.924,62	15,93	69.345.847,43
Transf. de Conv.	1.180.000,00	1.180.000,00	557.851,21	47,28	557.851,21	47,28	622.148,79
Transf. para o Combate à Fome	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.314.395,94	3.314.395,94	671.265,24	20,25	671.265,24	20,25	2.643.130,70
Multas e Juros de Mora	987.190,47	987.190,47	214.266,91	21,70	214.266,91	21,70	772.923,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.180,00	9.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.180,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	959.303,74	959.303,74	366.247,49	38,18	366.247,49	38,18	593.056,25
RECEITAS DIVERSAS	1.358.721,73	1.358.721,73	90.750,84	6,68	90.750,84	6,68	1.267.970,89
RECEITAS DE CAPITAL	11.367.100,00	11.367.100,00	186.569,01	1,64	186.569,01	1,64	11.180.530,99
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.367.100,00	11.367.100,00	186.569,01	1,64	186.569,01	1,64	11.180.530,99
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.367.100,00	11.367.100,00	186.569,01	1,64	186.569,01	1,64	11.180.530,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.837.431,65	3.837.431,65	1.059.575,80	27,61	1.059.575,80	27,61	2.777.855,85
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.791.871,40	3.791.871,40	1.059.575,80	27,94	1.059.575,80	27,94	2.732.295,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.513.573,86	3.513.573,86	810.816,66	23,08	810.816,66	23,08	2.702.757,20
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.513.573,86	3.513.573,86	810.816,66	23,08	810.816,66	23,08	2.702.757,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	278.297,54	278.297,54	248.759,14	89,39	248.759,14	89,39	29.538,40
Multas e Juros de Mora	278.297,54	278.297,54	248.759,14	89,39	248.759,14	89,39	29.538,40
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	45.560,25	45.560,25	0,00	0,00	0,00	0,00	45.560,25
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.560,25	45.560,25	0,00	0,00	0,00	0,00	45.560,25

Continua 1/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.837.431,65	3.837.431,65	1.059.575,80	27,61	1.059.575,80	27,61	2.777.855,85
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	134.609.675,35	134.609.675,35	22.079.215,01	16,40	22.079.215,01	16,40	112.530.460,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	134.609.675,35	134.609.675,35	22.079.215,01	16,40	22.079.215,01	16,40	112.530.460,34
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	134.609.675,35	134.609.675,35	22.079.215,01	16,40	22.079.215,01	16,40	112.530.460,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	350.000,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	350.000,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	128.828.033,79	350.000,00	129.178.033,79	20.287.889,83	20.287.889,83	12.839.523,52	12.839.523,52	9,94	116.338.510,27
DESPESAS CORRENTES	104.354.457,78	-20.000,00	104.334.457,78	17.497.403,76	17.497.403,76	12.143.027,27	12.143.027,27	11,64	92.191.430,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.054.789,04	-100.000,00	50.954.789,04	8.062.651,92	8.062.651,92	8.053.153,24	8.053.153,24	15,80	42.901.635,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	111.800,00	0,00	111.800,00	59.334,52	59.334,52	59.334,52	59.334,52	53,07	52.465,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.187.868,74	80.000,00	53.267.868,74	9.375.417,32	9.375.417,32	4.030.539,51	4.030.539,51	7,57	49.237.329,23
DESPESAS DE CAPITAL	21.429.282,01	370.000,00	21.799.282,01	2.790.486,07	2.790.486,07	696.496,25	696.496,25	3,20	21.102.785,76
INVESTIMENTOS	19.838.182,01	370.000,00	20.208.182,01	2.512.785,77	2.512.785,77	418.795,95	418.795,95	2,07	19.789.386,06
INVERSOES FINANCEIRAS	1.256.500,00	0,00	1.256.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.256.500,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	334.600,00	0,00	334.600,00	277.700,30	277.700,30	277.700,30	277.700,30	82,99	56.899,70

Continuação 2/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	128.828.033,79	350.000,00	129.178.033,79	20.287.889,83	20.287.889,83	12.839.523,52	12.839.523,52	9,94	116.338.510,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.044.294,00	0,00	3.044.294,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.044.294,00
RESERVA LEGAL - RPPS	2.944.294,00	0,00	2.944.294,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.944.294,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.381.641,56	0,00	5.381.641,56	1.537.350,24	1.537.350,24	1.535.289,01	1.535.289,01	28,53	3.846.352,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.378.641,56	0,00	4.378.641,56	897.022,31	897.022,31	894.961,08	894.961,08	20,44	3.483.680,48
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.003.000,00	0,00	1.003.000,00	640.327,93	640.327,93	640.327,93	640.327,93	63,84	362.672,07
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	134.209.675,35	350.000,00	134.559.675,35	21.825.240,07	21.825.240,07	14.374.812,53	14.374.812,53	10,68	120.184.862,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	134.209.675,35	350.000,00	134.559.675,35	21.825.240,07	21.825.240,07	14.374.812,53	14.374.812,53	10,68	120.184.862,82
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.704.402,48	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	134.209.675,35	350.000,00	134.559.675,35	21.825.240,07	21.825.240,07	14.374.812,53	22.079.215,01	10,68	120.184.862,82

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 847.157,19

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 07/05/2009 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	11.537,54	0,00	11.537,54

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	134.609.675,35	134.609.675,35	22.079.215,01	16,40
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	134.609.675,35	134.609.675,35	22.079.215,01	16,40

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	24.876.372,43	24.876.372,43	3.008.429,40	12,09
Pessoal e Encargos Sociais	13.342.735,78	13.342.735,78	2.077.160,52	15,57
Outras Despesas Correntes	11.533.636,65	11.533.636,65	931.268,88	8,07
DESPESAS DE CAPITAL	769.568,51	769.568,51	126.932,86	16,49
Investimentos	769.568,51	769.568,51	126.932,86	16,49
TOTAL (IV)	25.645.940,94	25.645.940,94	3.135.362,26	12,23

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	25.645.940,94	25.645.940,94	3.135.362,26	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	9.063.400,00	9.063.400,00	397.171,27	12,67
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.688.300,00	5.688.300,00	220.700,27	7,04
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.375.100,00	3.375.100,00	176.471,00	5,63
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	16.582.540,94	16.582.540,94	2.738.190,99	87,33

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= 2% [(V - VI) / I]	0,00
--	------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	23.659.940,94	23.659.940,94	3.031.529,26	96,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	679.000,00	679.000,00	77.401,02	2,47
Vigilância Sanitária	77.800,00	77.800,00	6.355,32	0,20
Vigilância Epidemiológica	345.000,00	345.000,00	20.076,66	0,64
Alimentação e Nutrição	184.200,00	184.200,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Alimentação e Nutrição	184.200,00	184.200,00	0,00	0,00
TOTAL	25.645.940,94	25.645.940,94	3.135.362,26	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Município de CACADOR - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	134.609.675,35	
Receitas Realizadas		22.079.215,01	22.079.215,01	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	134.209.675,35	
Créditos Adicionais		—	350.000,00	
Dotação Atualizada		—	134.559.675,35	
Despesas Empenhadas		21.825.240,07	21.825.240,07	
Despesas Liquidadas		14.374.812,53	14.374.812,53	
Superavit Orçamentário		—	7.704.402,48	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		21.825.240,07	21.825.240,07	
Despesas Liquidadas		14.374.812,53	14.374.812,53	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			108.340.215,62	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		181.141,98	181.141,98	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		1.028.299,17	1.028.299,17	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		-847.157,19	-847.157,19	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-7.141.025,54	0,00
Resultado Primário		0,00	7.562.490,12	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.144.282,33	0,00	1.711.235,74	433.046,59
EXECUTIVO	2.144.282,33	0,00	1.711.235,74	433.046,59
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.675.094,58	0,00	1.848.954,39	826.140,19
EXECUTIVO	2.675.094,58	0,00	1.848.954,39	826.140,19
TOTAL:	4.819.376,91	0,00	3.560.190,13	1.259.186,78
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.119.997,80	25%	71,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.260.285,94	60%	16.547,37
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.336.824,18	21.465.457,83	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CACADOR - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.738.190,99	15,00
			0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	22.802.282,01	1.336.824,18	0,00	21.465.457,83
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	22.802.282,01	1.336.824,18	0,00	21.465.457,83
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-22.802.282,01	-1.336.824,18		-21.465.457,83

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	254.068,96
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	333.529,18
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	332.964,84
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	332.964,84
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	564,34
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	564,34
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	-79.460,22
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	48.665,93	48.665,93	181.141,98	181.141,98	95.459,43
RECEITAS CORRENTES	48.665,93	48.665,93	181.141,98	181.141,98	95.459,43
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CACADOR - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	48.665,93	48.665,93	181.141,98	181.141,98	95.459,43
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	48.665,93	48.665,93	181.141,98	181.141,98	349.528,39
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.548.680,31	4.898.680,31	1.025.962,97	1.025.962,97	842.940,01
ADMINISTRAÇÃO	4.548.680,31	4.898.680,31	72.924,74	72.924,74	46.437,60
Despesas Correntes	4.486.566,81	4.486.566,81	72.924,74	72.924,74	46.437,60
Despesas de Capital	62.113,50	412.113,50	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	953.038,23	953.038,23	796.502,41
Pessoal Civil	0,00	0,00	953.038,23	953.038,23	796.502,41
Aposentadorias	0,00	0,00	769.402,71	769.402,71	637.251,04
Pensões	0,00	0,00	183.635,52	183.635,52	159.251,37
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	12.733,27	12.733,27	2.336,20	2.336,20	0,00
ADMINISTRAÇÃO	12.733,27	12.733,27	2.336,20	2.336,20	0,00
Despesas Correntes	12.733,27	12.733,27	2.336,20	2.336,20	0,00

Continua 2/3

Município de CACADOR - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	4.561.413,58	4.911.413,58	1.028.299,17	1.028.299,17	842.940,01
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-4.512.747,65	-4.862.747,65	-847.157,19	-847.157,19	-493.411,62
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			1.413.986,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Bancos Conta Movimento	24.310,77	2.738,79	72.034,17
Investimentos	31.328.703,55	32.429.133,77	24.928.406,07

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	128.828.033,79	129.178.033,79	20.287.889,83	20.287.889,83	12.839.523,52	12.839.523,52	89,32	9,94	116.338.510,27
Legislativa	3.865.725,00	3.865.725,00	831.173,82	831.173,82	433.757,18	433.757,18	3,02	11,22	3.431.967,82
Ação Legislativa	3.865.725,00	3.865.725,00	831.173,82	831.173,82	433.757,18	433.757,18	3,02	11,22	3.431.967,82
Administração	17.968.807,90	18.318.807,90	3.185.445,17	3.185.445,17	2.302.549,10	2.302.549,10	16,02	12,57	16.016.258,80
Administração Geral	13.924.194,31	14.274.194,31	2.201.270,32	2.201.270,32	1.572.222,34	1.572.222,34	10,94	11,01	12.701.971,97
Administração Financeira	4.044.613,59	4.044.613,59	984.174,85	984.174,85	730.326,76	730.326,76	5,08	18,06	3.314.286,83
Segurança Pública	2.667.500,00	2.667.500,00	417.817,94	417.817,94	265.014,58	265.014,58	1,84	9,93	2.402.485,42
Policimento	2.115.000,00	2.115.000,00	373.688,92	373.688,92	250.763,03	250.763,03	1,74	11,86	1.864.236,97
Defesa Civil	552.500,00	552.500,00	44.129,02	44.129,02	14.251,55	14.251,55	0,10	2,58	538.248,45
Assistência Social	4.768.150,00	4.768.150,00	787.854,84	787.854,84	445.644,55	445.644,55	3,10	9,35	4.322.505,45
Assistência à Criança e ao Adolescente	223.150,00	223.150,00	15.030,96	15.030,96	3.635,96	3.635,96	0,03	1,63	219.514,04
Assistência Comunitária	4.545.000,00	4.545.000,00	772.823,88	772.823,88	442.008,59	442.008,59	3,07	9,73	4.102.991,41
Saúde	25.047.140,94	25.047.140,94	4.449.702,87	4.449.702,87	3.021.791,94	3.021.791,94	21,02	12,06	22.025.349,00
Administração Geral	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Atenção Básica	22.858.940,94	22.858.940,94	4.261.001,53	4.261.001,53	2.907.412,51	2.907.412,51	20,23	12,72	19.951.528,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Suporte Profilático e Terapêutico	679.000,00	679.000,00	132.870,86	132.870,86	77.401,02	77.401,02	0,54	11,40	601.598,98
Vigilância Sanitária	218.000,00	218.000,00	25.097,69	25.097,69	16.320,95	16.320,95	0,11	7,49	201.679,05
Vigilância Epidemiológica	398.000,00	398.000,00	30.732,79	30.732,79	20.657,46	20.657,46	0,14	5,19	377.342,54
Alimentação e Nutrição	184.200,00	184.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184.200,00
Educação	28.821.670,07	28.821.670,07	3.458.265,90	3.458.265,90	2.688.137,71	2.688.137,71	18,70	9,33	26.133.532,36
Alimentação e Nutrição	1.003.900,00	1.003.900,00	209.388,81	209.388,81	65.194,71	65.194,71	0,45	6,49	938.705,29
Ensino Fundamental	21.104.210,68	21.104.210,68	2.752.274,94	2.752.274,94	2.136.092,38	2.136.092,38	14,86	10,12	18.968.118,30
Ensino Superior	66.800,00	66.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.800,00
Educação Infantil	6.077.409,39	6.077.409,39	494.502,15	494.502,15	486.850,62	486.850,62	3,39	8,01	5.590.558,77
Educação de Jovens e Adultos	11.150,00	11.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.150,00
Educação Especial	558.200,00	558.200,00	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558.200,00
Cultura	1.045.750,00	1.045.750,00	107.391,05	107.391,05	73.550,42	73.550,42	0,51	7,03	972.199,58
Difusão Cultural	1.045.750,00	1.045.750,00	107.391,05	107.391,05	73.550,42	73.550,42	0,51	7,03	972.199,58
Urbanismo	20.251.489,88	20.251.489,88	3.459.510,50	3.459.510,50	1.865.056,27	1.865.056,27	12,97	9,21	18.386.433,61
Infra-Estrutura Urbana	5.734.300,00	5.734.300,00	73.033,19	73.033,19	62.789,25	62.789,25	0,44	1,09	5.671.510,75
Serviços Urbanos	14.517.189,88	14.517.189,88	3.386.477,31	3.386.477,31	1.802.267,02	1.802.267,02	12,54	12,41	12.714.922,86
Habitação	493.400,00	493.400,00	2.896,00	2.896,00	430,00	430,00	0,00	0,09	492.970,00
Habitação Urbana	493.400,00	493.400,00	2.896,00	2.896,00	430,00	430,00	0,00	0,09	492.970,00

Continua 1/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	128.828.033,79	129.178.033,79	20.287.889,83	20.287.889,83	12.839.523,52	12.839.523,52	89,32	9,94	116.338.510,27
Saneamento	11.269.600,00	11.269.600,00	1.644.907,92	1.644.907,92	610.781,40	610.781,40	4,25	5,42	10.658.818,60
Saneamento Básico Urbano	11.269.600,00	11.269.600,00	1.644.907,92	1.644.907,92	610.781,40	610.781,40	4,25	5,42	10.658.818,60
Gestão Ambiental	4.040.800,00	4.040.800,00	225.367,89	225.367,89	145.865,31	145.865,31	1,01	3,61	3.894.934,69
Preservação e Conservação Ambiental	4.040.800,00	4.040.800,00	225.367,89	225.367,89	145.865,31	145.865,31	1,01	3,61	3.894.934,69
Agricultura	3.326.350,00	3.326.350,00	494.339,54	494.339,54	195.075,83	195.075,83	1,36	5,86	3.131.274,17
Extensão Rural	3.326.350,00	3.326.350,00	494.339,54	494.339,54	195.075,83	195.075,83	1,36	5,86	3.131.274,17
Indústria	1.859.950,00	1.859.950,00	306.617,86	306.617,86	250.942,65	250.942,65	1,75	13,49	1.609.007,35
Promoção Industrial	1.419.950,00	1.419.950,00	306.617,86	306.617,86	250.942,65	250.942,65	1,75	17,67	1.169.007,35
Produção Industrial	440.000,00	440.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.000,00
Comércio e Serviços	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00
Promoção Comercial	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00
Transporte	787.300,00	787.300,00	120.960,00	120.960,00	120.960,00	120.960,00	0,84	15,36	666.340,00
Transporte Rodoviário	787.300,00	787.300,00	120.960,00	120.960,00	120.960,00	120.960,00	0,84	15,36	666.340,00
Desporto e Lazer	1.956.000,00	1.956.000,00	458.603,71	458.603,71	82.931,76	82.931,76	0,58	4,24	1.873.068,24
Desporto Comunitário	1.956.000,00	1.956.000,00	458.603,71	458.603,71	82.931,76	82.931,76	0,58	4,24	1.873.068,24
Encargos Especiais	446.400,00	446.400,00	337.034,82	337.034,82	337.034,82	337.034,82	2,34	75,50	109.365,18
Serviço da Dívida Interna	446.400,00	446.400,00	337.034,82	337.034,82	337.034,82	337.034,82	2,34	75,50	109.365,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.381.641,56	5.381.641,56	1.537.350,24	1.537.350,24	1.535.289,01	1.535.289,01	10,68	28,53	3.846.352,55
Legislativa	176.400,00	176.400,00	26.028,80	26.028,80	26.028,80	26.028,80	0,18	14,76	150.371,20
Ação Legislativa	176.400,00	176.400,00	26.028,80	26.028,80	26.028,80	26.028,80	0,18	14,76	150.371,20
Administração	486.283,27	486.283,27	72.147,14	72.147,14	70.085,91	70.085,91	0,49	14,41	416.197,36
Administração Geral	207.483,27	207.483,27	23.457,04	23.457,04	21.395,81	21.395,81	0,15	10,31	186.087,46
Administração Financeira	278.800,00	278.800,00	48.690,10	48.690,10	48.690,10	48.690,10	0,34	17,46	230.109,90
Segurança Pública	112.500,00	112.500,00	18.444,90	18.444,90	18.444,90	18.444,90	0,13	16,40	94.055,10
Policimento	112.500,00	112.500,00	18.444,90	18.444,90	18.444,90	18.444,90	0,13	16,40	94.055,10
Assistência Social	55.000,00	55.000,00	17.428,18	17.428,18	17.428,18	17.428,18	0,12	31,69	37.571,82
Assistência Comunitária	55.000,00	55.000,00	17.428,18	17.428,18	17.428,18	17.428,18	0,12	31,69	37.571,82
Saúde	892.300,00	892.300,00	124.116,75	124.116,75	124.116,75	124.116,75	0,86	13,91	768.183,25
Atenção Básica	892.300,00	892.300,00	124.116,75	124.116,75	124.116,75	124.116,75	0,86	13,91	768.183,25
Educação	2.064.858,29	2.064.858,29	539.919,83	539.919,83	539.919,83	539.919,83	3,76	26,15	1.524.938,46
Ensino Fundamental	1.738.358,29	1.738.358,29	430.107,38	430.107,38	430.107,38	430.107,38	2,99	24,74	1.308.250,91
Educação Infantil	326.500,00	326.500,00	109.812,45	109.812,45	109.812,45	109.812,45	0,76	33,63	216.687,55

Continua 2/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.381.641,56	5.381.641,56	1.537.350,24	1.537.350,24	1.535.289,01	1.535.289,01	10,68	28,53	3.846.352,55
Urbanismo	335.000,00	335.000,00	83.599,27	83.599,27	83.599,27	83.599,27	0,58	24,96	251.400,73
Serviços Urbanos	335.000,00	335.000,00	83.599,27	83.599,27	83.599,27	83.599,27	0,58	24,96	251.400,73
Gestão Ambiental	33.500,00	33.500,00	2.669,89	2.669,89	2.669,89	2.669,89	0,02	7,97	30.830,11
Preservação e Conservação Ambiental	33.500,00	33.500,00	2.669,89	2.669,89	2.669,89	2.669,89	0,02	7,97	30.830,11
Agricultura	167.200,00	167.200,00	11.660,13	11.660,13	11.660,13	11.660,13	0,08	6,97	155.539,87
Extensão Rural	167.200,00	167.200,00	11.660,13	11.660,13	11.660,13	11.660,13	0,08	6,97	155.539,87
Indústria	55.600,00	55.600,00	1.007,42	1.007,42	1.007,42	1.007,42	0,01	1,81	54.592,58
Promoção Industrial	55.600,00	55.600,00	1.007,42	1.007,42	1.007,42	1.007,42	0,01	1,81	54.592,58
Encargos Especiais	1.003.000,00	1.003.000,00	640.327,93	640.327,93	640.327,93	640.327,93	4,45	63,84	362.672,07
Serviço da Dívida Interna	1.003.000,00	1.003.000,00	640.327,93	640.327,93	640.327,93	640.327,93	4,45	63,84	362.672,07
TOTAL (III) = (I + II)	134.209.675,35	134.559.675,35	21.825.240,07	21.825.240,07	14.374.812,53	14.374.812,53	100,00	10,68	120.184.862,82

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO/2011 A JANEIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	7.850.126,90	11.113.476,65	8.613.105,46	8.826.908,03	8.586.037,54	9.113.530,73	9.228.448,32	8.810.759,24	8.755.369,37	10.738.806,67	12.161.034,29	10.017.422,76	113.815.025,96	129.393.405,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	932.082,18	2.804.123,20	765.482,84	675.326,53	633.199,78	723.950,14	700.494,75	715.985,21	709.398,82	886.431,51	891.327,58	1.263.398,85	11.701.201,39	15.748.409,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	932.082,18	2.804.123,20	765.482,84	675.326,53	633.199,78	723.950,14	700.494,75	715.985,21	709.398,82	886.431,51	891.327,58	1.263.398,85	11.701.201,39	15.748.409,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	932.082,18	2.804.123,20	765.482,84	675.326,53	633.199,78	723.950,14	700.494,75	715.985,21	709.398,82	886.431,51	891.327,58	1.263.398,85	11.701.201,39	15.748.409,94
I.P.T.U.	127.483,49	2.070.588,61	139.112,39	91.283,58	91.627,19	101.611,91	82.876,50	82.262,41	70.502,33	86.317,56	115.614,89	289.226,53	3.348.507,39	5.688.800,00
I.S.S.	286.581,12	362.418,34	329.058,08	318.816,77	332.726,86	322.460,51	364.823,08	371.372,49	356.620,83	336.466,57	375.863,71	399.105,94	4.156.314,30	4.628.000,00
I.T.B.I.	29.516,88	32.417,40	66.337,11	44.328,95	52.646,90	59.142,47	56.006,66	123.104,17	68.603,06	61.862,64	136.743,56	125.349,22	856.059,02	835.800,00
I.R.R.F.	65.511,82	226.070,82	108.138,96	119.287,50	85.831,52	165.048,89	125.618,41	72.110,65	144.035,26	208.051,98	196.749,65	106.280,60	1.622.736,06	1.293.944,57
Outras Receitas Tributárias	422.988,87	112.628,03	122.836,30	101.609,73	70.367,31	75.686,36	71.170,10	67.135,49	69.637,34	193.732,76	66.355,77	343.436,56	1.717.584,62	3.301.865,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	391.334,64	392.165,77	409.595,06	403.077,48	439.128,78	694.800,93	439.297,82	580.547,19	449.550,02	454.884,05	528.790,79	284.714,77	5.467.887,30	4.538.471,77
RECEITA PATRIMONIAL	236.079,61	424.472,10	214.197,27	353.730,11	195.986,87	289.802,04	842.014,92	308.243,08	550.011,01	466.882,52	260.940,70	580.373,78	4.722.734,01	2.111.275,09
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	960,00	220,00	32,50	0,00	0,00	0,00	1.247,50	11.154,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	960,00	220,00	32,50	0,00	0,00	0,00	1.247,50	11.154,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	960,00	220,00	32,50	0,00	0,00	0,00	1.247,50	11.154,69
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.010.664,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.053.803,29	7.079.365,35	6.939.494,28	7.087.168,35	7.008.848,29	7.106.879,41	6.850.050,12	6.867.319,34	6.701.592,63	8.555.514,84	8.487.003,16	7.578.776,54	86.315.815,60	93.659.034,21
Cota-Parte do F.P.M.	1.870.276,61	1.262.567,58	1.618.370,09	1.830.616,23	1.676.571,25	1.426.218,61	1.471.169,98	1.173.276,98	726.079,17	2.448.749,10	2.742.883,25	1.867.604,89	20.114.383,74	23.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.910.016,17	2.298.454,05	2.167.739,63	2.082.705,94	2.166.161,57	2.180.905,79	2.247.223,47	2.450.788,58	2.418.817,71	2.501.633,38	2.542.540,94	2.510.160,53	27.477.147,76	33.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	316.939,70	445.290,01	423.710,76	598.876,80	510.770,42	665.643,71	577.954,41	545.961,71	556.755,82	439.075,10	295.170,11	214.145,95	5.590.294,50	4.684.974,43
Cota-Parte do ITR.	108,03	1.212,85	206,03	175,55	1.165,59	2.063,53	394,31	9.121,91	65.308,17	7.628,38	6.158,75	4.885,68	98.444,97	35.695,02
Transferências da LC 61/1989	37.577,56	35.397,25	44.577,70	37.673,76	42.814,04	42.075,75	42.222,05	39.140,95	55.288,94	51.859,14	58.662,97	21.769,39	509.059,50	858.911,48
Transferências da LC 87/1996	12.764,22	10.063,00	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.789,84	150.495,04	245.403,28
Transferências do FUNDEB	1.396.441,09	1.566.092,53	1.580.742,91	1.692.069,30	1.506.579,89	1.542.239,91	1.567.496,77	1.620.502,18	1.697.458,73	1.689.061,30	1.750.052,81	1.826.211,81	19.434.949,23	17.345.000,00
Outras Transferências Correntes	509.679,91	1.460.288,08	1.091.366,75	832.286,55	1.092.021,31	1.234.967,89	930.824,91	1.015.762,81	1.169.119,87	1.404.744,22	1.078.770,11	1.121.208,45	12.941.040,86	14.489.050,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	236.827,18	413.350,23	284.336,01	307.605,56	308.873,82	298.063,21	395.630,71	338.444,42	344.784,39	375.093,75	2.142.972,06	310.158,82	5.756.140,16	3.314.395,94
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-150.000,00	0,00	-150.000,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	995.147,98	976.721,18	1.041.540,42	1.120.248,17	1.098.113,93	1.349.640,20	1.079.396,36	1.064.480,36	979.659,15	1.311.150,40	1.391.917,44	-671.641,58	11.736.374,01	-8.181.709,08
Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.557,96	-2.557,96	-49.080,66
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-373.520,94	-373.520,94	-4.060.308,83
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-502.032,02	-502.032,02	-5.739.090,37
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.442,35	-5.442,35	-171.782,30
Outras Contrib Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.542,13
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	172.599,16	171.520,50	188.038,71	203.141,98	205.169,93	484.078,89	208.914,48	218.031,79	212.059,56	219.457,28	430.013,46	211.911,69	2.924.937,43	1.831.010,95
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	822.548,82	805.200,68	853.501,71	917.106,19	892.944,00	865.561,31	870.481,88	846.448,57	767.599,59	1.091.693,12	961.903,98	0,00	9.694.989,85	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6.854.978,92	10.136.755,47	7.571.565,04	7.706.659,86	7.487.923,61	7.763.890,53	8.149.051,96	7.746.278,88	7.775.710,22	9.427.656,27	10.769.116,85	10.689.064,34	102.078.651,95	137.575.114,94

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	11.113.476,65	8.613.105,46	8.826.908,03	8.586.037,54	9.113.530,73	9.228.448,32	8.810.759,24	8.755.369,37	10.738.806,67	12.161.034,29	10.017.422,76	12.528.159,88	118.493.058,94	129.393.405,86
RECEITA TRIBUTARIA	2.804.123,20	765.482,84	675.326,53	633.199,78	723.950,14	700.494,75	715.985,21	709.398,82	886.431,51	891.327,58	1.263.398,85	2.998.388,16	13.767.507,37	15.748.409,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.804.123,20	765.482,84	675.326,53	633.199,78	723.950,14	700.494,75	715.985,21	709.398,82	886.431,51	891.327,58	1.263.398,85	2.998.388,16	13.767.507,37	15.748.409,94
RECEITA TRIBUTARIA	2.804.123,20	765.482,84	675.326,53	633.199,78	723.950,14	700.494,75	715.985,21	709.398,82	886.431,51	891.327,58	1.263.398,85	2.998.388,16	13.767.507,37	15.748.409,94
I.P.T.U.	2.070.588,61	139.112,39	91.283,58	91.627,19	101.611,91	82.876,50	82.262,41	70.502,33	86.317,56	115.614,89	289.226,53	1.984.402,17	5.205.426,07	5.688.800,00
I.S.S.	362.418,34	329.058,08	318.816,77	332.726,86	322.460,51	364.823,08	371.372,49	356.620,83	336.466,57	375.863,71	399.105,94	293.889,10	4.163.622,28	4.628.000,00
I.T.B.I.	32.417,40	66.337,11	44.328,95	52.646,90	59.142,47	56.006,66	123.104,17	68.603,06	61.862,64	136.743,56	125.349,22	62.939,83	889.481,97	835.800,00
I.R.R.F	226.070,82	108.138,96	119.287,50	85.831,52	165.048,89	125.618,41	72.110,65	144.035,26	208.051,98	196.749,65	106.280,60	131.837,73	1.689.061,97	1.293.944,57
Outras Receitas Tributárias	112.628,03	122.836,30	101.609,73	70.367,31	75.686,36	71.170,10	67.135,49	69.637,34	193.732,76	66.355,77	343.436,56	525.319,33	1.819.915,08	3.301.865,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	392.165,77	409.595,06	403.077,48	439.128,78	694.800,93	439.297,82	580.547,19	449.550,02	454.884,05	528.790,79	284.714,77	785.247,91	5.861.800,57	4.538.471,77
RECEITA PATRIMONIAL	424.472,10	214.197,27	353.730,11	195.986,87	289.802,04	842.014,92	308.243,08	550.011,01	466.882,52	260.940,70	580.373,78	548.905,66	5.035.560,06	2.111.275,09
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	960,00	220,00	32,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.247,50	11.154,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	960,00	220,00	32,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.247,50	11.154,69
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	960,00	220,00	32,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.247,50	11.154,69
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.079.365,35	6.939.494,28	7.087.168,35	7.008.848,29	7.106.879,41	6.850.050,12	6.867.319,34	6.701.592,63	8.555.514,84	8.487.003,16	7.578.776,54	7.834.511,73	88.096.524,04	93.659.034,21
Cota-Parte do F.P.M.	1.262.567,58	1.618.370,09	1.830.616,23	1.676.571,25	1.426.218,61	1.471.169,98	1.173.276,98	726.079,17	2.448.749,10	2.742.883,25	1.867.604,89	2.259.151,84	20.503.258,97	23.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.298.454,05	2.167.739,63	2.082.705,94	2.166.161,57	2.180.905,79	2.247.223,47	2.450.788,58	2.418.817,71	2.501.633,38	2.542.540,94	2.510.160,53	1.840.321,47	27.407.453,06	33.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	445.290,01	423.710,76	598.876,80	510.770,42	665.643,71	577.954,41	545.961,71	556.755,82	439.075,10	295.170,11	214.145,95	582.109,37	5.855.464,17	4.684.974,43
Cota-Parte do ITR.	1.212,85	222,22	175,55	1.165,59	2.063,53	394,31	9.121,91	65.308,17	7.628,38	6.158,75	4.885,68	777,04	99.113,98	35.695,02
Transferências da LC 61/1989	35.397,25	44.577,70	37.673,76	42.814,04	42.075,75	42.222,05	39.140,95	55.288,94	51.859,14	58.662,97	21.769,39	54.803,04	526.284,98	858.911,48
Transferências da LC 87/1996	10.063,00	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.764,22	12.789,84	12.789,84	150.520,66	245.403,28
Transferências do FUNDEB	1.566.092,53	1.580.742,91	1.692.069,30	1.506.579,89	1.542.239,91	1.567.496,77	1.620.502,18	1.697.458,73	1.689.061,30	1.750.052,81	1.826.211,81	1.700.851,69	19.739.359,83	17.345.000,00
Outras Transferências Correntes	1.460.288,08	1.091.366,75	832.286,55	1.092.021,31	1.234.967,89	930.824,91	1.015.762,81	1.169.119,87	1.404.744,22	1.078.770,11	1.121.208,45	1.383.707,44	13.815.068,39	14.489.050,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	413.350,23	284.336,01	307.605,56	308.873,82	298.063,21	395.630,71	338.444,42	344.784,39	375.093,75	2.142.972,06	310.158,82	361.106,42	5.880.419,40	3.314.395,94
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-150.000,00	0,00	0,00	-150.000,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	976.721,18	1.041.540,42	1.120.248,17	1.098.113,93	1.349.640,20	1.079.396,36	1.064.480,36	979.659,15	1.311.150,40	1.391.917,44	-671.641,58	-588.382,71	10.152.843,32	-8.181.709,08
Dedução de Multas por Auto de Infração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-462,69	-462,69	0,00
Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.557,96	-2.557,96	-5.115,92	-49.080,66
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-373.520,94	-451.830,34	-825.351,28	-4.060.308,83
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-502.032,02	-368.064,22	-870.096,24	-5.739.090,37
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.442,35	-13.700,78	-19.143,13	-171.782,30
Dedução do Imp. s/Serv. de Q. Natureza - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.024,80	-1.024,80	0,00
Dedução do Imp. s/Serv. de Q. Natureza - Ordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.049,60	-2.049,60	0,00
Dedução do Imp. s/Serv. de Q. Natureza - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-652,14	-652,14	0,00
Outras Contrib Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	599,86	599,86	7.542,13
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	171.520,50	188.038,71	203.141,98	205.169,93	484.078,89	208.914,48	218.031,79	212.059,56	219.457,28	430.013,46	211.911,69	251.359,96	3.003.698,23	1.831.010,95
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	805.200,68	853.501,71	917.106,19	892.944,00	865.561,31	870.481,88	846.448,57	767.599,59	1.091.693,12	961.903,98	0,00	0,00	8.872.441,03	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	10.136.755,47	7.571.565,04	7.706.659,86	7.487.923,61	7.763.890,53	8.149.051,96	7.746.278,88	7.775.710,22	9.427.656,27	10.769.116,85	10.689.064,34	13.116.542,59	108.340.215,62	137.575.114,94

FONTE:

Município de CACADOR - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

CACADOR, 28/03/2012

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	-2.609,07	-2.609,07	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	-430,68	-430,68	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(430,68)	(430,68)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	-1.153,59	-1.153,59	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(1.153,59)	(1.153,59)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	-1.024,80	-1.024,80	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(1.024,80)	(1.024,80)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.000.000,00	33.000.000,00	4.350.482,00	4.350.482,00	13,18
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	33.000.000,00	33.000.000,00	4.350.482,00	4.350.482,00	13,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.000.000,00	33.000.000,00	4.347.872,93	4.347.872,93	13,18

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	5.307,90	5.307,90	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	5.307,90	5.307,90	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	5.307,90	5.307,90	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	0,00	13.659,49	13.659,49	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	13.659,49	13.659,49	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	—	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.743.279,27	12.743.279,27	2.260.285,94	2.260.285,94	17,74
13.1- Com Educação Infantil	3.369.600,00	3.369.600,00	579.814,60	579.814,60	17,21
13.2- Com Ensino Fundamental	9.373.679,27	9.373.679,27	1.680.471,34	1.680.471,34	17,93
14- OUTRAS DESPESAS	4.713.267,68	4.713.267,68	554.350,63	554.350,63	11,76
14.1- Com Educação Infantil	1.048.409,39	1.048.409,39	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	3.664.858,29	3.664.858,29	554.350,63	554.350,63	15,13
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	17.456.546,95	17.456.546,95	2.814.636,57	2.814.636,57	16,12
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					16.547,37
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	8.250.000,00	8.250.000,00	1.086.968,23	1.086.968,23	13,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.418.009,39	4.418.009,39	579.814,60	579.814,60	13,12
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.418.009,39	4.418.009,39	579.814,60	579.814,60	13,12
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	21.982.068,97	21.982.068,97	2.553.842,69	2.553.842,69	11,62
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.038.537,56	13.038.537,56	2.234.821,97	2.234.821,97	17,14
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.943.531,41	8.943.531,41	319.020,72	319.020,72	3,57
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	26.400.078,36	26.400.078,36	3.133.657,29	3.133.657,29	11,87
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					13.659,49
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					13.659,49
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.119.997,80
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					71,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.630.000,00	1.630.000,00	29.205,54	29.205,54	1,79
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	669.200,00	669.200,00	44.258,75	44.258,75	6,61
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.299.200,00	2.299.200,00	73.464,29	73.464,29	3,20
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	28.699.278,36	28.699.278,36	3.207.121,58	3.207.121,58	11,17
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	288.204,42		0,00		

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	222.252,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.660.427,92	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	13.659,49	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-2.424.515,95	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Feb 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.440.711,62	7.440.711,62	7.170.683,39
DEDUÇÕES (II)	5.721.164,39	5.721.164,39	10.593.662,20
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.849.126,63	7.849.126,63	13.050.297,28
Demais Haveres Financeiros	16.320,09	16.320,09	18.153,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.144.282,33	2.144.282,33	2.474.788,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.719.547,23	1.719.547,23	-3.422.978,81
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.719.547,23	1.719.547,23	-3.422.978,81

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2012 (C - A)
VALOR	-5.142.526,04	-5.142.526,04

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Feb 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	27.085.656,66	27.085.656,66	27.085.656,66
Passivo Atuarial	27.085.656,66	27.085.656,66	27.085.656,66
DEDUÇÕES (VIII)	30.601.515,07	30.601.515,07	32.431.721,86
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.381,43	7.381,43	2.738,79
Investimentos	30.594.133,64	30.594.133,64	32.429.133,77
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	150,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-3.515.858,41	-3.515.858,41	-5.346.065,20
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-3.515.858,41	-3.515.858,41	-5.346.065,20

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	121.137.051,61	20.773.370,89	20.773.370,89	13.634.886,34
Receita Tributária	15.748.409,94	4.261.787,01	4.261.787,01	1.601.283,56
I.P.T.U.	5.688.800,00	2.273.628,70	2.273.628,70	136.027,24
I.S.S.	4.628.000,00	692.995,04	692.995,04	619.574,34
I.T.B.I.	835.800,00	188.289,05	188.289,05	53.511,05
I.R.R.F.	1.293.944,57	238.118,33	238.118,33	132.491,60
Outras Receitas Tributárias	3.301.865,37	868.755,89	868.755,89	659.679,33
Receita de Contribuição	8.052.045,63	1.880.779,34	1.880.779,34	729.302,09
Receitas Previdenciárias	48.665,93	181.141,98	181.141,98	95.459,43
Outras Contribuições	8.003.379,70	1.699.637,36	1.699.637,36	633.842,66
Receita Patrimonial Líquida	51.311,60	10.004,33	10.004,33	9.306,28
Receita Patrimonial	2.111.275,09	1.129.279,44	1.129.279,44	291.176,45
(-) Aplicações Financeiras	2.059.963,49	1.119.275,11	1.119.275,11	281.870,17
Transferências Correntes	83.670.772,05	13.700.775,83	13.700.775,83	10.759.337,44
F.P.M.	18.939.691,17	3.301.405,45	3.301.405,45	2.885.014,73
I.C.M.S.	27.260.909,63	3.480.385,76	3.480.385,76	3.319.174,61
Convênios	1.180.000,00	557.851,21	557.851,21	0,00
Outras Transferências Correntes	36.290.171,25	6.361.133,41	6.361.133,41	4.555.148,10
Demais Receitas Correntes	13.614.512,39	920.024,38	920.024,38	535.656,97
Dívida Ativa	959.303,74	366.247,49	366.247,49	174.088,77
Diversas Receitas Correntes	12.655.208,65	553.776,89	553.776,89	361.568,20
RECEITAS DE CAPITAL (II)	11.412.660,25	186.569,01	186.569,01	5.894,58
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	45.560,25	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	11.367.100,00	186.569,01	186.569,01	5.894,58
Convênios	11.367.100,00	186.569,01	186.569,01	5.894,58
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	11.367.100,00	186.569,01	186.569,01	5.894,58
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	132.504.151,61	20.959.939,90	20.959.939,90	13.640.780,92
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	108.713.099,34	13.037.988,35	13.037.988,35	12.774.786,84
Pessoal e Encargos Sociais	55.333.430,60	8.948.114,32	8.948.114,32	7.252.708,50
Juros e Encargos da Dívida (IX)	111.800,00	59.334,52	59.334,52	18.514,56
Outras Despesas Correntes	53.267.868,74	4.030.539,51	4.030.539,51	5.503.563,78
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	108.601.299,34	12.978.653,83	12.978.653,83	12.756.272,28
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	22.802.282,01	1.336.824,18	1.336.824,18	465.609,93
Investimentos	20.208.182,01	418.795,95	418.795,95	253.672,46
Inversões Financeiras	1.256.500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.256.500,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.337.600,00	918.028,23	918.028,23	211.937,47
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	21.464.682,01	418.795,95	418.795,95	253.672,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DO RPPS (XVII)	2.944.294,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	133.110.275,35	13.397.449,78	13.397.449,78	13.009.944,74
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-606.123,74	7.562.490,12	7.562.490,12	630.836,18
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

CACADOR, 28/03/2012

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	93.510,94	2.050.771,39	-	1.711.235,74	433.046,59	22.998,58	2.460.969,42	-	1.657.827,81	826.140,19
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	81.337,84	1.783.885,69	0,00	1.486.516,10	378.707,43	1.326,00	1.520.157,27	0,00	1.055.315,60	466.167,67
CHEFIA DO EXECUTIVO	81.337,84	1.648.424,49	0,00	1.351.054,90	378.707,43	0,00	1.345.428,97	0,00	880.587,30	464.841,67
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.326,00	0,00	0,00	0,00	1.326,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	135.461,20	0,00	135.461,20	0,00	0,00	174.728,30	0,00	174.728,30	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR	0,00	37,58	0,00	0,00	37,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	37,58	0,00	0,00	37,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADO	0,00	103.515,37	0,00	70.505,61	33.009,76	0,00	130,00	0,00	0,00	130,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	0,00	103.515,37	0,00	70.505,61	33.009,76	0,00	130,00	0,00	0,00	130,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CA	2.385,39	6.903,16	0,00	2.700,00	6.588,55	3.814,05	21.227,91	0,00	12.781,88	12.260,08
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.385,39	6.903,16	0,00	2.700,00	6.588,55	3.814,05	21.227,91	0,00	12.781,88	12.260,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR	9.787,71	155.104,59	0,00	150.546,92	14.345,38	17.858,53	907.750,70	0,00	582.654,29	342.954,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	9.787,71	155.104,59	0,00	150.546,92	14.345,38	17.858,53	907.750,70	0,00	582.654,29	342.954,94
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.311,50	0,00	5.684,00	4.627,50
IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.311,50	0,00	5.684,00	4.627,50
IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CA	0,00	1.325,00	0,00	967,11	357,89	0,00	1.392,04	0,00	1.392,04	0,00
IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE C	0,00	1.325,00	0,00	967,11	357,89	0,00	1.392,04	0,00	1.392,04	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	191.126,58	-	191.126,58	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.404,88	0,00	125.404,88	0,00
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.135,57	0,00	124.135,57	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.269,31	0,00	1.269,31	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.213,71	0,00	6.213,71	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.213,71	0,00	6.213,71	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.382,63	0,00	57.382,63	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.382,63	0,00	57.382,63	0,00
IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.125,36	0,00	2.125,36	0,00
IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.125,36	0,00	2.125,36	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	93.510,94	2.050.771,39	0,00	1.711.235,74	433.046,59	22.998,58	2.652.096,00	0,00	1.848.954,39	826.140,19

FONTE:

Camboriú

PREFEITURA

Decreto Nº. 1.441/2012

DECRETO Nº 1.441/2012

Dispõe sobre a divulgação do Cronograma de Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Procedimentos Contábeis Específicos visando a implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, na forma do artigo 6º da Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011, alterado pela Portaria STN nº 828, de 14 de novembro de 2011, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos contábeis a nível municipal, com o objetivo de apoiar à gestão patrimonial na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;

CONSIDERANDO o envio de informações eletrônicas ao Tribunal de Contas do Estado, de acordo com as regras de contabilização do novo Plano de Contas;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar maior transparência sobre as contas públicas, assim como o evidente interesse da administração municipal;

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa.	janeiro de 2014
1.2 - Aplicações de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa.	janeiro de 2014
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência.	janeiro de 2014
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	janeiro de 2014
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	julho 2014

4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	julho 2014
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens imóveis.	julho 2014
4.2 - Definição dos créditos para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	julho 2014
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	julho 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura.	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	janeiro de 2014
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura.	janeiro de 2014
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura.	janeiro de 2014
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura.	janeiro de 2014
6 - Implementação de Sistemas de Custos.	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	janeiro de 2014
6.3 - Implementação de Sistemas de Custos.	janeiro de 2014
7 - Aplicação de planos de conta, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.	
7.1 - Sistema informatizado de registrado da contabilidade de acordo com o PCASP.	janeiro de 2014
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	janeiro de 2014
8 - Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	
8.1 - Registros de Participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	janeiro 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	janeiro 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art.1º deste Decreto em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os procedimentos contábeis referidos neste Decreto serão adotados com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de março de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Anulação Pr 6/12 - Pmc

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2012-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 030/2012 cujo objeto é: SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS E CHUVEIROS PORTÁTEIS PARA ATENDER O CALENDÁRIO DE EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ., como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 28 de Março de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.981 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.981 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal TACIANA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000153, Registro no Sistema sob nº 181300, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.982 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.982 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ESTER MARIA FORLIN FRITSCH, Matrícula Funcional nº 000141, Registro no Sistema sob nº 188000, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e doze centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.983 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.983 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal MARILDA

SCHADECK, Matrícula Funcional nº 000140, Registro no Sistema sob nº 197000, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, percebendo o valor de R\$ 2.283,19 (dois mil, duzentos e oitenta e três reais e dezenove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.984 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.984 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal BERTINA BAHR, Matrícula Funcional nº 0230, Registro no Sistema sob nº 237202, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.985 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.985 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000168, Registro no Sistema sob nº 269001, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.741,20 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.986 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.986 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91,

inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ELIANE BAUM, Matrícula Funcional nº 000090, Registro no Sistema sob nº 272000, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 1.076,06 (um mil, setenta e seis reais e seis centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.987 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.987 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal LEILA DE CÁSSIA MUNHOZ LARGURA, Matrícula Funcional nº 0169, Registro no Sistema sob nº 293301, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta reais e doze centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.988 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.988 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, Matrícula Funcional nº 000059, Registro no Sistema sob nº 293510, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, percebendo o valor de R\$ 2.283,19 (dois mil, duzentos e oitenta e três reais e dezenove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.989 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.989 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS, Matrícula Funcional nº 000069, Registro no Sistema sob nº 294080, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, percebendo o valor de R\$ 2.283,19 (dois mil, duzentos e oitenta e três reais e dezenove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.990 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.990 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Matrícula Funcional nº 000092, Registro no Sistema sob nº 295640, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o

valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.991 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.991 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal MARCIA FRANZ SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 000113, Registro no Sistema sob nº 296610, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 1.108,34 (um mil, cento e oito reais e trinta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.992 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.992 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ELISABET SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000129, Registro no Sistema sob nº 297420, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.993 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.993 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SIRLEI MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, Matrícula Funcional nº 000159, Registro

no Sistema sob nº 299040, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.994 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.994 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal VERONICA WOJCIECHOSKI, Matrícula Funcional nº 000171, Registro no Sistema sob nº 299800, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e doze centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF



Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.995 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.995 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SILVIA PASDA UHLIG, Matrícula Funcional nº 000173, Registro no Sistema sob nº 299980, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e doze centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.996 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.996 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em

05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal LINDAMIR DA LUZ DOS SANOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 000188, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.998 De 19 De Março De 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.998 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal GLADIS CONCEIÇÃO BENKEDORF, Matrícula Funcional nº 000194, Registro no Sistema sob nº 306000, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência B, percebendo o valor de R\$ 896,72 (oitocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Chamada Pública 4/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CHAMADA PÚBLICA 4/2012

Objeto: O objeto desta chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios "mel de abelhas" diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino deste Município (Infantil e Fundamental), e alunos da APAE - no ano letivo de 2012. Data de abertura: 16/04/2012, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal. Entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta: Até às 13h45min do dia 16/04/2012, no Protocolo da Prefeitura Municipal. Critério de julgamento: menor preço unitário. O edital está disponível no site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Dispensa" / "Chamada Pública 4/2012".

Campo Alegre, 28 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Pregão (Presencial) Nº 8/2012 - Fundo Municipal De Saúde

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 8/2012

A licitação tem como objeto a aquisição de tiras e lancetas reagentes para teste de glicemia para uso nas unidades de saúde deste Município, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	12.000	Unid.	Tira reagente para diagnóstico clínico, tipo de análise quantitativa de glicose, com amplitude de medição entre 10 e 600 mg/dl com Sistema Biosensor Fotométrico e ou Sistema Biosensor Amperométrico, chip de codificação do lote; capacidade de medição em sangue total, capilar e ou neonato que aceite apenas mg/dl como unidade de medida. Fornecimento de forma de comodato GRATUITO de até 50 (cinquenta) aparelhos de medição de glicose compatíveis com as tiras ofertadas, incluindo assistência técnica e treinamento dos profissionais que irão manusear os aparelhos. Cada embalagem deverá conter no máximo 50 tiras.	0,7162	8.594,40
02	12.000	Unid.	Lanceta para coleta de sangue por punção digital. Sistema esteril e descartável, com invólucro protetor de plástico, agulha de 23G com protusão de 2.0 mm, lanceta trifacetada e siliconada, com retração automática da agulha. Possui capa de esterilidade, corpo de lancetador e gatilhos compostos por polipropileno. Atende as normas reguladoras ISO 13485 e NR32. Cada embalagem deverá conter no Máximo 200 lancetas.	0,3512	4.214,40

VALOR TOTAL 12.808,40

- Critério julgamento: menor preço GLOBAL (Total Geral).

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 12/04/2012, às 14 HORAS, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 12/04/2012, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.06 - Manutenção das Atividades Assistência Farmacêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 57 - Assistência Farmacêutica; Projeto: 2.115 - Manutenção e Coordenação das Assistência Básica a saúde; Elemento de Despesa: 3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita; Recurso: 00.01.0099 - Receita Impostos e transf. Impostos Saúde. (código reduzido: 10).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" /

“Pregão” / “Pregão 13/2012- Saúde” .

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 28 de março de 2012.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Julgamento Pregão 37/2012

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 37/2012)

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 37/2012, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de madeira de eucalipto, para manutenção de pontes. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Edesio Cavicchioni Me. O Sr. Edesio Cavicchioni se credenciou para representar a empresa Edesio Cavicchioni Me. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, apresentou também a Certidão Simplificada que comprova o enquadramento da empresa como Empresa de Pequeno Porte para valer-se da Lei Complementar 123/06. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço UNITÁRIO, com fixação de valor máximo (R\$ 390,00). A empresa Edesio Cavicchioni Me apresentou proposta com o valor unitário de R\$ 375,00, não concedendo desconto (lance verbal) fechando a proposta em R\$ 375,00 (o valor unitário do metro cúbico da madeira). Abriu-se o envelope contendo os documentos de habilitação. A empresa Edesio Cavicchioni Me apresentou a CND INSS vencida. Considerando que a empresa é enquadrada como empresa de pequeno porte a Pregoeira concede prazo de 2 (dois) dias úteis para a apresentação da referida Certidão válida. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

PRORROGAÇÃO DE PRAZO
(Processo Licitatório nº 37/2012)

A empresa Edesio Cavicchioni Me, primeira classificada no processo licitatório nº 37/2012, teve sua habilitação suspensa por apresentar a CND do INSS vencida. Foi concedido prazo de dois dias úteis para a apresentação da Certidão. Até a presente data a empresa não conseguiu comprovar a regularidade, sendo assim, CONCEDO prazo de mais dois dias úteis, contados desta data, para a empresa apresentar a CND do INSS, sendo este o prazo final, a não comprovação resultará na inabilitação da empresa no processo licitatório nº 37/2012.

Campo Alegre, 13 de março de 2012.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2

(Processo Licitatório nº 37/2012)

Considerando que a empresa Edesio Cavicchioni Me classificada em primeiro lugar no processo licitatório nº 37/2012, teve sua habilitação suspensa, por apresentar a CND do INSS vencida. Considerando que devido ao enquadramento da empresa Edesio Cavicchioni Me como empresa de pequeno porte foi concedido prazo para a apresentação da CND. Nesta data, aos quatorze dias do mês de março de dois mil e doze RECEBEU-SE tal Certidão de nº 017952012-20024050, que junta-se ao processo epigrafado, HABILITANDO a empresa Edesio Cavicchioni Me fica para o processo licitatório nº 37/2012. Sendo assim, JULGO a empresa Edesio Cavicchioni Me vencedora do processo licitatório nº 37/2012, modalidade Pregão, com o valor unitário de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) o valor unitário do metro cúbico da madeira de eucalipto (objeto da licitação). Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por mim, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira do Município de Campo Alegre-SC.

Balanço Orçamentário

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.609.218,98	24.609.218,98	4.052.933,02	16,47	4.052.933,02	16,47	20.556.285,96
RECEITAS CORRENTES	22.675.823,47	22.675.823,47	3.396.333,02	14,98	3.396.333,02	14,98	19.279.490,45
RECEITA TRIBUTARIA	2.481.212,09	2.481.212,09	213.295,06	8,60	213.295,06	8,60	2.267.917,03
IMPOSTOS	1.867.465,77	1.867.465,77	182.544,12	9,77	182.544,12	9,77	1.684.921,65
TAXAS	528.807,69	528.807,69	23.424,89	4,43	23.424,89	4,43	505.382,80
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	84.938,63	84.938,63	7.326,05	8,63	7.326,05	8,63	77.612,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.269.754,54	1.269.754,54	130.012,07	10,24	130.012,07	10,24	1.139.742,47
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	652.325,72	652.325,72	35.993,70	5,52	35.993,70	5,52	616.332,02
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	617.428,82	617.428,82	94.018,37	15,23	94.018,37	15,23	523.410,45
RECEITA PATRIMONIAL	1.295.436,36	1.295.436,36	227.878,86	17,59	227.878,86	17,59	1.067.557,50
RECEITAS IMOBILIARIAS	1.842,70	1.842,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.842,70
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.293.593,66	1.293.593,66	227.878,86	17,62	227.878,86	17,62	1.065.714,80
RECEITA DE SERVIÇOS	904.729,34	904.729,34	161.974,16	17,90	161.974,16	17,90	742.755,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.378.855,30	16.378.855,30	2.583.709,71	15,77	2.583.709,71	15,77	13.795.145,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.109.853,37	16.109.853,37	2.567.989,25	15,94	2.567.989,25	15,94	13.541.864,12
Transf. de Instituições Privadas	900,00	900,00	-388,05	0,00	-388,05	0,00	1.288,05
Transf. de Pessoas	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00
Transf. de Conv.	267.401,93	267.401,93	16.108,51	6,02	16.108,51	6,02	251.293,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	345.835,84	345.835,84	79.463,16	22,98	79.463,16	22,98	266.372,68
Multas e Juros de Mora	87.842,08	87.842,08	13.922,18	15,85	13.922,18	15,85	73.919,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.292,76	22.292,76	44.005,89	197,40	44.005,89	197,40	-21.713,13
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	118.801,15	118.801,15	21.535,09	18,13	21.535,09	18,13	97.266,06
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atu	115.560,00	115.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.560,00
RECEITAS DIVERSAS	1.339,85	1.339,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339,85
RECEITAS DE CAPITAL	1.933.395,51	1.933.395,51	656.600,00	33,96	656.600,00	33,96	1.276.795,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.595,51	1.595,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,51
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.595,51	1.595,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,51
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.181.800,00	1.181.800,00	656.600,00	55,56	656.600,00	55,56	525.200,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	138.000,00	138.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.043.800,00	1.043.800,00	656.600,00	62,90	656.600,00	62,90	387.200,00

Continua 1/3

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.304.651,45	1.304.651,45	71.987,66	5,52	71.987,66	5,52	1.232.663,79
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.304.651,45	1.304.651,45	71.987,66	5,52	71.987,66	5,52	1.232.663,79
Receitas de Contribuições	1.304.651,45	1.304.651,45	71.987,66	5,52	71.987,66	5,52	1.232.663,79
Contribuições Sociais	1.304.651,45	1.304.651,45	71.987,66	5,52	71.987,66	5,52	1.232.663,79
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.913.870,43	25.913.870,43	4.124.920,68	15,92	4.124.920,68	15,92	21.788.949,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.913.870,43	25.913.870,43	4.124.920,68	15,92	4.124.920,68	15,92	21.788.949,75
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.913.870,43	25.913.870,43	4.124.920,68	15,92	4.124.920,68	15,92	21.788.949,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.426.702,53	—	—	50.606,93	—	—
Superávit Financeiro	—	1.426.702,53	—	—	50.606,93	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.609.218,98	1.426.702,53	26.035.921,51	5.655.345,88	5.655.345,88	2.094.912,77	2.094.912,77	8,05	23.941.008,74
DESPESAS CORRENTES	19.128.577,94	152.800,00	19.281.377,94	5.496.513,42	5.496.513,42	1.998.837,51	1.998.837,51	10,37	17.282.540,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.815.905,24	0,00	9.815.905,24	1.262.037,07	1.262.037,07	1.254.565,06	1.254.565,06	12,78	8.561.340,18

Continua 2/3

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.609.218,98	1.426.702,53	26.035.921,51	5.655.345,88	5.655.345,88	2.094.912,77	2.094.912,77	8,05	23.941.008,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.312.672,70	152.800,00	9.465.472,70	4.234.476,35	4.234.476,35	744.272,45	744.272,45	7,86	8.721.200,25
DESPESAS DE CAPITAL	3.216.203,87	1.273.902,53	4.490.106,40	158.832,46	158.832,46	96.075,26	96.075,26	2,14	4.394.031,14
INVESTIMENTOS	2.740.716,06	1.273.902,53	4.014.618,59	124.278,39	124.278,39	61.521,19	61.521,19	1,53	3.953.097,40
AMORTIZACAO DA DIVIDA	475.487,81	0,00	475.487,81	34.554,07	34.554,07	34.554,07	34.554,07	7,27	440.933,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.264.437,17	0,00	2.264.437,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.264.437,17
Reserva Orçamentária do RPPS	2.074.437,17	0,00	2.074.437,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.074.437,17
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.304.651,45	0,00	1.304.651,45	149.464,15	149.464,15	149.464,15	149.464,15	11,46	1.155.187,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.304.651,45	0,00	1.304.651,45	149.464,15	149.464,15	149.464,15	149.464,15	11,46	1.155.187,30
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.913.870,43	1.426.702,53	27.340.572,96	5.804.810,03	5.804.810,03	2.244.376,92	2.244.376,92	8,21	25.096.196,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.913.870,43	1.426.702,53	27.340.572,96	5.804.810,03	5.804.810,03	2.244.376,92	2.244.376,92	8,21	25.096.196,04
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.880.543,76	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.913.870,43	1.426.702,53	27.340.572,96	5.804.810,03	5.804.810,03	2.244.376,92	4.124.920,68	8,21	25.096.196,04

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 115.089,44

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Demonstrativo Da Execução Das Despesas Por Função/Subfunção

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.609.218,98	26.035.921,51	5.655.345,88	5.655.345,88	2.094.912,77	2.094.912,77	93,34	8,05	23.941.008,74
Legislativa	487.988,00	487.988,00	74.529,76	74.529,76	60.314,44	60.314,44	2,69	12,36	427.673,56
Ação Legislativa	487.988,00	487.988,00	74.529,76	74.529,76	60.314,44	60.314,44	2,69	12,36	427.673,56
Administração	2.158.197,77	2.276.997,77	624.804,93	624.804,93	264.040,97	264.040,97	11,76	11,60	2.012.956,80
Administração Geral	1.610.408,12	1.729.208,12	505.171,14	505.171,14	199.735,21	199.735,21	8,90	11,55	1.529.472,91
Administração Financeira	327.789,65	327.789,65	92.947,25	92.947,25	37.619,22	37.619,22	1,68	11,48	290.170,43
Formação de Recursos Humanos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Administração de Receitas	210.000,00	210.000,00	26.686,54	26.686,54	26.686,54	26.686,54	1,19	12,71	183.313,46
Segurança Pública	223.359,83	223.359,83	46.985,59	46.985,59	5.825,76	5.825,76	0,26	2,61	217.534,07
Policiamento	78.967,78	78.967,78	37.761,83	37.761,83	4.276,19	4.276,19	0,19	5,42	74.691,59
Defesa Civil	144.392,05	144.392,05	9.223,76	9.223,76	1.549,57	1.549,57	0,07	1,07	142.842,48
Assistência Social	557.048,09	589.448,09	151.126,32	151.126,32	68.126,87	68.126,87	3,04	11,56	521.321,22
Assistência ao Idoso	2.180,00	2.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.180,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	159.431,12	191.831,12	65.774,14	65.774,14	30.272,44	30.272,44	1,35	15,78	161.558,68
Assistência Comunitária	391.086,97	391.086,97	85.047,23	85.047,23	37.854,43	37.854,43	1,69	9,68	353.232,54
Fomento ao Trabalho	4.350,00	4.350,00	304,95	304,95	0,00	0,00	0,00	0,00	4.350,00
Previdência Social	3.384.437,17	3.384.437,17	181.802,90	181.802,90	162.029,86	162.029,86	7,22	4,79	3.222.407,31
Administração Geral	120.000,00	120.000,00	21.654,12	21.654,12	1.881,08	1.881,08	0,08	1,57	118.118,92
Previdência do Regime Estatutário	3.264.437,17	3.264.437,17	160.148,78	160.148,78	160.148,78	160.148,78	7,14	4,91	3.104.288,39
Saúde	4.428.229,41	4.428.229,41	1.227.121,49	1.227.121,49	506.898,98	506.898,98	22,59	11,45	3.921.330,43
Atenção Básica	2.962.859,15	2.962.859,15	494.804,32	494.804,32	372.628,54	372.628,54	16,60	12,58	2.590.230,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	235.951,40	235.951,40	122.891,50	122.891,50	26.993,05	26.993,05	1,20	11,44	208.958,35
Suporte Profilático e Terapêutico	1.171.121,28	1.171.121,28	592.205,87	592.205,87	103.973,47	103.973,47	4,63	8,88	1.067.147,81
Vigilância Sanitária	27.762,18	27.762,18	11.717,50	11.717,50	1.754,05	1.754,05	0,08	6,32	26.008,13
Vigilância Epidemiológica	22.835,40	22.835,40	3.063,50	3.063,50	592,47	592,47	0,03	2,59	22.242,93
Alimentação e Nutrição	7.700,00	7.700,00	2.438,80	2.438,80	957,40	957,40	0,04	12,43	6.742,60
Trabalho	30.000,00	30.000,00	18.015,00	18.015,00	1.350,74	1.350,74	0,06	4,50	28.649,26
Fomento ao Trabalho	30.000,00	30.000,00	18.015,00	18.015,00	1.350,74	1.350,74	0,06	4,50	28.649,26

Continua 1/4

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.609.218,98	26.035.921,51	5.655.345,88	5.655.345,88	2.094.912,77	2.094.912,77	93,34	8,05	23.941.008,74
Educação	5.998.981,31	6.504.483,84	1.814.999,98	1.814.999,98	465.292,72	465.292,72	20,73	7,15	6.039.191,12
Alimentação e Nutrição	214.408,22	214.408,22	7.787,85	7.787,85	1.218,55	1.218,55	0,05	0,57	213.189,67
Ensino Fundamental	3.438.008,04	3.438.008,04	1.548.910,81	1.548.910,81	239.952,96	239.952,96	10,69	6,98	3.198.055,08
Educação Infantil	2.346.565,05	2.852.067,58	258.301,32	258.301,32	224.121,21	224.121,21	9,99	7,86	2.627.946,37
Cultura	592.872,47	592.872,47	72.111,40	72.111,40	38.976,39	38.976,39	1,74	6,57	553.896,08
Difusão Cultural	592.872,47	592.872,47	72.111,40	72.111,40	38.976,39	38.976,39	1,74	6,57	553.896,08
Urbanismo	2.794.326,29	3.564.326,29	417.049,20	417.049,20	219.940,02	219.940,02	9,80	6,17	3.344.386,27
Infra-Estrutura Urbana	617.428,82	617.428,82	118.458,90	118.458,90	42.547,76	42.547,76	1,90	6,89	574.881,06
Serviços Urbanos	2.176.897,47	2.946.897,47	298.590,30	298.590,30	177.392,26	177.392,26	7,90	6,02	2.769.505,21
Habitação	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
Habitação Urbana	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
Saneamento	1.009.157,69	1.009.157,69	403.760,34	403.760,34	141.501,84	141.501,84	6,30	14,02	867.655,85
Saneamento Básico Urbano	991.657,69	991.657,69	397.260,34	397.260,34	135.001,84	135.001,84	6,02	13,61	856.655,85
Preservação e Conservação Ambiental	17.500,00	17.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	0,29	37,14	11.000,00
Gestão Ambiental	20.800,00	20.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.800,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.800,00	20.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.800,00
Agricultura	527.298,14	527.298,14	83.341,48	83.341,48	36.218,86	36.218,86	1,61	6,87	491.079,28
Promoção da Produção Animal	33.500,00	33.500,00	25.000,00	25.000,00	2.500,00	2.500,00	0,11	7,46	31.000,00
Extensão Rural	493.798,14	493.798,14	58.341,48	58.341,48	33.718,86	33.718,86	1,50	6,83	460.079,28
Indústria	38.000,00	38.000,00	4.400,00	4.400,00	440,00	440,00	0,02	1,16	37.560,00
Promoção Industrial	4.500,00	4.500,00	4.400,00	4.400,00	440,00	440,00	0,02	9,78	4.060,00
Propriedade Industrial	33.500,00	33.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.500,00
Comércio e Serviços	88.850,00	88.850,00	58.255,65	58.255,65	7.083,81	7.083,81	0,32	7,97	81.766,19
Promoção Comercial	13.750,00	13.750,00	4.400,00	4.400,00	440,00	440,00	0,02	3,20	13.310,00
Turismo	75.100,00	75.100,00	53.855,65	53.855,65	6.643,81	6.643,81	0,30	8,85	68.456,19
Transporte	966.000,00	966.000,00	422.793,27	422.793,27	80.217,16	80.217,16	3,57	8,30	885.782,84
Transporte Rodoviário	966.000,00	966.000,00	422.793,27	422.793,27	80.217,16	80.217,16	3,57	8,30	885.782,84
Desporto e Lazer	613.985,00	613.985,00	19.694,50	19.694,50	2.100,28	2.100,28	0,09	0,34	611.884,72
Desporto de Rendimento	3.110,00	3.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.110,00

Continua 2/4

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.609.218,98	26.035.921,51	5.655.345,88	5.655.345,88	2.094.912,77	2.094.912,77	93,34	8,05	23.941.008,74
Desporto e Lazer	613.985,00	613.985,00	19.694,50	19.694,50	2.100,28	2.100,28	0,09	0,34	611.884,72
Desporto Comunitário	235.025,00	235.025,00	18.794,50	18.794,50	1.200,28	1.200,28	0,05	0,51	233.824,72
Lazer	375.850,00	375.850,00	900,00	900,00	900,00	900,00	0,04	0,24	374.950,00
Encargos Especiais	475.487,81	475.487,81	34.554,07	34.554,07	34.554,07	34.554,07	1,54	7,27	440.933,74
Refinanciamento da Dívida Interna	155.560,00	155.560,00	7.155,65	7.155,65	7.155,65	7.155,65	0,32	4,60	148.404,35
Serviço da Dívida Interna	319.927,81	319.927,81	27.398,42	27.398,42	27.398,42	27.398,42	1,22	8,56	292.529,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.304.651,45	1.304.651,45	149.464,15	149.464,15	149.464,15	149.464,15	6,66	11,46	1.155.187,30
Legislativa	7.400,00	7.400,00	1.317,96	1.317,96	1.317,96	1.317,96	0,06	17,81	6.082,04
Ação Legislativa	7.400,00	7.400,00	1.317,96	1.317,96	1.317,96	1.317,96	0,06	17,81	6.082,04
Administração	115.690,80	115.690,80	14.866,68	14.866,68	14.866,68	14.866,68	0,66	12,85	100.824,12
Administração Geral	89.256,17	89.256,17	13.121,82	13.121,82	13.121,82	13.121,82	0,58	14,70	76.134,35
Administração Financeira	26.434,63	26.434,63	1.744,86	1.744,86	1.744,86	1.744,86	0,08	6,60	24.689,77
Assistência Social	42.962,95	42.962,95	5.292,97	5.292,97	5.292,97	5.292,97	0,24	12,32	37.669,98
Assistência Comunitária	42.962,95	42.962,95	5.292,97	5.292,97	5.292,97	5.292,97	0,24	12,32	37.669,98
Previdência Social	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saúde	262.297,81	262.297,81	36.837,04	36.837,04	36.837,04	36.837,04	1,64	14,04	225.460,77
Atenção Básica	262.297,81	262.297,81	36.837,04	36.837,04	36.837,04	36.837,04	1,64	14,04	225.460,77
Educação	635.995,66	635.995,66	67.054,57	67.054,57	67.054,57	67.054,57	2,99	10,54	568.941,09
Ensino Fundamental	331.819,72	331.819,72	34.488,84	34.488,84	34.488,84	34.488,84	1,54	10,39	297.330,88
Educação Infantil	304.175,94	304.175,94	32.565,73	32.565,73	32.565,73	32.565,73	1,45	10,71	271.610,21
Cultura	26.453,01	26.453,01	2.505,50	2.505,50	2.505,50	2.505,50	0,11	9,47	23.947,51
Difusão Cultural	26.453,01	26.453,01	2.505,50	2.505,50	2.505,50	2.505,50	0,11	9,47	23.947,51
Urbanismo	149.973,01	149.973,01	15.860,94	15.860,94	15.860,94	15.860,94	0,71	10,58	134.112,07
Serviços Urbanos	149.973,01	149.973,01	15.860,94	15.860,94	15.860,94	15.860,94	0,71	10,58	134.112,07
Saneamento	22.662,03	22.662,03	1.462,70	1.462,70	1.462,70	1.462,70	0,07	6,45	21.199,33
Saneamento Básico Urbano	22.662,03	22.662,03	1.462,70	1.462,70	1.462,70	1.462,70	0,07	6,45	21.199,33

Continua 3/4

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.304.651,45	1.304.651,45	149.464,15	149.464,15	149.464,15	149.464,15	6,66	11,46	1.155.187,30
Agricultura	36.216,18	36.216,18	4.265,79	4.265,79	4.265,79	4.265,79	0,19	11,78	31.950,39
Extensão Rural	36.216,18	36.216,18	4.265,79	4.265,79	4.265,79	4.265,79	0,19	11,78	31.950,39
TOTAL (III) = (I + II)	25.913.870,43	27.340.572,96	5.804.810,03	5.804.810,03	2.244.376,92	2.244.376,92	100,00	8,21	25.096.196,04

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Canoinhas

PREFEITURA

Relatório Resumido Da Execução Orçamentária 1º Bim. 2012

Município de CANOINHAS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	98.606.815,00	
Receitas Realizadas		13.782.003,20	13.782.003,20	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	98.606.815,00	
Créditos Adicionais		—	10.710.326,97	
Dotação Atualizada		—	109.317.141,97	
Despesas Empenhadas		39.922.427,72	39.922.427,72	
Despesas Liquidadas		10.068.300,25	10.068.300,25	
Superavit Orçamentário		—	3.713.702,95	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		39.922.427,72	39.922.427,72	
Despesas Liquidadas		10.068.300,25	10.068.300,25	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			79.406.806,18	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		2.400.000,00	-1.529.083,33	-63,71
Resultado Primário		-2.740.000,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	755.432,83	0,46	718.031,45	37.400,92
EXECUTIVO	755.432,83	0,46	718.031,45	37.400,92
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.205.833,19	48,99	1.779.561,36	4.426.222,84
EXECUTIVO	6.205.833,19	48,99	1.779.561,36	4.426.222,84
TOTAL:	6.961.266,02	49,45	2.497.592,81	4.463.623,76
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		560.319,44	25%	6,77
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.978.147,04	60%	67,13
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		923.793,12	4.076.206,88	
Despesa de Capital Líquida		1.958.926,29	27.661.218,88	

Continua 1/2



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.629.033,40	15,00	19,69

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	80.056.515,00	80.056.515,00	11.986.101,73	14,97	11.986.101,73	14,97	68.070.413,27
RECEITAS CORRENTES	71.916.515,00	71.916.515,00	10.658.466,56	14,82	10.658.466,56	14,82	61.258.048,44
RECEITA TRIBUTARIA	10.393.100,00	10.393.100,00	982.860,30	9,46	982.860,30	9,46	9.410.239,70
IMPOSTOS	8.961.900,00	8.961.900,00	907.680,68	10,13	907.680,68	10,13	8.054.219,32
TAXAS	1.315.200,00	1.315.200,00	72.507,42	5,51	72.507,42	5,51	1.242.692,58
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	116.000,00	116.000,00	2.672,20	2,30	2.672,20	2,30	113.327,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.160.000,00	3.160.000,00	114.823,45	3,63	114.823,45	3,63	3.045.176,55
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.360.000,00	2.360.000,00	114.823,45	4,87	114.823,45	4,87	2.245.176,55
RECEITA PATRIMONIAL	571.065,00	571.065,00	96.049,21	16,82	96.049,21	16,82	475.015,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	559.265,00	559.265,00	96.049,21	17,17	96.049,21	17,17	463.215,79
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	11.800,00	11.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	55.935.000,00	55.935.000,00	9.036.937,70	16,16	9.036.937,70	16,16	46.898.062,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	55.605.000,00	55.605.000,00	8.949.883,65	16,10	8.949.883,65	16,10	46.655.116,35
Transf. de Conv.	330.000,00	330.000,00	87.054,05	26,38	87.054,05	26,38	242.945,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.857.350,00	1.857.350,00	427.795,90	23,03	427.795,90	23,03	1.429.554,10
Multas e Juros de Mora	275.450,00	275.450,00	53.317,60	19,36	53.317,60	19,36	222.132,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.950,00	13.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.950,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.023.950,00	1.023.950,00	354.652,84	34,64	354.652,84	34,64	669.297,16
RECEITAS DIVERSAS	544.000,00	544.000,00	19.825,46	3,64	19.825,46	3,64	524.174,54
RECEITAS DE CAPITAL	8.140.000,00	8.140.000,00	1.327.635,17	16,31	1.327.635,17	16,31	6.812.364,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	923.793,12	18,48	923.793,12	18,48	4.076.206,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	923.793,12	18,48	923.793,12	18,48	4.076.206,88
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.100.000,00	3.100.000,00	403.842,05	13,03	403.842,05	13,03	2.696.157,95
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.100.000,00	3.100.000,00	403.842,05	13,03	403.842,05	13,03	2.696.157,95
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	80.056.515,00	80.056.515,00	11.986.101,73	14,97	11.986.101,73	14,97	68.070.413,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	80.056.515,00	80.056.515,00	11.986.101,73	14,97	11.986.101,73	14,97	68.070.413,27
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	80.056.515,00	80.056.515,00	11.986.101,73	14,97	11.986.101,73	14,97	68.070.413,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	350.000,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	350.000,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	66.100.393,00	9.783.660,31	75.884.053,31	29.911.967,87	29.911.967,87	7.026.910,59	7.026.910,59	9,26	68.857.142,72
DESPESAS CORRENTES	49.000.624,00	894.585,80	49.895.209,80	15.864.834,45	15.864.834,45	5.067.984,30	5.067.984,30	10,16	44.827.225,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.645.280,00	0,00	28.645.280,00	4.993.633,22	4.993.633,22	3.985.429,14	3.985.429,14	13,91	24.659.850,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	870.000,00	0,00	870.000,00	332.927,29	332.927,29	79.769,90	79.769,90	9,17	790.230,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.485.344,00	894.585,80	20.379.929,80	10.538.273,94	10.538.273,94	1.002.785,26	1.002.785,26	4,92	19.377.144,54
DESPESAS DE CAPITAL	17.049.769,00	8.889.074,51	25.938.843,51	14.047.133,42	14.047.133,42	1.958.926,29	1.958.926,29	7,55	23.979.917,22
INVESTIMENTOS	15.389.769,00	8.889.074,51	24.278.843,51	12.937.700,21	12.937.700,21	1.555.128,71	1.555.128,71	6,41	22.723.714,80
INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.460.000,00	0,00	1.460.000,00	1.109.433,21	1.109.433,21	403.797,58	403.797,58	27,66	1.056.202,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	66.100.393,00	9.783.660,31	75.884.053,31	29.911.967,87	29.911.967,87	7.026.910,59	7.026.910,59	9,26	68.857.142,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	66.100.393,00	9.783.660,31	75.884.053,31	29.911.967,87	29.911.967,87	7.026.910,59	7.026.910,59	9,26	68.857.142,72
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.959.191,14	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	66.100.393,00	9.783.660,31	75.884.053,31	29.911.967,87	29.911.967,87	7.026.910,59	11.986.101,73	9,26	68.857.142,72

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	98.606.815,00	109.317.141,97	39.922.427,72	39.922.427,72	10.068.300,25	10.068.300,25	100,00	9,21	99.248.841,72
Legislativa	3.060.000,00	3.060.000,00	432.927,38	432.927,38	387.605,57	387.605,57	3,85	12,67	2.672.394,43
Ação Legislativa	3.060.000,00	3.060.000,00	432.927,38	432.927,38	387.605,57	387.605,57	3,85	12,67	2.672.394,43
Essencial à Justiça	20.000,00	20.000,00	7.196,16	7.196,16	475,30	475,30	0,00	2,38	19.524,70
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	7.196,16	7.196,16	475,30	475,30	0,00	2,38	19.524,70
Administração	6.449.481,00	6.409.481,00	2.076.782,64	2.076.782,64	876.533,78	876.533,78	8,71	13,68	5.532.947,22
Planejamento e Orçamento	910.000,00	910.000,00	433.733,57	433.733,57	154.877,58	154.877,58	1,54	17,02	755.122,42
Administração Geral	5.539.481,00	5.499.481,00	1.643.049,07	1.643.049,07	721.656,20	721.656,20	7,17	13,12	4.777.824,80
Segurança Pública	436.425,00	536.425,00	43.735,10	43.735,10	4.165,07	4.165,07	0,04	0,78	532.259,93
Administração Geral	386.425,00	386.425,00	43.385,10	43.385,10	4.165,07	4.165,07	0,04	1,08	382.259,93
Policiamento	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	350,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Assistência Social	4.299.915,00	4.889.915,00	1.045.530,22	1.045.530,22	361.936,23	361.936,23	3,59	7,40	4.527.978,77
Assistência à Criança e ao Adolescente	138.200,00	138.200,00	30.123,02	30.123,02	15.272,59	15.272,59	0,15	11,05	122.927,41
Assistência Comunitária	4.161.715,00	4.751.715,00	1.015.407,20	1.015.407,20	346.663,64	346.663,64	3,44	7,30	4.405.051,36
Previdência Social	12.155,00	12.155,00	40,00	40,00	40,00	40,00	0,00	0,33	12.115,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.155,00	12.155,00	40,00	40,00	40,00	40,00	0,00	0,33	12.115,00
Saúde	19.309.212,00	20.235.878,66	8.727.876,93	8.727.876,93	2.530.277,08	2.530.277,08	25,13	12,50	17.705.601,58
Atenção Básica	5.848.765,00	6.475.431,66	1.747.797,61	1.747.797,61	761.282,03	761.282,03	7,56	11,76	5.714.149,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.844.992,00	11.194.992,00	6.479.920,02	6.479.920,02	1.587.672,35	1.587.672,35	15,77	14,18	9.607.319,65
Suporte Profilático e Terapêutico	1.862.515,00	1.812.515,00	313.969,39	313.969,39	79.367,39	79.367,39	0,79	4,38	1.733.147,61
Vigilância Sanitária	242.740,00	242.740,00	66.533,32	66.533,32	42.460,54	42.460,54	0,42	17,49	200.279,46
Vigilância Epidemiológica	510.200,00	510.200,00	119.656,59	119.656,59	59.494,77	59.494,77	0,59	11,66	450.705,23
Trabalho	1.402.000,00	1.402.000,00	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.402.000,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.402.000,00	1.402.000,00	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.402.000,00
Educação	30.996.657,00	34.427.317,31	12.484.431,54	12.484.431,54	2.740.492,25	2.740.492,25	27,22	7,96	31.686.825,06
Ensino Fundamental	23.874.023,00	25.734.023,00	10.384.808,07	10.384.808,07	1.976.022,46	1.976.022,46	19,63	7,68	23.758.000,54
Ensino Profissional	66.000,00	624.285,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624.285,80
Ensino Superior	150.000,00	150.000,00	34.999,18	34.999,18	25.805,79	25.805,79	0,26	17,20	124.194,21
Educação Infantil	6.793.634,00	7.806.008,51	2.064.624,29	2.064.624,29	738.664,00	738.664,00	7,34	9,46	7.067.344,51
Educação de Jovens e Adultos	113.000,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	98.606.815,00	109.317.141,97	39.922.427,72	39.922.427,72	10.068.300,25	10.068.300,25	100,00	9,21	99.248.841,72
Cultura	417.105,00	417.105,00	145.324,88	145.324,88	24.602,59	24.602,59	0,24	5,90	392.502,41
Difusão Cultural	417.105,00	417.105,00	145.324,88	145.324,88	24.602,59	24.602,59	0,24	5,90	392.502,41
Direitos da Cidadania	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Urbanismo	13.907.089,00	19.305.089,00	10.752.135,87	10.752.135,87	1.973.781,99	1.973.781,99	19,60	10,22	17.331.307,01
Administração Geral	2.950.000,00	2.950.000,00	1.195.600,98	1.195.600,98	466.708,71	466.708,71	4,64	15,82	2.483.291,29
Infra-estrutura Urbana	9.687.089,00	15.085.089,00	9.055.635,99	9.055.635,99	1.406.893,50	1.406.893,50	13,97	9,33	13.678.195,50
Serviços Urbanos	1.270.000,00	1.270.000,00	500.898,90	500.898,90	100.179,78	100.179,78	1,00	7,89	1.169.820,22
Habitação	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Habitação Urbana	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Saneamento	6.555.000,00	6.555.000,00	795,26	795,26	45,26	45,26	0,00	0,00	6.554.954,74
Saneamento Básico Urbano	6.555.000,00	6.555.000,00	795,26	795,26	45,26	45,26	0,00	0,00	6.554.954,74
Gestão Ambiental	329.000,00	329.000,00	124.522,10	124.522,10	28.126,89	28.126,89	0,28	8,55	300.873,11
Preservação e Conservação Ambiental	329.000,00	329.000,00	124.522,10	124.522,10	28.126,89	28.126,89	0,28	8,55	300.873,11
Agricultura	1.545.155,00	1.545.155,00	426.638,82	426.638,82	89.569,09	89.569,09	0,89	5,80	1.455.585,91
Extensão Rural	1.545.155,00	1.545.155,00	426.638,82	426.638,82	89.569,09	89.569,09	0,89	5,80	1.455.585,91
Comércio e Serviços	719.000,00	629.000,00	243.888,79	243.888,79	61.708,23	61.708,23	0,61	9,81	567.291,77
Difusão Cultural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Promoção Comercial	584.000,00	543.000,00	243.830,83	243.830,83	61.708,23	61.708,23	0,61	11,36	481.291,77
Turismo	85.000,00	36.000,00	57,96	57,96	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00
Energia	2.362.355,00	2.362.355,00	172.191,38	172.191,38	57.400,06	57.400,06	0,57	2,43	2.304.954,94
Energia Elétrica	2.362.355,00	2.362.355,00	172.191,38	172.191,38	57.400,06	57.400,06	0,57	2,43	2.304.954,94
Transportes	2.851.607,00	2.946.607,00	1.041.432,06	1.041.432,06	302.024,14	302.024,14	3,00	10,25	2.644.582,86
Policiamento	432.115,00	377.115,00	92.819,04	92.819,04	10.073,20	10.073,20	0,10	2,67	367.041,80
Transporte Rodoviário	2.419.492,00	2.569.492,00	948.613,02	948.613,02	291.950,94	291.950,94	2,90	11,36	2.277.541,06
Desporto e Lazer	394.755,00	694.755,00	58.314,09	58.314,09	19.789,97	19.789,97	0,20	2,85	674.965,03
Desporto Comunitário	394.755,00	694.755,00	58.314,09	58.314,09	19.789,97	19.789,97	0,20	2,85	674.965,03
Encargos Especiais	3.245.904,00	3.245.904,00	2.138.264,50	2.138.264,50	609.726,75	609.726,75	6,06	18,78	2.636.177,25
Serviço da Dívida Interna	2.330.000,00	2.330.000,00	1.442.360,50	1.442.360,50	483.567,48	483.567,48	4,80	20,75	1.846.432,52
Outras Transferências	695.904,00	695.904,00	695.904,00	695.904,00	126.159,27	126.159,27	1,25	18,13	569.744,73

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	98.606.815,00	109.317.141,97	39.922.427,72	39.922.427,72	10.068.300,25	10.068.300,25	100,00	9,21	99.248.841,72
Encargos Especiais	3.245.904,00	3.245.904,00	2.138.264,50	2.138.264,50	609.726,75	609.726,75	6,06	18,78	2.636.177,25
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	98.606.815,00	109.317.141,97	39.922.427,72	39.922.427,72	10.068.300,25	10.068.300,25	100,00	9,21	99.248.841,72

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.872.998,10	7.232.947,53	6.908.064,56	7.820.663,11	6.602.421,88	6.737.283,49	6.851.934,89	7.114.688,91	7.022.783,57	9.256.588,25	6.962.255,57	6.884.973,10	87.267.602,96	97.184.815,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.022.579,67	857.718,27	706.731,09	698.737,53	641.779,67	703.888,44	726.785,07	635.068,86	708.110,25	1.039.377,06	517.264,80	530.041,41	9.788.082,12	11.043.855,00	
RECEITA TRIBUTARIA	2.022.579,67	857.718,27	706.731,09	698.737,53	641.779,67	703.888,44	726.785,07	635.068,86	708.110,25	1.039.377,06	517.264,80	530.041,41	9.788.082,12	11.043.855,00	
I.P.T.U.	1.108.062,72	241.303,11	138.795,10	109.361,68	111.901,29	109.012,61	146.555,02	96.072,74	109.377,55	138.442,70	13.355,42	45.742,65	2.367.982,59	3.200.000,00	
I.S.S.	291.020,76	320.714,11	294.985,17	320.071,60	318.097,23	343.640,60	316.306,95	311.491,75	330.446,53	298.373,41	307.258,10	270.547,05	3.722.953,26	3.800.000,00	
I.T.B.I.	56.449,87	87.167,79	75.631,06	81.987,13	46.454,62	82.174,91	86.760,31	90.902,28	69.280,75	79.262,62	68.084,00	40.897,72	865.053,06	1.100.000,00	
I.R.R.F	42.281,80	45.061,60	49.594,37	53.448,79	65.135,77	54.776,67	53.709,73	38.270,26	85.338,54	350.824,86	97.948,56	63.847,18	1.000.238,13	861.900,00	
Outras Receitas Tributárias	524.764,52	163.471,66	147.725,39	133.868,33	100.190,76	114.283,65	123.453,06	98.331,83	113.666,88	172.473,47	30.618,72	109.006,81	1.831.855,08	2.081.955,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	79.721,44	71.719,73	57.582,04	55.990,33	47.897,62	54.495,35	62.617,71	50.596,20	55.759,32	75.260,99	61.795,02	56.964,54	730.400,29	3.207.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	95.186,09	117.325,60	84.928,21	115.882,60	119.194,96	129.758,72	105.031,17	97.002,41	84.060,64	104.601,69	71.355,35	69.333,65	1.193.661,09	759.765,00	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.596,72	0,00	502.596,72	6.500.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.410.186,43	6.074.288,67	5.940.366,51	6.333.105,13	5.652.175,82	5.701.116,40	5.818.902,58	6.241.335,42	6.032.109,33	7.785.881,41	6.009.233,46	6.085.899,97	73.084.601,13	73.767.390,00	
Cota-Parte do F.P.M.	1.119.208,35	1.483.507,09	1.702.755,71	1.536.856,98	1.307.367,03	1.348.572,49	1.076.608,03	1.415.125,23	1.495.134,00	2.514.309,66	1.580.281,06	1.911.589,99	18.491.315,62	19.500.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.402.312,94	1.393.783,06	1.362.187,64	1.365.816,89	1.458.114,45	1.445.651,33	1.527.212,05	1.535.286,04	1.552.514,86	1.629.982,21	1.601.268,65	1.397.554,29	17.671.684,41	17.200.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	278.966,18	281.184,69	340.366,83	352.261,38	328.301,54	339.920,59	344.606,21	349.291,95	257.820,93	162.198,45	178.247,93	235.854,93	3.449.021,61	3.500.000,00	
Cota-Parte do ITR.	208,81	349,33	326,59	2.108,53	443,41	1.267,15	5.418,30	36.351,86	5.021,61	3.347,67	4.049,83	763,72	59.656,81	80.000,00	
Transferências da LC 61/1989	21.026,71	28.404,77	23.938,62	26.464,46	26.008,10	26.098,53	24.194,01	34.177,83	32.055,46	36.261,08	12.596,24	26.310,94	317.536,75	370.000,00	
Transferências da LC 87/1996	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.893,85	7.893,85	94.686,60	100.000,00	
Transferências do FUNDEB	1.332.555,72	1.402.788,60	1.434.214,67	1.400.620,66	1.368.015,19	1.392.821,08	1.435.048,74	1.505.707,09	1.498.258,22	1.552.359,83	1.526.348,89	1.420.190,46	17.268.929,15	19.500.000,00	
Outras Transferências Correntes	1.248.017,83	1.476.381,24	1.068.686,56	1.641.086,34	1.156.036,21	1.138.895,34	1.397.925,35	1.357.505,53	1.183.414,36	1.879.532,62	1.098.547,01	1.085.741,79	15.731.770,18	13.517.390,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	265.324,47	111.895,26	118.456,71	116.947,52	141.373,81	148.024,58	138.598,36	90.686,02	142.744,03	251.467,10	300.010,22	142.733,53	1.968.261,61	1.906.805,00	
DEDUÇÕES (II)	565.922,41	639.023,57	687.492,81	658.279,42	625.249,24	633.879,79	597.185,48	675.624,35	665.806,37	719.472,70	676.867,27	715.993,37	7.860.796,78	8.150.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	565.922,41	639.023,57	687.492,81	658.279,42	625.249,24	633.879,79	597.185,48	675.624,35	665.806,37	719.472,70	676.867,27	715.993,37	7.860.796,78	8.150.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	7.307.075,69	6.593.923,96	6.220.571,75	7.162.383,69	5.977.172,64	6.103.403,70	6.254.749,41	6.439.064,56	6.356.977,20	8.537.115,55	6.285.388,30	6.168.979,73	79.406.806,18	89.034.815,00	

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.022,84	728.409,99	0,46	718.031,45	37.400,92	1.160.580,45	5.045.252,74	48,99	1.779.561,36	4.426.222,84
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	24.864,65	599.394,49	0,00	592.476,51	31.782,63	331.828,94	4.084.589,61	48,99	1.145.271,42	3.271.098,14
GABINETE DO PREFEITO	486,81	19.985,47	0,00	19.985,47	486,81	88,67	3.387,99	0,00	553,66	2.923,00
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	93,55	0,00	0,00	0,00	93,55	30.000,00	51.828,35	0,00	31.775,83	50.052,52
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	16.593,33	136.286,35	0,00	137.801,74	15.077,94	130.817,38	735.024,01	0,00	237.172,99	628.668,40
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	2.082,86	7.744,05	0,00	3.028,80	6.798,11	9.600,33	283.579,84	48,94	8.558,69	284.572,54
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	243,27	8.961,35	0,00	8.961,35	243,27	0,00	220.381,72	0,00	7.210,74	213.170,98
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	121,99	2.341,69	0,00	2.341,69	121,99	1.489,85	288.879,39	0,00	2.140,00	288.229,24
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	295,01	25.685,77	0,00	23.468,17	2.512,61	6.457,34	228.867,92	0,00	32.144,63	203.180,63
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	828,41	31.105,93	0,00	30.770,93	1.163,41	34.455,81	40.715,26	0,00	12.472,99	62.698,08
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.001,72	367.283,88	0,00	366.118,36	5.167,24	83.585,37	2.231.925,13	0,05	813.241,89	1.502.268,56
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70	35.334,19	0,00	0,00	0,00	35.334,19
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.405,40	0,00	72.173,18	1.232,22
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.405,40	0,00	72.173,18	1.232,22
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	249,60	0,00	249,60	0,00	0,00	1.795,49	0,00	1.195,52	599,97
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	249,60	0,00	249,60	0,00	0,00	1.795,49	0,00	1.195,52	599,97
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	884,13	0,00	884,13	0,00	0,00	25.307,12	0,00	19.046,94	6.260,18
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	884,13	0,00	884,13	0,00	0,00	25.307,12	0,00	19.046,94	6.260,18
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	25,00	6.807,27	0,00	5.307,67	1.524,60	12.997,70	82.591,05	0,00	59.610,14	35.978,61
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	6.807,27	0,00	5.307,67	1.524,60	12.997,70	82.591,05	0,00	59.610,14	35.978,61
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	0,00	330,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	0,00	330,00	0,00
FUNDO MUN.DE SANEAMENTO BASICO FUNSAE-CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.101,78	0,00	108.712,00	131.389,78
FUNDO MUN SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.101,78	0,00	108.712,00	131.389,78
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	2.133,19	121.074,50	0,46	119.113,54	4.093,69	815.753,81	537.132,29	0,00	373.222,16	979.663,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.133,19	121.074,50	0,46	119.113,54	4.093,69	815.753,81	537.132,29	0,00	373.222,16	979.663,94
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.022,84	728.409,99	0,46	718.031,45	37.400,92	1.160.580,45	5.045.252,74	48,99	1.779.561,36	4.426.222,84

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.925.919,80	6.925.919,80	7.445.915,34
DEDUÇÕES (II)	12.185.104,99	12.185.104,99	14.207.460,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.907.650,33	12.907.650,33	14.249.021,66
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	755.432,83	755.432,83	74.448,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.259.185,19	-5.259.185,19	-6.761.545,02
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.259.185,19	-5.259.185,19	-6.761.545,02

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR	-1.502.359,83	-1.502.359,83

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.400.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	88.286.850,00	12.313.679,03	12.313.679,03	12.924.110,86
Receita Tributária	11.043.855,00	1.047.306,21	1.047.306,21	1.110.952,49
I.P.T.U.	3.200.000,00	59.098,07	59.098,07	156.391,86
I.S.S.	3.800.000,00	577.805,15	577.805,15	520.670,87
I.T.B.I.	1.100.000,00	108.981,72	108.981,72	156.336,23
I.R.R.F.	861.900,00	161.795,74	161.795,74	95.955,62
Outras Receitas Tributárias	2.081.955,00	139.625,53	139.625,53	181.597,91
Receita de Contribuição	3.207.000,00	118.759,56	118.759,56	110.621,61
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	3.207.000,00	118.759,56	118.759,56	110.621,61
Receita Patrimonial Líquida	11.800,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	761.765,00	140.689,00	140.689,00	134.290,98
(-) Aplicações Financeiras	749.965,00	140.689,00	140.689,00	134.290,98
Transferências Correntes	65.617.390,00	10.702.272,79	10.702.272,79	9.700.010,93
F.P.M.	15.600.000,00	2.793.496,91	2.793.496,91	2.644.596,80
I.C.M.S.	13.760.000,00	2.399.058,51	2.399.058,51	2.094.484,76
Convênios	574.800,00	87.054,05	87.054,05	62.896,25
Outras Transferências Correntes	35.682.590,00	5.422.663,32	5.422.663,32	4.898.033,12
Demais Receitas Correntes	8.406.805,00	445.340,47	445.340,47	2.002.525,83
Dívida Ativa	1.023.950,00	354.652,84	354.652,84	120.998,82
Diversas Receitas Correntes	7.382.855,00	90.687,63	90.687,63	1.881.527,01
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9.570.000,00	1.327.635,17	1.327.635,17	192.000,00
Operações de Crédito (III)	5.000.000,00	923.793,12	923.793,12	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.500.000,00	403.842,05	403.842,05	192.000,00
Convênios	3.100.000,00	403.842,05	403.842,05	192.000,00
Outras Transferências de Capital	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.500.000,00	403.842,05	403.842,05	192.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	92.786.850,00	12.717.521,08	12.717.521,08	13.116.110,86

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	79.646.996,80	8.109.373,96	8.109.373,96	7.123.390,49
Pessoal e Encargos Sociais	39.767.025,00	5.639.251,36	5.639.251,36	4.936.561,01
Juros e Encargos da Dívida (IX)	870.000,00	79.769,90	79.769,90	78.486,95
Outras Despesas Correntes	39.009.971,80	2.390.352,70	2.390.352,70	2.108.342,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	78.776.996,80	8.029.604,06	8.029.604,06	7.044.903,54
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	29.620.145,17	1.958.926,29	1.958.926,29	398.813,08
Investimentos	27.960.145,17	1.555.128,71	1.555.128,71	167.814,88
Inversões Financeiras	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.460.000,00	403.797,58	403.797,58	230.998,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	28.160.145,17	1.555.128,71	1.555.128,71	167.814,88

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	106.987.141,97	9.584.732,77	9.584.732,77	7.212.718,42
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-14.200.291,97	3.132.788,31	3.132.788,31	5.903.392,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.740.000,00

FONTE:

CANOINHAS, 29/03/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.222.900,00	10.222.900,00	1.308.133,26	1.308.133,26	12,80
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.230.000,00	4.230.000,00	309.925,45	309.925,45	7,33
1.1.1- IPTU	3.200.000,00	3.200.000,00	59.098,07	59.098,07	1,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	555,69	555,69	5,56
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	850.000,00	850.000,00	211.579,24	211.579,24	24,89
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	170.000,00	170.000,00	38.692,45	38.692,45	22,76
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.101.000,00	1.101.000,00	109.054,83	109.054,83	9,91
1.2.1- ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	108.981,72	108.981,72	9,91
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	73,11	73,11	7,31
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.030.000,00	4.030.000,00	727.357,24	727.357,24	18,05
1.3.1- ISS	3.800.000,00	3.800.000,00	577.805,15	577.805,15	15,21
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	7.650,30	7.650,30	25,50
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	160.000,00	160.000,00	138.130,16	138.130,16	86,33
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	3.771,63	3.771,63	9,43
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	861.900,00	861.900,00	161.795,74	161.795,74	18,77
1.4.1- IRRF	861.900,00	861.900,00	161.795,74	161.795,74	18,77
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.750.000,00	40.750.000,00	6.964.305,28	6.964.305,28	17,09
2.1- Cota-Parte FPM	19.500.000,00	19.500.000,00	3.491.871,05	3.491.871,05	17,91
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.500.000,00	19.500.000,00	3.491.871,05	3.491.871,05	17,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.200.000,00	17.200.000,00	2.998.822,94	2.998.822,94	17,44
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	15.787,70	15.787,70	15,79
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	370.000,00	370.000,00	38.907,18	38.907,18	10,52
2.5- Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	4.813,55	4.813,55	6,02
2.6- Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	414.102,86	414.102,86	11,83
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.972.900,00	50.972.900,00	8.272.438,54	8.272.438,54	16,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.363.000,00	2.363.000,00	344.004,37	344.004,37	14,56
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.500.000,00	1.500.000,00	344.004,37	344.004,37	22,93
5.2- Outras Transferências do FNDE	863.000,00	863.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.400.000,00	1.400.000,00	241.200,92	241.200,92	17,23
6.1- Transferências de Convênios	1.400.000,00	1.400.000,00	241.200,92	241.200,92	17,23
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	914.000,00	914.000,00	19.825,46	19.825,46	2,17
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.677.000,00	4.677.000,00	605.030,75	605.030,75	12,94

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.150.000,00	8.150.000,00	1.392.860,64	1.392.860,64	17,09
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.900.000,00	3.900.000,00	698.374,14	698.374,14	17,91
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.440.000,00	3.440.000,00	599.764,43	599.764,43	17,44
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	3.157,54	3.157,54	15,79
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	74.000,00	74.000,00	7.781,44	7.781,44	10,52
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	16.000,00	16.000,00	962,68	962,68	6,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	700.000,00	700.000,00	82.820,41	82.820,41	11,83
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	19.500.000,00	19.500.000,00	2.946.539,35	2.946.539,35	15,11
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	19.500.000,00	19.500.000,00	2.946.539,35	2.946.539,35	15,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	11.350.000,00	11.350.000,00	1.553.678,71	1.553.678,71	13,69
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	16.380.000,00	16.380.000,00	1.978.147,04	1.978.147,04	12,08
13.1- Com Educação Infantil	3.536.800,00	3.536.800,00	280.354,87	280.354,87	7,93
13.2- Com Ensino Fundamental	12.843.200,00	12.843.200,00	1.697.792,17	1.697.792,17	13,22
14- OUTRAS DESPESAS	3.200.000,00	3.200.000,00	54.146,13	54.146,13	1,69
14.1- Com Educação Infantil	380.000,00	380.000,00	9.894,27	9.894,27	2,60
14.2- Com Ensino Fundamental	2.820.000,00	2.820.000,00	44.251,86	44.251,86	1,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	19.580.000,00	19.580.000,00	2.032.293,17	2.032.293,17	10,38
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					67,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				7.649,74	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	12.743.225,00	12.743.225,00	2.068.109,64	2.068.109,64	16,23
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.307.584,00	4.307.584,00	324.886,89	324.886,89	7,54
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.916.800,00	3.916.800,00	290.249,14	290.249,14	7,41
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	390.784,00	390.784,00	34.637,75	34.637,75	8,86
24- ENSINO FUNDAMENTAL	16.175.290,00	17.135.290,00	1.796.761,00	1.796.761,00	10,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.663.200,00	15.663.200,00	1.742.044,03	1.742.044,03	11,12
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	512.090,00	1.472.090,00	54.716,97	54.716,97	3,72
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	20.482.874,00	21.442.874,00	2.121.647,89	2.121.647,89	9,89
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.553.678,71
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.649,74
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.561.328,45
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					560.319,44
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					6,77

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.500.000,00	1.500.000,00	95.574,27	95.574,27	6,37
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.676.183,00	10.588.557,51	523.270,09	523.270,09	4,94
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	10.176.183,00	12.088.557,51	618.844,36	618.844,36	5,12
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	30.659.057,00	33.531.431,51	2.740.492,25	2.740.492,25	8,17
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	470.038,36	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.946.539,35	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.489.645,76	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	926.931,95	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 7.649,74, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	5.000.000,00	923.793,12		4.076.206,88
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	29.620.145,17	1.958.926,29	0,00	27.661.218,88
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	29.620.145,17	1.958.926,29	0,00	27.661.218,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-24.620.145,17	-1.035.133,17		-23.585.012,00

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	50.972.900,00	50.972.900,00	8.272.438,54	16,23
Impostos	8.961.900,00	8.961.900,00	907.680,68	10,13
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.200.000,00	3.200.000,00	59.098,07	1,85
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.100.000,00	1.100.000,00	108.981,72	9,91
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.800.000,00	3.800.000,00	577.805,15	15,21
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	861.900,00	861.900,00	161.795,74	18,77
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.261.000,00	1.261.000,00	400.452,58	31,76
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	41.000,00	41.000,00	8.279,10	20,19
Dívida Ativa dos Impostos	1.010.000,00	1.010.000,00	349.709,40	34,62
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	210.000,00	210.000,00	42.464,08	20,22
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	40.750.000,00	40.750.000,00	6.964.305,28	17,09
Da União	19.680.000,00	19.680.000,00	3.512.472,30	17,85
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	19.500.000,00	19.500.000,00	3.491.871,05	17,91
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	80.000,00	80.000,00	4.813,55	6,02
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	100.000,00	100.000,00	15.787,70	15,79
Do Estado	21.070.000,00	21.070.000,00	3.451.832,98	16,38
Cota-Parte do ICMS	17.200.000,00	17.200.000,00	2.998.822,94	17,44
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	370.000,00	370.000,00	38.907,18	10,52
Cota-Parte do IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	414.102,86	11,83
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	55.783.915,00	55.783.915,00	6.902.425,30	12,37
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-8.150.000,00	-8.150.000,00	-1.392.860,64	17,09
TOTAL	98.606.815,00	98.606.815,00	13.782.003,20	13,98

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	17.487.212,00	17.447.212,00	2.530.277,08	14,50
Pessoal e Encargos Sociais	8.291.745,00	8.291.745,00	1.258.509,12	15,18
Outras Despesas Correntes	9.195.467,00	9.155.467,00	1.271.767,96	13,89
DESPESAS DE CAPITAL	1.822.000,00	2.788.666,66	0,00	0,00
Investimentos	1.822.000,00	2.788.666,66	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	1.822.000,00	2.788.666,66	0,00	0,00
Investimentos	1.822.000,00	2.788.666,66	0,00	0,00
TOTAL (IV)	19.309.212,00	20.235.878,66	2.530.277,08	12,50

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	19.309.212,00	20.235.878,66	2.530.277,08	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	9.878.200,00	9.958.200,00	901.243,68	35,62
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	8.466.200,00	8.466.200,00	901.243,68	35,62
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.412.000,00	1.492.000,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	9.431.012,00	10.277.678,66	1.629.033,40	64,38

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= %² [(V - VI) / I]	19,69
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.848.765,00	6.475.431,66	761.282,03	30,09
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.844.992,00	11.194.992,00	1.587.672,35	62,75
Suporte Profilático e Terapêutico	1.862.515,00	1.812.515,00	79.367,39	3,14
Vigilância Sanitária	242.740,00	242.740,00	42.460,54	1,68
Vigilância Epidemiológica	510.200,00	510.200,00	59.494,77	2,35
TOTAL	19.309.212,00	20.235.878,66	2.530.277,08	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Capinzal

PREFEITURA

Dispensa De Licitação 0004/2012 - DI

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0004/2012 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0039/2012
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 28/03/2012
Folha: 1/3	

|Fornecedor: EPAGRI - EMP. DE PESQ. AGROPECUARIA E EXTEN-
SAO Código: 5090 |
|Endereco.: RUA GETULIO VARGAS, 172 JOACABA SC|
|CNPJ/M.F.: 83.052.191/0034-20 Insc.Estad: |

OBJETO DA DISPENSA: Prestação de serviço de Assistência Téc-
nica e Extensão
Rural para o Município de Capinzal, contendo as ações
descritas no Plano anual de Trabalho (PAT)

Empenho Nr.:

ITEM	E S P E C I F I C A Ç ã O	UN.	QUANTI- DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Município de Capinzal, contendo as ações descritas no Plano anual de Trabalho (PAT).	UN	1	18.000,00	18.000,00
T O T A L :					18.000,00

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

(X)XXIV - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0004/2012 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0039/2012
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 28/03/2012
Folha: 2/3	

|Fornecedor: EPAGRI - EMP. DE PESQ. AGROPECUARIA E EXTEN-
SAO Código: 5090 |
|Endereco.: RUA GETULIO VARGAS, 172 JOACABA SC|
|CNPJ/M.F.: 83.052.191/0034-20 Insc.Estad: |

JUSTIFICATIVA:
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS / CONVÊNIOS EXTRA-ORÇAMENTÁ-
RIOS A SEREM UTILIZADOS:

Conta: 04.0401.20.606.0045.2028.33903900
Reduzido : 079
Órgão : SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçament.: SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO

AMBIENTE

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A EPAGRI
Mod. Aplicação : OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte : 00 - Recursos Ordinários
Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Re-
cursos

CAPINZAL, 28 de março de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0004/2012 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0040/2012
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 28/03/2012
Folha: 3/3	

|Fornecedor: EPAGRI - EMP. DE PESQ. AGROPECUARIA E EXTEN-
SAO Código: 5090 |
|Endereco.: RUA GETULIO VARGAS, 172 JOACABA SC|
|CNPJ/M.F.: 83.052.191/0034-20 Insc.Estad: |

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer juridico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

CAPINZAL, 28 de março de 2012.

VALOR : 18.000,00(dezoito mil reais)

PAGAMENTO: Trimestral, nos meses de maio, agosto e dezembro 2012

Fmasc = Processo Licitatório Nº 0012/2012 - Pregão Eletrônico Nº 0010/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0012/2012

Pregão Eletrônico Nº 0010/2012

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades do Centro de Convivência da Terceira Idade, para o ano de 2012, com recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br> Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 16/04/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://cidadecompras.cnm.org.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

CAPINZAL, 30 de março de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

Fmsc = Processo Licitatório Nº 0012/2012 - Pregão Eletrônico Nº 0004/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

Processo Licitatório Nº 0012/2012

Pregão Eletrônico Nº 0004/2012

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médica e Odontológica, nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospitais, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br> Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 17/04/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**No endereço <https://cidadecompras.cnm.org.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

CAPINZAL, 30 de março de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

Pmc - Processo Licitatório Nº 0041/2012 - Pregão Presencial Nº 0019/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0041/2012

Pregão Presencial Nº 0019/2012

OBJETO: Aquisição de Ar condicionado, tipo split, controle remoto, quente e frio, capacidade 30.000 Btu`s, a ser entregue com os serviços de instalação de aparelho de ar condicionado, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 11:00 horas, para abertura às 11:05 horas do dia 18/04/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 30 de março de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pmc = Processo Licitatório Nº 0040/2012 - Pregão Eletrônico Nº 0008/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0040/2012

Pregão Eletrônico Nº 0008/2012

OBJETO: Aquisição de móveis sob medida (Equipamentos e materiais permanentes) para uso das Escolas Municipais do Ensino Fundamental, da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, recursos do Salário Educação, e Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br>

cnm.org.br Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 18/04/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**No endereço <https://cidadecompras.cnm.org.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

CAPINZAL, 30 de março de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

Contrato 0083/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO 0083/2012

Dispensa de Licitação 0004/2012

Processo Licitatório Nº 0039/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: EPAGRI - EMP. DE PESQ. AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL EM SC

OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Município de Capinzal, contendo as ações descritas no Plano anual de Trabalho (PAT)

VALOR R\$: 18.000,00

VIGÊNCIA: 28/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0084/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO 0084/2012

Pregão Presencial 0016/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: SAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Aquisição de MATERIAS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura, como: consertos, limpezas, reformas, reparos na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, Rodoviária Municipal, Praças Municipais, Cemitérios e Capelas Municipais, manutenção e limpezas de Ruas, Avenidas, passeios públicos estradas interioranas, conserto e limpeza de boca-de-lobo, confecção de boca-de-lobo, reformas de passeios públicos danificados, recursos próprios.

VALOR R\$: 39.400,82

VIGÊNCIA: 28/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0085/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO 0085/2012

Pregão Presencial 0016/2012

Processo Licitatório Nº 0028/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: BOF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Aquisição de MATERIAS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura, como: consertos, limpezas, reformas, reparos na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, Rodoviária Municipal, Praças Municipais, Cemitérios e Capelas Municipais, manutenção e limpezas de Ruas, Avenidas, passeios públicos estradas interioranas, conserto e limpeza de boca-de-lobo, confecção de boca-de-lobo, reformas de passeios públicos danificados, recursos próprios.

VALOR R\$: 2.442,87
VIGÊNCIA: 28/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0086/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0086/2012
Pregão Presencial 0016/2012
Processo Licitatório Nº 0028/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: SE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
OBJETO: Aquisição de MATERIAS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura, como: consertos, limpezas, reformas, reparos na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, Rodoviária Municipal, Praças Municipais, Cemitérios e Capelas Municipais, manutenção e limpezas de Ruas, Avenidas, passeios públicos estradas interioranas, conserto e limpeza de boca-de-lobo, confecção de boca-de-lobo, reformas de passeios públicos danificados, recursos próprios.
VALOR R\$: 11.626,45
VIGÊNCIA: 28/03/2012 A 31/12/2012

Catanduvás

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 87, De 28 De Março De 2012.

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, de 28 de março de 2012.
"DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "A" DO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 50 DE 2 DE ABRIL DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DE CATANDUVAS(SC)"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A alínea "a" do art. 16 da Lei Complementar Municipal nº 50, de 2 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. ()
a) declividade longitudinal máxima de 20% e mínima de 0,5%."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás(SC), 28 de março de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Lei Nº 2.353/2012, De 28 De Março De 2012.

LEI Nº 2.353/2012, de 28 de março de 2012.
"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual de três vírgula dez por cento (3,10%) na remuneração de servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas do Município de Catanduvás(SC).

§ 1º O percentual previsto no caput deste artigo corresponde a parte da revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal destinada a preservar o poder aquisitivo decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado de maio a dezembro de 2011; e

§ 2º Estende-se a presente revisão geral anual de que trata esta lei à remuneração dos:

I - Conselheiros tutelares, em conformidade com o disposto no § 5º do art. 26 da Lei Municipal nº 978, de 1993, com a nova redação que lhe emprestou a Lei Municipal nº 2.055, de 2005.

II - Aos agentes políticos, assim definidos pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, Prefeito, Vice-prefeito, Vereadores e Secretários Municipais.

§ 3º A remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de Catanduvás(SC) não poderá exceder o subsídio da Prefeita, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XI da Constituição Federal aplicando-se o percentual disposto no art. 1º desta Lei proporcional até o limite Constitucional.

Art. 2º As despesas decorrentes da Execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás-SC, 28 de março de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Aviso De Licitação - Processo Licitatório Nº 0038/2012 - Edital De Pregao Presencial Nº 0019/2012

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2012
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0019/2012

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: às 09h15 do dia 12 de abril de 2012.
Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 30 de março de 2012 no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo

telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 29 de março de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Errata Decreto 012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 959 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 28.03.2012, p.100, Decreto n. 012/2012

Onde se lê:

Art. 1º Ficam atualizadas, a partir de 1º de junho de 2011, as tabelas de vencimento, subsídio e salário dos Servidores Públicos e dos Agentes Políticos Municipais, na forma dos seguintes anexos, integrantes deste Decreto:

Leia-se:

Art. 1º Ficam atualizadas, a partir de 1º de março de 2012, as tabelas de vencimento, subsídio e salário dos Servidores Públicos e dos Agentes Políticos Municipais, na forma dos seguintes anexos, integrantes deste Decreto:

II - Anexos III, IV e VI da Lei Complementar nº 007/99

Plano de Carreira dos Servidores

ANEXO III

NÚMERO DE VAGAS – NOMENCLATURA DOS CARGOS – CÓDIGO, VENCIMENTO

Onde se lê:

05	Agente Profissional	3.3.03	1.050,00
----	---------------------	--------	----------

Leia-se:

05	Agente Profissional	3.3.03	1.113,84
----	---------------------	--------	----------

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTO - PROGRESSÃO HORIZONTAL

Onde se lê:

3.3.03	1.050,00	1.093,37	1.138,52	1.185,54	1.234,50
--------	----------	----------	----------	----------	----------

1.285,49	1.338,58	1.393,86	1.451,43	1.511,37	1.573,79
----------	----------	----------	----------	----------	----------

Leia-se:

3.3.03	1.113,84	1.159,84	1.207,74	1.257,62	1.309,56
--------	----------	----------	----------	----------	----------

1.363,65	1.419,97	1.478,61	1.539,68	1.603,27	1.669,48
----------	----------	----------	----------	----------	----------

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 28 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 188 De 29.03.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 188/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar ORLI CARLOS PAUL, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 314 de 05.08.2009, a partir de 31.03.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 29 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 189 De 29.03.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 189/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar SEBASTIÃO MACHADO, ocupante do cargo de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Turismo, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 008 de 05.01.2009, a partir de 31.03.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 29 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 190 De 29.03.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 190/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar MARIO DA SILVA, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 329 de 06.10.2010, a partir de 31.03.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 191 De 29.03.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 191/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar IVAM CARLOS PEREIRA, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 171 de 28.02.2011, a partir de 31.03.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Edital De Homologação Do Resultado - Edital Nº 04/2012/Smece

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃOESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO - EDITAL Nº 04/2012/SMECE

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, e em conformidade com a Lei Complementar nº 006/99, Lei Complementar nº 008/99, Lei Complementar nº 040/09 e Lei Municipal 0085/99, TORNA PÚBLICO:

I - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo referente ao Edital nº. 04/2012/SMECE, para preenchimento de vagas de professores para projetos especiais Dança, Música, Informática e Agente de Serviços Gerais da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Agente de Serviços Gerais

Classif.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	PE
1	12	GRACIANE HEINZ POLI-CARPO	28/07/1983	8,25
2	8	JANETE RAMOS FERREIRA	28/11/1967	8,25

3	10	CRISLEINE INACIO	18/06/1989	7,59
4	2	JANICE JASPER CORREA	23/05/1981	6,93
5	7	MARICELIA SCHMIDT	27/08/1977	6,93
6	4	SOLANGE SCHRODER MARQUEZ	28/07/1978	6,60
7	6	ELISANDRA AIRES MOMM	01/03/1979	6,60
-	14	BERNADETE DA SILVEIRA FELIPE	15/04/1963	Ausente

Professor de Dança

Classif.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	PE	PT	TS	NF
1	13	DJALMA SCHA-FER	12/07/1985	5,61	0,3	1,57	3,74

Professor de Informática

Classif.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	PE	PT	TS	NF
1	9	GUS-TAVO PEREIRA	05/04/1994	6,60	0,10	1,43	4,27
2	11	GESSICA SCHMIDT	04/02/1992	5,61	2,00	0,30	3,83
3	5	JEAN FABRICIO PAUL	30/09/1993	5,61	0,20	0,00	3,41

Professor de Música

Classif.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	PE	PT	TS	NF
1	1	DIONE KEISER STREY	24/10/1976	6,93	3,00	0,23	4,80

II - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC, 29 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

, CULTURA E ESPORTES.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO - EDITAL Nº 04/2012/SMECE

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, e em conformidade com a Lei Complementar nº 006/99, Lei Complementar nº 008/99, Lei Complementar nº 040/09 e Lei Municipal 0085/99, TORNA PÚBLICO:

I - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo referente ao Edital nº. 04/2012/SMECE, para preenchimento de vagas de professores para projetos especiais Dança, Música, Informática e Agente de Serviços Gerais da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Agente de Serviços Gerais

Classif.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	PE
1	12	GRACIANE HEINZ POLI-CARPO	28/07/1983	8,25
2	8	JANETE RAMOS FERREIRA	28/11/1967	8,25
3	10	CRISLEINE INACIO	18/06/1989	7,59
4	2	JANICE JASPER CORREA	23/05/1981	6,93
5	7	MARICELIA SCHMIDT	27/08/1977	6,93
6	4	SOLANGE SCHRODER MARQUEZ	28/07/1978	6,60
7	6	ELISANDRA AIRES MOMM	01/03/1979	6,60
-	14	BERNADETE DA SILVEIRA FELIPE	15/04/1963	Ausente

Professor de Dança

Classif.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	PE	PT	TS	NF
1	13	DJALMA SCHA-FER	12/07/1985	5,61	0,3	1,57	3,74

Professor de Informática

Classif.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	PE	PT	TS	NF
1	9	GUSTAVO PEREIRA	05/04/1994	6,60	0,10	1,43	4,27
2	11	GESSICA SCHMIDT	04/02/1992	5,61	2,00	0,30	3,83
3	5	JEAN FABRICIO PAUL	30/09/1993	5,61	0,20	0,00	3,41

Professor de Música

Classif.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	PE	PT	TS	NF
1	1	DIONE KEISER STREY	24/10/1976	6,93	3,00	0,23	4,80

II - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC, 29 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Anexo 1 Rreo Balanco Orcamentario

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.537.933,34	18,78	1.537.933,34	18,78	6.650.504,01
RECEITAS CORRENTES	8.100.687,35	8.100.687,35	1.537.933,34	18,99	1.537.933,34	18,99	6.562.754,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	219.500,00	219.500,00	52.942,55	24,12	52.942,55	24,12	166.557,45
IMPOSTOS	156.000,00	156.000,00	50.097,83	32,11	50.097,83	32,11	105.902,17
TAXAS	45.000,00	45.000,00	2.844,72	6,32	2.844,72	6,32	42.155,28
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	18.500,00	18.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	4.620,41	23,10	4.620,41	23,10	15.379,59
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	20.000,00	20.000,00	4.620,41	23,10	4.620,41	23,10	15.379,59
RECEITA PATRIMONIAL	106.541,50	106.541,50	9.614,47	9,02	9.614,47	9,02	96.927,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	27.750,00	27.750,00	9.614,47	34,65	9.614,47	34,65	18.135,53
Outras Receitas Patrimoniais	78.791,50	78.791,50	0,00	0,00	0,00	0,00	78.791,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.650.350,85	7.650.350,85	1.461.969,21	19,11	1.461.969,21	19,11	6.188.381,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.650.350,85	7.650.350,85	1.461.969,21	19,11	1.461.969,21	19,11	6.188.381,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.295,00	104.295,00	8.786,70	8,42	8.786,70	8,42	95.508,30
Multas e Juros de Mora	27.000,00	27.000,00	53,50	0,20	53,50	0,20	26.946,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	481,50	12,04	481,50	12,04	3.518,50
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	8.251,70	12,26	8.251,70	12,26	59.043,30
RECEITAS DE CAPITAL	87.750,00	87.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.750,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	12.750,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	12.750,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.537.933,34	18,78	1.537.933,34	18,78	6.650.504,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.537.933,34	18,78	1.537.933,34	18,78	6.650.504,01
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.537.933,34	18,78	1.537.933,34	18,78	6.650.504,01
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.694,88	—	—	3.694,88	—	—
Superávit Financeiro	—	3.694,88	—	—	3.694,88	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.188.437,35	3.694,88	8.192.132,23	1.212.591,16	1.212.591,16	1.115.560,81	1.115.560,81	13,62	7.076.571,42
DESPESAS CORRENTES	6.738.098,01	3.694,88	6.741.792,89	1.136.633,72	1.136.633,72	1.040.902,37	1.040.902,37	15,44	5.700.890,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.951.661,63	3.694,88	2.955.356,51	736.331,63	736.331,63	736.331,63	736.331,63	24,92	2.219.024,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	0,00	45.000,00	6.815,67	6.815,67	6.815,67	6.815,67	15,15	38.184,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.741.436,38	0,00	3.741.436,38	393.486,42	393.486,42	297.755,07	297.755,07	7,96	3.443.681,31
DESPESAS DE CAPITAL	1.390.339,34	0,00	1.390.339,34	75.957,44	75.957,44	74.658,44	74.658,44	5,37	1.315.680,90
INVESTIMENTOS	1.270.339,34	0,00	1.270.339,34	55.544,94	55.544,94	54.245,94	54.245,94	4,27	1.216.093,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120.000,00	0,00	120.000,00	20.412,50	20.412,50	20.412,50	20.412,50	17,01	99.587,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	8.188.437,35	3.694,88	8.192.132,23	1.212.591,16	1.212.591,16	1.115.560,81	1.115.560,81	13,62	7.076.571,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	8.188.437,35	3.694,88	8.192.132,23	1.212.591,16	1.212.591,16	1.115.560,81	1.115.560,81	13,62	7.076.571,42
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	422.372,53	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.188.437,35	3.694,88	8.192.132,23	1.212.591,16	1.212.591,16	1.115.560,81	1.537.933,34	13,62	7.076.571,42

FONTE:

Anexo 11 Rreo Receitas e Despesas Capital

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	75.000,00	0,00		75.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.390.339,34	74.658,44	0,00	1.315.680,90
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.390.339,34	74.658,44	0,00	1.315.680,90
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.315.339,34	-74.658,44		-1.240.680,90

FONTE:

Anexo 14 Rreo Alienacao De Ativos

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.750,00	0,00	12.750,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	12.750,00	0,00	12.750,00
TOTAL	12.750,00	0,00	12.750,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	6.161,90	0,00	6.161,90

FONTE:

Anexo 2 Rreo Despesas Por Funcao_subfuncao

Município de Chapadao do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	8.192.132,23	1.212.591,16	1.212.591,16	1.115.560,81	1.115.560,81	100,00	13,62	7.076.571,42
Legislativa	425.000,00	425.000,00	74.432,14	74.432,14	70.130,84	70.130,84	6,29	16,50	354.869,16
Ação Legislativa	425.000,00	425.000,00	74.432,14	74.432,14	70.130,84	70.130,84	6,29	16,50	354.869,16
Administração	1.299.943,32	1.299.943,32	230.227,50	230.227,50	229.707,50	229.707,50	20,59	17,67	1.070.235,82
Administração Geral	681.943,32	681.943,32	154.665,36	154.665,36	154.405,36	154.405,36	13,84	22,64	527.537,96
Administração Financeira	618.000,00	618.000,00	75.562,14	75.562,14	75.302,14	75.302,14	6,75	12,18	542.697,86
Assistência Social	356.000,00	356.000,00	45.957,19	45.957,19	45.076,39	45.076,39	4,04	12,66	310.923,61
Assistência ao Idoso	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	60.000,00	432,35	432,35	432,35	432,35	0,04	0,72	59.567,65
Assistência Comunitária	293.000,00	293.000,00	45.524,84	45.524,84	44.644,04	44.644,04	4,00	15,24	248.355,96
Saúde	1.230.894,00	1.230.894,00	252.270,45	252.270,45	238.310,94	238.310,94	21,36	19,36	992.583,06
Atenção Básica	1.201.956,50	1.201.956,50	247.260,37	247.260,37	236.150,86	236.150,86	21,17	19,65	965.805,64
Vigilância Sanitária	22.968,75	22.968,75	2.160,08	2.160,08	2.160,08	2.160,08	0,19	9,40	20.808,67
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	2.850,00	2.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.968,75
Trabalho	37.500,00	37.500,00	3.160,00	3.160,00	3.160,00	3.160,00	0,28	8,43	34.340,00
Fomento ao Trabalho	37.500,00	37.500,00	3.160,00	3.160,00	3.160,00	3.160,00	0,28	8,43	34.340,00
Educação	1.978.681,68	1.982.376,56	273.409,39	273.409,39	271.001,75	271.001,75	24,29	13,67	1.711.374,81
Ensino Fundamental	1.798.681,68	1.802.376,56	269.726,10	269.726,10	267.318,46	267.318,46	23,96	14,83	1.535.058,10
Educação Infantil	180.000,00	180.000,00	3.683,29	3.683,29	3.683,29	3.683,29	0,33	2,05	176.316,71
Cultura	39.500,00	39.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.500,00
Difusão Cultural	39.500,00	39.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.500,00
Urbanismo	1.323.252,00	1.323.252,00	166.687,00	166.687,00	100.576,00	100.576,00	9,02	7,60	1.222.676,00
Infra-Estrutura Urbana	348.500,00	348.500,00	40.147,04	40.147,04	40.147,04	40.147,04	3,60	11,52	308.352,96
Serviços Urbanos	974.752,00	974.752,00	126.539,96	126.539,96	60.428,96	60.428,96	5,42	6,20	914.323,04
Gestão Ambiental	159.005,00	159.005,00	22.090,42	22.090,42	22.090,42	22.090,42	1,98	13,89	136.914,58
Saneamento Básico Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	25.003,00	25.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.003,00
Controle Ambiental	14.002,00	14.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.002,00
Turismo	110.000,00	110.000,00	22.090,42	22.090,42	22.090,42	22.090,42	1,98	20,08	87.909,58
Agricultura	420.350,00	420.350,00	50.828,13	50.828,13	50.608,13	50.608,13	4,54	12,04	369.741,87
Promoção da Produção Animal	2.600,00	2.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.600,00

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	8.192.132,23	1.212.591,16	1.212.591,16	1.115.560,81	1.115.560,81	100,00	13,62	7.076.571,42
Agricultura	420.350,00	420.350,00	50.828,13	50.828,13	50.608,13	50.608,13	4,54	12,04	369.741,87
Extensão Rural	417.750,00	417.750,00	50.828,13	50.828,13	50.608,13	50.608,13	4,54	12,11	367.141,87
Transporte	739.811,34	739.811,34	85.194,58	85.194,58	77.766,98	77.766,98	6,97	10,51	662.044,36
Transporte Rodoviário	739.811,34	739.811,34	85.194,58	85.194,58	77.766,98	77.766,98	6,97	10,51	662.044,36
Desporto e Lazer	118.500,01	118.500,01	8.334,36	8.334,36	7.131,86	7.131,86	0,64	6,02	111.368,15
Desporto Comunitário	118.500,01	118.500,01	8.334,36	8.334,36	7.131,86	7.131,86	0,64	6,02	111.368,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.188.437,35	8.192.132,23	1.212.591,16	1.212.591,16	1.115.560,81	1.115.560,81	100,00	13,62	7.076.571,42

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexo 3 Rreo Receita Corrente Liquida

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	673.560,21	893.475,20	875.421,42	907.279,63	805.268,10	750.744,86	743.807,99	896.837,98	874.191,17	1.221.721,48	754.935,20	782.998,14	10.180.241,38	8.100.687,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.542,38	23.759,84	30.559,05	10.271,46	8.037,27	22.420,64	12.687,15	7.598,04	58.231,90	14.468,90	19.923,65	33.018,90	249.519,18	219.500,00
I.P.T.U.	0,00	18.127,74	11.170,35	455,18	660,30	129,90	32,77	0,00	0,00	50,31	0,00	0,00	30.626,55	83.000,00
I.S.S.	1.575,91	2.637,10	4.459,30	3.863,13	2.636,94	2.579,71	6.653,49	2.762,22	46.878,08	6.256,12	15.606,59	8.791,44	104.700,03	28.000,00
I.T.B.I.	502,06	709,04	2.927,33	985,87	1.214,12	7.647,86	1.264,63	1.130,00	429,71	320,76	0,00	345,96	17.477,34	20.000,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	6.464,41	2.285,96	12.002,07	4.967,28	3.525,91	12.063,17	4.736,26	3.705,82	10.924,11	7.841,71	4.317,06	23.881,50	96.715,26	88.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.672,50	0,00	5.898,60	2.464,79	2.002,91	2.058,66	1.856,62	1.982,73	2.372,11	2.189,76	2.025,43	2.594,98	28.119,09	20.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.275,96	8.913,51	3.259,12	4.806,00	5.947,59	6.580,13	7.234,74	5.122,67	11.622,92	3.123,92	6.490,55	73.968,73	106.541,50	106.541,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	632.306,21	854.689,76	827.972,51	889.533,81	783.340,94	713.630,51	720.240,74	873.926,48	800.955,33	862.222,69	728.529,50	733.439,71	9.420.788,19	7.650.350,85
Cota-Parte do F.P.M.	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82	473.591,98	344.794,08	417.077,40	4.640.500,25	3.819.166,61
Cota-Parte do I.C.M.S.	189.329,15	187.800,49	183.420,69	184.087,82	196.589,11	195.083,54	211.427,78	208.462,15	215.013,49	216.073,80	175.254,28	147.483,21	2.310.025,51	1.705.555,07
Cota-Parte do I.P.V.A.	13.033,86	11.787,11	13.309,55	13.747,66	8.557,43	10.703,40	5.120,73	9.522,41	5.907,35	2.690,49	3.963,39	7.637,70	105.981,08	105.000,00
Cota-Parte do ITR.	6,00	15,69	6,80	13,15	0,00	0,00	876,20	601,60	8,13	0,00	23,52	13,80	1.564,89	180,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	868,75	868,75	12.585,00	32.895,84
Transferências do FUNDEB	73.053,56	76.896,43	78.553,48	76.767,49	74.927,66	76.286,30	78.599,17	82.469,24	82.061,21	85.024,42	91.852,64	85.593,64	962.085,24	533.473,33
Outras Transferências Correntes	50.560,25	172.512,45	87.209,33	194.690,13	145.627,34	62.680,01	129.511,74	185.843,09	89.116,58	83.757,25	111.772,84	74.765,21	1.388.046,22	1.454.080,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.763,16	6.112,09	7.732,14	203,57	5.939,39	6.054,92	1.788,74	5.739,11	7.509,16	331.217,21	1.332,70	7.454,00	407.846,19	104.295,00
DEDUÇÕES (II)	102.316,41	121.837,04	133.100,01	124.342,79	113.272,16	115.650,30	101.633,99	121.533,10	126.949,81	139.685,15	49.484,46	15.166,83	1.264.972,05	403.250,00
RECURSO SAUDE BUCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00	22.500,00
RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.140,63	0,00	30.140,63	4.000,00
RECURSOS DA FARMACIA BASICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.550,00	2.550,00	15.000,00
RECURSOS DO PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.293,83	7.366,83	12.660,66	40.000,00
RECURSOS DO PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	5.250,00	10.500,00	40.000,00
RECURSOS DO PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.700,00	0,00	6.700,00	79.750,00
RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMENTACA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	102.316,41	121.837,04	133.100,01	124.342,79	113.272,16	115.650,30	101.633,99	121.533,10	126.949,81	139.685,15	0,00	0,00	1.200.320,76	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	571.243,80	771.638,16	742.321,41	782.936,84	691.995,94	635.094,56	642.174,00	775.304,88	747.241,36	1.082.036,33	705.450,74	767.831,31	8.915.269,33	7.697.437,35

FONTE:

Anexo 6 Rreo Resultado Nominal

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	418.456,26	418.456,26	398.043,76
DEDUÇÕES (II)	782.377,55	782.377,55	979.151,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	830.477,28	830.477,28	1.272.786,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	48.099,73	48.099,73	293.634,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-363.921,29	-363.921,29	-581.107,99
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	418.456,26	418.456,26	398.043,76
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-782.377,55	-782.377,55	-979.151,75

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR	-196.774,20	-196.774,20

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Anexo 7 Rreo Resultado Primario

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.072.937,35	1.528.318,87	1.528.318,87	1.329.915,17
Receita Tributária	219.500,00	52.942,55	52.942,55	12.152,63
I.P.T.U.	83.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	28.000,00	24.398,03	24.398,03	4.199,85
I.T.B.I.	20.000,00	345,96	345,96	1.357,19
I.R.R.F.	25.000,00	25.353,84	25.353,84	3.858,86
Outras Receitas Tributárias	63.500,00	2.844,72	2.844,72	2.736,73
Receita de Contribuição	20.000,00	4.620,41	4.620,41	4.269,10
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	20.000,00	4.620,41	4.620,41	4.269,10
Receita Patrimonial Líquida	78.791,50	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	106.541,50	9.614,47	9.614,47	7.819,81
(-) Aplicações Financeiras	27.750,00	9.614,47	9.614,47	7.819,81
Transferências Correntes	7.650.350,85	1.461.969,21	1.461.969,21	1.302.938,96
F.P.M.	3.819.166,61	761.871,48	761.871,48	721.253,72
I.C.M.S.	1.705.555,07	322.737,49	322.737,49	282.008,62
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.125.629,17	377.360,24	377.360,24	299.676,62
Demais Receitas Correntes	104.295,00	8.786,70	8.786,70	10.554,48
Dívida Ativa	4.000,00	481,50	481,50	0,00
Diversas Receitas Correntes	100.295,00	8.305,20	8.305,20	10.554,48
RECEITAS DE CAPITAL (II)	87.750,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	75.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.750,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	8.072.937,35	1.528.318,87	1.528.318,87	1.329.915,17

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	6.741.792,89	1.040.902,37	1.040.902,37	954.678,75
Pessoal e Encargos Sociais	2.955.356,51	736.331,63	736.331,63	568.451,87
Juros e Encargos da Dívida (IX)	45.000,00	6.815,67	6.815,67	6.112,20
Outras Despesas Correntes	3.741.436,38	297.755,07	297.755,07	380.114,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	6.696.792,89	1.034.086,70	1.034.086,70	948.566,55
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.390.339,34	74.658,44	74.658,44	141.723,90
Investimentos	1.270.339,34	54.245,94	54.245,94	123.459,91
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	120.000,00	20.412,50	20.412,50	18.263,99
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.270.339,34	54.245,94	54.245,94	123.459,91

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	8.027.132,23	1.088.332,64	1.088.332,64	1.072.026,46
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	45.805,12	439.986,23	439.986,23	257.888,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	3.694,88	0,00
Superávit Financeiro	-	-	3.694,88	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 29/03/2012

Anexo 9 Restos A Pagar

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.301,68	20.798,05	-	6.324,47	41.775,26	-	265.914,88	-	125.914,88	140.000,00
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.301,68	19.499,40	0,00	5.749,40	41.051,68	0,00	259.022,71	0,00	119.022,71	140.000,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	1.290,36	0,00	1.290,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	14.103,20	0,00	353,20	13.750,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	207,43	0,00	207,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	24,00	0,00	0,00	0,00	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	2.573,60	0,00	2.573,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	1.324,81	0,00	1.324,81	0,00	0,00	65.742,71	0,00	65.742,71	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV	27.277,68	0,00	0,00	0,00	27.277,68	0,00	53.280,00	0,00	53.280,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGE	0,00	1.298,65	0,00	575,07	723,58	0,00	6.892,17	0,00	6.892,17	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	0,00	1.298,65	0,00	575,07	723,58	0,00	6.892,17	0,00	6.892,17	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.301,68	20.798,05	0,00	6.324,47	41.775,26	0,00	265.914,88	0,00	125.914,88	140.000,00

FONTE:

Concórdia

PREFEITURA

Extrato 1º Ta Contrato Nº 12/2012 - Fms

Contrato Nº: 12/2012 1º TA 12/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: CLINICA DE OLHOS FURLANETTO S S
Licitação: Inexigibilidade de Licitação 1/2012
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903950000000.01020000
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903950000000.01650000
Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SAUDE PARA CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE ALTA COMPLEXIDADE, DE EXAMES DE ALTO CUSTO E CIRURGIAS ELETIVAS PARA ATENDIMENTO A POPULACAO.
Vigência: Início: 23/03/2012 Término: 31/12/2012

Extrato 1º Ta Contrato Nº 56/2011 - Fms

Contrato Nº: 56/2011 1º TA 56/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: MS EQUIPAMENTOS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME
Licitação: Pregão 12/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0122.0054.2106.344905236000000.01020000
Objeto: AQUISICAO E INSTALACAO DE SISTEMA E EQUIPAMENTO PARA REGISTRO E CONTROLE DE ENTRADA E SAIDA DE FUNCIONARIOS.
Vigência: Início: 08/03/2012 Término: 26/10/2012
Valor R\$ 2.239,00(DOIS MIL E DUZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS)

Extrato 2º Ta Contrato Nº 22/2010 - Fmec

Contrato Nº: 22/2010 2º TA 22/2010
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA
Contratada: ELEVADORES OTIS LTDA
Licitação: Sem Licitação /0000
Objeto: Prestação de serviço de manutenção (prevetniva e corretiva) por completa do elevador existente no imóvel "Centro de Eventos Multiuso do Município".
Vigência: Início: 26/03/2012 Término: 31/03/2013
Valor R\$ 1.979,16(HUM MIL E NOVECIENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

Extrato 2º Ta Contrato Nº 78/2011 - Fms

Contrato Nº: 78/2010 2º TA 78/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: FARMACIA FARMAGOSS LTDA
Licitação: Pregão 11/2010
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0052.2105.333903009000000.01020000
Objeto: AQUISICAO DE MEDICAMENTOS EM FARMACIA, REGULAMENTADOS CONFORME NORMAS DA ANVISA, PARA ATENDIMENTO DE DETERMINACOES JUDICIAIS, LAR ANJO GABRIEL, CONSELHO TUTELAR, PRESIDIO REGIONAL E EXCEPCIONALIDADES, MEDIANTE NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
Vigência: Início: 20/03/2012 Término: 01/10/2012
Valor R\$ 150.000,00(CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

Extrato Contrato Nº 13/2012 - Fmec

Contrato Nº: 13/2012
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA
Contratada: G. RAUBER - TRANSPORTES - ME
Licitação: Pregão 3/2012
Dotação: 20.001.000.0027.0811.0075.2452.333903927000000.01000000
Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros das delegações esportivas da Fundação Municipal de Esportes.
Vigência: Início: 26/03/2012 Término: 31/12/2012
Valor R\$ 29.700,00(VINTE E NOVE MIL E SETECENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 14/2012 - Fmec

Contrato Nº: 14/2012
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA
Contratada: ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL - AABB
Licitação: Dispensa de Licitação 4/2012
Dotação: 20.001.000.0027.0811.0075.2452.333903910000000.01000000
Objeto: LOCACAO DE IMOVEIS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA FMEC PARA TREINAMENTO DAS EQUIPES DE COMPETICAO E ESCOLINHAS.
Vigência: Início: 27/03/2012 Término: 26/01/2013
Valor R\$ 17.465,90(DEZESSETE MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 3/2012 - Fumdema

Contrato Nº: 3/2012
Contratante: FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Contratada: CARLOS ERNANI BOMM - EPP
Licitação: Pregão 2/2012
Dotação: 21.001.000.0018.0543.0081.2503.333903299000000.01000000
Objeto: Aquisição de bolsas em algodão para atividades de Educação Ambiental para atender ao contrato 292.763-81/2009 do Programa de Drenagem Urbana Sustentável - Construção da Barragem de Contenção de Cheias, no Rio dos Queimados no Parque de Exposições.
Vigência: Início: 26/03/2012 Término: 25/05/2012
Valor R\$ 3.496,50(TRES MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 41/2012 - Fms

Contrato Nº: 41/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012
Dotação: 13.001.000.0010.0304.0051.2104.344905193000000.01660000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHAIRA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA.
Vigência: Início: 20/03/2012 Término: 20/06/2012
Valor R\$ 29.900,00(VINTE E NOVE MIL E NOVECIENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 49/2012 - Fumas

Contrato Nº: 49/2012
Contratante: FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCORDIA
Contratada: SYSTEMA LTDA - ME
Licitação: Pregão 1/2012
Dotação: 18.001.000.0004.0122.0068.2351.333903911000000.0

2000000

Objeto: Aquisição e implantação de software.

Vigência: Início: 23/03/2012 Término: 22/03/2013

Valor R\$ 22.000,00(VINTE E DOIS MIL REAIS)

Extrato Termo Rescisão 1º Ta Contrato Nº 365/2010 - Pmc

Contrato Nº: 1º TA 365/2010 TR2/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA

Licitação: Concorrência 9/2010

Objeto: Rescisão do 1º TA, ref execução de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas.

Vigência: Início: 07/03/2012 Término: 07/03/2012

Comunicação De Interposição Recursal Tomada De Preços Nº 11/2012 - Pmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇO Nº 11/2012 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de reforma da Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer, neste Município.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos as seguintes licitantes: LUPA CONTRUÇÕES LTDA ME, PAULO ANTONIO BALBINOT ME, MATHEI ENGENHARIA LTDA e ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP que as licitantes: FORMATTO ENGENHARIA LTDA EPP e KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP interpuseram, na data de 26 e 27 de março de 2012 respectivamente, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. SA poderão impugná-los, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 28 de março de 2012.

NAIR KOPPE VOGT

Vice Presidente da CPL

Comunicação Indeferimento De Recurso Tomada De Preços Nº 3/2012 - Pmc

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos de pavimentação, em diversas ruas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 27/03/2012 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 06/03/2012, prosseguindo o processo para abertura do envelope 2 - Proposta de Preço no dia

02 (dois) de abril de 2012 as 08:30hs (oito horas e trinta minutos). Fica a disposição da licitante se tiver interesse consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto a diretoria de compras.

Concórdia, SC, 28 de março de 2012.

ELIANE CORREA BASSO

Presidente da Comissão de Licitações em Exercício.

Extrato Do Novo Resultado Do Julgamento e Classificação Final Das Propostas Tomada De Preços Nº 17/2012 - Pmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação asfáltica e Drenagem pluvial na Rua Vitor Sopelsa, neste Município.

EXTRATO DO NOVO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o NOVO resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a empresa BALBINOT - TER-RAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, usufruindo do seu direito de preferência por ter se declarado Microempresa (ME), e por ter sua proposta em até 10% acima da proposta mais bem classificada, conforme previsto no subitem 8.3.1 do Edital, protocolizou nova proposta de preços, sagrando-se vencedora da licitação em epígrafe, item nº 1 com o menor valor unitário de R\$ 91.246,09 (noventa e um mil, duzentos e quarenta e seis reais e nove centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 29 de março de 2012.

NAIR KOPPE VOGT

Vice Presidente da CPL

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 22/2012

DECRETO N.º 22/2012, DE 28 DE MARÇO DE 2012
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA PRESTIGIAREM A ABERTURA DA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CORDILHEIRA ALTA - V EFACICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido dispensa do trabalho aos Servidores Públicos Municipal, objetivando que os mesmos prestigiem a abertura da Feira Agropecuária, Comercial e Industrial do Município - V EFACICA.

Parágrafo Único - A dispensa que trata o caput se dará a partir das 16:00 horas do dia 29 de março de 2012.

Art. 2.º - Os Servidores efetivos deverão registrar o ponto de saída do segundo período no horário supracitado.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 28 de março de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 114/2012

PORTARIA N.º 114/2012, DE 26 DE MARÇO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. DIVA FIGUEIRO GOCH, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de março de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 1804/12

PORTARIA Nº 1804/12
PROMOVE A SERVIDORA IRENE LUDWINSKY HAUFFE, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora IRENE LUDWINSKY HAUFFE, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL I REFERÊNCIA N.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1805/12

PORTARIA Nº 1805/12
PROMOVE A SERVIDORA CLÉIA WERNER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CLÉIA WERNER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA J.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1806/12

PORTARIA Nº 1806/12
PROMOVE A SERVIDORA ELAINE DE CARVALHO OSS EMER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ELAINE DE CARVALHO OSS EMER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II

REFERÊNCIA A.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1807/12

PORTARIA Nº 1807/12

PROMOVE A SERVIDORA ELIANE DENISE BORGES ALEXY, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ELIANE DENISE BORGES ALEXY, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA G.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1808/12

PORTARIA Nº 1808/12

PROMOVE A SERVIDORA IRENE APARECIDA LIMA DA SILVA, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora IRENE APARECIDA LIMA DA SILVA, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA B.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1809/12

PORTARIA Nº 1809/12

PROMOVE A SERVIDORA MÔNICA SEIDEL, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de

conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora MÔNICA SEIDEL, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA I.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1810/12

PORTARIA Nº 1810/12

PROMOVE A SERVIDORA SIMONE APARECIDA THILLES DIEL, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora SIMONE APARECIDA THILLES DIEL, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA H.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1810/12

PORTARIA Nº 1810/12

PROMOVE A SERVIDORA SIMONE APARECIDA THILLES DIEL, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora SIMONE APARECIDA THILLES DIEL, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA H.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1811/12

PORTARIA Nº 1811/12

PROMOVE A SERVIDORA SUELI LANGER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora SUELI LANGER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA B.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1812/12

PORTARIA Nº 1812/12

PROMOVE A SERVIDORA ADRIANE MILLNITZ LUY, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ADRIANE MILLNITZ LUY, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA J.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1813/12

PORTARIA Nº 1813/12

PROMOVE A SERVIDORA CARIN KRUGER GESSNER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CARIN KRUGER GESSNER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA F.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1813/12

PORTARIA Nº 1813/12

PROMOVE A SERVIDORA CARIN KRUGER GESSNER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CARIN KRUGER GESSNER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA F.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1814/12

PORTARIA Nº 1814/12

PROMOVE A SERVIDORA CARMEN KLITZKE, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CARMEN KLITZKE, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA K.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1815/12

PORTARIA Nº 1815/12

PROMOVE O SERVIDOR CLAUDIMIR BUTTNER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove o servidor CLAUDIMIR BUTTNER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA A.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1816/12

PORTARIA Nº 1816/12
PROMOVE A SERVIDORA CRISTIANE DENISE DALLMANN KRAZEWSKY, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CRISTIANE DENISE DALLMANN KRAZEWSKY, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA K.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1817/12

PORTARIA Nº 1817/12
PROMOVE A SERVIDORA DJENIFFER DOMBROWICZ VASQUES, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora DJENIFFER DOMBROWICZ VASQUES, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA A.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1818/12

PORTARIA Nº 1818/12
PROMOVE A SERVIDORA EVELY MOREIRA WOGINSKI, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora EVELY MOREIRA WOGINSKI, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA M.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1819/12

PORTARIA Nº 1819/12
PROMOVE A SERVIDORA GRACE RAQUEL BENKENDORF RAASCH, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora GRACE RAQUEL BENKENDORF RAASCH, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA K.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1820/12

PORTARIA Nº 1820/12
PROMOVE A SERVIDORA JIANE ELISA WINTER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora JIANE ELISA WINTER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA O.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1821/12

PORTARIA Nº 1821/12
PROMOVE A SERVIDORA KÁTIA RACHEL TWARDOWSKI, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora KÁTIA RACHEL TWARDOWSKI, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA O.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1822/12

PORTARIA Nº 1822/12

PROMOVE A SERVIDORA LAURINDA PEREIRA, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora LAURINDA PEREIRA, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA I.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1823/12

PORTARIA Nº 1823/12

PROMOVE A SERVIDORA LUCIANA HAUCK, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora LUCIANA HAUCK, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA C.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1824/12

PORTARIA Nº 1824/12

PROMOVE A SERVIDORA MÁRCIA SANDRA BESEKE HERMANN, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora MÁRCIA SANDRA BESEKE HERMANN, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA M.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1825/12

PORTARIA Nº 1825/12

PROMOVE A SERVIDORA MARGIT SUELI HAUCK, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora MARGIT SUELI HAUCK, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA L.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1826/12

PORTARIA Nº 1826/12

PROMOVE A SERVIDORA MARIA CREONETE RODRIGUES DOS SANTOS AUERHAHN, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora MARIA CREONETE RODRIGUES DOS SANTOS AUERHAHN, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA H.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1827/12

PORTARIA Nº 1827/12
PROMOVE A SERVIDORA MARLI SIMONE BESEKE BURGER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora MARLI SIMONE BESEKE BURGER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA I.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1828/12

PORTARIA Nº 1828/12
PROMOVE O SERVIDOR MÁRIO KUHL, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove o servidor MÁRIO KUHL, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA L.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1829/12

PORTARIA Nº 1829/12
PROMOVE A SERVIDORA MÔNICA VON TONNEMANN GESSNER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora MÔNICA VON TONNEMANN GESSNER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III

REFERÊNCIA H.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1830/12

PORTARIA Nº 1830/12
PROMOVE A SERVIDORA ROSANE JANKOWSKI GANSKI, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ROSANE JANKOWSKI GANSKI, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA I.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1831/12

PORTARIA Nº 1831/12
PROMOVE A SERVIDORA ROSANE MARTINI BERTI, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ROSANE MARTINI BERTI, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA O.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1832/12

PORTARIA Nº 1832/12
PROMOVE A SERVIDORA ROSANGELA PORTELA BIANCHINI, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso

VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ROSANGELA PORTELA BIANCHINI, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA F.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1833/12

PORTARIA Nº 1833/12

PROMOVE A SERVIDORA ROSANGELA RANGEL, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ROSANGELA RANGEL, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA H.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1834/12

PORTARIA Nº 1834/12

PROMOVE A SERVIDORA ROSANGELA QUOST FURTUOSO, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ROSANGELA QUOST FURTUOSO, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA F.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1835/12

PORTARIA Nº 1835/12

PROMOVE A SERVIDORA SILVANA KOCH, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora SILVANA KOCH, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA D.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1836/12

PORTARIA Nº 1836/12

PROMOVE A SERVIDORA SIMONE REGINA EIDT, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora SIMONE REGINA EIDT, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA G.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1837/12

PORTARIA Nº 1837/12

PROMOVE A SERVIDORA SIMONE REGINA EIDT, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora SIRLENE MARIA MORAIS, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA G.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1838/12

PORTARIA Nº 1838/12

PROMOVE A SERVIDORA SUELY MARIA KOROLL, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora SUELY MARIA KOROLL, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA H.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1839/12

PORTARIA Nº 1839/12

PROMOVE A SERVIDORA SUZANA AUERHAHN DE FREITAS, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal nº 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora SUZANA AUERHAHN DE FREITAS, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA H.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato De Contrato De Ata De Registro De Preços 016/11 - Sexto Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/11

SEXTO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 007/11

Modalidade Pregão Presencial nº 003/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor MARCELO WAIS, CPF nº 632.005.380-15.

Objeto: eventuais aquisições de APÓLICE DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO ATÉ O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

Cláusula Primeira - Do Preço: Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 119,00 (cento e dezenove reais), referentes ao endosso de inclusão do veículo Agrale 6000D - Placa ALX 2408.

Data da Assinatura: 08/12/2011

Data da Vigência: 01/03/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital De Pregão Presencial Nº 93/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para prestação de serviços de Divulgação de Atos Oficiais do Município e cobertura da Rainha e da EXPOCENTRO 2012, através de Rádio AM e FM, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 11/04/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 11/04/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Cel Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 27 de Março de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital De Pregão Presencial Nº 88/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim



específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de materiais para borracharia e Serviços para frota de veículos e máquinas da Secretaria de Transporte e Obras, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 11/04/2012, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 17:00 horas do dia 11/04/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 21 de Março de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Pregoeiro

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 023, De 30 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 023, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, RANGEL LOCH DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, RANGEL LOCH do cargo comissionado de Secretário de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 024, De 30 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 024, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, DIEGO PASSARELA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE GOVERNO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, DIEGO PASSARELA do cargo comissionado de Secretário de Governo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 025, De 30 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 025, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, DIMAS KAMMER DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, DIMAS KAMMER do cargo comissionado de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 026, De 30 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 026, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, ANGELO RONCHI NETO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, ANGELO RONCHI NETO do cargo

comissionado de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 027, De 30 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 027, DE 30 DE MARÇO DE 2012.
EXONERA, A PEDIDO, EDUARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, EDUARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA do cargo comissionado de Secretário de Planejamento.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 028, De 30 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 028, DE 30 DE MARÇO DE 2012.
EXONERA, A PEDIDO, ROGERIO DAGOSTIM DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, ROGERIO DAGOSTIM do cargo comissionado de Secretário de Habitação e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 029, De 30 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 029, DE 30 DE MARÇO DE 2012.
EXONERA, A PEDIDO, JOSÉ ELOIR DE COSTA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, JOSÉ ELOIR DE COSTA do cargo comissionado de Secretário de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 030, De 30 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 030, DE 30 DE MARÇO DE 2012.
DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (PRAZO DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	Início em 2013

2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	Início em 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Início em 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	Início em 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura.	Início em 2014
6 - Implementação de Sistema de Custos.	Início em 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.	Será implantado conforme resolução da STN.
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Serão realizados à medida que forem surgindo, conforme normas dos órgãos de orientação e controle, principalmente da STN.

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 031, De 30 De Março De 2012

DECRETO Nº. 031, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, EDUARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE FORQUILHINHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, EDUARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA do cargo comissionado de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Extrato De Contrato De Permissão Pmf Nº. 70/2012. EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO PMF Nº. 70/2012.

PERMITENTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

PERMISSIONÁRIO - DOUGLAS FRASSETO VITALI.

DO OBJETO - permissão de ponto de estacionamento e transporte de passageiro a carro de aluguel localizado na Avenida 25 de Julho, Centro, de frente a Empresa Seara Alimentos.

VALOR - R\$ 1.111,00 (um mil cento e onze reais).

VIGÊNCIA - 05 (cinco) anos.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Concorrência Pública nº. 28/PMF/2012.

DATA DA ASSINATURA - 15 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato De Contrato Pmf Nº. 061/2012 EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 061/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FEPANI PÃES E DOCES LTDA ME

OBJETO - aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches das crianças beneficiadas pelo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio da secretaria de Ação Social, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 5.571,00 (cinco mil quinhentos e setenta e um reais)

VIGÊNCIA - 31/07/2012

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 36/PMF/2012

DOTAÇÃO - 1301.2025.3390 (188), 1301.2029.3390 (193)

DATA DA ASSINATURA - 12 de março de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato De Contrato Pmf Nº. 52/2012 EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 52/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - RADIO ONDA JOVEM FM LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços de emissora de radiodifusão em frequência modulada (FM) com objetivo de prestar serviços de

veiculação de informativos e programas institucionais da Prefeitura Municipal de Forquilha.
VALOR - R\$ 35.082,00 (trinta e cinco mil e oitenta e dois reais) por ano.
VIGÊNCIA - 31/12/2012;
DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Credenciamento nº. 32/PMF/2012;
DATA DA ASSINATURA - 05 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato De Contrato Pmf Nº. 57/2012.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 57/2012.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - EFICAZ ASSESSORIA DE MARKETING LTDA.

DO OBJETO - contratação de agência de publicidade para assessorar e intermediar a divulgação de atos e campanhas publicitárias do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2012;

VALOR - R\$ 75.985,00 (setenta e cinco mil novecentos e oitenta e cinco reais);

VIGÊNCIA - 31/12/2012;

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23);

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Convite nº. 38/PMF/2012;

DATA DA ASSINATURA - 09 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato De Contrato Pmf Nº. 59/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 59/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LUDOMIR JOSÉ WESTRUP
OBJETO - locação de área de terras com total de 145.198 m², localizadas na Comunidade de São Gabriel, que será utilizado como passagem de caminhões e equipamentos da frota municipal para o acesso até o Rio Mãe Luzia, para retirada de seixo rolado.
VALOR - R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) por mês, perfazendo o valor global de R\$ 6.220,00 (seis mil duzentos e vinte reais);

VIGÊNCIA - 31/12/2012;

DOTAÇÃO - 0701.2.033.3390 (96)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 48/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 12 de março de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato Do Contrato Fma Nº. 03/2012
EXTRATO DO CONTRATO FMA Nº. 03/2012

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO

AMBIENTE

CONTRADADO - KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

OBJETO - aquisição de forma parcelada, de tubos de concreto de vários diâmetros e ter as resistências mínimas especificadas em NBR 8890/2003, para uso junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 128.870,00 (cento e vinte e oito mil oitocentos e setenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2012.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Nº. 8.666/93 e 10520/02, Pregão Presencial Nº. 02/2012

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1803.2072.4490 (19).

DATA DA ASSINATURA - 08 de março de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Nº 2139/2012

LEI Nº 2139, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

DENOMINA CENTRO DE EVENTOS DE PREFEITO SEBASTIÃO ANDRADE DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O Centro de Eventos, localizado na Avenida Rio Grande do Sul, passa a ser denominada de "Centro de Eventos PREFEITO SEBASTIÃO ANDRADE DOS SANTOS".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0086/2012

DECRETO Nº 0086, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, n. 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2013
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2013
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2013
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2013
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2014
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2014
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º. Ficam automaticamente prorrogados os prazos

estabelecidos no art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º. Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0087/2012

DECRETO Nº 0087, DE 29 DE MARÇO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.242.0025.2.054 - Manutenção do Programa de Atenção a Pessoa com Necessidades Especiais
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.3.0200 (241)
R\$ 5.300,00

Total R\$ 5.300,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0818/2012

PORTARIA Nº 0818, DE 29 DE MARÇO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor VALDIR VERGILIO GANZALLA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 423.265.839-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0819/2012

PORTARIA Nº 0819, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor ADRIANO GATTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 800.534.759-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0820/2012

PORTARIA Nº 0820, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor ALLAN JOSÉ CUSTÓDIO FANTIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.389-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0821/2012

PORTARIA Nº 0821, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora CENELANDIA VALIN LOPES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 579.209.239-72, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0822/2012

PORTARIA Nº 0822, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor DEJAIR MACHADO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 893.394.879-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de agente político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, junto a Secretaria de Infra-Estrutura Urbana, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0823/2012

PORTARIA Nº 0823, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor DINARTE TEIXEIRA NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 674.453.069-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0824/2012

PORTARIA Nº 0824, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor ELÓI RÖNNAU, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 590.962.419-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de agente político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0825/2012

PORTARIA Nº 0825, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora FRANCIELI DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 036.715.459-50, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0826/2012

PORTARIA Nº 0826, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor JOSÉ GUILHERME KRAEMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 304.911.349-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE

DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0827/2012

PORTARIA Nº 0827, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor JOSIEL DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 701.305.749-53, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0828/2012

PORTARIA Nº 0828, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 502.546.699-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0829/2012

PORTARIA Nº 0829, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor LUIZ CARLOS ARALDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 484.431.749-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0830/2012

PORTARIA Nº 0830, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor LUIZ SIDNEI CAETANO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 516.287.329-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0831/2012

PORTARIA Nº 0831, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora MARIA ANDRÉ BACK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 076.672.139-68, nomeada no cargo de provimento em comissão de agente político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, junto a Secretaria de Ação Social, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0832/2012

PORTARIA Nº 0832, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor OSVALDO THIBES DE MEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.339.319-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0833/2012

PORTARIA Nº 0833, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor PEDRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.542.469-53, nomeado no cargo de provimento em comissão de agente político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, junto a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0834/2012

PORTARIA Nº 0834, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor SEBASTIÃO FURTADO DA SILVA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 384.840.569-53, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0835/2012

PORTARIA Nº 0835, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora SOELI DE CORDUVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 051.981.419-33, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso De Pregão Presencial Nº 0011/2012-Fms

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos para uso na sala de fisioterapia da Unidade de Saúde do Bairro São Miguel. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 9:15 horas do dia 18.04.2012. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 28 de março de 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Aviso De Pregão Presencial Nº 0012/2012-Fms

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de materiais para uso na sala de fisioterapia da Unidade de Saúde do Bairro São Miguel. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 18.04.2012. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 28 de março de 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Resultado Do Julgamento Da Habilitação - Tomada De Preços Nº 0015/2012-Pmf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0015/2012 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de fechamento em alvenaria e ampliação da quadra coberta de esportes do Centro de Educação Municipal São Cristóvão, de acordo com os projetos e memoriais (ANEXOS AO PAL), houve a participação da empresa CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇO nesta mesma data, nos termos do Art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 28 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado Do Julgamento Da Proposta De Preços - Tomada De Preços Nº 0015/2012-Pmf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0015/2012 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de fechamento em alvenaria e ampliação da quadra coberta de esportes do Centro de Educação Municipal São Cristóvão, de acordo com os projetos e memoriais (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, após desistência na interposição de Recurso contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME., com preço global no valor de R\$ 172.336,60 (cento e setenta e dois mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), cumprindo regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 28 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado Do Julgamento De Proposta De Preço e Recurso Administrativo - Tomada De Preços Nº 0009/2012-Pmf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO e RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2012 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção de três Pontos de Ônibus, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), que após Interposição de Recurso Administrativo pela empresa DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, este foi julgado IMPROVIDO, na data de 23/03/2012, foi mantido o julgamento da Comissão Permanente de Licitações que a INABILITOU. Desta forma, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO restou

classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME, com preço global no valor de R\$ 46.783,94 (quarenta e seis mil setecentos e oitenta e três mil e noventa e quatro centavos), cumprindo regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 28 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.622/2012

LEI N.º 1.622, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

CONCEDE REVISÃO GERAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS E AOS PENSIONISTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os proventos de aposentadoria dos servidores públicos cujos benefícios foram implantados até 31/12/2003, ou que tenham se utilizado do disposto nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 ou do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, na forma prevista pelo art. 37, inciso X da Constituição da República, serão revisados, a partir de 1º de março, em 6,18% (seis vírgula dezoito por cento), que corresponde a variação acumulada do INPC, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período de 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011.

§1º Aplica-se o caput deste artigo aos proventos dos pensionistas: I - cujo óbito tenha ocorrido até 31/12/2003; ou

II - cujo servidor falecido instituidor do benefício de pensão por morte, tenha proventos de aposentadoria concedidos pela aplicação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005; ou

III - cujo benefício seja instituído pela aplicação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

§2º Fica determinado a aplicação do índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade, em cumprimento a medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na ADIn 4582.

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 30/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.623/2012

LEI N.º 1.623, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

INSTITUI O ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Adicional por Plantão Diferenciado devido aos servidores em efetivo exercício de atividades hospitalares e de vigilância, desempenhadas em regime de plantão nas áreas indispensáveis ao funcionamento ininterrupto, dos serviços da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 2º. Farão jus ao Adicional por Plantão Diferenciado, quando em exercício das atividades de que trata o caput deste artigo, os servidores municipais efetivos ou contratados, ocupantes dos seguintes cargos, a serem designados através de ato do Prefeito Municipal:

I - Técnico de Enfermagem;

II - Vigilante.

Art. 3º. O Adicional por Plantão Diferenciado corresponderá a até 50% (cinquenta por cento) do salário base do servidor público municipal.

Parágrafo único. Para efeito limitador, o total da remuneração bruta mensal, somados o Adicional por Plantão Diferenciado e demais vantagens aplicadas ao servidor, será limitada a R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) mensais, reajustável na mesma data e índice aplicados a revisão geral anual.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, considera-se Plantão Diferenciado aquele em que o servidor estiver no local de trabalho, durante 12 (doze) horas ininterruptas ou mais, conforme escala.

Art. 5º. O Adicional por Plantão não se incorpora aos vencimentos, à remuneração nem aos proventos da aposentadoria ou pensão e não servirá de base de cálculo de qualquer benefício, adicional ou vantagem, exceto décimo terceiro e férias.

Art. 6º. O servidor responsável pelos plantões deverá elaborar as escalas mensais de plantão e submetê-las à aprovação da competente Secretaria, informando após aprovação ao Setor de Recursos Humanos.

Parágrafo único. As escalas de plantão deverão ficar afixadas em quadros de aviso em locais de acesso direto ao público em geral.

Art. 7º. Para suprir as despesas decorrentes desta Lei, serão utilizadas dotações já consignadas no orçamento corrente.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 30/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.624/2012

LEI N.º 1.624, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 100.000,00

15451311.034 - Const. e Remod. de Praças, Passeios e Passarelas 100.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta da anulação parcial, das seguintes dotações do Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL 50.000,00

013112.001 - Func. e Manut. da Camara Municipal 50.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 50.000,00

2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 50.000,00

3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 30/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.625/2012

LEI N.º 1.625, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO UMA ÁREA DE DOMÍNIO OU POSSE QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, de bem imóvel de domínio ou posse do Senhor TEODORO FREITAS, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 3.752.047-SSP-SC, emissão da SSP/SC 25/01/1995, inscrito no CPF/MF sob nº 591.455.109-97, residente e domiciliado na localidade de Limpa, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - UM TERRENO urbano, situado no bairro Limpa, Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, com a forma de um polígono irregular de quatro lados, contendo a área superficial de 503,25 m² (quinhentos e três metros e vinte cinco decímetros quadrados) e um perímetro de 120.65 m (cento e vinte metros e sessenta e cinco centímetros), tendo as seguintes medidas e

confrontações: fazendo frente a Oeste confrontando com Rua Projetada, numa extensão de 10,00 m (dez metros); fundos a Leste confrontando com propriedade do senhor Teodoro de Freitas, numa extensão de 10,00 m (dez metros); lateral direita a Norte confrontando com propriedade do senhor Teodoro de Freitas, na extensão de 50,85 m (cinquenta metros e oitenta e cinco centímetros); lateral esquerda a Sul confrontando com propriedade do Município de Garopaba (Creche), numa extensão de 49.80 m (quarenta e nove metros e oitenta centímetros), a poligonal envolvente, tem suas extremidades definidas pelos vértice A, de coordenadas UTM Norte: 6.889.035 e Leste: 0729.672, vértice B, de coordenadas UTM Norte: 6.889.045 e Leste: 0729.669, vértice C, de coordenadas UTM Norte: 6.889.021 e Leste: 0729.720, vértice D, de coordenadas UTM Norte: 6.889.011 e Leste: 0729.722, a referida área encontra-se perfeitamente cercada nas divisas Oeste e Sul.

Art. 2º. A área a que se refere o artigo anterior destina-se à ampliação do espaço pertencente ao Município de Garopaba destinado a Creche na Localidade de Limpa.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de emissão provisória do Município, na posse da área a ser expropriada.

Art. 4º. A presente declaração de utilidade pública servirá de instrumento da desapropriação e legalização do imóvel a serem processadas posteriormente na forma da legislação vigente.

Art. 5º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) decorrente de avaliação elaborada por Comissão Administrativa Municipal.

Art. 6º. A partir desta data não será permitido ao proprietário do imóvel caracterizado no Art. 1º desta Lei efetuar naquela área nenhum tipo de serviços ou benfeitorias.

Art. 7º. Fica a Assessoria Jurídica do Município de Garopaba autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata a presente Lei, por via negociada ou judicial.

Art. 8º. A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correram à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 30/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.626/2012

LEI N.º 1.626, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade dos Senhores BATISTA GONÇALVES, brasileiro, comerciante, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Maria Izabel Gonçalves, portador da carteira de identidade nº 263.250-SSP-SC, emissão da SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 299.871.219-34, residente e domiciliado na Rua João Lino da Silva Neto, nº 644, bairro, Bairro Centro, Município e Comarca de Garopaba; NARDYR AMBRÓSIO PACHECO, brasileiro, aposentado, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anterior à vigência da Lei 6.515/77, com Maria da Silva Pacheco, portador da carteira de identidade nº 134.620-SSP-SC, emissão da SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 103.101.009-25, residentes e domiciliados na Rua Maria Claudino Cruz, nº 311, bairro Capoeiras, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e PAULO PACHECO DE SOUZA, brasileiro, bancário, casado pelo regime de comunhão universal de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, com Claudete Pereira Pacheco de Souza, portador da carteira de identidade nº 118.870-SSP-SC, emissão da SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 048.061.239-00, residente e domiciliado na Rua Barão Von Wangenheim, nº 172, bairro Fátima, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, assim especificado:

I - Registro Imobiliário n.º 4.211 - do C. R. I. da Comarca do Município de Garopaba/SC: UM TERRENO situado no Bairro Encantada, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, o qual mede 42,90 metros de frente e igual metragem nos fundos por 402,00 metros de frente aos fundos em ambas os lados, ou seja 17.245,80 m² (dezessete mil duzentos e quarenta e cinco metros e oitenta decímetros quadrados), com as seguintes confrontandos: ao norte com terras de herdeiros de Hortência Pacheco de Souza; ao sul com ditas de Ezequiel Pacheco de Souza; confrontando a oeste com o Caminho que vai para o Morro; e, ao leste com estrada velha.

II - Registro Imobiliário n.º 4.211 - do C. R. I. da Comarca do Município de Garopaba/SC: UM TERRENO urbano, situado no bairro Encantada, Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, com a forma de um polígono irregular de nove lados, contendo a área superficial de 1.881,27 m² (um mil oitocentos e oitenta e um metros e vinte sete decímetros quadrados) e um perímetro de 193,95 m (cento e noventa e três metros e noventa e cinco centímetros), tendo as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente a Sul confrontando propriedade do senhor Batista Gonçalves, numa extensão de 27,11 m (vinte sete metros e onze centímetros), Inscrição Imobiliária nº 1.5.12683.000; fundos ao Norte confrontando com propriedade dos herdeiros de Fortunato Custodio Figueredo, numa extensão de 28,81 m (vinte oito metros e oitenta e um centímetros); lateral direita a Oeste em três segmentos, sendo os dois primeiros confrontando com propriedade do senhor Batista Gonçalves, nas extensões de 26,33 m (vinte seis metros e trinta e três centímetros), 17,53 m (dezessete metros e cinquenta e três centímetros), o terceiro com propriedades dos senhores Batista Gonçalves, Nardyr Ambrósio Pacheco, Paulo Pacheco de Souza na extensão de 31,25 m (trinta e um metros e vinte cinco centímetros) Matrícula C.R.I. Garopaba/SC nº 4.211; lateral esquerda ao Leste em quatro segmentos, sendo o primeiro e o segundo confrontando com propriedade da Escola Municipal Norberto José Floriano da Silva, numa extensão de 21.93 m (vinte um metros e noventa e três centímetros), e 04,20 m (quatro metros e vinte centímetros); o terceiro com propriedade do senhor Valdir Figueredo, na extensão de 15,82 (quinze metros e oitenta e dois centímetros), Inscrição Imobiliária nº 1.6.1.60.001; o quarto confronta com propriedade do senhor Pedro Figueredo, numa extensão de 20,97 (vinte metros e noventa e sete centímetros), Inscrição Imobiliária nº 10.1.1.1054.001.

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação

do imóvel referido no artigo anterior, para ampliação do espaço da Escola Municipal Norberto José Floriano da Silva, nos termos do permissivo legal disposto na alínea "m", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Municipalidade disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) decorrente de avaliação elaborada por Comissão Administrativa Municipal.

Art. 5º. A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correram à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 30/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 048/2012

DECRETO N.º 048, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.624 de 29/03/2012 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 100.000,00

15451311.034 - Const. e Remod. de Praças, Passeios e Passarelas 100.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta da anulação parcial, das seguintes dotações do Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL 50.000,00

013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal 50.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 50.000,00

2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 50.000,00

3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Março de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº. 4.904, De 28 De Março De 2012.

DECRETO Nº. 4.904, DE 28 DE MARÇO DE 2012.
SUPLEMENTA, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 9 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Funcional Programática: 00015.00451.00019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento

Projeto: 1.100113 Implantação de Equipamentos Urbanos e Melhorias em vias existentes

Dotação: 510 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 58.191,77

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.751, De 22 De Março De 2012.

PORTARIA Nº. 2.751, DE 22 DE MARÇO DE 2012.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA ELIANE MARIA DALLABONA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELIANE MARIA DALLABONA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 20 de março de 2012 a 18 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de março.

Gaspar, 22 de março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.754, De 27 De Março De 2012.

PORTARIA Nº. 2.754, DE 27 DE MARÇO DE 2012.
HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data Posse	Término Estágio Probatório
Valter Alexandre Siqueira	7466	Técnico em Projetos	02/03/2009	14/03/2012

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato Do Contrato Nº 044/2012

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 044/2012. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: VANILDE WIPPEL ZERMIANI - ME. OBJETO: Aquisição de gás engarrafado GLP 13 kg. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2012. VALOR: R\$ 19.250,00 (dezenove mil duzentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 26 de março de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato Do Contrato Nº 046/2012

MUNICÍPIO DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 046/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS
CONTRATADO: COELJ COMERCIAL LTDA - EPP.
OBJETO: Aquisição de material para manutenção da iluminação pública do município. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2012.

VALOR: R\$ 79.217,15 (setenta e nove mil e quatrocentos duzentos e dezessete reais e quinze centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Governador Celso Ramos, 28 de março de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº 07/2012 - Hsa

PORTARIA nº 007/2012

Ivo Rangheti, Gestor do Hospital Municipal Santo Antônio (HSA) nomeado através do Decreto Executivo Municipal nº 16/2010 no uso de suas atribuições

RESOLVE

INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) nº 002/2012.

Art. 1º - Considerando o teor do ofício encaminhado à administração deste Município. pela Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim, subscrito pelo Sr. Laury Carlos Leite, ilustre Comandante da corporação dos Bombeiros desta cidade, em 22 de fevereiro do corrente ano, segundo o qual o funcionário ADEMIR MEIRELES DA COSTA apresentou conduta que não corresponde com aquela que deve ser assumidas por um bombeiro voluntário, razão pela qual o mesmo foi reconduzido ao quadro de funcionários da municipalidade, eis que anteriormente cedido aos bombeiros, segundo o ofício em comento, para que a citada conduta supostamente indevida do investigado não venha agravar a situação do mesmo e da corporação, instaura-se o presente Processo Administrativo Disciplinar visando esclarecer que espécie de conduta foi assumida pelo investigado na ocasião, apurando-se eventual comportamento inadmissível ou não condizente com a de um servidor público, da mesma forma que ao final, se apliquem as medidas administrativas cabíveis na espécie, se for o caso.

Art. 2º - O presente PAD deve ser processado em caráter CONFIDENCIAL visando salvaguardar a intimidade e privacidade do ora indiciado, em vista da inexistência dos fatos ocorridos conforme art. 1º da presente Portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Após a publicação da presente Portaria, suspenda-se o contrato de trabalho do ora indiciado, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de 60 (sessenta) dias conforme o art. 52, § 1º, Lei Complementar 008/2001.

Publique-se

Cumpra-se

Guaramirim/SC, 28 de março de 2012.

IVO RANGHETI

Gestor do Hospital

Extrato 2 Aditivo 17/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo 25/2011

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 17/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Contratada: LUIZ CONRADO MORETTI.

Objeto: Fica aditivado o Contrato nº. 17/2011 do processo licitatório nº. 25/2011(Locação de Imóvel a Secretaria de Esporte para escolinha de Judô)

Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Contratado: Luiz Conrado Moretti

Guaramirim-SC, 09 Janeiro de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato 3 Aditivo Contratual 472010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo 47/2010

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº. 72/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Contratada: CONTROLLER TEC. SIST. IMFORMAÇÃO LTDA

Objeto: Fica aditivado o Contrato nº. 72/2010 do processo licitatório nº. 47/2010 (Contração de empresa especializada para cessão de licenciamento de uso de sistemas informatizados para gestão escolar de ensino) prorrogando o contrato até 15 de Junho de 2012.

Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Contratado: Karla Janz

Guaramirim-SC, 05 Janeiro de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 006/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

empresa: Alvadir Toigo e Cia Ltda.

CNPJ/MF Nº 03.580.955/0001-53

Endereço: Linha Nova Estrela - Interior

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 006/2012, de 29 de MARÇO DE 2012

Termo Aditivo ao Contrato nº 0027/2011, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Pregão Presencial nº 0007/2011, Processo Licitatório nº 0036/2011, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

original ate 31 de dezembro de 2012 e a Supressão na extensão das Linha 03 e 04 conforme quadro abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO/TRAJETO	UNID.	KM original dia	Supressão Diária	KM atual Dia	VALOR UNIT (R\$)
3	LINHA 03 – NOVA ESTRELA – HERVAL D'OESTE. Saída da propriedade Massoco 6:00 horas, Perpétuo Socorro, pela propriedade do Sr. Milani, Linha Santa Terezinha, próximo ao Clube Gaúcho, Estação Luzerna, passando pela Fazenda do Lorini, se dirigindo até a entrada da SERP e retornando na estrada geral, se dirigindo até os Colégios São José, Mello e Alvin e Eugênio Marquetti às 7.20 hrs, retornando ao término das aulas 11.40 hrs pelo mesmo trajeto com aproximadamente 45 alunos, perfazendo um total de 68.0 quilômetros/dia	KM	68	20	48	R\$ 2,80

4	LINHA 04 – PERPÉTUO SOCORRO – ESTAÇÃO LUZERNA. Saída Perpétuo Socorro, às 12:30, passando Linha Santa Terezinha, próximo ao Clube Gaúcho se dirigindo até a Escola Estação Luzerna às 13.05 hrs e seguida busca no Loteamento Laske, retornando ao término das aulas 17.40 hrs pelo mesmo trajeto com aproximadamente 40 alunos, perfazendo um total de 35.0 quilômetros/dia.	KM	35	4,00	31	2,80
---	---	----	----	------	----	------

CLÁUSULA SEGUNDA – VALORES DAS LINHAS

A partir deste Termo Aditivo, com a Supressão de extensão (km/dia) a Linha 03 passa a ter um valor diário de R\$ 134,40 e a Linha 04 passa a ter um valor total de R\$ 86.80

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a1 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0027/2011, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 29 de março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF nº 501.589.459-72

Pela Contratante

ALVADIR TOIGO

Sócio Administrador

CPF nº 250.354.449-53

Pela Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

1 Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

Termo Aditivo Nº 007/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

EMPRESA: SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES ME.

CNPJ/MF Nº 14.237.301/0001-48

Endereço: Linha Sede Belém, SN.

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 007/2012, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2012, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Processo Licitatório nº 0024/2012, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo na extensão da Linha 06 conforme quadro abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO/TRAJETO	UNID.	KM original dia	Acréscimo Diário	KM atual/Dia	VALOR UNIT (R\$)
------	-----------------------	-------	-----------------	------------------	--------------	------------------

3	Linha 06 - PERPÉTUO SOCORRO - ESTAÇÃO LUZERNA. Saída da propriedade do Sr. Rubens Fiorin às 12:30, passando pela Linha Celso Ramos, Clube Gaúcho, dirigindo-se à propriedade do Sr. Américo Lorini e retornando a Escola EBM Estação Luzerna às 13:05 horas, dirigindo-se a Prefeitura de Herval d'Oeste para pegar os professores, retornando a EBM Estação Luzerna, dirigindo-se até a residência da aluna Keli (bairro Nossa Senhora Aparecida) retornando em frente a entrada do loteamento Laske pegar os alunos para levar ao PETI, dirigindo-se a EEB Odilon Fernandes. Ao término das aulas	KM	60,2	2,8	63,0	R\$ 2,40
---	---	----	------	-----	------	----------

CLÁUSULA SEGUNDA - VALORES DAS LINHAS

A partir deste Termo Aditivo, com o acréscimo de extensão (km/dia) a Linha 06 passa a ter um valor diário de R\$ 151,20.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0003/2012, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 29 de março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF nº 501.589.459-72

Pela Contratante

SIDNEI RAMELLA

Sócio Administrador
CPF nº 022.461.729-00
Pela Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Yasmin Laís Ribas
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 008/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
EMPRESA: TRANSPORTES COLETIVOS SARANDI LTDA.
CNPJ/MF Nº 00.793.233/0001-99
Endereço: Av. Beira Rio nº 539 - Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 008/2012, DE 29 DE MARÇO DE 2012

Termo Aditivo ao Contrato nº 0025/2011, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Pregão Presencial nº 0007/2011, Processo Licitatório nº 0036/2011, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato original ate 31 de dezembro de 2012 e o acréscimo na extensão da Linha 14 conforme quadro abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO/TRAJETO	UNID.	KM original dia	Acréscimo Diário	KM atual/ Dia	VALOR UNIT (R\$)
14	Linha 14 - CAPOEIRADA - HERVAL D' OESTE. Saída em Frente à Igreja de Capoeirada, às 05:50 hs, entrando na propriedade do Sr. Nadir Cecatto, passando pela propriedade do Sr. Fco. Parenti, Gilmar Moraes, Domingos Olivo, indo a Sede Sarandi, pela propriedade do Sr. Ernesto Bordim, Sede Belém, Serra Alta, se dirigindo ao Colégio Eugênio Marchetti às 7.20 hrs, retornando ao término das aulas 11.40 hrs pelo mesmo trajeto, com aproximadamente 45 alunos, perfazendo um total de 94.8 quilômetros/dia. Veículo com capacidade mínima para transportar 45 passageiros sentados	KM	94,8	15,0	109,8	R\$ 2,74

CLÁUSULA SEGUNDA - VALORES DAS LINHAS

A partir deste Termo Aditivo, com o acréscimo de extensão (km/dia) a Linha 14 passa a ter um valor diário de R\$ 300,85

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0025/2011, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 29 de março de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF nº 501.589.459-72
Pela Contratante

ROBERTO ZARPELON
Sócio Administrador
CPF nº 023.018.849-45
Pela Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Yasmin Laís Ribas
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 009/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
EMPRESA: TRANSPORTES COLETIVOS ZARPELON LTDA
CNPJ/MF Nº 09.439.166/0001-83
Endereço: Av. Beira Rio nº 539 Sala 02 - Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 009/2012, DE 29 DE MARÇO DE 2012

Termo Aditivo ao Contrato nº 0028/2011, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Pregão Presencial nº 0007/2011, Processo Licitatório nº 0036/2011, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato original ate 31 de dezembro de 2012 e o acréscimo na extensão das Linhas 01 e 21 conforme quadro abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO/TRAJETO	UNID.	KM original dia	Acréscimo Diário	KM atual/ Dia	VALOR UNIT (R\$)
------	-----------------------	-------	-----------------	------------------	---------------	------------------



01	LINHA 01 - CAPOEIRA-DA - SEDE BELEM. Saída da Capoeirada, às 11:50 passando pela propriedade do Sr. Tarcilo Trevisol, passando pelo Comum até a propriedade do Sr. Dirceu Melere, indo para Sede Sarandí, passando pelo Capitel, Remi Godoi, Sede Sarandí, Domingos Olivo, entrando na residência Marínes Varela, terminando em Sede Belém às 12:45 hrs, retornando ao término das aulas (17.45 hrs) pelo mesmo trajeto com aproximadamente 40 alunos, perfazendo um total de 78,2 quilômetros/dia. Veículo com capacidade mínima para transportar 18 passageiros sentados.	KM	78,2	4,4	82,6	R\$ 2,74
 						
21	LINHA 21 - HERVAL D' OESTE - SEDE BELEM - APAE. Saída de Herval D' Oeste 12:15 se dirigindo até Bom Jesus da Barra Verde até a propriedade do Sr. Corso, indo até Sede Belém passando pela residência do Sr. Facchin, retorna a Sede Belém, indo até Rio Sapato às 13.05 hrs, retornando ao término das aulas 17.30 hrs pelo mesmo trajeto, passando antes pela propriedade do Sr. Gilberto Peccin, com aproximadamente 11 alunos, perfazendo um total de 117.2 quilômetros/dia.	KM	117,2	6,00	123,2	R\$ 2,39

CLÁUSULA SEGUNDA - VALORES DAS LINHAS

A partir deste Termo Aditivo, com o acréscimo de extensão (km/dia) a Linha 01 passa a ter um valor diário de R\$ 226,32 e a Linha 21 passa a ter um valor diário de R\$ 294,45

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0028/2011, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 29 de março de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF nº 501.589.459-72
Pela Contratante

IRAI ZARPELON
Sócio Administrador
CPF nº 949.434.519-34
Pela Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas
CPF: 076.591.479-43

Convênio Nº 004/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONVÊNIO Nº 004/2012 DE 28 DE MARÇO DE 2012.

"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC) E A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL ESPERANÇA".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Sr. NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL ESPERANÇA, entidade beneficente, sediada no Município de Herval d'Oeste(SC), inscrita no CNPJ sob nº. 04.038.065/0001-87, representada neste ato por seu Presidente, Sr. LUIS CARLOS SILVA DOS SANTOS, brasileiro, casado, CPF nº. 221.534.540-34, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste(SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município à Entidade de recursos financeiros, destinados à manutenção de despesas realizadas com a Escolinha de Futebol de Campo, formada por crianças e adolescentes residentes no Município de Herval d'Oeste (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. 2.914/2011, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e na Lei Municipal nº. 2.926/2012, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta Entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL ESPERANÇA, o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), em parcela única, após assinatura e publicação do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**DA ENTIDADE**

- 1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
- 2-Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos.
- 3- Prestar contas no prazo de até 150 (Cento e cinquenta) dias

contados do recebimento dos recursos, não podendo exceder ao último dia do exercício financeiro.

4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.

5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento, serão de responsabilidade da Entidade.

DO MUNICÍPIO

1- Contribuir no prazo pactuado na Cláusula Terceira - Do Valor, deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1- Fica vinculado a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação de cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria, do RG e CPF do presidente da Associação, das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, Trabalhistas, bem como INSS e FGTS, quando possuírem, e manter a regularidade fiscal das certidões até o término da vigência do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Municipal nº. 2.914/2011: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES. Função Programática: 06.0604.27.812.0017.2021. Manutenção e obras em ginásios de esportes. Elemento de despesa: 33500000. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada pela Entidade, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de bloqueio das parcelas subseqüentes, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de 21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº 04/2006, conforme discriminada a seguir:

I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;

II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;

III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;

IV - Conciliação bancária se for o caso;

V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;

VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;

VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);

§ 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

§ 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.

VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;

IX - Fotocópia dos cheques utilizados;

X - Declaração do Presidente da entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;

XII - Relação contendo: nome completo, nº do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.

2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.

3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios,

acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.

4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.

5- É vedada à concessão de recursos:

I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;

II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;

III - Para atender despesas já realizadas;

IV - Para Igrejas e cultos religiosos;

V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.

6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d' Oeste (SC), 28 de março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LUIS CARLOS SILVA DOS SANTOS
Presidente

TESTEMUNHAS:

1- _____

CPF

2- _____

CPF

Convênio Nº 005/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONVÊNIO Nº 005/2012 DE 28 DE MARÇO DE 2012.

"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E O CORAL LITÚRGICO ARTÍSTICO HERVALENSE - COLIARTHE".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrito no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d'Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e o CORAL LITÚRGICO ARTÍSTICO HERVALENSE - COLIARTHE, sociedade civil, sem fins comerciais e objetivos de lucros, inscrito no CNPJ sob nº. 03.252.288/0001-80, com sede na cidade de Herval d'Oeste(SC), representado neste ato por seu Presidente, Sr. VALDEMAR DOS ANJOS SILVÉRIO, brasileiro, casado, CPF nº. 225.719.149-87, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste (SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município ao Coral Litúrgico Artístico Hervalense - COLIARTHE de Herval d'Oeste, de recursos financeiros destinados para pagamento de despesas realizadas com a manutenção e continuidade do coral.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. 2.914/2011, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e na Lei Municipal nº. 2.921/2012, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará ao CORAL LITÚRGICO ARTÍSTICO HERVALENSE - COLIARTHE, a importância de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), divididos em 04 (quatro) parcelas iguais de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), sendo o primeiro repasse referente o mês de abril de 2012, e o último repasse referente o mês de julho de 2012.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

- 1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
- 2-Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos.
- 3- Prestar contas no prazo de até 90 (noventa) dias contados do recebimento dos recursos, sob pena de devolução dos valores recebidos e demais penalidades legais, não podendo exceder ao último dia do exercício financeiro de 2012.
- 4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer

alteração havida, inerente ao presente instrumento.

5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento, serão de responsabilidade da Entidade.

DO MUNICÍPIO

1- Contribuir no prazo pactuado na Cláusula Terceira - Do Valor, deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1- Fica vinculada a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, Trabalhistas, bem como INSS e FGTS, quando possuírem; cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria e da RG e CPF do presidente da Entidade, e manter a regularidade fiscal das mesmas até o término da vigência do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Municipal nº. 2.914/2011: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES. Função Programática: 06.0603.13.392.0016.2020. Elemento de despesa: 33500000. Transferências a instituições filantrópicas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada pela Entidade no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de devolução dos valores recebidos, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de 21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº. 04/2006, conforme discriminada a seguir:

- I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;
- II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;
- III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;
- IV - Conciliação bancária se for o caso;
- V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;
- VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;
- VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);
- § 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
- § 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.
- VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;
- IX - Fotocópia dos cheques utilizados;
- X - Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
- XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;
- XII - Relação contendo: nome completo, nº. do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.
- 2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.
- 3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios, acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente

via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.

4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.

5- É vedada à concessão de recursos:

I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;

II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;

III - Para atender despesas já realizadas;

IV - Para Igrejas e cultos religiosos;

V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.

6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d'Oeste (SC), 28 de março de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito

VALDEMAR DOS ANJOS SILVÉRIO
Presidente

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF
2- _____
CPF

Convênio Nº 006/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONVÊNIO Nº 006/2012 DE 28 DE MARÇO DE 2012.

"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E O GRÊMIO RECREATIVO, ESPORTIVO, SOCIAL E CULTURA FALCÕES - GRESC FALCÕES DE HERVAL D'OESTE".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrito no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d'Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e o GRÊMIO RECREATIVO, ESPORTIVO, SOCIAL E CULTURAL FALCÕES - GRESC FALCÕES DE HERVAL D'OESTE, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob nº. 05.126.504/0001-76, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 100, Bairro São Vicente, Herval d'Oeste(SC), representado neste ato por seu Presidente, Sr. WILSON ROBERTO DE MATOS, brasileiro, casado, professor, CPF nº. 590.409.129-04, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste (SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município ao Grêmio Recreativo, Esportivo, Social e Cultural Falcões - GRESC FALCÕES de Herval d'Oeste, de recursos financeiros destinados para pagamento de despesas realizadas quando da participação de eventos esportivos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. 2.914/2011, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e na Lei Municipal nº. 2.924/2012, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará ao GRÊMIO RECREATIVO, ESPORTIVO, SOCIAL E CULTURAL FALCÕES - GRESC FALCÕES DE HERVAL D'OESTE, a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), em duas parcelas de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), sendo o pagamento da primeira parcela no mês de março de 2012 e o pagamento da segunda parcela no mês de abril de 2012.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
2- Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos.
3- Prestar contas no prazo de até 90 (noventa) dias contados do recebimento dos recursos, sob pena de devolução dos valores recebidos e demais penalidades legais, não podendo exceder ao último dia do exercício financeiro de 2012.

4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.

5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento, serão de responsabilidade da Entidade.

DO MUNICÍPIO

1- Contribuir no prazo pactuado na Cláusula Terceira - Do Valor, deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1- Fica vinculada a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, Trabalhistas, bem como INSS e FGTS, quando possuírem; cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria e da RG e CPF do presidente da Entidade, e manter a regularidade fiscal das mesmas até o término da vigência do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Municipal nº. 2.914/2011: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES. Função Programática: 06.0604.27.812.0017.2021. Elemento de despesa: 33500000. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada pela Entidade no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de devolução dos valores recebidos, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de 21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº. 04/2006, conforme discriminada a seguir:

I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;

II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;

III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;

IV - Conciliação bancária se for o caso;

V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;

VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;

VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);

§ 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

§ 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.

VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;

IX - Fotocópia dos cheques utilizados;

X - Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;

XII - Relação contendo: nome completo, nº. do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.

2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.

3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios, acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em

nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.

4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.

5- É vedada à concessão de recursos:

I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;

II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;

III - Para atender despesas já realizadas;

IV - Para Igrejas e cultos religiosos;

V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.

6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d'Oeste (SC), 28 de março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

WILSON ROBERTO DE MATOS

GRESO FALCÕES



TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF
2- _____
CPF

Imbituba**PREFEITURA****Publicação De Extrato De Pregão Presencial 20/2012 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 20/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 13 de abril de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para aquisição de camisetas personalizadas, para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 30 de março de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação De Extrato De Pregão Presencial 34/2012 (Pmi)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 49/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 13 de abril de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo maior desconto/por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, reposição de peças e equipamentos obrigatórios exigidos, nos veículos das Secretarias municipais de Infraestrutura, Administração, Turismo, Social, SDR Norte, SDR Sul e Gabinete da Prefeitura Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 30 de março de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Editais Seagp Nº 047/2012

EDITAL SEAGP Nº 047/2012
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições

legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Março a 20 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de Março de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

 
EDITAL SEAGP Nº 047/2012
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Serventes Merendeiras
- Josiane Natalia Pacheco
- Grasiela Carvalho Melo
- Rosane Silva
- Cleonice Borges dos Passos
- Iolanda Carvalho Pereira
- Debora de Jesus Valentim
- Karine Nascimento
- Elaine Conceição da Silva Pereira
- Mariza Martins Moreira
- Sabrina Vieira
- Lilian Pires

Editais Seagp Nº 055/2012

EDITAL SEAGP Nº 055/2012
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Março a 25 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de Março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

 

EDITAL SEAGP Nº 055/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fonoaudiólogo

Francielle Chiquetti

Edital Seagp Nº 056/2012

EDITAL SEAGP Nº 056/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de Março a 26 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 27 de Março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

 

EDITAL SEAGP Nº 056/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Ana Oliveira Fernandes da Silva

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1273/2012

DECRETO Nº. 1273 DE 22 DE MARÇO DE 2012.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 147.500,00 (cento e quarenta e sete mil quinhentos reais) na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 2049 Manutenção e Urbanização de Praças e Avenidas
 44900000 Aplicações Diretas
 100.00 Recursos Ordinários
 R\$ 147.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
 Iomerê, 22 de março de 2012.
 ANTONINHO BALDISSERA
 Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

Decreto 1274/2012

DECRETO Nº. 1274 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 313,72 (trezentos e treze reais setenta e dois centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 04.02 Esporte
 1032 Construção, Reformas de Quadras, Campos e Ginásios
 44900000 Aplicações Diretas
 124.00 Transferência de Convênios Outros
 R\$ 313,72

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente, advindo do rendimento de aplicação financeira na conta bancária nº 5.534-4 Quadra de Areia.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
 Iomerê, 27 de março de 2012.
 ANTONINHO BALDISSERA
 Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
 Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1275/2012

DECRETO Nº. 1275 DE 28 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano

de contas aplicado ao setor público e da outras providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2014
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2014
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014

8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxa-
rifado.

Janeiro de 2014

Art. 2º - Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º - Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 28 de março de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.613/12

LEI Nº 1.613/12, DE 28 DE MARÇO 2012.

"AMPLIA O PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE POÇO PRETO, MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Pela presente Lei, fica ampliado o Perímetro Urbano do Distrito de Poço Preto, Município de Irineópolis, em 2.000 m², conforme dados da matrícula do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto União / SC, sob o nº 13.123, de propriedade da Sra. Vines Maria Stortti, situado no Distrito de Poço Preto, com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, com a Rua Caçador, na extensão de 50 (cinquenta) metros, (coordenadas: ponto 01 - E-511950.822 e N-7092443.157, ponto 02 - E-511996.752 e N-7092462.998); ao sul, com Vines Maria Stortti, na extensão de 50 (cinquenta) metros, (coordenadas: ponto 03 - E-512013.373 e N-7092426.300, ponto 04 - E-511966.846 e N-7092406.335); à leste, com a Rua Mafra, na extensão de 40 (quarenta) metros, (coordenadas: ponto 02 - E-511996.752 e N-7092462.998, ponto 03 - E-512013.373 e N-7092426.300); à oeste, com Lote 151, na extensão de 20 (vinte) metros, (coordenadas: ponto 04 - E-511966.846 e N-7092406.335, ponto 05 - E-511958.834 e N-7092424.746) e com Lote 153, na extensão de 20 (vinte) metros, (coordenadas: ponto 05 - E-511958.834 e N-7092424.746, ponto 01 - E-511950.822 e N-7092443.157), ambos de propriedade do Sr. Eraldo Antunes da Silva.

Art. 2º - Em razão da ampliação de que trata esta Lei, fica o Departamento de Tributação, bem como os demais Departamentos

Municipais competentes, autorizados a proceder os respectivos registros, lançamentos tributários e cadastrais, de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 16 de março de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Lei Nº 1612/2012

Lei nº 1612 de 28 de março de 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, às dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 403.000,00 (quatrocentos e três mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO

02.08 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

1.005 - Incentivo a Indústria

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (80) Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

4.5.90.00.00.00.00.00.0256 (81) Aplicações Diretas R\$ 295.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

3.3.90.00.00.00.00.00.0256 (104) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

02.11 - FUNDO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.025 - Manutenção do FIA

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (130) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L R\$ 403.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte de recursos 100 - Recursos Próprios e no recurso 256 - Convênios do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 28 de março de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.213/12

DECRETO N.º 2.213 / 12

Prorroga prazo da taxa de coleta de lixo no Município de Irineópolis e outras providências.

Wanderlei Lezan, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 249, inciso III, c/c artigo 250, parágrafo único e da Lei Municipal n.º 185 de 17/04/73 - (Código Tributário Municipal) e ainda nos termos da Lei Municipal n.º 1.009 de 14 de dezembro de 2000,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica prorrogado o prazo de vencimento da cota única da Taxa de Coleta de Lixo para 15-05-2012 para todos os contribuintes.

Art. 2.º - Os contribuintes que atendam o perfil do Programa Bolsa Família terão direito ao desconto de 65,14% na cota única.

Parágrafo Único - Para ter direito ao desconto, o contribuinte deverá comparecer junto ao CRAS (Centro de referência da Assistência Social), retirar o comprovante do referido programa, e apresentá-lo juntamente com o carnê no Depto Tributação da Prefeitura, até o prazo limite de 14 de maio de 2012.

Art. 3.º - Aos contribuintes cujos imóveis não vierem a ser utilizado no corrente exercício, fica estabelecido o prazo limite de 14 de maio de 2012, para requerer a isenção da taxa de coleta de lixo.

Art. 4.º - Este Decreto entrará em vigor na data da assinatura.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Município de Irineópolis, 28 de março de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.214/12

DECRETO N.º 2.214 / 12

Prorroga prazo do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) no Município de Irineópolis e outras providências.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 65, inciso VII, e, 87, inciso I, alínea "j", todos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o prazo para distribuição dos carnês com a data de vencimento;

CONSIDERANDO a inexistência de prejuízos no que se refere a adequada e eficiente prestação de serviços:

DECRETA:

Art. 1.º - Fica prorrogado o prazo de vencimento da Cota única e 1ª Parcela IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para 15-05-2012 para todos os contribuintes.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data da assinatura.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Município de Irineópolis, 28 de março de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2215/2012

Decreto nº 2215/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1612 de 28 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício

corrente, às dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 403.000,00 (quatrocentos e três mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO**02.08 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

1.005 - Incentivo a Indústria

4.4.90.00.00.00.00.0100 (80) Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

4.5.90.00.00.00.00.0256 (81) Aplicações Diretas R\$ 295.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

3.3.90.00.00.00.00.0256 (104) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

02.11 - FUNDO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.025 - Manutenção do FIA

3.3.90.00.00.00.00.0100 (130) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L R\$ 403.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte de recursos 100 - Recursos Próprios e no recurso 256 - Convênios do Estado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 28 de março de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Convênio Nº 02/2012

CONVÊNIO N.º 002/2012.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC E A APADAF - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS E DA FALA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO/SC.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Wanderlei Lezan, portador do CPF n.º 153.546.101-25, RG n.º 6.109.615 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, nº 339 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e e a APADAF - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala, com sede à Av. General Bormann, 532 - Centro - Porto União - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.747.477/0001-62, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Eufrázio Xavier de Barros, portador do CPF nº 253.465.639-20 e RG nº 3.991.167, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.606/2012, de 14 de março de 2012, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à CONVENIENTE, a título de subvenção, para auxiliar na continuidade e melhoramento ao atendimento ao portador de deficiência auditiva e de terapia da linguagem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, parcelas mensais e

sucessivas no valor de até R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2013 - 67 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos liberados visam auxiliar na continuidade e melhoramento ao atendimento ao portador de deficiência auditiva e de terapia da linguagem.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CONCEDENTE:

A) O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 10º dia útil de cada mês à CONVENIENTE o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira;

II - DA CONVENIENTE:

A) A CONVENIENTE obriga-se a prestar contas mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE.

B) Realizar o atendimento dos beneficiados, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino;

C) Realizar os exames audiométricos necessários aos educandos da Rede Municipal de Ensino atendidos;

D) Disponibilizar no mínimo 20 (vinte) horas semanais de serviços de fonoaudiologia para atendimento aos beneficiários do Município de Irineópolis, nos períodos matutino e vespertino respectivamente.

CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31/12/2012, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1.606/2012, de 14 de março de 2012, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a ser firmado pode ainda ser

alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 23 de março de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

EUFRÁZIO XAVIER DE BARROS

Presidente da APADAF

Testemunhas:

RÔMULO ANTÔNIO AZAMBUJA

Maurício Juraszek

Itapoá

PREFEITURA

Ata Do Pregão Presencial Nº 013/2012, Processo Licitatório Nº 029/2012 - Análise De Propostas

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2012, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2012 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Aos 28/03/2012, a partir das 11:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelo Decreto nº1299/2011, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 000013/2012, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL., com critério de julgamento de menor preço. No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, Apresentaram os devidos elementos necessários à participação no certame a (s) seguinte (s) empresa (s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	05.579.928/0001-96
FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA	83.483.990/0001-93

Aptas a participarem da próxima fase do certame. A senhora Pregoeira FERNANDA CRISTINA ROSA informou aos representantes

presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente, a abertura dos envelopes de proposta de preços. As propostas foram submetidas à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no (Anexo V do Edital), com base nas declarações e documentações apresentadas pelas licitantes. A senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Emitiu seu juízo classificando as propostas. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, ficam as licitantes vencedoras responsáveis por entregarem produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que os representantes credenciados:

Representantes (Credenciados)
NARCIZO DE AVIZ
JONI PAZDA

Tiveram a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos, da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Valor Lance
1	FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA	48,0000
2	AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	69,1500

Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se as empresas vencedoras citadas abaixo:

Vencedor	Valor Total
AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	76.065,0000
FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA	19.200,0000

Em seguida, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que as referidas empresas atendem as exigências editalícias, sendo habilitadas para este Certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitadas às empresas ofertantes dos menores preços, a Senhora Pregoeira declarou as empresas supracitadas vencedoras deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que as empresas vencedoras deverão cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme item 15 do edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - As propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; b) - As empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 28/03/2012.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Participantes
AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
NARCIZO DE AVIZ

FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA
JONI PAZDA

Extrato Do Edital De Pregão Presencial Nº 16/2012 EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2012 REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2012 PROCESSO Nº 33/2012

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h00m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 10h:30m, do dia 12 de abril de 2012, na sala do Departamento de Licitações e contratos, Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação e empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos hospitais, Clínicas e Postos de Saúde do Município de Joinville, conforme Anexo V do edital. O Edital em partes poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 7h:30m às 12h:00 m e das 13h:30m às 16h:30m.

Itapoá, 28 de março de 2012.
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

SUZINEI RIBEIRO SCHULTZ
Secretária de Saúde

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.230 De 23 De Março De 2012.

LEI Nº 4.230 DE 23 DE MARÇO DE 2012.
"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com a UNIÃO, por intermédio da Secretaria de Patrimônio da União em Santa Catarina, objetivando a Cessão de Uso de um imóvel de propriedade da União com área total de 59.048,60 m², situado na Estrada Joaçaba/Nova Petrópolis - Matrícula nº 17.992 do Registro Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba.

Parágrafo único - O imóvel destina-se exclusivamente para implantação do Lar do Idoso Frei Bruno.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ratificados os atos decorrentes da celebração da Cessão de Uso.

Joaçaba, SC, em 23 de março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.231 De 23 De Março De 2012.

LEI Nº 4.231 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

"AUTORIZA PROCEDER A BAIXA E POSTERIOR ALIENAÇÃO DE BEM PATRIMONIAL CONSIDERADO INSERVÍVEL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à baixa para posterior alienação, mediante Licitação Pública, de bens patrimoniais considerados inservíveis, pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, a seguir descritos:

VEÍCULO	PLACA	ANO/ MODELO
FORD/FIESTA STREET 1.0	MCX8966	2004/2005
VW/GOL 1.0	MF5720	2001/2002
I/ KIA BESTA 12P GS	MCR9821	2001/2001
VW/GOL 1.0	MCJ6752	2002/2002
VW/GOL 1.6	MCO9027	2003/2003

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 23 março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.232 De 23 De Março De 2012.

LEI Nº 4.232 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 4.202/2011 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte
LEI:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 5º da Lei nº 4.202/2011 que regulamenta os benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social do Município de Joaçaba-SC, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em pecúnia para pagamento de bens de consumo e serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 23 de março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.233 De 23 De Março De 2012

LEI Nº 4.233 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

"AUTORIZA RECEBER POR DOAÇÃO DA AREA VERDE, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por doação um terreno urbano de propriedade da Empresa Paludo Incorporadora Ltda, constituído da Área Verde do Processo nº 2475 "A", situado na Rua Ernesto de Marco, Bairro Jardim Cidade Alta, com área de 9.209,67 m² (Matrícula nº 29336 do Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Joaçaba).

Parágrafo único - O bem patrimonial descrito no caput deste artigo será incorporado ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 23 de Março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.234 De 23 De Março De 2012

LEI Nº 4.234 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

"AUTORIZA RECEBER POR DOAÇÃO ÁREA DE RUA, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por doação um terreno urbano parte integrante do Processo nº 1.597 "A", de propriedade de Augusto Lemos Bissani e Carmelina Bissani devidamente representados pelo inventariante, senhor Armando Bernardino Bissani, com área de 833,25m², imóvel este situado no Bairro Santa Tereza (Matrícula nº 25.988 do Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Joaçaba).

Parágrafo único - O bem patrimonial descrito no caput deste artigo consiste na área de terras tomada pela Rua Luiz Zampieri e será incorporado ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 23 de Março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.235 De 23 De Março De 2012.

LEI Nº 4.235 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

“CRIA O PROGRAMA DE READEQUAÇÃO DO AEROPORTO SANTA TEREZINHA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Readequação do Aeroporto Santa Terezinha destinado à manutenção do funcionamento do Aeroporto e início das atividades do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros do Município de Joaçaba.

§ 1º - Para implementação do Programa o Município fica autorizado a realizar Teste Seletivo para o cargo de Agente de Defesa Civil Municipal de que trata a Lei Complementar nº 211/2011.

§ 2º - A contratação do cargo de que trata o parágrafo anterior será para o prazo de 01 ano, podendo ser renovado por igual período.

Art. 2º As ações decorrentes da execução do Programa de que trata o art. 1º desta Lei serão articuladas conjuntamente entre a Prefeitura de Joaçaba e o 2º Batalhão de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente da Unidade Prefeitura de Joaçaba.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 23 de Março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contrato Nº 856/2011 - Ta 1/2012

CONTRATO Nº 856/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na Rua Antonio Bevilacqua, 30, na cidade de Herval d'Oeste inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. SIMAR JOSÉ ROSA portador da Carteira de Identidade nº 11/R 1.079.721 e CPF nº 437.061.009-59 residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 856/2011/PMJ, firmado em 04/10/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 100/2011/PMJ - Edital TP nº 10/2011/PMJ, homologado em 04/10/2011, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, da recuperação do pavimento dos passeios públicos com lajotas de concreto (etapa 01), em trechos das Avenidas XV de Novembro e Santa Terezinha e da Rua Getúlio Vargas, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato original, incluindo-se os prazos das ordens de paralisação (47 dias), fica prorrogada para 26 de maio de 2012 a contar de 29 de março de 2012, em conformidade com o disposto no § 1º, incisos I e II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

JOAÇABA (SC), 28 de março de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATADA

SIMAR JOSE DA ROSA

CONTRATADA

Classificação De Chamada Pública Sec. De Educação

CLASSIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA EDITAL Nº 001/2012

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

I - Fica homologado o resultado final do Processo de Chamada Pública edital n.º 001/2012 da Secretaria Municipal de Educação:

PEDAGOGIA COMPLETA COM PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA

Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Infantil

2 - Regina Tedesco Gehn

3 - Andrea Maroni Barbieri

Ensino Fundamental Anos Iniciais

1 - Iraci Assunta Jorge

2 - Eliéte Chiamulera Abatti

Educação Infantil

1 - Beatriz Aparecida Benincá Ciarnoschi

PEDAGOGIA COMPLETA

Ensino Fundamental Anos Iniciais

1 - Neide Azevedo

2 - Marcia Rita Ribeiro dos Santos.

Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Infantil

1 - Rosangela Maria Dalla Costa

2 - Silvana Maria Mussoline

3 - Cleonice de Jesus Coelho de Oliveira

4 - Kátia Regina Vaccari

5 - Janaína Dalmora

6 - Lilian Cristine Moreira

7 - Elizabete da Cruz

8 - Juliana Arnuti

9 - Fernanda de Andrea Dalabrida.

PEDAGOGIA INCOMPLETA

A classificação foi realizada de acordo com a fase em que a acadêmica está cursando. As candidatas da mesma fase estão em ordem alfabética e, quando chamadas, deverão apresentar comprovante de tempo de serviço para o desempate.

7ª fase

Adriana Pelentir Karsberger
Fabiana Gonçalves Pereira
Ivete Ferronato
Lurdes Rodrigues Dos Santos
Lucilene Aparecida Fernandes
Pamela Terêncio da Silva
Soeli Aparecida da Costa de Oliveira.

6ª fase

Marlene Aparecida Cassiano

5ª fase

Elisandra Presotto Da Nunz
Janice Gonçalves da Rosa
Joselaine de Souza
Julie Soares Antunes
Karla Pezavento
Vandréia Pereira Cardoso dos Passos
Zélia Vicente de Amorin Antunes.

4ª fase

Bruna Branco de Camargo
Juliana Bittencourt Ferreira de Queiroz
Mayara Machado
Marcia Salete Vaccari Zorzi
Sonia S. de Souza

3ª fase

Ariane de Oliveira
Elaine Massignani
Marcia Chiamulera Darold

2ª fase

Hilda dos Santos Studene
Izabel Chiamolera De Almeida
Pamela Rodrigues Olivo

1ª fase

Ana Paula Dalmagro da Silva
Saionara Pereira Macedo

Joaçaba, em 28 de março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

MARILENA ZANOELLO DETONI

Secretária Municipal de Educação

Relatório Resumido Da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2012

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.460.215,88	78.460.215,88	12.948.127,79	16,50	12.948.127,79	16,50	65.512.088,09
RECEITAS CORRENTES	76.310.327,88	76.310.327,88	12.013.713,90	15,74	12.013.713,90	15,74	64.296.613,98
RECEITA TRIBUTARIA	14.964.800,00	14.964.800,00	1.813.331,47	12,12	1.813.331,47	12,12	13.151.468,53
IMPOSTOS	12.624.500,00	12.624.500,00	1.507.114,08	11,94	1.507.114,08	11,94	11.117.385,92
TAXAS	2.320.300,00	2.320.300,00	304.529,64	13,12	304.529,64	13,12	2.015.770,36
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	1.687,75	8,44	1.687,75	8,44	18.312,25
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.519.962,29	3.519.962,29	398.149,45	11,31	398.149,45	11,31	3.121.812,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.450.762,29	2.450.762,29	212.401,41	8,67	212.401,41	8,67	2.238.360,88
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	1.069.200,00	1.069.200,00	185.748,04	17,37	185.748,04	17,37	883.451,96
RECEITA PATRIMONIAL	5.085.896,40	5.085.896,40	1.247.099,29	24,52	1.247.099,29	24,52	3.838.797,11
RECEITAS IMOBILIARIAS	75.267,00	75.267,00	12.674,75	16,84	12.674,75	16,84	62.592,25
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.935.629,40	4.935.629,40	1.222.743,63	24,77	1.222.743,63	24,77	3.712.885,77
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	75.000,00	75.000,00	11.680,91	15,57	11.680,91	15,57	63.319,09
RECEITA DE SERVIÇOS	10.049.663,00	10.049.663,00	1.657.221,71	16,49	1.657.221,71	16,49	8.392.441,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.014.688,08	41.014.688,08	6.453.363,31	15,73	6.453.363,31	15,73	34.561.324,77
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.018.888,08	40.018.888,08	6.342.571,14	15,85	6.342.571,14	15,85	33.676.316,94
Transf. de Instituições Privadas	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Transf. de Pessoas	20.000,00	20.000,00	163,50	0,82	163,50	0,82	19.836,50
Transferência de Convênios	950.800,00	950.800,00	110.628,67	11,64	110.628,67	11,64	840.171,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.675.318,11	1.675.318,11	444.548,67	26,54	444.548,67	26,54	1.230.769,44
MULTAS E JUROS DE MORA	443.084,51	443.084,51	75.942,36	17,14	75.942,36	17,14	367.142,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	168.533,60	168.533,60	13.139,45	7,80	13.139,45	7,80	155.394,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.028.900,00	1.028.900,00	351.803,91	34,19	351.803,91	34,19	677.096,09
RECEITAS DIVERSAS	34.800,00	34.800,00	3.662,95	10,53	3.662,95	10,53	31.137,05
RECEITAS DE CAPITAL	2.149.888,00	2.149.888,00	934.413,89	43,46	934.413,89	43,46	1.215.474,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	108.000,00	108.000,00	8.288,13	7,67	8.288,13	7,67	99.711,87
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.888,00	31.888,00	926.125,76	904,31	926.125,76	904,31	-894.237,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.888,00	30.888,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.888,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000,00	1.000,00	926.125,76	612,58	926.125,76	612,58	-925.125,76
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.050.147,40	5.050.147,40	408.736,12	8,09	408.736,12	8,09	4.641.411,28
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.050.147,40	5.050.147,40	408.736,12	8,09	408.736,12	8,09	4.641.411,28
RECEITA TRIBUTARIA - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
TAXAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.562.077,40	3.562.077,40	278.953,08	7,83	278.953,08	7,83	3.283.124,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.562.077,40	3.562.077,40	278.953,08	7,83	278.953,08	7,83	3.283.124,32
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	198.370,00	198.370,00	21.421,72	10,80	21.421,72	10,80	176.948,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.287.500,00	1.287.500,00	108.361,32	8,42	108.361,32	8,42	1.179.138,68
MULTAS E JUROS DE MORA - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.500,00	3.500,00	1.361,32	38,89	1.361,32	38,89	2.138,68
RECEITAS DECOR. DE APORTES PERIOD. AMORT. DÉFICIT	1.284.000,00	1.284.000,00	107.000,00	8,33	107.000,00	8,33	1.177.000,00

Continua 1/3

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.050.147,40	5.050.147,40	408.736,12	8,09	408.736,12	8,09	4.641.411,28
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	83.510.363,28	83.510.363,28	13.356.863,91	15,99	13.356.863,91	15,99	70.153.499,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	83.510.363,28	83.510.363,28	13.356.863,91	15,99	13.356.863,91	15,99	70.153.499,37
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	83.510.363,28	83.510.363,28	13.356.863,91	15,99	13.356.863,91	15,99	70.153.499,37
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.112.321,63	—	—	353.776,83	—	—
Superávit Financeiro	—	5.112.321,63	—	—	353.776,83	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	78.460.215,88	11.465.910,96	89.926.126,84	29.593.960,32	29.593.960,32	8.721.201,65	8.721.201,65	9,70	81.204.925,19
DESPESAS CORRENTES	62.170.821,96	507.984,35	62.678.806,31	23.803.464,97	23.803.464,97	7.977.398,43	7.977.398,43	12,73	54.701.407,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.219.493,19	62.678,53	33.282.171,72	5.074.910,84	5.074.910,84	5.011.372,32	5.011.372,32	15,06	28.270.799,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.425.000,00	-19.139,56	1.405.860,44	1.405.860,44	1.405.860,44	174.267,50	174.267,50	12,40	1.231.592,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.526.328,77	464.445,38	27.990.774,15	17.322.693,69	17.322.693,69	2.791.758,61	2.791.758,61	9,97	25.199.015,54
DESPESAS DE CAPITAL	11.200.657,52	10.957.926,61	22.158.584,13	5.790.495,35	5.790.495,35	743.803,22	743.803,22	3,36	21.414.780,91
INVESTIMENTOS	10.955.657,52	10.969.603,05	21.925.260,57	5.562.171,79	5.562.171,79	699.308,82	699.308,82	3,19	21.225.951,75
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	240.000,00	-11.676,44	228.323,56	228.323,56	228.323,56	44.494,40	44.494,40	19,49	183.829,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.000,00	0,00	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	3.958.736,40	0,00	3.958.736,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.958.736,40
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.050.147,40	30.816,00	5.080.963,40	1.999.987,88	1.999.987,88	693.891,66	693.891,66	13,66	4.387.071,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.562.077,40	0,00	3.562.077,40	559.094,54	559.094,54	558.654,57	558.654,57	15,68	3.003.422,83

Continua 2/3

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.050.147,40	30.816,00	5.080.963,40	1.999.987,88	1.999.987,88	693.891,66	693.891,66	13,66	4.387.071,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.488.070,00	30.816,00	1.518.886,00	1.440.893,34	1.440.893,34	135.237,09	135.237,09	8,90	1.383.648,91
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	83.510.363,28	11.496.726,96	95.007.090,24	31.593.948,20	31.593.948,20	9.415.093,31	9.415.093,31	9,91	85.591.996,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	83.510.363,28	11.496.726,96	95.007.090,24	31.593.948,20	31.593.948,20	9.415.093,31	9.415.093,31	9,91	85.591.996,93
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.941.770,60	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	83.510.363,28	11.496.726,96	95.007.090,24	31.593.948,20	31.593.948,20	9.415.093,31	13.356.863,91	9,91	85.591.996,93

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 529.789,84

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.460.215,88	89.926.126,84	29.593.960,32	29.593.960,32	8.721.201,65	8.721.201,65	92,63	9,70	81.204.925,19
Legislativa	3.110.000,00	3.110.000,00	1.190.960,95	1.190.960,95	198.575,88	198.575,88	2,11	6,39	2.911.424,12
Ação Legislativa	3.110.000,00	3.110.000,00	1.190.960,95	1.190.960,95	198.575,88	198.575,88	2,11	6,39	2.911.424,12
Administração	8.918.516,10	9.244.155,35	4.493.823,46	4.493.823,46	2.054.081,48	2.054.081,48	21,82	22,22	7.190.073,87
Representação Judicial e Extrajudicial	947.072,00	947.072,00	450.275,02	450.275,02	424.789,18	424.789,18	4,51	44,85	522.282,82
Planejamento e Orçamento	168.202,00	168.202,00	42.006,38	42.006,38	22.206,38	22.206,38	0,24	13,20	145.995,62
Administração Geral	5.528.410,10	5.854.049,35	3.418.978,63	3.418.978,63	1.313.059,69	1.313.059,69	13,95	22,43	4.540.989,66
Administração Financeira	1.627.454,00	1.627.454,00	468.839,46	468.839,46	255.631,07	255.631,07	2,72	15,71	1.371.822,93
Controle Interno	121.978,00	121.978,00	29.021,05	29.021,05	21.848,23	21.848,23	0,23	17,91	100.129,77
Comunicação Social	163.200,00	163.200,00	5.095,18	5.095,18	5.095,18	5.095,18	0,05	3,12	158.104,82
Assistência à Criança e ao Adolescente	42.200,00	42.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.200,00
Previdência do Regime Estatutário	320.000,00	320.000,00	79.607,74	79.607,74	11.451,75	11.451,75	0,12	3,58	308.548,25
Segurança Pública	1.472.000,00	1.552.557,66	403.947,22	403.947,22	117.672,15	117.672,15	1,25	7,58	1.434.885,51
Policiamiento	41.000,00	50.134,80	7.800,00	7.800,00	7.275,00	7.275,00	0,08	14,51	42.859,80
Defesa Civil	1.431.000,00	1.502.422,86	396.147,22	396.147,22	110.397,15	110.397,15	1,17	7,35	1.392.025,71
Assistência Social	2.931.342,08	2.972.200,22	894.024,18	894.024,18	385.585,44	385.585,44	4,10	12,97	2.586.614,78
Assistência ao Idoso	255.767,00	255.767,00	106.448,35	106.448,35	33.772,37	33.772,37	0,36	13,20	221.994,63
Assistência ao Portador de Deficiência	73.274,08	73.274,08	72.424,08	72.424,08	6.035,34	6.035,34	0,06	8,24	67.238,74
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.462.933,00	1.501.205,01	352.610,34	352.610,34	175.302,19	175.302,19	1,86	11,68	1.325.902,82
Assistência Comunitária	1.139.368,00	1.141.954,13	362.541,41	362.541,41	170.475,54	170.475,54	1,81	14,93	971.478,59
Previdência Social	3.550.000,00	3.550.000,00	474.579,46	474.579,46	456.666,36	456.666,36	4,85	12,86	3.093.333,64
Previdência do Regime Estatutário	3.550.000,00	3.550.000,00	474.579,46	474.579,46	456.666,36	456.666,36	4,85	12,86	3.093.333,64
Saúde	11.225.624,00	11.458.361,70	2.578.213,13	2.578.213,13	1.183.838,47	1.183.838,47	12,57	10,33	10.274.523,23
Atenção Básica	9.245.228,00	9.477.965,70	2.058.266,55	2.058.266,55	988.054,82	988.054,82	10,49	10,42	8.489.910,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.441.138,00	1.441.138,00	380.022,52	380.022,52	142.833,01	142.833,01	1,52	9,91	1.298.304,99
Vigilância Sanitária	320.002,00	320.002,00	94.592,79	94.592,79	35.084,08	35.084,08	0,37	10,96	284.917,92
Vigilância Epidemiológica	219.256,00	219.256,00	45.331,27	45.331,27	17.866,56	17.866,56	0,19	8,15	201.389,44
Trabalho	2.281.985,80	2.281.985,80	360.359,01	360.359,01	259.182,01	259.182,01	2,75	11,36	2.022.803,79
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.281.985,80	2.281.985,80	360.359,01	360.359,01	259.182,01	259.182,01	2,75	11,36	2.022.803,79
Educação	13.913.199,00	15.877.916,28	6.686.532,24	6.686.532,24	1.611.366,40	1.611.366,40	17,11	10,15	14.266.549,88
Alimentação e Nutrição	485.100,00	485.100,00	363.823,31	363.823,31	1.982,28	1.982,28	0,02	0,41	483.117,72

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.460.215,88	89.926.126,84	29.593.960,32	29.593.960,32	8.721.201,65	8.721.201,65	92,63	9,70	81.204.925,19
Educação	13.913.199,00	15.877.916,28	6.686.532,24	6.686.532,24	1.611.366,40	1.611.366,40	17,11	10,15	14.266.549,88
Ensino Fundamental	7.527.668,00	7.669.825,26	2.724.666,79	2.724.666,79	860.489,61	860.489,61	9,14	11,22	6.809.335,65
Ensino Médio	210.250,00	231.116,40	223.340,82	223.340,82	0,00	0,00	0,00	0,00	231.116,40
Educação Infantil	5.233.741,00	7.035.434,62	3.199.266,46	3.199.266,46	656.433,33	656.433,33	6,97	9,33	6.379.001,29
Educação Especial	100.000,00	100.000,00	96.000,00	96.000,00	16.000,00	16.000,00	0,17	16,00	84.000,00
Difusão Cultural	356.440,00	356.440,00	79.434,86	79.434,86	76.461,18	76.461,18	0,81	21,45	279.978,82
Cultura	19.000,00	19.000,00	1.824,48	1.824,48	1.824,48	1.824,48	0,02	9,60	17.175,52
Habitação Urbana	19.000,00	19.000,00	1.824,48	1.824,48	1.824,48	1.824,48	0,02	9,60	17.175,52
Direitos da Cidadania	122.031,00	122.031,00	16.360,14	16.360,14	16.360,14	16.360,14	0,17	13,41	105.670,86
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	122.031,00	122.031,00	16.360,14	16.360,14	16.360,14	16.360,14	0,17	13,41	105.670,86
Urbanismo	9.471.887,00	14.559.437,14	4.714.913,01	4.714.913,01	738.037,97	738.037,97	7,84	5,07	13.821.399,17
Infra-Estrutura Urbana	5.303.338,00	10.363.888,14	1.041.432,91	1.041.432,91	278.015,62	278.015,62	2,95	2,68	10.085.872,52
Serviços Urbanos	3.084.349,00	3.111.349,00	2.590.280,10	2.590.280,10	244.962,96	244.962,96	2,60	7,87	2.866.386,04
Conservação de Energia	1.084.200,00	1.084.200,00	1.083.200,00	1.083.200,00	215.059,39	215.059,39	2,28	19,84	869.140,61
Habitação	20.000,00	760.350,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760.350,00
Habitação Urbana	20.000,00	760.350,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760.350,00
Saneamento	9.864.330,00	12.888.646,79	4.560.015,76	4.560.015,76	1.122.939,65	1.122.939,65	11,93	8,71	11.765.707,14
Administração Geral	1.843.019,83	1.868.019,83	758.739,66	758.739,66	395.408,30	395.408,30	4,20	21,17	1.472.611,53
Saneamento Básico Rural	63.120,00	221.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.320,00
Saneamento Básico Urbano	7.958.190,17	10.799.306,96	3.801.276,10	3.801.276,10	727.531,35	727.531,35	7,73	6,74	10.071.775,61
Gestão Ambiental	143.611,50	143.611,50	26.227,07	26.227,07	21.550,77	21.550,77	0,23	15,01	122.060,73
Preservação e Conservação Ambiental	143.611,50	143.611,50	26.227,07	26.227,07	21.550,77	21.550,77	0,23	15,01	122.060,73
Agricultura	387.968,00	387.968,00	39.847,70	39.847,70	31.700,80	31.700,80	0,34	8,17	356.267,20
Extensão Rural	387.968,00	387.968,00	39.847,70	39.847,70	31.700,80	31.700,80	0,34	8,17	356.267,20
Indústria	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Promoção Industrial	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Comércio e Serviços	255.290,00	255.290,00	43.776,86	43.776,86	22.165,86	22.165,86	0,24	8,68	233.124,14
Promoção Comercial	148.090,00	148.090,00	18.265,86	18.265,86	18.265,86	18.265,86	0,19	12,33	129.824,14
Turismo	107.200,00	107.200,00	25.511,00	25.511,00	3.900,00	3.900,00	0,04	3,64	103.300,00
Transporte	1.072.266,00	1.072.266,00	393.248,54	393.248,54	24.358,87	24.358,87	0,26	2,27	1.047.907,13
Transporte Aéreo	47.400,00	47.400,00	5.137,68	5.137,68	5.137,68	5.137,68	0,05	10,84	42.262,32

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.460.215,88	89.926.126,84	29.593.960,32	29.593.960,32	8.721.201,65	8.721.201,65	92,63	9,70	81.204.925,19
Transporte	1.072.266,00	1.072.266,00	393.248,54	393.248,54	24.358,87	24.358,87	0,26	2,27	1.047.907,13
Transporte Rodoviário	1.024.866,00	1.024.866,00	388.110,86	388.110,86	19.221,19	19.221,19	0,20	1,88	1.005.644,81
Desporto e Lazer	1.759.512,00	1.759.512,00	260.908,89	260.908,89	153.105,51	153.105,51	1,63	8,70	1.606.406,49
Desporto Comunitário	1.759.512,00	1.759.512,00	260.908,89	260.908,89	153.105,51	153.105,51	1,63	8,70	1.606.406,49
Encargos Especiais	2.452.917,00	2.422.101,00	2.414.398,22	2.414.398,22	322.189,41	322.189,41	3,42	13,30	2.099.911,59
Serviço da Dívida Interna	1.665.000,00	1.634.184,00	1.634.184,00	1.634.184,00	218.761,90	218.761,90	2,32	13,39	1.415.422,10
Outros Encargos Especiais	787.917,00	787.917,00	780.214,22	780.214,22	103.427,51	103.427,51	1,10	13,13	684.489,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.000,00	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.000,00
 RESERVA DO RPPS	 3.958.736,40	 3.958.736,40	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 3.958.736,40
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.050.147,40	5.080.963,40	1.999.987,88	1.999.987,88	693.891,66	693.891,66	7,37	13,66	4.387.071,74
Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.947,28	12.947,28	12.947,28	12.947,28	0,14	14,39	77.052,72
Ação Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.947,28	12.947,28	12.947,28	12.947,28	0,14	14,39	77.052,72
Administração	992.812,20	992.812,20	214.654,49	214.654,49	145.409,76	145.409,76	1,54	14,65	847.402,44
Administração Geral	992.812,20	992.812,20	214.654,49	214.654,49	145.409,76	145.409,76	1,54	14,65	847.402,44
Assistência Social	28.612,00	28.612,00	3.902,85	3.902,85	3.902,85	3.902,85	0,04	13,64	24.709,15
Assistência Comunitária	9.600,00	9.600,00	910,60	910,60	910,60	910,60	0,01	9,49	8.689,40
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	19.012,00	19.012,00	2.992,25	2.992,25	2.992,25	2.992,25	0,03	15,74	16.019,75
Previdência Social	154.399,00	154.399,00	22.683,01	22.683,01	22.683,01	22.683,01	0,24	14,69	131.715,99
Previdência do Regime Estatutário	154.399,00	154.399,00	22.683,01	22.683,01	22.683,01	22.683,01	0,24	14,69	131.715,99
Saúde	433.325,00	433.325,00	78.823,50	78.823,50	62.254,95	62.254,95	0,66	14,37	371.070,05
Atenção Básica	389.975,00	389.975,00	70.460,76	70.460,76	61.460,76	61.460,76	0,65	15,76	328.514,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	43.350,00	43.350,00	8.362,74	8.362,74	794,19	794,19	0,01	1,83	42.555,81
Educação	1.317.031,00	1.317.031,00	246.946,56	246.946,56	203.467,65	203.467,65	2,16	15,45	1.113.563,35
Ensino Fundamental	722.568,00	722.568,00	143.018,16	143.018,16	111.539,25	111.539,25	1,18	15,44	611.028,75
Educação Infantil	594.463,00	594.463,00	103.928,40	103.928,40	91.928,40	91.928,40	0,98	15,46	502.534,60
Saneamento	611.310,20	611.310,20	98.011,79	98.011,79	98.011,79	98.011,79	1,04	16,03	513.298,41
Administração Geral	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00
Previdência do Regime Estatutário	525.000,00	525.000,00	83.207,32	83.207,32	83.207,32	83.207,32	0,88	15,85	441.792,68
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	85.510,20	85.510,20	14.804,47	14.804,47	14.804,47	14.804,47	0,16	17,31	70.705,73

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.050.147,40	5.080.963,40	1.999.987,88	1.999.987,88	693.891,66	693.891,66	7,37	13,66	4.387.071,74
Desporto e Lazer	138.658,00	138.658,00	38.018,40	38.018,40	23.052,47	23.052,47	0,24	16,63	115.605,53
Previdência do Regime Estatutário	108.094,00	108.094,00	19.469,05	19.469,05	19.469,05	19.469,05	0,21	18,01	88.624,95
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	11.564,00	11.564,00	2.249,35	2.249,35	2.249,35	2.249,35	0,02	19,45	9.314,65
Desporto Comunitário	19.000,00	19.000,00	16.300,00	16.300,00	1.334,07	1.334,07	0,01	7,02	17.665,93
Encargos Especiais	1.284.000,00	1.314.816,00	1.284.000,00	1.284.000,00	122.161,90	122.161,90	1,30	9,29	1.192.654,10
Serviço da Dívida Interna	1.284.000,00	1.314.816,00	1.284.000,00	1.284.000,00	122.161,90	122.161,90	1,30	9,29	1.192.654,10
TOTAL (III) = (I + II)	83.510.363,28	95.007.090,24	31.593.948,20	31.593.948,20	9.415.093,31	9.415.093,31	100,00	9,91	85.591.996,93

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRILLO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.651.656,68	9.257.513,79	6.691.290,82	6.216.480,63	6.269.036,77	7.040.165,35	6.562.194,89	6.658.097,80	6.716.098,21	7.763.390,75	6.540.547,08	6.584.414,57	82.950.887,34	83.222.627,88	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.315.077,75	3.817.428,83	1.192.904,58	903.330,92	845.429,09	904.388,90	899.820,29	897.631,12	891.258,26	1.091.796,68	927.423,36	885.908,11	14.572.397,89	14.964.800,00	
I.P.T.U.	297.838,71	2.550.334,47	322.967,45	150.091,13	145.019,31	149.327,88	139.696,92	146.319,17	144.459,72	108.375,88	6.816,26	13.351,43	4.174.598,33	4.434.000,00	
I.S.S.	409.759,39	465.340,97	517.075,66	473.690,60	445.880,39	500.256,00	437.725,98	483.876,89	504.097,10	540.683,82	541.261,73	373.203,91	5.692.852,44	5.789.000,00	
I.T.B.I.	122.068,04	100.001,77	111.574,27	95.190,59	65.249,38	69.828,23	139.292,13	115.464,76	101.906,96	157.983,61	232.439,40	111.865,80	1.422.864,94	1.290.000,00	
I.R.R.F.	79.340,16	79.248,53	82.773,40	87.913,54	85.531,53	83.420,36	80.648,75	78.973,80	46.411,82	208.092,93	46.449,87	181.725,68	1.140.530,37	1.111.500,00	
Outras Receitas Tributárias	406.071,45	622.503,09	158.513,80	96.445,06	103.748,48	101.556,43	102.456,51	72.996,50	94.382,66	76.660,44	100.456,10	205.761,29	2.141.551,81	2.340.300,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	248.658,65	260.571,04	265.744,08	267.530,03	285.142,57	280.665,29	290.240,42	280.521,50	286.638,89	562.091,70	111.035,60	287.113,85	3.425.953,62	3.519.962,29	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	248.658,65	260.571,04	265.744,08	267.530,03	285.142,57	280.665,29	290.240,42	280.521,50	286.638,89	562.091,70	111.035,60	287.113,85	3.425.953,62	3.519.962,29	
RECEITA PATRIMONIAL	455.324,33	322.213,71	504.617,85	296.804,86	403.265,73	1.126.827,24	475.111,56	525.919,88	558.985,15	364.409,26	639.074,45	608.024,84	6.280.578,86	5.085.896,40	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	966.040,26	768.482,47	801.834,90	811.389,28	848.525,81	809.306,73	850.832,44	879.226,03	955.409,76	931.135,41	821.588,81	835.632,90	10.279.404,80	10.049.663,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.532.988,75	3.960.573,27	3.817.422,62	3.829.025,52	3.773.400,22	3.812.093,78	3.716.283,21	3.981.120,08	3.925.407,87	4.640.821,94	3.762.286,84	3.802.324,22	46.553.748,32	47.926.988,08	
Cota-Parte do F.P.M.	712.223,49	944.049,97	1.083.571,81	977.999,89	831.960,86	858.182,49	685.114,21	900.534,24	951.448,92	1.600.015,23	1.005.633,40	1.216.466,38	11.767.200,89	12.903.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.423.477,37	1.411.985,89	1.379.056,32	1.384.072,23	1.478.063,49	1.466.743,87	1.552.337,70	1.564.928,78	1.596.505,61	1.624.560,37	1.547.445,83	1.344.068,60	17.773.246,06	17.685.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	283.649,89	290.933,75	322.940,31	307.116,26	301.179,37	327.491,82	304.263,79	283.982,06	196.715,24	124.231,68	155.419,02	233.300,62	3.131.223,81	3.564.000,00	
Cota-Parte do ITR.	143,08	42,43	191,76	140,14	38,27	61,41	1.459,83	5.702,20	233,50	257,07	82,42	45,92	8.398,03	1.500,00	
Transferências da LC 61/1989	21.735,16	29.361,79	24.745,17	27.356,11	26.884,34	26.977,84	25.009,15	35.329,35	33.135,47	37.482,79	12.385,27	25.870,31	326.272,75	310.000,00	
Transferências da LC 87/1996	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	7.761,63	7.761,63	97.080,46	98.000,00	
Transferências do FUNDEB	531.611,01	559.629,86	572.167,03	558.764,94	545.757,28	555.653,37	572.499,75	600.688,19	597.716,60	619.299,93	667.321,26	621.824,34	7.002.933,56	7.194.000,00	
Outras Transferências Correntes	551.993,03	716.413,86	426.594,50	565.420,23	581.360,89	568.827,26	567.443,06	581.799,54	541.496,81	626.819,15	366.238,01	352.986,42	6.447.392,76	6.171.488,08	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	133.566,94	128.244,47	108.766,79	108.400,02	113.273,35	106.883,41	329.906,97	93.679,19	98.398,28	173.135,76	279.138,02	165.410,65	1.838.803,85	1.675.318,11	
DEDUÇÕES (II)	592.765,09	644.284,49	670.397,94	644.444,09	650.384,21	656.276,58	629.968,72	675.306,20	672.822,46	916.814,02	554.674,52	688.699,56	7.996.837,88	8.679.300,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	97.808,42	102.298,86	101.585,98	103.476,24	116.048,11	108.592,00	109.618,07	110.497,14	110.529,29	325.520,25	3.846,45	117.805,30	1.407.626,11	1.701.000,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	5.079,93	5.079,93	5.079,93	0,00	5.079,93	10.162,12	5.082,79	5.082,79	5.082,79	11.346,88	5.082,79	5.391,79	67.551,67	66.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	489.876,74	536.905,70	563.732,03	540.967,85	529.256,17	537.522,46	515.267,86	559.726,27	557.210,38	579.946,89	545.745,28	565.502,47	6.521.660,10	6.912.300,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	6.058.891,59	8.613.229,30	6.020.892,88	5.572.036,54	5.618.652,56	6.383.888,77	5.932.226,17	5.982.791,60	6.043.275,75	6.846.576,73	5.985.872,56	5.895.715,01	74.954.049,46	74.543.327,88	

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	97.127,51	431.008,49	-	479.312,08	48.823,92	35.690,51	5.479.634,90	42.078,63	1.829.629,68	3.643.617,10
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	97.127,51	418.993,34	0,00	472.881,93	43.238,92	35.690,51	1.904.490,28	2.673,10	1.021.203,38	916.304,31
CONSELHO TUTELAR	0,00	1.340,47	0,00	1.340,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.698,52	0,00	1.018,52	4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	62,40	0,00	62,40	0,00	0,00	27.204,80	0,00	27.204,80	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	108.380,74	0,00	107.838,25	542,49	11.947,55	113.862,61	1.742,91	35.161,15	88.906,10
GABINETE DO PREFEITO	0,00	210.434,98	0,00	210.434,98	0,00	23.500,00	92.966,78	0,00	19.138,24	97.328,54
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	1.505,87	0,00	1.505,87	0,00	0,00	2.358,24	0,00	2.358,24	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	48.691,00	0,00	48.691,00	0,00	0,00	323.410,14	4,00	177.358,32	146.047,82
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTR/	0,00	9.852,85	0,00	9.852,85	0,00	0,00	71.096,09	0,00	66.963,12	4.132,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIR/	0,00	28.428,24	0,00	28.428,24	0,00	242,96	82.314,79	0,00	77.547,91	5.009,84
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	97.127,51	10.296,79	0,00	64.727,87	42.696,43	0,00	1.185.578,31	926,19	614.453,08	570.199,04
FUNDACAO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACAB	0,00	1.603,12	0,00	1.603,12	0,00	0,00	51.927,25	0,00	51.927,25	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	1.603,12	0,00	1.603,12	0,00	0,00	51.927,25	0,00	51.927,25	0,00
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOA	0,00	4.827,03	0,00	4.827,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PUBL. - II	0,00	4.827,03	0,00	4.827,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL	0,00	5.585,00	0,00	0,00	5.585,00	0,00	20.639,71	0,00	20.639,71	0,00
PLANO DE SAÚDE ASSIT. SOCIAL DOS SERV.PUBL	0,00	5.585,00	0,00	0,00	5.585,00	0,00	20.639,71	0,00	20.639,71	0,00
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.097,66	39.405,53	668.251,34	1.365.440,79
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-J	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.097,66	39.405,53	668.251,34	1.365.440,79
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429.480,00	0,00	67.608,00	1.361.872,00
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429.480,00	0,00	67.608,00	1.361.872,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	12.252,42	-	12.252,42	-	-	3.952,84	-	3.952,34	0,50
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	11.366,56	0,00	11.366,56	0,00	0,00	3.952,84	0,00	3.952,34	0,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	902,10	0,00	902,10	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	827,29	0,00	827,29	0,00	0,00	3.050,74	0,00	3.050,24	0,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	554,98	0,00	554,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTR/	0,00	9.984,29	0,00	9.984,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACAB	0,00	885,86	0,00	885,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	885,86	0,00	885,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	97.127,51	443.260,91	0,00	491.564,50	48.823,92	35.690,51	5.483.587,74	42.078,63	1.833.582,02	3.643.617,60

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Controladora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.497.000,00	4.497.000,00	953.598,48	953.598,48	302.005,20
RECEITAS CORRENTES	4.497.000,00	4.497.000,00	953.598,48	953.598,48	302.005,20
Receita de Contribuições dos Segurados	1.701.000,00	1.701.000,00	121.651,75	121.651,75	100.393,53
Pessoal Civil	1.701.000,00	1.701.000,00	121.651,75	121.651,75	100.393,53
Ativo	1.687.000,00	1.687.000,00	119.444,40	119.444,40	99.097,77
Inativo	8.000,00	8.000,00	1.726,07	1.726,07	805,40
Pensionista	6.000,00	6.000,00	481,28	481,28	490,36
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.730.000,00	2.730.000,00	821.472,15	821.472,15	191.757,78
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.730.000,00	2.730.000,00	821.472,15	821.472,15	191.757,78
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	66.000,00	66.000,00	10.474,58	10.474,58	9.853,89
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	66.000,00	66.000,00	10.474,58	10.474,58	9.853,89
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.379.736,40	4.379.736,40	347.588,71	347.588,71	241.477,51
RECEITAS CORRENTES	4.379.736,40	4.379.736,40	347.588,71	347.588,71	241.477,51
Receita de Contribuições Patronais	3.095.736,40	3.095.736,40	240.588,71	240.588,71	199.477,51
Pessoal Civil	3.095.736,40	3.095.736,40	240.588,71	240.588,71	199.477,51
Ativo	3.073.336,40	3.073.336,40	238.886,51	238.886,51	198.193,12
Inativo	22.400,00	22.400,00	1.702,20	1.702,20	1.284,39
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.284.000,00	1.284.000,00	107.000,00	107.000,00	42.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	8.876.736,40	8.876.736,40	1.301.187,19	1.301.187,19	543.482,71
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.920.000,00	3.920.000,00	477.654,11	477.654,11	366.637,04
ADMINISTRAÇÃO	370.000,00	370.000,00	20.987,75	20.987,75	14.211,83
Despesas Correntes	350.000,00	350.000,00	20.987,75	20.987,75	14.211,83
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.550.000,00	3.550.000,00	456.666,36	456.666,36	352.425,21
Pessoal Civil	0,00	0,00	454.579,46	454.579,46	352.425,21
Aposentadorias	0,00	0,00	359.423,24	359.423,24	266.165,19
Pensões	0,00	0,00	95.156,22	95.156,22	86.260,02
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.550.000,00	3.550.000,00	2.086,90	2.086,90	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.550.000,00	3.550.000,00	2.086,90	2.086,90	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.920.000,00	3.920.000,00	477.654,11	477.654,11	366.637,04
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.956.736,40	4.956.736,40	823.533,08	823.533,08	176.845,67

Continua 2/3

Município de JOACABA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	1.284.000,00	0,00	107.000,00	107.000,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	1.284.000,00	0,00	107.000,00	107.000,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	1.284.000,00	0,00	107.000,00	107.000,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			4.958.736,40		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Bancos Conta Movimento	9.775,44	12.269,09	6.428,73
Investimentos	25.403.577,27	26.053.480,61	20.509.918,67

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO ☐ Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.662.688,13	10.662.688,13	10.496.566,16
DEDUÇÕES (II)	26.212.443,50	26.212.443,50	27.934.010,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.748.004,89	26.748.004,89	28.580.419,88
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	535.561,39	535.561,39	646.409,66
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-15.549.755,37	-15.549.755,37	-17.437.444,06
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-15.549.755,37	-15.549.755,37	-17.437.444,06

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR	-1.887.688,69	-1.887.688,69

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	3.275.500,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	26.624.857,19	26.624.857,19	26.624.857,19
Passivo Atuarial	26.624.857,19	26.624.857,19	26.624.857,19
DEDUÇÕES (VIII)	25.321.108,70	25.321.108,70	26.060.196,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	72.681,68	72.681,68	12.269,09
Investimentos	25.253.254,05	25.253.254,05	26.053.480,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	4.827,03	4.827,03	5.553,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	1.303.748,49	1.303.748,49	564.660,69
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	1.303.748,49	1.303.748,49	564.660,69

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	76.424.845,88	11.199.706,39	11.199.706,39	10.043.934,10
Receita Tributária	14.967.000,00	1.813.331,47	1.813.331,47	1.577.765,54
I.P.T.U.	4.434.000,00	20.167,69	20.167,69	1.579,17
I.S.S.	5.789.000,00	914.465,64	914.465,64	886.211,73
I.T.B.I.	1.290.000,00	344.305,20	344.305,20	203.596,57
I.R.R.F.	1.111.500,00	228.175,55	228.175,55	223.871,60
Outras Receitas Tributárias	2.342.500,00	306.217,39	306.217,39	262.506,47
Receita de Contribuição	7.082.039,69	677.102,53	677.102,53	572.899,73
Receitas Previdenciárias	4.796.736,40	362.240,46	362.240,46	299.871,04
Outras Contribuições	2.285.303,29	314.862,07	314.862,07	273.028,69
Receita Patrimonial Líquida	150.267,00	24.355,66	24.355,66	25.708,07
Receita Patrimonial	5.085.896,40	1.247.099,29	1.247.099,29	548.086,89
(-) Aplicações Financeiras	4.935.629,40	1.222.743,63	1.222.743,63	522.378,82
Transferências Correntes	41.014.688,08	6.453.363,31	6.453.363,31	6.085.124,57
F.P.M.	10.322.400,00	1.777.679,89	1.777.679,89	1.682.925,28
I.C.M.S.	14.148.000,00	2.313.211,73	2.313.211,73	2.119.981,41
Convênios	950.800,00	110.628,67	110.628,67	117.690,73
Outras Transferências Correntes	15.593.488,08	2.251.843,02	2.251.843,02	2.164.527,15
Demais Receitas Correntes	13.210.851,11	2.231.553,42	2.231.553,42	1.782.436,19
Dívida Ativa	1.028.900,00	351.803,91	351.803,91	292.258,26
Diversas Receitas Correntes	12.181.951,11	1.879.749,51	1.879.749,51	1.490.177,93
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.149.888,00	934.413,89	934.413,89	7.922,90
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	108.000,00	8.288,13	8.288,13	7.922,90
Alienação de Ativos (V)	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	31.888,00	926.125,76	926.125,76	0,00
Convênios	1.000,00	926.125,76	926.125,76	0,00
Outras Transferências de Capital	30.888,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	31.888,00	926.125,76	926.125,76	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	76.456.733,88	12.125.832,15	12.125.832,15	10.043.934,10
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	67.759.769,71	8.671.290,09	8.671.290,09	6.587.432,52
Pessoal e Encargos Sociais	36.844.249,12	5.570.026,89	5.570.026,89	3.994.915,21
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.405.860,44	174.267,50	174.267,50	156.674,20
Outras Despesas Correntes	29.509.660,15	2.926.995,70	2.926.995,70	2.435.843,11
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	66.353.909,27	8.497.022,59	8.497.022,59	6.430.758,32
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	22.158.584,13	743.803,22	743.803,22	498.793,47
Investimentos	21.925.260,57	699.308,82	699.308,82	442.950,08
Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	228.323,56	44.494,40	44.494,40	55.843,39
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	21.930.260,57	699.308,82	699.308,82	442.950,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.130.000,00	-	-	-

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DO RPPS (XVII)	3.958.736,40	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	93.372.906,24	9.196.331,41	9.196.331,41	6.873.708,40
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-16.916.172,36	2.929.500,74	2.929.500,74	3.170.225,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	353.776,83	34.487,10
Superávit Financeiro	-	-	353.776,83	34.487,10
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-5.388.829,40

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO □ MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	13.357.900,00	13.357.900,00	1.660.613,83	1.660.613,83	12,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.017.500,00	5.017.500,00	146.977,24	146.977,24	2,93
1.1.1- IPTU	4.437.000,00	4.437.000,00	20.167,69	20.167,69	0,45
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	20,54	20,54	0,14
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	440.000,00	440.000,00	91.650,48	91.650,48	20,83
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	130.000,00	130.000,00	35.138,53	35.138,53	27,03
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(4.500,00)	(4.500,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.295.000,00	1.295.000,00	344.305,20	344.305,20	26,59
1.2.1- ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	344.305,20	344.305,20	26,49
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(10.000,00)	(10.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.933.900,00	5.933.900,00	941.155,84	941.155,84	15,86
1.3.1- ISS	5.800.000,00	5.800.000,00	914.532,44	914.532,44	15,77
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	1.090,95	1.090,95	21,82
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	18.692,15	18.692,15	16,99
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	6.907,10	6.907,10	23,02
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(11.100,00)	(11.100,00)	(66,80)	(66,80)	0,60
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.111.500,00	1.111.500,00	228.175,55	228.175,55	20,53
1.4.1- IRRF	1.111.500,00	1.111.500,00	228.175,55	228.175,55	20,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	34.561.500,00	34.561.500,00	5.556.241,03	5.556.241,03	16,08
2.1- Cota-Parte FPM	12.903.000,00	12.903.000,00	2.222.099,78	2.222.099,78	17,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.903.000,00	12.903.000,00	2.222.099,78	2.222.099,78	17,22
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.685.000,00	17.685.000,00	2.891.514,43	2.891.514,43	16,35
2.3- ICMS-Desoneração □ L.C. nº87/1996	98.000,00	98.000,00	15.523,26	15.523,26	15,84
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	310.000,00	310.000,00	38.255,58	38.255,58	12,34
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	128,34	128,34	8,56
2.6- Cota-Parte IPVA	3.564.000,00	3.564.000,00	388.719,64	388.719,64	10,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	47.919.400,00	47.919.400,00	7.216.854,86	7.216.854,86	15,06
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ??ENINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	894.750,00	894.750,00	143.549,24	143.549,24	16,04
5.1- Transferências do Salário-Educação	633.600,00	633.600,00	138.377,30	138.377,30	21,84
5.2- Outras Transferências do FNDE	251.000,00	251.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.150,00	10.150,00	5.171,94	5.171,94	50,96
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	500,00	700.262,75	700.262,75	140.052,55
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	700.026,91	700.026,91	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	500,00	500,00	235,84	235,84	47,17
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	285.000,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.180.250,00	1.180.250,00	843.811,99	843.811,99	71,49
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.912.300,00	6.912.300,00	1.111.247,75	1.111.247,75	16,08
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.1.1)	2.580.600,00	2.580.600,00	444.419,89	444.419,89	17,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.2)	3.537.000,00	3.537.000,00	578.302,70	578.302,70	16,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.3)	19.600,00	19.600,00	3.104,64	3.104,64	15,84
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.4)	62.000,00	62.000,00	7.651,12	7.651,12	12,34
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB □ (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	25,64	25,64	8,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB □ (20% de 2.6)	712.800,00	712.800,00	77.743,76	77.743,76	10,91
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.219.000,00	7.219.000,00	1.293.141,10	1.293.141,10	17,91
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.194.000,00	7.194.000,00	1.289.145,60	1.289.145,60	17,92
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	25.000,00	25.000,00	3.995,50	3.995,50	15,98
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 □ 10)	281.700,00	281.700,00	177.897,85	177.897,85	63,15
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ☐ MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.858.050,00	6.945.974,73	1.025.919,11	1.025.919,11	14,77
13.1- Com Educação Infantil	3.547.120,00	3.597.715,11	555.310,75	555.310,75	15,44
13.2- Com Ensino Fundamental	3.310.930,00	3.348.259,62	470.608,36	470.608,36	14,06
14- OUTRAS DESPESAS	360.950,00	360.950,00	72.968,82	72.968,82	20,22
14.1- Com Educação Infantil	242.710,00	242.710,00	31.492,72	31.492,72	12,98
14.2- Com Ensino Fundamental	118.240,00	118.240,00	41.476,10	41.476,10	35,08
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.219.000,00	7.306.924,73	1.098.887,93	1.098.887,93	15,04
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					<input type="checkbox"/>
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					87.924,73
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					87.924,73
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 <input type="checkbox"/> 18) / (11) x 100) %					79,34
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 <input type="checkbox"/> RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				87.924,73	
21 <input type="checkbox"/> DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				87.924,73	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ☐ **DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	11.979.850,00	11.979.850,00	1.804.213,72	1.804.213,72	15,06
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.526.604,00	5.577.199,11	744.431,73	744.431,73	13,35
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.789.830,00	3.840.425,11	586.803,47	586.803,47	15,28
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.736.774,00	1.736.774,00	157.628,26	157.628,26	9,08
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.666.334,00	7.703.663,62	953.367,98	953.367,98	12,38
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.429.170,00	3.466.499,62	512.084,46	512.084,46	14,77
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.237.164,00	4.237.164,00	441.283,52	441.283,52	10,41
25- ENSINO MÉDIO	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.244.938,00	13.332.862,73	1.697.799,71	1.697.799,71	12,73
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					177.897,85
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.995,50
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					87.924,73
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					<input type="checkbox"/>
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					269.818,08
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) <input type="checkbox"/> (37))					1.427.981,63
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,79

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	643.600,00	971.294,70	13.086,00	13.086,00	1,35
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	251.150,00	449.017,19	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	894.750,00	1.420.311,89	13.086,00	13.086,00	0,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.139.688,00	14.753.174,62	1.710.885,71	1.710.885,71	11,60
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO □ MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	93.920,33	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.289.145,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	977.500,50	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.995,50	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	409.560,93	0,00

JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 87.924,73, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPEAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

JOACABA, 27/03/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		□	83.510.363,28
Previsão Atualizada		□	83.510.363,28
Receitas Realizadas		13.356.863,91	13.356.863,91
Déficit Orçamentário		□	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		□	353.776,83
DESPESAS			
Dotação Inicial		□	83.510.363,28
Créditos Adicionais		□	11.496.726,96
Dotação Atualizada		□	95.007.090,24
Despesas Empenhadas		31.593.948,20	31.593.948,20
Despesas Liquidadas		9.415.093,31	9.415.093,31
Superavit Orçamentário		□	3.941.770,60
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		31.593.948,20	31.593.948,20
Despesas Liquidadas		9.415.093,31	9.415.093,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			74.954.049,46
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		1.301.187,19	1.301.187,19
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		477.654,11	477.654,11
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		823.533,08	823.533,08
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		3.275.500,00	-1.887.688,69
Resultado Primário		-5.388.829,40	2.929.500,74
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		540.388,42	0,00
EXECUTIVO		540.388,42	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		5.519.278,25	42.078,63
EXECUTIVO		4.089.798,25	42.078,63
LEGISLATIVO		1.429.480,00	0,00
TOTAL:		6.059.666,67	42.078,63
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.427.981,63	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.025.919,11	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		743.803,22	21.414.780,91
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2012	2020
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00

Continua 1/2



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	10.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	11.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	943.427,18	15,00	13,07
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 27/03/2012

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

 SONIA APARECIDA BORCHERS
 CONTROLADORA INTERNA

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 354870-5

PLASS**Extrato De Contrato**

Extrato do contrato nº 04/2012

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: DERMACLIN - CLÍNICA MÉDICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Data: 23/03/2012

Objeto: Prestação de serviços de dermatologia e oftalmologia.

Período: um ano podendo ser renovado automaticamente por mais quatro períodos iguais e sucessivos.

SIMAE**Homologação Pp 02/2012 - Simae**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2012 - PR Processo Administrativo: 2/2012 Processo de Licitação: 2/2012 Data do Processo: 05/03/2012
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2012
b) Licitação Nr.: 2/2012-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 28/03/2012
e) Data da Adjudicação: 28/03/2012 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2012.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006241 - ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.	12	0,0000	21.205,50
- 006233 - SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA	7	0,0000	4.651,55
- 006851 - STARLUX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	4	0,0000	2.260,65
	23		28.117,70

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 21.269,44

Joaçaba, 28 de Março de 2012.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Homologação Tp 02/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2012 - TP Processo Administrativo: 12/2012 Processo de Licitação: 12/2012 Data do Processo: 17/02/2012
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2012
b) Licitação Nr.: 2/2012-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 29/03/2012
e) Data da Adjudicação: 29/03/2012 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação ADEQUAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DAS UNIDADES OPERACIONAIS REL 0005, RAP 010, RAP 016, EAT 016, EAT 103, RAP 202, EAT 202, RAP 201, EAT 201, RAP 301, EAT 301, RAP 302 E CQD 302, TODOS DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006727 - ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA	4	0,0000	116.039,57
- 007972 - CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA	4	0,0000	116.032,12
	8		232.071,69

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (3), 1.053.4.4.90.00.00.00.00.00 (5)

Joaçaba, 29 de Março de 2012.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Inexigibilidade De Licitação 07/2012 - Pml

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 96/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.879.318/0002-25, com sede à Rua Alwin Rutzen n.º 101 - Blumenau/SC - cep:88.89.066-340.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, representada neste ato pelo Sr. Pedro A. Carniel, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo n.º 07/2012, de Inexigibilidade de licitação, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de conserto e recuperação da escavadeira hidráulica Komatsu n.º 242 da Frota Municipal, com fornecimento de peças, em conformidade com a requisição expedida pelo Setor de Transportes do Município sob n.º 618/2012.

1.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pelo Setor de Transportes do Município.

1.2- Os serviços executados fora dos padrões exigidos pela municipalidade não serão aceitos e pagos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data do recebimento da autorização decorrente.

2.2 - Para execução: de até trinta dias, a contar da data do recebimento da respectiva autorização.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.2 - Do Recebimento definitivo: se dará no decurso de 30 (trinta) dias corridos da data da comunicação escrita da Contratada, mediante termo circunstanciado, à Comissão Municipal de Recebimento de Obras, devidamente testado e assinado pelo Responsável Técnico da Obra, comprovando a adequação do objeto às condições contratuais. Durante este período, a Contratada terá, sob sua responsabilidade, os serviços executados. Qualquer falha deverá ser prontamente reparada pela Contratada.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012.

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de:

a) R\$ 20.549,00 (vinte mil e quinhentos e quarenta e nove reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em três parcelas mensais e sucessivas de R\$ 6.850,00 em 30 dias, R\$ 6.850,00 em 60 dias e R\$ 6.849,00 em 90 dias, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os

serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) serviço(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Frota Municipal, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.4 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

CLÁUSULA OITAVA - DO MATERIAL

Todas as peças necessárias para a execução dos serviços, objeto deste contrato deverão ser originais e obedecer às normas técnicas da ABNT.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente,

independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 21 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Representante

Pedro A. Carniel

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

Contrato 96/2012 - Inegixibilidade De Licitação 07/2012 - Pml

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 96/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.879.318/0002-25, com sede à Rua Alwin Rutzen n.º 101 - Blumenau/SC - cep:88.89.066-340.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, representada neste ato pelo Sr. Pedro A. Carniel, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo n.º 07/2012, de Inexigibilidade de licitação, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de conserto e recuperação da escavadeira hidráulica Komatsu n.º 242 da Frota Municipal, com fornecimento de peças, em conformidade com a requisição expedida pelo Setor de Transportes do Município sob n.º 618/2012.

1.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pelo Setor de Transportes do Município.

1.2- Os serviços executados fora dos padrões exigidos pela municipalidade não serão aceitos e pagos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data do recebimento da autorização decorrente.

2.2 - Para execução: de até trinta dias, a contar da data do recebimento da respectiva autorização.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.2 - Do Recebimento definitivo: se dará no decurso de 30 (trinta) dias corridos da data da comunicação escrita da Contratada, mediante termo circunstanciado, à Comissão Municipal de Recebimento de Obras, devidamente testado e assinado pelo Responsável Técnico da Obra, comprovando a adequação do objeto às condições contratuais. Durante este período, a Contratada terá, sob sua responsabilidade, os serviços executados. Qualquer falha deverá ser prontamente reparada pela Contratada.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012.

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de:

a) R\$ 20.549,00 (vinte mil e quinhentos e quarenta e nove reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em três parcelas mensais e sucessivas de R\$ 6.850,00 em 30 dias, R\$ 6.850,00 em 60 dias e R\$ 6.849,00 em 90 dias, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) serviço(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Frota Municipal, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.4 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

CLÁUSULA OITAVA - DO MATERIAL

Todas as peças necessárias para a execução dos serviços, objeto deste contrato deverão ser originais e obedecer às normas técnicas da ABNT.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações

Posterior, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 21 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Representante

Pedro A. Carniel

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

Convenio 131/2012 - Pml

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEF SANTA PAULINA.

TERMO N.º 131/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEF SANTA PAULINA, inscrito no CNPJ sob nº 15.068.635/0001-06, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEF SANTA PAULINA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 01.03.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 01 de MARÇO de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA EMEF SANTA PAULINA

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

AMILTON WERLICH

Secretário Municipal da Educação

Convenio 132/2012 - Pml

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEF ENI ROSA DOS SANTOS.

TERMO N.º 132/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEF ENI ROSA DOS SANTOS, inscrito no CNPJ sob nº 15.053.629/0001-77, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEF ENI ROSA DOS SANTOS, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 01.03.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante

comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 01 de MARÇO de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA EMEF ENI ROSA DOS SANTOS

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

AMILTON WERLICH

Secretário Municipal da Educação

Convenio 133/2012 - Pml

TERMO DE CONVÊNIO N.º 133/2012

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAGES E CENSUPEG - CENTRO SUL BRASILEIRO DE PESQUISA E EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, PARA FORMALIZAR A CONCESSÃO DO AUXÍLIO ESCOLAR, ATRAVÉS DE BOLSAS DE ESTUDOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Por este instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, n. 13, inscrito no CNPJ sob o n. 82.777.301/0001-90, representado neste ato pelo Senhor RENATO NUNES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, doravante denominado CONVENIENTE outro lado, o CENSUPEG - Centro Sul - Brasileiro de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação, Pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Iguaçu, 274, Bairro Santo Antônio, na cidade de Joinville - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.603.983/0001-62, representado neste ato pelo Diretor o Sr. SANDRO ALBINO ALBANO, brasileiro, solteiro, professor Mestre, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.828.489-85, residente e domiciliado na cidade de Joinville - SC, doravante denominado CONVENIADA, final, têm entre si certo e ajustado o presente Convênio para a concessão de bolsas de estudo aos servidores públicos municipais, conforme art. 70 da Lei Municipal n. 1574/90, regulamentada pelo Decreto n. 8615/06 e Lei Complementar n. 40/96, regulamentada pelo Decreto n.

8749/07 e Lei Complementar 271/2006, nos termos das cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto ajustar e formalizar a concessão do auxílio escolar, através de bolsas de estudos, aos servidores públicos ativos, estáveis e municipalizados, bem como aos servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão e admitidos em caráter temporário, pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Lages, regularmente matriculados em cursos de pós-graduação oferecidos pela CONVENIADA, desde que autorizados e/ou reconhecidos pelo Ministério da Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO AUXÍLIO ESCOLAR

O auxílio escolar através de bolsa de estudo será concedido após seleção de candidatos feita por Comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, onde o Município de Lages arcará com o pagamento de mensalidades e matrículas, nos seguintes percentuais:

- a) até o valor de 80% (oitenta por cento) nos cursos de graduação quando o servidor for ocupante de cargo de provimento efetivo ou estável.
- b) até o valor de 40% (quarenta por cento) nos cursos de graduação quando o servidor municipalizado, ocupante de cargo de provimento ou contratado em caráter temporário.
- c) até o valor de 50% (cinquenta por cento) nos cursos de pós-graduação quando o servidor for ocupante de cargo de provimento efetivo ou estável.

§ 1º - O auxílio escolar mediante a concessão de bolsa de estudos de que trata este Convênio não será cumulativa com nenhuma outra bolsa de estudos concedida pela CONVENIADA, sendo facultado ao aluno optar pelo benefício que lhe for mais favorável.

§ 2º - O pagamento de taxa de inscrição em prova de seleção na forma de vestibular ou outro processo seletivo de ingresso estabelecido pela CONVENIADA, não será suportado pelo Município de Lages.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por empenho, mediante apresentação de relatório elaborado pelo Departamento de Recursos Humanos à Secretaria Municipal de Finanças, discriminado obrigatoriamente o nome do bolsista, o curso frequentado e o respectivo valor.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados pela CONVENIENTE via boleto bancário obtido junto a CONVENIADA.

§ 2º - O vencimento dos boletos bancários ocorrerá no ultimo dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

Compete ao Município de Lages:

- a) Indicar por escrito, em documento enviado a ENTIDADE, a relação dos alunos a serem beneficiados pelas bolsas de estudo de que trata o presente Convênio, bem como os percentuais a serem praticados em cada bolsa concedida.
- b) Suspender o benefício de que trata o presente Convênio quando o aluno indicado praticar qualquer das ações previstas no art. 7º do Decreto n. 8615/06 ou do art. 9º do Decreto n. 8749/07, caso em que a ENTIDADE passará a cobrar a mensalidade integral.
- c) Comunicar a ENTIDADE, com a maior brevidade possível, a suspensão do benefício ou o desligamento dos alunos participantes deste Convênio.
- d) Fornecer a ENTIDADE, sempre que solicitado, as informações necessárias a comprovação da habilitação ao benefício, especialmente no caso de validação do vínculo funcional.
- e) Manter em dia o pagamento das bolsas de estudo concedidas em conformidade com o estipulado na CLAUSULA QUARTA.

Compete a ENTIDADE:

- a) Assegurar padrão de qualidade dos seus cursos, de maneira a

proporcionar sólida base de conhecimento aos beneficiários deste Convênio.

b) Enviar ao Município de Lages, sempre ao final de cada semestre, relatório com informações quanto ao rendimento escolar de todos os alunos beneficiários deste Convênio.

c) Comunicar ao Município de Lages, com a maior brevidade possível, as ocorrências com trancamento de matrícula, reprovação ou abandono de curso por parte de qualquer aluno beneficiário do Convênio.

d) Fornecer ao Município de Lages, sempre que solicitado, as informações acadêmicas e/ou financeiras inerentes ao Convênio ora firmado.

e) Responsabilizar pela cobrança do valor restante das mensalidades e matrículas, não cobertas pela bolsa concedida, emitindo boleto bancário em nome do aluno, no qual constará a quantia devida, o local de pagamento e a data de vencimento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente convênio terá validade da data de sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Por iniciativa de qualquer uma das partes convenientes e com a anuência de ambas, o presente Convênio poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alterações, desde que as razões de natureza legal, administrativa ou técnica assim aconselhem, preservando-se sempre o objetivo expresso na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo por iniciativa das partes convenientes, através de comunicado por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou automaticamente em virtude do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, ficando assegurada aos beneficiários do Convênio, a manutenção da bolsa de estudo até o término do período letivo.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para dirimir questões oriundas deste convênio, quando não for possível uma solução consensual, fica eleito o Foro de Lages/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim por estar de pleno acordo com as cláusulas acima e retro fixadas, assinam o presente convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, afim de que venha a produzir os devidos efeitos legais e jurídicos.

Após dar ciência a Câmara Municipal, conforme o previsto no § 2º do art. 116 da Lei 8.666/93.

Lages, 29 de fevereiro de 2012.
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

SANDRO ALBINO ALBANO
Representante

Procuradoria Geral do Município Secretário da Educação

Lauro Muller

PREFEITURA

Lei Nº 1.721/2012

LEI Nº 1.721/2012 DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar cedência de servidor público municipal para a CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, mediante Convenio, para atender Programa de Defesa Sanitária Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal no município e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, a efetuar a cedência com ônus para o Município, de servidores públicos municipais, vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura, mediante Decreto, para a CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Regional de Criciúma, a fim de atender Programa de Defesa Sanitária Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 2º - As condições de cedência, prazo, objetivos, metas, direitos e deveres serão definidos no ato oficial a ser expedido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - Os recursos para fazer frente a execução da presente correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE MARÇO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Aviso De Licitação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 59/2012

Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS 59/2012
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PRÉ-ESCOLAS E CRECHE.

Abertura às 9h00m do dia 16 de Abril de 2012.

A retirada do Edital deverá ser feita no Setor de Licitação da Prefeitura. Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 30 de Março de 2012.
RENATO CITADIN
Comissão Permanente De Licitação

Lebon Régis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 5/2012

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2012
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2012

O Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, Autarquia Pública do Município de Lebon Régis - SC, divulgou TOMADA DE PREÇOS, para contratação de Serviços Médicos de Especialidades e Clínica Geral em plantão de sobre-aviso, a serem realizados diariamente no Hospital e Maternidade Municipal "Santo Antônio". A qual seria aberta em 16 de Março de 2012, às 16:00 horas. Decorrido o prazo, sem a presença de nenhum interessado, o Presidente da Autarquia, Sr. Leoniro da Silva Pahl, RESOLVEU prorrogar o prazo para abertura deste processo para o dia 03 de Abril de 2012, com apresentação dos envelopes até à 15:00 horas do mesmo dia.
Obtenção do Edital: Na Secretaria Administrativa do Hospital Santo Antonio de Lebon Régis, sito a Rua Valdir Ortigari, 74, até à 12:00 do dia 03 de Abril de 2012..
Maiores Informações: pelo fone: (49) 3247-0144.

Lebon Régis (SC), 29 de Março de 2012.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 882/2012

LEI Nº 882, de 29 DE MARÇO DE 2012
"CONCEDE REVISÃO GERAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS E AOS PENSIONISTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os proventos de aposentadoria dos servidores públicos cujos benefícios foram implantados até 31/12/2003, ou que tenham se utilizado do disposto nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 ou do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, na forma prevista pelo art. 37, inciso X da Constituição da República, serão revisados, a partir de 1º de março, em 6,08% (seis virgula zero oito por cento), que corresponde a variação acumulada do INPC, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

§1º Aplica-se o caput deste artigo aos proventos dos pensionistas:

I - cujo óbito tenha ocorrido até 31/12/2003;ou

II - cujo servidor falecido instituidor do benefício de pensão por morte, tenha proventos de aposentadoria concedidos pela aplicação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005; ou

III - cujo benefício seja instituído pela aplicação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

§2º Fica determinado a aplicação do índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade, em cumprimento a medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal federal contida na ADI 4582.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, em 29 de março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 883/2012

LEI Nº 883 DE 29 DE MARÇO DE 2012.
"Cria o cargo de Coordenador do Centro de Saúde Santa Paulina"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º Fica criado o cargo de COORDENADOR DO CENTRO DE SAÚDE SANTA PAULINA com as seguintes características:

I - Provimento em Comissão;

II - Quantidade de vagas: 1 (uma);

III - Escolaridade: Ensino médio;

IV - Jornada semanal: 40 (quarenta) horas;

V - Vencimento: 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

VI - Comprovada a experiência no serviço público;

VII - Experiência em trabalho de equipes, com habilidade de comunicação, de estabelecer relações e negociar conflitos;

VIII - As atribuições:

a) Supervisionar, coordenar e promover a prestação de assistência médica à população;

b) Promover campanhas de vacinação e de esclarecimento público inclusive colaborando com as demais esferas governamentais;

c) Fiscalizar o cumprimento das posturas referentes ao poder de polícia e de higiene pública;

d) Proceder à inspeção periódica de saúde dos servidores municipais;

e) Fornecer à Assessoria de Planejamento e Coordenação dados, análises e estudos relacionados com a sua unidade.

f) Elaborar programas e campanhas de conscientização da população sobre a prevenção de diversas doenças.

g) Desempenhar outras atribuições correlatas.

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de março de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 884/2012

LEI Nº 884 DE 29 DE MARÇO DE 2012.

“Denomina o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica estabelecido que o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, localizado na Avenida Adolfo Sheidt, Centro de Leoberto Leal/SC, será denominado de “CASA DA FAMÍLIA”

Art. 2º Justifica-se essa denominação, pois consiste em um trabalho social com famílias, sendo que promoverá o acesso e a garantia dos direitos sociais dos usuários que encontram-se em vulnerabilidade social, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, buscando uma melhor qualidade de vida.

Art.3º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de março de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 886/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 886 DE 29 DE MARÇO DE 2012.

“CRIA A DIRETORIA DE TRANSPORTES E OBRAS”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, a Diretoria de Transportes e Obras, abrangendo as comunidades de Rio do Mich, Alto Rio das Pedras, Ribeirão dos Ovos, Rio Janzen, Vargem dos Bugres, Vinte Saltos, Perau, Rio do Tigre, Corridas, a Unidade de execução de Serviços Públicos com as atribuições de executar:

I - a conservação, manutenção e limpeza das rodovias municipais, inclusive caminhos e acessos as propriedades agrícolas;

II - a conservação, manutenção, reparos e limpeza dos prédios públicos, inclusive os terrenos e as determinações do (a) Chefe do Poder Executivo, referentes as citadas localidades.

Art. 2º Fica criado um cargo de Diretor de Transportes e Obras da Unidade Administrativa de Conservação de Serviços Públicos com as características de:

I - Jornada Semanal: 40 horas (quarenta horas)

II - Escolaridade: Alfabetizado

III - Vencimento de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais);

IV - Lotação: Unidade de Execução de Serviços Públicos de Rio do Mich, Alto Rio das Pedras, Ribeirão dos Ovos, Rio Janzen, Vargem dos Bugres, Vinte Saltos, Perau, Rio do Tigre, Corridas.

a) Executar a conservação, manutenção e limpeza das rodovias municipais, inclusive caminhos e acessos as propriedades rurais;

b) Executar a conservação, manutenção, reparos e limpeza dos prédios públicos da educação, saúde e esportes, inclusive os seus terrenos; e

c) Cumprir as determinações do (a) Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º A despesa desta Lei correrá por conta do orçamento

vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de março de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 887/2012

LEI Nº 887 DE 29 DE MARÇO DE 2012.

“Institui as gratificações de pregoeiro, pregoeiro substituto, e equipe de apoio, no âmbito da administração direta do Município de Leoberto Leal”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições, faz saber à todos os habitantes que, a Câmara Municipal aprovou e ela sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito da administração direta, as gratificações abaixo relacionadas, a serem atribuídas aos servidores efetivos do Município de Leoberto Leal:

I - Pregoeiro 500,00 (quinhentos reais);

II - Pregoeiro Substituto 500,00 (quinhentos reais);

III- integrante de equipe de apoio R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

§ 1º - As gratificações estabelecidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo terão seus valores nominais reajustados observando-se o mesmo percentual definido quando da revisão geral anual dos servidores públicos do Município de Leoberto Leal.

§ 2º - A gratificação de que trata esta Lei ficará incorporada ao vencimento e provento, sendo que, a cada 12 meses ininterruptos de efetivo exercício nas atividades mencionadas no Art 1º desta Lei, o servidor terá acréscimo de 10% do valor da gratificação no vencimento, se cumprido suas funções com zelo e obediência.

Art. 2º As licitações na modalidade pregão serão processadas por pregoeiro ou por pregoeiro substituto, auxiliado por equipe de apoio, esta constituída por até 04 (quatro) membros.

§ 1º A função de pregoeiro e pregoeiro substituto, caberá ao servidor público municipal que tenha realizado capacitação específica para exercer esta atribuição.

§ 2º A equipe de apoio será integrada, por servidores ocupantes de cargo efetivo.

Art. 3º Em caso de afastamento ou impedimento do Pregoeiro, Pregoeiro Substituto, ou algum membro integrante de equipe de apoio, por prazo de no mínimo 30 (trinta) dias, o substituto designado pela autoridade competente, fará jus à gratificação durante o período de afastamento.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 888/2012

LEI Nº 888 DE 29 DE MARÇO DE 2012.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 18.500,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 18.500,00
 Função 27 Desporto e Lazer 18.500,00
 Sub-função 812 Desporto Comunitário 18.500,00
 Programa 5 Cultura, Esporte e Turismo 18.500,00
 Projeto 1.038 Instalação de Academia ao Ar Livre 18.500,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 18.500,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00
 Investimentos 18.500,00
 Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 18.500,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 18.500,00
 TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL 18.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação orçamentária com a seguinte classificação:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 18.500,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 18.500,00
 Função 27 Desporto e Lazer 18.500,00
 Sub-função 812 Desporto Comunitário 18.500,00
 Programa 5 Cultura, Esporte e Lazer 18.500,00
 Projeto 2.014 Comissão Municipal de Esporte - CME - Esporte 18.500,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 18.500,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 18.500,00
 Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 18.500,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 18.500,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO 18.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 889/2012

LEI Nº 889 DE 29 DE MARÇO DE 2012.
 Altera o Anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2012.

A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal 655/2009, referente ao Programa 5 - Cultura, Esporte e Turismo, fica acrescida da ação nº 1.038, Instalação de Academia ao Ar Livre, no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

Art. 2º - O Anexo de Prioridade e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2012, aprovado pela Lei Municipal nº 836/2011, referente ao Programa 5 - Cultura, Esporte e Turismo, fica acrescido da Ação nº 1.038 - Instalação de Academia ao Ar Livre, no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único - A Academia ao Ar Livre de que tratam os artigos anteriores será construída no Perímetro Urbano do Município.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2012, correrá por conta de recursos Ordinários do município de Leoberto Leal num montante de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 890/2012

LEI Nº 890 DE 29 DE MARÇO DE 2012.
 Altera o Anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2012.

A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal 655/2009, referente ao Programa 6 - Saúde para Todos, fica acrescida da ação nº 1.040 Construção de Unidade Sanitária, no valor de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

Art. 2º - O Anexo de Prioridade e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2012, aprovado pela Lei Municipal nº 836/2011, referente ao Programa 6 - saúde para Todos, fica acrescida da Ação nº 1.040 - Construção de Unidade Sanitária, no valor de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

Parágrafo Único - A Unidade Sanitária de que tratam os artigos anteriores será construída na Comunidade de Rio das Pedras.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2012, correrá por conta de recursos de Convênios firmado com a secretaria de Estado da Saúde, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e a contrapartida por conta de recursos ordinários, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 891/2012

LEI Nº 891 DE 29 DE MARÇO DE 2012.
 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal - SC, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica do Município faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do poder executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento da Seguridade Social vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 216.000,00
Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 216.000,00
Função 10 Saúde 216.000,00
Sub-Função 301 Atenção Básica 216.000,00
Programa 6 Saúde para Todos 216.000,00
Projeto 1.040 Construção de Unidade Sanitária 216.000,00
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 216.000,00
Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 216.000,00
Modalidade de aplicação 90 Aplicações Diretas 216.000,00
Fonte de Recurso 0.1.0023 Outros Convênios - Saúde 180.000,00
Fonte de Recurso 0.1.0002 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde 36.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL 216.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes.

I - Anulação de Dotação

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 36.000,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 36.000,00
Função 20 Agricultura 36.000,00
Sub-Função 606 Extensão Rural 36.000,00
Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 36.000,00
Projeto 2.030 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente 36.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 36.000,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 36.000,00
Modalidade de aplicação 90 Aplicações Diretas 36.000,00
Fonte de Recurso 0.1.0000 Recurso Ordinário 36.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 36.000,00

II - Excesso de Arrecadação:

Fonte Código Valor
Outros Convênios - Saúde 0.1.0023 180.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 180.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 34/2012

DECRETO Nº 34, DE 29 DE MARÇO DE 2012.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 880, de 28 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no Orçamento fiscal vigente, em dotação com a seguinte estrutura e limite de valor:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

15.000,00
Unidade Orçamentária 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
15.000,00
Função 13 Cultura 15.000,00
Sub-função 392 Difusão Cultural 15.000,00
Programa 05 Cultura, Esporte e Turismo 15.000,00
Projeto 1.039 Construção de Monumento ao Tropeiro 15.000,00
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 15.000,00
Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 15.000,00
Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários - superavit 15.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL 15.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superavit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte:

Fonte Código Valor
Recursos Ordinários 0.1.0000 15.000,00
TOTAL DO SUPERAVIT FINANCEIRO UTILIZADO 15.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 192/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 192/2012, DE 23 DE MARÇO DE 2012.
FIXA ÍNDICE DE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração dos agentes públicos do Município de Lindóia do Sul, serão reajustados em 8% (oito pontos percentuais).

Art. 2º. O índice que dispõe o artigo primeiro se estende aos inativos pagos pelo Município e incidirá a partir de 1º de Março de 2012.

Art. 3º. Sobre os subsídios dos agentes políticos eletivos dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e o valor fixo das funções gratificadas, o reajuste será o equivalente a 100% (cem pontos percentuais) do INPC-IBGE acumulado no período de 01 de Março de 2011 a 31 de Janeiro de 2012.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 23 de março de 2012

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.082/2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.082/2012, DE 23 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE GESTORA DE ORÇAMENTO NO ÂMBITO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica criada no âmbito da Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Lindóia do Sul 01 (uma) Unidade Gestora de Orçamento.

Art. 2º Esta Unidade Gestora de Orçamento fará uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União e/ou Estado para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 3º Caberá sua gestão ao Coordenador de Defesa Civil do Município de Lindóia do Sul.

Art.4º O titular da Coordenadoria de Defesa Civil terá como atribuições:

I - Abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil, onde será assinado um Contrato para operação do cartão;
II - ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa nos termos dos arts. 58 e 64 da Lei Federal 4.320/64;
III - Gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Defesa Civil;
IV - Cadastrar ou Descadastrar o nome dos portadores do Cartão devendo ser pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público;
V - Prestar conta junto ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Defesa Civil quando utilizado o Cartão por todos os portadores, juntamente com todos os documentos comprobatórios de despesas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 23 de março de 2012

Edison Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

Decreto N° 2.253/2.012,
DECRETO N° 2.253/2.012, DE 29 DE MARÇO DE 2012.
Constitui e designa comissão coordenadora.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, c/c o disposto na Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, do Ministério da Fazenda.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão coordenadora com a incumbência de viabilizar os procedimentos contábeis patrimoniais definidos pela Portaria nº 828/2011, do Ministério da Fazenda.

Art. 2º Designar, para integrar referida Comissão, os seguintes servidores:

I - presidente: Diego Frare

II - membros:

a) Édem Luiz Tumelero;

b) Geneci Dellai Mingotti;

c) Leonardo Cavallier;

d) Josemar Téchio;

e) Carlos Vicente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de março de 2.012

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Resolução

COMISSÃO COORDENADORA DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1/2012, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Estabelece procedimentos contábeis patrimoniais e específicos e cronogramas de ações.

O Presidente da Comissão Coordenadora de Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2253/2012, de 29 de março de 2012 e com o objetivo de viabilizar os procedimentos contábeis patrimoniais definidos pela Portaria nº 828/2011, do Ministério da Fazenda.

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam estabelecidos, na forma do Anexo Único desta Resolução, os procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, bem como os cronogramas de ações a serem adotados até 31 de dezembro de 2014, em cumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN 406/2011, de 20 de junho de 2011 e alteração.

Art. 2º Poderão ser designadas comissões especiais, em cada Unidade Administrativa, a fim de realizar os procedimentos de que trata o art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. Caso a Comissão de que trata o caput deste artigo não cumprir os procedimentos estabelecidos no prazo estipulado, poderá sujeitar-se às penalidades previstas no art. 164 da Lei Complementar nº 50, de 10 de janeiro de 2003 e alterações - Estatuto do Servidor Público Municipal

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FRARE
Presidente da Comissão Coordenadora

ANEXO ÚNICO

Ação	Data Prevista
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas: será realizado mediante informações obtidas no Setor de Tributação, considerado o ajuste de perda em percentual a ser definido, tendo como base o levantamento das baixas pela Secretaria Municipal de Finanças dos valores cuja cobrança se torne inexequível, e das ações que não lograram êxito pela Assessoria Jurídica.	Até 31 de dezembro de 2012.
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competências, com base no saldo contábil de 31 de dezembro de 2011, informações obtidas pelos órgãos competentes e pagamentos realizados no exercício de 2012.	
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis: com levantamento físico dos quantitativos dos bens de todas as Unidades Administrativas, incluindo Administração Direta, Indireta e Autarquia e, no que diz respeito aos quantitativos financeiros, na forma abaixo: a) bens imóveis: será nomeada comissão específica; b) veículos: com base na tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE; c) máquinas: com base no valor de mercado;	Até 31 de dezembro de 2012.
d) os demais bens serão mensurados, tendo como base a atualização monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM e respectivos.	Até 31 de dezembro de 2012.
Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão, que serão realizados tendo como base orientações advindas de órgãos de orientação e controle, principalmente da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e executados através de sistema informatizados de controle de patrimônio e contabilidade.	Até 31 de dezembro de 2012.
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura: mediante levantamento físico de cada um destes ativos, e posterior avaliação, por comissão designada para esta finalidade.	Até 31 de dezembro de 2012.
Implementação do sistema de custos, a ser realizado de acordo com normas específicas emanadas de órgãos de orientação e controle, principalmente da STN, e adaptação dos sistemas informatizados.	Até 31 de dezembro de 2013.
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais.	Será implantado conforme resolução da STN.
Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Serão realizados à medida que forem surgindo, conforme normas dos órgãos de orientação e controle, principalmente da STN.

Edital De Convocação - Pdm Nº 01/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PDM Nº 01/2012, DE 26 DE MARÇO DE 2012

Convoca Audiências Públicas

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Torna público que, a Primeira Audiência Pública - Elaboração do Plano Diretor Municipal fica agendada para o dia 10 de abril de 2012 (terça-feira), às 19:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, nesta cidade, ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Prefeitura, bem assim na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1472

DECRETO Nº 1472 de 28 de março de 2012.

"DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Mai 2012
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Maio 2012
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Maio 2012
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Maio 2012
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro 2013
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro 2013
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro 2013
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro 2013
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro 2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro 2014

Art.2º - Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art.3º - Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de março de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1473

DECRETO Nº 1473 de 28 de março de 2012.

"NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LUZERNA/ COMEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º da Lei nº 053 de 22.08.1997,

DECRETA:

Art.1º- A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LUZERNA/COMEL, na forma do art. 5º da Lei nº 053 de 22.08.97, fica assim constituída:

VANDERLEI STOFFEL
SÉRGIO SCHEURMANN
NELCINDO KRUG
LUIS VALNIR BERKEMBROCK
EVERTON KRUG

Art.2º-As atividades exercidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de março de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato Pregão Fmas.013.2012 - Brinquedoteca

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 013/2012

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, ORLANDO FÁVERO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0024/2012, nos seguintes termos:

Modalidade: Pregão para Registro de Preço

Objeto: Aquisição de materiais educativos destinados à manutenção das atividades da brinquedoteca itinerante.

Proponente(s) Vencedora(s):

. COMÉRCIO DE LIVROS ODY LTDA ME;
. GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME; e
. OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor Homologado: R\$ 13.475,00

Luzerna (SC), 28 de março de 2012.
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMAS

2º Ato De Apostilamento - Contratos Nºs Pml.058.10, 059.10, 060.10 e 061.10 De 28/12/2010

2º ATO DE APOSTILAMENTO - Contratos nºs pml.058.10, 059.10, 060.10 e 061.10 de 28/12/2010

APOSTILA de REAJUSTE aos Contratos nºs pml.058.10, 059.10, 060.10 e 061.10 de 28/12/2010, provenientes do Processo Licitatório nº 0097/2010, Pregão nº 0026/2010, celebrados entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e as empresas TRANSPORTES NITZ LTDA, EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, AUTO PEÇAS ZECA ME e TRANSPORTES LUZERNA LTDA ME, respectivamente

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento aos Contratos nºs pml.058.10, 059.10,

060.10 e 061.10 de 28/12/2010, provenientes do Processo Licitatório nº 0097/2010, Pregão nº 0026/2010, reajustando o valor do quilometro praticado para cada linha em 6,08%, índice do INPC apurando entre 1º janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, com vigência a partir de 1º de março de 2012, conforme tabela discriminativa abaixo:

Empresa	Linha	Valor Atual	Porcentagem de Reajuste	Valor Reajustado
Contrato nº pml.058.10 Transportes Nitz Ltda	01	R\$ 4,03	6,08	R\$ 4,28
	11	R\$ 4,03	6,08	R\$ 4,28
Contrato nº pml.059.10 Empresa Joaçabense de Transportes Coletivos Ltda	02	R\$ 3,90	6,08	R\$ 4,14
	12	R\$ 4,03	6,08	R\$ 4,28
	13	R\$ 4,03	6,08	R\$ 4,28
Contrato nº pml.060.10 Auto Peças Zeca Ltda ME	03	R\$ 3,95	6,08	R\$ 4,19
	04	R\$ 3,95	6,08	R\$ 4,19
Contrato nº pml.061.10 Transportes Luzerna Ltda Me	06	R\$ 3,19	6,08	R\$ 3,38
	07	R\$ 3,19	6,08	R\$ 3,38
	08	R\$ 2,90	6,08	R\$ 3,08
	09	R\$ 2,90	6,08	R\$ 3,08
	10	R\$ 2,96	6,08	R\$ 3,14

Luzerna(SC), 26 de março de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2431 De 23 De Março De 2012

DECRETO Nº. 2431 DE 23 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 23 DE MARÇO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2432 De 23 De Março De 2012

DECRETO Nº. 2432 DE 23 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Quarenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2048 - Manutenção do Transporte Escolar

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0120.2048 - Manutenção do Transporte Escolar
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 23 DE MARÇO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Credenciamento Agricultura Familiar

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2012
CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, torna público para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA, objetivando à aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Escolas de Ensino Fundamental, Pré-Escolares e Centros de Educação Infantil do Município de Massaranduba (SC). As inscrições se darão a partir de 01 de maio de 2012 às 08:00 horas, na Prefeitura Municipal de Massaranduba, através de solicitação de credenciamento, acompanhado dos documentos exigidos no edital. Outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Massaranduba das 7:30 as 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

Massaranduba, 28 de Março de 2012.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº. 1545/2012.

LEI nº. 1545/2012.
TRATA DA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desapropriar e comprar amigável ou judicial o seguinte bem imóvel, para fins de ampliação da garagem municipal, à seguinte área:
AREA: "Um terreno urbano com área de 455,00 m2 (quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados), sito na cidade de Meleiro, desta Comarca, no loteamento Jardim América, constituído pelo lote nº 03, quadra "I", de forma irregular, medindo 14,00m

(quatorze metros) de frente e 14,75m (quatorze vírgula setenta e cinco metros) de fundos, por 35,00m (trinta e cinco metros) do lado Leste e 30,00m (trinta metros) do lado Oeste, confrontando: Frente ao Sul com a Rua "C"; fundos ao Norte com um valo condutor de águas; ao Leste com os lotes nº 1, 2 e 4 da Imobiliária City e ao Oeste com terras de Natale Carminati. Cadastro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo, SC, sob a matrícula nº 5.415. Proprietário: ANTONIO MILANEZ, brasileiro, agricultor, CPF nº 223.879.769-49, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio do Meio, Morro Grande, SC.."

Art. 2º - O valor total a ser pago pelo Município de Meleiro para aquisição do imóvel citado será no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.90.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de março de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 112/2012

PORTARIA n.º 112/2012
TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor VALMIR MANENTI, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme classificação do Concurso Público - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de julho de 2010.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 192/2011.

Meleiro, 28 de Março de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 113/2012

PORTARIA n.º 113/2012
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita MONIZE BONFANTE LAURINDO, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009 - 1 A - 80%, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli, em virtude do retorno da Licença Prêmio da servidora Rosimeri Ostetto Minatto.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 091/2012.

Meleiro, 28 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 114/2012

PORTARIA n.º 114/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita KARINELE RONCHI, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009 - 1 A - 80%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, em virtude do retorno da Licença Prêmio da servidora Scheila Serafim Francisco Freitas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 087/2012.

Meleiro, 28 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Navegantes

PREFEITURA

Portaria

PORTARIA Nº. 1719 DE 23 DE MARÇO DE 2012.
"EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

I - Exonera do cargo de Professor, os servidores a baixo relacionados a partir de 30/03/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 30/03/2012.

Nº	Nome	Matricula	Nº. DA PORTARIA EXONERADA	C.H.
1.	ADAINA TAMIRES PACHECO	4918/08	1686/2012	10
2.	ADELINA DIAS PEREIRA	2272/11	866/2012	20
3.	ADENISE APARECIDA MAFRA SOARES	2249/06	1648/2012	20
4.	ADLINE DA SILVA REBIS	3387/13	898/2012	20
5.	ADRIANA APARECIDA DE MORAES	61368/08	1124/2012	20
6.	ADRIANA APARECIDA DE MORAES	61368/07	1080/2012	20
7.	ADRIANA CRISTINI DE SOUZA	17067/03	828/2012	20
8.	ADRIANA DAMBROS MARCHETTI	62121/02	936/2012	40
9.	ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS	705/05	916/2012	20
10.	ADRIANA PRESTES FURTADO	4916/07	869/2012	20
11.	ADRIANA PRESTES FURTADO	4916/06	849/2012	20
12.	ALESSANDRA BRANDL	4374/06	889/2012	20
13.	ALESSANDRA BRANDL			
14.	ALESSANDRA F. WOLFART			
15.	ALESSANDRO GUERRA D'AVILA	18989/06	1059/2012	40
16.	ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES	1089/19	997/2012	40
17.	ALEXSANDRA BRAZ MORAIS	4830/04	1301/2012	40

18.	ALEXSANDRA FERREIRA DO VALLE	3331/08	999/2012	20
19.	ALINE ELZA ALBINO	4915/07	837/2012	20
20.	ALINE ELZA ALBINO	4915/06	836/2012	20
21.	ALISON MAIRA WEISE	889/07	844/2012	20
22.	AMANDA FELICIO DOS SANTOS	1006/16	885/2012	20
23.	ANA APARECIDA FELICIO	3599/09	859/2012	20
24.	ANA CAROLINA DA SILVA	62543/01	1647/2012	20
25.	ANA LUISA ZARDO	3878/05	1345/2012	10
26.	ANA ROSELI LUDVICHAK DE SOUZA	4377/13	1001/2012	20
27.	ANA ROSELI LUDVICHAK DE SOUZA	4377/12	947/2012	20
28.	ANALU COSTA MAFRA	4076/10	1458/2012	20
29.	ANDRE LUIZ TAMANINI	4038/11	1021/2012	20
30.	ANDREA CURSEL	3727/15	1526/2012	20
31.	ANDREA DE CASSIA SILVEIRA	62408/01	942/2012	20
32.	ANDREIA STEFAN	3723/07	863/2012	20
33.	ANGELA BRAN-GRATES	62431/01	1258/2012	20
34.	ANGELA RAMOS LIMA	1708/14	1325/2012	40
35.	ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES	19977/02	1084/2012	20
36.	ANTONIA EDINICE R. DE ARAUJO	3376/16	1076/2012	20
37.	ANTONIA ISMENIA FREIRE PINHEIRO	16990/10	852/2012	20
38.	ANTONIA ISMENIA FREIRE PINHEIRO	16990/09	853/2012	20
39.	ANTONIO EDUARDO PINHEIRO	18187/06	766/2012	10
40.	ARMANDO CARMO DA SILVA JUNIOR	2957/13	1049/2012	20
41.	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA	4313/12	1455/2012	40
42.	BEATRIZ PERÃO	1001/15	1006/2012	40
43.	BIANCA MARTINS	17359/03	831/2012	20
44.	CAMILA LEAL	5059/10	846/2012	20
45.	CAMILA MAGALI DA SILVA	17306/09	864/2012	20
46.	CAMILA MAGALI DA SILVA	17306/08	1128/2012	20
47.	CARIN DAIANA SALOMÃO	3876/20	1454/2012	20
48.	CARLA DE SOUZA	4342/08	1068/2012	20
49.	CARLA FELIPE DE JESUS	2038/12	861/2012	20

50.	CARLA GOMES DE OLIVEIRA	16725/04	832/2012	20
51.	CARLOS ALBERTO DIAS CAMARGO	20107/05	718/2012	10
52.	CARLOS ALBERTO DIAS CAMARGO	20107/04	171/2012	
53.	CARLOS AMARO FARIA DA SILVA	62234/03	1085/2012	20
54.	CARLOS AUGUSTO MACIEL	19772/05	904/2012	10
55.	CARMEN CLEDI SCHWERTZ ALVES	4474/10	1066/2012	20
56.	CAROLINA MAMBRINI MONTEIRO	62414/01	880/2012	
57.	CAROLINA RAMOS ACCETA	4975/10	998/2012	20
58.	CAROLLINNE BATALHA LEITE BOE	62405/01	933/2012	10
59.	CASSANDRA DA SILVA CAMPOS	3414/07	823/2012	20
60.	CHRISTIANE SO-RAIA DE LIMA	3252/05	1063/2012	20
61.	CINARA ROCHA SANTOS	1171/19	1072/2012	20
62.	CINTIA SOARES	3832/16	930/2012	30
63.	CINTIA SOUZA DA SILVA	4075/08	824/2012	20
64.	CLAUDETE TERE-SINHA DA ROSA	62528/01	910/2012	20
65.	CONCEÇA MARIA DA COSTA NETA	462/08	1373/2012	20
66.	CRISTIANA DE SOUZA D OLIVEIRA	2730/06	1015/2012	40
67.	CRISTIANE MENDES DA SILVA	4251/08	833/2012	20
68.	CRISTIANE MENDES DA SILVA	4252/07	834/2012	20
69.	CRISTIANE SEVERINO DA COSTA	529/14	1343/2012	20
70.	CRISTINA PAULO MONTEIRO	2639/06	791/2012	20
71.	CRISTINA FARIAS DOS SANTOS MAFRA	5078/05	856/2012	20
72.	DALVA MARIA FLORES	18287/10	993/2012	20
73.	DANIELA RAMOS URBANETTI	15318/09	878/2012	20
74.	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA	4268/11	777/2012	20
75.	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA	4268/10	778/2012	20
76.	DENILSON LUCIANI	62516/01	1377/2012	40
77.	DENISE REGINA COSTA DA SILVA	2386/08	1232/2012	40

78.	DILZA DE FATIMA NODA SERRANO	4769/03	1280/2012	20
79.	EDSON FABRICIO DE SOUZA	20073/04	940/2012	20
80.	ELENA DONIZERE RODRIGUES	4821/02	900/2012	20
81.	ELIANE CIDRAL DA SILVA	997/14	755/2011	
82.	ELIANE DA SILVA I	2558/18	929/2012	20
83.	ELIETE AMARO	1426/15	946/2012	20
84.	ELISANDRA PE-REIRABENTO	849/08	1007/2012	20
85.	ELISANGELA SILVA LINALDI	5083/15	1098/2012	30
86.	ELIZABETE KLIMKE DO NASCIMENTO	20056/02	879/2012	20
87.	EMERSON JOSE DA SILVA	20115/06	771/2012	20
88.	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO	62394/01	760/2012	20
89.	ESTER CORDEIRO	2720/07	1078/2012	20
90.	EVELYN KLINKE NAZARIO	2268/18	1305/2012	40
91.	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES	2441/17	1125/2012	20
92.	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES	2441/16	873/2012	20
93.	FABIANA VENTURI	62251/02	850/2012	20
94.	FABIANE DALLAGO	17772/09	1196/2012	20
95.	FABIANE DALLAGO	17772/08	1017/2012	20
96.	FABIO GARDIOLI DE CARVALHO	62407/01	1022/2012	20
97.	FERNANDA MICHAELE DE SOUZA	19732/04	1019/2012	20
98.	FRANCIELE CRISTINA SCHMITT	62011/03	1081/2012	20
99.	FRANCIELI CAROLINE CABRAL	61968/03	911/2012	30
100.	FRANCISCO CARLOS WERNER JUNIOR	62406/01	1050/2012	10
101.	FREDERICO PEIXOTO FERRÃO	19831/03	1060/2012	20
102.	GABRIELA CRISTINA PALMEIRA	61967/02	1238/2012	20
103.	GEISA CARLA RODRIGUES			
104.	GEOVANITA SAMANTA HELLGREN	19981/06	1067/2012	20
105.	GILMARA ROCHA	1168/08	922/2012	40
106.	GIOVANI LUIZ DINZER	17120/07	1094/2012	40
107.	GISELE DE FATIMA BALDO	17083/05	923/2012	20
108.	GISELE PRESTES	15106/04	842/2012	20

109.	GISELENE RODRIGUES	4312/14	1082/2012	10
110.	GRACIANA BENTA DA CRUZ	4633/07	860/2012	20
111.	HADWIG VOSS	4963/09	934/2012	40
112.	HELENA LOHMANN AMARANTE	17670/11	927/2012	40
113.	HELOISA DEMETRIO	4520/06	901/2012	20
114.	IONE GOMES RABITO	3538/09	865/2012	20
115.	ISABELA MONTE CRISTO LOPES	3655/08	1303/2012	20
116.	JANAINA CARDOSO	17420/06	1324/2012	40
117.	JANAINA FORLIM DE SOUZA	3842/12	682/2012	
118.	JANILCE ORTENCIA RAULINO	2565/11	1327/2012	20
119.	JEFERSON WILLIAM MUELLER	62257/03	1051/2012	20
120.	JEFERSON WILLIAM MUELLER	62257/02	1052/2012	20
121.	JENNIFER LUARA ROCHA	17361/02	841/2012	20
122.	JOCEA TOLISANO DUARTE	61880/03	721/2012	40
123.	JOCELINO GONÇALVES	62404/01	909/2012	40
124.	JOEL REIS ALVES JUNIOR	62527/01	1505/2012	20
125.	JOELMA ROMÃO	62433/01	1231/2012	30
126.	JOICE CARDOSO	20036/04	1020/2012	20
127.	JOICE MARIA GIESELER	3902/09	1046/2012	20
128.	JONATHAN ROBERTO DA SILVA VICENTE	62279/03	1594/2012	10
129.	JOSIANI BERNARDO CALEFI	14999/08	1097/2011	20
130.	JOSIANI BERNARDO CALEFI	14999/07	1096/2012	20
131.	JUCELEI PEDROZO DOS DANTOS DE SIQUEIRA	15881/08	881/2012	20
132.	JULIANA APARECIDA MICHALACK	4053/09	1065/2012	20
133.	JUNIOMAR NASCIMENTO DA SILVA	4853/08	937/2012	20
134.	KAREN ELIANE CARLOS	3928/11	870/2012	20
135.	KARIN MARCELLOS PEREIRA	17072/07	1000/2012	40
136.	KATHRIN APARECIDA SOSA	62434/01	1256/2012	20
137.	LARALUZ DOMINGOS BERNARDES	62018/02	877/2012	20

138.	LAURA CRISTINA DE SOUZA FERNANDES	806/17	1290/2012	20
139.	LEDINEIA CORREIA BURCKHART	4972/05	855/2012	20
140.	LIDIANE SANTOS ISENSEE	5061/07	1074/2012	20
141.	LIGIA MARA EVARISTO			
142.	LILIAN CRISTINA CAMILO	4592/09	1352/2012	20
143.	LUANA CRISTINA FONSECA	2440/16	1126/2012	20
144.	LUCIANA HELENA CRISPIM DA SILVEIRA	2645/07	506/2012	
145.	LUCILE PATRICIA FONSECA	3594/13	1725/2012	40
146.	LUCIMAR PEREIRA MANCIO	4125/09	1048/2012	20
147.	MAGALI SOUZA DA SILVA	5020/06	886/2012	20
148.	MAGRIT DECKER	4371/10	1652/2012	20
149.	MARCIA ANDREA GERVASIO	18762/06	935/2012	20
150.	MARCIA RODRIGUES CARDOSO	4115/11	1644/2012	20
151.	MARCIANO KRAEMER DOS SANTOS	61929/03	932/2012	30
152.	MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA	62189/03	928/2012	40
153.	MARGARETE ELSA GROSS REINKE	2260/09	720/2012	20
154.	MARIA APARECIDA INACIO	1288/22	1036/2012	20
155.	MARIA APARECIDA INACIO	1288/21	883/2012	20
156.	MARIA APARECIDA SERAFIM	1111/22	875/2012	20
157.	MARIA APARECIDA SERAFIM	1111/21	874/2012	20
158.	MARIA BERNARDETE DA SILVA SANTOS	14294/04	827/2012	20
159.	MARIA FATIMA DA SILVA RIBEIRO	2366/18	1062/2012	20
160.	MARIA VERONICA DE OLIVEIRA FUJIWARA	2828/06	1344/2012	20
161.	MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA	2159/06	1381/2012	20
162.	MARIANGELA PEDROZO DE OLIVEIRA	19750/04	1698/2012	
163.	MARINEZ DE SOUZA	4096/12	851/2012	20
164.	MARINICE COELHO DA SILVA	962/17	938/2012	20

165.	MARISTELA CAMILO DA SILVA	4920/04	1278/2012	20
166.	MARISTELA CARLOS	1677/11	1304/2012	20
167.	MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS	17064/06	762/2012	20
168.	MARLI REGINA PACHECO FAUSTO	3764/13	994/2012	20
169.	MARLI REGINA PACHECO FAUSTO	3764/12	838/2012	20
170.	MARLON DIAS ROSA	62399/01	1092/2012	20
171.	MARY CLEIA MADZGALA PRZYWITOWSKI	62003/02	854/2012	20
172.	MAURICIO VALPIR DA SILVA	4944/08	905/2012	40
173.	MELIZA DE AGUIAR DE ARAUJO	1150/13	826/2012	20
174.	MICHELE ALINE DE MOURA REISER	4375/06	857/2012	20
175.	MICHELE BRAZ LOPES	16848/03	919/2012	20
176.	MIRELA CRISTINA LEITE SAMPAIO	19855/08	926/2012	20
177.	MIRELA CRISTINA LEITE SAMPAIO	19855/07	925/2012	20
178.	MIRELLA SHELLIGAN MAIA RIBEIRO	3590/07	719/2012	20
179.	MONICA EVELYN WEIRS SADA	3613/12	917/2012	20
180.	NIVALDO JOSE KLOPP	12948/07	906/2012	10
181.	PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA	2868/04	1239/2012	40
182.	PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA	2669/09	1099/2012	10
183.	PATRICIA DUARTE CIDRAL	4528/12	1061/2012	10
184.	PATRICIA ESTELA LOPES			
185.	PATRICIA HERING DOS SANTOS	932/19	1273/2012	20
186.	PATRICIA JACINTO	4805/09	1016/2012	20
187.	PATRICIA LUCIANO KAFKA	1998/02	849/2012	20
188.	PAULA RUBIA GAYA	3519/08	1459/2012	10
189.	PAULO ROBERTO KUSTER	62197/03	908/2012	40
190.	PRISCILA ANGIOLETTI	19830/05	1004/2012	40
191.	PRISCILA CRISTINA REGIS	61907/02	1024/2012	20
192.	PRISCILA DOS SANTOS	62198/02	1257/2012	20

193.	RAFAEL POSSAMAI	62525/01	1507/2012	10
194.	RAFAELA FERNANDA MENDES	2470/15	913/2012	20
195.	REGIANE DA SILVA ROMÃO	4783/03	1702/2012	
196.	REGINA CELIA SILVA SANTOS RODRIGUES	1664/13	1306/2012	10
197.	REGINA MARIA DA SILVA	62013/02	867/2012	20
198.	RENAN DA SILVA DO VALLE	62282/02	924/2012	20
199.	RENATA REGINATO ROQUE	4000/10	817/2012	40
200.	RITA DE CASSIA DA CUNHA	1015/12	876/2012	20
201.	RITA ROSE KORMANN	3808/13	884/2012	20
202.	ROSANGELA APARECIDA ROTERS	62211/04	780/2012	20
203.	ROSANGELA CHIMKA	14978/06	1506/2012	20
204.	ROSANGELA CHIMKA	14978/05	890/2012	20
205.	ROSANGELA MARIA SENFF WILLE	62520/01	1353/2012	20
206.	ROSELI CORREA DE ALMEIDA	3995/13	1426/2012	20
207.	ROSELI DA CUNHA	1718/19	1018/2012	20
208.	ROSEMERE FARIAS DA SILVA	3427/11	858/2012	20
209.	SAMARA NASATO	62521/01	1453/2012	20
210.	SAMIA HASSAN RESCLAN	4856/09	808/2012	20
211.	SANDRA BARBARA RUMOR	50832/05	774/2012	20
212.	SANDRA DE MELLO DE LIMA	19934/03	899/2012	40
213.	SELONI APARECIDA RAMOS			
214.	SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI	4508/08	921/2012	40
215.	SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA	3647/15	996/2012	20
216.	SIDNEY RICARDO LICKFELD	4759/07	939/2012	20
217.	SILVANA LETICIA DUMKE	19819/04	822/2012	20
218.	SIMONE BOASTIK	19849/06	914/2012	20
219.	SIRLEI TEREZINHA WOLFART	16752/04	1025/2012	20
220.	SUELI MARIA TRIMMER S. CUNHA	1067/16	1129/2012	20
221.	SUELI MARIA TRIMMER S. CUNHA	1067/15	871/2012	20

222.	SUSANA REIS GOMES DA ROCHA	4336/05	1282/2012	20
223.	SUZELE BENTA DO NASCIEMETNO	53470/07	1127/2012	20
224.	TARCISIO FERREIRA RODRIGUES	17947/07	1146/2012	40
225.	TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA	4946/11	782/2012	20
226.	TEREZA DOS SANTOS INACIO	1558/16	1197/2012	20
227.	TERZA DOS SANTOS INACIO	1558/15	891/2012	20
228.	THAIS APARECIDA FELICIANO LIMA	62284/03	1270/2012	20
229.	VANDERLEIA BONA TRENTINI	19833/03	847/2012	20
230.	VISANGELA SAGAS MACHADO	16992/06	1076/2012	40
231.	VIVIANE DOS SANTOS SIMÃO	3565/16	829/2012	20
232.	VIVIANE VALMIRA SAGAS NOLLI	4672/06	868/2012	20
233.	VIVIANI TAIMARA BERNARDES GALVES	17895/04	1105/2012	20
234.	WALQUIRIA MELO DE JESUS	62398/01	1101/2012	10
235.	WILLIAM STERCHELE BARCELLOS	15630/12	931/2012	20
236.	WILLIAMS CORREA	19982/06	784/2012	20
237.	ZORAIDE WALDETE DA SILVA	4765/10	1058/2012	40

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 De Março De 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 23 de março de 2012.

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 04/2012Ipp
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2012IPP

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL DE ANDAR TÉRREO, MEDINDO APROXIMADAMENTE ENTRE 200 M2 A 240 M2, LOCALIZADO NO ÁREA CENTRAL, PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 12/04/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs

do dia 12/04/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 28 de março de 2012.
JAN ULLRICH
Diretor Presidente

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 187/2011Pmn
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2011PMN
RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE CARNES E SEUS DERIVADOS PARA ABASTECER TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES MUNICIPAL. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 13/04/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 13/04/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 28 de março de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 03/2012Ipp
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2012IPP

Comunica na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PREVIDENCIÁRIO (SOFTWARE) PARA REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 02/05/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 02/05/2012. O edital na íntegra se encontra à disposição na rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 27 de março de 2012.
JAN ULLRICH
DIRETOR PRESIDENTE

Carta de Convocação

Navegantes, 20 de março de 2012
Ilma Sra
JULIANA OPOLSKI MEDEIROS(CANDIDATO)
Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - 001/2011
Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2011, para o cargo de MÉDICO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER
Diretoria em Gestão de R.H.

Carta de Convocação

Navegantes, 13 de março de 2012

Ilma Sra

PATRICIA BARBOSA DE OLIVEIRA CHAVES (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - 001/2011

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2011, para o cargo de MÉDICO ESF.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER
Diretoria em Gestão de R.H.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo I

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	159.368.694,00	159.368.694,00	25.104.493,20	15,75	25.104.493,20	15,75	134.264.200,80
RECEITAS CORRENTES	119.548.474,00	119.548.474,00	24.657.698,10	20,63	24.657.698,10	20,63	94.890.775,90
RECEITA TRIBUTARIA	23.815.207,00	23.815.207,00	8.485.774,50	35,63	8.485.774,50	35,63	15.329.432,50
IMPOSTOS	22.265.245,00	22.265.245,00	7.569.800,28	34,00	7.569.800,28	34,00	14.695.444,72
TAXAS	1.349.962,00	1.349.962,00	851.597,13	63,08	851.597,13	63,08	498.364,87
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	64.377,09	32,19	64.377,09	32,19	135.622,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.081.903,00	6.081.903,00	689.213,10	11,33	689.213,10	11,33	5.392.689,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.581.903,00	3.581.903,00	291.703,53	8,14	291.703,53	8,14	3.290.199,47
Contribuição p/Custeio dos Serviços de Iluminação	2.500.000,00	2.500.000,00	397.509,57	15,90	397.509,57	15,90	2.102.490,43
RECEITA PATRIMONIAL	1.582.478,00	1.582.478,00	129.617,64	8,19	129.617,64	8,19	1.452.860,36
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.573.337,00	1.573.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.573.337,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	129.205,14	0,00	129.205,14	0,00	-129.205,14
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	9.141,00	9.141,00	412,50	4,51	412,50	4,51	8.728,50
RECEITA DE SERVIÇOS	11.216.388,00	11.216.388,00	1.865.859,46	16,64	1.865.859,46	16,64	9.350.528,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.562.183,00	72.562.183,00	12.820.423,68	17,67	12.820.423,68	17,67	59.741.759,32
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	71.540.048,00	71.540.048,00	12.770.423,68	17,85	12.770.423,68	17,85	58.769.624,32
Transf. de Instituições Privadas	11.109,00	11.109,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.109,00
Transf. de Pessoas	22.219,00	22.219,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.219,00
Transf. de Conv.	988.807,00	988.807,00	50.000,00	5,06	50.000,00	5,06	938.807,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.290.315,00	4.290.315,00	666.809,72	15,54	666.809,72	15,54	3.623.505,28
Multas e Juros de Mora	2.086.152,00	2.086.152,00	237.186,22	11,37	237.186,22	11,37	1.848.965,78
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.000,00	60.000,00	697,41	1,16	697,41	1,16	59.302,59
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.750.000,00	1.750.000,00	382.108,62	21,83	382.108,62	21,83	1.367.891,38
RECEITAS DIVERSAS	394.163,00	394.163,00	46.817,47	11,88	46.817,47	11,88	347.345,53
RECEITAS DE CAPITAL	39.820.220,00	39.820.220,00	446.795,10	1,12	446.795,10	1,12	39.373.424,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.775.000,00	10.775.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.775.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	10.775.000,00	10.775.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.775.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.045.220,00	29.045.220,00	446.795,10	1,54	446.795,10	1,54	28.598.424,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.011.327,00	2.011.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.011.327,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	27.033.893,00	27.033.893,00	446.795,10	1,65	446.795,10	1,65	26.587.097,90

Continua 1/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/4

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.571.590,00	6.571.590,00	504.730,63	7,68	504.730,63	7,68	6.066.859,37
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.571.590,00	6.571.590,00	504.730,63	7,68	504.730,63	7,68	6.066.859,37
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.321.590,00	6.321.590,00	504.730,63	7,98	504.730,63	7,98	5.816.859,37
Receitas Intra-Orçamentárias-Contribuições Socias	6.321.590,00	6.321.590,00	504.730,63	7,98	504.730,63	7,98	5.816.859,37
Receitas Intra - Orçamentárias	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	165.940.284,00	165.940.284,00	25.609.223,83	15,43	25.609.223,83	15,43	140.331.060,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	165.940.284,00	165.940.284,00	25.609.223,83	15,43	25.609.223,83	15,43	140.331.060,17
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	165.940.284,00	165.940.284,00	25.609.223,83	15,43	25.609.223,83	15,43	140.331.060,17
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.087.019,34	—	—	84.310,48	—	—
Superávit Financeiro	—	2.087.019,34	—	—	84.310,48	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	163.270.284,00	-2.346.070,66	160.924.213,34	35.722.350,60	35.722.350,60	17.357.374,68	17.357.374,68	10,79	143.566.838,66
DESPESAS CORRENTES	99.315.206,80	-5.368.070,66	93.947.136,14	28.885.138,32	28.885.138,32	14.266.989,48	14.266.989,48	15,19	79.680.146,66

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Continuação 3/4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	163.270.284,00	-2.346.070,66	160.924.213,34	35.722.350,60	35.722.350,60	17.357.374,68	17.357.374,68	10,79	143.566.838,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.464.497,58	-5.764.570,66	54.699.926,92	11.108.933,36	11.108.933,36	8.878.824,77	8.878.824,77	16,23	45.821.102,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	111.800,68	111.800,68	111.800,68	111.800,68	55,90	88.199,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.650.709,22	396.500,00	39.047.209,22	17.664.404,28	17.664.404,28	5.276.364,03	5.276.364,03	13,51	33.770.845,19
DESPESAS DE CAPITAL	55.026.998,20	3.022.000,00	58.048.998,20	6.837.212,28	6.837.212,28	3.090.385,20	3.090.385,20	5,32	54.958.613,00
INVESTIMENTOS	52.526.998,20	3.022.000,00	55.548.998,20	5.990.363,89	5.990.363,89	2.770.038,72	2.770.038,72	4,99	52.778.959,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	846.848,39	846.848,39	320.346,48	320.346,48	12,81	2.179.653,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00	0,00	574.586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.586,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	8.353.493,00	0,00	8.353.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.353.493,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.670.000,00	6.321.590,00	8.991.590,00	1.143.644,30	1.143.644,30	979.748,58	979.748,58	10,90	8.011.841,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.420.000,00	6.321.590,00	8.741.590,00	973.025,56	973.025,56	973.025,56	973.025,56	11,13	7.768.564,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00	0,00	250.000,00	170.618,74	170.618,74	6.723,02	6.723,02	2,69	243.276,98
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	165.940.284,00	3.975.519,34	169.915.803,34	36.865.994,90	36.865.994,90	18.337.123,26	18.337.123,26	10,79	151.578.680,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	165.940.284,00	3.975.519,34	169.915.803,34	36.865.994,90	36.865.994,90	18.337.123,26	18.337.123,26	10,79	151.578.680,08
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.272.100,57	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	165.940.284,00	3.975.519,34	169.915.803,34	36.865.994,90	36.865.994,90	18.337.123,26	25.609.223,83	10,79	151.578.680,08

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 291.603,53

FONTE:

Continua 3/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Continuação 4/4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FONTE:

NAVEGANTES, 28/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo II

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “ c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	163.270.284,00	160.924.213,34	35.722.350,60	35.722.350,60	17.357.374,68	17.357.374,68	94,66	10,79	143.566.838,66
Legislativa	2.498.000,00	2.442.800,00	1.931.921,40	1.931.921,40	379.966,45	379.966,45	2,07	15,55	2.062.833,55
Ação Legislativa	2.498.000,00	2.442.800,00	1.931.921,40	1.931.921,40	379.966,45	379.966,45	2,07	15,55	2.062.833,55
Essencial à Justiça	1.143.500,00	1.086.950,00	166.634,57	166.634,57	117.628,63	117.628,63	0,64	10,82	969.321,37
Representação Judicial e Extrajudicial	1.143.500,00	1.086.950,00	166.634,57	166.634,57	117.628,63	117.628,63	0,64	10,82	969.321,37
Administração	13.209.046,76	12.365.599,76	3.057.398,75	3.057.398,75	1.849.552,48	1.849.552,48	10,09	14,96	10.516.047,28
Planejamento e Orçamento	1.340.300,00	1.200.200,00	207.521,93	207.521,93	202.846,35	202.846,35	1,11	16,90	997.353,65
Administração Geral	3.028.631,75	3.015.631,75	1.244.700,09	1.244.700,09	499.091,62	499.091,62	2,72	16,55	2.516.540,13
Administração Financeira	2.100.000,00	1.930.925,00	277.920,43	277.920,43	232.122,43	232.122,43	1,27	12,02	1.698.802,57
Normatização e Fiscalização	150.000,00	150.000,00	111.008,53	111.008,53	41.423,03	41.423,03	0,23	27,62	108.576,97
Tecnologia da Informatização	550.000,00	550.000,00	26.682,20	26.682,20	7.464,42	7.464,42	0,04	1,36	542.535,58
Formação de Recursos Humanos	4.514.211,37	3.981.211,37	685.753,80	685.753,80	650.467,38	650.467,38	3,55	16,34	3.330.743,99
Administração de Receitas	200.000,00	250.000,00	243.349,88	243.349,88	112.988,93	112.988,93	0,62	45,20	137.011,07
Comunicação Social	828.575,00	790.303,00	259.361,89	259.361,89	103.048,32	103.048,32	0,56	13,04	687.254,68
Previdência do Regime Estatutário	497.328,64	497.328,64	1.100,00	1.100,00	100,00	100,00	0,00	0,02	497.228,64
Segurança Pública	2.879.939,00	2.827.539,00	672.721,65	672.721,65	422.530,67	422.530,67	2,30	14,94	2.405.008,33
Policiamento	996.775,00	996.775,00	112.916,30	112.916,30	44.363,04	44.363,04	0,24	4,45	952.411,96
Defesa Civil	500.200,00	484.200,00	86.010,04	86.010,04	84.010,04	84.010,04	0,46	17,35	400.189,96
Informação e Inteligência	1.382.964,00	1.346.564,00	473.795,31	473.795,31	294.157,59	294.157,59	1,60	21,85	1.052.406,41
Assistência Social	2.384.827,00	2.302.727,00	459.301,45	459.301,45	260.526,52	260.526,52	1,42	11,31	2.042.200,48
Assistência ao Idoso	184.264,00	184.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184.264,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	260.136,00	260.136,00	20.041,36	20.041,36	3.922,06	3.922,06	0,02	1,51	256.213,94
Assistência Comunitária	1.940.427,00	1.858.327,00	439.260,09	439.260,09	256.604,46	256.604,46	1,40	13,81	1.601.722,54
Previdência Social	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Previdência do Regime Estatutário	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Saúde	20.398.051,75	19.443.151,75	4.266.999,73	4.266.999,73	2.978.355,53	2.978.355,53	16,24	15,32	16.464.796,22
Atenção Básica	13.780.736,10	12.872.236,10	3.625.558,29	3.625.558,29	2.524.502,26	2.524.502,26	13,77	19,61	10.347.733,84
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.872.295,00	3.845.895,00	451.044,72	451.044,72	365.146,33	365.146,33	1,99	9,49	3.480.748,67

Continua 1/5

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	163.270.284,00	160.924.213,34	35.722.350,60	35.722.350,60	17.357.374,68	17.357.374,68	94,66	10,79	143.566.838,66
Saúde	20.398.051,75	19.443.151,75	4.266.999,73	4.266.999,73	2.978.355,53	2.978.355,53	16,24	15,32	16.464.796,22
Suporte Profilático e Terapêutico	2.127.995,65	2.127.995,65	50.040,48	50.040,48	50.040,48	50.040,48	0,27	2,35	2.077.955,17
Vigilância Sanitária	316.649,00	307.649,00	70.181,21	70.181,21	15.560,79	15.560,79	0,08	5,06	292.088,21
Vigilância Epidemiológica	300.376,00	289.376,00	70.175,03	70.175,03	23.105,67	23.105,67	0,13	7,98	266.270,33
Trabalho	413.008,20	413.008,20	1.189,85	1.189,85	0,00	0,00	0,00	0,00	413.008,20
Fomento ao Trabalho	150.000,00	150.000,00	1.189,85	1.189,85	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Ensino Fundamental	263.008,20	263.008,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263.008,20
Educação	45.127.670,30	43.364.396,64	12.515.665,17	12.515.665,17	5.470.708,82	5.470.708,82	29,83	12,62	37.893.687,82
Alimentação e Nutrição	1.100.000,00	1.100.000,00	508.517,83	508.517,83	18.518,42	18.518,42	0,10	1,68	1.081.481,58
Ensino Fundamental	25.412.312,00	24.761.538,34	7.308.243,80	7.308.243,80	3.308.559,48	3.308.559,48	18,04	13,36	21.452.978,86
Educação Infantil	18.374.986,30	17.287.486,30	4.677.546,24	4.677.546,24	2.122.273,62	2.122.273,62	11,57	12,28	15.165.212,68
Educação de Jovens e Adultos	139.445,00	124.445,00	14.202,27	14.202,27	14.202,27	14.202,27	0,08	11,41	110.242,73
Educação Especial	100.927,00	90.927,00	7.155,03	7.155,03	7.155,03	7.155,03	0,04	7,87	83.771,97
Cultura	627.845,00	624.345,00	62.512,03	62.512,03	35.950,92	35.950,92	0,20	5,76	588.394,08
Difusão Cultural	627.845,00	624.345,00	62.512,03	62.512,03	35.950,92	35.950,92	0,20	5,76	588.394,08
Urbanismo	31.640.522,36	32.172.922,36	3.548.638,90	3.548.638,90	1.511.142,04	1.511.142,04	8,24	4,70	30.661.780,32
Infra-Estrutura Urbana	23.110.522,36	24.242.922,36	1.353.177,59	1.353.177,59	448.486,80	448.486,80	2,45	1,85	23.794.435,56
Serviços Urbanos	8.530.000,00	7.930.000,00	2.195.461,31	2.195.461,31	1.062.655,24	1.062.655,24	5,80	13,40	6.867.344,76
Habitação	210.000,00	210.000,00	2.916,40	2.916,40	2.916,40	2.916,40	0,02	1,39	207.083,60
Habitação Urbana	210.000,00	210.000,00	2.916,40	2.916,40	2.916,40	2.916,40	0,02	1,39	207.083,60
Saneamento	8.490.000,00	8.997.600,00	2.566.353,75	2.566.353,75	1.070.358,50	1.070.358,50	5,84	11,90	7.927.241,50
Saneamento Básico Urbano	8.490.000,00	8.997.600,00	2.566.353,75	2.566.353,75	1.070.358,50	1.070.358,50	5,84	11,90	7.927.241,50
Gestão Ambiental	530.610,00	512.410,00	38.731,58	38.731,58	35.661,30	35.661,30	0,19	6,96	476.748,70
Preservação e Conservação Ambiental	98.923,00	98.923,00	1.121,90	1.121,90	1.121,90	1.121,90	0,01	1,13	97.801,10
Controle Ambiental	431.687,00	413.487,00	37.609,68	37.609,68	34.539,40	34.539,40	0,19	8,35	378.947,60
Agricultura	931.500,00	897.300,00	126.757,25	126.757,25	96.115,15	96.115,15	0,52	10,71	801.184,85
Abastecimento	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Extensão Rural	861.500,00	827.300,00	126.757,25	126.757,25	96.115,15	96.115,15	0,52	11,62	731.184,85

Continua 2/5

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 3/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	163.270.284,00	160.924.213,34	35.722.350,60	35.722.350,60	17.357.374,68	17.357.374,68	94,66	10,79	143.566.838,66
Indústria	167.700,00	150.900,00	65.224,17	65.224,17	43.109,62	43.109,62	0,24	28,57	107.790,38
Promoção Industrial	167.700,00	150.900,00	65.224,17	65.224,17	43.109,62	43.109,62	0,24	28,57	107.790,38
Comércio e Serviços	1.514.527,63	2.016.527,63	1.551.580,32	1.551.580,32	972.064,59	972.064,59	5,30	48,20	1.044.463,04
Turismo	1.514.527,63	2.016.527,63	1.551.580,32	1.551.580,32	972.064,59	972.064,59	5,30	48,20	1.044.463,04
Energia	2.500.000,00	2.500.000,00	747.049,66	747.049,66	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Energia Elétrica	2.500.000,00	2.500.000,00	747.049,66	747.049,66	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Transporte	14.499.490,00	14.499.490,00	1.855.052,45	1.855.052,45	1.301.990,47	1.301.990,47	7,10	8,98	13.197.499,53
Transporte Rodoviário	14.499.490,00	14.499.490,00	1.855.052,45	1.855.052,45	1.301.990,47	1.301.990,47	7,10	8,98	13.197.499,53
Desporto e Lazer	1.270.967,00	1.263.467,00	167.052,45	167.052,45	135.856,84	135.856,84	0,74	10,75	1.127.610,16
Desporto Comunitário	1.270.967,00	1.263.467,00	167.052,45	167.052,45	135.856,84	135.856,84	0,74	10,75	1.127.610,16
Encargos Especiais	3.705.000,00	3.705.000,00	1.918.649,07	1.918.649,07	672.939,75	672.939,75	3,67	18,16	3.032.060,25
Serviço da Dívida Interna	2.700.000,00	2.700.000,00	958.649,07	958.649,07	432.147,16	432.147,16	2,36	16,01	2.267.852,84
Outros Encargos Especiais	1.005.000,00	1.005.000,00	960.000,00	960.000,00	240.792,59	240.792,59	1,31	23,96	764.207,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00	574.586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.586,00
RESERVA DO RPPS	8.353.493,00	8.353.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.353.493,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	8.991.590,00	1.143.644,30	1.143.644,30	979.748,58	979.748,58	5,34	10,90	8.011.841,42
Legislativa	2.000,00	57.200,00	400,00	400,00	31,18	31,18	0,00	0,05	57.168,82
Ação Legislativa	2.000,00	57.200,00	400,00	400,00	31,18	31,18	0,00	0,05	57.168,82
Essencial à Justiça	0,00	56.550,00	6.520,74	6.520,74	6.520,74	6.520,74	0,04	11,53	50.029,26
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	56.550,00	6.520,74	6.520,74	6.520,74	6.520,74	0,04	11,53	50.029,26
Administração	49.236,00	942.683,00	125.684,41	125.684,41	96.684,41	96.684,41	0,53	10,26	845.998,59
Planejamento e Orçamento	0,00	140.100,00	21.173,41	21.173,41	21.173,41	21.173,41	0,12	15,11	118.926,59
Administração Geral	29.236,00	42.236,00	30.762,30	30.762,30	1.762,30	1.762,30	0,01	4,17	40.473,70
Administração Financeira	0,00	169.075,00	18.028,29	18.028,29	18.028,29	18.028,29	0,10	10,66	151.046,71
Formação de Recursos Humanos	0,00	533.000,00	51.541,94	51.541,94	51.541,94	51.541,94	0,28	9,67	481.458,06
Comunicação Social	0,00	38.272,00	4.178,47	4.178,47	4.178,47	4.178,47	0,02	10,92	34.093,53
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Continua 3/5

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 4/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	8.991.590,00	1.143.644,30	1.143.644,30	979.748,58	979.748,58	5,34	10,90	8.011.841,42
Segurança Pública	6.819,00	59.219,00	8.150,17	8.150,17	8.150,17	8.150,17	0,04	13,76	51.068,83
Policimento	6.819,00	6.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.819,00
Defesa Civil	0,00	16.000,00	2.540,32	2.540,32	2.540,32	2.540,32	0,01	15,88	13.459,68
Informação e Inteligência	0,00	36.400,00	5.609,85	5.609,85	5.609,85	5.609,85	0,03	15,41	30.790,15
Assistência Social	5.000,00	87.100,00	13.998,32	13.998,32	8.998,32	8.998,32	0,05	10,33	78.101,68
Assistência Comunitária	5.000,00	87.100,00	13.998,32	13.998,32	8.998,32	8.998,32	0,05	10,33	78.101,68
Previdência Social	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
Previdência do Regime Estatutário	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
Saúde	55.545,00	1.010.445,00	155.269,25	155.269,25	155.269,25	155.269,25	0,85	15,37	855.175,75
Atenção Básica	55.545,00	964.045,00	155.269,25	155.269,25	155.269,25	155.269,25	0,85	16,11	808.775,75
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.400,00
Vigilância Sanitária	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação	80.000,00	3.566.793,00	682.341,34	682.341,34	607.814,44	607.814,44	3,31	17,04	2.958.978,56
Ensino Fundamental	50.000,00	2.035.793,00	389.697,90	389.697,90	339.697,90	339.697,90	1,85	16,69	1.696.095,10
Educação Infantil	30.000,00	1.506.000,00	288.518,61	288.518,61	263.991,71	263.991,71	1,44	17,53	1.242.008,29
Educação de Jovens e Adultos	0,00	15.000,00	2.785,13	2.785,13	2.785,13	2.785,13	0,02	18,57	12.214,87
Educação Especial	0,00	10.000,00	1.339,70	1.339,70	1.339,70	1.339,70	0,01	13,40	8.660,30
Cultura	5.555,00	9.055,00	471,90	471,90	471,90	471,90	0,00	5,21	8.583,10
Difusão Cultural	5.555,00	9.055,00	471,90	471,90	471,90	471,90	0,00	5,21	8.583,10
Urbanismo	30.000,00	630.000,00	111.403,48	111.403,48	81.403,48	81.403,48	0,44	12,92	548.596,52
Serviços Urbanos	30.000,00	630.000,00	111.403,48	111.403,48	81.403,48	81.403,48	0,44	12,92	548.596,52
Saneamento	10.000,00	60.000,00	12.808,90	12.808,90	2.808,90	2.808,90	0,02	4,68	57.191,10
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	60.000,00	12.808,90	12.808,90	2.808,90	2.808,90	0,02	4,68	57.191,10
Gestão Ambiental	5.555,00	23.755,00	2.649,29	2.649,29	2.649,29	2.649,29	0,01	11,15	21.105,71
Controle Ambiental	5.555,00	23.755,00	2.649,29	2.649,29	2.649,29	2.649,29	0,01	11,15	21.105,71
Agricultura	5.000,00	39.200,00	10.185,64	10.185,64	5.185,64	5.185,64	0,03	13,23	34.014,36
Extensão Rural	5.000,00	39.200,00	10.185,64	10.185,64	5.185,64	5.185,64	0,03	13,23	34.014,36

Continua 4/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 5/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	8.991.590,00	1.143.644,30	1.143.644,30	979.748,58	979.748,58	5,34	10,90	8.011.841,42
Indústria	5.000,00	21.800,00	5.836,99	5.836,99	836,99	836,99	0,00	3,84	20.963,01
Promoção Industrial	5.000,00	21.800,00	5.836,99	5.836,99	836,99	836,99	0,00	3,84	20.963,01
Comércio e Serviços	5.000,00	15.000,00	6.607,73	6.607,73	1.607,73	1.607,73	0,01	10,72	13.392,27
Turismo	5.000,00	15.000,00	6.607,73	6.607,73	1.607,73	1.607,73	0,01	10,72	13.392,27
Desporto e Lazer	5.290,00	12.790,00	1.316,14	1.316,14	1.316,14	1.316,14	0,01	10,29	11.473,86
Desporto Comunitário	5.290,00	12.790,00	1.316,14	1.316,14	1.316,14	1.316,14	0,01	10,29	11.473,86
TOTAL (III) = (I + II)	165.940.284,00	169.915.803,34	36.865.994,90	36.865.994,90	18.337.123,26	18.337.123,26	100,00	10,79	151.578.680,08

FONTE:

NAVEGANTES, 28/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo Iii

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	9.276.101,97	9.273.178,76	9.225.514,64	9.292.918,14	9.458.761,85	9.639.581,29	9.447.697,83	9.283.280,84	9.707.958,03	13.132.841,63	13.437.641,25	12.771.303,69	123.946.779,92	127.036.434,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.858.206,96	1.636.373,91	1.445.834,40	1.494.114,51	1.966.924,21	1.769.267,05	1.758.759,86	1.345.769,98	1.630.021,30	3.486.258,07	4.766.394,62	3.719.379,88	26.877.304,75	23.815.207,00
RECEITA TRIBUTARIA	1.858.206,96	1.636.373,91	1.445.834,40	1.494.114,51	1.966.924,21	1.769.267,05	1.758.759,86	1.345.769,98	1.630.021,30	3.486.258,07	4.766.394,62	3.719.379,88	26.877.304,75	23.815.207,00
I.P.T.U.	319.617,49	204.969,52	147.161,80	143.752,82	129.209,35	147.783,41	112.988,66	123.768,77	144.757,78	226.641,81	2.400.981,58	1.605.122,89	5.706.755,88	4.975.245,00
I.S.S.	889.554,36	969.898,52	984.639,66	993.998,78	1.445.733,35	1.061.953,15	1.190.292,95	952.830,50	1.051.891,76	1.666.739,91	1.675.789,82	1.353.638,46	14.236.961,22	13.000.000,00
I.T.B.I.	274.118,25	307.374,23	189.834,69	231.043,96	262.393,86	208.561,77	347.330,64	174.589,44	246.206,31	477.954,57	202.775,53	235.784,79	3.157.968,04	2.960.000,00
I.R.R.F	24.853,58	75.873,25	39.104,57	47.225,30	45.603,97	289.743,40	47.254,03	41.176,18	57.016,30	969.322,42	24.312,37	71.394,84	1.732.880,21	1.330.000,00
Outras Receitas Tributárias	350.063,28	78.258,39	85.093,68	78.093,65	83.983,68	61.225,32	60.893,58	53.405,09	130.149,15	145.599,36	462.535,32	453.438,90	2.042.739,40	1.549.962,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	107.011,52	275.977,75	219.233,98	235.368,01	210.027,51	214.799,46	220.015,73	220.299,92	220.575,07	315.104,47	142.616,20	546.596,90	2.927.626,52	6.081.903,00
RECEITA PATRIMONIAL	75.648,94	70.250,94	73.765,84	66.299,70	110.400,63	105.162,27	94.476,48	78.665,97	74.408,40	60.282,08	62.385,12	67.232,52	938.978,89	1.582.478,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.107.205,00	900.083,77	834.304,71	875.163,09	758.013,66	1.034.304,10	943.160,74	800.721,99	972.461,49	892.211,98	877.829,67	988.029,79	10.983.489,99	11.216.388,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.776.792,94	6.091.956,67	6.287.749,87	6.264.081,06	6.042.712,13	6.164.361,40	6.151.142,76	6.584.218,05	6.405.319,61	7.720.312,47	7.203.644,77	7.168.025,75	77.860.317,48	80.100.143,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.119.208,35	1.483.507,09	1.702.755,71	1.536.856,98	1.307.367,03	1.348.572,49	1.076.608,03	1.415.125,23	1.495.134,00	2.514.309,66	1.723.942,97	2.085.370,92	18.808.758,46	18.693.800,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.258.553,84	1.250.866,38	1.210.695,92	1.225.686,47	1.306.951,84	1.297.414,19	1.370.712,14	1.385.639,72	1.412.984,65	1.435.783,81	1.862.406,88	1.634.188,47	16.651.884,31	15.594.500,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	240.162,71	235.382,97	283.730,82	278.827,62	292.014,50	276.939,33	256.331,14	258.704,50	201.218,80	148.333,99	159.324,33	226.261,65	2.857.232,36	3.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	47,14	5.976,84	165,80	806,72	245,33	210,31	578,13	8.360,90	351,90	98,60	248,98	68,52	17.159,17	10.000,00
Transferências da LC 61/1989	18.902,61	25.535,32	21.520,34	23.791,00	23.380,77	23.462,05	21.749,91	30.725,15	28.817,19	32.597,97	14.836,91	30.990,46	296.309,68	301.500,00
Transferências da LC 87/1996	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	9.298,03	9.298,03	89.524,56	90.000,00
Transferências do FUNDEB	2.152.896,81	2.265.918,36	2.316.680,80	2.262.416,41	2.209.749,09	2.249.817,89	2.318.028,01	2.432.162,12	2.420.129,96	2.507.520,15	2.578.278,95	2.400.726,55	28.114.325,10	30.018.450,00
Outras Transferências Correntes	979.928,63	817.676,86	745.107,63	928.603,01	895.910,72	960.852,29	1.100.042,55	1.046.407,58	839.590,26	1.074.575,44	855.307,72	781.121,15	11.025.123,84	12.391.893,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	351.236,61	298.535,72	364.625,84	357.891,77	370.683,71	351.687,01	280.142,26	253.604,93	405.172,16	658.672,56	384.770,87	282.038,85	4.359.062,29	4.240.315,00
DEDUÇÕES (II)	528.793,25	601.672,10	645.192,06	614.612,14	587.410,26	590.738,05	546.614,24	621.159,48	629.350,05	671.807,18	754.011,41	1.088.938,96	7.880.299,18	11.119.863,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	291.703,53	3.581.903,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	528.793,25	601.672,10	645.192,06	614.612,14	587.410,26	590.738,05	546.614,24	621.159,48	629.350,05	671.807,18	754.011,41	797.235,43	7.588.595,65	7.537.960,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.747.308,72	8.671.506,66	8.580.322,58	8.678.306,00	8.871.351,59	9.048.843,24	8.901.083,59	8.662.121,36	9.078.607,98	12.461.034,45	12.683.629,84	11.682.364,73	116.066.480,74	115.916.571,00

FONTE:

NAVEGANTES, 28/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo V

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.909.229,53	4.909.229,53	4.759.236,44
DEDUÇÕES (II)	8.386.572,47	8.386.572,47	14.110.524,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.509.119,29	9.509.119,29	17.406.598,59
Demais Haveres Financeiros	707,63	707,63	2.297,69
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.123.254,45	1.123.254,45	3.298.371,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.477.342,94	-3.477.342,94	-9.351.288,17
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	366.038,95	366.038,95	366.038,95
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.843.381,89	-3.843.381,89	-9.717.327,12
PERÍODO DE REFERÊNCIA			
RESULTADO NOMINAL		No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR		-5.873.945,23	-5.873.945,23

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.666,48

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	682.541,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	1.578,51
Investimentos	0,00	0,00	680.962,72
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	-682.541,23
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	-682.541,23

FONTE:

NAVEGANTES, 28/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo VI

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.909.229,53	4.909.229,53	4.759.236,44
DEDUÇÕES (II)	8.386.572,47	8.386.572,47	14.110.524,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.509.119,29	9.509.119,29	17.406.598,59
Demais Haveres Financeiros	707,63	707,63	2.297,69
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.123.254,45	1.123.254,45	3.298.371,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.477.342,94	-3.477.342,94	-9.351.288,17
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	366.038,95	366.038,95	366.038,95
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.843.381,89	-3.843.381,89	-9.717.327,12
<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (C - B)		Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR	-5.873.945,23		-5.873.945,23

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	682.541,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	1.578,51
Investimentos	0,00	0,00	680.962,72
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	-682.541,23
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	-682.541,23

FONTE:

NAVEGANTES, 28/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo VII

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	124.546.727,00	25.033.223,59	25.033.223,59	19.815.026,02
Receita Tributária	23.815.207,00	8.485.774,50	8.485.774,50	6.201.259,09
I.P.T.U.	4.975.245,00	4.006.104,47	4.006.104,47	3.214.845,53
I.S.S.	13.000.000,00	3.029.428,28	3.029.428,28	1.809.986,96
I.T.B.I.	13.000.000,00	438.560,32	438.560,32	367.165,78
I.R.R.F.	2.840.000,00	95.707,21	95.707,21	70.332,18
Outras Receitas Tributárias	1.540.060,00	915.974,22	915.974,22	738.928,64
Receita de Contribuição	12.403.493,00	1.193.943,73	1.193.943,73	455.240,65
Receitas Previdenciárias	3.581.903,00	291.703,53	291.703,53	0,00
Outras Contribuições	8.821.590,00	902.240,20	902.240,20	455.240,65
Receita Patrimonial Líquida	9.141,00	412,50	412,50	0,00
Receita Patrimonial	1.582.478,00	129.617,64	129.617,64	134.456,30
(-) Aplicações Financeiras	1.582.478,00	129.205,14	129.205,14	134.456,30
Transferências Correntes	72.562.183,00	12.820.423,68	12.820.423,68	10.886.807,50
F.P.M.	14.955.040,00	3.047.451,17	3.047.451,17	2.644.596,80
I.C.M.S.	12.475.620,00	2.797.276,43	2.797.276,43	1.876.263,28
Convênios	12.998.800,00	50.000,00	50.000,00	171.706,50
Outras Transferências Correntes	44.148.800,00	6.925.696,08	6.925.696,08	6.194.240,92
Demais Receitas Correntes	15.756.703,00	2.532.669,18	2.532.669,18	2.271.718,78
Dívida Ativa	1.750.000,00	382.108,62	382.108,62	223.540,55
Diversas Receitas Correntes	14.006.703,00	2.150.560,56	2.150.560,56	2.048.178,23
RECEITAS DE CAPITAL (II)	39.820.220,00	446.795,10	446.795,10	0,00
Operações de Crédito (III)	10.775.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	10.775.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	29.045.220,00	446.795,10	446.795,10	0,00
Convênios	27.033.893,00	446.795,10	446.795,10	0,00
Outras Transferências de Capital	2.011.327,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	29.045.220,00	446.795,10	446.795,10	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	153.591.947,00	25.480.018,69	25.480.018,69	19.815.026,02
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	102.938.726,14	15.246.738,06	15.246.738,06	11.880.807,19
Pessoal e Encargos Sociais	63.441.516,92	9.851.850,33	9.851.850,33	7.012.930,34
Juros e Encargos da Dívida (IX)	63.441.516,92	111.800,68	111.800,68	0,00
Outras Despesas Correntes	39.280.800,00	5.283.087,05	5.283.087,05	4.867.876,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	102.738.726,14	15.134.937,38	15.134.937,38	11.880.807,19
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	58.048.998,20	3.090.385,20	3.090.385,20	2.512.730,74
Investimentos	55.548.998,20	2.770.038,72	2.770.038,72	2.318.021,52
Inversões Financeiras	55.548.998,20	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.500.000,00	320.346,48	320.346,48	194.709,22
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	55.548.998,20	2.770.038,72	2.770.038,72	2.318.021,52



Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	574.586,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	8.353.493,00	-	-	-
	8.353.493,00			
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	167.215.803,34	17.904.976,10	17.904.976,10	14.198.828,71
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-13.623.856,34	7.575.042,59	7.575.042,59	5.616.197,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	84.310,48	0,00
Superávit Financeiro	-	-	84.310,48	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

56.663,00

FONTE:

NAVEGANTES, 28/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo X

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	24.215.245,00	24.215.245,00	8.033.501,24	8.033.501,24	33,18
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.545.245,00	6.545.245,00	4.397.397,35	4.397.397,35	67,18
1.1.1- IPTU	6.275.245,00	6.275.245,00	4.006.976,88	4.006.976,88	63,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.492,99	2.492,99	12,46
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.500.000,00	1.500.000,00	320.228,44	320.228,44	21,35
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	430.000,00	430.000,00	68.723,55	68.723,55	15,98
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.680.000,00)	(1.680.000,00)	(1.024,51)	(1.024,51)	0,06
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.970.000,00	2.970.000,00	438.560,32	438.560,32	14,77
1.2.1- ITBI	3.310.000,00	3.310.000,00	438.560,32	438.560,32	13,25
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(350.000,00)	(350.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.370.000,00	13.370.000,00	3.107.836,36	3.107.836,36	23,20
1.3.1- ISS	13.810.000,00	13.810.000,00	3.029.428,28	3.029.428,28	21,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	20.000,00	20.000,00	2.206,16	2.206,16	11,03
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	300.000,00	300.000,00	62.032,28	62.032,28	20,68
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	8.169,64	8.169,64	13,62
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(820.000,00)	(820.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	95.707,21	95.707,21	7,20
1.4.1- IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	95.707,21	95.707,21	7,20
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.726.500,00	37.726.500,00	7.761.378,88	7.761.378,88	20,57
2.1- Cota-Parte FPM	18.693.800,00	18.693.800,00	3.809.313,89	3.809.313,89	20,38
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	3.809.313,89	3.809.313,89	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	18.693.800,00	18.693.800,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.594.500,00	15.594.500,00	3.496.595,35	3.496.595,35	22,42
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	90.000,00	90.000,00	18.596,06	18.596,06	20,66
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	307.500,00	307.500,00	45.827,37	45.827,37	15,20
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	317,50	317,50	3,18
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	385.585,98	385.585,98	12,85
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	36.700,00	36.700,00	5.142,53	5.142,53	14,01
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	61.941.745,00	61.941.745,00	15.794.879,92	15.794.879,92	25,50

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.438.347,00	2.438.347,00	536.988,92	536.988,92	22,02
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.438.347,00	2.438.347,00	536.988,92	536.988,92	22,02
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.511.818,00	2.511.818,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	2.511.818,00	2.511.818,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	674.500,00	674.500,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.624.665,00	5.624.665,00	536.988,92	536.988,92	9,55

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.537.960,00	7.537.960,00	1.551.246,84	1.551.246,84	20,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.738.760,00	3.738.760,00	761.862,72	761.862,72	20,38
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.118.900,00	3.118.900,00	699.318,92	699.318,92	22,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	18.000,00	18.000,00	3.719,20	3.719,20	20,66
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	60.300,00	60.300,00	9.165,49	9.165,49	15,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	63,49	63,49	3,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	77.117,02	77.117,02	12,85
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	30.118.450,00	30.118.450,00	4.991.110,09	4.991.110,09	16,57
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	30.018.450,00	30.018.450,00	4.979.005,50	4.979.005,50	16,59
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	12.104,59	12.104,59	12,10
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	22.480.490,00	22.480.490,00	3.427.758,66	3.427.758,66	15,25
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	24.074.760,00	24.074.760,00	3.459.113,84	3.459.113,84	14,37
13.1- Com Educação Infantil	11.428.290,00	11.428.290,00	1.770.963,10	1.770.963,10	15,50
13.2- Com Ensino Fundamental	12.646.470,00	12.646.470,00	1.688.150,74	1.688.150,74	13,35
14- OUTRAS DESPESAS	6.043.690,00	6.648.690,00	1.132.193,22	1.132.193,22	17,03
14.1- Com Educação Infantil	497.476,00	497.476,00	12.011,00	12.011,00	2,41
14.2- Com Ensino Fundamental	5.546.214,00	6.151.214,00	1.120.182,22	1.120.182,22	18,21
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	30.118.450,00	30.723.450,00	4.591.307,06	4.591.307,06	14,94
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					17.019,34
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					17.019,34
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					68,96
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				17.019,34	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				17.019,34	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3)³	15.485.436,25	15.485.436,25	3.948.719,98	3.948.719,98	25,50
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	14.427.829,50	14.816.329,50	2.153.773,10	2.153.773,10	14,54
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.925.766,00	11.925.766,00	1.782.974,10	1.782.974,10	14,95
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.502.063,50	2.890.563,50	370.799,00	370.799,00	12,83
24- ENSINO FUNDAMENTAL	23.142.684,00	24.070.684,00	3.357.276,34	3.357.276,34	13,95
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.192.684,00	18.797.684,00	2.808.332,96	2.808.332,96	14,94
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.950.000,00	5.273.000,00	548.943,38	548.943,38	10,41
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	37.570.513,50	38.887.013,50	5.511.049,44	5.511.049,44	14,17
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.427.758,66
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					12.104,59
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.439.863,25
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.071.186,19
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					13,11

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.438.347,00	2.438.347,00	177.948,43	177.948,43	7,30
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	475.000,00	475.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.406.818,00	3.803.837,34	95.710,48	95.710,48	2,52
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.320.165,00	6.717.184,34	273.658,91	273.658,91	4,07
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.890.678,50	45.604.197,84	5.784.708,35	5.784.708,35	12,68
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	135.665,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.979.005,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.784.781,93	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.104,59	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.341.993,95	0,00

NAVEGANTES, 28/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo XVI

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	62.211.095,00	62.211.095,00	15.794.879,92	25,39
Impostos	22.265.245,00	22.265.245,00	7.569.800,28	34,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.975.245,00	4.975.245,00	4.006.104,47	80,52
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	2.960.000,00	2.960.000,00	438.560,32	14,82
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	13.000.000,00	13.000.000,00	3.029.428,28	23,30
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	95.707,21	7,20
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	2.140.000,00	2.140.000,00	463.700,96	21,67
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	50.000,00	50.000,00	4.699,15	9,40
Dívida Ativa dos Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	382.108,62	23,88
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	490.000,00	490.000,00	76.893,19	15,69
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	37.805.850,00	37.805.850,00	7.761.378,68	20,53
Da União	18.909.850,00	18.909.850,00	3.833.369,98	20,27
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	18.693.800,00	18.693.800,00	3.809.313,89	20,38
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	10.000,00	317,50	3,18
Transferências Financeiras - LC 87/96	90.000,00	90.000,00	18.596,06	20,66
Outras Transferências da União	116.050,00	116.050,00	5.142,53	4,43
Do Estado	18.896.000,00	18.896.000,00	3.928.008,70	20,79
Cota-Parte do ICMS	15.594.500,00	15.594.500,00	3.496.595,35	22,42
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	301.500,00	301.500,00	45.827,37	15,20
Cota-Parte do IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	385.585,98	12,85
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	11.069.446,00	11.069.446,00	1.228.934,36	11,10
Da União para o Município	10.474.688,00	10.474.688,00	1.025.398,33	9,79
Do Estado para o Município	181.447,00	181.447,00	100.611,94	55,45
Demais Municípios para o Município	413.311,00	413.311,00	102.924,09	24,90
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	100.197.703,00	100.197.703,00	10.136.656,39	10,12
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-7.537.960,00	-7.537.960,00	-1.551.246,84	20,58
TOTAL	165.940.284,00	165.940.284,00	25.609.223,83	15,43
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	16.699.708,50	16.699.708,50	3.083.416,46	18,46
Pessoal e Encargos Sociais	9.914.960,50	9.914.960,50	2.152.046,14	21,71
Outras Despesas Correntes	6.784.748,00	6.784.748,00	931.370,32	13,73
DESPESAS DE CAPITAL	3.753.888,25	3.753.888,25	50.208,32	1,34
Investimentos	3.753.888,25	3.753.888,25	50.208,32	1,34

Continua 1/3

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	3.753.888,25	3.753.888,25	50.208,32	1,34
Investimentos	3.753.888,25	3.753.888,25	50.208,32	1,34
TOTAL (IV)	20.453.596,75	20.453.596,75	3.133.624,78	15,32
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	20.453.596,75	20.453.596,75	3.133.624,78	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	11.069.446,00	11.069.446,00	1.466.377,51	46,79
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	11.069.446,00	11.069.446,00	1.466.377,51	46,79
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	9.384.150,75	9.384.150,75	1.667.247,27	53,21

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	76.116,19	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=2% [(V - VI) / I]	10,56
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	13.836.281,10	13.836.281,10	2.679.771,51	85,52
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.872.295,00	3.872.295,00	365.146,33	11,65
Suporte Profilático e Terapêutico	2.127.995,65	2.127.995,65	50.040,48	1,60
Vigilância Sanitária	316.649,00	316.649,00	15.560,79	0,50
Vigilância Epidemiológica	300.376,00	300.376,00	23.105,67	0,74
TOTAL	20.453.596,75	20.453.596,75	3.133.624,78	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Continua 2/3

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício. Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

NAVEGANTES, 28/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2012 - Anexo XVIII

Município de NAVEGANTES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	0,00
Previsão Atualizada			—	165.940.284,00
Receitas Realizadas			25.609.223,83	25.609.223,83
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	84.310,48
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	165.940.284,00
Créditos Adicionais			—	3.975.519,34
Dotação Atualizada			—	169.915.803,34
Despesas Empenhadas			36.865.994,90	36.865.994,90
Despesas Liquidadas			18.337.123,26	18.337.123,26
Superavit Orçamentário			—	7.272.100,57
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			36.865.994,90	36.865.994,90
Despesas Liquidadas			18.337.123,26	18.337.123,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				116.066.480,74
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			291.703,53	291.703,53
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			100,00	100,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			291.603,53	291.603,53
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.666,48	-8.741.717,85	238.422,62
Resultado Primário		56.663,00	7.575.042,59	13.368,59
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.123.254,45	0,00	848.827,66	274.426,79
EXECUTIVO	1.123.254,45	0,00	848.827,66	274.426,79
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.996.567,34	0,00	1.513.207,05	1.483.360,29
EXECUTIVO	2.996.567,34	0,00	1.513.207,05	1.483.360,29
TOTAL:	4.119.821,79	0,00	2.362.034,71	1.757.787,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.071.186,19	25%	13,11
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.442.094,50	60%	68,96
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	10.775.000,00
Despesa de Capital Líquida			3.090.385,20	54.958.613,00

Continua 1/2

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.667.247,27	15,00	10,56

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

NAVEGANTES, 29/03/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Nova Trento

PREFEITURA

Processo Nº 035/2012 - Pregão Presencial 019/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 035/2012 - Pregão Presencial 019/2012 - Registro de Preços Nº 008

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de 300 (trezentas) grades de ferro fundido para bocas de lobo, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme características, especificações e quantidades constantes no Anexo I e Anexo VIII.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 12/04/2012 até às 14:00 horas. Abertura: 12/04/2012 - 14:00 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3213 / 3267.3211 - E-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Processo Nº 037/2012 - Pregão Presencial Nº 021/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 037/2012 - Pregão Presencial 021/2012 - Registro de Preços Nº 009

Objeto: O objeto deste pregão é Registro de Preços para a contratação parcelada de serviços de Recapagem de Pneus, conforme especificações constantes do Anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 16/04/2012 até às 14:00 horas. Abertura: 16/04/2012 - 14:00 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3213 / 3267.3211 - E-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Processo Nº 038/2012 - Pregão Presencial Nº 022/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 038/2012 - Pregão Presencial Nº 022/2012

Objeto: O presente Pregão tem por objeto a Contratação de Seguro para os Veículos da Frota Municipal da Prefeitura de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 17/04/2012 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 / 48 3267.3211 - e-mail:compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Decreto Nº 1.945, de 29 de Março de 2012.

DECRETO Nº 1.945, de 29 de Março de 2012.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 452/2011;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro do exercício anterior;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais), relativos a recursos ordinários assim consignados:

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROM. SOCIAL.

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Atividade 2.031 manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa 3.3.50-0.3.0003 Aplicações Diretas

R\$ 6.120,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.120,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 29 de Março de 2012

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.946, de 29 de Março de 2012.

DECRETO Nº 1.946, de 29 de Março de 2012.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando o excesso de arrecadação no exercício corrente; convênio 02757/2012-0 da SDR.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 23.940,00 (vinte e três mil novecentos e quarenta reais). Relativos a recursos ordinários, assim consignados:

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto 1.001 - Manutenção e Ampliação Rede Física Ensino Fundamental.

Elemento de Despesa 4.4.90-01.0069 Aplicações Diretas

R\$ 23.940,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 23.940,00

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, em 29 de Março de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

Pregão Presencial 03/2012 FMS. Registro de Preços

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação do tipo REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Pregão Presencial 03/2012 FMS

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 04/2012 FMS - Pregão Presencial 03/2012 FMS.

Registro de Preços

Objeto:

A Presente Licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE - de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I - lista de item, do edital.

Data e hora da Abertura: 13/04/2012 as 09h00min

Data e Hora Limite para Entrega Dos Envelopes: 13/04/2012 as 08h45min

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 28 de março de 2012

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Processo Seletivo Nº 02/2012

Estado de Santa Catarina. Prefeitura Municipal de Paial - SC.

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2012. PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO MONITOR DE MUSICA PARA CORAL. O Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Legislação pertinente a espécie, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Processo Seletivo Municipal, visando à contratação de Monitor de Música para Coral, para provimento de vagas em caráter temporário, mediante as condições que seguem:

1. DAS VAGAS:

QUADRO DE VAGAS

Identificação do Cargo	Nº Vagas	Carga Horária Semanal
Monitor Música	01	8 h.

2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas entre 26 a 30

de março 2012, na Secretaria Municipal de Educação. As exigências para a realização das inscrições constam no edital 3. ÍNTEGRA DO EDITAL: Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações junto à Prefeitura Municipal de Paial (SC) ou pelo site www.paial.sc.gov.br.

Paial (SC), 27 de março 2012

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal .

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.375, de 23 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 1.375, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.577, de 28 de dezembro de 2011, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), as dotações orçamentárias abaixo como segue:

12:00 - SECRETARIA INFRAESTRUTURA. TRANS. DEF. CIVIL ENERG

12:01 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL ENER

Projeto/Atividade: 2029- Recup. Revit. Proj. Const. Equip. e Manuten. Praças

ELEMENTO:

Red.187 44.90.00.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

04:00 - GABINETE DO PLANEJAMENTO HABITAÇÃO E PROJETOS

04:01 - GABINETE DO PLANEJAMENTO HABITAÇÃO E PROJETOS

Projeto/Atividade:2087 - Construção de Unidades Habitacionais

ELEMENTO:

Red 19 44.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 700.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo:

04:00 - GABINETE DO PLANEJAMENTO HABITAÇÃO E PROJETOS

04:01 - GABINETE DO PLANEJAMENTO HABITAÇÃO E PROJETOS

Projeto/Atividade: 2087 - Construção de Unidades Habitacionais

ELEMENTO:

Red. 20.33.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 220.000,00

Projeto/Atividade: 1151 - PAC Programa de Aceleração do Crescimento

ELEMENTO:

Red. 269.44.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 480.000,00

12:00 - SECRETARIA INFRAESTRUTURA. TRANS. DEF. CIVIL ENERG

12:01 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL ENER

Projeto/Atividade: 1114 - Aquisição de Terreno p/ Cemitério

ELEMENTO:

Red.193 44.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 23 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Errata 02 da Tomada de Preço 19-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 02
TOMADA DE PREÇO Nº. 019/2012

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no edital convocatório ANEXO I (quadro de quantidades e custos) TOMADA DE PREÇO nº. 019/2012, permanecendo para dia 16/04/2012 às 8:30 Hs para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 28 de março de 2012 - Ronério Herderscheidt - Prefeito Municipal.

Extrato de Termo Aditivo N. 022/2012

TERMO ADITIVO Nº 022/2012 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 157/2011)
PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA RONALDO DA ROSA JR EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 157/2011.

DATA: 27/02/2012
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária de Educação e Cultura

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 128/2012

DECRETO Nº. 128, DE 26 DE MARÇO DE 2012.
"NOMEIA CAROLINE BELLETTINI SCHEFFER, PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Caroline Bellettini Scheffer para exercer o cargo de Assessor de Coordenação e Planejamento - DAS - 2, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 26 de março de 2012.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 26 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças.

Decreto Nº 129/2012

DECRETO Nº.129 DE 26 DE MARÇO DE 2012.
"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj/Atividade: 2.007 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (14) - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Proj/Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (39) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Proj/Atividade: 2.017 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (50) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Total R\$ 38.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj/Atividade: 2.007 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (12) - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Proj/Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (35) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Proj/Atividade: 2.017 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (49) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Total R\$ 38.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 26 de março de 2012.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 26 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES

Secretario de Administração e Finanças

B.O 2012

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.666.190,82	19,04	2.666.190,82	19,04	11.333.809,18
RECEITAS CORRENTES	13.278.000,00	13.278.000,00	2.666.190,82	20,08	2.666.190,82	20,08	10.611.809,18
RECEITA TRIBUTARIA	1.840.000,00	1.840.000,00	929.993,37	50,54	929.993,37	50,54	910.006,63
IMPOSTOS	1.375.000,00	1.375.000,00	813.740,94	59,18	813.740,94	59,18	561.259,06
TAXAS	455.000,00	455.000,00	116.252,43	25,55	116.252,43	25,55	338.747,57
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	240.000,00	240.000,00	38.196,00	15,92	38.196,00	15,92	201.804,00
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	240.000,00	240.000,00	38.196,00	15,92	38.196,00	15,92	201.804,00
RECEITA PATRIMONIAL	45.000,00	45.000,00	8.705,92	19,35	8.705,92	19,35	36.294,08
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	45.000,00	45.000,00	8.705,92	19,35	8.705,92	19,35	36.294,08
RECEITA AGROPECUARIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	1.192,86	3,98	1.192,86	3,98	28.807,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.543.000,00	10.543.000,00	1.618.974,98	15,36	1.618.974,98	15,36	8.924.025,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.198.000,00	10.198.000,00	1.616.001,27	15,85	1.616.001,27	15,85	8.581.998,73
Transf. de Instituições Privadas	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Conv.	310.000,00	310.000,00	2.973,71	0,96	2.973,71	0,96	307.026,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	565.000,00	565.000,00	69.127,69	12,23	69.127,69	12,23	495.872,31
Multas e Juros de Mora	90.000,00	90.000,00	4.897,15	5,44	4.897,15	5,44	85.102,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	5.728,36	38,19	5.728,36	38,19	9.271,64
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	420.000,00	420.000,00	58.364,60	13,90	58.364,60	13,90	361.635,40
RECEITAS DIVERSAS	40.000,00	40.000,00	137,58	0,34	137,58	0,34	39.862,42
RECEITAS DE CAPITAL	722.000,00	722.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	695.000,00	695.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	695.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	695.000,00	695.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	695.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.666.190,82	19,04	2.666.190,82	19,04	11.333.809,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.666.190,82	19,04	2.666.190,82	19,04	11.333.809,18
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.000.000,00	14.000.000,00	2.666.190,82	19,04	2.666.190,82	19,04	11.333.809,18
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	410.734,28	—	—	82.367,05	—	—
Superávit Financeiro	—	410.734,28	—	—	82.367,05	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.000.000,00	665.734,28	14.665.734,28	3.838.557,15	3.838.557,15	1.933.462,66	1.933.462,66	13,18	12.732.271,62
DESPESAS CORRENTES	11.756.500,00	-50.265,72	11.706.234,28	3.054.533,89	3.054.533,89	1.567.287,21	1.567.287,21	13,39	10.138.947,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.112.200,00	-184.265,72	5.927.934,28	876.184,96	876.184,96	874.864,96	874.864,96	14,76	5.053.069,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.639.300,00	134.000,00	5.773.300,00	2.178.348,93	2.178.348,93	692.422,25	692.422,25	11,99	5.080.877,75
DESPESAS DE CAPITAL	2.213.500,00	716.000,00	2.929.500,00	784.023,26	784.023,26	366.175,45	366.175,45	12,50	2.563.324,55
INVESTIMENTOS	1.788.500,00	716.000,00	2.504.500,00	566.373,96	566.373,96	301.007,73	301.007,73	12,02	2.203.492,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	425.000,00	0,00	425.000,00	217.649,30	217.649,30	65.167,72	65.167,72	15,33	359.832,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.000.000,00	665.734,28	14.665.734,28	3.838.557,15	3.838.557,15	1.933.462,66	1.933.462,66	13,18	12.732.271,62

Continua 2/3

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.000.000,00	665.734,28	14.665.734,28	3.838.557,15	3.838.557,15	1.933.462,66	1.933.462,66	13,18	12.732.271,62
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	732.728,16	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.000.000,00	665.734,28	14.665.734,28	3.838.557,15	3.838.557,15	1.933.462,66	2.666.190,82	13,18	12.732.271,62

FONTE:

D.e.D 2012

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.000.000,00	14.665.734,28	3.838.557,15	3.838.557,15	1.933.462,66	1.933.462,66	100,00	13,18	12.732.271,62
Legislativa	700.000,00	700.000,00	86.609,06	86.609,06	74.395,76	74.395,76	3,85	10,63	625.604,24
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	86.609,06	86.609,06	74.395,76	74.395,76	3,85	10,63	625.604,24
Administração	1.878.000,00	1.866.000,00	648.002,80	648.002,80	315.166,37	315.166,37	16,30	16,89	1.550.833,63
Administração Geral	1.878.000,00	1.866.000,00	648.002,80	648.002,80	315.166,37	315.166,37	16,30	16,89	1.550.833,63
Assistência Social	331.000,00	326.000,00	44.830,71	44.830,71	44.830,71	44.830,71	2,32	13,75	281.169,29
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	6.396,00	6.396,00	6.396,00	6.396,00	0,33	8,00	73.604,00
Assistência Comunitária	251.000,00	246.000,00	38.434,71	38.434,71	38.434,71	38.434,71	1,99	15,62	207.565,29
Saúde	2.590.000,00	2.678.000,00	716.417,18	716.417,18	389.136,74	389.136,74	20,13	14,53	2.288.863,26
Atenção Básica	2.590.000,00	2.678.000,00	716.417,18	716.417,18	389.136,74	389.136,74	20,13	14,53	2.288.863,26
Educação	4.038.000,00	4.549.734,28	1.003.900,98	1.003.900,98	433.150,92	433.150,92	22,40	9,52	4.116.583,36
Administração Geral	295.000,00	295.000,00	74.510,52	74.510,52	29.195,31	29.195,31	1,51	9,90	265.804,69
Alimentação e Nutrição	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
Ensino Fundamental	3.315.000,00	3.514.734,28	517.397,32	517.397,32	302.825,60	302.825,60	15,66	8,62	3.211.908,68
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Educação Infantil	223.000,00	535.000,00	411.993,14	411.993,14	101.130,01	101.130,01	5,23	18,90	433.869,99
Cultura	187.000,00	185.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,21	2,16	181.000,00
Difusão Cultural	187.000,00	185.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,21	2,16	181.000,00
Urbanismo	2.196.000,00	2.154.000,00	699.157,69	699.157,69	300.029,01	300.029,01	15,52	13,93	1.853.970,99
Serviços Urbanos	2.010.000,00	1.975.000,00	618.850,79	618.850,79	219.722,11	219.722,11	11,36	11,13	1.755.277,89
Turismo	186.000,00	179.000,00	80.306,90	80.306,90	80.306,90	80.306,90	4,15	44,86	98.693,10
Habitação	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	230.000,00	210.000,00	120.000,00	120.000,00	39.215,00	39.215,00	2,03	18,67	170.785,00
Saneamento Básico Urbano	230.000,00	210.000,00	120.000,00	120.000,00	39.215,00	39.215,00	2,03	18,67	170.785,00
Gestão Ambiental	50.000,00	45.000,00	3.082,18	3.082,18	3.082,18	3.082,18	0,16	6,85	41.917,82
Controle Ambiental	50.000,00	45.000,00	3.082,18	3.082,18	3.082,18	3.082,18	0,16	6,85	41.917,82
Agricultura	142.000,00	141.000,00	10.977,54	10.977,54	10.977,54	10.977,54	0,57	7,79	130.022,46
Extensão Rural	142.000,00	141.000,00	10.977,54	10.977,54	10.977,54	10.977,54	0,57	7,79	130.022,46
Indústria	242.000,00	215.000,00	13.861,91	13.861,91	7.561,91	7.561,91	0,39	3,52	207.438,09
Produção Industrial	242.000,00	215.000,00	13.861,91	13.861,91	7.561,91	7.561,91	0,39	3,52	207.438,09

Continua 1/2

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.000.000,00	14.665.734,28	3.838.557,15	3.838.557,15	1.933.462,66	1.933.462,66	100,00	13,18	12.732.271,62
Transporte	655.000,00	880.000,00	224.307,00	224.307,00	200.988,00	200.988,00	10,40	22,84	679.012,00
Transporte Rodoviário	655.000,00	880.000,00	224.307,00	224.307,00	200.988,00	200.988,00	10,40	22,84	679.012,00
Desporto e Lazer	171.000,00	136.000,00	26.306,91	26.306,91	26.306,91	26.306,91	1,36	19,34	109.693,09
Lazer	171.000,00	136.000,00	26.306,91	26.306,91	26.306,91	26.306,91	1,36	19,34	109.693,09
Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	237.103,19	237.103,19	84.621,61	84.621,61	4,38	15,39	465.378,39
Administração Geral	550.000,00	550.000,00	237.103,19	237.103,19	84.621,61	84.621,61	4,38	15,39	465.378,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.000.000,00	14.665.734,28	3.838.557,15	3.838.557,15	1.933.462,66	1.933.462,66	100,00	13,18	12.732.271,62

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

D.R.D 2012

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.830.000,00	1.830.000,00	873.430,60	873.430,60	47,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.310.000,00	1.310.000,00	788.604,91	788.604,91	60,20
1.1.1- IPTU	900.000,00	900.000,00	730.483,62	730.483,62	81,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	508,42	508,42	1,69
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	53.795,63	53.795,63	15,37
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	3.817,24	3.817,24	12,72
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	300.000,00	300.000,00	50.617,16	50.617,16	16,87
1.2.1- ITBI	300.000,00	300.000,00	50.617,16	50.617,16	16,87
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	185.000,00	185.000,00	21.436,82	21.436,82	11,59
1.3.1- ISS	140.000,00	140.000,00	19.868,45	19.868,45	14,19
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	1.568,37	1.568,37	5,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	35.000,00	35.000,00	12.771,71	12.771,71	36,49
1.4.1- IRRF	35.000,00	35.000,00	12.771,71	12.771,71	36,49
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.610.000,00	8.610.000,00	1.411.614,90	1.411.614,90	16,40
2.1- Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	952.328,49	952.328,49	17,32
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.500.000,00	5.500.000,00	952.328,49	952.328,49	17,32
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.600.000,00	2.600.000,00	401.753,61	401.753,61	15,45
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.127,06	2.127,06	10,64
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	70.000,00	70.000,00	5.155,66	5.155,66	7,37
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	93,36	93,36	0,47
2.6- Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	50.156,72	50.156,72	12,54
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.440.000,00	10.440.000,00	2.285.045,50	2.285.045,50	21,89
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	425.000,00	425.000,00	39.485,98	39.485,98	9,29
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	745.000,00	745.000,00	39.485,98	39.485,98	5,30

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.722.000,00	1.722.000,00	282.253,28	282.253,28	16,39
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	190.465,62	190.465,62	17,32
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	520.000,00	520.000,00	80.350,53	80.350,53	15,45
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	425,40	425,40	10,64
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	14.000,00	14.000,00	961,86	961,86	6,87
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	18,66	18,66	0,47
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	10.031,21	10.031,21	12,54
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	342.994,07	342.994,07	17,15
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	342.994,07	342.994,07	17,15
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	278.000,00	278.000,00	60.740,79	60.740,79	21,85
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	734,28	734,28	734,28	100,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	734,28	734,28	734,28	100,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	734,28	734,28	734,28	100,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					0,21
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	2.610.000,00	2.610.000,00	571.261,38	571.261,38	21,89
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	734,28	734,28	734,28	100,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	734,28	734,28	734,28	100,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	734,28	734,28	734,28	100,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					60.740,79
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					60.740,79
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					-60.006,51
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.038.000,00	4.549.000,00	432.416,64	432.416,64	9,51
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.038.000,00	4.549.000,00	432.416,64	432.416,64	9,51
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.038.000,00	4.549.734,28	433.150,92	433.150,92	9,52
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	342.994,07	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	342.994,07	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº. 1495 de 29 de Março de 2012

LEI Nº. 1495 DE 29 DE MARÇO DE 2012.

Concede revisão geral anual de vencimentos e subsídios, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida em conformidade com Art. 37, X da Constituição Federal revisão geral anual aos servidores e agentes políticos, a partir de 01/04/2012 com o aumento de 6,07 % (seis vírgula zero sete por cento) conforme inflação medida pelo INPC relativo ao período 01/2011 à 12/2011 sobre o vencimento e subsídios, vigentes em 31/03/2012, inclusive gratificações.

Art 2º - A mesma revisão aplica-se aos servidores inativos e pensionistas.

Art. 3º - A despesa desta lei corre por conta das dotações do Orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 29 de março de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Paulo Lopes

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 30 de março de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Decreto 17/2012

DECRETO 17/2012

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evandro João dos Santos, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes por perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro 2014

1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro 2014
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Junho 2013
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Junho 2013
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro 2013
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro 2013
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro 2013
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro 2013
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Junho 2013
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro 2014
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro 2014
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro 2014
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro 2013
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro 2013
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro 2014
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 30 de março de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº. 05/2012
PORTARIA Nº. 05/12

JUCINEI DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Autorizar a servidora em comissão, PRICILA MARIA BERNARDO, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 02 de abril de 2012 a 24 de abril de 2012. O período de gozo de 22 (vinte e dois) dias se dá devido portaria nº. 10/11.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, de 30 de março 2012.
JUCINEI DE SOUZA
Presidente

Publicada a presente Portaria em 30 de Março de 2012.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 180, de 20 de Março de 2012
LEI COMPLEMENTAR Nº 180, DE 20 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, CRIA EMPREGOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei

Art. 1º Fica criada no Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a Coordenadoria do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Parágrafo único. A Coordenadoria de que trata este artigo terá por objetivo geral o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, visando privilegiar a dimensão sócio-educativa da política de Assistência Social a fim de prevenir situações de risco dentre a população em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º Compete ao "Centro de Referência de Assistência Social - CRAS" atuar com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no Município de Pinheiro Preto, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário, por meio da oferta de serviços e pelo desenvolvimento de programas de promoção integral.

Art. 3º À Coordenadoria do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, vinculada à Secretaria de Saúde, compete:

I - promover a integração entre as diferentes unidades administrativas;

II - realizar reuniões com seus subordinados imediatos, para tratar de assuntos de interesse da Assistência Social;

III - promover treinamentos de seus subordinados, através de elaboração e execução de programas de treinamento no âmbito da própria repartição, utilizando-se de métodos de rodízio, treinamento em serviço, reuniões para estudo e discussão dos problemas relacionados com o trabalho;

IV - despachar assuntos pendentes diretamente com a Assessoria de Assistência Social;

V - apresentar ao Secretário de Saúde, na época própria, o programa de trabalho das Divisões sob sua direção, emitindo relatórios das atividades executadas e, sugerindo medidas para a melhoria dos serviços;

VI - participar de reuniões com os diversos setores da administração, quando convocado;

VII - manter a disciplina do pessoal;

VIII - distribuir o serviço ao pessoal, examinando o andamento diário dos trabalhos, providenciando a sua rápida efetivação e promovendo a unificação das normas de execução dos mesmos, em colaboração direta com os demais setores da administração municipal;

IX - propor em nível de direção imediatamente superior, a realização de sindicâncias, para apuração de faltas ou irregularidades;

X - fazer cumprir rigorosamente o horário de trabalho do pessoal e a seu cargo, bem como, as disposições regulamentares e as instruções para a execução dos serviços.

XI - articular o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços;

XII - articular com a rede de serviços sócio-assistenciais e das demais políticas sociais;

XIII - coordenar a execução das ações de modo a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias inseridas nos serviços ofertados no CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;

XIV - definir com os profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias;

XVI - definir com os profissionais o fluxo de entrada,

acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias;

XVI - definir com a equipe técnica os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho com famílias, grupos de famílias e comunidade, buscando o aprimoramento das ações, o alcance de resultados positivos para as famílias atendidas e o fortalecimento teórico e metodológico do trabalho desenvolvido;

XVII - monitorar regularmente as ações de acordo com diretrizes, instrumentos e indicadores pactuados;

XVIII - acompanhar e avaliar o atendimento na rede social;

XIX - realizar reuniões periódicas com os profissionais e estagiários, para discussão dos casos, avaliação das atividades desenvolvidas, dos serviços ofertados e dos encaminhamentos realizados;

XX - mapear, articular e potencializar a rede sócio-assistencial no território de abrangência do CRAS;

XXII - promover e participar de reuniões periódicas com representantes da rede prestadora de serviços, visando contribuir com o órgão gestor na articulação e avaliação relativa à cobertura da demanda existente no território, ao estabelecimento de fluxos entre os serviços da Proteção Social Básica e Especial de Assistência Social e ao acompanhamento dos encaminhamentos efetivados;

XXIII - orientar instituições públicas e entidades de assistência social no território de abrangência, em cumprimento às normativas estabelecidas e legislações, quanto a:

1) inscrição no conselho competente e demais conselhos, de acordo com a atividade desenvolvida;

2) qualidade dos serviços;

3) critérios de acesso;

4) fontes de financiamento;

5) legislação, normas e procedimentos para a concessão de atestado de registro e de certificado de entidades beneficentes de assistência social.

XXIV - promover e participar de reuniões periódicas com representantes de outras políticas públicas, visando articular a ação intersetorial no território;

XXV - elaborar planos de ação;

XXVI - participar de conselhos, fóruns e outros espaços de controle social;

XXVII - alimentar o sistema de informação local e dos órgãos da política de assistência social, com dados territoriais (indicadores, dinâmica populacional), da rede social, das famílias e dos atendimentos realizados;

XXVIII - monitorar os serviços prestados às famílias, com avaliação de resultados e impacto.

XXIX - desempenhar outras atividades que lhe forem delegadas pelo superior imediato;

XXX - a seleção das famílias em situação de exclusão social, residentes na sua área de abrangência, para o recebimento dos benefícios de programas governamentais.

XXXI - visitas domiciliares visando estabelecer contato inicial com as famílias, com o objetivo de levantar dados a respeito dos benefícios recebidos e necessidades eminentes para inserção em programas sociais existentes, além de informações detalhadas sobre a situação sócio-familiar;

XXXII - seleção das famílias que participarão do programa;

XXXIII - fornecimento de informações para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, considera-se excluída socialmente a família que:

a) possuir renda "per capita" igual ou inferior a 1/6 (uma sexta parte) do salário mínimo vigente, ou condições sócio-econômicas precárias;

b) possuir membros em situação de vulnerabilidade pelo próprio ciclo de vida;

c) residir em locais precários e que ofereçam risco;

d) sujeitar-se a diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar;

e) estiver inserta precariamente, ou não-inserta, no mercado de trabalho formal ou informal;

f) não tiver acesso às políticas públicas ou sociais;

g) estiver estigmatizada em termos étnico, cultural e sexual;

h) estiver em desvantagem pessoal por possuir portadores de necessidades especiais;

i) possuir usuários de substâncias psicoativas;

j) utilizar estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que possam representar risco pessoal e social.

Art. 4º Os "Centros de Referência de Assistência Social - CRAS" priorizarão investimentos em ações articuladas com a rede sócio-assistencial básica local que tenham como foco a família.

Art. 5º Para fins do disposto nesta Lei, o "Centro de Referência de Assistência Social - CRAS" deverá:

I - atender individualmente cada família, com o objetivo de identificar e diagnosticar as principais necessidades da unidade familiar e levantar possíveis áreas de intervenção do Poder Público;

II - identificar e cadastrar a rede sócio-assistencial, que é o conjunto de benefícios e de programas, projetos e serviços locais, formados pelas entidades governamentais, não-governamentais, públicas, privadas, das áreas da saúde, educação, cultura, lazer, de assistência social e proteção especial que façam parte da região, com o objetivo de levantar recursos humanos, materiais e físicos disponíveis a serem implantados, para que tais instituições possam ter seus serviços potencializados e ampliados;

III - elaborar plano de ação promocional junto a cada família, a partir das áreas de intervenção identificados, tendo em vistas suas necessidades mais fundamentais;

IV - atender às crianças até 12 (doze) anos com atividades lúdicas na brinquedoteca, com visitas ao seu desenvolvimento sensorial, cognitivo, afetivo, pedagógico e sociabilidade.

Art. 6º Para atender os objetivos desta lei, ficam criados no Quadro

de Pessoal da Administração Direta, Regime Jurídico Celetista, os empregos públicos de provimento efetivo relacionados no Anexo I desta Lei, com a remuneração prevista no Anexo II.

Parágrafo único. O regime jurídico para os cargos de que trata o art. 1º desta lei é o Celetista, regulamentado pela Lei Complementar nº 141, de 22 de agosto de 2007.

Art. 7º As atribuições dos empregos de que trata esta lei são às constantes dos Anexo III.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

ANEXO I

(Art. 6º da Lei Complementar n. 180, de 20 de março de 2012)

QUADRO DE EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PROGRAMA "CRAS"

EMPREGOS PÚBLICOS	FORMAÇÃO ESCOLAR	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Psicólogo	Nível Superior	01	20
Assistente Social	Nível Superior	01	30
Pedagogo	Nível Superior	01	40

ANEXO II

(Art. 6º da Lei Complementar n. 180, de 20 de março de 2012)

TABELA DE SALÁRIOS - EMPREGOS PÚBLICOS

EMPREGOS PÚBLICOS	SALÁRIO MENSAL EM R\$
Psicólogo	1.919,00
Assistente Social	1.675,46
Pedagogo	1.890,82

ANEXO III

(Art. 7º da Lei Complementar n. 180, de 20 de março de 2012)

ATRIBUIÇÕES EMPREGOS

DENOMINAÇÃO EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS PARA INGRESSO	ATIVIDADES
Psicólogo	Nível Superior	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o planejamento e a implantação das ações do CRAS e do CREAS. - Assessorar e subsidiar teórico-metodologicamente o trabalho realizado pelos educadores. - Prestar escuta qualificada individual ou grupal, visando a identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico. - Trabalhar com as famílias as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e grupais com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários. - Realizar estudo de caso com os usuários do CRAS e do CREAS. - Realizar atendimento psicossocial de forma individual, familiar e em grupo. - Realizar visitas domiciliares, conforme cada caso específico. - Participar de reuniões das Diretorias de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, dos Grupos do CRAS e do CREAS e da Rede de atendimento socioassistencial do município, subsidiando a elaboração de propostas de trabalhos. - Elaborar plano de intervenção dos usuários atendidos no CRAS e no CREAS, bem como o acompanhamento das intervenções realizadas. - Elaborar o Plano Individual de Atendimento e desenvolver oficinas para execução de ações voltadas especificamente as situações de vulnerabilidade. - Acompanhar os encaminhamentos realizados, de modo a garantir atendimento integral e de qualidade ao usuário. - Acolher as denúncias de violação de direitos, no âmbito do preconizado pelo SUAS e legislações correlatas. - Elaborar relatórios técnicos acerca das denúncias de violação de direitos recebidas encaminhando-os para a rede de proteção social e ao sistema de defesa de garantia de direitos atuante no município, para subsidiar os trabalhos internos e decisões externas provenientes do Ministério Público, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, entre outros, no que se refere à competência da política de Assistência Social. - Proceder articulação com outras secretarias municipais e instituições objetivando viabilizar o atendimento dos usuários. - Discutir e elaborar conjuntamente com os outros técnicos, estudos de casos e relatórios socioassistencial. - Definir em conjunto com a equipe as intervenções necessárias, acompanhamento de casos e encaminhamentos para a Rede de Proteção, visando a superação da situação de violação de direitos evidenciada. - Elaborar e manter registros atualizados dos atendimentos e acompanhamentos realizados. - Cumprir orientações administrativas, conforme legislação vigente. - Desempenhar outras tarefas correlatas. - Atuar junto a organizações comunitárias, em equipe multiprofissional no diagnóstico, planejamento, execução e avaliação de programas comunitários, no âmbito da saúde, lazer, educação, trabalho e segurança. - Assessorar na organização de objetivos políticos ou comunitários, na elaboração e implementação de programas de mudança de caráter social e técnico, em situações planejadas ou não. - Apresentar relatórios mensais das atividades - Desenvolver as atividades de acordo com os princípios do SUS e, acima de tudo, voltado à permanente defesa da vida e da saúde do cidadão. - Traçar perfil epidemiológico das famílias e pessoas <p>Participar de reuniões que for convocada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir com os profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias; - Definir com a equipe técnica os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho com famílias, grupos de famílias e comunidade, buscando o aprimoramento das ações, o alcance de resultados positivos para as famílias atendidas e o fortalecimento teórico e metodológico do trabalho desenvolvido; - monitorar regularmente as ações de acordo com diretrizes, instrumentos e indicadores pactuados; - mapear, articular e potencializar a rede sócio-assistencial no território de abrangência do CRAS; - Demais atividades inerentes, <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 20 (vinte) horas semanais.</p>

Assistente Social	Nível Superior	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o planejamento das ações a serem executadas observando o mapeamento/diagnóstico realizado para execução das ações de Abordagem de Rua. - Contribuir para o planejamento e a implantação das ações do CRAS e do CREAS. - Manter articulação entre o CRAS e CREAS, em especial no território de origem dos usuários atendidos. - Promover abordagem junto aos usuários de forma a esclarecê-los quanto à natureza da intervenção da SACIS no tocante a proteção social visando a acolhida, convivência e vivência familiar. - Assessorar e subsidiar teórico-metodologicamente o trabalho realizado pelos educadores. - Realizar visitas domiciliares. - Realizar estudos sociais, elaborando relatórios técnicos acerca das denúncias de violação de direitos recebidas e encaminhando-os para a rede de proteção social e ao sistema de defesa de garantia de direitos atuante no município, para subsidiar os trabalhos internos e decisões externas provenientes do Ministério Público, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, entre outros, no que se refere à competência da política de Assistência Social. - Prestar atendimento socioassistencial individual e/ou grupal aos usuários do CRAS e do CREAS. - Participar de reuniões das Diretorias de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, dos Grupos do CRAS e do CREAS e da Rede de atendimento socioassistencial do município, subsidiando a elaboração de propostas de trabalhos. - Elaborar plano de intervenção dos usuários atendidos no CRAS e no CREAS, bem como o acompanhamento das intervenções realizadas. - Acompanhar os encaminhamentos realizados, de modo a garantir atendimento integral e de qualidade ao usuário. - Acolher as denúncias de violação de direitos, no âmbito do preconizado pelo SUAS e legislações correlatas. - Proceder articulação com outras secretarias municipais e instituições objetivando viabilizar o atendimento dos usuários. - Discutir e elaborar conjuntamente com os outros técnicos, estudos de casos e relatórios socioassistencial. - Definir em conjunto com a equipe as intervenções necessárias, acompanhamento de casos e encaminhamentos para a Rede de Proteção, visando a superação da situação de violação de direitos evidenciada. - Elaborar o Plano Individual de Atendimento e desenvolver oficinas para execução de ações voltadas especificamente as situações de vulnerabilidade. - Elaborar e manter registros atualizados dos atendimentos e acompanhamentos realizados. <p>Cumprir orientações administrativas, conforme legislação vigente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desempenhar outras tarefas correlatas. - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais no âmbito do CRAS - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população no âmbito do CRAS; - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; - prestar apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta. - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; - Outras atividades inerentes às funções e atribuições relativas ao programa. <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 30 (trinta) horas semanais.</p>
Pedagogo	Nível Superior	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar o planejamento dos serviços e das ações pedagógicas voltadas para os programas de formação executados pelos CRAS. - Orientar pedagogicamente as equipes de trabalhadores no programas dos CRAS. - Contribuir e acompanhar as instituições da rede socioassistencial que executam atendimento à crianças, adolescentes e suas famílias. - Organizar e viabilizar o processo formativo das equipes de educadores e de apoio aos CRAS. - Realizar oficinas de jogos, recreativos e cognitivos; coordenação de grupos temáticos; organização de vivências de grupos (passeios, confraternizações). - Acompanhar os grupos nas oficinas diversas; participação nas reuniões de equipe; executar tarefas afins. - Executar as atribuições editadas no respectivo regulamento da profissão. - Elaborar e manter registros atualizados dos atendimentos e acompanhamentos realizados. <p>Cumprir orientações administrativas, conforme legislação vigente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assessoramento pedagógico. - Desempenhar outras tarefas correlata <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.</p>

Decreto Nº 3.583, de 27 de Março de 2012
 DECRETO Nº 3.583, DE 27 DE MARÇO DE 2012
 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro

Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como o disposto na Lei Municipal nº 600, de 26 de novembro de 1991, e

CONSIDERANDO as indicações feitas pelas entidades,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saúde, os seguintes membros:

I - Dos usuários (50%):**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PINHEIRO PRETO**

Titular: Arildo Manica

Suplente: Valderi Perazzoli

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ

Titular: Maria Nascimento de Mello

Suplente: Nilton Cordeiro

COMISSÃO MUNICIPAL DO IDOSO

Titular: Terezinha Bressan Randon

Suplente: Irene Eggers Farina

PASTORAL DA SAÚDE

Titular: Rosangela Elizabete Mânica Dal'Bosco

Suplente: Zulma Maria de Costa

APP DA ESCOLA MAURA DE SENNA PEREIRA

Titular: Jair Boesing

Suplente: Cleodete Mazureck

APP DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE TRUDO PLESSERS

Titular: Dejair Rodrigues

Suplente: Adilson Zucco

II - DOS TRABALHADORES DE SAÚDE (25%):**REPRESENTANTE CLASSE MÉDICA E DE ENFERMAGEM**

Titular: Gilmar Linck Duarte

Suplente: Janete de Souza

REPRESENTANTES CLASSE ODONTOLÓGICA e FISIOTERAPIA

Titular: Sonia Zago

Suplente: Ângela Domingues

REPRESENTANTE DEMAIS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

Titular: Bruna Bertoncello

Suplente: Celso Burick

III - REPRESENTANTES DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS (25%)**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Marisa Kochan

Suplente: Silvana Orçatto

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular: Ivonete Ceron Piccoli

Suplente: Marionice Fritzen

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Titular: Enaide de Costa

Suplente: Maria Helena Mattana Mariani

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.584, de 28 de Março de 2012.

DECRETO Nº 3.584, DE 28 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2014
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2014
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2014
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 – Implementação de Sistema de Custos	

6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 087, de 21 de Março de 2012
PORTARIA Nº 087, DE 21 DE MARÇO DE 2012
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 022/2012 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 022/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e adjudica o objeto licitado à empresa RADIO VIDEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 86.550.662/0001-50, pelo preço mensal de R\$ 1.580,00 (um mil e quinhentos e oitenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 21 de Março de 2012
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 096, de 28 de Março de 2012.
PORTARIA Nº 096, DE 28 DE MARÇO DE 2012.
RETIFICA PORTARIA Nº 280, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

e tendo em vista a decisão da Pregoeira bem como parecer da Assessoria Jurídica, e

CONSIDERANDO a portaria 280, de 13 de dezembro de 2012 que homologou a licitação nº 044/2011;

CONSIDERANDO o Convênio nº 15215 2011-3, firmado com o Governo de Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Videira;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Videira para descrever na Portaria que homologa o resultado, além do valor total o valor unitário, RESOLVE
Art. 1º Fica retificada e ratificada a Portaria nº 280, de 13 de dezembro de 2011, ficando homologada a licitação nº 044/2011, modalidade pregão presencial, adjudicando o objeto licitado à empresa BRITAGEM VANZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.696.617/0001-10 - PEDRA BRITA Nº 01, preço unitário R\$ 26,00 (vinte e seis reais) a tonelada, totalizando R\$ 75.059,92 (setenta e cinco mil e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 28 de Março de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 097, de 28 de Março de 2012.
PORTARIA Nº 097, DE 28 DE MARÇO DE 2012.
RETIFICA PORTARIA Nº 279, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira bem como parecer da Assessoria Jurídica, e

CONSIDERANDO a portaria 279, de 13 de dezembro de 2012 que homologou a licitação nº 043/2011;

CONSIDERANDO o Convênio nº 15215 2011-3, firmado com o Governo de Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Videira;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Videira para descrever na Portaria que homologa o resultado, além do valor total o valor unitário, RESOLVE
Art. 1º Fica retificada e ratificada a Portaria nº 279, de 13 de dezembro de 2011, ficando homologada a licitação nº 043/2011, modalidade pregão presencial, adjudicando o objeto licitado à empresa TERRAPLENAGEM CHICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.316.804/0001-55 - HORAS DE SERVIÇO/MÁQUINA TIPO ESCAVADEIRA HIDRAULICA, preço unitário R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) a hora/máquina, totalizando R\$ 24.940,00 (vinte e quatro mil e novecentos e quarenta reais)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 28 de Março de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 0115/2012
CONTRATO Nº 0115/2012

OBJETO: Fornecimento de Serviços de Radiofusão
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2012

EMPRESA CONTRATADA: Radio Videira Ltda
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.580,00(um mil quinhentos e oitenta reais).
DATA DO CONTRATO: 20/03/2012
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 083/2012
CONTRATO Nº 083/2012

OBJETO: Serviço de Reciclagem, Industrialização e Destino Final Lixo Hospitalar
LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº 001/2012
EMPRESA CONTRATADA: Servioeste Soluções Ambientais Ltda
VALOR DO CONTRATO: R\$ 550,00(quinientos e cinquenta reais) mensais.
DATA DO CONTRATO: 01/03/2012
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.981/2012

LEI MUNICIPAL Nº 1.981/2012

"Altera os itens que menciona da Lei Municipal nº 732 de 12 de abril de 1993".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 732, de 12 de abril de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada Pedro Guerreiro, a 3ª (terceira) rua após o Rio Perequezinho, com código de logradouro nº 305, com início na Rua Lucio Airoso e término na Rua dos Samagaia. ."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de março de 2012.
ALBERT STADLER
Prefeito

Lei Municipal Nº 1.982/2012

LEI MUNICIPAL Nº 1.982/2012

"Dá denominação à Servidão". Autor: Vereador Joel Orlando Lucinda.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "José Jovino Silveira", à Servidão que tem início na Avenida Atílio Fontana entre as residências de nºs 20 e 35 e 20 e 45 e término na Lagoa do Perequê.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",

em Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de março de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Lei Municipal Nº 1.983/2012

LEI MUNICIPAL Nº 1.983/2012

"Dá denominação à Servidão". Autor: Vereador Emerson Luciano Stein.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica Denominada "APOLINÁRIO SANTOS", à servidão que se localiza entre os números 985 e 999 com Código de Logradouro 2820, servidão esta que tem seu início na Av. José Neoli Cruz e tem seu término na residência do Sr. Alex Sandre Jacinto, no Bairro Alto Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de março de 2012.
ALBERT STADLER
Prefeito

Lei Municipal Nº 1.984/2012

LEI MUNICIPAL Nº 1.984/2012

"Dá denominação à Rua". Autor: Vereador Joel Orlando Lucinda.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica Denominada "VALDEMAR MARINHO CAETANO", à rua que tem seu início na rua Marcelino Caetano (Rua Geral do Valongo) e tem seu término em terras de propriedade do Sr. Ezequiel Elias Costa, situado no Bairro do Valongo, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de março de 2012.
ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 974/2012

DECRETO Nº 974/2012

"DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica,

Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes

prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	JANEIRO/2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	JANEIRO/2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	DEZEMBRO/2012
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	DEZEMBRO/2013
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	DEZEMBRO/2012
6 - Implementação de Sistema de Custos	DEZEMBRO/2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	JANEIRO/2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	JANEIRO/2013

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de março de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Anexo I - RREO

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.691.800,00	52.691.800,00	9.666.557,33	18,35	9.666.557,33	18,35	43.025.242,67
RECEITAS CORRENTES	40.011.474,74	40.011.474,74	9.348.978,50	23,37	9.348.978,50	23,37	30.662.496,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.380.000,00	11.380.000,00	4.679.767,23	41,12	4.679.767,23	41,12	6.700.232,77
IMPOSTOS	9.880.000,00	9.880.000,00	3.924.818,90	39,72	3.924.818,90	39,72	5.955.181,10
TAXAS	1.500.000,00	1.500.000,00	754.948,33	50,33	754.948,33	50,33	745.051,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.518.800,00	1.518.800,00	157.929,84	10,40	157.929,84	10,40	1.360.870,16
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	658.800,00	658.800,00	48.017,42	7,29	48.017,42	7,29	610.782,58
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	860.000,00	860.000,00	109.912,42	12,78	109.912,42	12,78	750.087,58
RECEITA PATRIMONIAL	102.000,00	102.000,00	135.134,77	132,49	135.134,77	132,49	-33.134,77
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	102.000,00	102.000,00	135.134,77	132,49	135.134,77	132,49	-33.134,77
RECEITA DE SERVIÇOS	6.105.000,00	6.105.000,00	379.855,87	6,22	379.855,87	6,22	5.725.144,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.559.544,70	19.559.544,70	3.459.384,21	17,69	3.459.384,21	17,69	16.100.160,49
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.559.544,70	19.559.544,70	3.459.384,21	17,69	3.459.384,21	17,69	16.100.160,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.346.130,04	1.346.130,04	536.906,58	39,89	536.906,58	39,89	809.223,46
Multas e Juros de Mora	284.000,00	284.000,00	27.233,67	9,59	27.233,67	9,59	256.766,33
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	322.235,18	0,00	322.235,18	0,00	-322.235,18
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.050.000,00	1.050.000,00	186.852,27	17,80	186.852,27	17,80	863.147,73
RECEITAS DIVERSAS	12.130,04	12.130,04	585,46	4,83	585,46	4,83	11.544,58
RECEITAS DE CAPITAL	12.680.325,26	12.680.325,26	317.578,83	2,50	317.578,83	2,50	12.362.746,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.450.300,00	3.450.300,00	153.362,05	4,44	153.362,05	4,44	3.296.937,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.450.300,00	3.450.300,00	153.362,05	4,44	153.362,05	4,44	3.296.937,95
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.230.025,26	9.230.025,26	164.216,78	1,78	164.216,78	1,78	9.065.808,48
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.230.025,26	9.230.025,26	164.216,78	1,78	164.216,78	1,78	9.065.808,48
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.078.200,00	1.078.200,00	843.617,14	78,24	843.617,14	78,24	234.582,86
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.078.200,00	1.078.200,00	843.617,14	78,24	843.617,14	78,24	234.582,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	963.200,00	963.200,00	70.278,47	7,30	70.278,47	7,30	892.921,53
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	963.200,00	963.200,00	70.278,47	7,30	70.278,47	7,30	892.921,53
RECEITA DE SERVIÇOS	115.000,00	115.000,00	773.338,67	672,47	773.338,67	672,47	-658.338,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	53.770.000,00	53.770.000,00	10.510.174,47	19,55	10.510.174,47	19,55	43.259.825,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.770.000,00	53.770.000,00	10.510.174,47	19,55	10.510.174,47	19,55	43.259.825,53
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	53.770.000,00	53.770.000,00	10.510.174,47	19,55	10.510.174,47	19,55	43.259.825,53
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.200.072,84	—	—	300.549,78	—	—
Superávit Financeiro	—	1.200.072,84	—	—	300.549,78	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	52.691.800,00	1.580.914,37	54.272.714,37	17.779.293,12	17.779.293,12	6.589.352,09	6.589.352,09	12,14	47.683.362,28
DESPESAS CORRENTES	36.476.507,74	1.101.700,67	37.578.208,41	15.054.383,73	15.054.383,73	5.897.166,53	5.897.166,53	15,69	31.681.041,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.085.365,68	-319.843,59	17.765.522,09	2.619.856,82	2.619.856,82	2.619.568,68	2.619.568,68	14,75	15.145.953,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	741.000,00	-160.000,00	581.000,00	438.000,00	438.000,00	79.366,83	79.366,83	13,66	501.633,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.650.142,06	1.581.544,26	19.231.686,32	11.996.526,91	11.996.526,91	3.198.231,02	3.198.231,02	16,63	16.033.455,30
DESPESAS DE CAPITAL	15.575.292,26	479.213,70	16.054.505,96	2.724.909,39	2.724.909,39	692.185,56	692.185,56	4,31	15.362.320,40
INVESTIMENTOS	15.082.292,26	319.213,70	15.401.505,96	2.095.840,11	2.095.840,11	563.844,95	563.844,95	3,66	14.837.661,01
INVERSOES FINANCEIRAS	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	470.000,00	160.000,00	630.000,00	629.069,28	629.069,28	128.340,61	128.340,61	20,37	501.659,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	640.000,00	0,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640.000,00
RESERVA DO RPPS	570.000,00	0,00	570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.078.200,00	52.000,00	1.130.200,00	275.728,96	275.728,96	154.497,25	154.497,25	13,67	975.702,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	963.200,00	0,00	963.200,00	145.097,01	145.097,01	145.097,01	145.097,01	15,06	818.102,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	115.000,00	52.000,00	167.000,00	130.631,95	130.631,95	9.400,24	9.400,24	5,63	157.599,76
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.770.000,00	1.632.914,37	55.402.914,37	18.055.022,08	18.055.022,08	6.743.849,34	6.743.849,34	12,17	48.659.065,03

Continua 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.770.000,00	1.632.914,37	55.402.914,37	18.055.022,08	18.055.022,08	6.743.849,34	6.743.849,34	12,17	48.659.065,03
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.766.325,13	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.770.000,00	1.632.914,37	55.402.914,37	18.055.022,08	18.055.022,08	6.743.849,34	10.510.174,47	12,17	48.659.065,03

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 198.630,33

FONTE:

PORTO BELO, 29/03/2012

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZA
Controle Interno

JOSE IRINEU SERPA
Secretario da Fazenda

Anexo II - RREO

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.691.800,00	54.272.714,37	17.779.293,12	17.779.293,12	6.589.352,09	6.589.352,09	97,71	12,14	47.683.362,28
Legislativa	870.000,00	870.000,00	137.084,79	137.084,79	116.811,74	116.811,74	1,73	13,43	753.188,26
Ação Legislativa	870.000,00	870.000,00	137.084,79	137.084,79	116.811,74	116.811,74	1,73	13,43	753.188,26
Judiciária	80.000,00	80.000,00	62.909,05	62.909,05	62.909,05	62.909,05	0,93	78,64	17.090,95
Ação Judiciária	80.000,00	80.000,00	62.909,05	62.909,05	62.909,05	62.909,05	0,93	78,64	17.090,95
Administração	3.568.300,00	3.708.944,36	1.545.376,34	1.545.376,34	616.363,05	616.363,05	9,14	16,62	3.092.581,31
Administração Geral	2.508.000,00	2.648.644,36	1.169.903,53	1.169.903,53	484.068,54	484.068,54	7,18	18,28	2.164.575,82
Administração Financeira	1.060.300,00	1.060.300,00	375.472,81	375.472,81	132.294,51	132.294,51	1,96	12,48	928.005,49
Segurança Pública	144.000,00	188.000,00	46.924,48	46.924,48	14.595,41	14.595,41	0,22	7,76	173.404,59
Defesa Civil	144.000,00	188.000,00	46.924,48	46.924,48	14.595,41	14.595,41	0,22	7,76	173.404,59
Assistência Social	812.136,36	841.819,66	175.366,94	175.366,94	57.236,48	57.236,48	0,85	6,80	784.583,18
Assistência ao Idoso	31.000,00	31.000,00	9.600,00	9.600,00	800,00	800,00	0,01	2,58	30.200,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	207.000,00	207.000,00	30.682,84	30.682,84	14.425,00	14.425,00	0,21	6,97	192.575,00
Assistência Comunitária	574.136,36	603.819,66	135.084,10	135.084,10	42.011,48	42.011,48	0,62	6,96	561.808,18
Previdência Social	1.621.800,00	1.621.800,00	170.920,96	170.920,96	138.879,62	138.879,62	2,06	8,56	1.482.920,38
Previdência do Regime Estatutário	1.621.800,00	1.621.800,00	170.920,96	170.920,96	138.879,62	138.879,62	2,06	8,56	1.482.920,38
Saúde	7.488.505,44	7.900.120,44	3.173.326,28	3.173.326,28	984.489,62	984.489,62	14,60	12,46	6.915.630,82
Atenção Básica	6.240.013,00	6.571.628,00	2.400.686,77	2.400.686,77	928.134,88	928.134,88	13,76	14,12	5.643.493,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	138.000,00	218.000,00	106.839,01	106.839,01	22.291,73	22.291,73	0,33	10,23	195.708,27
Suporte Profilático e Terapêutico	205.093,80	205.093,80	242,40	242,40	0,00	0,00	0,00	0,00	205.093,80
Vigilância Sanitária	165.975,24	165.975,24	24.671,91	24.671,91	24.547,91	24.547,91	0,36	14,79	141.427,33
Vigilância Epidemiológica	88.103,40	88.103,40	10.301,04	10.301,04	6.225,64	6.225,64	0,09	7,07	81.877,76
Alimentação e Nutrição	651.320,00	651.320,00	630.585,15	630.585,15	3.289,46	3.289,46	0,05	0,51	648.030,54
Educação	9.773.290,90	10.458.952,86	2.987.495,99	2.987.495,99	1.325.803,75	1.325.803,75	19,66	12,68	9.133.149,11
Ensino Fundamental	6.895.476,91	7.035.476,91	1.735.995,98	1.735.995,98	815.808,90	815.808,90	12,10	11,60	6.219.668,01
Ensino Médio	487,17	487,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487,17
Educação Infantil	2.773.326,82	3.318.988,78	1.176.481,74	1.176.481,74	508.940,85	508.940,85	7,55	15,33	2.810.047,93
Educação de Jovens e Adultos	17.000,00	17.000,00	1.964,27	1.964,27	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Educação Especial	87.000,00	87.000,00	73.054,00	73.054,00	1.054,00	1.054,00	0,02	1,21	85.946,00
Cultura	323.000,00	363.500,00	162.676,68	162.676,68	50.691,56	50.691,56	0,75	13,95	312.808,44
Difusão Cultural	323.000,00	363.500,00	162.676,68	162.676,68	50.691,56	50.691,56	0,75	13,95	312.808,44

Continua 1/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.691.800,00	54.272.714,37	17.779.293,12	17.779.293,12	6.589.352,09	6.589.352,09	97,71	12,14	47.683.362,28
Urbanismo	9.348.592,04	9.546.401,79	3.736.651,42	3.736.651,42	1.568.010,69	1.568.010,69	23,25	16,43	7.978.391,10
Infra-Estrutura Urbana	5.118.850,00	5.141.659,75	1.248.781,30	1.248.781,30	305.350,04	305.350,04	4,53	5,94	4.836.309,71
Serviços Urbanos	4.229.742,04	4.404.742,04	2.487.870,12	2.487.870,12	1.262.660,65	1.262.660,65	18,72	28,67	3.142.081,39
Saneamento	15.546.175,26	15.546.175,26	3.571.753,90	3.571.753,90	1.125.830,35	1.125.830,35	16,69	7,24	14.420.344,91
Saneamento Básico Urbano	15.546.175,26	15.546.175,26	3.571.753,90	3.571.753,90	1.125.830,35	1.125.830,35	16,69	7,24	14.420.344,91
Agricultura	365.000,00	365.000,00	86.789,33	86.789,33	47.430,11	47.430,11	0,70	12,99	317.569,89
Extensão Rural	365.000,00	365.000,00	86.789,33	86.789,33	47.430,11	47.430,11	0,70	12,99	317.569,89
Comércio e Serviços	745.000,00	776.000,00	305.221,62	305.221,62	152.330,08	152.330,08	2,26	19,63	623.669,92
Turismo	745.000,00	776.000,00	305.221,62	305.221,62	152.330,08	152.330,08	2,26	19,63	623.669,92
Desporto e Lazer	223.000,00	223.000,00	83.646,06	83.646,06	37.895,00	37.895,00	0,56	16,99	185.105,00
Desporto Comunitário	223.000,00	223.000,00	83.646,06	83.646,06	37.895,00	37.895,00	0,56	16,99	185.105,00
Encargos Especiais	1.713.000,00	1.713.000,00	1.533.149,28	1.533.149,28	290.075,58	290.075,58	4,30	16,93	1.422.924,42
Serviço da Dívida Interna	1.211.000,00	1.211.000,00	1.067.069,28	1.067.069,28	207.707,44	207.707,44	3,08	17,15	1.003.292,56
Outras Transferências	502.000,00	502.000,00	466.080,00	466.080,00	82.368,14	82.368,14	1,22	16,41	419.631,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.078.200,00	1.130.200,00	275.728,96	275.728,96	154.497,25	154.497,25	2,29	13,67	975.702,75
Legislativa	30.000,00	30.000,00	4.416,23	4.416,23	4.416,23	4.416,23	0,07	14,72	25.583,77
Ação Legislativa	30.000,00	30.000,00	4.416,23	4.416,23	4.416,23	4.416,23	0,07	14,72	25.583,77
Administração	229.000,00	251.000,00	76.872,66	76.872,66	29.707,77	29.707,77	0,44	11,84	221.292,23
Administração Geral	169.000,00	191.000,00	67.729,18	67.729,18	20.564,29	20.564,29	0,30	10,77	170.435,71
Administração Financeira	60.000,00	60.000,00	9.143,48	9.143,48	9.143,48	9.143,48	0,14	15,24	50.856,52
Assistência Social	10.000,00	10.000,00	4.408,62	4.408,62	1.659,29	1.659,29	0,02	16,59	8.340,71
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência Comunitária	8.000,00	8.000,00	4.408,62	4.408,62	1.659,29	1.659,29	0,02	20,74	6.340,71
Previdência Social	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Previdência do Regime Estatutário	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Saúde	225.000,00	225.000,00	50.197,28	50.197,28	32.359,73	32.359,73	0,48	14,38	192.640,27
Atenção Básica	199.000,00	199.000,00	46.545,08	46.545,08	28.707,53	28.707,53	0,43	14,43	170.292,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.000,00	15.000,00	2.025,32	2.025,32	2.025,32	2.025,32	0,03	13,50	12.974,68

Continua 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.078.200,00	1.130.200,00	275.728,96	275.728,96	154.497,25	154.497,25	2,29	13,67	975.702,75
Saúde	225.000,00	225.000,00	50.197,28	50.197,28	32.359,73	32.359,73	0,48	14,38	192.640,27
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	1.626,88	1.626,88	1.626,88	1.626,88	0,02	16,27	8.373,12
Vigilância Epidemiológica	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação	386.000,00	416.000,00	105.351,97	105.351,97	58.123,91	58.123,91	0,86	13,97	357.876,09
Ensino Fundamental	235.000,00	265.000,00	66.701,64	66.701,64	38.291,51	38.291,51	0,57	14,45	226.708,49
Educação Infantil	151.000,00	151.000,00	38.650,33	38.650,33	19.832,40	19.832,40	0,29	13,13	131.167,60
Cultura	6.000,00	6.000,00	1.589,62	1.589,62	638,56	638,56	0,01	10,64	5.361,44
Difusão Cultural	6.000,00	6.000,00	1.589,62	1.589,62	638,56	638,56	0,01	10,64	5.361,44
Urbanismo	138.000,00	138.000,00	20.677,42	20.677,42	20.677,42	20.677,42	0,31	14,98	117.322,58
Infra-Estrutura Urbana	42.000,00	42.000,00	6.104,43	6.104,43	6.104,43	6.104,43	0,09	14,53	35.895,57
Serviços Urbanos	96.000,00	96.000,00	14.572,99	14.572,99	14.572,99	14.572,99	0,22	15,18	81.427,01
Saneamento	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	21.000,00	21.000,00	2.952,44	2.952,44	2.952,44	2.952,44	0,04	14,06	18.047,56
Extensão Rural	21.000,00	21.000,00	2.952,44	2.952,44	2.952,44	2.952,44	0,04	14,06	18.047,56
Comércio e Serviços	21.000,00	21.000,00	4.951,64	4.951,64	3.150,06	3.150,06	0,05	15,00	17.849,94
Turismo	21.000,00	21.000,00	4.951,64	4.951,64	3.150,06	3.150,06	0,05	15,00	17.849,94
Desporto e Lazer	10.000,00	10.000,00	4.311,08	4.311,08	811,84	811,84	0,01	8,12	9.188,16
Desporto Comunitário	10.000,00	10.000,00	4.311,08	4.311,08	811,84	811,84	0,01	8,12	9.188,16
TOTAL (III) = (I + II)	53.770.000,00	55.402.914,37	18.055.022,08	18.055.022,08	6.743.849,34	6.743.849,34	100,00	12,17	48.659.065,03

FONTE:

PORTO BELO, 29/03/2012

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZ
Controle Interno

JOSE IRINEU SERPA
Secretario da Fazenda

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexo X - RREO

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.060.000,00	11.060.000,00	4.130.144,59	4.130.144,59	37,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.268.000,00	6.268.000,00	3.498.274,14	3.498.274,14	55,81
1.1.1- IPTU	5.200.000,00	5.200.000,00	3.298.250,74	3.298.250,74	63,43
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	18.000,00	18.000,00	1.958,94	1.958,94	10,88
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	900.000,00	900.000,00	180.788,02	180.788,02	20,09
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	17.276,44	17.276,44	11,52
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.301.000,00	2.301.000,00	259.738,17	259.738,17	11,29
1.2.1- ITBI	2.300.000,00	2.300.000,00	259.566,54	259.566,54	11,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	171,63	171,63	17,16
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.251.000,00	2.251.000,00	328.330,79	328.330,79	14,59
1.3.1- ISS	2.140.000,00	2.140.000,00	323.200,13	323.200,13	15,10
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	1.191,98	1.191,98	119,20
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	3.827,02	3.827,02	3,83
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	111,66	111,66	1,12
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.000,00	240.000,00	43.801,49	43.801,49	18,25
1.4.1- IRRF	240.000,00	240.000,00	43.801,49	43.801,49	18,25
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.168.100,00	14.168.100,00	2.566.364,63	2.566.364,63	18,11
2.1- Cota-Parte FPM	8.800.000,00	8.800.000,00	1.587.214,12	1.587.214,12	18,04
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.800.000,00	8.800.000,00	1.587.214,12	1.587.214,12	18,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	841.926,98	841.926,98	19,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	26.000,00	26.000,00	4.429,00	4.429,00	17,03
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	10.915,01	10.915,01	12,84
2.5- Cota-Parte ITR	7.100,00	7.100,00	227,55	227,55	3,20
2.6- Cota-Parte IPVA	850.000,00	850.000,00	121.651,97	121.651,97	14,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.228.100,00	25.228.100,00	6.696.509,22	6.696.509,22	26,54
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	480.000,00	480.000,00	41.150,52	41.150,52	8,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	480.000,00	480.000,00	41.150,52	41.150,52	8,57
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	152.979,48	152.979,48	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	152.979,48	152.979,48	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	223.632,00	223.632,00	3.456,06	3.456,06	1,55
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	703.632,00	703.632,00	197.586,06	197.586,06	28,08

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.833.620,00	2.833.620,00	513.272,51	513.272,51	18,11
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.760.000,00	1.760.000,00	317.442,76	317.442,76	18,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	168.385,22	168.385,22	19,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.200,00	5.200,00	885,80	885,80	17,03
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.000,00	17.000,00	2.183,01	2.183,01	12,84
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.420,00	1.420,00	45,49	45,49	3,20
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	170.000,00	170.000,00	24.330,23	24.330,23	14,31
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.450.000,00	5.450.000,00	1.069.022,51	1.069.022,51	19,62
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.450.000,00	5.450.000,00	1.069.022,51	1.069.022,51	19,62
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.616.380,00	2.616.380,00	555.750,00	555.750,00	21,24
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.612.000,00	4.792.175,81	603.318,26	603.318,26	12,59
13.1- Com Educação Infantil	1.648.000,00	1.828.175,81	356.144,59	356.144,59	19,48
13.2- Com Ensino Fundamental	2.964.000,00	2.964.000,00	247.173,67	247.173,67	8,34
14- OUTRAS DESPESAS	838.000,00	838.000,00	131.895,24	131.895,24	15,74
14.1- Com Educação Infantil	352.000,00	352.000,00	34.452,07	34.452,07	9,79
14.2- Com Ensino Fundamental	486.000,00	486.000,00	97.443,17	97.443,17	20,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.450.000,00	5.630.175,81	735.213,50	735.213,50	13,06
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					164.653,43
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					164.653,43
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					41,03
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				180.175,81	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				164.653,43	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	6.307.025,00	6.307.025,00	1.674.127,31	1.674.127,31	26,54
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.817.000,00	2.997.175,81	417.982,20	417.982,20	13,95
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.180.175,81	390.596,66	390.596,66	17,92
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	817.000,00	817.000,00	27.385,54	27.385,54	3,35
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.608.967,00	6.608.967,00	852.001,54	852.001,54	12,89
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.450.000,00	3.450.000,00	344.616,84	344.616,84	9,99
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.158.967,00	3.158.967,00	507.384,70	507.384,70	16,06
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.425.967,00	9.606.142,81	1.269.983,74	1.269.983,74	13,22
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					555.750,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					180.175,81
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					735.925,81
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					534.057,93
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					7,98

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.014.643,90	1.550.130,05	131.395,43	131.395,43	8,48
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.494.643,90	2.030.130,05	131.395,43	131.395,43	6,47
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.920.610,90	11.636.272,86	1.401.379,17	1.401.379,17	12,04
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	222.135,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.069.022,51	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	781.446,25	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	509.712,01	0,00

PORTO BELO, 29/03/2012

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZA
Controle Interno

JOSE IRINEU SERPA
Secretário da Fazenda

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 180.175,81, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Anexo XVI - RREO

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.228.100,00	25.228.100,00	6.696.509,22	26,54
Impostos	9.880.000,00	9.880.000,00	3.924.818,90	39,72
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	5.200.000,00	5.200.000,00	3.298.250,74	63,43
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	2.300.000,00	2.300.000,00	259.566,54	11,29
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.140.000,00	2.140.000,00	323.200,13	15,10
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	240.000,00	240.000,00	43.801,49	18,25
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.180.000,00	1.180.000,00	205.325,69	17,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	20.000,00	20.000,00	3.322,55	16,61
Dívida Ativa dos Impostos	1.000.000,00	1.000.000,00	184.615,04	18,46
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	160.000,00	160.000,00	17.388,10	10,87
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	14.168.100,00	14.168.100,00	2.566.364,63	18,11
Da União	8.833.100,00	8.833.100,00	1.591.870,67	18,02
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.800.000,00	8.800.000,00	1.587.214,12	18,04
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.100,00	7.100,00	227,55	3,20
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	26.000,00	26.000,00	4.429,00	17,03
Do Estado	5.335.000,00	5.335.000,00	974.493,96	18,27
Cota-Parte do ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	841.926,98	19,13
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	85.000,00	85.000,00	10.915,01	12,84
Cota-Parte do IPVA	850.000,00	850.000,00	121.651,97	14,31
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	31.375.520,00	31.375.520,00	4.326.937,76	13,79
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.833.620,00	-2.833.620,00	-513.272,51	18,11
TOTAL	53.770.000,00	53.770.000,00	10.510.174,47	19,55

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	6.860.985,44	7.186.120,44	1.011.805,89	14,08
Pessoal e Encargos Sociais	4.576.000,00	4.444.000,00	699.880,37	15,75
Outras Despesas Correntes	2.284.985,44	2.742.120,44	311.925,52	11,38
DESPESAS DE CAPITAL	201.200,00	287.680,00	1.754,00	0,61
Investimentos	201.200,00	287.680,00	1.754,00	0,61

Continua 1/2



Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	201.200,00	287.680,00	1.754,00	0,61
Investimentos	201.200,00	287.680,00	1.754,00	0,61
TOTAL (IV)	7.062.185,44	7.473.800,44	1.013.559,89	13,56

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.062.185,44	7.473.800,44	1.013.559,89	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.764.284,44	1.967.469,44	313.136,94	30,89
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.655.284,44	1.775.969,44	313.136,94	30,89
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	109.000,00	191.500,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	5.297.901,00	5.506.331,00	700.422,95	69,11

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= %² [(V - VI) / I]	10,46
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	6.439.013,00	6.770.628,00	956.842,41	94,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	153.000,00	233.000,00	24.317,05	2,40
Suporte Profilático e Terapêutico	205.093,80	205.093,80	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	175.975,24	175.975,24	26.174,79	2,58
Vigilância Epidemiológica	89.103,40	89.103,40	6.225,64	0,61
TOTAL	7.062.185,44	7.473.800,44	1.013.559,89	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO BELO, 29/03/2012

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZA
Controle Interno

JOSE IRINEU SERPA
Secretario da Fazenda

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 3.993/2012

LEI Nº 3.993, de 28 de março de 2012.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação do exercício de 2012, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 408.775,41 (Quatrocentos e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos):

ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 – CONSTR/AMPL/AQ. EQUIP. ESCOLARES		
MODALIDADE	4490 – 3108 – Aplicações Diretas	novo	150.000,00
PROJETO	1003 – CONSTRUÇÃO CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
MODALIDADE	4490 – 3108 – Aplicações Diretas	novo	140.924,34
ATIVIDADE	2011 – PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
MODALIDADE	3390 – 3109 – Aplicações Diretas	novo	105.846,03
ATIVIDADE	2012 – MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR		
MODALIDADE	3390 – 3164 – Aplicações Diretas	novo	12.005,04
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			408.775,41

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2011, nas fontes 108 – Salário Educação, 109 – PNAE e 164 – TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.994/2012

LEI Nº 3.994, de 28 de março de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município do exercício de 2012, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais):

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SECR. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
PROJETO	1012 – PAVIMENTAÇÃO VIAS URBANAS		
MODALIDADE	4490 – 173 – Aplicações Diretas	32	1.600.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			1.600.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado, serão utilizados recursos provenientes de recursos de operação de crédito.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.995/2012

LEI Nº 3.995, de 28 de março de 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor total de R\$ 52.735,00 (Cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais), divididos em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas, sendo as três primeiras parcelas de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), desembolsáveis nos meses de agosto, setembro e outubro de 2012, e a última parcela de R\$ 15.235,00 (Quinze mil, duzentos e trinta e cinco reais), a ser paga no mês de novembro de 2012.

Parágrafo único. Os recursos financeiros deverão ser utilizados para custear parte das despesas decorrentes da organização e promoção da 6ª FESTA NACIONAL DO STEINHAEGER E DO XIXO, a ser realizada de 07 a 09 de dezembro de 2012, neste Município.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0211 - SECRET. MUN. DE IND., COM. E TURISMO
ATIVIDADE 2023 - Manut. Sec. Mun. de Ind., Com. e Turismo
MODALIDADE 3350 - 100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º A Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 4º O período de vigência do Convênio será até 31 de dezembro de 2012, contados da data de sua assinatura.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.996/2012

LEI Nº 3.996, de 28 de março de 2012.
Institui o Programa "Ler é Legal", e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa "Ler é Legal" no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, realizar ajuste no referido programa através de decreto, visando a operacionalização do mesmo.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão das seguintes Dotações Orçamentárias consignadas no Orçamento Próprio de Fundo Municipal de Educação, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2014 - MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL
MODALIDADE 3190113 - Aplicações Diretas
MODALIDADE 3390104 - Aplicações Diretas
MODALIDADE 4490104 - Aplicações Diretas

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO

OBJETIVOS GERAIS

1. Implantar política de incentivo à leitura.
2. Incentivar alunos, pais, professores e comunidade escolar à leitura, democratizando o acesso à rede de informações que sustenta a sociedade atual, contribuindo para a formação cidadã e para a redução dos mecanismos de exclusão social.
3. Fazer com que a leitura seja instrumento de transformação das pessoas, proporcionando melhor compreensão da realidade através da comparação com outras visões de mundo e, consequentemente, tornando estas mesmas pessoas mais críticas para poder agir.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Contribuir para a diminuição da evasão e da repetência escolar.
2. Melhorar os índices qualitativos de aprendizagem dos alunos, elevando o nível de letramento e de interpretação.
3. Ampliar o acesso aos livros para a clientela, desde a infantil até a adulta.
4. Melhorar as bibliotecas escolares.
5. Estabelecer relacionamento com as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs -, proporcionando oportunidades de leitura e produção de textos com o uso de computadores.
6. Transformar o ato de ler e escrever em uma atividade cotidiana e prazerosa entre os alunos.
7. Elevar o nível cultural da população do município.
8. Criar o hábito de ler para obter informações, estudar e também para a fruição de prazer e de lazer.
9. Ofertar cursos, palestras e outras atividades que favoreçam e estimulem a leitura.
10. Proporcionar acesso à biblioteca para os alunos da Educação de Jovens e Adultos.
11. Incentivar à leitura os professores, facilitando a aquisição de obras do seu interesse.
12. Diversificar os meios de incentivo à leitura, utilizando jogos, sucata, dramatização, sendo maior a diversificação quanto mais novas forem as crianças.
13. Aproximar alunos, professores, famílias e comunidade escolar através da leitura.
14. Organizar as bibliotecas escolares e o sistema de empréstimo de livros.
15. Incentivar, primordialmente, a leitura por prazer.
16. Acrescentar ao cotidiano das crianças, o lúdico na forma literária.
17. Aproximar os alunos do universo escrito (livros, revistas) para que possam manuseá-los, reparar nos detalhes e na beleza das imagens, relacionar texto e ilustrações, manifestar sentimentos, ideias e opiniões, definindo preferências e construindo critérios próprios para escolha da leitura (gosto específico).
18. Criar o hábito de ouvir leitura de diversos textos e sentir satisfação nas situações que envolvam a leitura de histórias.
19. Tornar o espaço da biblioteca em espaço prazeroso e de difusão cultural.
20. Proporcionar múltiplas ocasiões de manuseio de livros de literatura infantil para as crianças da Educação Infantil, mesmo que ainda não saibam ler.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS COM O PROGRAMA

A) Ações constantes no Plano de Ações Articuladas - PAR

1. Ampliação de espaço físico e instalações para biblioteca escolar em 18 (dezoito) unidades de ensino (11 Núcleos de Educação Infantil e 7 Núcleos de Ensino Fundamental) do Sistema Municipal de Porto União.
2. Elaborar plano para aquisição e ampliação do acervo bibliográfico para todos os segmentos e modalidades do Sistema Municipal

de Ensino de PU, planejado plurianualmente.

3. Implantar Programa de Incentivo à Leitura no Sistema Municipal de Ensino.

B) Ações com a efetivação do Programa "Ler é Legal"

4. Dar continuidade ao concurso instituído pela Lei Municipal nº 3.049/2005.

5. Transformar as bibliotecas escolares em espaços de convivência, de debates, de reflexão e de fomento à leitura (Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE) e local de realização de palestras, oficinas literárias, concursos, etc.

Organizar/reorganizar as bibliotecas escolares, tornando-as espaços prazerosos, atraentes, de difusão cultural, com horários que atendam a todas as turmas e comunidade escolar.

Equipar as bibliotecas escolares com material e mobiliário adequado (ação que deve ser planejada plurianualmente): mesas, cadeiras, prateleiras, armários, computador com internet, bancadas para pintura/desenho/escultura, tablados para representar personagens de histórias lidas.

Informatizar as bibliotecas para organizá-las e ter controle no sistema de empréstimos de livros e demais materiais e condições de avaliações sobre gostos e preferências, frequência, quantidade de livros/outros lidos por aluno/turma.

Diversificar meios de incentivo à leitura, utilizando jogos, sucata, fantoches, fantasias e máscaras, murais, dramatizações e outros, unindo a leitura à Arte, principalmente para a Educação Infantil e o 1º segmento do Ensino Fundamental (1º/5º ano).

Adquirir softwares educativos, jogos, filmes educativos.

6. Organizar bibliotecas e textotecas itinerantes para EJA, para as turmas que não funcionam em escolas da municipalidade.

7. Dinamizar projetos de incentivo à leitura nas unidades de ensino e incentivar a criação destes projetos onde eles ainda não existirem.

8. Fomentar e reconhecer as melhores experiências relacionadas à leitura, destacando-as na sociedade através da mídia, e ocasionalmente, fazendo concessão de prêmios a projetos e ações que estimulem as práticas sociais de leitura.

9. Repensar/dinamizar práticas de leitura nas unidades escolares através da organização de grupos de leitura através de: concursos; hora do conto; roda de história; júri para julgar leituras, poemas, textos, histórias, etc.; divulgação de textos; exposição de trabalhos; bate-papo onde se comenta uma obra lida por todos da turma; teatro e dramatizações, momentos de relax (ler por prazer). Cada escola escolherá os meios mais adequados com sua demanda escolar e com suas possibilidades de estrutura e funcionamento.

10. Contratar pessoal formado em biblioteconomia para atuar junto às escolas, orientando os responsáveis pelas bibliotecas e professores.

11. Instituir a função de formadores de leitura (profissionais do quadro efetivo de docentes) - com contrato específico ou com parte de carga horária do contrato.

12. Organizar encontros periódicos dos formadores de leitura para planejamento do seu trabalho, dinamização, troca de experiências e avaliação de suas ações.

13. Ofertar formação continuada para os formadores de leitura.

14. Ofertar formação continuada para os profissionais da escola: gestor, professores e demais agentes responsáveis pela área de leitura, para que se apropriem de conhecimento e domínio de estratégias de incentivo à leitura e de uso de recursos que as TICs oferecem, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

15. Adquirir acervo bibliográfico, para gradativamente, ir formando a biblioteca do professor, com obras específicas para sua formação.

16. Criar Centro de Leitura Multimídia.

17. Revitalizar situações sociais de letramento literário, através de atividades tais como:

a) Roda de leitura, onde diariamente é lida/contada uma história.

b) Criação de histórias pelos alunos e sua posterior oralização para a turma a partir de imagens, dedoches, fantoches.

c) Confeção de livrinhos criados pelos alunos, com suas histórias; trocas e exposições com outras turmas e mostragem aos pais.

d) Contação de histórias envolvendo familiares e outras pessoas da comunidade, com posterior escrita e/ou digitação das histórias e circulação do material entre as turmas.

e) Tela de TV, data-show, sites que são suporte para letramento literário aproximando alunos da produção literária social.

18. Criar Clubes de Leitura.

19. Organizar campanhas sugerindo/estimulando que pais e responsáveis leiam às crianças menores, fortalecendo laços e apoio que a leitura compartilhada proporciona.

20. Realizar concursos, gincanas, exposições em murais, criação de jornal escolar (pode ser em multimídia), divulgação das ações, do material produzido e do resultado.

Lei Nº 3.997/2012

LEI Nº 3.997, de 28 de março de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suplementada no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde a dotação orçamentária no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), conforme abaixo discriminado:

ORGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO 1051 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA UNIDADE DE SAÚDE

MODALIDADE 4490 - 450 - Aplicações Diretas 2 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 300.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado, serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação a ocorrer durante o exercício de 2012, na Fonte 450 - Transferência do PAB.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.998/2012

LEI Nº 3.998, de 28 de março de 2012.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme abaixo discriminado:

ORGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO 2067 - Estratégia Saúde da Família
MODALIDADE 4490 - 465 - Aplicações Diretas novo 15.000,00

TOTAL DO CRÉDITO 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas dotações abaixo discriminadas:

ORGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO 2067 - Estratégia Saúde da Família
MODALIDADE 3390 - 465 - Aplicações Diretas 16 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.999/2012

LEI Nº 3.999, de 28 de março de 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, Sociedade Civil, de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.588, de 23 de março de 2001, inscrita no CNPJ sob o nº 04.244.229/0001-22, com sede e foro na cidade de Porto União-SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, no decorrer do exercício de 2012 a contar da data de sua assinatura, recursos financeiros no valor total de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), desembolsáveis em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), para auxiliar nas despesas, conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2033 - Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE 3350 - 100 - Transf.à Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será até 31 de dezembro de 2012, contados da data de sua assinatura.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 4.000/2012

LEI Nº 4.000, de 28 de março de 2012.

Dispõe sobre homenagem ao Dia da Mulher.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Anualmente, no dia 08 de março, a Câmara Municipal prestará sua homenagem às mulheres, em sessão ordinária a realizar-se nas dependências desta Casa de Leis.

Art. 2º Receberão certificados em nome de todas as mulheres, duas mulheres escolhidas por todos os Vereadores e uma escolhida pela mesa diretora.

Parágrafo único. A mulher que receber a homenagem num determinado ano, não poderá no ano seguinte ser novamente homenageada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 786/2012

DECRETO Nº 786, de 28 de março de 2012.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o Plano de Contas aplicado ao Setor Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM
CRONOGRAMA DE AÇÕES
(DATA DE INÍCIO)

1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos,

tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.

1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa Janeiro de 2013

1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa Janeiro de 2013

2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.

2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência Janeiro de 2013

2.2 - Divulgação de cada classe de provisão. Janeiro de 2013

3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.

3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP. Abril de 2012

4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.

4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis. Abril de 2012

4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos. Abril de 2012

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão. Abril de 2012

5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;

5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura. Janeiro de 2013

5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura Janeiro de 2013

5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura Janeiro de 2013

5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura Janeiro de 2013

6 - Implementação de Sistema de Custos

6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados Janeiro de 2014

6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos Janeiro de 2014

6.3 - Implementação do sistema de custos Janeiro de 2014

7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais

7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP Janeiro de 2013

7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente Janeiro de 2013

8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial Janeiro de 2014

8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado Janeiro de 2014

Art. 2º Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.
RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 787/2012

DECRETO Nº 787, de 29 de março de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Lei Municipal nº 3.994, de 28 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município do exercício de 2012, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais):

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0207 - SECR. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO 1012 - PAVIMENTAÇÃO VIAS URBANAS
MODALIDADE 4490 - 173 - Aplicações Diretas 32
1.600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.600.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado, serão utilizados recursos provenientes de recursos de operação de crédito.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria N.º 455/2012 - RH

PORTARIA Nº 455, de 01 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de fevereiro a 02 de março de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sueli de Fátima Martins Cunha, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos no Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Fabiana de Oliveira Santos que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 021/2012

PORTARIA Nº 021, de 26 de março de 2012.

Dispõe sobre a utilização dos veículos pertencentes ao Município de Porto União.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O veículo que se encontra a disposição da Secretaria Municipal de Administração, somente poderá sair do perímetro urbano com reserva antecipada devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura.

Art. 2º O veículo que se encontra a disposição do Setor de Fiscalização, somente será utilizado para outros fins em casos de emergência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 022/2012

PORTARIA Nº 022, de 28 de março de 2012.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar os danos causados a terceiro, pelo Servidor Público Municipal ADMIR JOSÉ BATISTA, e consequentemente o ressarcimento dos danos causados ao requerente, por motivos registrados no Boletim de Ocorrência de Trânsito nº 67078 da 1ª COM - 3º BPM de Santa Catarina, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla

defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Sr. Admir José Batista, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, que constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:

I- Marilene Cotrim da Silva Buch - Presidente;

II- Karla Beatriz Dalmagro - Secretária;

III - Maria Jussara Marques dos Anjos Rucinski - Membro;

IV- Ivan Francisco Andrukiu - Membro;

V- Anderson Fernando Repukna - Membro. (indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais)

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 023/2012

PORTARIA Nº 023, de 28 de março de 2012.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar os danos causados a terceiro, pelo Servidor Público Municipal ROGER LUIZ BIEBERBACH, e consequentemente o ressarcimento dos danos causados ao requerente, por motivos registrados no Boletim de Ocorrência de Trânsito nº 126/2012 do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária - P4 - Campo Alegre, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Sr. Roger Luiz Bieberbach, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, que constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:

I- Daniel Benoni - Presidente;

II- Jucimara Aparecida Marques dos Anjos Ientz - Secretária;

III- Alfonso Vezaro - Membro. (indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais)

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta

Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 491/2012 - RH

PORTARIA Nº 491, de 12 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de fevereiro a 21 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Erilde Kreuzberg, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, para realizar atividades físicas e esportivas junto aos grupos de convivência da Terceira Idade do município de Porto União.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2012.

Porto União - SC, em 12 de março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 505/2012 - RH

PORTARIA Nº 505, de 13 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de fevereiro a 20 de abril de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Neusa Teresa Staffy, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos no Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Terezinha Aparecida Chelegel Neves, que se encontra em Licença Premio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2012.

Porto União - SC, em 13 de março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 034/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 050/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 034/2012

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial tipo Registro de Preços, para aquisição de concreto betuminoso usinado a quente. O recebimento dos envelopes e credenciamento se dará até as 10:00 do dia 16 de abril de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública as 10:00 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de Março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Tomada de Preços 010/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 051/2012

Extrato de Edital de Tomada de Preços 010/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de tomada de preços, tipo menor preço por empreitada global para construção do Ginásio de Esportes no Conjunto São Bernardo do Campo, neste município, com área de 3.591,38 m2, incluindo material e mão de obra. Recebimento dos envelopes e abertura dos mesmos será no dia 23 de abril de 2012 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 11 55, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 30 de Março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação 003/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 052/2012

Dispensa de Licitação n.º 003/2012

Caracterização da Situação: O município necessita executar a pavimentação em paiver de trechos da área sito a Rua Matos Costa e Siqueira Campos, no centro do Município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, executar

a pavimentação em paiver de trechos da área sito a Rua Matos Costa e Siqueira Campos, no centro do Município de Porto União, de uma área de 206,13 m2.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa J.B. Moreira Serviços Ltda, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 11.589,41 (onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos) estando portanto, dentro do valor de mercado, conforme comprovam os orçamentos em anexo.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200- Poder Executivo

Unidade - 02007 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Projeto - 1012 - Pavimentação vias urbanas

Modalidade - 4490-100 - Obras e instalações

Complemento - 33905199 - Outras obras e instalações

Cód 29

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93.

Porto União, 30 de março de 2012.

ROBERTO BONFLEUR

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 737/2012

Convênio Nº 005/12

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTO UNIÃO - ACIPU

CONVÊNIO Nº 005/12

Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. RENATO STASIAK, portador do RG nº 581.440-SC e CPF nº 216.709.009-91, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, com sede à Rua Joaquim Nabuco, 244, Bairro Cidade Nova - Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representado pelo seu Presidente SOLIMAR HAIDUK, brasileiro, residente e domiciliado na Rua General Eduardo Moreira - Nº 48, Porto União-SC, portador do RG nº 18ª R -1.594.649 SSP/SC e do CPF nº 498.418.319-53, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.995, de 28 de março de 2012, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto do presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, a título de subvenção, para custear parte das despesas decorrentes da organização e promoção da 6ª Festa Nacional do Steinhager e do Xixo, a ser realizada de 07 a 09 de dezembro de 2012, neste Município, conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio terá início em 07/12/2012 e término em 09/12/2012 e compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

I- divulgação turística do Município;

II- resgate das tradições germânicas do Município e região;
III- geração de renda temporária para a comunidade;
IV- contribuição para a consolidação do Turismo de Eventos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor de R\$ 52.735,00 (Cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais), desembolsáveis em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2012 em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, sendo as três primeiras parcelas de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), e a última parcela de R\$ 15.235,00 (Quinze mil, duzentos e trinta e cinco reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0211 - SEC. MUN. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

ATIVIDADE 2023 - Manut. Sec. Indústria, Comércio e Turismo

MODALIDADE 3350 - 100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados deverão ser utilizados para custear parte das despesas decorrentes da organização e promoção da 6ª Festa Nacional do Steinhager e do Xixo, a ser realizada nos dias 07, 08 e 09 de dezembro de 2012, neste Município, conforme Plano de Trabalho apresentado.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações

I- DO CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

II- DA CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos

princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência

O presente Convênio terá duração da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da restituição

A CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- I- quando da não execução do objeto do convênio;
- II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
- III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;
- IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e
- V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.
Prefeito Municipal

Presidente da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur
CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 006/12

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE PORTO UNIÃO
CONVÊNIO Nº 006/12

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com

inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RENATO STASIAK, portador do RG nº 581.440-SC e CPF nº 216.709.009-91, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, inscrita no CNPJ sob o nº 04.244.229/0001-22, com sede na Av. João Pessoa, 1270, Centro, Porto União, denominada ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. ALBERTINO MAFRA, brasileiro, portador da CI nº 3.753.100 e do CPF nº 145.634.879-53, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.999, de 28 de março de 2012, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, à título de subvenção, destinados a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

- I- equipar cada vez mais a Associação de Bombeiros Comunitários, que trabalham conjuntamente com os Bombeiros Militares de Porto União, objetivando melhor qualidade no atendimento à comunidade, na área que lhes é destinada (combate a incêndios, resgate veicular, salvamento aquático, pré-hospitalar e outros).
- II- aquisição de materiais de consumo, tais como: fardamentos, equipamentos de segurança, roupas de aproximação de combate a incêndios, botas especiais de combate a incêndios, material ambulatorial, material de expediente, alimentação, pagamentos de transportes e matrículas para participação em cursos e treinamentos em outras regiões do Estado, taxas de registros de documentos em cartórios e outros.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), desembolsáveis em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação de Bombeiros Comunitários, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2033	Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE	3350 -100	Transf.à Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados deverão ser utilizados para auxiliar nas despesas de manutenção, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA o valor correspondente à parcela, conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

II - Da ASSOCIAÇÃO CONVENIADA:

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31, da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a associação conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência

O período de vigência do Convênio será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- I- quando da não execução do objeto do convênio;
- II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
- III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;
- IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e
- V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 28 de março de 2012.

Prefeito Municipal

Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur

CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni

CPF nº 420.445.539-53

Chamada Pública 001/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 047/2012

Chamada Pública 001/2012

Em cumprimento ao edital 047/2012, publica-se a relação dos interessados, que encaminharam a documentação solicitada no aludido processo licitatório, a seguir:

Vanessa Suelen Kovalczuk

Antonio Hugen Godoi

Paula Lucia Perizzolo Leandro

Jussara da Silva Leite

Camila Schmidt Godoi

Jair Nunes

Cláudio José Gugelmin

30 de Março de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 2446/12

DECRETO Nº 2.446, de 08 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 035/12, de 17/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes ALEXANDRA DOS PASSOS EPP; AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-EPP; AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO; CELIA REGINA W. SANI-ME e DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
08 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.446/2012

Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 035/2012 de 17/02/2012

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de 109 (cento e nove) itens de material de expediente diversos para atender as Secretarias Municipais.

Preço: por item

Participante: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA; AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-EPP; 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA-ME; AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO; JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME; CELIA REGINA WAMBOMMEL ME; ALEXANDRA DOS PASSOS EPP; DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA-ME e INFOTRIZ COMERCIAL LTDA-EPP.

Obs.: Dois itens não foram cotados.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes ALEXANDRA DOS PASSOS EPP nos itens 001, 002, 004, 005, 007, 009, 011, 012, 013, 014, 020, 023, 027, 029, 034, 035, 040, 041, 042, 044, 046, 047, 048, 049, 050, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 061, 062, 063, 065, 066, 068, 069, 072, 073, 077, 078, 084, 086, 087, 090, 096, 098, 099, 100, 101, 106, 109; DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA-ME nos itens 003, 008, 010, 015, 016, 018, 021, 032, 033, 039, 043, 045, 051, 052, 064, 080, 081, 082, 083, 085, 097, 102, 103, 110, 104, 05, 108; AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO nos itens 006, 017, 022, 024, 025, 026, 028, 030, 031, 036, 037, 038, 060, 067, 071, 074, 075, 076, 089, 091, 093, 094, 095; AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-ME nos itens 070; CELIA REGINA WAMBOMMEL ME nos itens 088, 092, 107.

Decreto 2450/12

DECRETO Nº 2.450, de 13 de março de 2012.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 023/12, de 17/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
13 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal da Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.450/2012

Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 023/2012 de 17/02/2012

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de 11 (onze) itens de gêneros alimentícios para atender as cozinhas do prédio central e da Secretaria de Obras.

Preço: por item

Participante: SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME em todos os itens.

Decreto 2451/12

DECRETO Nº 2.451, de 13 de março de 2012.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 033/2012, de 22/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante CBB IND. E COM. DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
13 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal da Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.451/2012

Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 033/2012 de 22/02/2012

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de 30 ton. de emulsão asfáltica RM 1C, para operação tapa buracos em diversas ruas do município-Secretaria de Obras.

Preço: por item

Participante: CBB IND.E COM. DE ALFALTOS E ENGENHARIA LTDA; COMPASA DO BRASIL DISTR. DERIV DE PETROLEO e CASA DO ASFALTO DISTRIBUI. IND. E COM. ASFALTO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante CBB IND.E COM. DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA.

Decreto 2452/12

DECRETO Nº 2.452, de 13 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 036/2012, de 24/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante DUCONTEX IND. E COM. MANUFATURADOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
13 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal da Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.452/2012

Pregão Presencial nº 036/2012 de 24/02/2012

Objeto da Licitação: Aquisição de uniforme escolares para atender alunos da rede municipal de ensino-Secretaria de Obras

Preço: por item

Participante: COR URBANA IND. E COM.. DE CONFECÇÕES LTDA-EPP; FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA-EPP e DUCONTEX IND. E COM. MANUFATURADOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante DUCONTEX IND. E COM. MANUFATURADOS LTDA em todos os itens.

Decreto 2453/12

DECRETO Nº 2.453, de 13 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2012-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro,

nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 006/2012, de 27/02/2012, do Fundo Municipal da Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes PROSAUDE DISTRIB. MEDICAMENTOS LTDA; ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA; ANGEOMED COMERCIO DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA; GENESIO A. MENDES & CIA LTDA; CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA; CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA; DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA; DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA; CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA, MAURO MARCIANO COM.DE MEDICAMENTOS LTDA e COMERCIAL CIRURGICA BRAMED LTDA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
13 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal da Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 2.453/2012

Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 006/2012 de 27/02/2012-FMS

Objeto da Licitação: Aquisição de 066 (sessenta e seis) itens de medicamentos para atender necessidades do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria da Saúde.

Preço: por item

Participantes: PROSAUDE DISTRIB. MEDICAMENTOS LTDA; ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA; ANGEOMED COMERCIO DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA; GENESIO A. MENDES & CIA LTDA; CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA; CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA; DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA; DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA; CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA, MAURO MARCIANO COM.DE MEDICAMENTOS LTDA e COMERCIAL CIRURGICA BRAMED LTDA

Obs.: Os itens 007 e 065 não foram cotados.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes PROSAUDE DISTRIB. MEDICAMENTOS LTDA nos itens 001,037,048,049 e 052; ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA nos itens 009, 016, 017, 019, 025, 028, 038, 039, 040,051,054,055 e 058; ANGEOMED COMERCIO DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA nos itens 003,024,041,050,053,062 e 066; GENESIO A. MENDES & CIA LTDA 032,036,042 e 043; CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA nos itens 022,023,027,031,044,045 e 064; CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA no item 012; HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA nos itens 013,026 e 057; DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA nos itens 006,008,010,011,018,020,029,030,033,035,056 e 059; DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA nos itens 002,021 e 046; CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA nos itens 015,034 e 063; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA nos itens 047,060 e 061 e COMERCIAL CIRURGICA BRAMED LTDA nos itens 004,005 e 014.

Decreto 2454/12

DECRETO Nº 2.454, de 13 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 045/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão da Licitação, nomeada pelo Decreto nº 2253/11, o resultado da Carta Convite nº 045/12, de 27/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
13 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.454/2012

Carta Convite nº 045/2012 de 27/02/2012

Objeto da Licitação: Contratação de serviço e materiais para implantação de playground no Parque Harry Hobus

Preço: global

Participantes: CONSTRURIO ENPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; ECOTRAT TRATAMENTO DE MADEIRA LTDA; GAERTNER OBRAS DE ENGENHARIA LTDA; KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA e SULBRINQUEDOS IND. E COM. LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitação declarou vencedor o licitante KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA.

Decreto 2455/12

DECRETO Nº 2.455, de 15 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 040/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão da Licitação, nomeada pelo Decreto nº 2253/11, o resultado da Carta Convite nº 040/12, de 27/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
15 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.455/2012

Carta Convite nº 040/2012 de 27/02/2012

Objeto da Licitação: Contratação de serviços de assessoria para análise da proposta de contrato da CASAN- Fundo Municipal de Saneamento Básico

Preço: global

Participantes: L\ART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA; NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA e SANEAN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitação declarou vencedor o licitante NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA.

Decreto 2456/12

DECRETO Nº 2.456, de 15 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 028/12, de 27/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-EPP; CELIA REGINA W. SANI-ME e LIDIA NUNES DA SILVA-EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
15 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal da Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.456/2012

Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 028/2012 de 27/02/2012

Objeto da Licitação:Aquisição de 066 (sessenta e seis) itens de material de limpeza e higiene para uso em várias Secretarias Municipais.

Preço: por item

Participantes: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-EPP; CELIA REGINA W. SANI-ME e LIDIA NUNES DA SILVA-EPP.

Obs.: Os itens 006,007,009,023,027,043,044,045,048 e 064 não foram cotados.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-EPP nos itens 001,002,003,011,013,018,021,024,028,030,031,036,046,050,054,056,061 e 062; CELIA REGINA W.SANI-ME nos itens 004, 005, 008, 010, 014, 015, 016,017,019,020,022,025,026,029,032,034,035,037,040,041,047,049,051,052,053,055,057,058,059,060,063,065 e 066 e LIDIA NUNES DA SILVA-EPP nos itens 012,033,038,039 e 042.

Decreto 2458/12

DECRETO Nº 2.458, de 16 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 034/2012, de 28/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante REGATA COMERCIO DE MOTOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
16 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.458/2012

Pregão Presencial nº 034/2012 de 28/02/2012

Objeto da Licitação:Aquisição de uma motocicleta 0 KM ano/modelo 2012/2013, 290 CC, para monitoramento do trânsito 13º-BPM Polícia Militar

Preço: por item

Participantes: REGATA COMERCIO DE MOTOS LTDA e MOTOS NE-NOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante REGATA COMERCIO DE MOTOS LTDA.

Decreto 2460/12

DECRETO Nº 2.460, de 16 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 058/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão da Licitações, nomeada pelo Decreto nº 2253/11, o resultado da Carta Convite nº 058/12, de 05/03/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
16 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.460/2012

Carta Convite nº 058/2012 de 05/03/2012

Objeto da Licitação:Aquisição de tubos de concreto 1,00 PA2 e 1,50 PA2, para aplicação em galeria na Rua Exp. Menelau Claudino dos Santos/BR 470 -Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Preço: por item

Participantes: CIMENTARI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA; COMERCIAL NOBILI LTDA; FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA e PRÉ VALE PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitação declarou vencedor o licitante FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Decreto 2461/12

DECRETO Nº 2.461, de 19 de março de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.267, de 19 de março de 2012.

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional especial no valor de R\$ 99.767,02 (noventa e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e dois centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 42.436-6), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06 de dezembro de 2011, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
-------	--	--	--

10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.086	Construção Galerias Drenagem Pluvial		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
00.03.0034	Convênios do Estado/Prefeitura - Exerc. Anteriores	R\$	99.767,02
	TOTAL	R\$	99.767,02

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto 2462/12

DECRETO Nº 2.462, de 19 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 049/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão da Licitação, nomeada pelo Decreto nº 2253/11, o resultado da Carta Convite nº 049/12, de 29/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SEPATE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

19 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.462/2012

Carta Convite nº 049/2012 de 29/02/2012

Objeto da Licitação: Aquisição de CAUQ e compactação com rolo compactador no reperfilamento da Rua Ruy Barbosa- Secretaria de Obras

Preço: por item

Participantes: ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA; LZK CONSTRUÇÕES LTDA; SEPATE SERV. DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA e TERRAPLANAGEM AZZA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitação declarou vencedor o licitante SEPATE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E

TERRAPLENAGEM LTDA

Decreto 2464/12

DECRETO Nº 2.464, de 19 de março de 2012.

"SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art.1º - Substitui o servidor Marcionei Zucatelli, como membro da Comissão Especial de Concurso Público, nomeado pelo Decreto nº 2.403, de 21 de fevereiro de 2012, e nomeia Rodrigo Antonio F.F.S. Moratelli para integrar como membro esta Comissão.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

19 de março de 2012

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

Decreto 2466/12

DECRETO Nº 2.466, de 20 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 050/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão da Licitação, nomeada pelo Decreto nº 2253/11, o resultado da Carta Convite nº 050/12, de 29/02/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

20 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.466/2012

Carta Convite nº 050/2012 de 29/02/2012

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para escavação de valas, colocação de tubos de 0,40 e reaterro em diversas ruas da cidade, Fundo Municipal de Saneamento Básico-Secretaria de Planejamento

Participantes: ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES

LTDA-ME; SEPATE SERV. DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA e TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitação declarou vencedor o licitante ENGPV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Decreto 2467/12

DECRETO Nº 2.467, de 20 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 055/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 2253/11, o resultado da Carta Convite nº 055/12, de 02/03/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante TERRAFORTE TERRAPLENAGEM LTDA-EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

20 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.467/2012

Carta Convite nº 055/2012 de 02/03/2012

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para construção de muro de contenção em gabião na Rua Rodrigues Alves - Secretaria de Obras

Participantes: TERRAFORTE TERRAPLENAGEM LTDA-EPP; WRN TERRAPLANAGEM LTDA e TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitação declarou vencedor o licitante TERRAFORTE TERRAPLANAGEM LTDA-EPP.

Decreto 2468/12

DECRETO Nº 2.468, de 20 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 018/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 2253/11, o resultado da Carta Convite nº 018/12, de 29/02/2012, cujo resumo está

representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante GENERIC COLOR COM. DE EQUIP. P/ INFORMÁTICA LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

20 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.468/2012

Carta Convite nº 018/2012 de 29/02/2012

Objeto da Licitação: Aquisição de toners e cartuchos para impressoras das Secretarias Municipais - Secretaria da Administração

Participantes: ESPOMAK COM. DE MAT. E EQUIP. P/ ESCRITÓRIO LTDA; GENERIC COLOR COM. DE EQUIP. P/ INFORMÁTICA LTDA; GILVANO RIBEIRO BORGES-ME; MULTI CARTUCHOS RECICLADOS LTDA e ORANGE INFORMÁTICA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitação declarou vencedor o licitante GENERIC COLOR COM. DE EQUIP. P/ INFORMÁTICA LTDA.

Decreto 2469/12

DECRETO Nº 2.469, de 20 de março de 2012

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo do Município de Rio do Sul - Edital nº 001/2012, destinado ao preenchimento de vaga para a função de Operador de Equipamento - Escavadeira Hidráulica e Rolo Compactador, em caráter temporário, com atuação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º - Ficam designados para compor a comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

Rodrigo Antonio F. F. S. Moratelli - Presidente

Carla Fabiana Ribeiro - Secretária

Tarcísio Testoni - Membro

Carlos Conrado Berk - Membro

Nilton Xavier - Membro

Neri Patrício - Membro

Art. 3º - À referida Comissão, compete: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação - inclusive a avaliação da Prova Prática, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
20 de março de 2012
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

Decreto 2470/12

DECRETO Nº 2.470, de 20 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 046/2012, de 01/03/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME e THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA-ME

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
20 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.470/2012

Pregão Presencial nº 046/2012 de 01/03/2012

Objeto da Licitação: Aquisição de 06(seis) itens de carnes bovina, frango, salsichas, caldo de peixe e bebidas lácteas para atender alunos da Rede Municipal de Ensino, Setor de Merenda Escolar- Secretaria da Educação

Preço: por item

Participantes: SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME; THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA-ME; RENAN ROSA ROSARME; TAF DISTRIBUIDORA LTDA e AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-EPP

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor os licitantes SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME nos itens 001,002,003,005 e 006 e THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA-ME no item 004.

Decreto 2471/12

DECRETO Nº 2.471, de 21 de março de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2012-FMAS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 002/12, de 05/03/2012, do Fundo Municipal de Assistência Social, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante FRONZA COMERCIO DE GAS LTDA-EPP

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
21 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO AO DECRETO Nº 2.471/2012

Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 002/2012 de 05/03/2012-FMAS

Objeto da Licitação: Registro de preço para aquisição de cargas de gás liquefeito de petróleo para atender cozinhas do PETI, CRAS e no Centro de Treinamento Padaria/Escola -Fundo Municipal de Assistência Social

Preço: por item

Participantes: FRONZA COMERCIO DE GAS LTDA-ME e I. TRAPP & CIA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante FRONZA COMERCIO DE GAS LTDA-EPP.

Decreto 2472/12

DECRETO Nº 2.472, de 22 de março de 2012.

"DETERMINA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES A ANULAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 080/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e ao disposto nos §§ 1º a 3º e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Determina a Comissão Permanente de Licitações, que promova a imediata anulação dos procedimentos relativos ao Edital de Concorrência Pública nº 080/2010, cujo objeto versa sobre a locação de equipamentos de monitoramento eletrônico de trânsito, em acatamento a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo ELC 11/00079308.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
22 de março de 2012

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Decreto 2474/12

DECRETO Nº 2.474, de 22 de março de 2012.

"RETIFICA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL EXPRESSA NO DECRETO Nº 1590/2010 DE 21/12/2010 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE A SRA SOLANGE APARECIDA SOUZA".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contida na Decisão nº 0548/2012- Processo PPA-11/00095257 ,

DECRETA:

Art. 1º - A retificação da fundamentação legal expressa no Decreto nº 1590 de 21 de dezembro de 2010 e que versa sobre a concessão de pensão pós morte, cujo benefício é concedido com fundamento da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º, inciso II do artigo 40 da Constituição Federal/88, com redação dada pela EC nº 41/2003.

Art. 2º- A presente concessão de pensão pós morte foi homologada e registrada no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através da Decisão nº 0548/2012 em Sessão do dia 29/02/2012

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
22 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S.MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

Decreto 2475/12

DECRETO Nº 2.475, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 2.023,46 (dois mil, vinte e três reais e quarenta e seis centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 40.413-6), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.079	BLVGS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		
00.03.0053	SUS União – Exerc. Anteriores	R\$	2.023,46
	TOTAL	R\$	2.023,46

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL 23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2476/12

DECRETO Nº 2.476, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 59.463,08 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 44.014-0), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.087
BLFAB - Farmácia Básica

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0054
Convênios dos Estado - Saúde - Exerc. Anteriores
R\$
59.463,08

TOTAL R\$ 59.463,08

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito MunicipalDO
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2477/12

DECRETO Nº 2.477, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso

III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 328.359,11 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e onze centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 38.096-2 do Banco do Brasil S/A), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.095 BLATB - Pab Fixo - Ações Básicas
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 328.359,11

TOTAL R\$ 328.359,11

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2478/12

DECRETO Nº 2.478, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 2.738,04 (dois mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 40.414-4), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.096
BLATB - NÚCLEO DE APOIO A FAMÍLIA

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 2.738,04
TOTAL R\$ 2.738,04

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

23 de março de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2479/12

DECRETO Nº 2.479, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 14.316,43 (catorze mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 38.100-4), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.082
MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA POPULAR

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 14.316,43
TOTAL R\$ 14.316,43

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2480/12

DECRETO Nº 2.480, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 17.932,57 (dezessete mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 40.412-8), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1.047 PROJETO TIME MAIS SAÚDE

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 17.932,57
TOTAL R\$ 17.932,57

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2481/12

DECRETO Nº 2.481 , de 23 de março de 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 13.477,58 (treze mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 40.409-8), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.089 BLMAC - SAMU
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 13.477,58
TOTAL R\$ 13.477,58

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2482/12

DECRETO Nº 2.482 , de 23 de março de 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 30.798,87 (trinta mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício

anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 38.099-7), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.085
BLVGS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 30.798,87
TOTAL R\$ 30.798,87

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2483/12

DECRETO Nº 2.483 , de 23 de março de 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 90.412,99 (noventa mil, quatrocentos e doze reais e noventa e nove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 38.095-4), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.087 BLFAB - FARMÁCIA BÁSICA
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 90.412,99
TOTAL R\$ 90.412,99

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2484/12

DECRETO Nº 2.484, de 23 de março de 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 60.431,00 (sessenta mil, quatrocentos e trinta e um reais), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 621005-7), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.041 EQUIPAGEM UNIDADES DE SAÚDE - VINCULADOS

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$

60.431,00

TOTAL R\$ 60.431,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

23 de março de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2485/12

DECRETO Nº 2.485, de 23 de março 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 19.614,67 (dezenove mil, seiscentos e quinze reais e sessenta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 40.410-1), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.090 BLMAC - CEO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 19.614,67

TOTAL R\$ 19.614,67

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

23 de março de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2486/12

DECRETO Nº 2.486, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 37.924,67 (trinta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete reais), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 40.321-0), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.411 CIES - COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO, ENSINO E SERVIÇO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

00.03.0054 Convênios dos Estado - Saúde - Exerc. Anteriores R\$ 37.924,67

TOTAL R\$ 37.924,67

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

23 de março de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2487/12

DECRETO Nº 2.487, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 36.171,89 (trinta e seis mil, cento e setenta e um reais e oitenta e nove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 44.015-9), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.090 BLMAC - CEO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

00.03.0054 Convênios dos Estado - Saúde - Exerc. Anteriores R\$

36.171,89
TOTAL R\$ 36.171,89

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2488/12

DECRETO Nº 2.488, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 194.118,03 (cento e noventa e quatro mil, cento e dezoito reais e três centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 44.016-7), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.097 AÇÕES DE SAÚDE COM RECURSOS DO ESTADO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0054 Convênios dos Estado - Saúde - Exerc. Anteriores R\$ 194.118,03
TOTAL R\$ 194.118,03

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2489/12

DECRETO Nº 2.489, de 23 de março 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 2.574,99 (dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n.

40.411-X), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.088 BLMAC - CAPS
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 2.574,99
TOTAL R\$ 2.574,99

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2490/12

DECRETO Nº 2.490, de 23 de março de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 41.301,95 (quarenta e um mil, trezentos e um reais e noventa e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 38.094-6), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.086 BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
00.03.0053 SUS União - Exerc. Anteriores R\$ 41.301,95
TOTAL R\$ 41.301,95

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Portaria N. 0175/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal, em exercício, de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no inciso I do Art. 171, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, ao servidor municipal RAFAEL TORQUATO LUIZ, matrícula 35258/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, haja vista o acatamento da decisão proferida através da Sindicância Administrativa n. 010/2011, que concluiu que o servidor transgrediu o inciso I e III do Art. 157, da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N/1127/RH

PORTARIA N.º 1128/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção do servidor municipal HELMUT LINDNER FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Física" no Centro de Educação Pref. Luiz Adelar Soldatelli, para 40 horas semanais "Educação Física" no Centro Educação Roberto Machado, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Rls

Portaria N° 1126/RH

PORTARIA N.º 1126/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal TATIANI PIAI ANGELO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de

carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Maria José Stramoski, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA N.º 1126/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal TATIANI PIAI ANGELO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Maria José Stramoski, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N° 1128/RH

PORTARIA N.º 1128/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção do servidor municipal HELMUT LINDNER FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Física" no Centro de Educação Pref. Luiz Adelar Soldatelli, para 40 horas semanais "Educação Física" no Centro Educação Roberto Machado, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Rls

Portaria N° 1129/RH

PORTARIA N.º 1129/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal FRANCISCA AURICELIA ALVES DE MATOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Sebastião Back, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Romão Trauczynski, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Rls

Portaria N° 1127/RH

PORTARIA N.º 1127/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal MARLISE DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Titio Karan, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N° 1130/RH

PORTARIA N.º 1130/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal NEVANIR

CORREIA MALHEIROS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "B", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Sebastião Back, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Navegantes, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N° 1131/RH

PORTARIA N.º 1131/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal LILIAN LUCHT DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Sebastião Back, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Aquarela, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Rls

Portaria N° 1132/RH

PORTARIA N.º 1132/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal MARGARETE POFFO NAU, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "C", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Séries Iniciais" no Centro de Educação Daniel Maschio, para 20 horas semanais "Matemática" no Centro Educação Daniel Maschio, e 20 horas "Matemática" no Centro de educação Ricardo Marchi, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1133/RH

PORTARIA N.º 1133/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal VALDIRENE CONZATTI MELVERSTET, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Séries Iniciais" no Centro de Educação Prof. Matheus Alves Conceição, para 20 horas semanais "Letras - Português no Centro Educação Prof. Luiz Adelar Soldatelli, e 20 horas semanais "Linguagem e Letramento" na Escola Modelo, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Portaria N°1134/RH

PORTARIA N.º 1134/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ROMI KUSTERKO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Danilo Lourival Schmidt, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Cinderela, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1135/RH

PORTARIA N.º 1135/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal TANIA MARIA GARCIA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "B", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Aquarela, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Sebastião Back, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1136/RH

PORTARIA N.º 1136/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ARLETE APARECIDA GEISER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "B", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Tia Bea, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Daniel Maschio, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1137/RH

PORTARIA N.º 1137/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal SIMONE

ROSIRE BARBETTA THIEDE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Augusto Bosco, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Santa Galo, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1138/RH

PORTARIA N.º 1138/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal IRIS HERWEG HEINRICH, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Titio Karan, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Sebastião Back, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1139/RH

PORTARIA N.º 1139/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal LAURECI CLAUDINO PERINI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "a", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Pref. Luiz Adelar Soldatelli, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Favo de Mel II, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1140/RH

PORTARIA N.º 1140/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal JANARA DE LIZ FILAGRANA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Augusto Bosco, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Raio de Luz, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1141/RH

PORTARIA N.º 1141/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal MICHELE CRISTINA OLIVEIRA VIGNOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Cinderela, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Cantinho de Amor I, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1142/RH

PORTARIA N.º 1142/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal JANE LAURENTINO SEZERINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Dea Bornhausen, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Sebastião Back, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RIs

Portaria N°1143/RH

PORTARIA N.º 1143/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ISOLENE ODORIZZI DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Augusto Bosco, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Cinderela, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RIs

Portaria N°1144/RH

PORTARIA N.º 1144/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal DULCE

MARCHI ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Sebastião Back, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RIs

Portaria N°1145/RH

PORTARIA N.º 1145/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal CLEIA SCHMOLLER CENZI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Danilo Lourival Schmidt, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Pref. Luiz Adelar Soldatelli, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal

23 de dezembro de 2009

RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RIs

Portaria N°1146/RH

PORTARIA N.º 1146/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal VERA LUCI ROVEDA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Ricardo Marchi para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Schirley Dolores Sedrez, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1147/RH

PORTARIA N.º 1147/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal MARCIA WESSNER VINOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Navegantes, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1148/RH

PORTARIA N.º 1148/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ZENITA DARTOLT, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Pe. Angelo Moser, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Titio Karan, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1150/RH

PORTARIA N.º 1150/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ZULEICA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Ricardo Marchi, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Ilse Soldatelli, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1151/RH

PORTARIA N.º 1151/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal FABIANE DE OLIVEIRA GORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Ricardo Marchi, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Cantinho de Amor II, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1152/RH

PORTARIA N.º 1152/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal SILVIA

CRISTINA ROSA NOGUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Favo de Mel II, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Aquarela, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1153/RH

PORTARIA N.º 1153/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal FERNANDA STRINGARI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Navegantes, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Dea Bornhausen, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1154/RH

PORTARIA N.º 1154/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal DINI CRISTINA WORDELL BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Pref. Luiz Adelar Soldatelli, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Schirley Dolores Sedrez, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1155/RH

PORTARIA N.º 1155/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal NELITA KOSLOWSKI CONSTANTINO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "B", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 20 horas semanais "Séries Iniciais" no Centro de Educação Pedro dos Santos e 20 horas no Centro Educacional Roberto Machado, para 40 horas semanais "Séries Iniciais" no Centro Educação Pedro dos Santos, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1156/RH

PORTARIA N.º 1156/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal LEISE CRISTINA LUIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Daniel Maschio, para 20 horas semanais "Séries Iniciais" no Centro Educação Daniel Maschio e 20 horas no Centro de Educação Guilherme Butzke, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1157/RH

PORTARIA N.º 1157/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ANA CLAUDIA DEMARCH FRANCESCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, para 40 horas semanais "Séries Iniciais" no Centro Educação Pe. Angelo Moser, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1158/RH

PORTARIA N.º 1158/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidor municipal ANDERSON PATZLAFF, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Física" no Centro de Educação Roberto Machado, para 40 horas semanais "Educação física" no Centro de Educação Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Portaria N°1159/RH

PORTARIA N.º 1159/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidor municipal IVO RENATO MERIZZI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar

n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 30 horas semanais "Educação Física" no Centro de Educação Daniel Maschio e 10 horas semanais no Centro de Educação Ribeirão Cobras Norte, para 40 horas semanais "Educação física" no Centro de Educação Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1160/RH

PORTARIA N.º 1160/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal FRANCIA-NE TERESINHA BONA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 20 horas semanais "Português" no Centro de Educação Ricardo Marchi e 20 horas no Centro de Educação Pref. Luiz Adelar Soldatelli, para 40 horas semanais "Português (Linguagem e Letramento)" na Escola Modelo, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Portaria N°1161/RH

PORTARIA N.º 1161/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal NILZA COELHO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 2, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, para 20 horas semanais "Ciências" no Centro de Educação Guilherme Butzke e 20 horas semanais "Ciências" no Centro de Educação Pedro dos Santos, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Portaria N°1162/RH

PORTARIA N.º 1162/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal LAIR BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Pedagogo" no Centro de Educação Guilherme Butzke, para 40 horas semanais "Pedagogo" na Escola Modelo, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria N°1163/RH

PORTARIA N.º 1163/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ADRIANA SOARES LOURENÇO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo- Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Pedagogo" no Centro de Educação Padre Ângelo Moser, para 40 horas semanais "Pedagogo" no Centro Educação Pref. Luiz Adelar Soldatelli, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Portaria N°1164/RH

PORTARIA N.º 1164/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidor municipal SILVIO TOBIAS BRANDALIZE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Daniel Maschio, para 40 horas semanais "Educação Alimentar e Ambiental - AMBIAL" na Escola Modelo, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Portaria N°1164/RH

PORTARIA N.º 1164/RH, 23 de dezembro de 2009

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidor municipal SILVIO TOBIAS BRANDALIZE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 3, Classe "A", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Daniel Maschio, para 40 horas semanais "Educação Alimentar e Ambiental - AMBIAL" na Escola Modelo, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
23 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Protaria N°1149/RH

PORTARIA N.º 1149/RH, 23 de dezembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 042, de 15 de fevereiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal DULCE SAUTNER DESTRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Nível 1, Classe "B", de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro de Educação Infantil Danilo Lourival Schmidt, para 40 horas semanais "Educação Infantil" no Centro Educação Infantil Aquarela, a partir de 01/01/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal
23 de dezembro de 2009
RODRIGO A. F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Contrato 08/2012 Dvcaa

CONTRATO Nº. 008/2012, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS, DE OUTRO LADO RODRIGO JOSÉ WERLANG, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM ODONTOLOGIA / ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº 01/2012-FMS.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sueli Teresinha de Oliveira, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Rodrigo José Werlang, inscrito no Cadastro de Pessoa Física-CPF sob nº 831.524.079-04, estabelecido no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, de serviço técnico especializado em Odontologia/Endodontia, aos usuários do Sistema Único de Saúde, de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde que delas necessitem e dentro dos limites fixados pela Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Odontologia.

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira, será executado pelo profissional, Rodrigo José Werlang, inscrito no CPF sob nº. 831.524.079-04, com registro no respectivo Conselho Regional de Odontologia-CRO/SC sob o nº.4782, a desempenhar suas atividades na Policlínica de Referência Regional, junto ao Centro de Especialidades Odontológicas-CEO.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional e equipamento necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário odontológico dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, até o limite de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), pelos serviços efetivamente prestados/realizadas por ele durante o mês, baseado em tabela de valores específica do Departamento de Odontologia.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuada, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato, correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Saúde Unidade: 01 - Fundo Municipal de SaúdeProjeto/atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria Ministerial nº 2.801/98 e Portaria Ministerial nº 1.286/93 é o órgão interveniente pagador responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato, correspondentes aos procedimentos e valores incluídos na tabela de remuneração do Ministério da Saúde - SIA/SUS.

Parágrafo Segundo - Nos exercícios futuros, as despesas correrão a conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente para análise, os comprovantes dos atendimentos realizados ao Departamento de Odontologia, até o dia 25 de cada mês. Posteriormente deverão ser encaminhados ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria para validação e processamento da produção, o CONTRATADO receberá o valor total dos serviços produzidos, limitado a R\$ 1.800,00 mensais.

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o

pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, o valor total dos serviços/atendimentos realizados, limitados a R\$ 1.800,00 mensais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses. A partir de então, a renovação será anual, desde que haja interesse e manifestação das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 15 de março de 2012.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

RODRIGO JOSÉ WERLANG
Contratado

Testemunhas:

1) TÂNIA REGINA CIPRIANI
CPF nº. 542.636.119-34

2) JOACIR PANDINI
CPF nº. 481.281.129-53

Contrato 09/2012 Dvcaa

CONTRATO Nº. 009/2012, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS, DE OUTRO LADO MANUELA NEVES

ALMEIDA, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM ODONTOLOGIA / ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº 01/2012-FMS.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sueli Teresinha de Oliveira, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Manuela Neves Almeida, inscrito no Cadastro de Pessoa Física-CPF sob nº 008.241.209-06, estabelecida no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, de serviço técnico em Clínica Geral Odontológica, aos usuários do Sistema Único de Saúde, de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde que delas necessitem e dentro dos limites fixados pela Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Odontologia.

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira, será executado pela profissional, Manuela Neves Almeida, inscrito no CPF sob nº 008.241.209-06, com registro no respectivo Conselho Regional de Odontologia-CRO/SC sob o nº 9170, a desempenhar suas atividades nas Unidades de Saúde/Postos de Saúde da Rede Pública do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional e equipamento necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário odontológico dos pacientes;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles

vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, até o limite de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), pelos serviços efetivamente prestados/realizadas por ele durante o mês, baseado em tabela de valores específica do Departamento de Odontologia.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato, correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Saúde Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde Projeto/atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria Ministerial nº 2.801/98 e Portaria Ministerial nº 1.286/93 é o órgão interveniente pagador responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato, correspondentes aos procedimentos e valores incluídos na tabela de remuneração do Ministério da Saúde - SIA/SUS.

Parágrafo Segundo - Nos exercícios futuros, as despesas correrão a conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente para análise, os comprovantes dos atendimentos realizados ao Departamento de Odontologia, até o dia 25 de cada mês. Posteriormente deverão ser encaminhados ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria para validação e processamento da produção, o CONTRATADO receberá o valor total dos serviços produzidos, limitado a R\$ 1.800,00 mensais.

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, o valor total dos serviços/atendimentos realizados, limitados a R\$ 1.800,00 mensais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados. Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses. A partir de então, a renovação será anual, desde que haja interesse e manifestação das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 15 de março de 2012.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

MANUELA NEVES ALMEIDA

Contratado

Testemunhas:

1) TÂNIA REGINA CIPRIANI

CPF nº. 542.636.119-34

2) JOACIR PANDINI

CPF nº. 481.281.129-53

Contrato 10/2012 Dvcaa

CONTRATO Nº. 10/2012, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS, DE OUTRO LADO FERNANDA RUBIA BORGES FAGOTI, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM ODONTOLOGIA / ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº 01/2012-FMS.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sueli Teresinha de Oliveira, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Fernanda Rubia Borges Fagoti, inscrito no Cadastro de Pessoa Física-CPF sob nº. 264.576.138-02, estabelecida no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, de serviço técnico em Clínica Geral Odontológica, aos usuários do Sistema Único de Saúde, de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde que delas necessitem e dentro dos limites fixados pela Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Odontologia.

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional

conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira, será executado pela profissional, Fernanda Rubia Borges Fagoti, inscrito no CPF sob nº. 264.576.138-02, com registro no respectivo Conselho Regional de Odontologia-CRO/SC sob o nº. 9693, a desempenhar suas atividades nas Unidades de Saúde/Postos de Saúde da Rede Pública do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional e equipamento necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário odontológico dos pacientes;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, até o limite de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), pelos serviços efetivamente prestados/realizadas por ele durante o mês, baseado em tabela de valores específica do Departamento de Odontologia.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato, correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Saúde Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde Projeto/atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria Ministerial nº 2.801/98 e Portaria Ministerial nº 1.286/93 é o órgão interveniente pagador responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato, correspondentes aos procedimentos e valores incluídos na tabela de remuneração do Ministério da Saúde - SIA/SUS.

Parágrafo Segundo - Nos exercícios futuros, as despesas correrão a conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente para análise, os comprovantes dos atendimentos realizados ao Departamento de Odontologia, até o dia 25 de cada mês. Posteriormente deverão ser encaminhados ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria para validação e processamento da produção, o CONTRATADO receberá o valor total dos serviços produzidos, limitado a R\$ 1.800,00 mensais.

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, o valor total dos serviços/atendimentos realizados, limitados a R\$ 1.800,00 mensais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO,

AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses. A partir de então, a renovação será anual, desde que haja interesse e manifestação das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 15 de março de 2012.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

FERNANDA RUBIA BORGES FAGOTI

Contratado

Testemunhas:

1) TÂNIA REGINA CIPRIANI

CPF nº. 542.636.119-34

2) JOACIR PANDINI

CPF nº. 481.281.129-53

Salto Veloso

PREFEITURA**Lei Nº 1.452**

LEI N. 1.452, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições legais decorrentes de seu mandato, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo conceder reposição salarial aos servidores públicos municipais no percentual de 4,37%, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 1º de abril de 2011 a 31 de janeiro de 2012.

Parágrafo único. A reposição de que trata o caput será extensiva a todos os servidores públicos municipais, aos agentes políticos e aos detentores de mandato eletivo.

Art. 2º Fica autorizado, também, ao Chefe do Poder Executivo Municipal a concessão de aumento real nos vencimentos dos servidores públicos municipais no percentual de 2,63%.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 08 de março de 2012.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 20/2012

DECRETO Nº 20, DE 28 DE MARÇO DE 2012

Dispõe sobre o Cronograma de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas aplicado ao Setor Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2014
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2014

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 28 de março de 2012.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal Em Exercício

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário De Administração E Finanças

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bim 2012

+ [CPL] ----- { 001 } +

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

---+---

LRF, Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
Categoria Econômica / Fontes	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.626.020,00	15.626.020,00	2.707.831,31	17,330	2.707.831,31	17,330	12.918.188,69
RECEITAS CORRENTES	15.626.000,00	15.626.000,00	2.512.231,31	16,080	2.512.231,31	16,080	13.113.768,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	490.000,00	490.000,00	87.339,62	17,820	87.339,62	17,820	402.660,38
IMPOSTOS	381.000,00	381.000,00	59.836,34	15,710	59.836,34	15,710	321.163,66
TAXAS	69.000,00	69.000,00	26.980,66	39,100	26.980,66	39,100	42.019,34
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	522,62	1,310	522,62	1,310	39.477,38
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	630.000,00	630.000,00	40.475,49	6,420	40.475,49	6,420	589.524,51
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	550.000,00	550.000,00	40.475,49	7,360	40.475,49	7,360	509.524,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	80.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	805.500,00	805.500,00	239.151,62	29,690	239.151,62	29,690	566.348,38
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	805.500,00	805.500,00	239.151,62	29,690	239.151,62	29,690	566.348,38
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	110.000,00	110.000,00	5.479,59	4,980	5.479,59	4,980	104.520,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.470.400,00	13.470.400,00	2.119.909,38	15,740	2.119.909,38	15,740	11.350.490,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.426.400,00	13.426.400,00	2.119.909,38	15,790	2.119.909,38	15,790	11.306.490,62
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	44.000,00	44.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	44.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.100,00	118.100,00	19.875,61	16,830	19.875,61	16,830	98.224,39
MULTAS E JUROS DE MORA	28.500,00	28.500,00	3.870,25	13,580	3.870,25	13,580	24.629,75
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	4.948,37	54,980	4.948,37	54,980	4.051,63
RECEITAS DIVERSAS	78.600,00	78.600,00	11.056,99	14,070	11.056,99	14,070	67.543,01
RECEITAS DE CAPITAL	20,00	20,00	195.600,00	978000,0	195.600,00	978000,0	-195.580,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	195.600,00	978000,0	195.600,00	978000,0	-195.580,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	195.600,00	978000,0	195.600,00	978000,0	-195.580,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	983.500,00	983.500,00	74.805,88	7,610	74.805,88	7,610	908.694,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.782.637,19	100,000	2.782.637,19	100,000	13.826.882,81
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.782.637,19	100,000	2.782.637,19	100,000	13.826.882,81
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.782.637,19		2.782.637,19		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	578.291,09	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	578.291,09	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	578.291,09	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O		Atualizada (f)=(d+e)	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar (f-(g+h))
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	15.626.020,00	2.263.890,09	17.889.910,09	3.604.627,31	3.604.627,31	2.176.349,75	2.176.349,75	0,00	12,17	15.713.560,34
DESPESAS CORRENTES	13.052.500,00	268.391,09	13.320.891,09	2.662.506,50	2.662.506,50	1.671.479,69	1.671.479,69	0,00	12,55	11.649.411,40
Pessoal e Encargos Sociais	6.358.000,00	33.481,94	6.391.481,94	988.236,34	988.236,34	987.068,05	987.068,05	0,00	15,44	5.404.413,89
Juros/Encargos da Dívida	120.000,00	0,00	120.000,00	11.579,93	11.579,93	11.579,93	11.579,93	0,00	9,65	108.420,07
Outras despesas Correntes	6.574.500,00	234.909,15	6.809.409,15	1.662.690,23	1.662.690,23	672.831,71	672.831,71	0,00	9,88	6.136.577,44
DESPESAS DE CAPITAL	715.020,00	1.995.499,00	2.710.519,00	942.120,81	942.120,81	504.870,06	504.870,06	0,00	18,63	2.205.648,94
Investimentos	679.020,00	1.995.499,00	2.674.519,00	942.120,81	942.120,81	504.870,06	504.870,06	0,00	18,88	2.169.648,94
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Amortização da Dívida	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	1.748.500,00	0,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	983.500,00	0,00	983.500,00	57.192,70	57.192,70	57.192,70	57.192,70	0,00	5,82	926.307,30
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	16.609.520,00	2.263.890,09	18.873.410,09	3.661.820,01	3.661.820,01	2.233.542,45	2.233.542,45	0,00	11,83	16.639.867,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	16.609.520,00	2.263.890,09	18.873.410,09	3.661.820,01	3.661.820,01	2.233.542,45	2.233.542,45	0,00	11,83	16.639.867,64
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	549.094,74	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	16.609.520,00	2.263.890,09	18.873.410,09	3.661.820,01	3.661.820,01	2.782.637,19	2.782.637,19	0,00	11,83	16.639.867,64

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS		até o Bimestre (c)	%	SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)			
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	983.500,00	983.500,00	74.805,88	7,610	74.805,88	7,610	908.694,12
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	983.500,00	983.500,00	74.805,88	7,610	74.805,88	7,610	908.694,12
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	100.000,00	100.000,00	16.031,11	16,030	16.031,11	16,030	83.968,89
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	58.774,77	6,650	58.774,77	6,650	824.725,23
TOTAL	983.500,00	983.500,00	74.805,88		74.805,88		908.694,12

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O		Atualizada (f)=(d+e)	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar (f-(g+h))
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	983.500,00	0,00	983.500,00	57.192,70	57.192,70	57.192,70	57.192,70	0,00	5,82	926.307,30
Pessoal e Encargos Sociais	983.500,00	0,00	983.500,00	57.192,70	57.192,70	57.192,70	57.192,70	0,00	5,82	926.307,30
TOTAL	983.500,00	0,00	983.500,00	57.192,70	57.192,70	57.192,70	57.192,70	0,00	5,82	926.307,30

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal em Exercício
ANA ROSA ZANELLA

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	15.626.020,00	17.889.910,09	3.604.627,31	3.604.627,31	2.176.349,75	2.176.349,75	100,00	12,17	15.713.560,34
01	LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	37.503,63	37.503,63	35.087,41	35.087,41	1,61	7,98	404.412,59
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	37.503,63	37.503,63	35.087,41	35.087,41	1,61	7,98	404.412,59
	Subtotal	439.500,00	439.500,00	37.503,63	37.503,63	35.087,41	35.087,41	1,61	7,98	404.412,59
04	ADMINISTRAÇÃO	2.083.300,00	2.086.900,00	704.732,68	704.732,68	310.611,57	310.611,57	14,27	14,88	1.776.288,43
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.083.300,00	2.086.900,00	704.732,68	704.732,68	310.611,57	310.611,57	14,27	14,88	1.776.288,43
	Subtotal	2.522.800,00	2.526.400,00	742.236,31	742.236,31	345.698,98	345.698,98	15,88	13,68	2.180.701,02
06	SEGURANÇA PÚBLICA	44.000,00	62.136,58	9.797,20	9.797,20	2.128,78	2.128,78	0,10	3,43	60.007,80
06.181	POLICIAMENTO	44.000,00	62.136,58	9.797,20	9.797,20	2.128,78	2.128,78	0,10	3,43	60.007,80
	Subtotal	2.566.800,00	2.588.536,58	752.033,51	752.033,51	347.827,76	347.827,76	15,98	13,44	2.240.708,82
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	590.101,00	595.344,37	122.665,00	122.665,00	46.150,42	46.150,42	2,12	7,75	549.193,95
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	10.000,00	10.000,00	74,05	74,05	74,05	74,05	0,00	0,74	9.925,95
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	580.101,00	585.344,37	122.590,95	122.590,95	46.076,37	46.076,37	2,12	7,87	539.268,00
	Subtotal	3.156.901,00	3.183.880,95	874.698,51	874.698,51	393.978,18	393.978,18	18,10	12,37	2.789.902,77
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	605.000,00	605.000,00	91.537,92	91.537,92	81.589,92	81.589,92	3,75	13,49	523.410,08
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	605.000,00	605.000,00	91.537,92	91.537,92	81.589,92	81.589,92	3,75	13,49	523.410,08
	Subtotal	3.761.901,00	3.788.880,95	966.236,43	966.236,43	475.568,10	475.568,10	21,85	12,55	3.313.312,85
10	SAÚDE	2.866.053,00	3.097.898,67	682.410,31	682.410,31	468.532,01	468.532,01	21,53	15,12	2.629.366,66
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.687.052,00	2.903.954,77	679.608,31	679.608,31	468.480,01	468.480,01	21,53	16,13	2.435.474,76
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	24.000,00	26.473,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.473,15
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	52,00	52,00	52,00	52,00	0,00	0,14	35.948,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	2.750,00	2.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.269,75
10.605	ABASTECIMENTO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
	Subtotal	6.627.954,00	6.886.779,62	1.648.646,74	1.648.646,74	944.100,11	944.100,11	43,38	13,71	5.942.679,51
12	EDUCAÇÃO	3.203.554,00	3.507.172,42	878.498,43	878.498,43	776.360,15	776.360,15	35,67	22,14	2.730.812,27
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.473.554,00	2.777.172,42	715.244,29	715.244,29	631.614,38	631.614,38	29,02	22,74	2.145.558,04
12.364	ENSINO SUPERIOR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	710.000,00	710.000,00	163.254,14	163.254,14	144.745,77	144.745,77	6,65	20,39	565.254,23
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	9.831.508,00	10.393.952,04	2.527.145,17	2.527.145,17	1.720.460,26	1.720.460,26	79,05	16,55	8.673.491,78
13	CULTURA	182.000,00	186.000,00	13.146,06	13.146,06	6.441,06	6.441,06	0,30	3,46	179.558,94
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	182.000,00	186.000,00	13.146,06	13.146,06	6.441,06	6.441,06	0,30	3,46	179.558,94
	Subtotal	10.013.508,00	10.579.952,04	2.540.291,23	2.540.291,23	1.726.901,32	1.726.901,32	79,35	16,32	8.853.050,72
15	URBANISMO	654.004,00	2.234.003,00	592.894,39	592.894,39	76.299,57	76.299,57	3,51	3,42	2.157.703,43
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	70.004,00	1.650.003,00	412.314,75	412.314,75	3.652,00	3.652,00	0,17	0,22	1.646.351,00
15.452	SERVIÇOS URBANOS	584.000,00	584.000,00	180.579,64	180.579,64	72.647,57	72.647,57	3,34	12,44	511.352,43
	Subtotal	10.667.512,00	12.813.955,04	3.133.185,62	3.133.185,62	1.803.200,89	1.803.200,89	82,85	14,07	11.010.754,15
16	HABITAÇÃO	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
	Subtotal	10.677.513,00	12.823.956,04	3.133.185,62	3.133.185,62	1.803.200,89	1.803.200,89	82,85	14,06	11.020.755,15
17	SANEAMENTO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	10.682.513,00	12.828.956,04	3.133.185,62	3.133.185,62	1.803.200,89	1.803.200,89	82,85	14,06	11.025.755,15
18	GESTÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	10.687.513,00	12.833.956,04	3.133.185,62	3.133.185,62	1.803.200,89	1.803.200,89	82,85	14,05	11.030.755,15
20	AGRICULTURA	699.003,00	699.003,00	171.692,42	171.692,42	119.455,15	119.455,15	5,49	17,09	579.547,85

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
20.606	EXTENÇÃO RURAL	699.003,00	699.003,00	171.692,42	171.692,42	119.455,15	119.455,15	5,49	17,09	579.547,85
	Subtotal	11.386.516,00	13.532.959,04	3.304.878,04	3.304.878,04	1.922.656,04	1.922.656,04	88,34	14,21	11.610.303,00
22	INDÚSTRIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
	Subtotal	11.407.516,00	13.553.959,04	3.304.878,04	3.304.878,04	1.922.656,04	1.922.656,04	88,34	14,19	11.631.303,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.002,00	28.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.002,00
23.695	TURISMO	28.002,00	28.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.002,00
	Subtotal	11.435.518,00	13.581.961,04	3.304.878,04	3.304.878,04	1.922.656,04	1.922.656,04	88,34	14,16	11.659.305,00
26	TRANSPORTE	1.782.002,00	1.899.449,05	275.010,36	275.010,36	230.754,80	230.754,80	10,60	12,15	1.668.694,25
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.782.002,00	1.899.449,05	275.010,36	275.010,36	230.754,80	230.754,80	10,60	12,15	1.668.694,25
	Subtotal	13.217.520,00	15.481.410,09	3.579.888,40	3.579.888,40	2.153.410,84	2.153.410,84	98,95	13,91	13.327.999,25
27	DESPORTO E LAZER	230.000,00	230.000,00	13.158,98	13.158,98	11.358,98	11.358,98	0,52	4,94	218.641,02
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	230.000,00	230.000,00	13.158,98	13.158,98	11.358,98	11.358,98	0,52	4,94	218.641,02
	Subtotal	13.447.520,00	15.711.410,09	3.593.047,38	3.593.047,38	2.164.769,82	2.164.769,82	99,47	13,78	13.546.640,27
28	ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	320.000,00	11.579,93	11.579,93	11.579,93	11.579,93	0,53	3,62	308.420,07
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	320.000,00	11.579,93	11.579,93	11.579,93	11.579,93	0,53	3,62	308.420,07
	Subtotal	13.767.520,00	16.031.410,09	3.604.627,31	3.604.627,31	2.176.349,75	2.176.349,75	100,00	13,58	13.855.060,34
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
	Subtotal	13.877.520,00	16.141.410,09	3.604.627,31	3.604.627,31	2.176.349,75	2.176.349,75	100,00	13,48	13.965.060,34
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
	Subtotal	15.626.020,00	17.889.910,09	3.604.627,31	3.604.627,31	2.176.349,75	2.176.349,75	100,00	12,17	15.713.560,34
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	983.500,00	983.500,00	57.192,70	57.192,70	57.192,70	57.192,70	2,63	5,82	926.307,30
	TOTAL (III)=(I+II)	16.609.520,00	18.873.410,09	3.661.820,01	3.661.820,01	2.233.542,45	2.233.542,45	102,63	11,83	16.639.867,64

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	983.500,00	983.500,00	57.192,70	57.192,70	57.192,70	57.192,70	2,63	5,82	926.307,30
01	LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	483,27	483,27	483,27	483,27	0,02	4,60	10.016,73
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	483,27	483,27	483,27	483,27	0,02	4,60	10.016,73
04	ADMINISTRAÇÃO	135.000,00	135.000,00	9.037,74	9.037,74	9.037,74	9.037,74	0,42	6,69	125.962,26
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	135.000,00	9.037,74	9.037,74	9.037,74	9.037,74	0,42	6,69	125.962,26
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
10	SAÚDE	90.000,00	90.000,00	9.707,91	9.707,91	9.707,91	9.707,91	0,45	10,79	80.292,09
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	90.000,00	90.000,00	9.707,91	9.707,91	9.707,91	9.707,91	0,45	10,79	80.292,09
12	EDUCAÇÃO	430.000,00	430.000,00	21.041,20	21.041,20	21.041,20	21.041,20	0,97	4,89	408.958,80
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	340.000,00	340.000,00	19.194,78	19.194,78	19.194,78	19.194,78	0,88	5,65	320.805,22
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	90.000,00	90.000,00	1.846,42	1.846,42	1.846,42	1.846,42	0,08	2,05	88.153,58
13	CULTURA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
15	URBANISMO	55.000,00	55.000,00	4.231,37	4.231,37	4.231,37	4.231,37	0,19	7,69	50.768,63
15.452	SERVIÇOS URBANOS	55.000,00	55.000,00	4.231,37	4.231,37	4.231,37	4.231,37	0,19	7,69	50.768,63
20	AGRICULTURA	75.000,00	75.000,00	6.630,87	6.630,87	6.630,87	6.630,87	0,30	8,84	68.369,13
20.606	EXTENÇÃO RURAL	75.000,00	75.000,00	6.630,87	6.630,87	6.630,87	6.630,87	0,30	8,84	68.369,13
26	TRANSPORTE	140.000,00	140.000,00	6.060,34	6.060,34	6.060,34	6.060,34	0,28	4,33	133.939,66
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	140.000,00	140.000,00	6.060,34	6.060,34	6.060,34	6.060,34	0,28	4,33	133.939,66
27	DESPORTO E LAZER	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	TOTAL	983.500,00	983.500,00	57.192,70	57.192,70	57.192,70	57.192,70	2,63	5,82	926.307,30

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal em Exercício
ANA ROSA ZANELLA

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	03/2011	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.405.118,54	1.363.943,59	1.377.302,63	1.300.988,80	1.346.771,84	1.500.544,03	1.329.328,16
Receita Tributária	87.628,98	25.705,81	22.926,16	13.750,06	54.158,88	19.845,89	19.870,99
IPTU	65.861,93	12.248,77	1.635,55	60,28	1.558,77	607,39	546,26
ISS	1.017,38	1.522,15	4.458,74	618,48	6.010,33	7.306,79	10.586,59
ITBI	850,00	1.790,00	4.107,00	0,00	0,00	1.204,00	130,80
IRRF	7.103,60	9.089,40	7.695,90	8.226,85	31.440,63	7.913,90	7.898,61
Outras	12.796,07	1.055,49	5.028,97	4.844,45	15.149,15	2.813,81	708,73
Receita de Contribuições	34.827,74	27.245,15	20.016,40	45.416,67	26.428,12	29.132,53	31.672,59
Receita Patrimonial	77.459,81	78.511,53	86.093,15	25.416,93	58.188,16	256.318,30	54.699,82
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	23.224,61	12.486,33	10.231,77	8.137,27	0,00	6.340,87	3.215,17
Transferências Correntes	1.152.428,07	1.195.637,47	1.230.737,06	1.191.789,40	1.176.788,24	1.188.579,19	1.203.016,94
Cota-Parte do FPM	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37
Cota-Parte do ICMS	521.941,18	518.771,36	500.327,17	508.374,90	541.951,56	538.077,21	568.418,84
Cota-Parte do IPVA	34.660,07	27.341,78	32.201,42	25.922,17	31.358,12	23.624,81	25.756,79
Cota-Parte do ITR	0,00	7,24	14,67	83,89	19,33	23,80	840,09
Transf.da LC 87/1996	2.934,78	2.934,78	2.934,78	2.934,78	2.934,78	2.934,78	1.760,87
Transferência do FUNDEB	161.403,35	152.666,45	156.086,57	152.430,48	148.882,02	151.581,68	156.374,09
Outras Transferências	126.250,05	89.323,02	74.784,54	82.900,37	95.087,78	104.544,40	156.245,89
Demais Receitas Correntes	29.549,33	24.357,30	7.298,09	16.478,47	31.208,44	327,25	16.852,65
II-DEDUÇÕES	191.711,96	210.738,66	214.556,57	212.062,51	206.891,24	207.646,81	198.329,44
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	17.192,98	17.896,12	12.654,70	18.802,23	18.380,93	19.214,85	18.802,50
Servidor	17.192,98	17.896,12	12.654,70	18.802,23	18.380,93	19.214,85	18.802,50
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	174.518,98	192.842,54	201.901,87	193.260,28	188.510,31	188.431,96	179.526,94
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.213.406,58	1.153.204,93	1.162.746,06	1.088.926,29	1.139.880,60	1.292.897,22	1.130.998,72

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	10/2011	11/2011	12/2011	01/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.761.374,88	1.475.924,53	1.932.264,75	1.442.025,40	1.481.478,39	17.717.065,54	18.221.200,00
Receita Tributária	22.167,41	65.948,79	53.144,73	26.460,19	60.879,43	472.487,32	490.000,00
IPTU	168,16	756,61	1.324,40	218,00	16.534,38	101.520,50	130.000,00
ISS	5.111,60	27.503,29	19.635,36	11.273,31	5.779,40	100.823,42	86.000,00
ITBI	3.587,96	4.952,70	6.890,00	6.061,09	4.580,00	34.153,55	15.000,00
IRRF	8.074,37	24.767,47	24.987,45	7.952,43	7.437,73	152.588,34	150.000,00
Outras	5.225,32	7.968,72	307,52	955,36	26.547,92	83.401,51	109.000,00
Receita de Contribuições	27.844,55	40.906,39	50.381,94	14.831,12	25.644,37	374.347,57	630.000,00
Receita Patrimonial	97.855,66	110.469,96	18.029,25	114.740,83	124.410,79	1.102.194,19	805.500,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	11.893,18	7.656,87	22.914,98	470,65	5.008,94	111.580,64	110.000,00
Transferências Correntes	1.579.120,63	1.280.832,59	1.680.742,56	1.271.190,64	1.259.991,22	15.410.854,01	16.065.600,00
Cota-Parte do FPM	385.943,24	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	4.830.957,26	5.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	574.607,26	578.734,76	589.204,96	555.135,38	488.024,57	6.483.569,15	6.700.000,00
Cota-Parte do IPVA	27.073,58	21.328,79	11.847,06	18.971,63	25.450,47	305.536,69	340.000,00
Cota-Parte do ITR	1.142,58	44,36	21,93	49,47	12,36	2.259,72	2.000,00
Transf.da LC 87/1996	4.108,69	2.934,78	2.934,78	2.764,62	0,00	32.112,42	44.000,00
Transferência do FUNDEB	163.867,20	163.056,51	168.944,37	175.570,05	163.507,39	1.914.370,16	2.000.000,00
Outras Transferências	422.378,08	106.969,57	434.197,48	87.713,74	61.653,69	1.842.048,61	1.179.600,00
Demais Receitas Correntes	22.493,45	-29.890,07	107.051,29	14.331,97	5.543,64	245.601,81	118.100,00
II-DEDUÇÕES	221.438,37	223.359,46	254.626,91	212.572,83	228.087,03	2.582.021,79	2.995.200,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	19.968,62	18.823,25	36.587,41	10.109,27	19.278,11	227.710,97	400.000,00
Servidor	19.968,62	18.823,25	36.587,41	10.109,27	19.278,11	227.710,97	400.000,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	201.469,75	204.536,21	218.039,50	202.463,56	208.808,92	2.354.310,82	2.595.200,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.539.936,51	1.252.565,07	1.677.637,84	1.229.452,57	1.253.391,36	15.135.043,75	15.226.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal em Exercício
ANA ROSA ZANELLA

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	417.300,00	417.300,00	105.074,63	105.074,63	97.541,76
RECEITAS CORRENTES	417.300,00	417.300,00	105.074,63	105.074,63	97.541,76
Receita de Contribuições	0,00	0,00	34.848,34	34.848,34	97.541,76
Pessoal Civil	0,00	0,00	34.848,34	34.848,34	33.157,27
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	34.848,34	34.848,34	33.157,27
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	417.300,00	417.300,00	70.226,29	70.226,29	64.384,49
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	417.300,00	417.300,00	70.226,29	70.226,29	64.384,49
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	727.600,00	727.600,00	69.696,72	69.696,72	66.314,50
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	1.144.900,00	1.144.900,00	174.771,35	174.771,35	163.856,26

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	278.200,00	278.200,00	66.697,46	66.697,46	56.425,76
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	278.200,00	278.200,00	66.697,46	66.697,46	56.425,76
Pessoal e Encargos Sociais	203.300,00	203.300,00	66.697,46	66.697,46	56.425,76
Pessoal Civil	0,00	0,00	66.697,46	66.697,46	56.425,76
Aposentadorias	0,00	0,00	66.697,46	66.697,46	56.425,76
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	74.900,00	74.900,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	278.200,00	278.200,00	66.697,46	66.697,46	56.425,76

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) **866.700,00** **866.700,00** **108.073,89** **108.073,89** **107.430,50**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	52.169,72	52.169,72	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	52.169,72	52.169,72	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	0,00	0,00	52.169,72	52.169,72	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

passe Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
----------------	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS**Previsão Orçamentária**

Valor	0,00				
-------	------	--	--	--	--

Período de Referência

	Mês	Exercício	Exercício	
	Anterior(01/2011)	Anterior(2010)	Atual(2011)	
BENS E DIREITOS DO RPPS				
Caixa	0,00	0,00	0,00	
Bancos Conta Movimento	6.224.798,98	6.161.038,54	6.317.947,49	
Investimentos	0,00	0,00	0,00	

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	Exercício	
	Inicial	Atualizada	No	Exerc.Atual	Anterior até
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			Bimestre	Até o Bim.	o Bimestre
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	727.600,00	727.600,00	69.696,72	69.696,72	66.314,50
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	727.600,00	727.600,00	69.696,72	69.696,72	66.314,50
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	727.600,00	727.600,00	69.696,72	69.696,72	66.314,50
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	727.600,00	727.600,00	69.696,72	69.696,72	66.314,50
Contribuição Patronal Ativo Civil	704.600,00	704.600,00	0,00	0,00	0,00
Cont Patronal Ativo Civil	23.000,00	23.000,00	69.696,72	69.696,72	66.314,50
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	727.600,00	727.600,00	69.696,72	69.696,72	66.314,50

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas	Período de	
	Inicial	o Exercício	No	Exerc.Atual	Referência
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS			Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DIRETOR
GILMAR PAULO CONTE

Contador CRC/SC - 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	36.139,06	36.139,06	36.139,06
DEDUÇÕES (II)	831.690,70	831.690,70	1.338.010,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	831.690,70	831.690,70	1.338.010,78
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-795.551,64	-795.551,64	-1.301.871,72
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-795.551,64	-795.551,64	-1.301.871,72

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-506.320,08	-506.320,08

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	65.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	3.733.233,79	3.733.233,79	3.733.233,79
DEDUÇÕES (VIII)	6.161.038,54	6.161.038,54	6.317.947,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.161.038,54	6.161.038,54	6.317.947,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-2.427.804,75	-2.427.804,75	-2.584.713,70
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-2.427.804,75	-2.427.804,75	-2.584.713,70

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DIRETOR

GILMAR PAULO CONTE

Contador CRC/SC - 15.177

ALVARO ANTÔNIO BISCARO



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primárias Correntes (I)	12.643.120,00	2.983.129,77	14.670.845,71	1.779.810,44
Receita Tributária	359.987,97	119.093,52	448.000,81	21.034,86
IPTU	129.470,00	2.081,01	86.973,45	0,00
ISS	105.930,00	47.138,65	111.775,52	8.375,90
IRRF	58.850,00	49.754,92	152.294,17	11.518,79
ITBI	11.770,00	11.842,70	25.628,46	1.010,00
Outras	53.967,97	8.276,24	71.329,21	130,17
Receita de Contribuição	1.722.000,00	343.319,15	1.515.203,51	196.774,01
Receita Previdenciária	0,00	55.410,66	233.171,93	33.157,27
Outras Contribuições	246.800,00	35.877,67	165.081,06	30.987,74
Receitas Previdenciárias	737.600,00	126.015,41	558.475,26	66.314,50
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	433.350,00	128.499,21	944.175,33	72.743,81
(-) Aplicações Financeiras	433.350,00	128.499,21	944.175,33	72.743,81
Transferências Correntes	11.048.352,03	2.538.999,44	12.905.807,83	1.579.669,74
FPM	4.280.000,00	705.094,23	3.803.102,11	517.557,09
ICMS	4.401.980,00	934.530,07	5.132.315,60	679.190,93
Outras Transferências	2.366.372,03	899.375,14	3.970.390,12	382.921,72
Demais Receitas Correntes	250.380,00	107.733,07	360.308,82	48.646,33
Dívida Ativa	46.010,00	734,50	8.860,12	2.396,18
Diversas Receitas Correntes	204.370,00	106.998,57	351.448,70	46.250,15
Receitas de Capital (II)	1.502.280,00	215.784,15	418.784,15	30.000,00
(-) Operações de Crédito (III)	535.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	148.730,00	0,00	103.000,00	0,00
Tranferências de Capital	818.550,00	215.784,15	315.784,15	30.000,00
Outras Transferências de Capital	818.550,00	215.784,15	315.784,15	30.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	818.550,00	215.784,15	315.784,15	30.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	13.461.670,00	3.198.913,92	14.986.629,86	1.809.810,44

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	13.576.111,56	3.010.398,96	13.082.252,96	1.200.851,08
Pessoal e Encargos Sociais	6.680.040,33	1.572.524,11	6.593.950,38	695.277,82
Outras Despesas Correntes	6.803.071,23	1.418.280,88	6.423.362,81	505.573,26
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	93.000,00	19.593,97	64.939,77	0,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	13.483.111,56	2.990.804,99	13.017.313,19	1.200.851,08
Despesas de Capital (XI)	4.178.930,69	59.930,42	1.351.585,30	61.789,43
Investimentos	4.167.030,69	58.521,25	1.342.180,45	38.376,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	11.900,00	1.409,17	9.404,85	23.413,06
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	4.167.030,69	58.521,25	1.342.180,45	38.376,37
Reserva de Conting. (XVI)	42.800,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	163.406,88	1.063.944,96	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	17.692.942,25	3.212.733,12	15.423.438,60	1.239.227,45
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-4.231.272,25	-13.819,20	-436.808,74	570.582,99
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			456.675,52	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-1.103.170,00



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
|
| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DIRETOR
GILMAR PAULO CONTE

Contador CRC/SC - 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.460,98	0,00	0,00	28.460,98	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DE SALTO VELOSO - IPRESVEL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	260,00	0,00	0,00	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.720,98	260,00	0,00	28.460,98	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DIRETOR
GILMAR PAULO CONTE

Contador CRC/SC - 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%	
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	392.000,00	392.000,00	61.473,01	61.473,01	15,68	
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	141.000,00	141.000,00	18.389,05	18.389,05	13,04	
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	130.000,00	130.000,00	16.752,38	16.752,38	12,89	
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	6.000,00	6.000,00	428,68	428,68	7,14	
1.1.4- Multas e Juros de Mora da Divida Ativa de	3.000,00	3.000,00	1.207,99	1.207,99	40,27	
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	15.000,00	15.000,00	10.641,09	10.641,09	70,94	
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	15.000,00	15.000,00	10.641,09	10.641,09	70,94	
1.3 - Receita Resultante do - ISS	86.000,00	86.000,00	17.052,71	17.052,71	19,83	
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	86.000,00	86.000,00	17.052,71	17.052,71	19,83	
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	150.000,00	150.000,00	15.390,16	15.390,16	10,26	
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	150.000,00	150.000,00	15.390,16	15.390,16	10,26	
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.976.000,00	12.976.000,00	2.056.363,58	2.056.363,58	15,85	
2.1 - Cota Parte do FPM	5.800.000,00	5.800.000,00	952.328,49	952.328,49	16,42	
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.800.000,00	5.800.000,00	952.328,49	952.328,49	16,42	
2.2- Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	1.043.159,95	1.043.159,95	15,57	
2.3- Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	2.764,62	2.764,62	6,28	
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	13.626,59	13.626,59	15,14	
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.000,00	2.000,00	61,83	61,83	3,09	
2.6- Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	44.422,10	44.422,10	13,07	
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	13.368.000,00	13.368.000,00	2.117.836,59	2.117.836,59	15,84	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%	
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	293.000,00	293.000,00	42.973,99	42.973,99	14,67	
5.1- Transferência do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	42.973,99	42.973,99	21,49	
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	
5.2- Transferencias do PNATE	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	
6.1- Conv. ação n. 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	
6.1- Conv. ação n.023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	
6.1- Convenio Ação nº 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	
6.1- Convenio Ação nº 023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	293.004,00	293.004,00	42.973,99	42.973,99	14,67	

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

	FUNDEB				
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.586.400,00	2.586.400,00	410.719,56	410.719,56	15,88
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.160.000,00	1.160.000,00	190.465,62	190.465,62	16,42
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.340.000,00	1.340.000,00	208.631,84	208.631,84	15,57
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	18.000,00	18.000,00	2.725,36	2.725,36	15,14
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	400,00	400,00	12,35	12,35	3,09
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	8.884,39	8.884,39	13,07
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.010.000,00	2.010.000,00	339.354,68	339.354,68	16,88
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	339.077,44	339.077,44	16,95
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	10.000,00	10.000,00	277,24	277,24	2,77
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	586.400,00	586.400,00	71.642,12	71.642,12	12,22

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.700.000,00	1.700.000,00	204.060,82	204.060,82	12,00
13.1 - Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	67.234,83	67.234,83	22,41
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.400.000,00	1.400.000,00	136.825,99	136.825,99	9,77
14.0 - OUTRAS DESPESAS	310.000,00	337.984,58	73.358,36	73.358,36	21,70
14.1 - Com Educação Infantil	110.000,00	110.000,00	5.870,91	5.870,91	5,34
14.2 - Com Ensino Fundamental	200.000,00	227.984,58	67.487,45	67.487,45	29,60
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	2.010.000,00	2.037.984,58	277.419,18	277.419,18	13,61

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	27.984,58
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	27.984,58
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100) %	51,89

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	3.342.000,00	3.342.000,00	529.459,15	529.459,15	15,84
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	800.000,00	800.000,00	146.592,19	146.592,19	18,32
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	410.000,00	410.000,00	73.105,74	73.105,74	17,83
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	390.000,00	390.000,00	73.486,45	73.486,45	18,84
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.536.550,00	2.654.854,92	468.133,22	468.133,22	17,63
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.627.984,58	204.313,44	204.313,44	12,55
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	936.550,00	1.026.870,34	263.819,78	263.819,78	25,69
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.0 - ENSINO SUPERIOR	5.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)						R\$ 1,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	15.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	3.356.550,00	3.494.854,92	614.725,41	614.725,41	17,59	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	71.642,12
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	277,24
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	27.984,58
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	43.380,30
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	658.105,71
39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100)	% 31,07

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	200.000,00	286.695,08	91.245,94	91.245,94	31,83
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	77.004,00	175.942,76	91.750,34	91.750,34	52,15
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	277.004,00	462.637,84	182.996,28	182.996,28	39,55
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	3.633.554,00	3.957.492,76	797.721,69	797.721,69	20,16

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOIBILIDADE FINANCEIRA
DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2011 (g)
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	128.633,34	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	382.898,85	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	355.383,65	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	277,24	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	156.425,78	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

Prefeita Municipal em Exercício
ANA ROSA ZANELLA

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



DOM/SC

Assinado Digitalmente

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	535.000,00	0,00	0,00	535.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	535.000,00	0,00	0,00	535.000,00
Operações de Crédito Internas	535.000,00	0,00	0,00	535.000,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	535.000,00	0,00	0,00	535.000,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	535.000,00	0,00	0,00	535.000,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	4.028.316,40	40.194,78	40.194,78	3.988.121,62
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	4.028.316,40	40.194,78	40.194,78	3.988.121,62
--------------------------------	--------------	-----------	-----------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-3.493.316,40	-40.194,78	-40.194,78	-3.453.121,62
-------------------	---------------	------------	------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DIRETOR
GILMAR PAULO CONTE

Contador CRC/SC - 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	148.730,00	0,00	148.730,00
Alienação de Outros Bens Móveis	145.520,00	0,00	145.520,00
Alienação de Outros Bens Imóveis	3.210,00	0,00	3.210,00
Total	148.730,00	0,00	148.730,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	42.100,00	0,00	42.100,00
Despesas de Capital	42.100,00	0,00	42.100,00
Investimentos	42.100,00	0,00	42.100,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	42.100,00	0,00	42.100,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	76.138,71	0,00	76.138,71

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DIRETOR
GILMAR PAULO CONTE

Contador CRC/SC - 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	11.654.707,53	11.654.707,53	12.009.181,82	103,04
Impostos	306.020,00	306.020,00	376.671,60	123,09
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	129.470,00	129.470,00	86.973,45	67,18
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	58.850,00	58.850,00	152.294,17	258,78
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	11.770,00	11.770,00	25.628,46	217,74
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	105.930,00	105.930,00	111.775,52	105,52
Receitas de transf. constitucionais e Legais	11.348.687,53	11.348.687,53	11.632.510,22	102,50
da União	5.404.837,51	5.404.837,51	4.799.678,39	88,80
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.350.000,00	5.350.000,00	4.759.131,41	88,96
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territorial	1.337,51	1.337,51	2.236,78	167,23
Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	53.500,00	53.500,00	38.310,20	71,61
do Estado	5.943.850,02	5.943.850,02	6.832.831,83	114,96
Cota-Parte do ICMS	5.502.475,00	5.502.475,00	6.415.370,61	116,59
Cota-Parte do IPVA	287.562,51	287.562,51	291.852,62	101,49
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	153.812,51	153.812,51	125.608,60	81,66
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	437.490,00	437.490,00	441.000,91	100,80
da União para o Município	383.990,00	383.990,00	423.617,65	110,32
Rec Remuneração Depósito Banc.de Rec.Vinc.Fundo	0,00	0,00	11.353,44	0,00
Rec.Remun.de Outros Dep.Banc.de Recursos Vincula	0,00	0,00	7.553,15	0,00
Piso de Atenção Básica - PAB	78.000,00	78.000,00	78.781,50	101,00
Programa Saude da Família	145.000,00	145.000,00	159.100,00	109,72
PSF - Odonto	35.000,00	35.000,00	24.700,00	70,57
PACS - Agentes Comunitarios de Saúde	74.000,00	74.000,00	74.190,00	100,26
Farmacia Básica	31.000,00	31.000,00	26.099,04	84,19
Vigilancia Sanitária	8.990,00	8.990,00	19.187,62	213,43
Epidemiologia e Controle de Doenças	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Programa de Media e Alta Complexidade	2.000,00	2.000,00	22.652,90	1132,64
do Estado para o Município	53.500,00	53.500,00	17.383,26	32,49
Programa Farmacia Basica Estado	0,00	0,00	17.383,26	0,00
Convenio do Estado Ação nº 085	26.750,00	26.750,00	0,00	0,00
Convenio do Estado Ação nº 086	26.750,00	26.750,00	0,00	0,00
Outras Receitas	19.260,00	19.260,00	3.396,73	17,64
(-)-Dedução para o Fundef	-2.269.737,50	-2.269.737,50	-2.330.684,97	102,69
Total de Receita de Impostos	9.841.720,03	9.841.720,03	10.122.894,49	102,86
Despesas com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.101.477,14	2.884.861,35	2.837.290,28	98,35
Pessoal e Encargos Sociais	955.385,14	1.188.764,41	1.182.206,68	99,45
Outras Despesas Correntes	1.146.092,00	1.696.096,94	1.655.083,60	97,58
Despesas de Capital	421.970,00	780.236,92	568.844,41	72,91
Investimentos	421.970,00	780.236,92	568.844,41	72,91
Total	2.523.447,14	3.665.098,27	3.406.134,69	92,93

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Próprias com Saúde				
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	3.406.134,69	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	40.660,00	40.660,00	84.906,59	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	18.906,59	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	40.660,00	40.660,00	66.000,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	269.702,24	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	3.051.525,86	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2010(e)	Aplic.Apurada em 2010(F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2010	Can.em 2011(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	0,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2010				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	25,41

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
Despesas com Saúde (Por SubFunção)				
ATENÇÃO BÁSICA	2.422.255,14	3.467.076,16	3.234.403,16	94,96
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.000,00	30.530,11	30.530,11	0,90
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	8.990,00	8.990,00	1.158,65	0,03
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10.000,00	10.000,00	9.654,05	0,28
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	53.452,00	132.452,00	130.388,72	3,83
ABASTECIMENTO	26.750,00	16.050,00	0,00	0,00
Total	2.523.447,14	3.665.098,27	3.406.134,69	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	40.660,00	40.660,00	84.906,59	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	18.906,59	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	40.660,00	40.660,00	66.000,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	269.702,24	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.523.447,14	3.665.098,27	3.051.525,86	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DIRETOR
GILMAR PAULO CONTE

Contador CRC/SC - 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	14.578.750,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	14.578.750,00
Receitas Realizadas	3.327.221,77	16.033.613,83
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	456.675,52
Déficit Orçamentário	0,00	3.985.792,25

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	14.578.750,00
Dotação Atualizada	0,00	18.564.542,25
Despesas Empenhadas	2.683.034,91	14.446.717,93
Despesas Liquidadas	3.067.129,77	14.454.639,36
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.683.034,91	14.446.717,93
Despesas Liquidadas	3.067.129,77	14.454.639,36

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	14.823.373,85

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	174.771,35	174.771,35
Despesas Previdenciarias (IV)	66.697,46	66.697,46
Resultado Previdenciário (III-IV)	108.073,89	108.073,89

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	65.000,00	-506.320,08	-778,9540
Resultado Primario	-1.103.170,00	-436.808,74	39,5958

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	28.720,98	260,00	0,00	28.460,98
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	28,5115
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	76,4861
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	535.000,00
Despesa de Capital Líquida	40.194,78	3.988.121,62

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	174.771,35	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	66.697,46	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	108.073,89	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	148.730,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	42.100,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	3.051.525,86	15,00	25,41

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DIRETOR
GILMAR PAULO CONTE

Contador CRC/SC - 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Nota e Classificação Após O Prazo de Recurso Edital 001/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2012

Nos termos do item 6.4 do Edital 002/2012, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, tornam público a nota e classificação dos candidatos, após o prazo de recursos, conforme abaixo:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
14	TACIANE CAZIZA LUNEBURGER	0,60	0,20	0,20	4,80	5,80	1º
6	ELIZEU SASSI	0,60	0,00	0,20	3,60	4,40	2º

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
18	SINARA DOS SANTOS SOUZA	0,40	0,00	0,40	2,40	3,20	-

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos	Total	Nota Prova Prática	Nota Final	Classificação
16	VALDECIR DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	AUSENTE

MOTORISTA ESCOLAR

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos	Total	Nota Prova Prática	Nota Final	Classificação
1	CLAUDIR EDMAR WACHHOLZ	1,00	0,40	0,20	4,00	5,60	8,50	7,05	1º
13	VALERIS KESSLER MACHADO	0,40	0,00	0,20	2,40	3,00	9,00	6,00	2º

ODONTÓLOGO

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
5	ROMULO KOTZ JUNG	0,80	0,40	0,00	4,00	5,20	1º
10	JOANA PAULA FRANDOLOSO	0,20	0,00	0,00	4,40	4,60	2º

OPERADOR DE ETA

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
17	AMANDIO EVALINO KOPSEL	0,20	0,40	0,20	1,60	2,40	-



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA									
Ins- crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classifica- ção
12	MARCELO BORTON-CELLO DE SOUZA	0,20	0,00	0,20	3,30	3,70	-	3,70	-
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIES									
Ins- crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classifica- ção
3	SIMONE TONELLO	0,40	0,20	0,40	4,50	5,50	-	5,50	1º
2	SILVANA RIBEIRO DOS SANTOS PINNO	0,40	0,00	0,40	3,90	4,70	-	4,70	2º
11	MARCIA DE FATIMA DE BORBA	0,40	0,00	0,00	3,60	4,00	0,50	4,50	3º
4	PATRICIA GEHRKE GEWEHR	0,60	0,20	0,20	3,30	4,30	-	4,30	4º
9	SIDIANE BARUFFI DALLA CORTE	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	1,00	4,00	5º
7	NEIDE TE-RESINHA DELALIBERA	0,20	0,00	0,00	2,70	2,90	0,60	3,50	-
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ARTES									
Ins- crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classifica- ção
15	ELAINE COMPARIN	0,60	0,00	0,00	2,10	2,70	-	2,70	-

Santa Terezinha do Progresso – SC, 29 de março de 2012.

Nota e Classificação Após O Prazo de Recurso Edital 002/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2012

Nos termos do item 6.3 do Edital 002/2012, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Público, tornam público a nota e classificação dos candidatos, após o prazo para recursos, conforme abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 06							
Inscrição	Nome	Portu- guês	Matemá- tica	E. So- ciais	C. Espe- cíficos.	Total	Classifi- cação
1	SIDIANE RODRIGUES	0,60	0,20	0,40	4,40	5,60	1º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 08							
Inscrição	Nome	Portu- guês	Matemá- tica	E. So- ciais	C. Espe- cíficos.	Total	Classifi- cação
2	VANDER- LEI JOSE LEDUR	0,60	0,20	0,20	3,20	4,20	1º
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS							
Inscrição	Nome	Portu- guês	Matemá- tica	E. So- ciais	C. Espe- cíficos.	Total	Classifi- cação
3	WAG- NA DA SILVA CORDEI- RO	0,80	0,00	0,40	2,00	3,20	-
4	AN- DREIA LUZIA GASS DOS SANTOS	0,20	0,00	0,00	1,20	1,40	-

Santa Terezinha do Progresso – SC, 29 de março de 2012.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 1041/12

DECRETO Nº 1041, DE 26 DE MARÇO DE 2012

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as Resoluções nº 01 e 02 de 15 de março de 2012 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Resolução nº 01 /2012

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais conforme Lei nº.513 de 12/12/1995, em reunião do dia 15 de março de 2012, resolve:

Art. 1º. - Aprovar a partilha dos recursos advindos do Estado através da Sistemática fundo a fundo para os Serviços de Alta Complexidade e Média Complexidade. Do total de 100% do repasse financeiro do Estado, o mesmo será disponibilizado da seguinte forma: 60% para gastos com custeio e 40% com investimentos. Sendo que no custeio o serviço Famílias de Apoio ficará com 70% e o serviço Casa Abrigo com 30%. Já para investimentos, serão disponibilizados 40% do valor total repassado pelo Estado, onde serão 60% para o serviço Famílias de Apoio e 40% para o serviço

Casa Abrigo.

Art. 2º - O município entrará com 25% de cooperação do valor total repassado pelo Estado para a Alta Complexidade; e na Média Complexidade a cooperação será de 9% do valor total repassado pelo Estado, o valor de cooperação para a Alta Complexidade será de R\$ 18150,00, onde será disponibilizado ao serviço Família de Apoio o valor de R\$ 14150,00, que deste valor R\$ 9150,00 serão destinados aos gastos com custeio e R\$5000,00 em investimentos; para o serviço Casa Abrigo será disponibilizado o valor de R\$ 4000,00, que R\$ 2000,00 serão destinados aos gastos com custeio e R\$ 2000,00 serão destinados aos gastos com investimentos.

Art. 3º - Para a média complexidade o valor será de 60% para custeio e 40% para investimento, somente para o serviço PAEFI. A cooperação do município será de R\$ 8553,60, onde R\$ 5000,00 serão destinados aos gastos com custeio e R\$ 3553,60 serão destinados aos gastos com investimentos.

Art. 4º. - Esta resolução entra em vigência na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de março de 2012.

PATRICK BROK RITTER PEREIRA
Presidente do CMAS

Resolução nº 02 /2012

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais conforme Lei nº.513 de 12/12/1995, em reunião do dia 15 de março de 2012, resolve:

Art. 1º. - Aprovar a partilha dos recursos advindos do Estado através da Sistemática fundo a fundo para os Benefícios Eventuais. O total de 100% do repasse financeiro do Estado será disponibilizado para Custeio.

Art. 2º - O município entrará com 25% de cooperação do valor total repassado pelo Estado para os Benefícios Eventuais

Art. 3º - Do recurso total advindos do Estado mais a cooperação do município, o mesmo será disponibilizado da seguinte forma: 60% para auxílio ataúde e 40% para auxílio maternidade.

Art. 4º. - Esta resolução entra em vigência na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de março de 2012.

PATRICK BROK RITTER PEREIRA
Presidente do CMAS

Decreto Nº 1042/12

DECRETO Nº 1042, DE 27 DE MARÇO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Laura Correa, Rosiele Fendrich, Jocemari Telma Teixeira, Lisane Krisz Ilg e Tiago Martinhuk, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 106/2012, a realizar-se às 09:30 horas do dia 02 de abril de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



São Bento do Sul, 27 de março de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1043/12

DECRETO Nº 1043, DE 27 DE MARÇO DE 2012
DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Cristiane Nenevê da Silva, Rafaela Hamara Jaepelt Goulart, Jocemari Telma Teixeira, Rosiele Fendrich e Tiago Martinhuk, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 111/2012, a realizar-se às 09:30 horas do dia 03 de abril de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de março de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1044/12

DECRETO Nº 1044, DE 27 DE MARÇO DE 2012
DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Jaime Fuck, Jocemari Telma Teixeira, Tiago Martinhuk, Schéliga Monia Foitt Poltronieri e Chiara Mariele Gurgacz Destro, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 112/2012, a realizar-se às 09:30 horas do dia 16 de abril de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de março de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1045/12

DECRETO Nº 1045, DE 27 DE MARÇO DE 2012.
Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social
351 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out. Serv Terc. - P. Jurídica R\$16.500,00
Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
164 3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias -Civil R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente das anulações parciais das seguintes dotações:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social
348 3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Material, Bem ou Serv Distrib Grat R\$16.500,00
Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
169 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terc - Pessoa Física R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de março de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11730, de 26 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 22 de março de 2012. Mafalda Muller Pichol. Telefonista. Grupo Ocupacional 3. Classe A. 30 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 11731, de 26 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 22 de março de 2012. Marcelo Grossl. Motorista. Grupo Ocupacional 3. Classe A. 40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 11742, de 26 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de março de 2012. Miguel Lourenço. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 1. Classe A. 40 horas semanais. SEMOB.

Portaria nº 11743, de 26 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de março de 2012. Márcia Dal Pizzol Massaneiro. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 1. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 11744, de 26 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de março de 2012. Vanderson Martins Simão. Técnico em Laboratório. Grupo Ocupacional 4. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 11745, de 26 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de março de 2012. Pedro André Liebl. Professor de Ciências. Classe D. Referência 1. Área de atuação 2. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11746, de 26 de março de 2012. Revoga a Portaria nº 10429/12 que nomeou servidora pública municipal Daniele Ferreira no cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de

Assistência Social, por não comparecimento em tempo hábil.
São Bento do Sul, 30 de março de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11728/12

PORTARIA Nº 11728, DE 26 DE MARÇO DE 2012
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor RICARDO ANTONIO HOMECHEN, ocupante do cargo de Contador, na Secretaria Municipal de Finanças, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais de placa MJJ 4962 e MJA 1377.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11729/12

PORTARIA Nº 11729, DE 26 DE MARÇO DE 2012
DESIGNA RESPONSÁVEL TÉCNICO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar, a partir de 01 de abril de 2012, a servidora pública municipal ALICE DROSCZAKA, inscrito no CRC/SC sob nº 025415/0, ocupante do cargo efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Administração, como responsável técnico contábil do Consórcio Quiriri.

São Bento do Sul, 26 de março de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 11747/12

PORTARIA Nº 11747, DE 26 DE MARÇO DE 2012
CONSOLIDA PORTARIA

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2955, de 9 de março de 2010, que concedeu pensão por morte a HARRY FISCHER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, PPA nº 10/00419140, através da Decisão nº 0574/2012, de 05 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Edital Progressão Funcional do Magistério Público Municipal

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 001/2012
Progressão Funcional do Magistério Público Municipal

A Secretária Municipal de Educação de São Bento do Sul, torna público que ficam abertas as solicitações para a Progressão Funcional dos profissionais efetivos do Magistério Público Municipal, por comprovação de nova habilitação profissional, conforme prevê a Lei Municipal nº 945, de 28 de maio de 2004 e Lei nº 2985, de 27 de março de 2012.

1. DOS REQUISITOS:

- 1.1 Ser membro efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal estável e estabilizado;
- 1.2 Comprovar nova habilitação profissional correlata à área de ensino, atuação e formação, desde que não implique em mudança de área de atuação.

2. DA SOLICITAÇÃO:

- 2.1 A solicitação deverá ser efetuada nos dias 30 de março à 05 de abril de 2012, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.
- 2.2 O servidor deverá preencher o requerimento (modelo próprio), fornecido às Unidades Escolares e/ou no ato da inscrição, anexando cópia dos documentos.
- 2.3 O requerimento não poderá conter qualquer rasura ou emenda, sendo o mesmo cancelado.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

- 3.1 Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de:
 - a) Decreto de nomeação, e/ou Decreto de enquadramento no Quadro do Magistério Público Municipal, ou outro documento oficial que indique o atual cargo do servidor;
 - b) Documentos comprobatórios da nova habilitação:
 - I. Diploma e Histórico Escolar do Curso Superior de Licenciatura Plena, para a passagem de Magistério para Licenciatura Plena;
 - II. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Certificado de Pós-Graduação (Lato Sensu) em nível de especialização, com duração mínima de 360 horas, incluindo monografia/artigo, para passagem de Licenciatura Plena para Especialização;
 - III. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Diploma de Mestrado para passagem de Especialização para Mestrado;
 - IV. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Diploma de Doutorado para passagem de Mestrado para Doutorado;
 - V. Diploma de Curso de Magistério ou Pedagogia para a passagem de Ensino Médio para Magistério ou Pedagogia, para os cargos de Atendente Educativo.
- 3.2 Os documentos somente serão válidos se expedidos até a data da efetivação da solicitação.

4. DA ANÁLISE:

- 4.1 A análise de solicitação para a Progressão Funcional caberá a Comissão Permanente de Progressão Funcional designada pelo Chefe do Poder Executivo.
- 4.2 A progressão vertical está condicionada ao seguinte:
 - I. à obtenção, pelo servidor, de novo nível de escolaridade com efetiva conclusão do curso indicativo do nível de escolaridade em questão, demonstrada com o respectivo certificado ou diploma, reconhecido segundo a legislação educacional vigente;
 - II. ao interstício anual, com data-base no mês de abril;
 - III. à obtenção do último resultado da Avaliação Periódica de Desempenho como "Avaliação Positiva".
- 4.3 A solicitação será indeferida quando não atender as disposições da legislação vigente e normas deste Edital.

5. DA DIVULGAÇÃO:

5.1 O Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação expedirá listagem das solicitações indeferidas e dos motivos do indeferimento, a qual será fixada no mural da Secretaria Municipal de Educação - 3º andar, no dia 11 de abril de 2012.

5.2 O Chefe do Poder Executivo expedirá Portaria concedendo a Progressão Funcional.

6. DA RECONSIDERAÇÃO:

6.1 A contar da data de expedição da listagem das solicitações indeferidas, o membro do Magistério terá o prazo de 02 (dois) dias para solicitar reconsideração do indeferimento, no setor de Protocolo da Prefeitura através de:

a) Requerimento devidamente preenchido; e

b) Documento que justifique a solicitação de reconsideração.

6.2 Caberá à Comissão Permanente de Progressão Funcional, a análise do pedido de reconsideração, cujo resultado será informado ao requerente.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1 O servidor, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital.

7.2 Na impossibilidade do servidor efetuar sua inscrição, a mesma poderá ser efetuada por procuração com fins específicos.

7.3 O servidor que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

7.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada pelo Chefe do Poder Executivo.

São Bento do Sul, 28 de março de 2012.

SALETE BAYERL SPITZNER

Secretária Municipal de Educação

Errata**ERRATA:**

Na Edição nº 956 de 23 de março de 2012 do Diário Oficial dos Municípios, na publicação do Edital de Chamada Pública 001/2012 - Secretaria Municipal de Saúde, páginas 273/276:

- no item 10.5, no local que se lê: Resolução 101, de 30 de maio de 2001, altera-se para: Resolução - RDC nº 29, de 30 de junho de 2011;

- no ANEXO II, no local que se lê: Conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 101/2001, publicada em 30 de maio de 2001; leia-se: Baseado na Resolução - RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 e critérios estipulados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária Relativos Ao 1º Bimestre de 2012.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	206.362.432,47	206.362.432,47	29.075.377,62	14,09	29.075.377,62	14,09	177.287.054,85
RECEITAS CORRENTES	183.003.532,47	183.003.532,47	28.387.109,32	15,51	28.387.109,32	15,51	154.616.423,15
RECEITA TRIBUTARIA	26.796.581,00	26.796.581,00	3.030.600,33	11,31	3.030.600,33	11,31	23.765.980,67
IMPOSTOS	22.059.081,00	22.059.081,00	2.118.354,89	9,60	2.118.354,89	9,60	19.940.726,11
TAXAS	4.437.500,00	4.437.500,00	909.731,25	20,50	909.731,25	20,50	3.527.768,75
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	2.514,19	0,84	2.514,19	0,84	297.485,81
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.749.091,47	6.749.091,47	1.067.274,96	15,81	1.067.274,96	15,81	5.681.816,51
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.249.091,47	4.249.091,47	668.135,95	15,72	668.135,95	15,72	3.580.955,52
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	2.500.000,00	2.500.000,00	399.139,01	15,97	399.139,01	15,97	2.100.860,99
RECEITA PATRIMONIAL	18.824.919,00	18.824.919,00	5.049.446,95	26,82	5.049.446,95	26,82	13.775.472,05
RECEITAS IMOBILIARIAS	200.000,00	200.000,00	16.425,86	8,21	16.425,86	8,21	183.574,14
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	18.434.919,00	18.434.919,00	5.032.564,57	27,30	5.032.564,57	27,30	13.402.354,43
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	190.000,00	190.000,00	456,52	0,24	456,52	0,24	189.543,48
RECEITA DE SERVIÇOS	13.554.921,00	13.554.921,00	1.984.669,31	14,64	1.984.669,31	14,64	11.570.251,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	103.474.040,00	103.474.040,00	16.530.569,03	15,98	16.530.569,03	15,98	86.943.470,97
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	102.537.840,00	102.537.840,00	16.526.609,03	16,12	16.526.609,03	16,12	86.011.230,97
Transf. de Instituições Privadas	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
Transf. de Pessoas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transf. de Conv.	780.200,00	780.200,00	3.960,00	0,51	3.960,00	0,51	776.240,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.603.980,00	13.603.980,00	724.548,74	5,33	724.548,74	5,33	12.879.431,26
Multas e Juros de Mora	3.520.030,00	3.520.030,00	361.873,99	10,28	361.873,99	10,28	3.158.156,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.575.060,00	1.575.060,00	96.804,91	6,15	96.804,91	6,15	1.478.255,09
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	7.800.790,00	7.800.790,00	229.925,12	2,95	229.925,12	2,95	7.570.864,88
RECEITAS DIVERSAS	708.100,00	708.100,00	35.944,72	5,08	35.944,72	5,08	672.155,28
RECEITAS DE CAPITAL	23.358.900,00	23.358.900,00	688.268,30	2,95	688.268,30	2,95	22.670.631,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.671.350,00	15.671.350,00	11.285,54	0,07	11.285,54	0,07	15.660.064,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	15.671.350,00	15.671.350,00	11.285,54	0,07	11.285,54	0,07	15.660.064,46
ALIENAÇÃO DE BENS	1.150.000,00	1.150.000,00	21,73	0,00	21,73	0,00	1.149.978,27
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	21,73	0,02	21,73	0,02	99.978,27
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.000,00	50.000,00	6.732,43	13,46	6.732,43	13,46	43.267,57
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.487.550,00	6.487.550,00	670.228,60	10,33	670.228,60	10,33	5.817.321,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.267.550,00	5.267.550,00	669.577,56	12,71	669.577,56	12,71	4.597.972,44
Transf. de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.070.000,00	1.070.000,00	651,04	0,06	651,04	0,06	1.069.348,96

Continua 1/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.551.150,44	8.551.150,44	1.279.466,89	14,96	1.279.466,89	14,96	7.271.683,55
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.506.150,44	8.506.150,44	1.271.966,89	14,95	1.271.966,89	14,95	7.234.183,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.333.495,66	8.333.495,66	1.247.727,96	14,97	1.247.727,96	14,97	7.085.767,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.333.495,66	8.333.495,66	1.247.727,96	14,97	1.247.727,96	14,97	7.085.767,70
RECEITA DE SERVIÇOS	122.100,00	122.100,00	13.836,84	11,33	13.836,84	11,33	108.263,16
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	50.554,78	50.554,78	10.402,09	20,58	10.402,09	20,58	40.152,69
Multas e Juros de Mora	50.554,78	50.554,78	10.402,09	20,58	10.402,09	20,58	40.152,69
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	7.500,00	16,67	37.500,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	7.500,00	16,67	37.500,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	214.913.582,91	214.913.582,91	30.354.844,51	14,12	30.354.844,51	14,12	184.558.738,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	214.913.582,91	214.913.582,91	30.354.844,51	14,12	30.354.844,51	14,12	184.558.738,40
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	214.913.582,91	214.913.582,91	30.354.844,51	14,12	30.354.844,51	14,12	184.558.738,40
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	7.999.952,87	—	—	569.277,26	—	—
Superávit Financeiro	—	3.849.952,87	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	4.150.000,00	—	—	569.277,26	—	—

Continua 2/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	206.227.382,91	8.479.802,87	214.707.185,78	43.333.648,40	43.333.648,40	19.728.665,05	19.728.665,05	9,19	194.978.520,73
DESPESAS CORRENTES	147.762.340,00	1.683.108,12	149.445.448,12	33.563.695,11	33.563.695,11	18.703.548,34	18.703.548,34	12,52	130.741.899,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.427.969,00	28.102,54	81.456.071,54	13.361.500,67	13.361.500,67	11.922.693,49	11.922.693,49	14,64	69.533.378,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.250.000,00	0,00	2.250.000,00	231.943,76	231.943,76	231.943,76	231.943,76	10,31	2.018.056,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.084.371,00	1.655.005,58	65.739.376,58	19.970.250,68	19.970.250,68	6.548.911,09	6.548.911,09	9,96	59.190.465,49
DESPESAS DE CAPITAL	38.215.901,00	6.796.694,75	45.012.595,75	9.769.953,29	9.769.953,29	1.025.116,71	1.025.116,71	2,28	43.987.479,04
INVESTIMENTOS	32.630.901,00	6.796.694,75	39.427.595,75	9.408.672,39	9.408.672,39	663.835,81	663.835,81	1,68	38.763.759,94
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.085.000,00	0,00	1.085.000,00	686,80	686,80	686,80	686,80	0,06	1.084.313,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	360.594,10	360.594,10	360.594,10	360.594,10	8,01	4.139.405,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	19.949.141,91	0,00	19.949.141,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.949.141,91
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	8.686.200,00	2.150,00	8.688.350,00	1.616.688,54	1.616.688,54	1.268.074,72	1.268.074,72	14,60	7.420.275,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.329.200,00	-4.600,00	8.324.600,00	1.464.696,79	1.464.696,79	1.236.548,69	1.236.548,69	14,85	7.088.051,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	110.000,00	0,00	110.000,00	10.402,09	10.402,09	10.402,09	10.402,09	9,46	99.597,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	197.000,00	6.750,00	203.750,00	134.089,66	134.089,66	13.623,94	13.623,94	6,69	190.126,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	15,00	42.500,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	214.913.582,91	8.481.952,87	223.395.535,78	44.950.336,94	44.950.336,94	20.996.739,77	20.996.739,77	9,40	202.398.796,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	214.913.582,91	8.481.952,87	223.395.535,78	44.950.336,94	44.950.336,94	20.996.739,77	20.996.739,77	9,40	202.398.796,01
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	9.358.104,74	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	214.913.582,91	8.481.952,87	223.395.535,78	44.950.336,94	44.950.336,94	20.996.739,77	30.354.844,51	9,40	202.398.796,01

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.016.483,37

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	206.227.382,91	214.707.185,78	43.333.648,40	43.333.648,40	19.728.665,05	19.728.665,05	93,96	9,19	194.978.520,73
Legislativa	2.363.000,00	2.363.000,00	1.709.138,44	1.709.138,44	277.079,91	277.079,91	1,32	11,73	2.085.920,09
Ação Legislativa	2.363.000,00	2.363.000,00	1.709.138,44	1.709.138,44	277.079,91	277.079,91	1,32	11,73	2.085.920,09
Essencial à Justiça	1.009.000,00	1.014.000,00	127.994,24	127.994,24	114.200,39	114.200,39	0,54	11,26	899.799,61
Representação Judicial e Extrajudicial	1.009.000,00	1.014.000,00	127.994,24	127.994,24	114.200,39	114.200,39	0,54	11,26	899.799,61
Administração	16.452.850,00	16.452.850,00	3.711.110,34	3.711.110,34	1.743.354,15	1.743.354,15	8,30	10,60	14.709.495,85
Planejamento e Orçamento	2.206.000,00	2.206.000,00	296.932,41	296.932,41	227.560,31	227.560,31	1,08	10,32	1.978.439,69
Administração Geral	10.615.000,00	10.615.000,00	2.702.098,66	2.702.098,66	1.143.786,51	1.143.786,51	5,45	10,78	9.471.213,49
Administração Financeira	2.533.850,00	2.533.850,00	232.660,51	232.660,51	168.129,19	168.129,19	0,80	6,64	2.365.720,81
Tecnologia da Informatização	35.000,00	35.000,00	1.685,00	1.685,00	1.685,00	1.685,00	0,01	4,81	33.315,00
Formação de Recursos Humanos	69.000,00	69.000,00	18.856,36	18.856,36	3.759,18	3.759,18	0,02	5,45	65.240,82
Administração de Receitas	174.000,00	174.000,00	120.912,00	120.912,00	19.840,00	19.840,00	0,09	11,40	154.160,00
Comunicação Social	620.000,00	620.000,00	337.965,40	337.965,40	178.593,96	178.593,96	0,85	28,81	441.406,04
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Segurança Pública	998.500,00	1.550.827,22	86.187,01	86.187,01	29.034,98	29.034,98	0,14	1,87	1.521.792,24
Policiamento	630.000,00	1.021.460,29	53.697,37	53.697,37	15.720,43	15.720,43	0,07	1,54	1.005.739,86
Defesa Civil	368.500,00	529.366,93	32.489,64	32.489,64	13.314,55	13.314,55	0,06	2,52	516.052,38
Assistência Social	5.773.500,00	5.957.486,65	705.586,91	705.586,91	443.291,58	443.291,58	2,11	7,44	5.514.195,07
Assistência ao Portador de Deficiência	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.100.270,00	3.001.270,00	645.256,80	645.256,80	404.548,76	404.548,76	1,93	13,48	2.596.721,24
Assistência Comunitária	657.730,00	940.716,65	60.330,11	60.330,11	38.742,82	38.742,82	0,18	4,12	901.973,83
Lazer	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Previdência Social	12.679.000,00	12.679.000,00	1.428.549,83	1.428.549,83	1.320.800,67	1.320.800,67	6,29	10,42	11.358.199,33
Administração Geral	767.000,00	767.000,00	105.389,66	105.389,66	74.078,25	74.078,25	0,35	9,66	692.921,75
Previdência do Regime Estatutário	11.912.000,00	11.912.000,00	1.323.160,17	1.323.160,17	1.246.722,42	1.246.722,42	5,94	10,47	10.665.277,58
Saúde	34.636.515,00	35.118.515,00	7.547.390,22	7.547.390,22	5.618.793,85	5.618.793,85	26,76	16,00	29.499.721,15
Atenção Básica	22.473.475,00	22.955.475,00	4.990.449,67	4.990.449,67	3.420.644,37	3.420.644,37	16,29	14,90	19.534.830,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.903.040,00	11.903.040,00	2.528.433,44	2.528.433,44	2.186.081,26	2.186.081,26	10,41	18,37	9.716.958,74
Vigilância Sanitária	51.000,00	51.000,00	1.890,98	1.890,98	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
Vigilância Epidemiológica	209.000,00	209.000,00	26.616,13	26.616,13	12.068,22	12.068,22	0,06	5,77	196.931,78

Continua 1/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	206.227.382,91	214.707.185,78	43.333.648,40	43.333.648,40	19.728.665,05	19.728.665,05	93,96	9,19	194.978.520,73
Trabalho	559.800,00	559.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559.800,00
Empregabilidade	559.800,00	559.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559.800,00
Educação	40.893.875,00	41.665.380,55	7.273.253,91	7.273.253,91	4.349.211,04	4.349.211,04	20,71	10,44	37.316.169,51
Alimentação e Nutrição	1.810.000,00	1.927.040,27	590.661,63	590.661,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.927.040,27
Ensino Fundamental	25.326.500,00	25.820.483,10	4.668.508,45	4.668.508,45	2.643.814,39	2.643.814,39	12,59	10,24	23.176.668,71
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	0,38	80,00	20.000,00
Educação Infantil	13.632.375,00	13.792.857,18	1.934.083,83	1.934.083,83	1.625.396,65	1.625.396,65	7,74	11,78	12.167.460,53
Cultura	2.289.000,00	2.490.367,07	491.312,43	491.312,43	259.266,96	259.266,96	1,23	10,41	2.231.100,11
Administração Geral	1.418.000,00	1.619.367,07	359.084,47	359.084,47	233.643,00	233.643,00	1,11	14,43	1.385.724,07
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	715.000,00	715.000,00	131.695,96	131.695,96	25.091,96	25.091,96	0,12	3,51	689.908,04
Difusão Cultural	156.000,00	156.000,00	532,00	532,00	532,00	532,00	0,00	0,34	155.468,00
Direitos da Cidadania	50.000,00	50.000,00	186,84	186,84	186,84	186,84	0,00	0,37	49.813,16
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	50.000,00	50.000,00	186,84	186,84	186,84	186,84	0,00	0,37	49.813,16
Urbanismo	24.373.000,00	25.292.833,56	13.083.096,07	13.083.096,07	2.271.220,80	2.271.220,80	10,82	8,98	23.021.612,76
Infra-Estrutura Urbana	11.946.000,00	12.306.144,16	8.239.460,38	8.239.460,38	374.671,03	374.671,03	1,78	3,04	11.931.473,13
Serviços Urbanos	12.227.000,00	12.786.689,40	4.842.468,33	4.842.468,33	1.895.382,41	1.895.382,41	9,03	14,82	10.891.306,99
Lazer	200.000,00	200.000,00	1.167,36	1.167,36	1.167,36	1.167,36	0,01	0,58	198.832,64
Habitação	3.147.500,00	3.293.602,54	367.807,37	367.807,37	132.676,01	132.676,01	0,63	4,03	3.160.926,53
Administração Geral	707.500,00	853.602,54	203.344,55	203.344,55	112.400,25	112.400,25	0,54	13,17	741.202,29
Habitação Urbana	2.440.000,00	2.440.000,00	164.462,82	164.462,82	20.275,76	20.275,76	0,10	0,83	2.419.724,24
SANEAMENTO	20.237.951,00	25.450.359,09	4.400.820,32	4.400.820,32	1.591.075,97	1.591.075,97	7,58	6,25	23.859.283,12
Administração Geral	2.254.138,00	2.286.138,00	526.648,92	526.648,92	267.910,74	267.910,74	1,28	11,72	2.018.227,26
Saneamento Básico Urbano	17.983.813,00	23.164.221,09	3.874.171,40	3.874.171,40	1.323.165,23	1.323.165,23	6,30	5,71	21.841.055,86
Gestão Ambiental	972.000,00	972.000,00	71.703,01	71.703,01	54.118,35	54.118,35	0,26	5,57	917.881,65
Preservação e Conservação Ambiental	972.000,00	972.000,00	71.703,01	71.703,01	54.118,35	54.118,35	0,26	5,57	917.881,65
Agricultura	1.892.750,00	1.892.750,00	233.705,49	233.705,49	130.154,67	130.154,67	0,62	6,88	1.762.595,33
Promoção da Produção Vegetal	90.000,00	90.000,00	14.296,40	14.296,40	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
Extensão Rural	1.802.750,00	1.802.750,00	219.409,09	219.409,09	130.154,67	130.154,67	0,62	7,22	1.672.595,33

Continua 2/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	206.227.382,91	214.707.185,78	43.333.648,40	43.333.648,40	19.728.665,05	19.728.665,05	93,96	9,19	194.978.520,73
Indústria	2.315.000,00	2.315.000,00	450.922,79	450.922,79	177.605,65	177.605,65	0,85	7,67	2.137.394,35
Promoção Industrial	2.315.000,00	2.315.000,00	450.922,79	450.922,79	177.605,65	177.605,65	0,85	7,67	2.137.394,35
Comércio e Serviços	1.904.000,00	1.934.272,19	72.791,36	72.791,36	31.895,58	31.895,58	0,15	1,65	1.902.376,61
Turismo	1.904.000,00	1.934.272,19	72.791,36	72.791,36	31.895,58	31.895,58	0,15	1,65	1.902.376,61
Comunicações	18.000,00	18.000,00	748,00	748,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Telecomunicações	18.000,00	18.000,00	748,00	748,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Desporto e Lazer	4.362.000,00	4.362.000,00	396.777,07	396.777,07	296.334,89	296.334,89	1,41	6,79	4.065.665,11
Administração Geral	1.259.500,00	1.259.500,00	229.721,06	229.721,06	130.338,36	130.338,36	0,62	10,35	1.129.161,64
Desporto de Rendimento	1.484.500,00	1.484.500,00	166.926,01	166.926,01	165.866,53	165.866,53	0,79	11,17	1.318.633,47
Desporto Comunitário	1.618.000,00	1.618.000,00	130,00	130,00	130,00	130,00	0,00	0,01	1.617.870,00
Encargos Especiais	9.051.000,00	9.026.000,00	1.174.566,75	1.174.566,75	888.362,76	888.362,76	4,23	9,84	8.137.637,24
Serviço da Dívida Interna	6.750.000,00	6.750.000,00	592.537,86	592.537,86	592.537,86	592.537,86	2,82	8,78	6.157.462,14
Outras Transferências	950.000,00	950.000,00	429.013,10	429.013,10	142.809,11	142.809,11	0,68	15,03	807.190,89
Outros Encargos Especiais	1.351.000,00	1.326.000,00	153.015,79	153.015,79	153.015,79	153.015,79	0,73	11,54	1.172.984,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
 RESERVA DO RPPS	 19.949.141,91	 19.949.141,91	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 19.949.141,91
 DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	 8.686.200,00	 8.688.350,00	 1.616.688,54	 1.616.688,54	 1.268.074,72	 1.268.074,72	 6,04	 14,60	 7.420.275,28
Legislativa	37.000,00	37.000,00	33.600,00	33.600,00	2.517,92	2.517,92	0,01	6,81	34.482,08
Ação Legislativa	37.000,00	37.000,00	33.600,00	33.600,00	2.517,92	2.517,92	0,01	6,81	34.482,08
Essencial à Justiça	12.000,00	12.000,00	2.826,46	2.826,46	2.826,46	2.826,46	0,01	23,55	9.173,54
Representação Judicial e Extrajudicial	12.000,00	12.000,00	2.826,46	2.826,46	2.826,46	2.826,46	0,01	23,55	9.173,54
Administração	1.095.000,00	1.095.000,00	191.470,15	191.470,15	169.507,47	169.507,47	0,81	15,48	925.492,53
Planejamento e Orçamento	200.000,00	200.000,00	26.269,97	26.269,97	26.269,97	26.269,97	0,13	13,13	173.730,03
Administração Geral	740.000,00	740.000,00	140.608,87	140.608,87	118.646,19	118.646,19	0,57	16,03	621.353,81
Administração Financeira	155.000,00	155.000,00	24.591,31	24.591,31	24.591,31	24.591,31	0,12	15,87	130.408,69
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.686.200,00	8.688.350,00	1.616.688,54	1.616.688,54	1.268.074,72	1.268.074,72	6,04	14,60	7.420.275,28
Assistência Social	327.500,00	327.500,00	60.669,91	60.669,91	48.568,75	48.568,75	0,23	14,83	278.931,25
Assistência à Criança e ao Adolescente	327.500,00	327.500,00	60.669,91	60.669,91	48.568,75	48.568,75	0,23	14,83	278.931,25
Previdência Social	30.000,00	30.000,00	1.876,36	1.876,36	1.876,36	1.876,36	0,01	6,25	28.123,64
Administração Geral	30.000,00	30.000,00	1.876,36	1.876,36	1.876,36	1.876,36	0,01	6,25	28.123,64
Saúde	1.875.000,00	1.875.000,00	396.751,80	396.751,80	197.221,84	197.221,84	0,94	10,52	1.677.778,16
Atenção Básica	1.845.000,00	1.845.000,00	392.835,79	392.835,79	195.311,80	195.311,80	0,93	10,59	1.649.688,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	25.000,00	25.000,00	3.880,68	3.880,68	1.874,71	1.874,71	0,01	7,50	23.125,29
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Vigilância Epidemiológica	2.000,00	2.000,00	35,33	35,33	35,33	35,33	0,00	1,77	1.964,67
Educação	3.993.000,00	3.999.750,00	724.307,97	724.307,97	658.397,88	658.397,88	3,14	16,46	3.341.352,12
Ensino Fundamental	2.387.000,00	2.387.250,00	425.631,26	425.631,26	391.351,37	391.351,37	1,86	16,39	1.995.898,63
Educação Infantil	1.606.000,00	1.612.500,00	298.676,71	298.676,71	267.046,51	267.046,51	1,27	16,56	1.345.453,49
Cultura	84.000,00	84.000,00	6.619,76	6.619,76	5.392,16	5.392,16	0,03	6,42	78.607,84
Administração Geral	84.000,00	84.000,00	6.619,76	6.619,76	5.392,16	5.392,16	0,03	6,42	78.607,84
Urbanismo	524.000,00	524.000,00	102.887,33	102.887,33	87.910,11	87.910,11	0,42	16,78	436.089,89
Infra-Estrutura Urbana	10.000,00	10.000,00	3.373,83	3.373,83	3.373,83	3.373,83	0,02	33,74	6.626,17
Serviços Urbanos	514.000,00	514.000,00	99.513,50	99.513,50	84.536,28	84.536,28	0,40	16,45	429.463,72
Habitação	26.500,00	30.900,00	2.606,83	2.606,83	2.606,83	2.606,83	0,01	8,44	28.293,17
Administração Geral	26.500,00	30.900,00	2.606,83	2.606,83	2.606,83	2.606,83	0,01	8,44	28.293,17
SANEAMENTO	436.200,00	427.200,00	59.989,82	59.989,82	59.989,82	59.989,82	0,29	14,04	367.210,18
Administração Geral	135.000,00	135.000,00	18.176,95	18.176,95	18.176,95	18.176,95	0,09	13,46	116.823,05
Saneamento Básico Urbano	301.200,00	292.200,00	41.812,87	41.812,87	41.812,87	41.812,87	0,20	14,31	250.387,13
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	4.154,86	4.154,86	4.154,86	4.154,86	0,02	27,70	10.845,14
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	4.154,86	4.154,86	4.154,86	4.154,86	0,02	27,70	10.845,14
Agricultura	62.000,00	62.000,00	10.042,07	10.042,07	8.886,43	8.886,43	0,04	14,33	53.113,57
Extensão Rural	62.000,00	62.000,00	10.042,07	10.042,07	8.886,43	8.886,43	0,04	14,33	53.113,57
Indústria	32.000,00	32.000,00	8.096,64	8.096,64	8.096,64	8.096,64	0,04	25,30	23.903,36
Promoção Industrial	32.000,00	32.000,00	8.096,64	8.096,64	8.096,64	8.096,64	0,04	25,30	23.903,36
Comércio e Serviços	8.000,00	8.000,00	1.958,85	1.958,85	1.291,46	1.291,46	0,01	16,14	6.708,54
Turismo	8.000,00	8.000,00	1.958,85	1.958,85	1.291,46	1.291,46	0,01	16,14	6.708,54

Continua 4/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 5/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.686.200,00	8.688.350,00	1.616.688,54	1.616.688,54	1.268.074,72	1.268.074,72	6,04	14,60	7.420.275,28
Desporto e Lazer	29.000,00	29.000,00	1.743,15	1.743,15	1.743,15	1.743,15	0,01	6,01	27.256,85
Administração Geral	29.000,00	29.000,00	1.743,15	1.743,15	1.743,15	1.743,15	0,01	6,01	27.256,85
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00	7.086,58	7.086,58	7.086,58	7.086,58	0,03	7,09	92.913,42
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00	7.086,58	7.086,58	7.086,58	7.086,58	0,03	7,09	92.913,42
TOTAL (III) = (I + II)	214.913.582,91	223.395.535,78	44.950.336,94	44.950.336,94	20.996.739,77	20.996.739,77	100,00	9,40	202.398.796,01

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	14.661.304,95	17.976.702,75	14.579.054,79	12.996.345,45	14.269.735,11	18.775.470,17	14.319.146,63	16.894.465,13	15.874.026,89	17.118.024,37	14.981.769,12	15.652.622,89	188.098.668,25	194.574.532,47	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.959.451,38	6.131.402,20	1.682.273,27	1.735.469,17	2.099.067,57	1.530.916,51	1.709.150,16	1.592.199,39	1.834.659,32	1.960.989,67	1.548.596,32	1.482.004,01	25.266.178,97	26.796.581,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.959.451,38	6.131.402,20	1.682.273,27	1.735.469,17	2.099.067,57	1.530.916,51	1.709.150,16	1.592.199,39	1.834.659,32	1.960.989,67	1.548.596,32	1.482.004,01	25.266.178,97	26.796.581,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.959.451,38	6.131.402,20	1.682.273,27	1.735.469,17	2.099.067,57	1.530.916,51	1.709.150,16	1.592.199,39	1.834.659,32	1.960.989,67	1.548.596,32	1.482.004,01	25.266.178,97	26.796.581,00	
I.P.T.U.	659.752,22	4.703.028,72	385.705,11	256.797,96	258.941,23	260.021,53	256.068,08	268.275,16	276.626,89	328.076,23	10.384,10	-244,76	7.661.432,47	7.959.081,00	
I.S.S.	752.234,95	881.790,87	831.086,96	940.806,81	1.081.424,38	760.133,64	979.782,00	830.046,33	832.449,88	960.125,33	1.008.848,77	591.017,86	10.449.747,78	9.950.000,00	
I.T.B.I.	149.026,55	70.889,76	102.374,45	163.155,30	150.585,59	126.354,66	91.496,71	118.244,72	114.224,41	112.234,67	227.363,95	113.389,73	1.539.340,50	1.500.000,00	
I.R.R.F	89.507,19	193.360,64	97.720,92	99.115,45	340.388,16	104.616,20	100.738,00	80.985,81	302.269,41	266.686,02	29.788,02	111.631,88	1.816.807,70	2.530.000,00	
Outras Receitas Tributárias	308.930,47	282.332,21	265.385,83	275.593,65	267.728,21	279.790,48	281.065,37	294.647,37	309.088,73	295.867,42	272.211,48	666.209,30	3.798.850,52	4.857.500,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	301.240,93	682.014,82	473.090,09	535.810,63	507.921,82	592.697,26	526.035,16	521.526,40	528.639,95	901.173,66	526.251,25	541.023,71	6.637.425,68	6.749.091,47	
RECEITA PATRIMONIAL	1.964.306,55	600.433,41	1.864.546,43	82.169,68	878.227,99	5.770.403,11	1.022.111,79	2.204.542,49	2.505.002,14	731.011,11	2.147.389,49	2.902.057,46	22.672.201,65	18.774.919,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	976.476,98	863.617,91	965.075,03	939.947,14	973.270,10	1.066.975,50	1.061.443,33	993.351,11	998.984,47	1.022.238,96	1.059.832,39	924.836,92	11.846.049,84	13.554.921,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.064.435,34	9.384.714,10	9.247.596,91	9.133.322,13	9.146.390,27	9.004.916,77	9.183.305,02	9.586.610,02	9.522.524,37	12.004.587,18	9.344.876,04	9.432.975,68	114.056.253,83	115.105.040,00	
Cota-Parte do F.P.M.	1.322.700,76	1.753.235,66	1.992.263,07	1.816.285,52	1.545.070,14	1.593.767,49	1.272.419,12	1.672.433,74	1.766.976,55	2.971.456,84	1.867.625,35	2.259.216,24	21.833.450,48	22.000.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.928.421,05	2.910.351,47	2.843.850,16	2.851.303,15	3.041.044,12	3.018.641,70	3.189.752,48	3.188.942,76	3.323.848,41	3.341.436,98	3.329.743,63	2.903.293,62	36.870.629,53	36.500.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	489.862,06	515.854,31	570.185,08	559.623,20	539.695,81	551.732,03	548.760,95	490.913,81	338.362,42	236.984,78	315.021,94	446.733,85	5.603.730,24	5.700.000,00	
Cota-Parte do ITR.	265,54	251,19	20.196,05	56,70	197,45	16,32	3.589,54	16.244,65	887,26	423,72	213,37	127,24	42.469,03	50.000,00	
Transferências da LC 61/1989	44.161,71	59.657,54	48.949,97	55.582,38	54.623,92	54.813,84	50.813,87	71.782,51	67.324,97	76.157,90	26.332,35	55.188,93	665.389,89	710.000,00	
Transferências da LC 87/1996	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.502,03	16.502,03	198.712,76	200.000,00	
Transferências do FUNDEB	2.090.699,73	2.185.890,29	2.220.610,35	2.182.512,04	2.131.704,90	2.170.358,48	2.236.159,56	2.346.262,64	2.334.655,54	2.418.959,16	2.413.024,06	2.245.739,47	26.976.576,22	28.165.000,00	
Outras Transferências Correntes	2.171.753,62	1.942.902,77	1.534.971,36	1.651.388,27	1.817.483,06	1.599.016,04	1.865.238,63	1.783.459,04	1.673.898,35	2.942.596,93	1.376.413,31	1.506.174,30	21.865.295,68	21.780.040,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	395.393,77	314.520,31	346.473,06	569.626,70	664.857,36	809.561,02	817.101,17	1.996.235,72	484.216,64	498.023,79	354.823,63	369.725,11	7.620.558,28	13.593.980,00	
DEDUÇÕES (II)	1.287.581,92	1.377.658,81	1.408.820,63	1.389.319,09	1.380.115,32	1.481.844,30	1.612.481,46	1.447.123,55	1.457.310,63	1.907.807,26	1.455.975,83	1.517.708,91	17.723.747,71	17.981.091,47	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	301.240,93	300.530,01	285.542,80	329.434,89	314.730,26	386.691,35	312.348,76	311.795,71	322.247,60	698.964,37	316.618,71	351.517,24	4.231.662,63	4.249.091,47	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	25.944,81	25.944,81	25.944,81	0,00	25.944,81	48.044,74	283.764,40	43.952,93	32.321,73	64.081,86	28.273,74	29.992,36	634.211,00	700.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	960.396,18	1.051.183,99	1.097.333,02	1.059.884,20	1.039.440,25	1.047.108,21	1.016.368,30	1.091.374,91	1.102.741,30	1.144.761,03	1.111.083,38	1.136.199,31	12.857.874,08	13.032.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	13.373.723,03	16.599.043,94	13.170.234,16	11.607.026,36	12.889.619,79	17.293.625,87	12.706.665,17	15.447.341,58	14.416.716,26	15.210.217,11	13.525.793,29	14.134.913,98	170.374.920,54	176.593.441,00	

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.950.091,47	4.950.091,47	726.402,05	726.402,05	1.411.277,01
RECEITAS CORRENTES	4.950.091,47	4.950.091,47	726.402,05	726.402,05	1.411.277,01
Receita de Contribuições dos Segurados	4.249.091,47	4.249.091,47	668.135,95	668.135,95	480.198,75
Pessoal Civil	4.249.091,47	4.249.091,47	668.135,95	668.135,95	480.198,75
Ativo	4.226.091,47	4.226.091,47	664.911,43	664.911,43	477.625,11
Inativo	8.500,00	8.500,00	1.212,55	1.212,55	756,14
Pensionista	14.500,00	14.500,00	2.011,97	2.011,97	1.817,50
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	876.626,36
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	876.626,36
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	701.000,00	701.000,00	58.266,10	58.266,10	54.451,90
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	700.000,00	700.000,00	58.266,10	58.266,10	50.327,08
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	4.124,82
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.333.495,66	8.333.495,66	1.247.727,96	1.247.727,96	1.162.634,74
RECEITAS CORRENTES	8.333.495,66	8.333.495,66	1.247.727,96	1.247.727,96	1.155.134,74
Receita de Contribuições Patronais	6.346.576,00	6.346.576,00	1.006.749,70	1.006.749,70	982.002,27
Pessoal Civil	6.346.576,00	6.346.576,00	1.006.749,70	1.006.749,70	982.002,27
Ativo	6.346.576,00	6.346.576,00	1.006.749,70	1.006.749,70	982.002,27
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.986.919,66	1.986.919,66	240.978,26	240.978,26	158.333,47
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	14.799,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	13.283.587,13	13.283.587,13	1.974.130,01	1.974.130,01	2.573.911,75
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	9.900.000,00	9.900.000,00	955.770,28	955.770,28	1.105.814,43
ADMINISTRAÇÃO	75.000,00	75.000,00	73,00	73,00	118.180,92
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	115.800,92
Despesas de Capital	75.000,00	75.000,00	73,00	73,00	2.380,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.825.000,00	9.825.000,00	955.697,28	955.697,28	987.633,51
Pessoal Civil	8.450.000,00	8.450.000,00	848.420,04	848.420,04	987.633,51
Aposentadorias	4.950.000,00	4.950.000,00	580.142,36	580.142,36	652.264,13
Pensões	1.300.000,00	1.300.000,00	164.059,31	164.059,31	239.652,51
Outros Benefícios Previdenciários	2.200.000,00	2.200.000,00	104.218,37	104.218,37	95.716,87
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.375.000,00	1.375.000,00	107.277,24	107.277,24	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	90.000,00	90.000,00	3.103,63	3.103,63	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.285.000,00	1.285.000,00	104.173,61	104.173,61	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	30.000,00	30.000,00	1.876,36	1.876,36	1.833,50

Continua 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
ADMINISTRAÇÃO	30.000,00	30.000,00	1.876,36	1.876,36	1.833,50
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	1.876,36	1.876,36	1.833,50
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	9.930.000,00	9.930.000,00	957.646,64	957.646,64	1.107.647,93
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	3.353.587,13	3.353.587,13	1.016.483,37	1.016.483,37	1.466.263,82
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	395.586,11	395.586,11	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	395.586,11	395.586,11	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	395.586,11	395.586,11	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			19.853.587,13		
BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2012	2011		
Bancos Conta Movimento	24.010,91	134.460,14	67.629,07		
Investimentos	126.376.873,59	129.710.191,07	104.420.408,03		

FONTE:

Continua 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	15.198.856,16	15.198.856,16	14.809.784,93
DEDUÇÕES (II)	16.650.043,03	16.650.043,03	15.972.784,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.846.979,49	20.846.979,49	20.150.399,71
Demais Haveres Financeiros	184.068,92	184.068,92	878.351,67
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.381.005,38	4.381.005,38	5.055.967,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.451.186,87	-1.451.186,87	-1.162.999,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.451.186,87	-1.451.186,87	-1.162.999,24

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR	288.187,63	288.187,63

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	17.456.203,54

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	168.532.356,17	168.532.356,17	168.532.356,17
Passivo Atuarial	168.532.356,17	168.532.356,17	168.532.356,17
DEDUÇÕES (VIII)	123.940.433,66	123.940.433,66	129.844.153,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.870,39	6.870,39	134.460,14
Investimentos	123.942.235,11	123.942.235,11	129.710.191,07
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	8.671,84	8.671,84	497,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	44.591.922,51	44.591.922,51	38.688.202,25
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	44.591.922,51	44.591.922,51	38.688.202,25

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	173.075.263,91	24.626.511,64	24.626.511,64	21.802.237,77
Receita Tributária	26.796.581,00	3.030.600,33	3.030.600,33	2.553.069,58
I.P.T.U.	7.959.081,00	10.139,34	10.139,34	3.533,16
I.S.S.	9.950.000,00	1.599.866,63	1.599.866,63	1.432.766,14
I.T.B.I.	1.500.000,00	340.753,68	340.753,68	201.038,69
I.R.R.F.	2.650.000,00	167.595,24	167.595,24	211.825,56
Outras Receitas Tributárias	4.737.500,00	912.245,44	912.245,44	703.906,03
Receita de Contribuição	15.082.587,13	2.315.002,92	2.315.002,92	1.798.377,65
Receitas Previdenciárias	12.582.587,13	1.915.863,91	1.915.863,91	1.620.534,49
Outras Contribuições	2.500.000,00	399.139,01	399.139,01	177.843,16
Receita Patrimonial Líquida	390.500,00	16.882,38	16.882,38	14.661,02
Receita Patrimonial	18.824.919,00	5.049.446,95	5.049.446,95	1.101.849,31
(-) Aplicações Financeiras	18.434.419,00	5.032.564,57	5.032.564,57	1.087.188,29
Transferências Correntes	103.474.040,00	16.530.569,03	16.530.569,03	15.040.015,49
F.P.M.	17.600.000,00	3.301.490,31	3.301.490,31	3.125.432,63
I.C.M.S.	29.200.000,00	4.986.429,96	4.986.429,96	4.373.433,64
Convênios	780.200,00	3.960,00	3.960,00	5.781,62
Outras Transferências Correntes	55.893.840,00	8.238.688,76	8.238.688,76	7.535.367,60
Demais Receitas Correntes	27.331.555,78	2.733.456,98	2.733.456,98	2.396.114,03
Dívida Ativa	7.800.790,00	229.925,12	229.925,12	188.484,04
Diversas Receitas Correntes	19.530.765,78	2.503.531,86	2.503.531,86	2.207.629,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	23.403.900,00	695.768,30	695.768,30	523.721,44
Operações de Crédito (III)	15.671.350,00	11.285,54	11.285,54	73.125,10
Amortização de Empréstimos (IV)	95.000,00	14.232,43	14.232,43	13.514,60
Alienação de Ativos (V)	1.150.000,00	21,73	21,73	1.027,07
Transferências de Capital	6.487.550,00	670.228,60	670.228,60	436.054,67
Convênios	1.070.000,00	651,04	651,04	366,58
Outras Transferências de Capital	5.417.550,00	669.577,56	669.577,56	435.688,09
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	6.487.550,00	670.228,60	670.228,60	436.054,67
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	179.562.813,91	25.296.740,24	25.296.740,24	22.238.292,44
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	158.083.798,12	19.964.123,06	19.964.123,06	14.357.940,66
Pessoal e Encargos Sociais	89.780.671,54	13.159.242,18	13.159.242,18	8.928.467,81
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.360.000,00	242.345,85	242.345,85	274.400,17
Outras Despesas Correntes	65.943.126,58	6.562.535,03	6.562.535,03	5.155.072,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	155.723.798,12	19.721.777,21	19.721.777,21	14.083.540,49
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	45.062.595,75	1.032.616,71	1.032.616,71	1.135.773,79
Investimentos	39.427.595,75	663.835,81	663.835,81	298.686,91
Inversões Financeiras	1.085.000,00	686,80	686,80	223.519,85
Concessão de Empréstimos (XII)	80.000,00	686,80	686,80	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.005.000,00	0,00	0,00	223.519,85
Amortização da Dívida (XIV)	4.550.000,00	368.094,10	368.094,10	613.567,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	40.432.595,75	663.835,81	663.835,81	522.206,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	300.000,00	-	-	-

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DO RPPS (XVII)	19.949.141,91	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	216.405.535,78	20.385.613,02	20.385.613,02	14.605.747,25
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-36.842.721,87	4.911.127,22	4.911.127,22	7.632.545,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	569.277,26	132.600.194,90
Superávit Financeiro	-	-	0,00	128.450.194,90
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	569.277,26	4.150.000,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-11.940.269,00

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 29/03/2012

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	59.296,65	4.180.736,21	-	1.241.518,90	2.998.513,96	36.687,60	10.780.629,96	253.751,36	4.371.498,28	6.192.067,92
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	59.296,65	3.760.503,52	0,00	825.074,95	2.994.725,22	0,00	9.007.249,40	181.167,74	3.620.922,28	5.205.159,38
Encargos Gerais do Município	60,99	80.745,81	0,00	80.745,81	60,99	0,00	324.215,73	96.854,11	206.173,97	21.187,65
Gabinete do Prefeito	0,00	2.012,39	0,00	2.012,39	0,00	0,00	289.006,81	2.023,01	256.297,34	30.686,46
Procuradoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.096,11	0,00	13.096,11	0,00
Secretaria de Administração	0,00	2.240,62	0,00	2.240,62	0,00	0,00	100.265,88	1.107,50	96.032,48	3.125,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	21.667,71	0,00	21.667,71	0,00	0,00	38.055,37	1.570,00	35.403,87	1.081,50
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	118.268,13	0,00	94.796,02	23.472,11	0,00	1.182.426,32	198,00	74.896,83	1.107.331,49
Secretaria de Educação	126,20	551.530,29	0,00	532.573,83	19.082,66	0,00	5.546.151,08	47.954,51	2.211.054,15	3.287.142,42
Secretaria de Finanças	0,00	20.831,10	0,00	20.831,10	0,00	0,00	76.650,34	2.593,99	40.091,98	33.964,37
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	0,00	2.940.761,10	0,00	47.761,10	2.893.000,00	0,00	350.156,43	1.711,00	339.924,15	8.521,28
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	59.109,46	13.897,57	0,00	13.897,57	59.109,46	0,00	872.071,67	24.847,51	192.573,74	654.650,42
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	8.548,80	0,00	8.548,80	0,00	0,00	215.153,66	2.308,11	155.377,66	57.467,89
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.897,60	35.733,21	0,00	39.371,43	3.259,38
Empresa Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.897,60	35.733,21	0,00	39.371,43	3.259,38
FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.413,16	1.082,25	128.239,26	68.091,65
Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.413,16	1.082,25	128.239,26	68.091,65
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	419,89	0,00	419,89	0,00	0,00	752.607,41	0,00	305.105,11	447.502,30
Fundação Municipal de Desportos	0,00	419,89	0,00	419,89	0,00	0,00	752.607,41	0,00	305.105,11	447.502,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	256.038,81	0,00	252.256,87	3.781,94	0,00	207.622,56	0,00	96.551,47	111.071,09
Fundo Municipal de Saúde	0,00	256.038,81	0,00	252.256,87	3.781,94	0,00	207.622,56	0,00	96.551,47	111.071,09
IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO S	0,00	8.671,84	0,00	8.671,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPRESBS	0,00	8.671,84	0,00	8.671,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	155.102,15	0,00	155.095,35	6,80	29.790,00	580.004,22	71.501,37	181.308,73	356.984,12
SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	155.102,15	0,00	155.095,35	6,80	29.790,00	580.004,22	71.501,37	181.308,73	356.984,12
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	149.644,36	-	149.644,36	-	-	419.438,85	-	419.438,85	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	8.990,85	0,00	8.990,85	0,00	0,00	419.438,85	0,00	419.438,85	0,00
Encargos Gerais do Município	0,00	2.649,17	0,00	2.649,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.009,72	0,00	4.009,72	0,00
Procuradoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021,40	0,00	1.021,40	0,00
Secretaria de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.689,01	0,00	41.689,01	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	70,71	0,00	70,71	0,00	0,00	5.672,55	0,00	5.672,55	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	53,02	0,00	53,02	0,00	0,00	4.119,57	0,00	4.119,57	0,00
Secretaria de Educação	0,00	5.391,42	0,00	5.391,42	0,00	0,00	282.763,79	0,00	282.763,79	0,00
Secretaria de Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.114,63	0,00	11.114,63	0,00
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	0,00	826,53	0,00	826,53	0,00	0,00	34.952,44	0,00	34.952,44	0,00
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.831,96	0,00	12.831,96	0,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.263,78	0,00	21.263,78	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	140.653,51	0,00	140.653,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	140.653,51	0,00	140.653,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	149.644,36	-	149.644,36	-	-	419.438,85	-	419.438,85	-
EXECUTIVO										
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	140.653,51	0,00	140.653,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	140.653,51	0,00	140.653,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	59.296,65	4.330.380,57	0,00	1.391.163,26	2.998.513,96	36.687,60	11.200.068,81	253.751,36	4.790.937,13	6.192.067,92

FONTE:

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	30.859.081,00	30.859.081,00	2.390.707,82	2.390.707,82	7,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	14.884.081,00	14.884.081,00	208.946,11	208.946,11	1,40
1.1.1- IPTU	8.059.081,00	8.059.081,00	10.651,67	10.651,67	0,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	703,65	703,65	2,81
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.200.000,00	6.200.000,00	131.904,12	131.904,12	2,13
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	700.000,00	700.000,00	66.199,00	66.199,00	9,46
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(100.000,00)	(100.000,00)	(512,33)	(512,33)	0,51
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	340.753,68	340.753,68	22,72
1.2.1- ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	343.674,36	343.674,36	22,91
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(2.920,68)	(2.920,68)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.825.000,00	11.825.000,00	1.673.412,79	1.673.412,79	14,15
1.3.1- ISS	10.000.000,00	10.000.000,00	1.600.330,10	1.600.330,10	16,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	75.000,00	75.000,00	11.208,91	11.208,91	14,95
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.300.000,00	1.300.000,00	41.877,24	41.877,24	3,22
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500.000,00	500.000,00	20.460,01	20.460,01	4,09
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(50.000,00)	(50.000,00)	(463,47)	(463,47)	0,93
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.650.000,00	2.650.000,00	167.595,24	167.595,24	6,32
1.4.1- IRRF	2.650.000,00	2.650.000,00	167.595,24	167.595,24	6,32
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	65.160.000,00	65.160.000,00	11.236.500,58	11.236.500,58	17,24
2.1- Cota-Parte FPM	22.000.000,00	22.000.000,00	4.126.841,59	4.126.841,59	18,76
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.000.000,00	22.000.000,00	4.126.841,59	4.126.841,59	18,76
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	36.500.000,00	36.500.000,00	6.233.037,25	6.233.037,25	17,08
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	200.000,00	200.000,00	33.004,06	33.004,06	16,50
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	710.000,00	710.000,00	81.521,28	81.521,28	11,48
2.5- Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	340,61	340,61	0,68
2.6- Cota-Parte IPVA	5.700.000,00	5.700.000,00	761.755,79	761.755,79	13,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	96.019.081,00	96.019.081,00	13.627.208,40	13.627.208,40	14,19
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.760.000,00	2.760.000,00	558.594,60	558.594,60	20,24
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.700.000,00	2.700.000,00	550.003,29	550.003,29	20,37
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	60.000,00	60.000,00	8.591,31	8.591,31	14,32
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.616.000,00	1.616.000,00	641.706,45	641.706,45	39,71
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.376.000,00	4.376.000,00	1.200.301,05	1.200.301,05	27,43

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	13.032.000,00	13.032.000,00	2.247.282,69	2.247.282,69	17,24
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.400.000,00	4.400.000,00	825.351,28	825.351,28	18,76
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.300.000,00	7.300.000,00	1.246.607,29	1.246.607,29	17,08
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	40.000,00	40.000,00	6.600,80	6.600,80	16,50
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	142.000,00	142.000,00	16.304,26	16.304,26	11,48
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	10.000,00	10.000,00	68,10	68,10	0,68
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.140.000,00	1.140.000,00	152.350,96	152.350,96	13,36
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	28.325.000,00	28.325.000,00	4.683.169,14	4.683.169,14	16,53
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	28.165.000,00	28.165.000,00	4.658.763,53	4.658.763,53	16,54
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	160.000,00	160.000,00	24.405,61	24.405,61	15,25
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	15.133.000,00	15.133.000,00	2.411.480,84	2.411.480,84	15,94
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	21.825.000,00	21.825.000,00	3.160.642,60	3.160.642,60	14,48
13.1- Com Educação Infantil	8.110.000,00	8.110.000,00	1.180.217,36	1.180.217,36	14,55
13.2- Com Ensino Fundamental	13.715.000,00	13.715.000,00	1.980.425,24	1.980.425,24	14,44
14- OUTRAS DESPESAS	6.500.000,00	6.500.000,00	957.189,11	957.189,11	14,73
14.1- Com Educação Infantil	3.900.000,00	3.900.000,00	563.984,36	563.984,36	14,46
14.2- Com Ensino Fundamental	2.600.000,00	2.600.000,00	393.204,75	393.204,75	15,12
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	28.325.000,00	28.325.000,00	4.117.831,71	4.117.831,71	14,54
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					67,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)3	24.004.770,25	24.004.770,25	3.406.802,10	3.406.802,10	14,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.010.000,00	12.010.000,00	1.744.201,72	1.744.201,72	14,52
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.010.000,00	12.010.000,00	1.744.201,72	1.744.201,72	14,52
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	27.634.875,00	27.634.875,00	3.175.037,27	3.175.037,27	11,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	16.315.000,00	16.315.000,00	2.373.629,99	2.373.629,99	14,55
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	11.319.875,00	11.319.875,00	801.407,28	801.407,28	7,08
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	39.644.875,00	39.644.875,00	4.919.238,99	4.919.238,99	12,41
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.411.480,84
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					24.405,61
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					12.954,51
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.448.840,96
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.470.398,03
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,13

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.760.000,00	2.760.000,00	8.369,93	8.369,93	0,30
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.231.000,00	1.842.273,37	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.991.000,00	4.602.273,37	8.369,93	8.369,93	0,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.635.875,00	44.247.148,37	4.927.608,92	4.927.608,92	11,14
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.395.850,83		12.954,51		

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.151.948,88	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.658.763,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.987.358,08	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	24.405,61	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.847.759,94	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 29/03/2012

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	214.913.582,91	
Receitas Realizadas		30.354.844,51	30.354.844,51	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	569.277,26	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	214.913.582,91	
Créditos Adicionais		—	8.481.952,87	
Dotação Atualizada		—	223.395.535,78	
Despesas Empenhadas		44.950.336,94	44.950.336,94	
Despesas Liquidadas		20.996.739,77	20.996.739,77	
Superavit Orçamentário		—	9.358.104,74	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		44.950.336,94	44.950.336,94	
Despesas Liquidadas		20.996.739,77	20.996.739,77	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			170.374.920,54	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.974.130,01	1.974.130,01	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		957.646,64	957.646,64	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.016.483,37	1.016.483,37	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		17.456.203,54	-1.219.509,62	-6,99
Resultado Primário		-11.940.269,00	4.911.127,22	-41,13
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.389.677,22	0,00	1.391.163,26	2.998.513,96
EXECUTIVO	4.389.677,22	0,00	1.391.163,26	2.998.513,96
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	11.236.756,41	253.751,36	4.790.937,13	6.192.067,92
EXECUTIVO	11.236.756,41	253.751,36	4.790.937,13	6.192.067,92
TOTAL:	15.626.433,63	253.751,36	6.182.100,39	9.190.581,88
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.470.398,03	25%	18,13
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.160.642,60	60%	67,49
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		11.285,54	15.660.064,46	
Despesa de Capital Líquida		1.032.616,71	44.029.979,04	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	12.228.467,07	16.262.352,65	17.828.093,04	11.841.809,18
Despesas Previdenciárias (V)	6.686.432,06	14.841.395,87	28.594.947,36	39.286.916,10
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	5.542.035,01	1.420.956,78	-10.766.854,32	-27.445.106,92

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	21,73	1.149.978,27
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	2.591,66

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.300.691,68	15,00	24,22

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 117/2012**

PORTARIA IPRESBS Nº 117/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006 e de acordo com a alínea "b", do inciso XI, da Lei nº 2970, de 02 de março de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a partir de 01 de abril de 2012, à servidora pública municipal LUCILENE ZÉLIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA, inscrita no CRC/SC nº 028.600/O-4, ocupante do cargo efetivo de Contador, Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, mediante a paga de gratificação pecuniária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Revoga-se a Portaria IPRESBS nº 112/2010.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2012.

São Bento do Sul, 26/03/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 126/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 126/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/04/2012 a 21/05/2012, à servidora ANA CLAUDIA DA SILVA MURARA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora (área de atuação 1), lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 23/03/2012 a 06/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/04/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 127/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 127/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/03/2012 a 20/06/2012, à servidora ISABEL KASZUBOWSKI GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/03/2012 a 26/03/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/03/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 128/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 128/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/04/2012 a 20/04/2012, à servidora SIRLENE LESNHAK MUNHOZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 1), lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 22/03/2012 a 05/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/04/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 129/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 129/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/03/2012 a 10/04/2012, à servidora MARISTELA GOMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/03/2012 a 26/03/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 27/03/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 130/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 130/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/04/2012 a 22/06/2012, à servidora ELIANE MARIA DE AQUINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/03/2012 a 10/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 131/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 131/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/04/2012 a 05/06/2012, à servidora LUCINEIA KROHL SIQUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 2), lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 26/03/2012 a 09/04/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/04/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 118/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 118/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no

uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2012 a 26/09/2012, concedido à servidora CLEIDE MARSI SOARES DA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 4), lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 435/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 119/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 119/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/04/2012 a 30/06/2012, concedido à servidora CIRLEI MYSZKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 2), lotada na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 244/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 120/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 120/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 30/03/2012 a 28/05/2012, concedido ao servidor RUI SCHIESSL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 030/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/03/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 121/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 121/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2012 a 31/05/2012, concedido à servidora ANA MARIA MOCELIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 175/2008, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 122/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 122/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2012 a 30/06/2012, concedido à servidora TERESA PIASKOVSKI NECZYPOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 303/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 123/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 123/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2012 a 31/05/2012, concedido à servidora MARIA DE LOURDES MIRANDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 414/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 31/03/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 124/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 124/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2012 a 31/05/2012, concedido ao servidor SERGIO ESTICA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 255/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 125/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 125/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/04/2012 a 31/05/2012, concedido à servidora LUCIA DE FATIMA VIDAL BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 603/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2012.

São Bento do Sul, 28/03/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

SAMAE**Pregão 17/2012**
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 17/2012. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 13/04/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço Global, para: EXECUÇÃO DE CONCRETAGEM EM TIL RADIAL. O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderão ser obtidos na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet (www.samaesbs.sc.gov.br).

CLAUDETE STAWNY
Pregoeira

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.401, de 28 de Março de 2012.**

DECRETO Nº 4.401, DE 28 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público, e da outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	

3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Abril de 2012
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Abril de 2012
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Abril de 2012
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Abril de 2012
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º, deste Decreto, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os procedimentos contábeis referidos neste Decreto serão

adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de março de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato da Rescisão do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 22, de 10 de Novembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 22, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011, Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ROSELI OLIVIA RANZAN, CPF nº 867.042.499-15.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 22, de 10 de novembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A038RG6X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6890, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 22, de 10 de novembro de 2011.

Data da assinatura: 28 de março de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roseli Olivia Ranzan - servidora pública municipal.

Extrato de Edital de Processo Seletivo Nº 004/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2012

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estão abertas, no dia 4 de abril de 2012, das 8h às 11h e das 14h às 17h, as inscrições para o Processo Seletivo, destinado à Admissão em Caráter Temporário de Professores para o ano letivo de 2012, da Rede Municipal de Ensino. As inscrições serão realizadas gratuitamente, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Brasil, nº 1097, piso superior, Centro Comercial Janczeski, Centro, Município de São Lourenço do Oeste, pelo próprio candidato. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço do Oeste/SC, fone (49) 3344-8460 e na internet, no sítio: "www.saolourenco.sc.gov.br".

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de março de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal.

Extrato do Segundo Termo Aditivo Ao Convênio Nº; 012, de 11 de Junho de 2010.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 012, DE 11 DE JUNHO DE 2010.

Origem: artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.869, de 28 de abril de 2010 e Lei 1.875, de 09 de junho de 2010.
Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08

Conveniada: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE, mantenedora da UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, doravante denominada UNOCHAPECÓ, CNPJ nº 82.804.642/0001-08.

Objeto: Repasse de recursos financeiros a UNOCHAPECÓ para beneficiar, com auxílio financeiro, para o ano de 2012, 48 (quarenta e oito) alunos economicamente carentes, matriculados no CURSO DE GRADUAÇÃO DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO DE LEITE, ofertado pela UNOCHAPECÓ, no Campus da cidade de São Lourenço do Oeste.

Valor: R\$ 239.427,12 (duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e doze centavos), referente ao ano de 2012.

Data da assinatura: 28 de março de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Odilon Luiz Poli - Reitor da UNOCHAPECÓ - pela Conveniada.

Extrato do Termo de Convênio de Estágio Nº; 001/2012, de 01 de Março de 2012 - Escola de Educação Básica Sórora Angélica.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 001/2012, DE 01 DE MARÇO DE 2012 - ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SÓRORA ANGÉLICA.

Origem: Lei Federal nº 11.788/2008.

Conveniente: Escola de Educação Básica Sórora Angélica, CNPJ nº 83.675.819/0001-86.

Conveniada: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Consiste no estabelecimento de condições para estágio aos estudantes regularmente matriculados no Curso de Magistério, como atividade curricular obrigatória.

Data da assinatura: 01/03/2012.

Vigência: da data da assinatura até 31/12/2012.

Signatários: Elizabeth de Oliveira D'ávila - pelo conveniente e Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo conveniada.

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 22/2012-Pms

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2012-PMS
PROCESSO Nº. 35/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de reagentes e vidrarias para análise de água da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de abril de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 16 de abril de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 30 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 36/2012-Pms

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 36/2012-PMS

Processo Licitatório nº. 30/2012-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº. 18/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.841.087/0001-17, estabelecida na Rua Tiradentes, nº. 408, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Galerias pré-fabricadas de concreto, tamanho 6,00 m X 3,00 m (interno) X 1,00 m de comprimento. Composto por 02 (duas) partes (duplo "U"), Espessura 20 cm (paredes) e 30 cm (tampa e fundo). Aterro: 0,50 a 2,50 m. Peso 14,95 toneladas o conjunto. Tráfego CLASSE 30. Posto no local da obra no Município de Schroeder junto do local da obra.	50	Unidade	8.040,00	402.000,00
VALOR R\$ TOTAL					402.000,00

Valor do contrato: R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais).

Data da Assinatura: 29/03/2012 - Vigência: 29/03/2013

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Notificação Referente Ao Contrato Nº. 10/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: compras@schroeder.sc.gov.br-site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Ao

Sr. Guilherme Regner

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 07.752.236/0001-23

(51) 3718-1775

Cumprimentando-o inicialmente, venho por meio deste, relatar que a empresa não está respeitando o que prevê o contrato nº. 10/2012-FMS, firmado com a administração para aquisição de suplementos alimentares e leite especial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC. Conforme Processo de licitação nº. 02/2012-FMS, Pregão Presencial nº. 02/2012-FMS, frente à entrega dos produtos licitados, pois há pendências de entrega:

Qdade	Descrição	O.C.
41un	NUTRIÇÃO ORAL COMPLETA PARA ADULTOS E IDOSOS. Fórmula em pó destinada a atender às necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 16% de proteínas; 49 a 57% de carboidratos; 28 a 35% de lipídeos.NÃO deve conter glúten.Isento de lactose.Sabor: baunilha.Embalagem: lata de 300 a 400g	17814

Conforme prevê o contrato na CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL, o prazo para entrega do objeto licitado é de 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após solicitação através de ordem de compra, expedida pelo Setor de Compras.

É importante ressaltar que, a empresa ao participar do processo de licitação estava ciente do compromisso na entrega dos produtos, e que esse atraso vem a prejudicar os trabalhos da administração.

Diante dessa situação a Administração Municipal abre PRAZO 24 HORAS a partir do imediato recebimento que será publicado no diário Oficial dos Municípios de SC, para que a Empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA faça a entrega dos produtos solicitados, e caso a empresa não proceda, a administração aplicará as penalidades previstas na Clausula Sétima do contrato.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 28 de março de 2012.

MARILENE BUSCH

Setor Compras



Notificação Referente Ao Contrato Nº. 11/2012-FMS,

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e - mail: compras@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Ao
Sra. Fernanda simone Kuhnen
ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 07.909.536./0001-73
(41) 3346-1105

Cumprimentando-o inicialmente, venho por meio deste, relatar que a empresa não está respeitando o que prevê o contrato nº. 11/2012-FMS, firmado com a administração para aquisição de suplementos alimentares e leite especial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC. Conforme Processo de licitação nº. 02/2012-FMS, Pregão Presencial nº. 02/2012-FMS, frente à entrega dos produtos licitados, pois a ordem de compra nº 17815 encaminhada dia 06/03/2012 consta em aberto.

Conforme prevê o contrato na CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL, o prazo para entrega do objeto licitado é de 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após solicitação através de ordem de compra, expedida pelo Setor de Compras.

É importante ressaltar que, a empresa ao participar do processo de licitação estava ciente do compromisso na entrega dos produtos, e que esse atraso vem a prejudicar os trabalhos da administração.

Diante dessa situação a Administração Municipal abre PRAZO 24 HORAS a partir do imediato recebimento que será publicado no diário Oficial dos Municípios de SC, para que a Empresa ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMNTOS LTDA faça a entrega dos produtos solicitados, e caso a empresa não proceda, a administração aplicará as penalidades previstas na Clausula Sétima do contrato.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 28 de março de 2012.
MARILENE BUSCH
Setor Compras

Termo Aditivo Nº. A04/2012 - Fas

TERMO ADITIVO Nº. A04/2012 - FAS
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2010-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: E.U CONSULTORIA E PLANEJAMENTO SC LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.986.007/0001-85, estabelecida na Rua Francisco Lindener, nº. 196, sala 01, Centro, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, CEP: 89600-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhora Fátima Maria Franz Hermes, inscrita no CPF sob o nº. 297.282.400-82, portadora da carteira de identidade nº.

11R/22.525.365--SSP/SP.

Considerando o Contrato nº. 14/2010-FAS, celebrado em 10 de maio de 2010, decorrente da Tomada de Preço nº. 1/2010-FAS, Processo nº. 5/2010-FAS, para contratação de empresa para prestação de serviços de Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, conforme Termo de Compromisso nº. 303097-67/2009, entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, através da Caixa Econômica Federal.

Considerando o artigo 57, VI, da Lei Federal nº 8666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando a justificativa da solicitação de aditivo feita pelo Senhor Paulo Roberto dos Santos Lima, Gerente Municipal de Contratos e Convênios, que informa a prorrogação do contrato de repasse n.º 303.097-67/2009 - Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, através da Caixa Econômica Federal, até dia 31 de dezembro de 2012.

Considerando que a liberação dos desbloqueios depende de autorização da Caixa Econômica Federal e os referidos pagamentos somente são possíveis com o contrato vigente, de acordo com solicitação feita pela Diretoria de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 14/2010-FAS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 14/2010-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 28 de março de 2012.

CONTRATADA:
E.U CONSULTORIA E PLANEJAMENTO SC LTDA
Fátima Maria Franz Hermes
CPF nº. 297.282.400-82

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
1ª Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ªNome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Convocação Concurso Público Nº. 001/2009-Gab/Pms - Daniel Vieira

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. DANIEL VIEIRA, inscrito no CPF sob nº. 061.081.609-85, aprovado em 18º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 28 de abril de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 29 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 002/2011-Gab/Pms - Diane Dereti

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. Diane Dereti, inscrita no CPF sob nº. 058.971.699-93, aprovada em 5º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 28 de abril de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9.6 e 9.7.

Schroeder (SC), 29 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EINCENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público Nº. 002/2011-Gab/Pms - Viviane Maria Rodrigues

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. Viviane Maria Rodrigues, inscrita no CPF sob nº. 889.695.259-04, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 28 de abril de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9.6 e 9.7.

Schroeder (SC), 29 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EINCENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Processo Seletivo Nº. 002/2011-Secel/Pms - Adriana Kreis

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ADRIANA KREIS, inscrita no CPF sob nº. 080.696.719-63, aprovada em 16º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 28 de abril de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevê o item 10.3, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 29 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 002/2011-Secel/Pms - Osmilda de Brito

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. OSMILDA DE BRITO, inscrita no CPF sob nº. 754.524.729-91, aprovada em 17º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 28 de abril de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevê o item 10.3, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 29 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 18/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**Número do Registro de Preços: 11/2012****Data do Registro: 29/03/2012****Válido até: 29/03/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Galerias pré-fabricadas de concreto, tamanho 6,00 m X 3,00 m (interno) X 1,00 m de comprimento. Composto por 02 (duas) partes (duplo "U"), Espessura 20 cm (paredes) e 30 cm (tampa e fundo). Aterro: 0,50 a 2,50 m. Peso 14,95 toneladas o conjunto. Tráfego CLASSE 30. Posto no local da obra no Município de Schroeder junto do local da obra.	UN	EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA (6266)		0	8.040,0000	1
			MARCO TUBOS LTDA (11192)		0	8.045,0000	2
			PROTENSUL PRÉ-FABRICADOS LTDA (9468)		0	8.200,0000	3

SCHROEDER, 29 de Março de 2012.

Siderópolis

PREFEITURA

Lei Nº1993

LEI Nº1.993, DE 20 DE MARÇO DE 2012

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA O INSTITUTO FELINOS DO AGUAÍ

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizada a cessão de uso do espaço público, conhecido como Escola Municipal São Pedro, edificação em desuso, para utilização do Instituto Felinos do Aguaí - CNPJ nº10.594.180/0001-30, no Município de Siderópolis.

Art. 2º - O imóvel será utilizado exclusivamente pelo Instituto Felinos do Aguaí, não podendo ceder ou locar a terceiros.

Art. 3º - O prazo para cessão do imóvel é de 5 (cinco) anos, prorrogável sempre no interesse público.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em, 20 de Março de 2012

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Inexigibilidade 33/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

ATO EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº. 33/2012.

O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que estará realizando inexigibilidade de licitação em conformidade com o art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 para:

OBJETO: Prestação de serviços de locação, manutenção e suporte do aplicativo Fly E-Nota.

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda.

VALOR GLOBAL: até R\$ 20.500,00

VIGÊNCIA: da assinatura do contrato até 31/12/2012.

Siderópolis, 30 de Março de 2012

LUCIO LAZZARIS

Presidente Comissão de Licitação

Anexos do Relatório de Gestão Fiscal do 1º bimestre/2012

Segue a relação dos Anexos do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Bimestre de 2012

- 01AnexoI: Demonstrativo da Despesa com Pessoal
 02AnexoII: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
 03AnexoIV: Demonstrativo das Operações de Crédito
 04Anexo: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
 05Anexo: Demonstrativo dos Restos a pagar

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.416.277,78	0,00
Pessoal Ativo	11.209.630,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	206.217,94	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	429,04	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	158.232,91	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	158.232,91	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.258.044,87	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	11.258.044,87	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.283.890,83	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	52,89	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60%	12.770.334,50	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57%	12.131.817,77	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.009.469,75	952.097,85
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	51.927,17	49.941,71
Interna	51.927,17	49.941,71
Externa	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	957.542,58	902.156,14
DEDUÇÕES (II)	2.562.288,50	3.559.864,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.179.848,60	3.575.213,44
Demais Haveres Financeiros	95.799,13	95.799,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	713.359,23	111.148,18
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.552.818,75	-2.607.766,54
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.666.933,42	21.283.890,83
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,66%	4,47%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,17%	-12,25%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	26.000.320,10	25.540.669,00
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012
		Até o Mês
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	51.927,17	49.941,71
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	51.927,17	49.941,71
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	51.927,17	49.941,71
Previdenciárias	51.927,17	49.941,71
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012
		Até o Mês
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00
DEPÓSITOS	143.651,77	138.662,67
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	98.138,48	98.138,48

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012
		Até o Mês
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>		
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Bimestre de referência	Até o Bimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.283.890,83	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.405.422,53	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.489.872,36	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	457.245,72	101.853,58	355.392,14
ALIENAÇÃO DE BENS - P.M.S.	345.549,16	14.700,00	330.849,16
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	18.961,00	22.369,76	(3.408,76)
CONVÊNIO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO	13.527,50	7.991,86	5.535,64
COTA-PARTE CONTRIB.INTERVENÇÃO DOMÍNIO ECON.-CIDE	43.767,83	27.580,00	16.187,83
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	288.179,76	65.423,72	222.756,04
RECURSOS DO FUNDEB - 60%	0,00	81.862,25	(81.862,25)
RECURSOS DO FUNDEB - 60% - SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	10.289,26	(10.289,26)
RECURSOS ORDINARIOS - F.M.S.	18.390,79	0,00	18.390,79
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS - P.M.S.	42.462,70	4.368,70	38.094,00
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS - F.M.S.	10.921,80	0,00	10.921,80
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS - P.M.S.	1.146.231,41	278.115,20	868.116,21
TRANSF. RECURSOS DO FUNDO NAC.ASSIST.SOCIAL - FNAS	22.555,77	1.768,42	20.787,35
TRANSFERÊNCIA DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PNATE	4.089,16	4.038,11	51,05
TRANSFERÊNCIA DIRETAS FNDE REFERENTES AO PNAE/PNAC	122,07	827,36	(705,29)
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	69.941,85	15.524,55	54.417,30
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.481.946,52	636.712,77	1.845.233,75
RECURSO ORDINARIO- CAMARA MUNICIPAL	19.744,04	5.046,50	14.697,54
RECURSOS ORDINARIOS - P.M.S.	963.765,65	585.262,63	378.503,02
RECURSOS ORDINARIOS - Transf. da PREFEITURA p/ F.H.I.S	8.747,49	448,67	8.298,82
RECURSOS ORDINARIOS - Transf. da PREFEITURA p/ F.M.A.S.	3.088,10	27.384,32	(24.296,22)
RECURSOS ORDINARIOS - Transf. da PREFEITURA p/ F.M.C.	3.498,06	972,50	2.525,56
RECURSOS ORDINARIOS - Transf. da PREFEITURA p/ F.M.S.	94.423,58	276.222,08	(181.798,50)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.093.266,92	895.336,70	197.930,22
TOTAL (III) = (I + II)	3.575.213,44	1.532.049,47	2.043.163,97
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	26,44	(26,44)

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	9.883,57	89.351,99	0,00	482.008,44	355.392,14	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO	0,00	22.369,76	0,00	128.000,00	(3.408,76)	0,00
CONVÊNIO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ES	0,00	7.991,86	0,00	0,00	5.535,64	0,00
COTA-PARTE CONTRIB.INTERVENÇÃO DOMI	0,00	27.580,00	0,00	0,00	16.187,83	0,00
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	6.004,07	59.419,65	0,00	33.121,21	222.756,04	0,00
RECURSOS DO FUNDEB - 60%	857,38	81.004,87	0,00	0,00	(81.862,25)	0,00
RECURSOS DO FUNDEB - 60% - SUPERÁVIT	0,00	10.289,26	0,00	0,00	(10.289,26)	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - F.M.S.	0,00	0,00	0,00	661,00	18.390,79	0,00
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS - P.M.S.	0,00	0,00	4.368,70	441.227,13	38.094,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS - P.M.S.	36.409,59	213.522,24	28.183,37	300.846,86	868.116,21	0,00
TRANSF. RECURSOS DO FUNDO NAC.ASSIS	0,00	1.768,42	0,00	0,00	20.787,35	0,00
TRANSFERÊNCIA DIRETAS DO FNDE REFER	0,00	4.038,11	0,00	0,00	51,05	0,00
TRANSFERÊNCIA DIRETAS FNDE REFERENT	827,36	0,00	0,00	0,00	(705,29)	0,00
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	15.524,55	0,00	0,00	54.417,30	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	53.981,97	532.860,71	32.552,07	1.385.864,64	1.503.462,79	0,00
RECURSO ORDINARIO- CAMARA MUNICIPAL	1.829,29	0,00	1.390,00	33.234,24	14.697,54	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - P.M.S.	50.741,13	433.500,04	64.196,41	2.095.525,43	378.503,02	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - Transf. da PREFE	0,00	448,67	0,00	446,21	8.298,82	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - Transf. da PREFE	750,00	19.800,07	0,00	7.221,76	(24.296,22)	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - Transf. da PREFE	0,00	148,67	0,00	796,01	2.525,56	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - Transf. da PREFE	3.845,79	197.341,98	0,00	291.209,64	(181.798,50)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	57.166,21	651.239,43	65.586,41	2.428.433,29	197.930,22	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	111.148,18	1.184.100,14	98.138,48	3.814.297,93	1.701.393,01	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



Anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentaria 1º Bimestre/2012

Segue a relação do Anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentaria do 1º Bimestre de 2012

01ANEXO I - Balanço Orcamentário
02ANEXOII-Demonstrativo da Execução das Despesas Por Função
03ANEXO III - Demonstrativo da RCL
04ANEXO V- Demonstrativo Receita Desp Prev
05ANEXO VI - Demonstrativo Resultado Nomi
06ANEXOVIIDemonstrativo Resultado Primario
07ANEXOIX-Demonstrativo Restos a Pagar
08ANEXO X- Demonstrativo Receitas Desp manu
09ANEXO XI-Demonst receitas operacao cred
10EXOXIV-Demonst Receita Alienacao Atv
11ANEXO XVI-Demonst Receita Imposto Liq
12ANEXO XVII-Demonst Parcerias Public
13ANEXO XVIII-Demonst Simplif Relator

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.790.000,00	39.790.000,00	3.478.604,85	8,74	3.478.604,85	8,74	36.311.395,15
RECEITAS CORRENTES	33.100.000,00	33.100.000,00	3.081.532,08	9,31	3.081.532,08	9,31	30.018.467,92
RECEITA TRIBUTARIA	3.390.000,00	3.390.000,00	136.384,42	4,02	136.384,42	4,02	3.253.615,58
IMPOSTOS	2.180.000,00	2.180.000,00	110.691,27	5,08	110.691,27	5,08	2.069.308,73
TAXAS	1.110.000,00	1.110.000,00	25.693,15	2,31	25.693,15	2,31	1.084.306,85
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	280.000,00	26.926,37	9,62	26.926,37	9,62	253.073,63
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	280.000,00	280.000,00	26.926,37	9,62	26.926,37	9,62	253.073,63
RECEITA PATRIMONIAL	232.500,00	232.500,00	31.124,42	13,39	31.124,42	13,39	201.375,58
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	232.500,00	232.500,00	31.124,42	13,39	31.124,42	13,39	201.375,58
RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00	80.000,00	1.394,85	1,74	1.394,85	1,74	78.605,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.370.000,00	28.370.000,00	2.818.127,35	9,93	2.818.127,35	9,93	25.551.872,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.265.000,00	25.265.000,00	2.783.816,82	11,02	2.783.816,82	11,02	22.481.183,18
Transf. de Conv.	3.105.000,00	3.105.000,00	34.310,53	1,11	34.310,53	1,11	3.070.689,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	747.500,00	747.500,00	67.574,67	9,04	67.574,67	9,04	679.925,33
Multas e Juros de Mora	160.000,00	160.000,00	6.575,11	4,11	6.575,11	4,11	153.424,89
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	120.000,00	120.000,00	4.924,60	4,10	4.924,60	4,10	115.075,40
RECEITAS DIVERSAS	467.500,00	467.500,00	56.074,96	11,99	56.074,96	11,99	411.425,04
RECEITAS DE CAPITAL	6.690.000,00	6.690.000,00	397.072,77	5,94	397.072,77	5,94	6.292.927,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	640.000,00	640.000,00	268.124,70	41,89	268.124,70	41,89	371.875,30
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	29.924,70	99,75	29.924,70	99,75	75,30
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	610.000,00	610.000,00	238.200,00	39,05	238.200,00	39,05	371.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.550.000,00	4.550.000,00	128.948,07	2,83	128.948,07	2,83	4.421.051,93
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.550.000,00	4.550.000,00	128.948,07	2,83	128.948,07	2,83	4.421.051,93
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.790.000,00	39.790.000,00	3.478.604,85	8,74	3.478.604,85	8,74	36.311.395,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	39.790.000,00	39.790.000,00	3.478.604,85	8,74	3.478.604,85	8,74	36.311.395,15
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	181.561,59	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	39.790.000,00	39.790.000,00	3.478.604,85	8,74	3.660.166,44	8,74	36.311.395,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	10.289,26	—	—	10.289,26	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	10.289,26	—	—	10.289,26	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.790.000,00	10.289,26	39.800.289,26	7.474.464,37	7.474.464,37	3.660.166,44	3.660.166,44	9,20	36.140.122,82
DESPESAS CORRENTES	29.593.000,00	10.289,26	29.603.289,26	6.304.254,39	6.304.254,39	3.154.023,85	3.154.023,85	10,65	26.449.265,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.282.000,00	10.289,26	15.292.289,26	2.075.618,31	2.075.618,31	2.067.748,31	2.067.748,31	13,52	13.224.540,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	255.000,00	0,00	255.000,00	21.688,06	21.688,06	21.688,06	21.688,06	8,51	233.311,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.056.000,00	0,00	14.056.000,00	4.206.948,02	4.206.948,02	1.064.587,48	1.064.587,48	7,57	12.991.412,52
DESPESAS DE CAPITAL	10.147.000,00	0,00	10.147.000,00	1.170.209,98	1.170.209,98	506.142,59	506.142,59	4,99	9.640.857,41
INVESTIMENTOS	9.387.000,00	0,00	9.387.000,00	1.059.411,63	1.059.411,63	395.344,24	395.344,24	4,21	8.991.655,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	760.000,00	0,00	760.000,00	110.798,35	110.798,35	110.798,35	110.798,35	14,58	649.201,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	39.790.000,00	10.289,26	39.800.289,26	7.474.464,37	7.474.464,37	3.660.166,44	3.660.166,44	9,20	36.140.122,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	39.790.000,00	10.289,26	39.800.289,26	7.474.464,37	7.474.464,37	3.660.166,44	3.660.166,44	9,20	36.140.122,82
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	39.790.000,00	10.289,26	39.800.289,26	7.474.464,37	7.474.464,37	3.660.166,44	3.660.166,44	9,20	36.140.122,82

FONTE:

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.790.000,00	39.800.289,26	7.474.464,37	7.474.464,37	3.660.166,44	3.660.166,44	100,00	9,20	36.140.122,82
Legislativa	870.000,00	870.000,00	155.343,85	155.343,85	122.109,61	122.109,61	3,34	14,04	747.890,39
Administração Geral	870.000,00	870.000,00	155.343,85	155.343,85	122.109,61	122.109,61	3,34	14,04	747.890,39
Judiciária	850.000,00	850.000,00	86.258,25	86.258,25	75.154,83	75.154,83	2,05	8,84	774.845,17
Administração Geral	850.000,00	850.000,00	86.258,25	86.258,25	75.154,83	75.154,83	2,05	8,84	774.845,17
Administração	3.450.000,00	3.450.000,00	950.460,36	950.460,36	595.409,90	595.409,90	16,27	17,26	2.854.590,10
Administração Geral	2.700.000,00	2.700.000,00	580.488,40	580.488,40	315.576,37	315.576,37	8,62	11,69	2.384.423,63
Administração Financeira	750.000,00	750.000,00	369.971,96	369.971,96	279.833,53	279.833,53	7,65	37,31	470.166,47
Segurança Pública	125.000,00	125.000,00	2.324,77	2.324,77	2.324,77	2.324,77	0,06	1,86	122.675,23
Policiamento	125.000,00	125.000,00	2.324,77	2.324,77	2.324,77	2.324,77	0,06	1,86	122.675,23
ASSISTENCIA SOCIAL	1.175.000,00	1.175.000,00	113.735,96	113.735,96	106.514,20	106.514,20	2,91	9,07	1.068.485,80
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Assistência Comunitária	1.095.000,00	1.095.000,00	113.735,96	113.735,96	106.514,20	106.514,20	2,91	9,73	988.485,80
Saúde	7.300.000,00	7.300.000,00	1.643.467,23	1.643.467,23	869.588,15	869.588,15	23,76	11,91	6.430.411,85
Atenção Básica	7.260.000,00	7.260.000,00	1.632.456,74	1.632.456,74	868.297,18	868.297,18	23,72	11,96	6.391.702,82
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	40.000,00	11.010,49	11.010,49	1.290,97	1.290,97	0,04	3,23	38.709,03
Educação	8.025.000,00	8.035.289,26	1.206.720,28	1.206.720,28	683.723,93	683.723,93	18,68	8,51	7.351.565,33
Alimentação e Nutrição	257.000,00	257.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.000,00
Ensino Fundamental	6.120.000,00	6.130.289,26	876.117,16	876.117,16	585.352,31	585.352,31	15,99	9,55	5.544.936,95
Ensino Profissional	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Ensino Superior	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação Infantil	1.530.000,00	1.530.000,00	177.003,12	177.003,12	94.771,62	94.771,62	2,59	6,19	1.435.228,38
Educação Especial	18.000,00	18.000,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	0,10	20,00	14.400,00
CULTURA	1.500.000,00	1.500.000,00	104.031,05	104.031,05	103.235,04	103.235,04	2,82	6,88	1.396.764,96
Difusão Cultural	1.500.000,00	1.500.000,00	104.031,05	104.031,05	103.235,04	103.235,04	2,82	6,88	1.396.764,96
Urbanismo	1.298.000,00	1.298.000,00	414.809,62	414.809,62	224.329,96	224.329,96	6,13	17,28	1.073.670,04
Serviços Urbanos	1.298.000,00	1.298.000,00	414.809,62	414.809,62	224.329,96	224.329,96	6,13	17,28	1.073.670,04
Habitação	125.000,00	125.000,00	1.043,35	1.043,35	597,14	597,14	0,02	0,48	124.402,86
Habitação Urbana	125.000,00	125.000,00	1.043,35	1.043,35	597,14	597,14	0,02	0,48	124.402,86
Saneamento	300.000,00	300.000,00	29.714,26	29.714,26	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Saneamento Básico Urbano	300.000,00	300.000,00	29.714,26	29.714,26	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00

Continua 1/2

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.790.000,00	39.800.289,26	7.474.464,37	7.474.464,37	3.660.166,44	3.660.166,44	100,00	9,20	36.140.122,82
Gestão Ambiental	590.000,00	590.000,00	403.344,28	403.344,28	39.060,48	39.060,48	1,07	6,62	550.939,52
Preservação e Conservação Ambiental	590.000,00	590.000,00	403.344,28	403.344,28	39.060,48	39.060,48	1,07	6,62	550.939,52
Agricultura	880.000,00	880.000,00	176.203,82	176.203,82	67.178,08	67.178,08	1,84	7,63	812.821,92
Promoção da Produção Vegetal	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Extensão Rural	750.000,00	750.000,00	176.203,82	176.203,82	67.178,08	67.178,08	1,84	8,96	682.821,92
Comércio e Serviços	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00
Comercialização	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Turismo	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Transporte	10.777.000,00	10.777.000,00	1.961.057,51	1.961.057,51	544.990,57	544.990,57	14,89	5,06	10.232.009,43
Infra-Estrutura Urbana	375.000,00	375.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375.000,00
Transporte Rodoviário	10.402.000,00	10.402.000,00	1.911.057,51	1.911.057,51	544.990,57	544.990,57	14,89	5,24	9.857.009,43
Desporto e Lazer	550.000,00	550.000,00	43.962,63	43.962,63	43.962,63	43.962,63	1,20	7,99	506.037,37
Desporto Comunitário	550.000,00	550.000,00	43.962,63	43.962,63	43.962,63	43.962,63	1,20	7,99	506.037,37
Encargos Especiais	1.750.000,00	1.750.000,00	181.987,15	181.987,15	181.987,15	181.987,15	4,97	10,40	1.568.012,85
Serviço da Dívida Interna	1.750.000,00	1.750.000,00	181.987,15	181.987,15	181.987,15	181.987,15	4,97	10,40	1.568.012,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	39.790.000,00	39.800.289,26	7.474.464,37	7.474.464,37	3.660.166,44	3.660.166,44	100,00	9,20	36.140.122,82

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.876.794,00	1.855.770,15	2.286.675,43	1.857.718,78	1.813.390,31	1.905.024,35	1.692.652,47	2.143.713,06	2.842.987,48	2.498.649,26	1.775.027,10	1.820.836,06	24.369.238,45	36.560.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	275.591,68	119.605,72	477.283,85	172.056,09	149.457,77	139.893,43	89.780,00	204.954,69	153.869,74	158.354,15	62.376,77	74.007,65	2.077.231,54	3.410.000,00
I.R.T.U.	0,00	7.182,37	142.446,60	14.795,26	13.720,26	12.032,55	2.899,57	686,27	3.236,86	2.258,72	865,27	1.073,43	201.197,16	350.000,00
I.S.S.	60.362,33	68.327,48	160.200,99	104.410,24	88.676,59	74.619,65	56.163,48	73.077,65	72.932,41	86.193,07	36.168,29	47.261,24	928.383,42	1.100.000,00
I.T.B.U.	13.448,24	8.190,42	5.248,00	11.611,11	12.408,46	13.005,12	12.079,71	11.364,42	23.539,33	6.283,17	4.843,59	6.861,00	128.882,57	200.000,00
I.R.R.F.	5.631,73	4.222,75	5.295,46	7.692,65	7.774,15	7.837,50	6.117,29	93.578,56	58.483,88	51.276,33	6.027,46	7.590,99	261.528,75	550.000,00
Outras Receitas Tributárias	196.159,38	31.682,70	164.092,80	33.546,83	26.878,31	32.398,61	12.519,95	14.072,88	7.852,17	12.342,86	14.472,16	11.220,99	557.239,64	1.210.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.681,67	9.001,61	6.038,10	13.540,11	12.839,80	13.491,94	14.534,81	132.134,57	16.380,32	12.941,24	13.289,25	13.637,12	265.510,54	280.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.293,67	10.691,81	16.690,89	17.094,57	14.942,07	17.865,04	15.435,25	19.508,09	15.456,90	23.450,27	16.636,71	14.013,62	196.078,89	212.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	449,95	771,60	11.335,59	1.329,91	711,61	14.376,57	1.984,08	1.053,22	499,93	159,99	599,96	794,89	34.067,30	80.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.554.647,59	1.683.294,06	1.698.767,99	1.631.615,61	1.606.061,16	1.683.682,21	1.552.711,03	1.756.020,01	2.590.404,73	2.235.932,89	1.630.173,75	1.702.758,77	21.326.069,80	31.840.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	406.985,48	539.457,13	619.183,90	558.857,08	475.406,20	490.389,99	391.493,83	514.590,99	547.431,89	914.294,41	574.647,66	695.123,65	6.727.862,21	7.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	613.112,43	609.392,92	595.598,90	597.190,51	636.688,41	632.071,46	657.951,59	671.722,66	670.586,29	704.573,43	629.448,82	547.267,68	7.565.605,10	8.200.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	114.504,37	123.846,48	144.142,44	111.073,00	112.087,11	148.054,81	109.442,21	141.820,70	90.401,60	51.994,57	57.428,65	84.189,18	1.288.985,12	1.400.000,00
Cota-Parte do ITR	44,36	92,32	175,32	422,17	105,10	355,65	3.970,03	7.476,78	259,73	90,96	309,70	125,37	13.427,49	20.000,00
Transferências da LC 61/1999	7.346,83	9.934,74	8.364,26	9.246,79	9.087,34	9.118,93	10.566,86	14.927,34	14.000,39	34.675,10	5.499,22	10.355,91	143.113,71	150.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.445,95	3.445,95	3.445,95	3.445,95	3.445,95	3.445,95	3.445,95	3.445,95	3.445,95	3.445,95	3.106,25	3.106,25	40.672,00	80.000,00
Transferências do FUNDEB	164.643,28	173.207,11	176.701,19	172.562,27	169.019,53	172.006,35	177.334,38	186.044,83	185.047,89	191.257,31	199.614,12	185.912,25	2.153.380,51	2.550.000,00
Outras Transferências Correntes	244.564,89	223.927,41	151.155,03	178.817,84	200.221,52	228.209,07	198.506,18	215.990,76	1.079.230,99	335.601,16	160.119,33	176.678,48	3.393.023,66	11.940.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.129,44	32.405,35	76.559,01	22.082,49	29.377,90	35.715,16	18.207,30	30.042,48	66.375,86	67.810,72	51.950,66	15.624,01	470.280,38	737.500,00
DEDUÇÕES (II)	227.673,19	255.246,76	272.509,08	254.298,17	245.546,32	254.818,38	233.192,27	267.215,53	263.358,48	296.684,27	250.747,04	264.058,13	3.085.347,62	3.450.000,00
Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
Deduções de Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	227.673,19	255.246,76	272.509,08	254.298,17	245.546,32	254.818,38	233.192,27	267.215,53	263.358,48	296.684,27	250.747,04	264.058,13	3.085.347,62	3.470.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.649.120,81	1.600.523,39	2.014.166,35	1.603.420,61	1.567.843,99	1.650.205,97	1.459.460,20	1.876.497,53	2.579.629,00	2.201.964,99	1.524.280,06	1.556.777,93	21.283.890,83	33.110.000,00

FONTE:

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.375.218,52	3.375.218,52	3.264.420,17
DEDUÇÕES (II)	2.562.288,50	2.562.288,50	2.375.764,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.179.848,60	3.179.848,60	3.575.213,44
Demais Haveres Financeiros	95.799,13	95.799,13	95.799,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	713.359,23	713.359,23	1.295.248,32
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	812.930,02	812.930,02	888.655,92
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.344.664,27	1.344.664,27	1.319.186,51
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-531.734,25	-531.734,25	-430.530,59

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR	101.203,66	101.203,66

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	51.788,28

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	32.867.500,00	3.050.407,66	3.050.407,66	3.433.914,85
Receita Tributária	3.390.000,00	136.384,42	136.384,42	421.956,54
I.P.T.U.	340.000,00	1.938,70	1.938,70	63,41
I.S.S.	1.090.000,00	83.429,53	83.429,53	110.097,79
I.T.B.I.	200.000,00	11.704,59	11.704,59	33.640,88
I.R.R.F.	550.000,00	13.618,45	13.618,45	228.443,31
Outras Receitas Tributárias	1.210.000,00	25.693,15	25.693,15	49.711,15
Receita de Contribuição	280.000,00	26.926,37	26.926,37	20.191,26
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	280.000,00	26.926,37	26.926,37	20.191,26
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	232.500,00	31.124,42	31.124,42	30.185,73
(-) Aplicações Financeiras	232.500,00	31.124,42	31.124,42	30.185,73
Transferências Correntes	28.370.000,00	2.818.127,35	2.818.127,35	2.659.208,43
F.P.M.	6.000.000,00	1.015.817,11	1.015.817,11	961.671,59
I.C.M.S.	6.560.000,00	949.123,51	949.123,51	915.781,65
Convênios	3.105.000,00	34.310,53	34.310,53	0,00
Outras Transferências Correntes	12.705.000,00	818.876,20	818.876,20	781.755,19
Demais Receitas Correntes	827.500,00	68.969,52	68.969,52	332.558,62
Dívida Ativa	120.000,00	4.924,60	4.924,60	5.474,63
Diversas Receitas Correntes	707.500,00	64.044,92	64.044,92	327.083,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.690.000,00	397.072,77	397.072,77	0,00
Operações de Crédito (III)	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	640.000,00	268.124,70	268.124,70	0,00
Transferências de Capital	4.550.000,00	128.948,07	128.948,07	0,00
Convênios	4.550.000,00	128.948,07	128.948,07	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.550.000,00	128.948,07	128.948,07	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	37.417.500,00	3.179.355,73	3.179.355,73	3.433.914,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	29.603.289,26	3.154.023,85	3.154.023,85	2.783.660,47
Pessoal e Encargos Sociais	15.292.289,26	2.067.748,31	2.067.748,31	2.091.815,54
Juros e Encargos da Dívida (IX)	255.000,00	21.688,06	21.688,06	7.011,45
Outras Despesas Correntes	14.056.000,00	1.064.587,48	1.064.587,48	684.833,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	29.348.289,26	3.132.335,79	3.132.335,79	2.776.649,02
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.147.000,00	506.142,59	506.142,59	1.083.266,89
Investimentos	9.387.000,00	395.344,24	395.344,24	1.065.008,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	760.000,00	110.798,35	110.798,35	18.258,85
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	9.387.000,00	395.344,24	395.344,24	1.065.008,04

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	38.785.289,26	3.527.680,03	3.527.680,03	3.841.657,06
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.367.789,26	-348.324,30	-348.324,30	-407.742,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	10.289,26	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	10.289,26	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				1.407.500,00

FONTE:

SIDERÓPOLIS, 28/03/2012

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	23.579,29	689.779,94	-	602.211,05	111.148,18	1.390,00	96.748,48	-	-	98.138,48
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	21.750,00	689.479,94	0,00	601.911,05	109.318,89	0,00	96.748,48	0,00	0,00	96.748,48
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	16.398,32	0,00	16.398,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	12.893,36	0,00	12.143,36	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	253.265,28	0,00	239.535,92	13.729,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	24.337,52	0,00	24.337,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	50.402,06	0,00	45.986,51	4.415,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	45.660,39	0,00	45.660,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E I	0,00	18.600,69	0,00	18.600,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	134.016,60	0,00	119.551,75	14.464,85	0,00	4.145,50	0,00	0,00	4.145,50
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	32.997,42	0,00	31.717,42	1.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS	21.750,00	100.908,30	0,00	47.979,17	74.679,13	0,00	92.602,98	0,00	0,00	92.602,98
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDEROPO	0,00	300,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	300,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	1.829,29	0,00	0,00	0,00	1.829,29	1.390,00	0,00	0,00	0,00	1.390,00
Órgão 01	1.829,29	0,00	0,00	0,00	1.829,29	1.390,00	0,00	0,00	0,00	1.390,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	23.579,29	689.779,94	0,00	602.211,05	111.148,18	1.390,00	96.748,48	0,00	0,00	98.138,48

FONTE:

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.410.000,00	2.410.000,00	117.764,58	117.764,58	4,89
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	520.000,00	520.000,00	8.964,40	8.964,40	1,72
1.1.1- IPTU	350.000,00	350.000,00	1.938,70	1.938,70	0,55
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	2.101,10	2.101,10	4,20
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	4.924,60	4.924,60	4,92
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	11.704,59	11.704,59	5,85
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	11.704,59	11.704,59	5,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.140.000,00	1.140.000,00	83.477,14	83.477,14	7,32
1.3.1- ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	83.429,53	83.429,53	7,58
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	47,61	47,61	0,95
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	550.000,00	550.000,00	13.618,45	13.618,45	2,48
1.4.1- IRRF	550.000,00	550.000,00	13.618,45	13.618,45	2,48
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.350.000,00	17.350.000,00	2.610.608,34	2.610.608,34	15,05
2.1- Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	1.269.771,31	1.269.771,31	16,93
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.500.000,00	7.500.000,00	1.269.771,31	1.269.771,31	16,93
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.200.000,00	8.200.000,00	1.176.716,50	1.176.716,50	14,35
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	80.000,00	80.000,00	6.212,50	6.212,50	7,77
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	15.855,13	15.855,13	10,57
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	435,07	435,07	2,18
2.6- Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	141.617,83	141.617,83	10,12
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	19.760.000,00	19.760.000,00	2.728.372,92	2.728.372,92	13,81

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	473.000,00	473.000,00	48.035,58	48.035,58	10,16
5.1- Transferências do Salário-Educação	280.000,00	280.000,00	47.542,30	47.542,30	16,98
5.2- Outras Transferências do FNDE	185.000,00	185.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.000,00	8.000,00	493,28	493,28	6,17
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.490.000,00	1.490.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	1.490.000,00	1.490.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.822.000,00	5.822.000,00	144,70	144,70	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.785.000,00	7.785.000,00	48.180,28	48.180,28	0,62

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.470.000,00	3.470.000,00	514.805,17	514.805,17	14,84
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.500.000,00	1.500.000,00	253.954,20	253.954,20	16,93
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.640.000,00	1.640.000,00	227.592,99	227.592,99	13,88
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	16.000,00	16.000,00	1.242,50	1.242,50	7,77
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	3.605,07	3.605,07	12,02
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	86,99	86,99	2,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	280.000,00	280.000,00	28.323,42	28.323,42	10,12
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.560.000,00	2.560.000,00	386.356,76	386.356,76	15,09
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.550.000,00	2.550.000,00	385.526,37	385.526,37	15,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	830,39	830,39	8,30
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-920.000,00	-920.000,00	-129.278,80	-129.278,80	14,05

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.860.000,00	1.860.000,00	210.213,28	210.213,28	11,30
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.860.000,00	1.860.000,00	210.213,28	210.213,28	11,30
14- OUTRAS DESPESAS	710.000,00	710.000,00	83.366,15	83.366,15	11,74
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	710.000,00	710.000,00	83.366,15	83.366,15	11,74
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.570.000,00	2.570.000,00	293.579,43	293.579,43	11,42
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					10.289,26
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					10.289,26
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					51,75
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				10.289,26	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 *				10.289,26	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	4.940.000,00	4.940.000,00	682.093,23	682.093,23	13,81
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	800.000,00	800.000,00	94.771,82	94.771,82	11,85
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	800.000,00	800.000,00	94.771,82	94.771,82	11,85
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.992.000,00	4.992.000,00	547.136,47	547.136,47	10,96
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.570.000,00	2.570.000,00	293.579,43	293.579,43	11,42
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.422.000,00	2.422.000,00	253.557,04	253.557,04	10,47
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	1.767.000,00	1.767.000,00	11.839,03	11.839,03	0,67
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.659.000,00	7.659.000,00	653.747,12	653.747,12	8,54
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-129.278,80
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					830,39
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					10.289,26
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-118.159,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					760.067,24
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,86

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	284.000,00	284.000,00	15.524,55	15.524,55	5,47
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	82.000,00	92.289,26	14.452,26	14.452,26	15,96
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	366.000,00	376.289,26	29.976,81	29.976,81	7,97
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.025.000,00	8.035.289,26	683.723,93	683.723,93	8,51
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	385.526,37	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	830,39	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	386.356,76	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 10.289,26, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.500.000,00	0,00		1.500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	10.147.000,00	506.142,59	0,00	9.640.857,41
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	10.147.000,00	506.142,59	0,00	9.640.857,41
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.647.000,00	-506.142,59		-8.140.857,41

FONTE:

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	640.000,00	268.124,70	371.875,30
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	610.000,00	238.200,00	371.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	29.924,70	75,30
TOTAL	640.000,00	268.124,70	371.875,30

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	268.124,70	268.124,70

FONTE:

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.760.000,00	19.760.000,00	2.728.372,92	13,81
Impostos	2.200.000,00	2.200.000,00	110.691,27	5,03
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	350.000,00	350.000,00	1.938,70	0,55
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	200.000,00	200.000,00	11.704,59	5,85
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.100.000,00	1.100.000,00	83.429,53	7,58
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	550.000,00	550.000,00	13.618,45	2,48
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	210.000,00	210.000,00	7.073,31	3,37
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	55.000,00	55.000,00	2.148,71	3,91
Dívida Ativa dos Impostos	110.000,00	110.000,00	4.924,60	4,48
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	17.350.000,00	17.350.000,00	2.610.608,34	15,05
Da União	7.600.000,00	7.600.000,00	1.276.418,88	16,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.500.000,00	7.500.000,00	1.269.771,31	16,93
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	20.000,00	20.000,00	435,07	2,18
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	80.000,00	80.000,00	6.212,50	7,77
Do Estado	9.750.000,00	9.750.000,00	1.334.189,46	13,68
Cota-Parte do ICMS	8.200.000,00	8.200.000,00	1.176.716,50	14,35
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	150.000,00	150.000,00	15.855,13	10,57
Cota-Parte do IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	141.617,83	10,12
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	23.500.000,00	23.500.000,00	1.265.037,10	5,38
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-3.470.000,00	-3.470.000,00	-514.805,17	14,84
TOTAL	39.790.000,00	39.790.000,00	3.478.604,85	8,74

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	6.750.000,00	6.750.000,00	864.970,15	12,81
Pessoal e Encargos Sociais	4.580.000,00	4.580.000,00	719.933,52	15,72
Outras Despesas Correntes	2.170.000,00	2.170.000,00	145.036,63	6,68
DESPESAS DE CAPITAL	550.000,00	550.000,00	4.618,00	0,84
Investimentos	550.000,00	550.000,00	4.618,00	0,84

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	550.000,00	550.000,00	4.618,00	0,84
Investimentos	550.000,00	550.000,00	4.618,00	0,84
TOTAL (IV)	7.300.000,00	7.300.000,00	869.588,15	11,91

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.300.000,00	7.300.000,00	869.588,15	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.445.000,00	2.445.000,00	276.508,13	31,80
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.285.000,00	2.285.000,00	276.508,13	31,80
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.855.000,00	4.855.000,00	593.080,02	68,20

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	21,74
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	7.260.000,00	7.260.000,00	868.297,18	99,85
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	40.000,00	1.290,97	0,15
TOTAL	7.300.000,00	7.300.000,00	869.588,15	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SIDEROPOLIS, 28/03/2012

Município de SIDEROPOLIS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	0,00
Previsão Atualizada		—	39.790.000,00
Receitas Realizadas		3.478.604,85	3.478.604,85
Déficit Orçamentário		—	181.561,59
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	10.289,26
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	39.790.000,00
Créditos Adicionais		—	10.289,26
Dotação Atualizada		—	39.800.289,26
Despesas Empenhadas		7.474.464,37	7.474.464,37
Despesas Liquidadas		3.660.166,44	3.660.166,44
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		7.474.464,37	7.474.464,37
Despesas Liquidadas		3.660.166,44	3.660.166,44
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			21.283.890,83
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		51.788,28	-1.082.896,48
Resultado Primário		1.407.500,00	-348.324,30
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		713.359,23	0,00
EXECUTIVO		711.529,94	0,00
LEGISLATIVO		1.829,29	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		98.138,48	0,00
EXECUTIVO		96.748,48	0,00
LEGISLATIVO		1.390,00	0,00
TOTAL:		811.497,71	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		760.067,24	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		199.924,02	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.500.000,00
Despesa de Capital Líquida		506.142,59	9.640.857,41

Continua 1/2

Município de SIDEROPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			268.124,70	371.875,30
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	593.080,02	15,00	21,74	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 46/2012 Motor Cummins 8.3 da Motoniveladora Fg-85

Processo de Licitação nº 46/2012

Edital de Pregão Presencial nº 39/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por global, que tem por objeto aquisição de peças originais e contratação de mão de obra, para o serviço de retífica do motor Cummins 8.3 da Motoniveladora FG-85, série 85 A, ano 1990. Entrega dos envelopes será dia 13/04/2012 às 9h00min. Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 28 de março de 2012.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 47/2012 Edital de Pregão Presencial Nº 40/2012

Processo de Licitação nº 47/2012

Edital de Pregão Presencial nº 40/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, que tem por objeto a aquisição de Material Equipamentos de informática, Eletrônicos, Eletrodomésticos e outros materiais e Equipamentos Permanentes destinados para as diversas Secretarias e CRAS desta Municipalidade. Entrega dos envelopes será dia 13/04/2012 às 14h45min. Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 29 de março de 2012.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

Convenio FMS 02/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
Fundo Municipal de Saúde
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 002/2012
CONVENIADA: Hospital São Sebastião de Turvo
OBJETO: Auxiliar na manutenção das atividades médico-hospitais da maternidade
VALOR: R\$ 120.000,00
VIGÊNCIA: março a dezembro/2012

Convenio PMT 03/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 003/2012
CONVENIADA: Cooperativa Turvense de Irrigação
OBJETO: Contribuição financeira visando sua manutenção de suas atividades estatutárias.
VALOR: R\$ 15.000,00
VIGÊNCIA: abril a novembro/2012

Convenio PMT 04/2012

CONVENIO No 004/2012
CONVENIADA: Associação de Clube de Mães do Município de Turvo
OBJETO: Repasse de verba pecuniária visando cooperar no fornecimento de programas de atendimento aos cursos oferecidos para as mães do município.
VALOR: R\$ 50.000,00
VIGÊNCIA: março a dezembro/2012

Convenio PMT 05/2012

CONVENIO No 005/2012
CONVENIADA: Associação dos Estudantes Técnico Universitários de Turvo
OBJETO: Contribuição financeira objetivando auxiliar no custeio das despesas de transporte coletivo de acesso a cidade de Aranguá e Criciúma.
VALOR: R\$ 175.000,00
VIGÊNCIA: março a dezembro/2012

Convenio PMT 06/2012

CONVENIO No 006/2012
CONVENIADA: Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC
OBJETO: Repasse de recursos financeiros objetivando a manutenção de suas atividades estatutárias
VALOR: R\$ 3.600,00
VIGÊNCIA: abril a dezembro/2012

Convenio PMT 07/2012

CONVENIO No 007/2012
CONVENIADA: Lar Beneficente São Vicente de Paulo

OBJETO: Cooperação financeira visando a manutenção da entidade, sendo que o mesmo deverá abrigar idosos do Município de Turvo

VALOR: R\$ 10.000,00

VIGÊNCIA: março a dezembro/2012

Convenio PMT 08/2012

CONVENIO No 008/2012

CONVENIADA: Associação irmã Carmem de Araranguá

OBJETO: Cooperação financeira visando a manutenção da entidade, sendo que a mesma deverá abrigar crianças do Município de Turvo.

VALOR: R\$ 47.000,00

VIGÊNCIA: março a dezembro/2012

Convenio PMT 09/2012

CONVENIO No 009/2012

CONVENIADA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus de Sombrio

OBJETO: Desenvolvimento de curso técnico de nível médio e/ou cursos de formação inicial e continuada na área profissional de informática ou outras pelo Campus de Sombrio no Município de Turvo.

VIGÊNCIA: março a dezembro/2013

Convenio PMT 10/2012

CONVENIO No 010/2012

CONVENIADA: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC

OBJETO: Conjugação de esforços e cooperação visando dar suporte à execução das ações de inspeção de produtos de origem animal no âmbito do Município de Turvo.

VIGÊNCIA: março a dezembro/2012

Vargeão

PREFEITURA

Aviso de Alteração de Data de Chamada Pública Nº 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2012

Informo que a Chamada Pública supracitada teve a data de abertura das propostas alterada para o dia 09/04/2012, às 09h30min. Dessa forma, o aviso publicado anteriormente deve ser lido conforme abaixo:

O Município de Vargeão, SC, torna público aos interessados que foi publicado o Edital de Chamada Pública nº 001/2012, Dispensa de Licitação nº 0001/2012, que tem como objeto Cadastramento de Agricultores e Empreendedores Familiares Rurais visando à aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar rural para complementação da Merenda Escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Vargeão, SC, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

A abertura está prevista para o dia 09 de abril de 2012, às 09h30min, na Prefeitura Municipal de Vargeão, Rua 7 de Setembro,

477, Setor de Licitações.

Os interessados deverão procurar a comissão de licitação para maiores esclarecimentos ou adquirir o edital no horário normal de expediente ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPIT. LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 2.163,72 (dois mil cento e sessenta e três reais e setenta e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 76/2012.

Vargeão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PROSAUDE DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 1.971,32 (um mil novecentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 77/2012.

Vargeão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COM. DE MEDICAM. LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 5.611,80 (cinco mil seiscentos e onze reais e oitenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 78/2012.

Vargeão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargão, SC.

VALOR: R\$ 2.063,55 (dois mil sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 79/2012.

Vargão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ANGEOMED COM DE PROD. MEDICO HOSP. LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargão, SC.

VALOR: R\$ 2.333,52 (dois mil trezentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 80/2012.

Vargão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DAMEDI DAMBROS COM DE MEDICAMENT. LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargão, SC.

VALOR: R\$ 4.723,49 (quatro mil setecentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 81/2012.

Vargão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DIMERIOS COM DE MATER. CIRURGICOS LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargão, SC.

VALOR: R\$ 1.096,19 (um mil noventa e seis reais e dezenove centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 82/2012.

Vargão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DIMASTER COM DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargão, SC.

VALOR: R\$ 4.124,45 (quatro mil cento e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 83/2012.

Vargão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: LA DALLA PORTA JUNIOR

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargão, SC.

VALOR: R\$ 4.630,01 (quatro mil seiscentos e trinta reais e um centavo).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 84/2012.

Vargão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargão, SC.

VALOR: R\$ 12.295,04 (doze mil duzentos e noventa e cinco reais e quatro centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 85/2012.

Vargão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargão, SC.

VALOR: R\$ 117,00 (cento e dezessete reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, LEI 10.520/02, Pregão nº 0012/2012 e Contrato nº 86/2012.

Vargão, SC, 29 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Portaria Nº 0245/12

PORTARIA nº 0245/12

Autoriza Interdição de Rua

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 4018/2012,

RESOLVE

Autorizar a Interdição da Rua Padre Anchieta (trecho compreendido do início ao fim da Igreja Matriz), no dia 07 de abril de 2012, para realização dos eventos relacionados à celebração do Sábado de Aleluia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Dispensa de Licitação Nº 08/2012 - Pmv

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/12 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/12 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 28/03/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REPAROS EMERGENCIAIS NA RUA LUIZ FERLIN SÊNIOR, ONDE OCORREU O ROMPIMENTO DA GALERIA DO RIO CURTUME, DE ACORDO COM OS DECRETOS Nº 9.916/12 DE 04 DE JANEIRO DE 2012 E 9.967/12 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012.

CONTRATADA: VIDEMANG COM. MÁQ. E FERRAMENTAS LTDA
VALOR R\$: 198,75 (cento e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADA: FAÍSCA COM. MAT. ELÉTRICOS LTDA
VALOR R\$: 22,94 (vinte e dois reais e noventa e quatro centavos)

CONTRATADA: VIDEDOBRA IND. E COM. AÇO LTDA.

VALOR R\$: 103,40 (cento e três reais e quarenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 28 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 55/2012 - Pmv

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 55/2012 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO DIFERENCIAL DO CAMINHÃO PRANCHA VOLVO 340, GMA 1239, FROTA 52 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 02 de Maio de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 29 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 05/2012 - Fme

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2012 - FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 05/2012 - FME. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 02 de Maio de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 28 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 06/2012 - Fme

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012 - FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 06/2012 - FME. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 03 de Maio de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 29 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Aditivo Nº166-2012FMS

Aditivo nº: 166/2012

Contrato/Ata nº: CT 15/2012

Licitação: PR 04/2012-FMS

Contratada: CANSAN TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Objeto: Aumento no quantitativo das camisetas a serem distribuídas na comemoração ao Dia Internacional da Mulher, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Saúde.

Valor: R\$ 6.000,00

Data: 07/03/2012

Aditivo Nº167-2012

Aditivo nº: 167/2012

Contrato/Ata nº: CT 334/2011

Licitação: CV 10/2011

Contratada: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo para entrega da obra, previsto na Cláusula 5ª, por mais 150 dias consecutivos a partir de 29/11/11 até 27/04/2012 e acréscimo de material e mão de obra, conforme planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria de Planejamento, ocasionando custos adicionais de 16,57% do valor do contrato original.

Valor: R\$ 13.049,08

Data: 12/03/2012

Aditivo Nº168-2012

Aditivo nº: 168/2012

Contrato/Ata nº: CT 17/2010

Licitação: PR 10/2010

Contratada: TRANSPORTES PBRANDT LTDA ME

Objeto: Correção do valor do km da Linha 16 no Termo Aditivo 110/2012, de R\$ 2,88 para R\$ 2,15, e conseqüentemente do valor total para R\$ 182.367,00, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação.

Data: 12/03/2012

Aditivo Nº172-2012

Aditivo nº: 172/2012

Contrato/Ata nº: CT 328/2011

Licitação: IL 19/2011

Contratada: FATOS DIÁRIOS EDITORA JORNALÍSTICA LTDA - EPP

Objeto: Correção do prazo de vigência/prorrogação constante no Termo Aditivo nº 116/2012, cujo termo final correto é 12/04/2012 e não 28/05/2012 como constou no referido termo, cancelando o mesmo.

Data: 14/03/2012

Aditivo Nº173-2012

Aditivo nº: 173/2012

Contrato/Ata nº: CT 36/2008

Licitação: PR 04/2008

Contratada: ONSSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

Objeto: Inclusão de equipamentos para a ampliação da prestação dos serviços de monitoramento e segurança na Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha, Escolas de Educação Básica Municipal Waldemar Kleinubing e Vilson Pedro Kleinubing e nos Centros de Educação Infantil: Vereador Jorge Martins, Luiz Antonio Faccio e Santa Tereza, conforme solicitação e justificativa da Secretaria

de Educação.

Valor: R\$ 1.800,00

Data: 15/03/2012

Aditivo Nº174-2012

Aditivo nº: 174/2012

Contrato/Ata nº: CT 210/2010

Licitação: TP 05/2010

CONTRATADA: LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 4 meses com efeitos a partir de 27/02/2012 até 27/07/2012, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Data: 23/03/2012

Aditivo Nº175-2012

Aditivo nº: 175/2012

Contrato/Ata nº: CT 393/2011

Licitação: IL 21/2011

Contratada: EM Soluções para Internet Ltda ME

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato para prestação de serviço de divulgação de atos e ações institucionais do Município, com efeitos a partir de 18/03/2012 até 30/03/2012, conforme solicitação do Dpto. de Imprensa.

Valor R\$: 1.500,00

Data: 23/03/2012

Extrato do Contrato Nº 49/2012

Contrato nº: 49/2012

Data de Assinatura: 15/03/2012

Fornecedor : INDUMAPAL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA

Valor : R\$ 26.850,00 (vinte seis mil e oitocentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2012

Objeto : AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDORES DE ADUBO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Extrato do Contrato Nº 50/2012

Contrato nº: 50/2012

Data de Assinatura: 15/03/2012

Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor : R\$ 9.339,77 (nove mil e trezentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2012

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS

Extrato do Contrato Nº 51/2012

Contrato nº: 51/2012

Data de Assinatura: 15/03/2012

Fornecedor : MERCADO RZ LTDA

Valor : R\$ 6.240,54 (seis mil e duzentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2012

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA

CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS**Extrato do Contrato Nº 52/2012**

Contrato nº: 52/2012

Data de Assinatura: 15/03/2012

Fornecedor : COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor : R\$ 4.943,38 (quatro mil e novecentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2012

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS

Extrato do Contrato Nº 53/2012

Contrato nº: 53/2012

Data de Assinatura: 15/03/2012

Fornecedor : AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Valor : R\$ 8.828,99 (oito mil e oitocentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2012

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS

Extrato do Contrato Nº 54/2012

Contrato nº: 54/2012

Data de Assinatura: 15/03/2012

Fornecedor : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 9.915,20 (nove mil e novecentos e quinze reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2012

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS

Extrato do Contrato Nº 55/2012

Contrato nº: 55/2012

Data de Assinatura: 15/03/2012

Fornecedor : COMERCIAL ATACADISTA OZZOIM LTDA

Valor : R\$ 5.851,97 (cinco mil e oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2012

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS

Extrato do Contrato Nº 56/2012

Contrato nº: 56/2012

Data de Assinatura: 21/03/2012

Fornecedor : PALAZZO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Valor : R\$ 141.655,17 (cento e quarenta e um mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos)

Licitação : Tomada de Preços nº 01/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO

COM PEDRAS IRREGULARES DAS RUAS GENOVEVA BRANDALISE, HUMBERTO BOM, CAROLINA RAGADALLI E CARL H. RAMSDORF, COM ÁREA TOTAL DE 3.325,30 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO.

Extrato do Contrato Nº 57/2012

Contrato nº: 57/2012

Data de Assinatura: 21/03/2012

Fornecedor : ODELIR DECORAÇÕES LTDA

Valor : R\$ 20.942,00 (vinte mil e novecentos e quarenta e dois reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 15/2012-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PAREDES DIVISÓRIAS NAS NOVAS SALAS LOCADAS PARA A FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL E O PAM- POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA.

Extrato do Contrato Nº 58/2012

Contrato nº: 58/2012

Data de Assinatura: 21/03/2012

Fornecedor : RESTAURANTE E LAVAÇÃO MUGNOL LTDA

Valor : R\$ 18.508,80 (dezoito mil e quinhentos e oito reais e oitenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 11/2012-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato Nº 59/2012

Contrato nº: 59/2012

Data de Assinatura: 21/03/2012

Fornecedor : POSTO DE LAVAGEM ADY LTDA

Valor : R\$ 30.744,00 (trinta mil e setecentos e quarenta e quatro reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 11/2012-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato Nº 60/2012

Contrato nº: 60/2012

Data de Assinatura: 21/03/2012

Fornecedor : RESTAURANTE E LAVAÇÃO MUGNOL LTDA

Valor : R\$ 46.382,20 (quarenta e seis mil e trezentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 26/2012.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, PLANEJAMENTO, CHEFIA DE GABINETE, EDUCAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato Nº 61/2012

Contrato nº: 61/2012

Data de Assinatura: 21/03/2012

Fornecedor : POSTO DE LAVAGEM ADY LTDA

Valor : R\$ 32.752,50 (trinta e dois mil e setecentos e cinquenta e dois mil e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 26/2012.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, PLANEJAMENTO, CHEFIA DE GABINETE, EDUCAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

Extrato do Contrato Nº 62/2012

Contrato nº: 62/2012

Data de Assinatura: 21/03/2012

Fornecedor : INSETSUL DESINSETIZADORA LTDA

Valor : R\$ 16.890,00 (dezesesseis mil e oitocentos e noventa reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 12/2012-FMS.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE, INCLUINDO PRODUTOS E MÃO DE OBRA.

Extrato do Contrato Nº 63/2012

Contrato nº: 63/2012

Data de Assinatura: 22/03/2012

Fornecedor : WE EQUIPAMENTOS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Valor : R\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 27/2012.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA MOTONIVELADORA HWB DRESSER, FROTA 170 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Contrato Nº 64/2012

Contrato nº: 64/2012

Data de Assinatura: 22/03/2012

Fornecedor : GL LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES LTDA

Valor : R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 27/2012.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA MOTONIVELADORA HWB DRESSER, FROTA 170 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Contrato Nº 65/2012

Contrato nº: 65/2012

Data de Assinatura: 23/03/2012

Fornecedor : FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE SÊMEN BOVINO LTDA

Valor : R\$ 26.150,00 (vinte e seis mil e cento e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 28/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MELHORAMENTO DE BOVINOS DE LEITE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Extrato do Contrato Nº 66/2012

Contrato nº: 66/2012

Data de Assinatura: 23/03/2012

Fornecedor : FUNERÁRIA SÃO JUDAS TADEU LTDA

Valor : R\$ 98.730,00 (noventa e oito mil reais e setecentos e trinta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 06/2012-FMAS.

Objeto : AQUISIÇÃO DE URNAS MORTUÁRIAS EM MADEIRA E

TRANSLADO PARA AUXÍLIO FUNERAL ÀS PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato do Contrato Nº 67/2012

Contrato nº: 67/2012

Data de Assinatura: 23/03/2012

Fornecedor : WE EQUIPAMENTOS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Valor : R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 30/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA MOTONIVELADORA HWB 130, FROTA 65 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato do Contrato Nº 68/2012

Contrato nº: 68/2012

Data de Assinatura: 23/03/2012

Fornecedor : CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA

Valor : R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 14/2012-FMS.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE ENDOCRINOLOGIA PARA ATENDIMENTO NO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL - HIPERDIA PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato Nº 69/2012

Contrato nº: 69/2012

Data de Assinatura: 26/03/2012

Fornecedor : IPTUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA

Valor : R\$ 204.070,00 (duzentos e quatro mil e setenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 04/2012-FME.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR TRANSPORTE DE ATLETAS, COLCHÕES, MATERIAIS ESPORTIVOS PARA JOGOS OFICIAIS E AMISTOSOS DAS ESCOLINHAS E EQUIPE ADULTAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO NO ANO DE 2012.

Extrato do Contrato Nº 70/2012

Contrato nº: 70/2012

Data de Assinatura: 26/03/2012

Fornecedor : ANTÔNIA LETA GRANDO

Valor : R\$ 10.880,00 (dez mil e oitocentos e oitenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 03/2012-FME.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA OS ATLETAS PARTICIPAREM DOS JOGOS E EVENTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA.

Extrato do Contrato Nº 71/2012

Contrato nº: 71/2012

Data de Assinatura: 28/03/2012

Fornecedor : FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 37/2012.

Objeto : AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA DIRIGÍVEL PARA SER UTILIZADO NO PARQUE DA UVA PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato do Contrato Nº 72/2012

Contrato nº: 72/2012

Data de Assinatura: 29/03/2012

Fornecedor : M & A VÍDEO PRODUÇÕES LTDA

Valor : R\$ 2.970,00 (dois mil e novecentos e setenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 42/2012.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A FILMAGEM DO ESPETÁCULO CÊNICO "PAIXÃO DE CRISTO", QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 1º DE ABRIL DE 2012

Relação Parcial Dos Alunos Contemplados Pela Bolsa de Estudo-2012

RELAÇÃO PRELIMINAR DE ALUNOS CONTEMPLADOS COM A BOLSA DE ESTUDOS - ANO: 2012

A Comissão Especial de Análise para Concessão de Bolsa de Estudo divulga a lista preliminar dos contemplados no Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a alunos carentes, prevista na Lei Municipal nº 2.487/2011:

Nº	ALUNOS CONTEMPLADOS	CURSO	ENTIDADE
1	Alessandro Luis de Oliveira	Administração	UNOESC-Videira
2	Alexandre Antonio Zapelini	Administração	UNOESC-Videira
3	Alexandre de Costa Mene-guzzi	Administração	UNOESC-Videira
4	Alexandre Matheus do Nas-cimento	Administração	UNOESC-Videira
5	Bruna Caroline G. Teixeira	Administração	UNOESC-Videira
6	Carine Seixas Pinheiro Roque	Administração	UNOESC-Videira
7	Cassia Moreira Quadros	Administração	UNOESC-Videira
8	Cleni Aparecida Gaio	Administração	UNOESC-Videira
9	Crislaine Aparecida Carelli	Administração	UNOESC-Videira
10	Daiane Barbacovi	Administração	UNOESC-Videira
11	Daniela Cavan	Administração	UNOESC-Videira
12	Diana Comachio	Administração	UNOESC-Videira
13	Diogo Barichello	Administração	UNOESC-Videira
14	Ediana Carla Katschor	Administração	UNOESC-Videira
15	Edna Trichez	Administração	UNOESC-Videira
16	Elisangela Candiago Fraca-nabia	Administração	UNOESC-Videira
17	Elisiane Rodrigues dos Santos	Administração	UNOESC-Videira
18	Fábio Tadeu Pivotto	Administração	UNOESC-Videira
19	Françoise Di Bastiani	Administração	UNOESC-Videira
20	Giovani Soares dos Santos	Administração	UNOESC-Videira
21	Glauca Moresco	Administração	UNOESC-Videira
22	Heveline Aparecida Heineck	Administração	UNOESC-Videira
23	Itamar Gonçalves	Administração	UNOESC-Videira
24	Jordana Nieli Danieleves	Administração	UNOESC-Videira
25	Juliano Birnfeld	Administração	UNOESC-Videira
26	Karine Mezaroba	Administração	UNOESC-Videira
27	Katyussa Coser Moresco	Administração	UNOESC-Videira
28	Lidiane Drehmer	Administração	UNOESC-Videira
29	Luciana Aparecida Ribeiro Jahn	Administração	UNOESC-Videira
30	Maikeli Barbosa Silveira de Souza	Administração	UNOESC-Videira
31	Marcia Regina Vanz	Administração	UNOESC-Videira
32	Maria Alice Vanz	Administração	UNOESC-Videira
33	Monica Hetzer Manica Tischer	Administração	UNOESC-Videira
34	Natalhia Erdmann	Administração	UNOESC-Videira
35	Natiara Taline Antunes de Castro	Administração	UNOESC-Videira

36	Neuri Antonio Di Domenico Junior	Administração	UNOESC-Videira
37	Paulo Roberto de Souza Junior	Administração	UNOESC-Videira
38	Rafael Gemo	Administração	UNOESC-Videira
39	Ronaldo José dos Santos	Administração	UNOESC-Videira
40	Samuelli Demori	Administração	UNOESC-Videira
41	Tais Pricila Fiorelli	Administração	UNOESC-Videira
42	Tatiane Pires	Administração	UNOESC-Videira
43	Vinicius Natal Pazin	Administração	UNOESC-Videira
44	Wagner Adroaldo Erdmann	Administração	UNOESC-Videira
45	Wagner de Lima Andrade	Administração	UNOESC-Videira
46	Yuri Schultz	Administração	UNOESC-Videira
47	Grasiele Barboza de Britto	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Videira
48	João Guilherme Corso	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Videira
49	Karine Fernandes	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Videira
50	Maira Canonica	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Videira
51	Paula Taine Zago	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Videira
52	Sabrina Perazzolli	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Videira
53	Rafaela Cavan	Artes Visuais	UNOESC-Videira
54	Bruna Ribeiro de Campos	Biociências Industrial	UNOESC-Videira
55	Cintia Lucia Furlan	Biociências Industrial	UNOESC-Videira
56	Elin Martins	Biociências Industrial	UNOESC-Videira
57	Elói de Moraes	Biociências Industrial	UNOESC-Videira
58	Laís Biazolo	Biociências Industrial	UNOESC-Videira
59	Luiz Henrique Baldicera	Biociências Industrial	UNOESC-Videira
60	Anderson Ogliari	Ciência da Com-putação	UNOESC-Videira
61	Diego Vinicius Bonatto	Ciência da Com-putação	UNOESC-Videira
62	Josimar de Oliveira Fulgiéri	Ciência da Com-putação	UNOESC-Videira
63	Leonardo Biava Borjas	Ciência da Com-putação	UNOESC-Videira
64	Maicon Roberto Guill	Ciência da Com-putação	UNOESC-Videira
65	Robinson Paulo Mattos	Ciência da Com-putação	UNOESC-Videira
66	Silmar Martenthal da Silva	Ciência da Com-putação	UNOESC-Videira
67	Wagner Campos	Ciência da Com-putação	UNOESC-Videira
68	Aline de Mello	Ciências Contá-beis	UNOESC-Videira
69	Aline Terezinha Sacht	Ciências Contá-beis	UNOESC-Videira
70	Alison Augusto Dambrós	Ciências Contá-beis	UNOESC-Videira
71	Ana Paula Zancan	Ciências Contá-beis	UNOESC-Videira
72	Bruna Pires dos Santos	Ciências Contá-beis	UNOESC-Videira
73	Carla Twardowski Grando	Ciências Contá-beis	UNOESC-Videira

74	Daiana José	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
75	Daiane Cruz Ariotti	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
76	Débora Osmarin	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
77	Fabiola Silvane Corsa	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
78	Fernanda Campanhin Bridi	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
79	Giovani Gregolon	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
80	Giseli Pauletti	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
81	Gregory Dimmy Rosa	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
82	Guilherme Augusto Riboli	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
83	Janaina da Silva dos Santos	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
84	Janiara Rita Kmiecik	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
85	Jean Carlos Andreola	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
86	Jussara Tafarel	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
87	Kelin Scolaro	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
88	Kleber Fiorese	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
89	Leonardo Guzzi	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
90	Marcio Willian Gonçalves	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
91	Mauricio Teles Resende Junior	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
92	Michel Fornazier	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
93	Michele Karina Panazzolo	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
94	Sandra Marina Schons Vianna	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
95	Scheila Zanon Coldebela	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
96	Taise Sartor	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
97	Valnei Jian Rigo	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
98	Vanessa Franchin	Ciências Contábeis	UNOESC-Videira
99	Adrieli do Amaral	Direito	UNOESC-Videira
100	Aracelli Eliza Alves Marques	Direito	UNOESC-Videira
101	Bianca Luiza Soares da Silva	Direito	UNOESC-Videira
102	Bruna Novello	Direito	UNOESC-Videira
103	Camila da Silva	Direito	UNOESC-Videira
104	Ciliane Cardoso de Cardoso	Direito	UNOESC-Videira
105	Claudio Henrique Michelin	Direito	UNOESC-Videira
106	Cleonice Grigolo	Direito	UNOESC-Videira
107	Daiane Mezaroba	Direito	UNOESC-Videira
108	Danieli Ester Matacz	Direito	UNOESC-Videira
109	Dayany Cristine Soberano	Direito	UNOESC-Videira
110	Eduarda Felquilquer	Direito	UNOESC-Videira
111	Elaine Cristina de Mello	Direito	UNOESC-Videira
112	Elza Matheus do Nascimento	Direito	UNOESC-Videira
113	Emanuele dos Santos Guil	Direito	UNOESC-Videira

114	Evandro Rezzadori	Direito	UNOESC-Videira
115	Francielli Conte da Silva	Direito	UNOESC-Videira
116	Gelson Luiz Matana	Direito	UNOESC-Videira
117	Grazieli Trilha	Direito	UNOESC-Videira
118	Greici Aparecida Mezaroba	Direito	UNOESC-Videira
119	Guilherme Guzzi	Direito	UNOESC-Videira
120	Guilherme Silva Lisboa	Direito	UNOESC-Videira
121	Janaine There Strapazon	Direito	UNOESC-Videira
122	Jeverson Adriano Correia	Direito	UNOESC-Videira
123	Jordana Raquel Ariotti	Direito	UNOESC-Videira
124	Juliane Ribeiro dos Santos	Direito	UNOESC-Videira
125	Katia Coser	Direito	UNOESC-Videira
126	Lauro Duarte Neto	Direito	UNOESC-Videira
127	Luziane Cendron Siviero da Silva	Direito	UNOESC-Videira
128	Marcia Adriana Maggio	Direito	UNOESC-Videira
129	Marcia Junges	Direito	UNOESC-Videira
130	Marcio Ribeiro	Direito	UNOESC-Videira
131	Mirataira Helena Mascarello	Direito	UNOESC-Videira
132	Naiara Passoni	Direito	UNOESC-Videira
133	Ricardo Buratto	Direito	UNOESC-Videira
134	Rogério Hetkowski	Direito	UNOESC-Videira
135	Ruana Sopelsa Buratto	Direito	UNOESC-Videira
136	Silmara Batista	Direito	UNOESC-Videira
137	Valéria do Amaral	Direito	UNOESC-Videira
138	Alex Welter Ferreira	Design	UNOESC-Videira
139	Janine Biazolo	Design	UNOESC-Videira
140	Jéssica Padilha dos Santos	Design	UNOESC-Videira
141	Robson Vanin de Lima	Design	UNOESC-Videira
142	Tasiane Vanessa Pereira Duarte	Design	UNOESC-Videira
143	Aline Thomé	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
144	Bruna Antunes	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
145	Bruno José Dani Rinaldi	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
146	Eliane Soares dos Santos Rosa	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
147	Fabiane Cividini	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
148	Felipe Rigo	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
149	Gabriela de Proêncio	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
150	Ivone Breyer	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
151	Janine Rigo	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
152	Jaqueline Masson	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
153	Jéssica Bianchin Pasqual	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
154	Liliane Stedile	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
155	Marcos Jardel Giaretta	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
156	Martha Sueli Nogueira	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
157	Mayckon Menegat	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
158	Thamiê Pereira	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Videira
159	Adriano Marcos Franco Jacó	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira

160	Bruno Cordeiro	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
161	Deisi da Conceição Borge	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
162	Isabella Demartini Ruschel	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
163	Karolline Mayara Quadros	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
164	Katia Macario da Rocha	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
165	Leocir Zago	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
166	Leticia Zago	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
167	Luciano Zuchetti	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
168	Marcelo Hanke	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
169	Patricia Peri	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
170	Rafael Krombauer	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
171	Rodrigo José da Silva	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
172	Rosangela Maximiliano	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
173	Tatiane Grando	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
174	Willian Dionatan da Silva	Engenharia Sanit. E Ambiental	UNOESC-Videira
175	Daiane Patrik Soares	Educação Física	UNOESC-Videira
176	Elizandro Martins de Mello	Educação Física	UNOESC-Videira
177	Marina Epeling	Educação Física	UNOESC-Videira
178	Thais Peretti	Educação Física	UNOESC-Videira
179	Tiago Leandro Bernardo	Educação Física	UNOESC-Videira
180	Dalvir Bonato Junior	Farmácia	UNOESC-Videira
181	Elize Lenir Polli	Farmácia	UNOESC-Videira
182	Franciele Dallago	Farmácia	UNOESC-Videira
183	Franciele de Souza	Farmácia	UNOESC-Videira
184	Morgana Spolti	Farmácia	UNOESC-Videira
185	Pricila Sihessarenko Santin	Farmácia	UNOESC-Videira
186	Talissa Buzzi	Farmácia	UNOESC-Videira
187	Tatiane Antunes dos Santos	Farmácia	UNOESC-Videira
188	Vanderléia de Moraes	Farmácia	UNOESC-Videira
189	Amanda Caroline Schuller	Nutrição	UNOESC-Videira
190	Heloisa Riboli	Nutrição	UNOESC-Videira
191	Jane Taimara Marchetti	Nutrição	UNOESC-Videira
192	Laura Maria Grando	Nutrição	UNOESC-Videira
193	Marcia Adriana Bogoni Rodrigues	Nutrição	UNOESC-Videira
194	Aline Mezaroba	Pedagogia	UNOESC-Videira
195	Bruna Girioli	Pedagogia	UNOESC-Videira
196	Cristine Antunes de Macedo	Pedagogia	UNOESC-Videira
197	Jaine Patrício	Pedagogia	UNOESC-Videira
198	Jaqueline de Fátima Rocha	Pedagogia	UNOESC-Videira
199	Rafaela Curuca	Pedagogia	UNOESC-Videira
200	Tatiane Aparecida Moraes	Pedagogia	UNOESC-Videira
201	Tháís Helene Galdino Bisol	Pedagogia	UNOESC-Videira
202	Daniel Paz Leonardi	Sistemas de Informação	UNOESC-Videira
203	Edinei Carelli	Sistemas de Informação	UNOESC-Videira
204	Karina Adeli Debortoli Pellegri	Sistemas de Informação	UNOESC-Videira

205	Lucas Turco	Sistemas de Informação	UNOESC-Videira
206	Tathiana Sonego	Sistemas de Informação	UNOESC-Videira
207	Valcir José Rigo	Sistemas de Informação	UNOESC-Videira
208	André Vailatti	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba
209	Carlos Alberto Steilein Junior	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba
210	Claudia Barivieira	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba
211	Lizandra Saorin Balbinotti	Engenharia Civil	UNIARP-Caçador
212	Lucas Mergner	Engenharia Civil	UNIARP-Caçador
213	Maize Carla Carlesso	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba
214	Rafael Peppes do Prado	Engenharia Civil	UNIARP-Caçador
215	Rafaela Pereira Pires	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba
216	Taisa Piacentini Cagnin	Engenharia Civil	UNIARP-Caçador
217	Elyel Rubens da Rosa	Engenharia da Computação	UNOESC-Joaçaba
218	Elenice Bogoni	Engenharia da Computação	UNOESC-Joaçaba
219	Ednilson Ludke	Engenharia de Produção Mecânica	UNIARP-Caçador
220	Guilherme Paulo Prebitz	Engenharia de Produção Mecânica	UNIARP-Caçador
221	Leonardo Conci	Engenharia de Produção Mecânica	UNOESC-Joaçaba
222	Silmar Coldebella	Engenharia de Produção Mecânica	UNOESC-Joaçaba
223	Stwie Mark Mocelini Pires	Engenharia de Produção Mecânica	UNIARP-Caçador
224	Arlindo Cesar Roveda	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba
225	Mariana Piovesan Hoffelder	Odontologia	UNOESC-Joaçaba
226	Giuliano Getassi Gasparetto	Comunicação Social	UNOESC-Joaçaba
227	Adriana Tonioli	Agronomia	UNIARP-Caçador
228	Fabricio Denardi	Agronomia	UNIARP-Caçador
229	Aline Degenhardt	Fisioterapia	UNOESC-Joaçaba
230	Isabel Frasson	Fisioterapia	UNOESC-Joaçaba
231	Tatiane Denardi da Silva	Fisioterapia	UNIARP-Caçador
232	Gabriela Diesel	Publicidade e Propaganda	UNOESC-Joaçaba
233	Tamyê Késsia Baseggio	Publicidade e Propaganda	UNOESC-Joaçaba
234	Andressa Morgana Abati	Psicologia	UNOESC-Joaçaba
235	Franciane Zager	Psicologia	UNIARP-Caçador
236	Monalisa Giazsoni	Psicologia	UNIARP-Caçador
237	Tatiane Pereira dos Santos	Psicologia	UNIARP-Caçador
238	Maria Vitória Cesca	Ciências Biológicas	UNIARP-Caçador
239	Gustavo Tischer	Engenharia Mecatrônica	UNIARP-Caçador
240	Fernanda Moreira da Silva	Análises Laboratoriais	UNOESC-Videira
241	César Di Domenico	Educação Física	UNIARP-Caçador
242	Sérgio Antonio Ozelami	Educação Física	UNIARP-Caçador
243	Camila Dalmolin	Letras	UNIARP-Caçador
244	Carolina Luchesi Maciel	Serviço Social	UNIARP-Caçador
245	Marcos Aurélio Dzingesleski	Tecnologia em Logística	UNOESC-Fraiburgo

246	Simoni Rosana Proença	Tecnologia em Logística	UNOESC-Fraiburgo
247	Ana Paula Tonioli	Ciências Contábeis	UNIARP-Caçador
248	Danusia Camila Dalla Zen	Ciências Contábeis	UNIARP-Caçador
249	Amarildo Antonio Zarpelon	Educação Física	UNIARP-Caçador
250	Cleito Daniel Leite	Tecnologia em G. de Recursos Humanos	UNOESC-Fraiburgo
251	Gláucia Vivíeli Bortolotto	Tecnologia em G. de Recursos Humanos	UNOESC-Fraiburgo
252	Patricia Pellin	Tecnologia em G. de Recursos Humanos	UNOESC-Fraiburgo
253	Suelen Maria do Prado	Tecnologia em G. de Recursos Humanos	UNOESC-Fraiburgo
254	Ivonei de Souza Fontana	Técnico em enfermagem	CIC-Videira
255	André Lourenço Britzke	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
256	Andriessa Velosso dos Santos	Técnico em Alimentos	SENAI-Videira
257	Daiana Soares Zanin	Técnico em Alimentos	SENAI-Videira
258	Elizangela Moreira Valter	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
259	Francisco Edilson Marques de Amorin	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
260	Géssica Maria Milan	Técnico em Alimentos	SENAI-Videira
261	Jeferson José Czerniak	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
262	Josimar Renato Trevisol Dalabrida	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
263	Juliane Batistella	Técnico em Alimentos	SENAI-Videira
264	Luana Perazzoli Rossetto	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
265	Lucas Eduardo da Rocha	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
266	Luciana Ogliari	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
267	Micheli Cristina Polli	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
268	Priscila Sgarbi	Técnico em Alimentos	SENAI-Videira
269	Uziel dos Santos	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
270	Valter Kozlow Junior	Técnico em Eletrotécnica	SENAI-Videira
271	Adriano Fantin	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
272	Cleber Lazzari	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
273	Fabricio Ascari	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
274	Felipe Balestieri	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
275	Fernando Miguel da Costa	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
276	Kleyton Adryano Greef dos Santos	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira

277	Leandro Alves Santos	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
278	Leandro Rosa	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
279	Marcio Padilha dos Santos	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
280	Ricardo Pedroso	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
281	Rudinei Adilson Baroncello	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
282	Silvio Paulo Julianotti	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
283	Tiago Elias Polo	Técnico em Eletromecânica	SENAI-Videira
284	Cassiano Luiz Piacentini	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
285	Claudino Mentz	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
286	Fernando Brunetto	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
287	Fernando Josué Faé	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
288	Jean Carlos Giovanella Bertelli	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
289	Maicon Roberto Zago	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
290	Marcio da Silva	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
291	Mauricio Lamonatto	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
292	Michael Douglas Ferreira	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
293	Ronaldo Luiz Buss	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
294	Ronaldo Wengratt Guerra	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
295	Tainan Welter Ferreira	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira
296	Wesley Bridi Rigo	Técnico em Mecânica	SENAI-Videira

Videira, 27 de março de 2012.

Integrantes da Comissão Especial de Análise:
Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Representante do Sindicato Legalmente constituído:

Representante da Câmara de Vereadores:

Representante da Associação Comercial de Videira:

Representante do Clube de Dirigentes Lojistas:

Assistente Social representante da Secretaria da Saúde e Ação Social:

Aditivo Nº169-2012

Aditivo nº: 169/2012

Contrato/Ata nº: ATA 205/2011

Licitação: PR 163/2011

Contratada: PI MALLMANN E CIA LTDA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços até o limite máximo permitido em lei, com efeitos a partir de 01/01/12 até 13/12/2012, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Turismo e Cultura e autorização do Sr. Prefeito.
Data: 12/03/2012

Aditivo Nº170-2012

Aditivo nº: 170/2012
Contrato/Ata nº: ATA 150/2011
Licitação: PR 145/2011
Contratada: REFRIGERAÇÃO MOURA LTDA

Objeto: Aquisição de mais um ar condicionado especificado no item 03 para ser utilizado na Secretaria de Planejamento, conforme solicitação e justificativa da referida Secretaria e autorização do Sr. Prefeito.
Valor: R\$ 1.600,00
Data: 12/03/2012

Aditivo Nº171-2012

Aditivo nº: 171/2012
Contrato/Ata nº: ATA 143/2011
Licitação: PR 140/2011
Contratada: MERCADO RZ LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da ata, com efeitos a partir de 01/04/2012 até 30/04/2012, e aumento de 25% no quantitativo de cestas básicas para suprir a necessidade, conforme solicitação e justificativa do Departamento Pessoal.
Valor: R\$ 5.744,24
Data: 12/03/2012

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 32/2012

Ata de Registro de Preços nº: 32/2012
Data de Assinatura: 14/03/2012
Fornecedor : ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 89.606,00 (oitenta e nove mil e seiscentos e seis reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 10/2012-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE LIMPEZA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS UNIDADES DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 33/2012

Ata de Registro de Preços nº: 33/2012
Data de Assinatura: 15/03/2012
Fornecedor : SERRARIA MARIANI LTDA
Valor : R\$ 6.640,00 (seis mil e seiscentos e quarenta reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 21/2012

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADOS EM CONCERTOS DE PASSEIO, MUROS, ESCADARIAS, PONTES, PONTOS DE ÔNIBUS E CONFECÇÃO DE GRADES PARA BOCA DE LOBO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 34/2012

Ata de Registro de Preços nº: 34/2012
Data de Assinatura: 15/03/2012
Fornecedor : CONCRETOS FARROUPILHA LTDA
Valor : R\$ 1.552,50 (um mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2012

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADOS EM CONCERTOS DE PASSEIO, MUROS, ESCADARIAS, PONTES, PONTOS DE ÔNIBUS E CONFECÇÃO DE GRADES PARA BOCA DE LOBO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 35/2012

Ata de Registro de Preços nº: 35/2012
Data de Assinatura: 15/03/2012
Fornecedor : MADEREIRA SCAPINELLO LTDA
Valor : R\$ 4.860,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 21/2012

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADOS EM CONCERTOS DE PASSEIO, MUROS, ESCADARIAS, PONTES, PONTOS DE ÔNIBUS E CONFECÇÃO DE GRADES PARA BOCA DE LOBO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 36/2012

Ata de Registro de Preços nº: 36/2012
Data de Assinatura: 15/03/2012
Fornecedor : VIDEFERRO INDÚSTRIA DE FURGÕES E COMÉRCIO DE FERRO LTDA
Valor : R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 21/2012

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADOS EM CONCERTOS DE PASSEIO, MUROS, ESCADARIAS, PONTES, PONTOS DE ÔNIBUS E CONFECÇÃO DE GRADES PARA BOCA DE LOBO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 37/2012

Ata de Registro de Preços nº: 37/2012
Data de Assinatura: 15/03/2012
Fornecedor : LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Valor : R\$ 5.790,00 (cinco mil e setecentos e noventa reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 21/2012

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADOS EM CONCERTOS DE PASSEIO, MUROS, ESCADARIAS, PONTES, PONTOS DE ÔNIBUS E CONFECÇÃO DE GRADES PARA BOCA DE LOBO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 38/2012

Ata de Registro de Preços nº: 38/2012
Data de Assinatura: 15/03/2012
Fornecedor : RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : R\$ 40.530,00 (quarenta mil e quinhentos e trinta reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 21/2012

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADOS EM CONCERTOS DE PASSEIO, MUROS, ESCADARIAS, PONTES, PONTOS DE ÔNIBUS E CONFECÇÃO DE GRADES PARA BOCA DE LOBO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 39/2012

Ata de Registro de Preços nº: 39/2012

Data de Assinatura: 29/03/2012

Fornecedor : SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA

Valor : R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 33/2012

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GRAMA ESMERALDA PARA USO DA EQUIPE DE JARDINAGEM DA SECRETARIA DE AGRICULTURA PARA MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, CANTEIROS E TREVOS DO MUNICÍPIO.

Vitor Meireles

PREFEITURA**Lei Complementar Nº 070/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 070, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANÇÃO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º -FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CONCEDER, DE ACORDO COM O ÍNDICE ECONÔMICO INPC (IBGE), ACUMULADO NO ANO DE 2011, O VALOR DE 6,0799% DE REVISÃO GERAL ANUAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, INCISO X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SOBRE O SALÁRIO DO MÊS DE MARÇO DE 2012, AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

PARÁGRAFO ÚNICO – A REPOSIÇÃO SALARIAL QUE TRATA O CAPUT TEM COMO BASE A DATA BASE DE REAJUSTE DO FUNCIONALISMO PÚBLICO, FIXADA PELO PARÁGRAFO 2º DO ART. 39 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2003.

ART. 2º -FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CONCEDER, DE ACORDO COM O ÍNDICE ECONÔMICO INPC (IBGE), ACUMULADO NO ANO DE 2011, O VALOR DE 6,0799% E REVISÃO AO SUBSÍDIO DE PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE VITOR MEIRELES, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, INCISO X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ART. 3º -O MENOR PISO SALARIAL A SER PAGO A SERVIDOR COM REGIME DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS SERÁ O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.

ART. 4º -FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CONCEDER O VALOR DE 6,4201% DE REAJUSTE SALARIAL, AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, VALOR ESTE SOMADO AO ÍNDICE DO ART. 1º, DA PRESENTE LEI, PASSANDO-SE A APLICAR OS ANEXOS DESTA LEI.

ART. 5º -ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, COM EFEITOS A PARTIR DE 01 DE ABRIL DE 2012, REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, 29 DE MARÇO DE 2012.

IVANOR BOING
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO V – LC 049/2009

GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES, E NÍVEL DE VENCIMENTO

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS 40 HORAS SEMANAIS

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	FARMACÊUTICO	X-1	2.116,56	2.381,13
1	ADVOGADO	X-1	2.116,56	2.381,13
2	ASSISTENTE SOCIAL	IX-1	1.782,36	2.005,16
1	BIOQUÍMICO	IX-1	1.782,36	2.005,16
1	CONTADOR	XII-1	2.784,94	3.133,06
1	CONTROLADOR INTERNO	XI-1	2.450,75	2.757,09
3	ENFERMEIRO	X-1	2.116,56	2.381,13
2	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	XI-1	2.450,75	2.757,09
1	ENGENHEIRO CIVIL	XI-1	2.450,75	2.757,09
6	MÉDICO CLÍNICO GERAL	XV-1	7.240,85	8.145,96
1	MÉDICO GINECOLOGISTA	XV-1	7.240,85	8.145,96
1	MÉDICO PEDIATRA	XV-1	7.240,85	8.145,96
1	MÉDICO ORTOPEDISTA	XV-1	7.240,85	8.145,96
2	MÉDICO VETERINÁRIO	XIII-1	3.286,24	3.697,02
1	NUTRICIONISTA	IX-1	1.782,36	2.005,16
4	ODONTÓLOGO	XIV-1	4.177,42	4.699,60
1	ENGENHEIRO FLORESTAL	XI-1	2.450,75	2.757,09
1	FISIOTERAPEUTA	XI-1	2.450,75	2.757,09
2	PSICÓLOGO	XI-1	2.450,75	2.757,09
1	TURISMÓLOGO	IX-1	1.782,36	2.005,16
2	FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS	VIII-1	1.559,57	1.754,52

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	V-1	857,77	964,99
3	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VI-1	1.091,70	1.228,16
2	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	VIII-1	1.559,57	1.754,52
1	TÉCNICO EM DEFESA AMBIENTAL	V-1	857,77	964,99
1	TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS	V-1	857,77	964,99
1	TOPÓGRAFO	VI-1	1.091,70	1.228,16

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

15	AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL	VII-1	1.258,79	1.416,14
1	FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	VI-1	1.091,70	1.228,16
1	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VI-1	1.091,70	1.228,16
2	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	V-1	857,77	964,99

GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES – AAU

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
23	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF	II-1	556,99	626,61
10	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	V-1	857,77	964,99
2	TELEFONISTA	IV-1	779,78	877,25
2	AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO	IV-1	779,78	877,25
1	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EPIDEMIOLÓGICA	VI-1	1.091,70	1.228,16

GRUPO IV – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – TSG

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	ALMOXARIFE	IV-1	779,78	877,25
2	INSTALADOR HIDRÁULICO	IV-1	779,78	877,25
2	MECÂNICO	VI-1	1.091,70	1.228,16
25	MOTORISTA	IV-1	779,78	877,25
15	OPERADOR DE MÁQUINAS	V-1	857,77	964,99
22	SERVENTE/MERENDEIRA	II-1	556,99	626,61
10	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	II-1	556,99	626,61
15	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	II-1	556,99	626,61
1	AUXILIAR DE MECÂNICO	III-1	629,40	708,08
2	GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	IV-1	779,78	877,25

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO ANTERIOR	REMUNERAÇÃO ATUAL
1	CHEFE DE GABINETE	XI-1	2.450,75	2.757,09
3	DIRETOR MUNICIPAL	VIII-1	1.559,57	1.754,52

ANEXO VIII
TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
I	476,24	504,81	535,10	567,21	601,24	637,32	675,56	716,09	759,05	804,60	852,87	904,05	952,48
II	626,62	664,22	704,07	746,31	791,09	838,56	888,87	942,20	998,74	1.058,66	1.122,18	1.189,51	1.253,24
III	708,08	750,56	795,60	843,33	893,93	947,57	1.004,43	1.064,69	1.128,57	1.196,29	1.268,06	1.344,15	1.416,16
IV	877,26	929,90	985,69	1.044,83	1.107,52	1.173,97	1.244,41	1.319,07	1.398,22	1.482,11	1.571,04	1.665,30	1.754,52
V	965,00	1.022,90	1.084,27	1.149,33	1.218,29	1.291,39	1.368,87	1.451,00	1.538,06	1.630,35	1.728,17	1.831,86	1.930,00
VI	1.228,17	1.301,86	1.379,97	1.462,77	1.550,54	1.643,57	1.742,18	1.846,71	1.957,52	2.074,97	2.199,47	2.331,43	2.456,34
VII	1.416,14	1.501,11	1.591,17	1.686,65	1.787,84	1.895,11	2.008,82	2.129,35	2.257,11	2.392,54	2.536,09	2.688,26	2.832,28
VIII	1.754,52	1.859,79	1.971,38	2.089,66	2.215,04	2.347,94	2.488,82	2.638,15	2.796,44	2.964,22	3.142,08	3.330,60	3.509,04
IX	2.005,16	2.125,47	2.253,00	2.388,18	2.531,47	2.683,36	2.844,36	3.015,02	3.195,92	3.387,68	3.590,94	3.806,39	4.010,32
X	2.381,13	2.524,00	2.675,44	2.835,96	3.006,12	3.186,49	3.377,68	3.580,34	3.795,16	4.022,87	4.264,24	4.520,10	4.762,26
XI	2.757,10	2.922,53	3.097,88	3.283,75	3.480,78	3.689,62	3.911,00	4.145,66	4.394,40	4.658,06	4.937,55	5.233,80	5.514,20
XII	3.133,06	3.321,04	3.520,31	3.731,52	3.955,42	4.192,74	4.444,31	4.710,96	4.993,62	5.293,24	5.610,83	5.947,48	6.266,12
XIII	3.697,02	3.918,84	4.153,97	4.403,21	4.667,40	4.947,45	5.244,29	5.558,95	5.892,49	6.246,04	6.620,80	7.018,05	7.394,04
XIV	4.699,60	4.981,58	5.280,47	5.597,30	5.933,14	6.289,12	6.666,47	7.066,46	7.490,45	7.939,88	8.416,27	8.921,24	9.399,20
XV	8.145,96	8.634,72	9.152,80	9.701,97	10.284,09	10.901,13	11.555,20	12.248,51	12.983,42	13.762,43	14.588,17	15.463,46	16.291,92

ANEXO IV – LC 048/2009
QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
TABELA DE VENCIMENTOS
20 HORAS SEMANAIS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
MAG-I	726,88	770,49	816,72	865,73	917,67	972,73	1.031,09	1.092,96	1.158,54	1.228,05	1.301,73	1.379,84	1.453,76
MAG-II	885,10	938,21	994,50	1.054,17	1.117,42	1.184,46	1.255,53	1.330,86	1.410,71	1.495,36	1.585,08	1.680,18	1.770,20
MAG-III	973,60	1.032,02	1.093,94	1.159,57	1.229,15	1.302,90	1.381,07	1.463,93	1.551,77	1.644,88	1.743,57	1.848,18	1.947,20
MAG-IV	1.051,46	1.114,55	1.181,42	1.252,31	1.327,44	1.407,09	1.491,52	1.581,01	1.675,87	1.776,42	1.883,00	1.995,99	2.102,92
MAG-V	1.102,85	1.169,02	1.239,16	1.313,51	1.392,32	1.475,86	1.564,41	1.658,28	1.757,78	1.863,24	1.975,04	2.093,54	2.205,70

OBS. AS REFERÊNCIAS ACIMA EQUIVALEM A CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS. JORNADA MAIOR OU MENOR IMPLICA DIFERENCIAÇÃO PARA MAIS OU PARA MENOS, NO VALOR DO VENCIMENTO, PROPORCIONALMENTE.

ANEXO I – LC 022/2006
TABELA SALARIAL

QUANTIDADE	CARGO	REMUNERAÇÃO ANTERIOR	REMUNERAÇÃO ATUAL
2	MÉDICO DO PSF	6.785,35	7.633,52
2	ODONTÓLOGO DO PSF	5.237,22	5.891,88
2	ENFERMEIRO PADRÃO DO PSF	2.308,42	2.596,98
2	TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO PSF	827,83	931,31
1	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO DO PSF	598,84	673,70
20	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO PSF	489,68	550,89

ANEXO III – LC 056/2010
GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	ASSESSOR LEGISLATIVO	X-1	2.116,56	2.381,13

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – ATP

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	X-1	2.116,56	2.381,13
1	AGENTE LEGISLATIVO	X-1	2.116,56	2.381,13

GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES – PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – AAU

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	VI-1	1.091,70	1.228,17

GRUPO IV – SERVIÇOS GERAIS – TSG

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	V-1	857,77	965,00

Lei Nº 0822

LEI N. 0822, DE 29 DE MARÇO DE 2012
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER ALIENAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pelo preço mínimo de R\$ 11.000,00 (onze mil reais):

I - O veículo ÔNIBUS URBANO, MODELO MERCEDES-BENZ - 1313, FABRICAÇÃO/MODELO 1985/1985, PLACA ACI 1558, CHASSI 3450501166303585.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 29 de março de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal de Vitor Meireles

Lei Nº 0823

LEI N. 0823, DE 29 DE MARÇO DE 2012
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER ALIENAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pelo preço mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

I - O veículo ÔNIBUS URBANO, MODELO MERCEDES-BENZ - 1113, FABRICAÇÃO/MODELO 1979/1979, PLACA LWU 6387, CHASSI 3440581142961979.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 29 de março de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal de Vitor Meireles

Lei Nº 0824

LEI Nº 0824, DE 29 DE MARÇO DE 2012.
CONCEDE CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE PRESIDENTE GETÚLIO - CORPO DE BOMBEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio - Corpo de Bombeiros.

Parágrafo único - A contribuição de que trata a presente Lei, será efetuada em parcela única no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para pagamento em Abril de 2012 e será utilizada para custear os serviços Pré Hospitalares, Resgate Veicular, Combate a Incêndio, Salvamento em Altura, Água e Mata no município de Vitor Meireles, Aquisição e Manutenção de Equipamentos.

Art. 2º - Utilizar-se-á os recursos da seguinte dotação orçamentária:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.003.2004 - Manutenção da Segurança Pública

33000000 - Outras Despesas Correntes

33500000 - Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos

0.1.0000 - Recursos Livres

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 29 de março de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Associações

AMVALI

Termo de Homologação da Licitação Nº 01/2012

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO Nº 01/2012

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2012

Fica homologado o Processo Licitatório n. 01/2012 (Tomada de Preços n. 01/2012), no qual restou vencedora a empresa Azimute Engenheiros Consultores SC Ltda, conforme detalhamento a seguir:

LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 01/2012

TIPO DA LICITAÇÃO: Técnica e Preço.

OBJETO: Elaboração de projeto básico de engenharia rodoviária para adequação, duplicação, melhoramentos e restauração da Rodovia BR-280 (SC), km 13,2 ao km 6,2.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global.

ADJUDICADO PARA: Azimute Engenheiros Consultores SC Ltda
CNPJ: 04.967.284/0001-40

VALOR ADJUDICADO: R\$ 490.768,22 (Quatrocentos e noventa mil, setecentos e sessenta e oito reais, vinte e dois centavos)
Jaraquá do Sul, SC, em 28 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Presidente da AMVALI

Prefeito de Corupá

EGEM**Edital Nº 20/2012 - Chamamento Para Inscrição Curso Simples Nacional**

EDITAL Nº 20/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DO ESTATUTO NACIONAL DA MICRO-EMPRESA

E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR 123/2006

1. OBJETIVO DO CURSO

*Analisar as regras contidas na LC nº 123/06, especialmente no que refere às alterações trazidas pela LC 139/11 e pela Resolução nº 94/11 do CGSN.

*Explicar a figura do Microempreendedor Individual (MEI) e suas regras diferenciadas

*Fornecer subsídios ao entendimento teórico e prático relativo ao tema proposto.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores da área tributária e responsáveis dos municípios pela abertura de empresas, e demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

CIDADE/LOCAL	SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC
PERÍODO DAS INSCRIÇÕES	DE 29/03/2012 A 07/05/2012
VENCIMENTO DO BOLETO DE COBRANÇA	07/05/2012
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	09/05/2012
PERÍODO DE REALIZAÇÃO	15 E 16 DE MAIO DE 2012
CARGA HORÁRIA TOTAL	20 HORAS/AULAS
QUANTIDADE DE VAGAS	100

QUADRO II

CIDADE/LOCAL	FLORIANÓPOLIS/SC
PERÍODO DAS INSCRIÇÕES	DE 29/03/2012 A 21/05/2012
VENCIMENTO DO BOLETO DE COBRANÇA	21/05/2012
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	24/05/2012
PERÍODO DE REALIZAÇÃO	30 E 31 DE MAIO DE 2012
CARGA HORÁRIA TOTAL	20 HORAS/AULAS
QUANTIDADE DE VAGAS	100

QUADRO III

CIDADE/LOCAL	BLUMENAU/SC
--------------	-------------

PERÍODO DAS INSCRIÇÕES	DE 29/03/2012 A 15/06/2012
VENCIMENTO DO BOLETO DE COBRANÇA	15/06/2012
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	20/06/2012
PERÍODO DE REALIZAÇÃO	27 E 28 DE JUNHO DE 2012
CARGA HORÁRIA TOTAL	20 HORAS/AULAS
QUANTIDADE DE VAGAS	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

TIPO DE INSCRIÇÃO	VALOR (POR INSCRIÇÃO)
SERVIDORES DE MUNICÍPIOS FILIADOS À FECAM	R\$ 200,00
DEMAIS PARTICIPANTES	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC

Telefone: 48 3221- 8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA:

8H30 ÀS 12H	Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: noções preliminares. Introdução A regra constitucional A LC 123/06 e suas alterações Regime Tributário – o Simples Nacional Definição; Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) e suas competências Conceito de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte Tributos abrangidos; Limites para enquadramento no regime Os sublimites dos Estados e suas implicações Opção pelo regime, vedações e atividades permitidas Procedimento para opção Consequência do deferimento e do indeferimento Vedações para ingresso no Estatuto e no Simples As atividades permitidas para o Simples Nacional Forma de cálculo do Simples Nacional Base de cálculo: o conceito de faturamento O reflexo dos sublimites dos Estados para o cálculo do ISSQN e do ICMS Tabelas de alíquotas; Imunidade, isenção e demais incentivos fiscais Substituição tributária Parcelamento A regulação do CGSN Instrução Normativa 1.229/2011 da Receita Federal A regulação dos Municípios
13H30 ÀS 17H30	Compensação e restituição de indébito Procedimento; Demais regras do CGSN Obrigações Acessórias – o novo PGDAS e o DEFIS A nova função do PGDAS a partir de 2012. DEFIS – Declaração de Informações Socioeconômicas Documentos e Livros Fiscais e Contábeis. Certificação digital Exclusão do Simples Nacional Por comunicação do contribuinte; Exclusão de ofício Comunicação eletrônica e suas implicações. Regras de funcionamento; Finalidade. Prazos e sua contagem. Fiscalização e Infrações e Penalidades Fiscalização: regras de transição e no SEFISC - Sistema Eletrônico Único de Fiscalização do Simples Nacional. Infrações e Penalidades Contencioso Administrativo e Judicial

SEGUNDO DIA:

8H30 ÀS 12H	Regras empresariais diferenciadas Abertura e baixa de empresas e empresários optantes A competência do CGSIM Regras previstas no Estatuto Microempreendedor Individual (MEI) Conceito Regime Tributário Regras empresariais diferenciadas Opção e exclusão Demais tratamentos diferenciados Licitações Simplificação das obrigações trabalhistas Favorecimento ao empreendedorismo e a inovação Acesso ao crédito e facilitação para a exportação
-------------	--

13H30 ÀS 17H30	Programa de Gestão Tributária Aquisição e uso da certificação digital Navegação no portal do Simples Nacional Transferência de arquivos (Transfarq) e Declaração de Pendências do Simples Nacional (DPSN) Controle de pagamentos do Simples Nacional (DAF 607) Tratamento dos arquivos do Simples Nacional Programa de Gestão Tributária do CIGA Demonstração do sistema de Gestão do Simples Nacional (CIGA/FECAM)
----------------	--

7. PALESTRANTES

Claudia Roveri

Auditora Fiscal Tributária e Conselheira do Conselho Municipal de Contribuintes de Blumenau/SC. Servidora pública municipal desde março de 1998. Ministrou disciplinas nos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis da Uniasselvi de Indaial e de Blumenau.

Edinando Brustolin

Graduado e mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é assessor jurídico da Federação Catarinense de Municípios. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo.

Gilsoni Lunardi Albino

Graduado em Analista de Sistemas no Curso de Ciência da Computação e no Curso Técnico em Processamento de Dados. Pós-graduado em Gestão Empresarial. Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Experiência em gestão e coordenação de equipes, apoio a governos municipais e formas associativas de gestão, como associações de municípios, consórcios públicos e fundos públicos regionais. Prática na elaboração de projetos para captação de recursos, operação de sistemas de convênios e prestação de contas, ainda Auditoria do Movimento Econômico do ICMS. Experiência ainda na análise e programação para PC e Palm, bancos de dados SQL, suporte de sistemas, redes locais e Internet.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM
 Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**8. ANEXOS**

Resolução nº 001/2009
 O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Norival Fiorin
Prefeito de Luzerna
Presidente da EGEM

Editais Nº 21/2012 - Chamamento Para Inscrição Curso SICONV

EDITAL Nº 21/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - SICONV

1. OBJETIVO DO CURSO

Habilitar e preparar os participantes no envio de propostas e planos de trabalho para captação de recursos financeiros federais, com ênfase para a execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse, por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos – SICONV.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores municipais responsáveis SICONV e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Blumenau/SC
Período das inscrições	De 30/03/2012 a 12/06/2012
Vencimento do boleto de cobrança	12/06/2012
Homologação das inscrições	14/06/2012
Período de realização	20, 21 e 22 de junho de 2012
Carga horária total	30 horas/aulas
Quantidade de vagas	100

QUADRO II

Cidade/Local	Maravilha/SC
Período das inscrições	De 30/03/2012 a 25/06/2012
Vencimento do boleto de cobrança	25/06/2012
Homologação das inscrições	27/06/2012
Período de realização	04, 05 e 06 de julho de 2012
Carga horária total	30 horas/aulas
Quantidade de vagas	100

QUADRO III

CIDADE/LOCAL	TUBARÃO/SC
PERÍODO DAS INSCRIÇÕES	DE 30/03/2012 A 06/07/2012
VENCIMENTO DO BOLETO DE COBRANÇA	06/07/2012
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	10/07/2012
PERÍODO DE REALIZAÇÃO	18, 19 E 20 DE JULHO DE 2012
CARGA HORÁRIA TOTAL	30 HORAS/AULAS
QUANTIDADE DE VAGAS	100

QUADRO IV

CIDADE/LOCAL	RIO DO SUL/SC
PERÍODO DAS INSCRIÇÕES	DE 30/03/2012 A 13/07/2012
VENCIMENTO DO BOLETO DE COBRANÇA	13/07/2012
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	16/07/2012
PERÍODO DE REALIZAÇÃO	25, 26 E 27 DE JULHO DE 2012
CARGA HORÁRIA TOTAL	30 HORAS/AULAS
QUANTIDADE DE VAGAS	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

TIPO DE INSCRIÇÃO	VALOR (POR INSCRIÇÃO)
SERVIDORES DE MUNICÍPIOS	
FILIADOS À FECAM	R\$ 300,00
DEMAIS PARTICIPANTES	R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC

Telefone: 48 3221- 8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA – 10 HORAS

8H30 ÀS 12H	<p>INCLUSÃO DE PLANOS DE TRABALHO NO SICONV: SERÃO TRATADAS A INCLUSÃO, A COMPLEMENTAÇÃO E O ENVIO DE PROPOSTAS E PLANOS DE TRABALHO VIA SICONV.</p> <p>PARA ISSO SERÃO NECESSÁRIOS OS PERFIS NORMAIS DE CONVENIENTE (CADASTRADOR DE PROPOSTAS, GESTOR DE CONVÊNIOS) E OS PERFIS DE CONCEDENTE QUE PERMITAM ANALISAR, COLOCAR EM COMPLEMENTAÇÃO E APROVAR PROPOSTAS E PLANOS DE TRABALHO.</p> <p>COMO PREPARAÇÃO PARA O SEGUNDO CURSO, SERÃO NECESSÁRIOS TAMBÉM PERFIS DO CONCEDENTE QUE PERMITAM CHEGAR ATÉ A SITUAÇÃO CONVÊNIO EM EXECUÇÃO, PARA POSTERIOR SIMULAÇÃO DAS SITUAÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE CONTAS (SERÁ NECESSÁRIO REALIZAR A ANÁLISE FINAL DE PLANOS DE TRABALHO, GERAR CONVÊNIO, GERAR EMPENHO, ASSINAR CONVÊNIO E PUBLICAR).</p>
-------------	--

13H30 ÀS 17H30	<p>EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE NO SICONV: SERÃO TRATADOS OS ASPECTOS RELATIVOS AO REGISTRO DE DADOS DE EXECUÇÃO NO SISTEMA (LICITAÇÕES, CONTRATOS, DOCUMENTOS DE LIQUIDAÇÃO, PAGAMENTOS E INGRESSOS DE RECURSOS), À GERAÇÃO DE RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO E À PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL.</p> <p>PARA ISSO SERÃO NECESSÁRIOS OS PERFIS NORMAIS DE CONVENIENTE (GESTOR FINANCEIRO, GESTOR DE CONVÊNIOS) E OS PERFIS DO CONCEDENTE QUE PERMITAM CHEGAR ATÉ A SITUAÇÃO CONVÊNIO EM EXECUÇÃO, PARA POSTERIOR SIMULAÇÃO DAS SITUAÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE CONTAS (SERÁ NECESSÁRIO REALIZAR A ANÁLISE FINAL DE PLANOS DE TRABALHO, GERAR CONVÊNIO, GERAR EMPENHO, ASSINAR CONVÊNIO E PUBLICAR).</p>
----------------	--

SEGUNDO DIA – 10 HORAS

8H30 ÀS 12H	EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE NO SICONV (CONTINUIDADE)
13H30 ÀS 17H30	<p>EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE RELATIVOS A OBRAS NO SICONV: SERÃO TRATADOS ASPECTOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO E À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE OBRAS NO SISTEMA, COM ESPECIAL ÊNFASE NA REALIZAÇÃO DE AJUSTES DO PT E NO REGISTRO DE INFORMAÇÕES DA EXECUÇÃO.</p> <p>PARA ISSO SERÃO NECESSÁRIOS OS PERFIS NORMAIS DE CONVENIENTE (CADASTRADOR DE PROPOSTAS, GESTOR FINANCEIRO, GESTOR DE CONVÊNIOS) E OS PERFIS DO CONCEDENTE QUE PERMITAM CHEGAR ATÉ A SITUAÇÃO CONVÊNIO EM EXECUÇÃO, PARA POSTERIOR SIMULAÇÃO DAS SITUAÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE CONTAS (SERÁ NECESSÁRIO REALIZAR A ANÁLISE FINAL DE PLANOS DE TRABALHO, GERAR CONVÊNIO, GERAR EMPENHO, ASSINAR CONVÊNIO E PUBLICAR). ALÉM DISSO, SERÃO NECESSÁRIOS PERFIS DO CONCEDENTE QUE PERMITAM APROVAR SOLICITAÇÃO DE AJUSTES DO PT (SEJA VIA ABATAS, SEJA VIA ABA AJUSTES DO PT), ABRIR O PLANO DE TRABALHO PARA AJUSTES E APROVAR OS AJUSTES REALIZADOS PELO CONVENIENTE.</p>

TERCEIRO DIA – 10 HORAS

8H30 ÀS 12H	EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE RELATIVOS A OBRAS NO SICONV (CONTINUIDADE)
13H30 ÀS 17H30	EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE RELATIVOS A OBRAS NO SICONV (CONTINUIDADE)

7. PALESTRANTE

Sérgio Pavan Margarido

Economista formado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Teoria Econômica. Foi Diretor Tributário e Secretário de Fazenda da Prefeitura Municipal de Maringá (PR) e Supervisor do Departamento da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas (SP). Vem trabalhando como consultor de órgãos públicos, desde 2005, especificamente com o SICONV, desde 2008.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna
Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 007/2012 - Agir

RESOLUÇÃO Nº. 007/2012

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento administrativo para apreciação do relatório de acompanhamento das obras de implantação do sistema de esgoto sanitário no Município de Blumenau, realizado e encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau - SAMAE.

Art. 2º. Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 16 de março de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

Decisão Procedimento Administrativo Nº 004/2012 - AGIR

Procedimento administrativo nº. 004/2012

OBJETO: REAJUSTE TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E LIGAÇÕES DE ESGOTO.

SOLICITANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GASPARGAR – SAMAE.

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE GASPARGAR.

DECISÃO

Relatório:

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, requereu pedido de reajuste anual tarifário de 5,47% (cinco vírgula quarenta e sete por cento), considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado entre os meses de março/2011 até fevereiro/2012, ou seja, um espaço temporal de 12 (doze) meses, baseado nos termos do Artigo 37 da Lei Federal nº. 11.445/2007.

Para comprovação do alegado, a autarquia pautou o pedido de reajuste através de tabela demonstrativa efetivamente apurada pelo IBGE.

Após a devida análise documental, foi elaborado relatório do processo pela Diretoria Administrativa e parecer jurídico pela Assessoria Jurídica da AMMVI.

Estes os fatos.

Decisão:

Diante dos documentos apresentados, REGISTRA-SE O DEFE- RIMENTO ao pedido de reajuste tarifário a ser aplicado SAMAE/ Gaspar no percentual de 5,47% (cinco vírgula quarenta e sete por cento), de forma linear em todas as faixas de consumo, per- centual este equivalente à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulado no período de 12 (doze) meses, ou seja, março/2011 até fevereiro/2012, aplicados nas tabelas de preços e serviços.

Assim, ficam homologadas as Tabelas Tarifárias abaixo, com os seguintes valores e categorias de consumo:

Tabelas para apuração do valor da fatura mensal de água:

CATEGORIA DE CONSUMO	FAIXA	CONSUMO (M³)	VALOR (R\$)	
RESIDENCIAL E PODER PÚBLICO	1	0 A 10	21,66	MÍNIMO
	2	11 A 25	3,34	POR M³
	3	26 A 40	4,41	POR M³
	4	41 A 50	5,36	POR M³
	5	ACIMA DE 50	6,14	POR M³
COMERCIAL	1	0 A 10	27,99	MÍNIMO
	2	11 A 15	3,77	POR M³
	3	16 À 40	5,01	POR M³
	4	41 A 50	5,73	POR M³
	5	ACIMA DE 50	6,32	POR M³
INDUSTRIAL	1	0 A 15	60,35	MÍNIMO
	2	16 A 30	5,41	POR M³
	3	31 A 100	7,35	POR M³
	4	ACIMA DE 100	8,34	POR M³

FÓRMULA DE CÁLCULO: Para a apuração do valor total da fatura mensal do consumidor utilizar-se á a seguinte fórmula:

$V = F1 + (F2 \times C2) + (F3 \times C3) + (F4 \times C4) + (F5 \times C5)$, onde:

V = Valor Total da Fatura;

F1 = valor da tarifa mínima mensal para cada categoria de consumo;

F2 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 2;

F3 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 3;

F4 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 4;

F5 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 5;

C2 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 2;

C3= Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 3;

C4 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 4;

C5 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 5.

Tabelas de valores referentes à prestação de serviços diversos e de multas por danos causados às redes públicas de água e esgoto, ramais ou coletores:

DIVERSOS	VALOR
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO	R\$ 19,51
ANÁLISE DE ÁGUA (EXAME BACTEREOLÓGICO)	R\$ 51,75
ANÁLISE DE ÁGUA (EXAME FÍSICO-QUÍMICO)	R\$ 40,58

ANÁLISE DE PROJETOS DIVERSOS	R\$ 65,81
CONCERTO DE CAVALETE ¹	-
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E AFINS ²	-
DESLOCAMENTO DE CAVALETE DE ½" (MEIA POLEGADA)	R\$ 57,70
DESLOCAMENTO DE CAVALETE DE 1" (UMA POLEGADA)	R\$ 115,96
DESLOCAMENTO DE CAVALETE DE 2" (DUAS POLEGADAS)	R\$ 231,95
EMISSION DE CERTIDÕES, DECLARAÇÕES E AFINS	R\$ 14,53
EMISSION DE FORNECIMENTO DE SEGUNDA VIA DE FATURA	R\$ 2,19
MUDANÇA DE LIGAÇÃO	R\$ 120,71
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 38,16
SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO EM DECOR- RÊNCIA DE DANIFICAÇÕES CAUSADAS PELO CONSUMIDOR OU POR TERCEIROS ³	

Para apuração do valor referente a concerto de cavalete, tomar-se-á como base o valor dos materiais e serviços empregados na realização dos mesmos.

Para a apuração do valor referente ao consumo de água por cir- cos, parques e afins, tomar-se-á por base o número total de dias de permanência no Município, multiplicado pelo valor da tarifa bá- sica de consumo - faixa 1, da categoria "residencial", fixada no pa- rágrafo 1º deste artigo. Caso o período de permanência for inferior a 10 (dez) dias, deverá ser cobrado o valor correspondente a uma "ligação diâmetro de ½" (meia polegada)".

3. Para a apuração do valor referente à substituição de hidrôme- tro prevista neste item, tomar-se-á como base o custo dos mate- riais utilizados, acrescido de multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da ligação, considerada a tabela constante do pará- grafo 4º deste artigo.

DIVERSOS	VALOR
OBRAS DE ESCAVAÇÃO A MENOS DE UM METRO E MEIO DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS, SEM A PRÉVIA NOTIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO SAMAE.	R\$ 338,08
DANOS CAUSADOS AS CANALIZAÇÕES DE ÁGUA OU ESGOTO, INCLUSIVE AOS RAMAIS OU COLETORES PREDIAIS ¹	R\$ 338,08
LIGAÇÃO DE EJETOR OU DE BOMBA AO RAMAL OU ALIMENTADOR PREDIAL	R\$ 169,04
LIGAÇÃO ABUSIVA ²	R\$ 169,04
LIGAÇÃO CLANDESTINA ³	R\$ 338,08
INTERVENÇÃO DO CONSUMIDOR NO RAMAL OU COLE- TOR PREDIAL, MESMO COM O OBJETIVO DE MELHOR SUAS CONDIÇÕES FUNCIONAMENTO	R\$ 84,52
IMPLANTAÇÃO DE INSTALAÇÃO PREDIAL QUE POSSI- BILITEM CONEXÃO INTERNA COM OUTRAS CANALIZA- ÇÕES DE ÁGUA CUJO ABASTECIMENTO NÃO PROVENHA DO SISTEMA PÚBLICO	R\$ 169,04
DESPERDÍCIO, POLUIÇÃO AO FORNECIMENTO DE ÁGUA A TERCEIROS, MESMO A TÍTULO GRATUITO	R\$ 169,04
FATURA EM ATRASO ⁴	-
INVERSÃO DE HIDRÔMETRO E/OU RELIGAÇÃO POR CONTA OU DEMAIS EXIGÊNCIAS REGULAMENTARES DO SAMAE.	R\$ 169,04

Além do pagamento da multa acima prevista o reparo das redes públicas será executado pelo SAMAE, cujos custos da obra serão arcados pelo responsável causador do dano.

Entendem-se como ligações abusivas aquelas nas quais a ação do consumidor venha a interferir nas ações exclusivas do SAMAE, como o manuseio de lacres de hidrômetros.

Entendem-se como ligações clandestinas as demais infrações que representem consumo de água mensal, sem que haja a respectiva medição pelo hidrômetro.

O valor da multa será apurado mediante a aplicação do índice de 2,0% (dois por cento) sobre o valor da fatura, conforme legislação vigente.

Em caso de reincidência devidamente comprovada, as multas acima fixadas relativas às condutas tipificadas como infração serão cobradas em dobro, sem obstáculo da instauração de outras medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

Tabela de valores referente à ligação de água:

DIÂMETRO	Nº PARCELA	VALOR	
		DA PARCELA	TOTAL
LIGAÇÃO DIÂMETRO DE 1/2" (MEIA POLEGADA)	1	-	R\$ 201,21
	2	R\$ 103,63	R\$ 207,26
	3	R\$ 69,76	R\$ 209,29
	4	R\$ 52,82	R\$ 211,30
	5	R\$ 42,68	R\$ 213,42
	6	R\$ 35,92	R\$ 215,52
LIGAÇÃO DIÂMETRO DE 1" (UMA POLEGADA)	1	-	R\$ 402,35
	2	R\$ 207,23	R\$ 414,45
	3	R\$ 139,52	R\$ 418,55
LIGAÇÃO DIÂMETRO DE 2" (DUAS POLEGADAS)	1	-	R\$ 804,69
	2	R\$ 414,44	R\$ 828,88
	3	R\$ 279,02	R\$ 837,06

Tabela de valores referente à ligação predial de esgoto:

LIGAÇÃO	Nº PARCELA	VALOR	
		DA PARCELA	TOTAL
LIGAÇÃO PRE-DIAL DE ESGOTO	1	-	R\$ 181,42
	2	R\$ 93,43	R\$ 186,86
	3	R\$ 62,91	R\$ 188,73

1. Quando da solicitação de ligação predial de esgoto e o consumidor já possuir ligação de água, os valores cobrados poderão ser parcelados e lançados na fatura de água, após a realização dos serviços. Em caso do requerente não possuir ligação de água do SAMAE, deverá ser lançado o serviço em fatura única, que deverá ser quitada e apresentada no atendimento da autarquia, para que entre na devida programação de execução de serviços.

Igualmente RECOMENDA-SE que os próximos pleitos à AGIR sejam feitos antecipadamente a realização das ações por parte da concessionária, proporcionando tempo hábil para análise e decisão desta Agência Reguladora.

A presente Decisão entra em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), órgão de publicidade oficial da AGIR. Ainda, DEVERÁ ser publicada no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br. Para tanto, deve o SAMAE/Gaspar. OBSERVAR o disposto no artigo 39 da Lei Federal nº. 11.445/2007.

Extraí-se cópia desta decisão, bem como dos demais documentos pertinentes e, ENCAMINHA-SE À PARTE para conhecimento. Não havendo manifestação, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo.

Blumenau (SC), em 26 de março de 2012.
VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina – Decreto nº. 003/2011)

CIM-AMAVI

Termo de Diligência Saneadora

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011

TERMO DE DILIGÊNCIA SANEADORA

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, avocando os autos do processo de Concorrência Pública nº 01/2011, considerando os fundamentos abaixo delineados, determina o que segue:

- Conforme ata de abertura e julgamento das propostas de preços juntadas às fls. 622 e 623 do processo de Concorrência Pública nº 01/2011, foi declarada vencedora do certame a empresa Quark Engenharia Ltda.

- Considerando as propostas acostadas aos autos, a empresa Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda - Cervale, apresentou os melhores preços para os itens I, II e IV da proposta e o melhor preço para o item III foi apresentado pela empresa Quark Engenharia Ltda, esta última, por ser microempresa, exerceu seu direito de preferência, cobrindo os preços propostos pela Cervale para os itens I, II e IV, tendo proposto novos valores, quais sejam: Item I: R\$ 142,00; Item II: R\$ 142,00; Item IV: R\$ 142,00.

- Além da definição do valor por item - lote de municípios, valor unitário estabelecido no edital como critério de julgamento, a empresa Quark Engenharia Ltda. apresentou ainda planilha de preços individuais de cada item, a fim de ajustá-los aos valores propostos para os itens I, II e IV no exercício de seu direito de preferência, documento redigido de próprio punho, durante a sessão de abertura e julgamento, recebido e rubricado pelos presentes.

- Ocorre que, em análise pormenorizada das propostas, verifica-se que a empresa Quark, vencedora do certame, no ajuste dos preços individuais de cada item, acabou por aumentar os valores da maioria dos itens, causando enorme discrepância de valores entre os itens I, II e IV e o item III, cujo valor foi mantido conforme sua proposta original.

- Ante o exposto, a fim de resguardar o interesse público, considerando que não haverá alteração do julgamento das propostas, nem mesmo prejuízo aos demais concorrentes, desconsidera-se a reformulação de preços individuais apresentada na sessão de abertura e julgamento pela empresa Quark Engenharia Ltda., devendo ser aplicado em cada um dos subitens que compõem os itens I, II e IV o mesmo percentual de desconto aplicado no valor total de cada item, mantidos inalterados os valores totais por item constantes da ata de julgamento, quais sejam: Item I: R\$ 142,00; Item II: R\$ 142,00; Item IV: R\$ 142,00.

- Assim sendo, retificam-se os valores que integram os itens I, II e IV ficando assim determinados: Item I, 1.1 R\$ 5,55, 1.2 R\$ 16,68, 2.1 R\$ 11,15, 2.2 R\$ 22,30, 3.1 R\$ 27,84, 3.2 R\$ 38,99 e 4 R\$ 19,49, totalizando R\$ 142,00; Item II, 1.1 R\$ 5,55, 1.2 R\$ 16,68, 2.1 R\$ 11,15, 2.2 R\$ 22,30, 3.1 R\$ 27,84, 3.2 R\$ 38,99 e 4 R\$ 19,49, totalizando R\$ 142,00; e item IV: 1.1 R\$ 5,55, 1.2 R\$ 16,68, 2.1 R\$ 11,15, 2.2 R\$ 22,30, 3.1 R\$ 27,84, 3.2 R\$ 38,99 e 4 R\$ 19,49 totalizando R\$ 142,00.

- Fica reaberto o prazo recursal de (05) cinco dias úteis a contar da publicação deste termo no Diário Oficial dos Municípios.

- Remeta-se cópia deste por fax e e-mail a todas as empresas participantes do certame e publique-se.

Rio do Sul, 28 de março de 2012.

VALMIR BATISTA
Presidente da Comissão

CIMVI

Contrato Nº 014/2012 - Locação Temporária de Estande

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Ass. Bras. de Agências de Viagens do ES - ABAV/ES

OBJETO: Locação Temporária de Estande

VALOR: R\$3.015,00 (três mil e quinze reais)

PRAZO: de 25 a 27 de maio de 2012.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>publicações>cimvi>contratos

Timbó, 28 de março de 2012.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

CINCO

Extrato de Atas Registro de Preços Pr 0002/2012

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PR 0002/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de consumo para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde de forma parcelada pelo Órgão Participante do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Fraiburgo, Lebon Régis, Macieira e Salto Veloso, durante o período de 01 de março a 31 de julho de 2012.

FORNECEDORES:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO345;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO346;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO347;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO348;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO349;

OTRIALA COM. ATAC. DE PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP - - Ata nº AT12CINCO350;

OTRIALA COM. ATAC. DE PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP - - Ata nº AT12CINCO351;

OTRIALA COM. ATAC. DE PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP - - Ata nº AT12CINCO352;

OTRIALA COM. ATAC. DE PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP - - Ata nº AT12CINCO353;

OTRIALA COM. ATAC. DE PROD. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP - - Ata nº AT12CINCO354;

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME - Ata nº AT12CINCO355;

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME - Ata nº AT12CINCO356;

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME - Ata nº AT12CINCO357;

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME - Ata nº AT12CINCO358;

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME - Ata nº AT12CINCO359;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO360;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO361;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO362;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO363;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO364;
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO365;
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO366;
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO367;
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO368;
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO369;

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 27.03.2012 a 31.08.2012. PAL nº: 0003/2012 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 28 de março de 2012

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

CITMAR

Extrato de Contrato Nº. 06/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 06/2012

Objeto: O objeto do presente contrato perfaz a locação e uso de móveis e/ou montagem e desmontagem de estande na área discriminada neste contrato junto ao Evento Volvo Ocean Race - Stopover Itajaí.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Contratado: Espaço Stand Montagem Ltda.

Vigência: 16/03/2012, e findando em 30/04/2012.

Itajaí/SC, 16 de Março de 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR